ANAIS DA IX CONFERÊNCIA CONVENCIONAL E VII CONFERÊNCIA LÚDICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – 2011

TEMA:

"MOBILIZANDO, IMPLEMENTANDO E MONITORANDO A POLÍTICA E O PLANO DECENAL DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE SÃO PAULO"

SÃO PAULO

FEVEREIRO/2012

fipe
Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

ÍNDICE

EQUIPE TÉCNICA DA FIPE 1

APRESENTAÇÃO 3

PRIMEIRA PARTE: CONFERÊNCIAS REGIONAIS 4

INTRODUÇÃO 4

1 – CONFERÊNCIAS LÚDICAS E CONVENCIONAIS RELATADAS PELA FIPE 7

CAMPO LIMPO 7

CASA VERDE 15

CIDADE ADEMAR 28

CIDADE TIRADENTES 41

ERMELINO MATARAZZO 62

GUAIANASES 71

IPIRANGA 92

ITAIM PAULISTA 106

JABAQUARA 126

JAÇANÃ/TREMEMBÉ 136

LAJEADO 153

LAPA 163

M´BOI MIRIM/JARDIM ÂNGELA 181

M'BOI MIRIM/JARDIM SÃO LUÍS 199

MOÓCA 212

PERUS 226

PIRITUBA 233

SANTO AMARO 243

SÃO MATEUS 249

SÃO MIGUEL PAULISTA 261

SAPOPEMBA 286

Sé 296

Vale do Anhangabaú/Conferência de Direitos de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua 304

Vila Maria/Vila Guilherme 307

Vila Mariana 315

Vila Prudente 328

2 – CONFERÊNCIAS LÚDICAS E CONVENCIONAIS SEM RELATORIA DA FIPE 345

Freguesia do Ó/Brasilândia 345

Ipiranga 358

Lajeado 360

Sapopemba 366

Sé 374

Vila Mariana 377

3 – PROPOSTAS DAS CONFERÊNCIAS REGIONAIS DE 2011 SISTEMATIZADAS POR EIXO TEMÁTICO 379

3.1 - Conferências Lúdicas 379

3.2 - Conferências Convencionais 392

SEGUNDA PARTE: CONFERÊNCIA MUNICIPAL 412

Introdução 412

1 - CONFERÊNCIA MUNICIPAL LÚDICA 415

Introdução 415

1.1 - Abertura 415

1.2 - Regimento Interno 418

1.3 – Oficinas 429

1.4 – Plenária 441

1.5 – Propostas Aprovadas na Conferência Municipal por Eixo Temático 442

2 - CONFERÊNCIA MUNICIPAL CONVENCIONAL 447

Introdução 447

2.1 - ABERTURA 447

2.2 - REGIMENTO INTERNO 449

IX CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 453

2.3 - OFICINAS 455

2.4 - PLENÁRIA 471

2.5 - PROPOSTAS APROVADAS NA CONFERÊNCIA MUNICIPAL POR EIXO TEMÁTICO 475

3 - PROPOSTAS DA CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE 2011 SISTEMATIZADAS POR EIXO TEMÁTICO 480

INTRODUÇÃO 480

3.1 – PROPOSTAS DA VII CONFERÊNCIA LÚDICA MUNICIPAL DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - 2011 481

3.2 – PROPOSTAS DA IX CONFERÊNCIA CONVENCIONAL MUNICIPAL DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - 2011 489

4 - DELEGADOS E SUPLENTES ELEITOS PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL 495

4.1 – LÚDICA 495

4.2 – CONVENCIONAL 497

5 - MOÇÕES APRESENTADAS NA CONFERÊNCIA MUNICIPAL 500

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

EQUIPE TÉCNICA DA FIPE

Coordenação

Silvia Maria Schor

Michiko Shiroma de Carvalho

Pesquisadores Seniores

Ana Maria Gambier Campos

Maria Antonieta Vieira

Supervisores de Campo

Ana Paula Monteiro Leite
Carolina Nakagawa
Diogo Marciano
Nayara Romero
Rafael da Cunha Cara Lopes
Stefanie Franco

Relatores/Observadores

Ana Paula Monteiro Leite
André Fontes
Carolina Menegatti
Cláudia Elisabete da Silva
Daniel Cardoso
Daniel Manfrim
Dante F. Felgueiras dos Santos
Diogo Rios
Fillipe Ramos
Izabel Cristina Gazel Teixeira
Liliana Mantoni
Marcela Pereira Dias
Otávio Silva Pereira
Paulo Evaristo V. de Lima
Phablo Gouvea
Rafael da Cunha Cara Lopes
Raoni dos Santos Costa
Renato S. de Oliveira
Sheila Hodas Cavallaro

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Talita Gargalis
Viviane dos Santos

Editoria

Mariana Vieira Helene

fipe
Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

APRESENTAÇÃO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA elaborou, mediante contrato firmado com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, os Anais da IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São Paulo, que se constitui em registro histórico do processo e das conclusões desse importante evento.

À FIPE, coube acompanhar e relatar as Conferências Lúdicas e Convencionais realizadas nas regiões da cidade, para sistematizar e elaborar dois conjuntos de propostas com base nas diretrizes e objetivos estratégicos dos cinco Eixos orientadores definidos pelo CONANDA. Esses textos serviram de base para os trabalhos de grupo nas Conferências Municipais, para elaboração das propostas do município que foram, por sua vez, consolidadas pela FIPE para encaminhamento ao CONDECA.

As conferências descentralizadas garantiram a participação de crianças, jovens e adultos na identificação de uma grande diversidade de problemas e propostas de interesse do poder público e de todos que atuam na área da infância e da adolescência, além de propiciar a iniciação no exercício da cidadania, a um grande número de jovens protagonistas. Na etapa da Conferência Municipal, tanto lúdica quanto convencional, os produtos das conferências regionais dão origem às propostas da cidade como um todo, tornando relativos os problemas e soluções locais, que passam a ganhar uma nova dimensão.

A elaboração dos Anais que ora se apresenta, demandou a presença de observadores em todas as Conferências Lúdicas e Convencionais realizadas no período de 5 a 28 de novembro de 2011, em 25 regiões da cidade e nas duas Conferências Municipais realizadas nos dias 29 e 30 de novembro e 1 e 2 de dezembro de 2011, no Anhembi.

A primeira parte deste documento apresenta todos os relatórios das conferências das regiões que tiveram o acompanhamento da equipe de observadores/relatores da FIPE e a segunda parte relata todo o processo das Conferências Municipais. As conferências regionais que foram realizadas antes de 5 de novembro e cujos registros foram enviados pelos seus organizadores, constam na primeira parte, em sua forma original.

A FIPE participou de várias reuniões com membros do CMDCA, para esclarecimento de questões de organização e de natureza técnica, fundamentais para o planejamento da cobertura de todas as conferências.

PRIMEIRA PARTE: CONFERÊNCIAS REGIONAIS

INTRODUÇÃO

A IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São Paulo que teve como tema, "Mobilizando, Implementando e Monitorando a Política e o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes no Estado de São Paulo", foi realizada em duas etapas: regional e municipal.

A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE foi contratada pelo CMDCA através da Secretaria de Participação e Parceria da Cidade de São Paulo, no dia 4 de novembro de 2011 para observar e relatar o processo de realização das conferências regionais e municipais e elaborar os Anais desta IX Conferência. Todavia, quando da contratação da FIPE, 7[1] regiões já haviam realizado 8 conferências regionais, entre 16 de setembro e 4 de novembro de 2011. Assim, pelo contrato firmado, coube à FIPE acompanhar 60 conferências regionais lúdicas e convencionais e os 4 dias das Conferências Municipais, iniciando esse trabalho no dia 5 de novembro. Nos dias subsequentes, os Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e as Comissões Regionais de 9[2] regiões cancelaram 16 conferências já agendadas, alegando falta de condições técnicas e materiais que não foram devidamente garantidas pelos órgãos municipais responsáveis. Outras estavam agendadas para ocorrer antes das Conferências Municipais previstas para ter início no dia 29 de novembro de 2011.

A FIPE garantiu a presença da equipe de observadores/relatores em 46 conferências agendadas nas regiões e nos 4 dias das Conferências Municipais. No entanto, 3 regiões que tinham agendado as duas conferências no mesmo dia, realizaram apenas uma. Em Perus, no início da conferência, a comissão organizadora decidiu suspender a lúdica e em Pirituba, a convencional. Santo Amaro não obteve quorum para a conferência convencional. Portanto, nesta IX Conferência foram efetivamente realizadas 51 conferências nas regiões, da quais 43 foram acompanhadas pela FIPE e constam na primeira parte deste trabalho. As propostas e relatórios das conferências realizadas antes da contratação da FIPE e que foram encaminhados ao CMDCA, constam também na primeira parte destes Anais, em sua forma original. O acesso a essas propostas possibilitou que fossem incorporadas na consolidação das propostas lúdicas e convencionais das conferências regionais.

[1] Freguesia do Ó/Brasilândia, Ipiranga, Lajeado, Pinheiros, Sapopemba, Sé e Vila Mariana.
[2] Aricanduva, Butantã, Capela do Socorro, Itaquera, Parelheiros, Penha, Pinheiros, Santana e São Mateus

Em relação ao total de conferências regionais realizadas, foram computados os seguintes dados de participantes e delegados: nas lúdicas, aproximadamente 3.966 participantes e 379 delegados e nas convencionais, cerca de 1.199 participantes e 141 delegados .

As conferências deste ano deveriam ter início em agosto de 2011. Porém, problemas de ordem burocrática e administrativa da Comissão Central levaram muitas regiões a adiar a conferência por mais de uma vez em função da falta de material e de transporte, o que causou um grande esvaziamento nesses eventos. No Ipiranga, antes do dia 5 de novembro, foi realizada uma conferência lúdica no mesmo dia da convencional, mas como o transporte para as crianças não chegou de acordo com o que tinha sido solicitado, muitas não puderam comparecer. Para evitar que fossem prejudicadas por uma falha administrativa, foram realizadas mais duas conferências lúdicas nessa região, em dois dias diferentes.

Além desses problemas, não houve a contratação de uma empresa responsável pela metodologia, ficando a cargo da Comissão Regional a elaboração de uma proposta metodológica e a preparação dos mediadores/animadores dos grupos/oficinas de trabalho. Em algumas regiões em que isso não ocorreu, observou-se nas Conferências Convencionais, que os próprios participantes das oficinas assumiam esse papel.

Apesar do formato padrão das conferências desde a abertura até a plenária final, elas transcorreram de forma bem diversificada. Poucas regiões contaram com a presença de representantes de autoridades ou de órgãos municipais e várias não tiveram a composição da mesa para a solenidade de abertura. Algumas conferências não executaram o hino nacional, outras não fizeram a leitura e aprovação do regimento interno. De modo geral, foram poucas as apresentações culturais, assim como foram poucas as regiões que providenciaram palestrantes no início da Conferência para subsidiar os trabalhos de grupo nas oficinas, seja abordando a questão dos direitos humanos de crianças e adolescentes, seja abordando o significado dos cinco eixos temáticos do CONANDA.

Uma questão importante a registrar é que houve uma alteração em relação ao que foi apresentado em 2009, o que gerou certa confusão na apresentação dos trabalhos. Mais especificamente, neste ano, o CONANDA passou para o Eixo 3, o tema que em 2009 era do Eixo 4 e vice-versa. Nas Conferências em que houve o ato de conferir 2009 e propostas para 2011, tanto apareceram propostas com base nos eixos de 2009 como nos eixos de 2011, de acordo com a orientação dada nas oficinas. O que se observou, no entanto, é que as regiões pareciam não estar cientes das orientações do CONDECA, quanto ao que deveria ser encaminhado pelo município à Conferência

estadual: uma ação de mobilização, uma de implementação e uma de monitoramento para cada um dos eixos, além de indicar duas diretrizes prioritárias de cada eixo.

Nas oficinas de várias conferências, os participantes tiveram a preocupação de identificar os órgãos responsáveis pela realização, monitoramento, mobilização e implementação de cada ação proposta, definindo ainda seu nível de prioridade e prazo de execução, conforme o instrumental utilizado. Contudo, as conferências transcorreram de forma desigual, dada a falta de uma metodologia de trabalho e de entendimento comum desses aspectos. Poucas conferências tiveram uma plenária com debate em torno das propostas das oficinas ou com apresentação de moções.

A conferência lúdica e convencional de Vila Maria/Vila Guilherme estava agendada no calendário oficial do CMDCA, para ser realizada em 5 de novembro e contou com a presença de observadores e relatores da FIPE. Os membros da comissão regional informaram tratar-se de uma reunião preparatória para a conferência que seria realizada em outra data, uma vez que havia uma forte mobilização pelo adiamento da conferência municipal para março do próximo ano. Houve discussão em grupo e apresentação de propostas para maior aprofundamento na conferência a ser realizada posteriormente. Embora tenha sido uma pré-conferência, o relatório consta destes Anais.

Este ano foi realizada a primeira Conferência de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua em espaço aberto, que não teve o mesmo formato das demais conferências lúdicas. O evento ocorreu no Vale do Anhangabaú, na região Sé e foi acompanhado pelos relatores da FIPE.

As propostas aprovadas nas Conferências Lúdicas e Convencionais das Regiões foram sistematizadas e consolidadas para servir de material base nas discussões das conferências municipais e constam no item 3 da primeira parte deste relatório.

1 – CONFERÊNCIAS LÚDICAS E CONVENCIONAIS RELATADAS PELA FIPE

CAMPO LIMPO

INTRODUÇÃO

As Conferências Lúdica e Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Limpo foram realizadas no dia 27 de novembro de 2011 das 9h:30min às 11h:30min, na Associação de Moradores do Jardim Comercial situada à rua Falkemberg, 175/177. Os participantes totalizaram 94 pessoas, sendo 59 crianças e adolescentes e 35 adultos.

O credenciamento e o lanche matinal ocorreram na quadra de esportes da Associação de Moradores do Jardim Comercial, local em que ocorreu todo o evento.

Todas as etapas da Conferência Lúdica e da Convencional foram realizadas em conjunto, com a participação tanto das crianças e adolescentes como dos adultos. A organização das oficinas, que não separou os participantes pela idade, favoreceu essa forma conjunta de trabalho. Por este motivo, o presente relatório diferencia-se dos demais, pois não trata separadamente os eventos das duas conferências, inclusive com relação às propostas que também foram discutidas nas oficinas e elaboradas com a parceria de crianças, adolescentes e adultos.

CONFERÊNCIAS LÚDICA E CONVENCIONAL

1 - ABERTURA

Concluído o processo de credenciamento foi iniciada a solenidade de abertura.

- Composição da Mesa

Foram chamados para compor a mesa: o Chefe de Gabinete da Subprefeitura de Campo Limpo e os representantes da Diretoria Regional de Saúde, do Projeto Arrastão, do CRAS de Campo Limpo e das crianças e adolescentes.

O chefe de gabinete da Subprefeitura de Campo Limpo ressaltou em sua fala a importância do evento e disse estar muito feliz com seu acontecimento, apesar do baixo número de participantes. Solicitou a todos que cumprimentassem as pessoas ao lado, para ressaltar a importância das relações pessoais.

Afirmou que a Subprefeitura do Campo Limpo, em parceria com a Polícia Militar, tem feito um trabalho de fechamento dos "pancadões" e que em muitas ocasiões encontram crianças de 12 e 13 anos nesses locais. Nessas ocasiões o procedimento tem sido levar as crianças de volta para suas casas, devolvendo-as às suas famílias. Ocorreu muitas vezes da mãe alegar que acreditava que o filho estava na casa de um amigo de escola. Afirmou que dentre tantas coisas, isso demonstra a negligência dos pais. Alega que todos os jovens devem fazer uma pergunta básica: *"O que querem da vida?"*.

A Representante do Projeto Arrastão afirmou que apesar dos enormes problemas que enfrentaram para o planejamento e para a mobilização da comunidade, a Conferência estava com uma boa quantidade de presentes.

A Representante da Diretoria Regional de Saúde ressaltou um trecho do hino nacional brasileiro: "verás que um filho teu não foge a luta" e afirmou que essas palavras caracterizam bem o povo brasileiro. Destacou que crianças e adolescentes também são sujeitos de direitos.

Depois de parabenizar os organizadores, a Representante do CRAS de Campo Limpo ressaltou a importância da presença de todos para as discussões nas oficinas e para a elaboração de propostas.

O representante das crianças e adolescentes afirmou que a conferência é uma oportunidade de colocar seus os direitos em prática.

• Regimento Interno

O Chefe de Gabinete da Subprefeitura de Campo Limpo leu todos os itens do regimento interno, não houve destaques e no final foi aprovado por unanimidade sem qualquer alteração.

2 - OFICINAS

Para participarem das oficinas os presentes foram divididos em três grupos de acordo com o interesse de cada um nos temas a serem discutidos. O critério de idade não foi considerado e assim, as três oficinas contaram igualmente com a participação de crianças, adolescentes e adultos.

Os temas selecionados foram os seguintes:
- Conselho Tutelar
- Estatuto da Criança e Adolescente
- Diversidade Cultural

Tema Conselho Tutelar (CT)

A oficina do grupo que discutiu o tema "Conselho Tutelar", teve 24 participantes, sendo metade de adolescentes (5 meninos e 7 meninas) e metade de adultos (6 homens, 6 mulheres). A oficineira organizou o grupo em uma roda, fez uma breve explanação do tema que seria discutido e deu a oportunidade para os participantes iniciarem o levantamento de ideias e questões.

Sempre que uma ideia, opinião ou proposta era sugerida a oficineira conduzia a discussão perguntando se havia concordância ou discordância sobre a fala. Quando um tema ficava muito tempo sem conclusão, ela sugeria o fechamento do debate e reforçava a importância de discutir sobre outras questões.

Nesta oficina ao menos um representante de cada faixa etária participou ativamente das discussões Alguns adolescentes tiveram participação mais expressiva, destacando-se por seus comentários sobre a atuação do Conselho Tutelar em sua região. Dois desses jovens ambos com 16 anos e um deles abrigado, foram, no final, eleitos delegado e suplente.

Havia participantes de instituições da comunidade assim como do poder público que colaboraram ativamente nas discussões, entretanto, durante o debate a identificação se dava apenas por seus nomes.

A primeira questão foi introduzida pela oficineira, com a pergunta *Quais são os motivos de uma família perder a guarda de seus filhos?* Após a explicação dos motivos (principalmente maus tratos e abandono) a discussão foi direcionada para a participação efetiva do Conselho Tutelar na garantia de direitos e no apoio às criança e aos adolescentes.

O tema que encabeçou as discussões foi o baixo número de Conselheiros Tutelares na região, que tem sua atuação atrelada apenas à resolução pontual de problemas e não em sua prevenção. Neste debate um dos adolescentes afirmou: *As vezes é o adolescente que vai buscar o Conselho e não o Conselho que vai buscar o adolescente.*

Motivado pelo tema, outro participante discorreu sobre a importância das propostas serem concisas e bem elaboradas para que na Conferência Municipal elas sejam realmente ouvidas. Ressaltou o número de Conselhos Tutelares e defendeu que haja um desses órgãos em cada distrito da região, uma vez que o Conselho Tutelar do Campo Limpo atende os três distritos da área de atuação dessa subprefeitura.

Outra participante alega que em Minas Gerais há uma capacitação de conselheiros tutelares. Um assistente social da saúde complementou a ideia e defendeu a capacitação e preparo dos indivíduos, para que estes sejam dotados de ética e senso crítico, ressaltando ainda que: *a estrutura da rede não atende à grande demanda*. Outro adolescente expressou sua opinião ao dizer que a ação característica do Conselho Tutelar é de abandono: *Eu acho isso muito errado, colocar o adolescente no abrigo e abandonar depois*.

Outro membro do grupo reforçou a ideia de distância do CT da realidade das crianças e adolescentes quando disse: *...e com isso tudo o adolescente não vai procurar o CT porque não vê nele ajuda, apenas um lugar que vai punir*. Um dos jovens com experiência de vida em abrigo propõe: *tirar o adolescente do mundinho de abrigo, arrumando mais atividades pra gente, um trabalho*.

O Conselheiro Tutelar da subprefeitura de Campo Limpo desculpou-se por chegar atrasado, pois, segundo ele, estava atendendo a uma ocorrência. Fez uma longa fala sobre a atuação do Conselho Tutelar e alegou grande dificuldade de ação, já que na região de Campo Limpo deveria haver sete conselhos tutelares.

Tema Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Este grupo era formado por 35 pessoas, sendo quatorze do sexo masculino (12 crianças e adolescentes e 2 adultos) e 22 do sexo feminino (9 crianças e adolescentes e 12 adultas). Formando uma roda e coordenado por uma oficineira que é assistente social e gerente de Centro de Juventude, o grupo iniciou a discussão a partir da indagação sobre que opinião tinham a respeito do Estatuto da Criança e Adolescente.

Inicialmente os participantes demonstravam pouca desenvoltura para expressar suas ideias. O grupo estava bem diversificado embora houvesse predominância de crianças e adolescentes em relação aos adultos. Muitos dos jovens ali presentes tinham ligação com o Centro de Juventude ou com outras instituições da própria comunidade.

Um educador que também estava atuando como oficineiro propôs, *maior divulgação do ECA porque há vinte anos se tem essa lei e é preciso sabermos mais sobre ela. Os "pancadões" podem ser utilizados para divulgação do ECA.*

Outro participante destacou a necessidade de uma *apresentação em formato lúdico e mais ilustrativo do ECA, para distribuição às crianças e adolescentes*. Argumentou que: *Até para o público adulto a leitura é difícil. Que dirá pra uma criança!*

Um membro do grupo ressaltou ser importante a formação de agentes multiplicadores de divulgação do ECA, afirmando que *é necessário estabelecer uma forma correta de divulgação*. Concluíram que além do CMDCA e da própria Conferência, deve haver um aprimoramento de reprodução e divulgação do ECA a ser realizado pelas organizações e pela promoção social.

Houve ainda a sugestão de um participante que propôs, com base no artigo 60 do ECA, que o poder público disponibilize a abertura de vagas de estágio para adolescentes a partir de quatorze anos, não só na condição de aprendiz.

Finalmente um adolescente levantou a questão da preservação do meio ambiente e sugeriu: *o uso consciente de sacolinhas de mercado, com a obrigatoriedade da padronização e de produção sacolas biodegradáveis*. Destacou a necessidade de incentivar esta consciência nas salas de aulas..

O tempo de debate foi curto, por conta do constrangimento inicial do grupo que demorou a chegar à discussão mais qualitativa. Assim, logo houve a mobilização para a eleição de delegados. Nesta oficina foram tirados dois delegados para representar crianças e adolescentes e um para adultos (cada qual com um suplente).

Tema Diversidade Cultural

Essa oficina era formada por 24 pessoas sendo 12 do sexo masculino (10 crianças e adolescentes e 2 adultos) e 12 do sexo feminino (7 crianças e adolescentes e 5 adultas). Os oficineiros, educadores que trabalham na região, foram responsáveis por mediar o debate.

Organizados em uma roda, a oficineira propôs para o grupo a discussão do conceito de diversidade cultural, que em sua opinião está relacionado com a pluralidade aspectos que caracteriza uma comunidade, seja na economia, na religião, na música, na composição étnica e racial, etc. Ela destacou a importância de se levar em consideração a variedade de perfis na comunidade e na cidade de São Paulo, uma metrópole que agrupa pessoas de diferentes culturas e religiões convivendo no mesmo espaço. Em seguida sugeriu o debate sobre preconceito racial.

Um dos oficineiros iniciou a discussão com os adolescentes sobre preconceito racial e étnico. Além disto, explicou aos adolescentes as implicações decorrentes do tratamento dado a negros e brancos

em locais diferentes da cidade de São Paulo. Com isto, propôs a necessidade de um olhar mais elaborado para o tratamento desta diversidade quando se trata da relação entre periferia e centro. Desencadeou-se um debate sobre a diferença das atividades culturais na região central da cidade e na comunidade onde moram. A partir destas considerações os adolescentes participaram mais dos trabalhos.

Uma das meninas falou sobre o preconceito que das pessoas da região central em relação às pessoas das zonas mais periféricas. Para ela o estigma é resultado de condições de violência, pobreza, baixo nível de educação e falta de cultura. Ela considera que a ruptura destes estigmas é muito difícil e um número maior de atividades culturais, esportivas e educacionais podem mudar este conceito sobre a periferia.

Desta maneira a mediadora propôs como pauta de discussão a necessidade da comunidade fortalecer o trabalho de conscientização contra a violência e o preconceito racial por meio de medidas culturais, sócio educativas, pela mídia e por políticas públicas. Foi destacada a necessidade de criação de mais espaços públicos para recreação e atividades culturais dentro das comunidades, garantindo meios para que os moradores tenham acesso a esses recursos culturais e de lazer. Outro aspecto levantado é a urgência de viabilizar cursos profissionalizantes com bolsas auxílio e encaminhamento para o mercado de trabalho como medidas a serem pensadas pelos adolescentes.

O grupo considerou estas questões como propostas relevantes a serem encaminhadas para a conferência municipal de forma que minimizem os impactos sociais causados pelo preconceito e a discriminação. Foram formalizadas três propostas e, em seguida, realizaram a eleição dos delegados.

3 – PLENÁRIA

Na plenária final o mediador de cada oficina leu as propostas tiradas em seu grupo de discussão. Todas foram aclamadas sem contestação. Por fim, os delegados e suplentes foram apresentados, aplaudidos e aclamados.

4 – PROPOSTAS

➤ Tema Conselho Tutelar

- Ampliação dos Conselhos Tutelares por distrito, assim como a rede de assistência.
- Formação e capacitação dos conselheiros, órgão responsável CMDCA.

➤ Tema Diversidade Cultural

- Fortalecer o trabalho de conscientização contra a violência e preconceito por meio de medidas culturais, socioeducativas, pela mídia e por políticas públicas.
- Criar mais espaços públicos para recreação e atividades culturais dentro das comunidades garantindo o acesso a todos.
- Viabilizar cursos profissionalizantes com bolsas auxílio e garantir o encaminhamento para o mercado de trabalho.

➤ Tema ECA

- Divulgação do ECA de forma mais lúdica, ilustrativa e também indicar os órgãos a quem se deve reportar na ocorrência da não garantis de direitos.
- Espaços de formação e capacitação sobre o ECA com intuito de promover a multiplicação de suas diretrizes
- Redução do número de alunos nas salas de aula.
- Aproximação e divulgação dos Conselhos Tutelares nos serviços, escolas e da comunidade.
- Fomentação e abertura do número de vagas para menor aprendiz dentro das empresas.
- Quanto ao meio ambiente buscar que as empresas sejam obrigadas a produzirem e oferecerem sacolas biodegradáveis, pois sua decomposição é menos prejudicial ao meio ambiente.

5 - COMISSÃO REGIONAL

REPRESENTAÇÃO	NOME
Assistência Social	Edna Suzana Portela Martins
Educação	Célia Vanderlei da Silva
Saúde	Maria Emília Vieira Laz
Subprefeitura	
Conselho Tutelar	Sandra Maria Guiglielmin Gomes Ronaldo Gesteira da Silveira
Fórum DDCA Regional/Municipal	Sueli Rodrigues de Figueiredo Sueli Maria de Oliveira Araújo Eunice Aparecida dos Santos Daiany Aparecida Alves dos Santos
Adolescente	Alex Santos de Oliveira Mara Cristina Pitta Dennys de Souza Natalia de Souza Pires

6 – DELEGADOS

6.1 – LÚDICA

TITULAR	SUPLENTE
Maria Kauna	Felipe Cardoso
Maicon Inácio dos Santos	Rodrigo Ferreira da Silva
Maicon Medson Silva dos Santos	Eduardo de Morais Azevedo
Gabriel Lucas dos Santos Brito	Henrique Ferreira de Melo

6.2 – CONVENCIONAL

TITULAR	SUPLENTE
Maria Eli dos Santos	Marcos José Pereira de Araujo
Thiago Luiz da Silva	Inalva Costa

CASA VERDE

INTRODUÇÃO

As Conferências Lúdica e Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente da Casa Verde foram realizadas no dia 22 de Novembro de 2011 no Clube-Escola Mini Balneário Garcia D´Ávilla – à Rua Armando Coelho Silva, 775, Parque Peruche. Participaram da Conferência Lúdica 64 crianças e adolescentes, meninos em sua maioria. Vários desses meninos vestiam uniformes de futebol e perguntavam, logo no credenciamento, em que momento seriam formados os times para jogar futebol.

Para a Conferência Convencional havia inicialmente sete pessoas credenciadas, mas a organizadora convidou alguns funcionários responsáveis pela limpeza do local para se juntarem ao evento, totalizando 10 participantes.

No credenciamento todos receberam uma pasta contendo as propostas aprovadas em 2009 e os eixos orientadores definidos pelo CONANDA para serem discutido nas oficinas, além de papel e caneta. As crianças e adolescentes receberam também crachás com três cores diferentes - azul preto e vermelho – que serviriam posteriormente para orientar a divisão dos grupos nas oficinas.

A Conferência Lúdica ocorreu no ginásio do clube-escola, enquanto a Convencional foi instalada no espaço de uma das brinquedotecas existentes no local.

CONFERÊNCIAS LÚDICA E CONVENCIONAL

1 - ABERTURA

1.1 - LÚDICA

Às 10 horas iniciaram-se os trabalhos da Conferência Lúdica, com a formação de uma roda de crianças sentadas no chão da quadra. Como não houve composição formal da mesa, os convidados, oficineiros e organizadores da conferência se posicionaram a frente das crianças e algumas autoridades locais tomaram a palavra.

O representante do subprefeito da Casa Verde foi o primeiro a falar. De início ele explicou o significado da Conferência dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e as atividades das quais deverão de participar durante este dia: *vocês serão responsáveis por elaborar propostas para a região de Casa Verde, mas é preciso colaboração*. Logo em seguida, percebendo que as crianças e

adolescentes estavam dispersos fez um acordo com eles prometendo que se todos prestassem atenção e colaborassem nas oficinas teriam duas horas para jogar bola no meio da tarde.

Em seguida um conselheiro tutelar pediu a fala. Novamente explicou o sentido da conferência lúdica, explicando que é o momento das crianças e adolescentes se reunirem para pensarem os problemas da região, discutir o ECA e propor soluções. Esclareceu também que dalí sairão representantes, chamados de delegados, para levar essas propostas da Casa Verde à Conferência Municipal. O conselheiro perguntou se todos sabiam o que é o ECA, e sem obter respostas explicou que as crianças do país todo têm direitos iguais e que o ECA serve para garantir estes direitos. Por fim, falou sobre o papel do conselheiro tutelar na monitoria das ações voltadas às crianças e adolescentes, garantindo que seu papel é zelar por tudo o que está naquele estatuto.

• Regimento Interno

Como um procedimento formal o representante do subprefeito iniciou a leitura do Regimento Interno. Este documento foi redigido à mão e continha apenas quatro tópicos:
- Horário de início e de término da conferência;
- Declaração da presença do representante da Subprefeitura da Casa Verde, da Assistência Social (CRAS Casa Verde) e do Conselho Tutelar.
- Sobre a escolha dos delegados, que poderão ser eleitos livremente.
- Após término das oficinas, haverá uma pausa de 2 horas para o almoço, momento em que as crianças poderão jogar bola.

O regimento foi apenas lido, não houve abertura para destaques, como também não foi feita sua aprovação pelos participantes.

1.2 - CONVENCIONAL

O grupo dos adultos reuniu-se em uma das brinquedotecas do Clube Escola, local onde havia sido realizado o credenciamento. Estavam presentes representantes das seguintes instituições: Subprefeitura de Casa Verde, Clube Escola, Núcleo de Proteção Jurídica, Secretaria de Assistência Social e do Serviço de Medidas Socioeducativas. Participaram também um Conselheiro Tutelar e três funcionárias da empresa GUIMA, responsável pela limpeza da escola.

Num primeiro momento, ocorreu a apresentação de cada participante e, em seguida, a representante da Secretaria de Assistência Social, mediadora do evento, fez uma breve explicação de como

ocorreria a conferência e cada uma de suas etapas, para em seguida iniciar a leitura do Regimento Interno.

• Regimento Interno

O Regimento Interno continha sete capítulos e oito artigos, e algumas alterações foram feitas pela própria mediadora no momento da leitura: 1) O término do horário de credenciamento foi alterado de 14hs para 14:40h. 2) O parágrafo único do capítulo V, incluiu que os delegados e suplentes seriam indicados livremente pela plenária. 3) Foi introduzida a alteração na proporção de delegados, sendo definido 1 a cada 10 participantes.

Após a leitura, a mediadora perguntou se havia alguma sugestão de alteração no texto do regimento. Uma das participantes, funcionária da empresa GUIMA, disse não ter compreendido nada, que eram muitas palavras difíceis e que a *apresentadora precisava falar a língua do povo*. Com isso, a mediadora voltou a explicar o que é a conferência, a intenção das propostas e o papel dos delegados; destacou o valor que o ECA tem na garantia de direitos e as funções de cada uma das esferas governamentais – municipal, estadual e federal.

A representante do Clube Escola também tomou a palavra, mencionando a falta de comprometimento dos profissionais da área social bem como dos usuários, referindo-se ao reduzido número de participantes. Concluiu dizendo que *os direitos das crianças e adolescentes devem estar dando certo, pois eles matam, roubam com 12, 14 anos e não se pode fazer nada (...) essa geração jovem não tem salvação, só por Deus mesmo*.

Em seguida o conselheiro tutelar, fez breve relato dos direitos conquistados ao longo da história do Brasil, iniciou referindo-se a lei do Ventre Livre, citou a Constituição e os direitos voltados a criança e o adolescente, esclarecendo sobre a importância do ECA. Seguiu falando sobre os avanços alcançados até o momento e fez referencia ao nosso país como sendo abençoado, porém muito mal administrado. Terminou ressaltando que é preciso ser otimista se quisermos chegar a novas conquistas.

A representante do Serviço de Medidas Socioeducativas tomou a palavra e manifestou a opinião de que *o país está realmente ruim, mas que devemos continuar acreditando que temos autonomia de mudanças*.

Ainda na Abertura, foi realizada a atividade de conferir as propostas de 2009.

As propostas aprovadas na Conferência Convencional de Casa Verde em 2009 foram lidas pela mediadora e debatidas pelo grupo. Durante este processo, as três funcionárias da empresa GUIMA disseram que precisavam voltar ao trabalho e deixaram a sala.

Propostas de 2009 e resultados obtidos:

Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes
Proposta: Maior atenção para a educação e para os problemas da violência contra crianças e adolescentes.
Resultado: Constatam que houve pequenas melhoras, mas que as políticas públicas caminham devagar. Os números demonstram que a violência aumentou, não por falta de medidas do governo, mas porque a população cresceu.

Eixo III – Fortalecimento do sistema de garantia de direitos
Proposta: Entender e fazer valer o ECA. Mudar radicalmente a política
Resultado: É relatado o caso de uma criança que na conferência Lúdica perguntou o que era o ECA. Concordam que não houve mudanças.

Eixo IV – Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania
Proposta: Comunidade organizada para reivindicar.
Resultado: Os casos de Heliópolis e Butantã são mencionados como exemplos de comunidade organizada. Todos concordam que na região de Casa Verde não houve avanços.
Proposta: Maior fortalecimento e maior articulação com o líder comunitário, fortalecendo a relação comunidade-governo, para prevenir contra a as dificuldades desses líderes diante do crime organizado.
Resultado: Relatam dificuldades de trabalho do conselheiro tutelar e concluem que não ocorreram mudanças neste aspecto.

Eixo V – Gestão da política
Proposta: Criar organismos com responsabilidade e compromisso para capacitar os líderes comunitários de forma que a comunidade passe a confiar neles. Trabalhar a via comunitária que é também importante.

Resultado: Constatam que esta proposta deveria estar unida à anterior, pois o problema é o mesmo. Não houve avanços.
Proposta: Estabelecer um diálogo claro para que a informação chegue onde tem que chegar
Resultado: O grupo concorda que o problema está no conflito entre sociedade civil e governo, pois o diálogo entre ele não acontece. Não houve melhoras
Proposta: Melhorar o nível de comunicação, principalmente do poder público.
Resultado: A proposta é a mesma que a anterior. Não houve melhoras.

Durante a avaliação das propostas de 2009 várias questões surgiram e serviram de base para a elaboração das novas propostas. Segue um resumo das discussões:

- Universalização dos direitos humanos das crianças e adolescentes enquanto prioridade absoluta, como também a descentralização da gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, que ainda não é lei, mas já possui normas.

- Constatação da importância da participação e da intersetorialidade para a mobilização e o controle social. Foi observado que a pouca participação refletida no baixo número de participantes desta conferência, é resultado da descrença das pessoas de que essas propostas saiam do papel e se concretizem. Contudo, foi destacado que olhando para os avanços da legislação e até as próprias melhorias na região demonstrava-se que a mobilização, mesmo que pequena, tem dado resultados. Avanços são considerados lentos, mas existentes.

- Proposta de uma reformulação da educação pública: .. *num momento em que o analfabetismo era imenso no Brasil a progressão automática no ensino fundamental foi utilizada para mascarar isso (...), com isso, hoje as crianças passam de série sem aprender e quando chegam a outras séries e não conseguem acompanhar as matérias, devido a essa defasagem, desmotivam-se a ir para escola*.

- *A questão da violência vem disso também. Com boa educação as crianças e adolescentes podem se interessar por outras coisas, pelos CCAs, CCJs, Balneários etc...*

Problema da agressividade das crianças que seria um reflexo das agressões que sofrem. Foi discutido que as crianças sofrem muito em nosso país: *temos que mudar nosso olhar para a agressão às crianças, temos de nos questionar e fiscalizar porque isso ocorre*.

Problemática do moralismo com que é encarado o tráfico de drogas. Seria preciso entender este problema como uma oportunidade de trabalho para os jovens que na maioria das vezes nem são

usuários de drogas e ajudam a família com esse dinheiro. Segundo um participante *é difícil querer que eles não se envolvam com o tráfico quando ele não tem outras oportunidades, quando são chamados desde cedo de marginais, quando é nesta atividade que ele ganha respeito nesta sociedade. É uma grande falácia crer nas histórias de que o traficante primeiro oferece a droga de graça para depois que o usuário estiver viciado passar a cobrar (...), isso não existe é uma questão de oferta e procura como em qualquer outro comércio... O tráfico é muito organizado.*

- Em relação ao trabalho infantil a discussão passou pelo questionamento de porque o trabalho de crianças na televisão é permitido: S*ó existe lei para o pobre*. *Porque pais que estão passando por dificuldades financeiras não podem contar com ajuda de seus filhos fora do horário de aula?* Um dos participantes diz que isso é devido à presença de psicólogos e de assistentes sociais; e o conselheiro tutelar argumentou: *porque não colocar esses profissionais em outros ambientes de trabalho infantil, como o farol? É preciso entender que trabalho não é a mesma coisa que exploração infantil*. Por fim, o conselheiro tutelar falou que *a pressão, o controle da liberdade está sempre voltado para as populações pobres e que é preciso repensar isto*.

- Sobre o ECA discutiu-se que muitas crianças não sabem que ele existe e o que ele significa. Comenta-se a dificuldade de aceitação do ECA em uma sociedade que ainda mantém a cultura de que o mais velho manda e sua vontade prevalece. O problema é que o ECA assim como o SUS, são medidas mundialmente copiadas, bonitas no papel, mas que ainda não são garantidas territorialmente, concretamente. Mas, contudo, considera-se ter havido avanços.

- Foi discutida a falta de interação entre os serviços. Se cada setor público fizesse sua parte de forma articulada muitas coisas já teriam avançado. Propostas de fortalecimento dos líderes comunitários para trabalharem a relação entre as famílias e a rede de serviços.

- Constata-se que a mentalidade em relação ao espaço público tem que mudar, pois não se pode privar as pessoas de serem livres, ir ao shopping, ficar na rua: T*emos que desmistificar que ficar na rua é um negócio ruim. O espaços públicos, a praça, podem ser para não fazer nada. E também não temos que ser obrigados a andar com documentos, não tem lei que obrigue a isso*.

- Foram levantadas também questões sobre orientação sexual, planejamento familiar e controle de natalidade obrigatório. A representante do Clube Escola disse ser favorável ao controle de natalidade obrigatório: *precisa cortar essas meninas todas, é muita criança que nasce e fica jogada*. O conselheiro tutelar falou sobre a liberdade e classificou essa posição como sendo nazista.

- Da mesma forma é tratada a questão do financiamento para migrações de retorno de nordestinos à sua terra natal e novamente o conselheiro tutelar retoma a questão da liberdade: *eu acho que isso aqui ainda é um país livre.*

- Questão de não se saber como e nem onde se realiza o Fórum Regional das Crianças e Adolescentes. Afirmação de que o CMDCA não fiscaliza os Fóruns. Houve a discussão de que a Secretaria de Assistência Social é geralmente muito cobrada, e o mesmo não ocorre com a Secretaria da Educação, que é mais desorganizada e não está aberta a outros setores.

2 – OFICINAS

2.1 – LÚDICA

Com base nas cores nos crachás, as crianças e adolescentes foram divididos em três grupos:

Azul

Esta oficina contou com 17 participantes (12 meninos e 5 meninas) com faixa etária entre 8 e 14 anos. O oficineiro foi um assistente social do Lar de Elisinha. Para iniciar, o oficineiro explicou que o ECA era um *livrinho que diz como os adultos e as instituições devem olhar para as crianças e os adolescentes*. Propôs, em seguida, a formação de grupos com 3 ou 4 participantes e distribuiu volumes do ECA entre eles; cada grupo ficou responsável pela leitura de um artigo do Livro I (págs.45 a 48) , sendo:
Grupo 1 – artigos 1, 2 e 3;
Grupo 2 – artigos 4, 5 e 6;
Grupo 3 – artigos 7, 8 e 9;
Grupo 4 – artigos 10, 11 e 12.

Cada grupo deveria ler e comentar os artigos de sua responsabilidade, no entanto, poucos participantes demonstraram interesse e a atividade não levou mais de 10 minutos. Surgiram alguns poucos comentários, como: *todos tem direito de respeitar os pais e ao próximo*; *direito é ter bom comportamento*; *a criança e o adolescente tem direito a proteção*. O próximo passo foi a confecção de cartazes. Alguns desenharam e escreveram, outros apenas olharam sem participar da atividade. Nos cartazes havia as seguintes frases: Respeito, dignidade, liberdade; Respeito ao próximo; A criança e o adolescente tem direito a proteção; Respeitar para ser respeitado, ajudar para ser ajudado.

Foram feitos também desenhos representando escolas e quadras de esportes. Para terminar a oficina, cada um falou um pouco sobre sua frase ou desenho e, com ajuda do oficineiro, redigiram algumas propostas a partir do que foi discutido.

Preto

A oficina era composta por 22 participantes (entre 11 e 15 anos aparentemente) sendo 18 meninos e 04 meninas, das seguintes entidades: Centro de Acolhida Lar de Elizinha e comunidades Sucupira e Guarani. Havia duas conselheiras tutelares recém eleitas da Subprefeitura de Casa Verde orientando o grupo e propuseram a atividade da seguinte forma: *A nossa proposta é falar de direitos, mas principalmente de deveres; vocês precisam nos ajudar a saber, o que está faltando na sua comunidade. O que vocês pensam? O que vocês acham?*

Em seguida, foi deixada à disposição das crianças e adolescentes materiais didáticos para a elaboração de cartazes: papel craft, sulfite, tinta guache, giz de cera, palitos de sorvete, cola, tesoura, lápis de cor e caneta hidrocor. Com dificuldade de conseguir a atenção dos participantes, as oficineiras pedem para eles desenhem o que falta na comunidade em termos de educação, saúde, esportes e lazer e outros aspectos que eles considerassem importante destacar.

A participação dos meninos foi incentivada com a promessa de que se realizassem logo aquela tarefa, eles poderiam ir para as quadras jogar futebol. Poucas crianças se envolveram nas atividades de discussão e de reflexão sobre os temas. Algumas iniciativas surgiram com o afastamento dos oficineiros e a possibilidade de fazer desenhos. Aos poucos as crianças foram desenhando com as folhas de cartolina estendidas no chão. Em alguns casos, os desenhos eram livres, sem qualquer relação com o que havia sido proposto. As temáticas abordadas foram apenas apresentadas pela oficineira, sem a condição de diálogo entre os participantes. Os assuntos apresentados tratavam da falta de espaços de lazer na região, precariedade das escolas e atendimento de saúde.

A produção foi fixada na parede do ginásio e envolvia a pintura da bandeira do Brasil; paisagens em guache e em giz de cera; papelão pintado de preto; palitos de sorvete pintados de verde e colados em papel; pintura de um campo de futebol. Neste último havia frases escritas no canto superior esquerdo: Arrumar o campo, Limpar o campo, Cobrir para quando chover não molhar, Colocar redes novas e Colocar grades.

Vermelho

Nesta oficina havia 19 participantes, sendo 14 meninos e cinco meninas. Uma representante do Serviço de Medida Socioeducativa da Vila Nova Cachoeirinha atuou como oficineira neste grupo.

Num primeiro momento, a oficineira pediu para que os participantes apontassem aquilo que não tem na região e que eles gostariam que tivesse. Em resposta, as crianças e adolescentes relataram a falta de equipamentos de lazer como clubes, piscinas e parques. Depois foi proposto que eles mostrassem suas ideias em uma maquete que poderia ser construída com os materiais didáticos distribuídos, tais como massa de modelar, tinta guache, palitos de sorvete, canetinhas e cartolinas. O grupo foi subdividido em dois: um que ficou responsável pela maquete de um parque de diversões e o outro pela a maquete de um clube aquático. Os participantes estavam bastante envolvidos na elaboração das maquetes, contudo um grupo de cerca de 6 meninos se separou da oficina logo nos primeiros dez minutos e passou o restante do tempo afastado das atividades.

2.2 – CONVENCIONAL

Depois da longa discussão sobre as propostas de 2009, a mediadora iniciou a leitura dos eixos orientadores da atual Conferência. Recorreram a algumas ideias já discutidas na etapa anterior (conferência de 2009) para compor novas propostas. Enquanto o grupo discutia , a mediadora ia fazendo anotações já orientadas para a elaboração de propostas. Ao término, ela leu as propostas redigidas por ela para a aprovação do grupo. Foi utilizada a ficha do CMDCA e o grupo tentou preencher os itens relativos a “execução”, “monitoramento” e “implementação”, todos constantes da ficha.

Como não havia candidatos para eleição do delegado, o nome da representante do Serviço de Medidas Socioeducativo foi sugerido e todos concordaram. Considerando que não havia outros interessados não ocorreu escolha de suplentes.

3 – PLENÁRIA

3.1 – LÚDICA

Após um intervalo de duas horas e meia, em que as crianças e adolescentes puderam lanchar, brincar e jogar bola deu-se início a apresentação dos trabalhos. Dada a dificuldade de organização dos participantes, o representante da subprefeitura relembrou o acordo feito na abertura da conferência, dizendo que todos já tinham jogado futebol e que era hora de voltar ao trabalho. Ainda assim, os participantes estavam dispersos e poucos se prestaram atenção nas apresentações.

Cada um dos grupos descreveu o que foi realizado durante a oficina e apresentou o trabalho produzido: o grupo azul apresentou suas propostas, o grupo de cor preta apenas mostrou os cartazes e leu o que estava escrito neles, mas não elaboraram propostas e o grupo vermelho contou qual foi a ideia que procuraram expressar na construção das maquetes:

a ideia foi dar uma estrutura para o Bairro Jardim Peri e Vila Nova Cachoeirinha; porque esses bairros precisam de algo melhor do que um bairro todo destruído, mesmo que seja um parque pequeno (...). No final de semana você quer um lugar melhor para não se perder por aí, porque durante a semana você está na escola então quer algo para se divertir.

Os delegados foram definidos ao término da plenária, com um convite aberto da mediadora que estava conduzindo a plenária: *quem quer participar da conferência que ocorrerá no Anhembi?* Uma representante da comissão organizadora alegou posteriormente que a escolha dos delegados foi livre, pois não tinham recebido o manual do CONDECA, nem orientações sobre como proceder na Conferência. De 64 crianças e adolescentes 21 se inscreveram como delegados e ninguém se inscreveu para suplente.

3.2 – CONVENCIONAL

Os adultos que ficaram até o fim da conferência eram apenas sete e eles apresentaram as propostas elaboradas na oficina.

4 – PROPOSTAS

4.1 – LÚDICA

- Mais espaços de lazer como clubes, parques, praças, museus, Shopping.
- Mais escolas e ampliar oferta de escolas com período integral.
- Mais hospitais e pronto socorro nas regiões e com qualidade no atendimento.
- Mais divulgação do ECA nos equipamentos de atendimento público como: escolas, hospitais e postos de saúde.
- Que os pais tenham mais cuidado com os filhos e que os filhos aprendam a se cuidar.

4.2 – CONVENCIONAL

➢ Eixo 1 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

- Fortalecimento dos líderes comunitários para trabalhar com as famílias a questão dos direitos da criança e do adolescente e quais órgãos procurar para garanti-los. Execução: CRAS/ SMADS/ Conselho Tutelar/ Subprefeitura.

➢ Eixo 2 – Proteção e Defesa dos Direitos

- Capacitação continuada dos conselheiros para garantir um trabalho efetivo e qualificado. Execução: Subprefeitura

➢ Eixo 3 – Protagonismo e participação de Crianças e Adolescentes

- Criação de oficinas de cunho cultural e profissionalizante nos espaços públicos destinados às crianças e adolescentes. Execução: CMDCA; monitoramento e mobilização: eventos semestrais com amostragens do que foi produzido; implementação: destinar recursos à secretaria da educação e de assistência social.

➢ Eixo 4 – Controle Social da Defesa dos Direitos

- Criação e Articulação dos Fóruns de Defesa dos Direitos da criança e do adolescente. Execução: CMDCA e CREAS

➢ Eixo 5 – Gestão da política nacional dos direitos humanos das crianças e adolescentes

- Maior fiscalização dos órgãos competentes do sistema de garantia de direitos como educação saúde, assistência e conselhos, para a efetiva garantia dos direitos. Execução: CMDCA e CONDECA

• Criação de agentes comunitários para fazer o trabalho de busca ativa e fortalecimento familiar perante os direitos das crianças e adolescentes. Execução**:** CMDCA e SMADS

5 – COMISSÃO REGIONAL

REPRESENTAÇÃO	NOME
Assistência Social	Juliana Rodrigues Liberado
Educação	Waldir Pereira Fernandes Romero
Saúde	
Subprefeitura	Elenice de Souza Azevedo Franco
Conselho Tutelar	Antônio Oliveira da Silva Érika Cristina Aparecida dos Santos
Fórum DDCA Regional/Municipal	Erly Guilen Moscoso Maria Marlene Rodrigues de Andrade Tereza Maria de Melo Barghetti Roseni Maria da Silva
Adolescente	Lilian Santa Oliveira da Silva Gabriel Ribeiro Vasconcelos

6 – DELEGADOS

6.1 – LÚDICA

TITULARES
Anderson da Conceição Silva do Nascimento
Brunno Brandão L. Ungaretti
Caique Peaes Santos Francisco
Claudinei Peres Batista
Cleberson dos Santos Silva
Diana Valdez
Jéssica Dias Gonçalves
Larissa Carvalho Costa
Leonardo Rodrigues da Silva
Leonardo Santos Guimarães
Marcos Paulo Barbosa M. S.
Maria José da Silva
Matheus Nunes
Rubens Fernandes
Talita dos Santos
Tauane Cristina de Abreu Xavie
Thainara de Abreu Xavier

TITULARES
Thiago Dias Gonçalves
Victor Kelvin da Costa Amorim
Vinicius de Jesus Nunes
Wellington dos Santos Silva

6.2 – CONVENCIONAL

TITULAR
Fernanda Ferreira Novais

CIDADE ADEMAR

INTRODUÇÃO

As Conferências Lúdica e Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade Ademar foram realizadas no dia 27 de novembro de 2011, das 8h às 17h na Associação Lar Maria e Sininha, localizada à Estrada da Saúde, 739 – Eldorado. Participaram 77 crianças e adolescentes e 30 adultos.[3].

O credenciamento foi realizado na entrada do salão de convivência da Associação, mesmo local onde ocorreu a abertura e a plenária final. Cada inscrito recebeu um crachá e uma pasta com o regimento interno e um exemplar do ECA. Em seguida foi distribuído o lanche da manhã.

CONFERÊNCIAS LÚDICA E CONVENCIONAL

1 – ABERTURA

• Composição da mesa

Às 10h15min a responsável pelo Polo Cultural Lar Maria e Sininha, fez a abertura das Conferências, referindo- às dificuldades encontradas para a organização desse evento e o empenho da comissão para garantir sua realização. Para a constituição da mesa chamou o Subprefeito e os representantes da Secretaria Municipal da Educação (SME), do Fórum Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMADS).

O subprefeito agradeceu a presença de todos, realçou a importância das Conferências e finalizou com a afirmação: *É preciso começar a cuidar das crianças e adolescentes para termos um futuro melhor*. Alegou que quando se fala de crianças e adolescentes pensamos em futuro e que desde cedo as crianças têm de ter bom direcionamento. Informou que na última terça-feira do mês, das 17h às 19h abriria as portas da Subprefeitura para atender aos questionamentos da comunidade.

Os demais participantes da mesa não puderam tomar a palavra por causa de problemas técnicos.

Um conselheiro tutelar alertou sobre a necessidade de cantarem o Hino Nacional e, embora sem acompanhamento musical, o hino foi cantado pelos presentes.

Um casal de adolescentes explicou de forma lúdica o que entendiam pelo enunciado de cada eixo:

[3] Embora a organização tenha citado 30 participantes adultos, no momento da Conferência Convencional estavam presentes apenas 19 adultos.

Eixo 1 – *Promoção é divulgar quais são os direitos das crianças e adolescentes*

Eixo 2 – *Defesa de direitos. Alegam que o Conselho é um órgão de defesa, mas nenhum conselheiro está presente*.

Eixo 3 – Para explicar o que é protagonismo chamaram outros três adolescentes para cantar um rap sobre o Polo Cultural. A letra do rap segue transcrita abaixo[4]:

Polo Cultural
No polo cultural Lar Maria e Sininha
Tem atividade para você e para a vizinha
Não importa a idade, cor ou religião
No polo cultural não tem discriminação.
Mas vou falar uma coisa. Preste muita atenção!
Para fazer atividade tem que ter inscrição
O que "to" falando é certo, pode crer não é besteira
No polo cultural tem aula de capoeira
A capoeira não é fácil, não!
Tem que saber gingar para ganhar o seu cordão.
No polo cultural eu toco o 'surdão'
Eu toco o atabaque na aula de percussão.
Todos os educadores são muito simpáticos
No polo cultural tem aula de informática
No polo cultural uso a imaginação
Na aula de teatro uso a interpretação
Agora quero chamar jovens e crianças
Para com o professor Luiz fazer aulas de dança
Polo cultural, polo cultural... (3x)
A língua que eu falo, preste atenção
Por que o português ele não é fácil, não.
Eu não entendi bem a autobiografia
Mas eu descobri o que a Sandy fazia.
No começo do semestre nós vimos a represa
De perto é suja, mas de longe, uma beleza!
A língua que falo é muito diferente
Por que a gente aprende e fica muito contente
No polo cultural não tem discriminação

[4] A mediadora da abertura solicitou que a letra do rap fosse incluída no relatório da Conferência de Cidade Ademar por se tratar de uma construção coletiva dos jovens que vivem no Lar Maria e Sininha

Aqui tem respeito e compreensão

Eixo 4 – *Controle Social é a integração da sociedade com o poder público para arrumar uma solução para algo Por exemplo, quando avisam que não tem médico e o poder público age para solucionar o problema*.

Eixo 5 – Não trataram desse eixo porque não souberam explicar o que é gestão de políticas públicas. Neste momento a mediadora da Abertura afirmou que esclareceria, porém limitou-se a justificar que os adolescentes não tiveram tempo de trabalhar com esse eixo.

• Regimento Interno

Foram introduzidas várias alterações no regimento interno das Conferências de Cidade Ademar, como segue abaixo:

> No enunciado e em todos os locais onde estivava escrito; VII Conferência Lúdica Regional dos direitos da criança e do adolescente, alterou-se para; "**VII Conferência Lúdica e IX Conferência Convencional dos direitos da criança e do adolescente da região de Cidade Ademar**".
>
> - CAPÍTULO I foi inserida a programação do dia.
>
> - Na programação do dia decidiram em plenária que o almoço ocorreria antes das oficinas e que cada oficina teria duração de duas horas.
>
> - CAPÍTULO II, parágrafo único, 9º objetivo, foi alterado de elaboração para "**consolidação**".
>
> - CAPÍTULO III, art.3º, item a., "a palavra **adultos** foi acrescentada"
>
> - CAPÍTULO IV, art.4º, parágrafo único, foi alterado de: Os delegados e observadores serão indicados a cada grupo de 10 crianças e adolescentes participantes, para "**Os delegados e observadores serão indicados a cada grupo de 10 crianças, adolescentes e adultos**."
>
> - CAPÍTULO VI, art. 8º, parágrafo 3º, foi alterado o horário para "**até as 12:00h**."
>
> - CAPÍTULO VII, art. 10º, foi alterado de Todos os inscritos na Conferência Regional serão constituintes da Plenária, tendo direito a voto apenas crianças e adolescentes, para "**Todas as crianças e adolescentes inscritos na Conferência**

Lúdica Regional e todos os adultos inscritos na Conferência Convencional Regional serão constituintes da plenária, tendo direito a voto".

Por fim, o Regimento foi aprovado com todas as alterações citadas.

• Apresentação cultural

Uma apresentação cultural foi realizada por duas adolescentes, que fizeram a leitura de um poema intitulado "Ausência" seguida de fala mediadora sobre a ausência da rede social e dos parceiros durante todo o processo de organização das Conferências.

2 – OFICINAS

2.1 – LÚDICA

Para organizar as oficinas s crianças foram encaminhadas para o campo de futebol do lado externo da instituição. Lá fizeram uma grande roda e foram agrupadas de acordo com a faixa etária: de 6 a 10 anos; de 11 a 13 anos e 14 a 17 anos. As organizadoras falaram sobre os objetivos das oficinas e sobre as atividades que seriam desenvolvidas em cada grupo, tais como o ato de conferir as propostas de 2009, a elaboração de novas propostas e a eleição de delegados. Em seguida todos se dirigiram para as salas onde se realizaram as oficinas.

<u>Eixo 1 – Faixa Etária de 11 a 13 anos</u>

Essa oficina, que deveria discutir o Eixo 1, teve 19 participantes sendo 11 de sexo feminino e 8 de sexo masculino, todos representantes das duas entidades Lar Maria e Sininha e o Centro Comunitário Castelinho. O trabalho foi orientado por uma educadora da entidade organizadora da Conferência.

De acordo com a metodologia utilizada as crianças foram incentivadas a ler as propostas de 2009 e debater a respeito de sua efetivação. Caso as propostas não tivessem sido implementadas, deveriam elaborar novas propostas para o próximo período.

Na maior parte do tempo as crianças ficaram agitadas e pouco se preocuparam com a discussão dos temas relativos ao Eixo 1. Somente seis crianças, entre meninos e meninas, tiveram um envolvimento ativo com as atividades. As demais transitavam pela sala (a biblioteca do Polo Cultural), mexendo nos livros, entrando e saindo da sala, conversando todo o tempo. Entre conversas, risos e caminhadas foi feita a leitura e discussão das propostas. A oficineira perguntou:

Qual o motivo de estarmos aqui? Depois de diversas tentativas um dos adolescentes respondeu: *Para ver se em 2011 fizemos o que era de 2009.*

As propostas de 2009 começaram a ser lidas:

- Cursos profissionalizantes/noções sobre o mercado de trabalho e ensino de outros idiomas.

Na avaliação dos presentes, essa proposta não foi realizada. Segundo um dos participantes *tem curso, mas é tudo pago. Nas escolas só tem inglês. Preparação para o trabalho também é tudo pago*.

A sugestão das crianças é que se façam passeatas, abaixo assinado e carta para a secretaria da Educação, conversas com os políticos. A oficineira sugeriu que deveria haver políticas públicas que ofereçam projetos em instituições voltadas para qualificação profissional, mercado de trabalho e cursos de línguas avançados e gratuitos.

- Criação de mais bibliotecas para pesquisas, trabalhos escolares e mais salas de leitura. Segundo as crianças essa proposta foi cumprida.

- Criar mais telecentros, centros culturais e creches.

Com relação a essa proposta, as opiniões se dividiram alguns acham que a quantidade de creche é suficiente, outros não, Também não há telecentros: *o de Diadema é o mais perto, também tem o de Água Santa*. Enfim concluíram que não existem creches nem telecentros em quantidade suficiente. As crianças fizeram propostas no sentido de que a falta de creches e telecentros deveria ser resolvido pelos responsáveis.

- Não deixar faltar material de educação física.

Esse problema foi relatado na fala de crianças e adolescentes, segundo os quais, *é o professor de educação física que traz. .Na minha escola a professora leva tudo. Não tem nem bola na escola, isso só tem na escola privada, nas públicas só tem a sala*. Outra criança informou que *o material é do Paraguai, a cola nem cola*. *Se nóis não corre atrás, nóis não consegue*, falou um menino. Outro reclamou da pintura da escola, *é tudo cinza, preto, branco, não tem nada rosa, amarelo, é tudo muito feio*. Outra criança disse que falta comida na escola. Depois de vários outros comentários foi aprovada a proposição da oficineira, pela qual deve haver leis para que seja fornecido uniforme escolar e material para educação física, de forma que seja monitorado para que não tenha falta.

- Criar mais Centros de Especialidades para crianças e adolescentes.

O *problema não é que a gente não tem, o problema é que a gente não tem dinheiro*. *Devia ter psicólogo nas escolas, porque têm muita gente com problemas em casa*, disse um adolescente. *Tem que ter enfermaria nas escolas*. A oficineira anotou fez anotação dessa discussão e orientou na elaboração de nova proposta.

- Inclusão do projeto PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas) nas escolas. As crianças consideraram que essa proposta não foi atingida. *Na minha escola só vai polícia quando tem briga, acho que agora tem mais polícia por causa desse estuprador*. As crianças falaram da situação de suas escolas e que a Secretaria de Educação tem de ser cobrada para que cada escola tenha um PROERD.

O passo seguinte foi a eleição dos delegados para a Conferência Municipal. Os candidatos surgiram dentre as crianças que mais participaram. A votação teve que de ser feita rapidamente, pois a plenária já estava sendo retomada. Seis candidatos se apresentaram e as crianças votaram em dois delegados titulares e dois suplentes.

Eixos 2 e 5 – Faixa etária de 6 a 11 anos

As responsáveis pela oficina foram duas mulheres que afirmaram não saber que teriam que desenvolver a temática com as crianças, já que cinco pessoas haviam sido capacitadas para desenvolver os eixos, mas não estavam presentes devido aos sucessivos adiamentos da conferência. Havia 24 crianças participantes, sendo 8 de sexo feminino e 16 de sexo masculino.

A dinâmica utilizada foi a leitura das propostas da conferência de 2009 – escritas em uma cartolina colada na parede – seguida do questionamento sobre a sua implementação.

Houve muita dificuldade na discussão, pois as crianças estavam dispersas e pouco se importavam com o que estava sendo discutido. O grupo só era mantido em silêncio e, supostamente, prestando atenção, quando um educador ficava na sala anotando os nomes daqueles que continuavam a bagunçar mesmo com sua presença.

A oficineira que estava lendo decidiu pular as propostas que tratavam de sexualidade na adolescência e drogas e as crianças expressavam suas opiniões sobre o que estava sendo lido:

Os professores prestam mais atenção naqueles alunos espertos do que nos que têm dificuldade. *Educação não é só da escola, é papel da mãe também*. *Precisa pedir ajuda para o prefeito para criar mais ONGs*. *A criança tem direito a brincar e falta espaço na região*.

Eixos 3 e 4 – Faixa etária 12 a 17 anos

Esta oficina contou com 25 participantes, sendo que 15 do sexo feminino e 10 do sexo masculino. Dois educadores atuaram como oficineiros e conduziram os trabalhos de discussão e elaboração das propostas.

Como nas demais oficinas, o ponto inicial para a discussão foram as propostas da Conferência de 2009. Um dos oficineiros explicou que seu papel era ajudar no entendimento e discussão dos temas, tendo como base o documento de propostas elaborado em 2009. A oficina foi marcada pela predominância da participação de duas adolescentes da Casa de Cultura e Cidadania.

A discussão foi desencadeada com a pergunta do oficineiro: *O que é protagonismo?* Concluíram que o protagonismo refere-se aos jovens atuando nas decisões, juntando-se ao vizinho para atuar junto às instâncias públicas e pedir o que falta no bairro. Um adolescente observou que o poder público estava ausente da Conferência. Outro afirmou que *o Conselho Tutelar deve ser presente, mas alguém já recebeu visita ou palestra do conselho sobre direitos da Criança e do Adolescente? Além disso, os jovens de Pedreira e Cidade Ademar foram comunicados da Conferência? Houve preparo para discussão?* Uma Adolescente respondeu que o conselho tutelar esteve presente em sua escola uma única vez para um evento, mas – segundo ela – estiveram lá, somente para marcar presença.

Uma jovem afirmou que soube da Conferência há dois dias pelo Conselho Tutelar de Pedreira, de forma apressada. Concluiu que muitos jovens não compareceram por não terem sido avisados, além das provas oficiais (Prova Brasil e Saresp), que estavam marcadas para o mesmo dia. Na fala de um jovem: *Esse trabalho não é muito exposto porque o Governo quer que nos tornemos pessoas ignorantes para não questionar*.

Outros adolescentes criticaram seus pares, afirmando que *muitas coisas são marcadas e ninguém vai*' e também *há falta de preparo para entrar em discussão*. O oficineiro fez uma intervenção afirmando que os adolescentes estavam apontando a importância do papel do poder público, mas também da participação do próprio jovem.

Voltando à questão da presença do Conselho Tutelar, o educador questionou se é papel apenas do conselho garantir os direitos de crianças e adolescentes. O ponto explorado foi que uma das facetas do protagonismo é ir até o Conselho Tutelar e não apenas esperá-lo aparecer em suas casas e escolas.

O oficineiro questionou também a participação em grêmios. Uma adolescente afirmou que entregou proposta para direção da escola, mas a comunicação demorou tanto que foi tempo suficiente para desarticular as ideias que se formavam entre os alunos a respeito da formação de um grêmio. O oficineiro afirmou que sempre fora muito ativo em sua escola, porém, certa vez recebeu a indicação de que havia esferas que não poderiam ser desafiadas. Ao discutir com a diretora de sua escola, professores afirmaram que ele não passava de um aluno e não havia o que discutir.

Continuou sua argumentação e instigou os presentes: *muitas crianças e adolescentes são criadas para não falarem, não gritarem. Aposto que muitos daqui não estão nem ouvindo*. Por fim, com o conteúdo da discussão elaboraram as propostas e elegeram dois delegados e suplentes para representar o grupo.

2.2 – CONVENCIONAL

Havia 30 inscritos na Conferência Convencional, mas na oficina estavam presentes apenas 19 adultos.

A representante da Casa de Cultura "Vila Guarani", leu as propostas regionais de 2009.

A assistente social da vara da infância, aposentada e moradora da região, levantou questões referentes aos Direitos Humanos e sobre o Orçamento Municipal. Um conselheiro tutelar contribuiu para os trabalhos da oficina trazendo uma apresentação em datashow sobre as atribuições do Conselho e o ECA.

A Representante do Projeto "JAMAR" (Jardim Mirian Arte Clube) falou sobre a importância de ser realizado o controle social de maneira contínua. Esclareceu que não se trata de cobrança nem reivindicação, mas a verificação de todas as condições e citou as ferramentas para o exercício do controle: conferências, fóruns e conselhos. Propôs a formação de conselhos onde o bairro seja representado para planejar junto com a administração pública e com poder de decisão. Finalizou afirmando: *Enquanto não houver organização, não sairemos do lugar, outras propostas sairão hoje e novamente nada será feito*.

Foi realizada uma dinâmica simples de agrupamento conforme solicitação de um educador, entretanto devido a pequena quantidade de participantes, formaram-se apenas quatro grupos, que discutiram os quatro primeiros eixos.

Oficina do Eixo 1

O grupo que encarregado do Eixo 1 era composto por cinco participantes e demorou bastante tempo para começar a discutir. No início fizeram a conferência das propostas de 2009. Ao observarem que as duas propostas do eixo não haviam sido realizadas, questionaram a possibilidade de acompanhamento dessas propostas. Segundo as palavras de uma participante, *a política de FHC e Alckmin é o neoliberalismo e a principal característica é cortar o investimento no social, a sociedade civil tem que cutuca*r. Grande parte da discussão tratou dos possíveis mecanismos que podem ser utilizados para controlar/vistoriar o poder público. Concluíram que a melhor maneira seria a mobilização da sociedade civil para acompanhar as propostas da conferência.

Oficina do Eixo 2

A oficina que ficou com o Eixo 2 centralizou a discussão no papel do Estado e o que vem sendo delegado para a sociedade civil. Houve uma polarização do debate em que uma participante dizia que o Estado é quem tem de fazer política pública, mas delega para o terceiro setor e "aperta" o orçamento.

Por outro lado, um participante defendia a ideia de que se não houvesse as ONGs não haveria vagas nas creches e a maior parte dos serviços sociais não estariam disponíveis para a população de baixa renda. Afirmou que *a política é governamental, a ONG é apenas uma executora.* Mesmo com o término do tempo da discussão, continuaram debatendo sobre o papel do estado em nossa sociedade, mas escreveram algumas propostas.

Oficina do Eixo 3

A oficina do Eixo 3 também iniciou com a leitura das propostas de 2009. Citaram alguns serviços que foram implantados nesse período (2009 a 2011) e sobre a criação de seis CEIs, mas ninguém tinha informação se elas haviam sido realmente criadas e em que época isso ocorreu.

Comentaram sobre a proposta que solicitava a criação de mais abrigos e questionaram sua relevância, mencionaram o PNCFC (Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária) e chegaram ao consenso de que tal ação seria um retrocesso.

Discutiram o fato de que essas propostas aprovadas em 2009, não contemplavam os temas referentes ao Eixo 3.

Oficina do Eixo 4

Na oficina do Eixo 4 foram lidas, inicialmente, as propostas de 2009 e não ocorreu qualquer tipo de manifestação dos participantes do grupo A maior parte do tempo foi dedicada à discussão dos temas do próprio Eixo 4, tentando descobrir como preencher o instrumental que lhes foi entregue.

O pouco tempo que restou foi destinado à discussão a respeito das dificuldades, atribuições e rotina de trabalho do Conselho Tutelar, pois um dos componentes desse grupo havia sido recentemente eleito e um participante já havia sido conselheira tutelar por dois mandatos.

3 – PLENÁRIA

As duas conferências, Lúdica e Convencional, realizaram a plenária final em conjunto. Os representantes de cada oficina de crianças e adolescentes e de adultos apresentaram as propostas de seu respectivo grupo, seguindo-se a aclamação de todas elas.

Os delegados e suplentes, tanto da convencional quanto da lúdica, também foram apresentados e aclamados pela plenária. Mereceram destaque as delegadas do grupo de 13 a 17 anos de idade que fizeram uma fala muito interessante sobre o protagonismo jovem e a participação na construção de políticas públicas.

4 – PROPOSTAS

4.1 – LÚDICA

➢ Eixo 1 - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

- Políticas públicas que ofereçam projetos em instituições voltadas para qualificação profissional, mercado de trabalho e cursos de línguas avançados e gratuitos.
- Chamar o órgão público responsável para discutir sobre falta de creches e telecentros na região, e pedir prazo para a resolução dessas carências.
- Criação de leis para que sejam fornecidos uniformes escolares e materiais para a prática de educação física, de forma que seja monitorado para que não tenha falta.
- Melhorar atendimento na área da saúde e criar enfermarias em todas as escolas, além da presença de psicólogo e assistente social.
- Cobrar da Secretaria da Educação o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas) em todas as escolas.

➢ Eixo 2 - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Capacitar professores para atuar com adolescentes.

➤ Eixo 3 – Protagonismo e participação de crianças e adolescentes

- Capacitação de jovens para trabalharem diretamente com outros jovens nas próximas conferências.
- Criação de um Fórum Regional da Juventude.

➤ Eixo 4 – Controle social da efetivação dos direitos

- Criar lei para a escola abrir espaço para atividades culturais nos finais de semana. Isso inclui materiais e profissionais capacitados.
- Preparar as pessoas para participarem das conferências e fomentar o debate. Preparação não apenas com o poder público e escola, mas também com iniciativa dos jovens.
- Fortalecimento dos grêmios nas escolas e participação dos jovens em fóruns.
- Participação política de jovens na escola.

➤ Eixo 5 – Gestão da política nacional dos direitos humanos de crianças e adolescentes

- As ONGs têm que estar mais presentes na comunidade para a escuta dos jovens.

4.2 – CONVENCIONAL

➤ Eixo 1 – Promoção dos direitos de crianças e adolescentes

- Criar uma comissão de moradores para monitorar a efetivação das políticas públicas para crianças e adolescentes na Cidade Ademar e Pedreira considerando as propostas feitas nas conferências regionais.
- Trabalhar com crianças e jovens da perspectiva da matricialidade familiar, responsabilizando o poder público em relação a política de proteção.
- Considerando que as propostas da Conferência regional de Cidade Ademar de 2009 não foram até o momento executadas totalmente que continuem a trabalhar com a responsabilidade do poder público em direção a sua implementação conforme plano decenal.

➤ Eixo 2 – Proteção e defesa dos direitos

- Melhoria da qualidade do ensino com a diminuição de alunos por sala. Garantia e formação de professores e a criação de salas de informática.
- Criação de escolas profissionalizantes com parceiros empresariais.
- Criação de mais creches e EMEI.

- Criação de mais CAPS e atendimento médico específico para adolescentes.
- Garantia de acessibilidade para portadores de deficiência física.

➤ Eixo 3 – Protagonismo e participação de crianças e adolescentes

- Efetivação de uma rede social local com jovens.
- Ampliar o programa de saúde da família.
- Formação continuada de toda a sociedade através dos meios de comunicação, escolas e ONGs.
- Estimular a participação comunitária dos jovens nos fóruns de discussão, ONGs e Grêmios.
- Inclusão no calendário anual das escolas a realização de Conferências Lúdicas e Convencionais.

➤ Eixo 4 – Controle social e efetivação dos direitos

- Fortalecimento dos grêmios estudantis nas escolas.

➤ Eixo 5

- Não houve discussão do eixo 5 na Conferência Convencional de Cidade Ademar.

5 – COMISSÃO REGIONAL

REPRESENTAÇÃO	NOME
Assistência Social	Ivone Seabra
Educação	
Saúde	
Subprefeitura	Cláudia Toselli
Conselho Tutelar	
Fórum DDCA Regional/Municipal	Alessandro S. Figueiredo Geraldo Henrique Rosangela Veiga da Silva Luciana Alves dos Santos
Adolescente	

6 – DELEGADOS

6.1 – LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Evellyn Ferreira	Pamella Lauan
Lara Thaynara	Karolline Marcondes
Júlio Cesar Bispo	João Victor da Silva
Leandro Domingos	Adam Marcolino
Silvério Junior	Paloma Pothynara de Jesus Santos

Luiza Kathlyn	Carlos Alberto
Lara Thaynara de Oliveira Bispo dos Santos	Carlos Alberto Santos Ferreira

6.2 – CONVENCIONAL

DELEGADOS	SUPLENTES
Tânia Regina de Oliveira	Camila Campos Tinoco Fattori
Albina Aparecida Caldeiran Martins	Alex Sandro da Silva Figueiredo
Gislene Aparecida Moreira de Alcântara	Denise Thiago dos Reis
Rita Luciana Bispo	Elizabete Thomé dos Santos
Geraldo Henrique	Ana Cristina de Souza Elias

MOÇÕES

Foram feitas duas moções de repúdio.

1 – Moção de repúdio pela baixa qualidade do lanche

2 – Moção de repúdio pela ausência de pessoas da Diretoria de Ensino.

CIDADE TIRADENTES

INTRODUÇÃO

As Conferências Lúdica e Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade Tiradentes foram realizadas respectivamente nos dias 18 e 25 de novembro de 2011, em locais distintos: a Lúdica, na sede da ONG Ação Comunitária Senhor Santo Cristo, R. Santo Rizo, 120 e a Convencional, na sede do Grupo de Mães Novo Amanhecer, R. do Cobre, 299. Em ambas, o início estava programado para 8h30 e a finalização, para 17h30.

Estiveram presentes na Conferência Lúdica 99 crianças das 165 pré-inscritas em suas escolas e entidades, enquanto 49 adultos participaram da Conferência Convencional. O reduzido número de participantes da conferência lúdica deveu-se, de acordo com a comissão organizadora, às seguidas remarcações da data da conferência. A data finalmente escolhida coincidiu com a realização de importantes avaliações do Ensino Fundamental, a Prova Brasil e o Saresp, o que impediu a presença de muitas crianças e adolescentes.

A III Conferência Lúdica da Cidade Tiradentes diferenciou-se das demais conferências lúdicas pela sua forma de organização. Houve uma etapa inicial realizada em 26/10/2011 com o objetivo de conferir as propostas aprovadas na Conferência de 2009 e discutir texto do Plano Decenal para os direitos da criança e do adolescente. Munidos destes documentos, e após o seu estudo, as crianças e adolescentes realizaram um trabalho de campo pelas ruas do bairro a fim de diagnosticar o que havia sido feito, ou não, em relação àquelas propostas, bem como para identificar novos problemas na região. Nas escolas e/ou entidades essas crianças foram organizadas em grupos temáticos para a segunda etapa da Conferência.

A Conferência Convencional, na opinião dos organizadores, estaria organicamente ligada à Lúdica, pois as propostas que seriam discutidas pelos adultos e encaminhadas à Conferência Municipal seriam exatamente as aprovadas pelas crianças e adolescentes na Conferência Lúdica.

Após o credenciamento crianças e adolescentes tomaram o café da manhã que foi preparado pela organização que acolheu a conferência lúdica, já que os lanches a serem enviados pelo CMDCA deveriam chegar somente às 13:00hs.

CONFERÊNCIAS LÚDICA E CONVENCIONAL

1 – ABERTURA

1.1 – LÚDICA

Pouco depois das dez horas uma das organizadoras da Conferência Lúdica deu início aos trabalhos do dia destacando a importância do evento para as crianças e adolescentes que estavam ali presentes.

Não houve uma abertura formal com a composição da mesa e o Hino Nacional também não foi executado. Mas registrou-se a presença de autoridades regionais, tais como representantes do Conselho Tutelar, da Subprefeitura, do CRAS e do Fórum Regional. Estavam presentes também representantes de todas as entidades que participaram da organização da conferência e que se prontificaram para levar as crianças até o local.

- Regimento Interno

Não ocorreu a leitura do Regimento Interno e, segundo a organização do evento, tal escolha era parte de uma postura política frente ao CMDCA.

- Apresentação Cultural

Uma das organizadoras deu as boas vindas e abriu a parte cultural com a leitura de uma poesia de autoria de Manoel Messias Belizário Neto, cujo texto segue abaixo:

Nosso momento histórico
Tenta, porém não me ilude:
Tem ofuscado bastante
O brilho da juventude
Pondo o banal como norma
Regente das atitudes.

Já provamos meu Brasil
Que o jovem tem poder
De mudar realidades.
Para isso é só querer.
O jovem tem força e garra
Canais que o faz vencer.

Uma vez que o sistema
Capitalista global
Tem consciência que o jovem
Traz este potencial
Lança ideologias
Baseadas no banal.

Por isso que a juventude
(Com pouquíssima exceção)
Vai trilhando um caminho
Cujo rumo ou direção
É distante dos valores
Que exaltam uma nação.

As drogas, o culto ao corpo,
O apelo sexual
Apresentado na mídia
Como valor principal.
A violência parece
Cada dia mais normal.

Tais valores destorcidos
Vieram em oposição
Ao pensamento que faz
Do jovem um cidadão
Consciente dos direitos
E deveres da nação.

Este jovem consciente
Consome e produz cultura.
Questiona o fazer político.
Pensa de forma madura.
Produzir conhecimento
É sua grande aventura.

Jovem do nosso Brasil
Reconstrua esta história...
Você é nosso futuro.
Preserve a nossa memória.
Você tem todo o poder
De nos trazer grande glória.

Outra apresentação cultural foi realizada após o almoço, antes da apresentação das propostas tiradas nas oficinas. Um jovem do Serviço de Medidas Socioeducativas da região cantou um funk de sua própria composição. Algumas crianças dançaram no palco e houve participação entusiasmada de todos os presentes. Segue abaixo a letra da música, tal qual foi cantada e distribuída em cópia a todos os presentes:

Muitos prometem e poucos faz
no ritmo do funk eu venho
pedindo a paz
Os rico tão revoltado com as
periferias mas eles não sabe como
é o nosso dia a dia
Vivemos de promessas a toda
hora uns prometem hospitais
Outros creches e escolas
Essas letras é especialmente
Para as autoridades que só
tá pensano neles e não nas
Comunidade
Precisamos de mais projetos sociais
Governo preste atenção
Eu não arrumo trabalho
por que não tenho formação
Governo escute o que eu te falo
Meu papo é consciente
Precisamos ocupar a nossa mente
Pra não fazer coisa errada como
Eu fiz no passado eu quero mais
progressão quero arrumar um
Trabalho
Então escuta as ideias
e ve se coloca em prática
Ajude a Tiradentes ajude a
minha quebrada
Eu sei que tu já fez muito
mas nois queremos bem mais
Por isso eu mando assim
Muitos prometem e poucos faz

no ritmo do funk eu venho

pedindo mais

1.2 – CONVENCIONAL

Às 10h15 foi dado início à Conferência Convencional de Direitos da Criança e do Adolescente de Cidade Tiradentes, sob a coordenação de um membro da comissão organizadora.

• Composição da Mesa

Para a composição da mesa a coordenadora chamou cada uma das autoridades presentes: o Subprefeito de Cidade Tiradentes, uma Conselheira Tutelar o representante do CMDCA, o coordenador do Fórum DCA da Cidade Tiradentes e a coordenadora do CRAS Cidade Tiradentes.

Foi ressaltada a ausência de representantes das Secretarias de Saúde e de Educação.

Após solenidade do hino nacional, o representante do CMDCA, tomou a palavra e comentou a dificuldade de fazer com que as conferências acontecessem neste ano, devido aos sucessivos adiamentos e transferência de local. Afirmou que foram muitos os prejuízos, mas prejuízo maior seria deixar de realizar a conferência, deixando de realizar o debate e as proposituras para a região.

Salientou que a conferência da região deveria acontecer num sábado, possibilitando assim presença de mais participantes, mas que a presença de poucas pessoas não impediria o debate, a discussão e a reflexão sobre o bairro. Salientou que o debate deveria considerar as questões: *Qual bairro eu tenho e qual bairro eu quero? Que análise pode-se fazer da política existente e da que eu quero?* Comentou que a ideia não era fazer essa reflexão individualmente porque cada profissional já vive diariamente em sua ilha e que todos deveriam sair dela e constituir um arquipélago para construir uma política pública para a região. Destacou que, além de profissionais atuantes na região, os moradores também deviam se engajar no debate.

O coordenador do Fórum DCA de Cidade Tiradentes, comentou que infelizmente eram poucos os participantes da Conferência, mas entendia que apesar disso, eles representavam muitos porque eram pessoas com conteúdo, que trabalham e moram na Cidade Tiradentes. Falou que iriam discutir o que os educandos (crianças e adolescentes) desejam para suas escolas, mas principalmente o que todos necessitam. Destacou que o momento de conferir é um momento de despertar o senso crítico. Agradeceu a presença do Subprefeito e pediu uma salva de palmas para todos os participantes daquela conferência, dizendo que cada um dos presentes fazia a diferença. Destacou que o papel da

Comissão Organizadora da conferência havia sido cumprido porque seus membros tomaram decisões, se respeitaram e que os trabalhos daquele dia estavam acontecendo como fruto de um esforço coletivo. Encerrou sua fala desejando que todos tivessem um dia produtivo.

O Subprefeito comentou que as falas anteriores à dele eram complementares e que no mundo moderno não existe trabalho individual, apenas trabalho de equipe. Que todos juntos formam um time campeão. Falou que a visão de quem mora, a visão regional, é muito importante. Comentou que a Subprefeitura realizou uma festa no ano anterior e que o jornal local havia criticado afirmando que não havia o que comemorar porque eram muitos os problemas na região. Comentou que as coisas não podem ser tratadas assim. Ele sabe que existem problemas na Cidade Tiradentes, mas que isso não impede de comemorar conquistas e avanços. Comentou a dificuldade de contemplar todos os problemas de uma região com 360 mil habitantes e, nesse momento, se emocionou. Afirmou que a Subprefeitura não é o vetor responsável pelas crianças e adolescentes, mas que são parceiros no processo. Como a segurança coletiva começa com a segurança individual, o empenho coletivo começa no individual e que assim ele se multiplica.

A coordenadora do CRAS Cidade Tiradentes comentou que era um prazer fazer parte daquele momento de discussão e especialmente do fortalecimento da política pública referente a crianças e adolescentes no território. Afirmou que eram poucos ali, mas que todos representavam uma população que precisa ter seu direito garantido. Afirmou que participar desse processo era uma honra e uma grande responsabilidade para todos. Desejou que o dia fosse mais um passo para a busca incessante da garantia de direitos.

A Conselheira Tutelar comentou que acabava de ser reeleita e que existem ainda mais quatro novas conselheiras para tentar fazer um trabalho de melhoria para crianças e adolescentes. Falou que este deve ser um trabalho junto à comunidade e com a rede de serviços públicos locais, porque sozinho o conselho tutelar não faz nada e tem que ter parceria principalmente com a Subprefeitura e com o CRAS.

A representante da comissão organizadora tomou a palavra e explicou que a conferência lúdica deste ano teve dois momentos. Como uma conferência deve conferir as propostas da anterior, a Comissão Organizadora achou que seria muito trabalho para crianças e adolescentes realizarem isso no momento da conferência lúdica. Então, pensaram em sair com as crianças e adolescentes pelo bairro para que elas pudessem ver o que tinha e o que não tinha sido feito desde 2009, data da realização da conferência anterior. Realizaram o “ato de conferir” no dia 26/10 na comunidade, com

participação de quatro ou cinco escolas da região, com grupos de crianças, adolescentes e profissionais no território. O segundo momento foi o das conferências, sendo a lúdica no dia 18/11 e a convencional naquele dia 25/11.

Foram exibidos dois vídeos com imagens do dia do "ato de conferir", seguidos de comentários de que por meio desse ato foi possível perceber um pouco da realidade, conferir, ver, certificar e então identificar o que é necessário para melhorar o bairro. Disse ainda que, na ocasião, tiveram o cuidado de levar as crianças e adolescentes para conhecer outras regiões que não as que moram, porque as pessoas acabam ficando circunscritas ao seu pedaço.

Queriam que cada jovem fossem mais um a se apropriar do território, e que o espaço público é de todos e precisa ser cuidado por todos. Afirmou que a comissão queria que os jovens tivessem um olhar globalizado para a Cidade Tiradentes, que é muito grande. Salientou ainda que todos sabem como é difícil gerenciar os problemas da área, e que todas as melhorias já conseguidas não são por benevolência, mas sim conquistas resultantes de muito trabalho. Observou que a coisa pública precisa ser mais bem tratada não só pelos gestores mas também por aqueles que dela se utilizam.

Em seguida o subprefeito pediu novamente a palavra e comentou que o projeto "Bairro a Bairro", do subprefeito anterior, foi resgatado por sua gestão com a ideia de fazer algo como uma prefeitura itinerante. Comentou sobre a experiência de um trabalho realizado em um CEI onde as crianças escreveram cartinhas pedindo um semáforo em sua região por conta de atropelamentos que estavam acontecendo. Afirmou que *democracia é isso: é pedir o que eu quero e que o semáforo foi colocado no local solicitado*. Afirmou que é importante pedir, só que tem que saber pedir *não é fazer panelaço, não é invadir a Subprefeitura e quebrar computadores*. Afirmou ainda que não precisavam agradecer a ele porque foi a população quem pediu a colocação do semáforo. E que isso era um exemplo de conquista porque alguém reclamou e foi atrás, alguém então registrou a solicitação e executou. Falou ainda que a briga da comunidade era positiva, mas que tinha que saber brigar, saber pedir e não perder o pique, o ânimo.

A representante do CRAS comentou sobre o dia em que as crianças e adolescentes foram até o CRAS para saber o que se faz lá, momento em que se expressaram com muita objetividade em suas perguntas, questionando quais eram os seus direitos. Afirmou que gostaria de compartilhar como aquele dia foi importante e que é com essas ações que se começa a visualizar tudo o que está acontecendo.

O coordenador do Fórum comentou que quando as crianças têm contato com o novo, pensam sobre o que é bom e que aquilo deve ser expandido para todo o bairro. E que aquele "ato de conferir" era para despertar o senso crítico com democracia, sem ofender, sem falar mal, para poder trazer para a conferência uma devolutiva daquilo que encontraram e daquilo que querem. E que as crianças estavam questionando a realidade que vêm diariamente na região: *mas tio, tem gente que ainda mora em favela?*, e que foi interessante ver que a criança vive tanto em seu próprio mundo que não consegue enxergar a realidade do seu colega de sala de aula na escola.

A mediadora da Mesa comentou que há um estranhamento com o novo que é muito bom. Que as crianças conheceram uma escola modelo e perguntaram por que não tinham uma escola como aquela. Tiveram também dificuldade de entender o atendimento territorial de alguns serviços. Finalizou dizendo que o "ato de conferir" foi uma grande vitória e que a comissão organizadora conseguiu atingir seus objetivos em sua realização.

O representante do CMDCA propôs uma dinâmica onde todos se colocassem no corredor entre as cadeiras, caminhassem, que abraçassem a pessoa mais próxima, e que fizesse o mesmo com das demais pessoas. Ao final comentou que essa era a tarefa do educador social, caminhar por lugares às vezes complicados, era ouvir, sentir, saber o que falar e conviver.

• Regimento Interno

O representante do CMDCA informou que a comissão organizadora optou por não ter um regimento interno, instrumento de caráter jurídico, mas sim uma "sugestão de combinados", que leu para a plenária e perguntou se todos estavam de acordo, se queriam acrescentar ou tirar algum item do combinado. Todos concordaram com o texto que foi entregue impresso para cada participante.

2 – OFICINAS

2.1 – LÚDICA

Logo após a atividade cultural as crianças e adolescentes foram encaminhados para o local das oficinas. Todos estavam previamente inscritos nos grupos de trabalho, segundo critérios de idade e interesse de cada um nos temas. (a escolha dos temas ocorreu na primeira etapa da conferência em 26/10/2011). No entanto, houve necessidade de reorganização das oficinas devido à significativa redução do número de conferencistas esperados, pois do total de nove escolas convidadas, apenas duas estiveram presentes. Vários temas foram agrupados numa mesma oficina e foi parcialmente

abandonado o critério de faixa etária. Do total de uma dezena de oficinas preparadas, foram realizadas apenas seis, com os seguintes temas: 1)Educação, 2)Saúde; 3)Sexualidade, álcool, drogas e violência, 4)Violência e trabalho infantil, 5) Cultura, esporte e lazer (crianças) e 6)Cultura, esporte e lazer (adolescentes).

A condução dos trabalhos nas oficinas foi realizada pelos educadores das entidades presentes, pois não havia oficineiros contratados pelo CMDCA.

Oficina do tema Educação

A oficina que discutiu o tema Educação contava com a participação de crianças e adolescentes, que foram organizados em dois grupos de acordo com a idade. Um dos grupos tinha 13 participantes, todos eles crianças. O outro grupo tinha contava com a participação de crianças, adolescentes e um adulto de 20 anos de idade, portador de necessidades especiais, num total de 12 participantes. Os grupos dialogavam entre si e as oficineiras intervinham em ambos, pois estavam fisicamente dispostos lado a lado, discutindo os mesmos temas.

Os dois grupos seguiram a mesma metodologia de trabalho. Os oficineiros explicaram que eles iriam discutir a respeito de como deveria ser a escola dos sonhos e compará-la com a escola atual. Tendo como base algumas perguntas lançadas pelos oficineiros, as crianças e adolescentes começaram a discutir as condições atuais das escolas que frequentam. Repetidamente eram mencionadas questões como os banheiros sujos, as faltas dos professores, a indisciplina e as brigas constantes entre os alunos. Outros aspectos levantados foram a presença de carteiras velhas, o refeitório sujo e o pequeno número de funcionários na escola. A partir daí estabeleceu-se um paralelo, organizado pela oficineira, entre como a escola é atualmente e como ela poderia ser. Na opinião das crianças e adolescentes a escola dos sonhos deveria ser parecida com o CCA, que tem banheiros limpos, não tem brigas e conta com mais professores.

Além disso, discutiram sobre a gravidade do *bullying* direcionado principalmente contra os alunos portadores de algum tipo de necessidade especial.

As condições externas à escola também foram levantadas pelos grupos. O aspecto mais perturbador é o fato de que as praças do bairro estão sendo tomadas por traficantes e usuários de drogas. Alguns adolescentes afirmaram que as drogas também estão entrando nas escolas.

Nesses grupos as crianças menores não conseguiram participar ativamente dos trabalhos, seja porque ainda não tinham o domínio da leitura e da escrita, ou porque os mais velhos dominavam as falas o tempo todo.

Foram elaborados cartazes com as conclusões dos grupos, para serem apresentadas na plenária. Em seguida foi feita a eleição dos delgados desta oficina.

Oficina do tema Saúde

A oficina que discutiu o tema Saúde teve 22 participantes, sendo 14 crianças e 8 adolescentes.

A fim de organizar os trabalhos o oficineiro pediu que os adolescentes se dividissem em dois grupos e então que chamassem as crianças para acabar de compô-los.

Os oficineiros desencadearam a discussão lançando algumas questões relativas à existência de unidades de saúde na região e suas condições de funcionamento. De imediato as crianças e adolescentes começaram a denunciar uma série de problemas, sendo que a falta de médicos foi o mais recorrente. Os oficineiros apontaram que este deveria ser o centro da discussão desse tema.

Entre as discussões destacavam-se frases como: *Os médicos moram no centro e não querem vir pra cá. Tem um médico que mora na minha rua e ele trabalha no centro porque aqui não tem materiais, falta tudo e acho que paga menos. Também há o preconceito, tem médico que não gosta de atender nem pobre nem preto*. A maioria das falas repetia o tema da oposição entre o centro e a periferia em relação à saúde pública e um diagnóstico geral de precariedade dos serviços na região.

No decorrer dos trabalhos os oficineiros lembraram que os eles tinham de elaborar propostas sobre os assuntos discutidos e alguns adolescentes começaram a escrever as propostas do grupo. Por fim ficou combinado que os trabalhos desta oficina seriam apresentados na plenária sob a forma de uma encenação teatral que recriava o ambiente e os problemas de uma família que circulava por hospitais públicos à procura de atendimento para sua filha. Houve tempo para fazer um rápido ensaio da apresentação.

Oficina do tema Violência e Trabalho

A oficina que discutiu sobre Violência e Trabalho infantil contou com a participação de 20 crianças e com oficineiras que se revezavam na mediação dos trabalhos. Apesar de o trabalho infantil ser ele próprio uma violência, estes temas estavam originariamente separados. Mas esta oficina resultou da fusão de vários grupos e acabou por assumir a discussão desses dois temas.

De início as crianças foram distribuídas em cinco grupos que, por fim, foram reduzidos a três. Nos três a discussão girou em torno de questões relacionadas à identificação de trabalho infantil e da prostituição infantil, muitas vezes patrocinada pelos próprios pais. Foi observado que é muito comum encontrar crianças fazendo carretos em feira, trabalho doméstico, vendendo doces, pedindo esmola ou trabalhando como flanelinha nos semáforos.

Terminado o trabalho de discussão e propostas, o grupo escolheu seus delegados por meio de votação. Por fim, foi elaborada uma encenação teatral e a produção de um cartaz com todas essas identificações de trabalho infantil, seguido de um sonoro grito: "Criança não trabalha criança dá trabalho!"

Oficina do tema Sexualidade, álcool, drogas e violência

A oficina que trabalhou com o tema Sexualidade, álcool, drogas e violência contou com a presença de 20 crianças e adolescentes, dentre estes 8 meninas e 12 meninos. O trabalho foi mediado por duas oficineiras, que subdividiram este grupo em três, cada qual com uma parte do tema.

Num primeiro momento as oficineiras explicaram aos participantes o que era uma conferência e estabeleceram uma conversa em termos gerais a respeito dos temas da oficina. Neste momento também pediram aos participantes para lembrarem-se dos seus trabalhos de campo e do ato de conferir e que a partir do observado ali, apontassem para possíveis soluções para os problemas da região. Estabeleceu-se também que ao final da discussão seria formado novamente um único grupo e que deveriam elaborar um cartaz com as conclusões e propostas a serem apresentadas na plenária final.

As oficineiras entenderam que era preciso estabelecer um fio condutor que unisse o tema discutido por cada um dos grupos com os demais. Elas escolheram a Violência como o elo entre os temas (sexualidade, consumo de álcool e drogas). Deste modo, associaram a discussão quanto às drogas e álcool com assassinatos por dívida, mortes por overdoses, assaltos, e aos vários efeitos da droga no usuário, e no caso da sexualidade, com estupros, prostituição, pedofilia e DST. Esta ligação entre sexualidade e violência surgiu de repetidas perguntas das crianças e dos adolescentes sobre o que significaria esta palavra (DST), a qual as oficineiras ligaram imediatamente e restritamente aos aspectos negativos acima relatados, o que talvez tenha limitado o entendimento das crianças quanto ao conceito.

O grupo que discutiu a violência propriamente dita se ateve à banalização e à forte presença da violência no cotidiano das pessoas, lembraram que as ruas não são mais um lugar seguro e fizeram uma forte relação entre violência e drogas.

Por fim, neste grupo não houve necessidade de eleição para delgados, visto que apenas uma das conferencistas demonstrou interesse em ser delegada.

Oficina do tema Cultura, esporte e lazer (crianças)

Uma das oficinas que ficou com o tema Cultura, esporte e lazer era formada apenas por crianças, num total de 18, sendo 10 meninas e 8 meninos. Esse grupo também contou com a orientação de dois oficineiros.

Para iniciar os oficineiros propuseram algumas atividades lúdicas para trabalhar com o corpo, em uma tentativa de integração do grupo, já que várias crianças não se conheciam. Primeiro pediram que se formasse um círculo e propuseram uma brincadeira de bater palmas e apontar para alguém no círculo que deveria falar seu nome. Este último deveria apontar para outro e assim, sucessivamente, todos se apresentariam de maneira dinâmica e ritmada. Depois de uma primeira rodada, onde todos se apresentaram, os oficineiros distribuíram um carretel de linha que era passado de mão em mão, formando aos poucos uma teia. A cada novo vértice da teia a criança deveria repetir o nome das pessoas que seguravam a linha antes dele. Aos poucos, os fios entrelaçados formaram estrelas e o educador pediu que todos se inspirassem em um céu repleto delas, para que brilhassem em ideias e reflexões na oficina recém-iniciada. Ao final, as crianças colocaram a linha entrelaçada no chão, cuidadosamente, para preservar o desenho formado, todos escreveram o nome em folhas que foram colocadas nas pontas das estrelas.

Em seguida os oficineiros introduziram a metodologia para orientar as discussões: organizaram-se duplas que deveriam discutir questões sobre o tema da oficina, anotar suas ideias e no final, retornarem ao grupo para o compartilhamento do que foi discutido dupla a dupla. Deste modo, foram apontados diversos aspectos do bairro quanto ao lazer, ao esporte e à cultura, tais como a falta de um espaço cultural na região, o reduzido número de quadras para esportes, de parquinhos e de bibliotecas. Mereceu destaque, por parte de algumas crianças, o problema das depredações cotidianas nos parques e nas escolas onde, conforme afirmaram *é tudo quebrado*.

Para finalização dos trabalhos essa oficina elaborou um cartaz contendo as propostas aprovadas e, além disso, as crianças montaram uma apresentação teatral na qual mostrava inicialmente a

depredação de equipamentos de esporte e lazer e, em seguida, o quanto seria bom se estes fossem adequadamente cuidados.

Também neste grupo não houve a necessidade de eleição para delegados, visto que, apenas uma das conferencistas candidatou-se.

Oficina do tema Cultura, esporte e lazer (adolescentes)

A outra oficina que trabalhou com o tema Cultura, esporte e lazer era formada exclusivamente por adolescentes (12 meninos e 12 meninas) e contaram com dois oficineiros.

Inicialmente os oficineiros procuraram verificar quais dos participantes estiveram presentes na primeira fase da conferência (realizada em 26/10/2012), e apenas nove levantaram a mão. Em seguida perguntaram o que todos esperavam de uma conferência como a que se realizava. E todas as respostas apontavam para a direção de que a Conferência era um momento importante para a melhoria das condições de vida na região que vivem.

Para facilitar o trabalho este grupo foi subdividido em três e todos passaram a discutir os problemas relacionados ao esporte, ao lazer e à cultura, sob a orientação dos oficineiros.

Esta oficina foi a que mais demorou a elaborar seus trabalhos, sendo a única que, depois do almoço precisou retornar à sala para finalizar as propostas e preparar o cartaz para ser apresentado na plenária. Quanto à escolha de delgados, não houve necessidade de eleição, pois apenas quatro candidatas se apresentaram e todas foram ratificadas pelo grupo.

2.2 – CONVENCIONAL

Para a organização das oficinas da Conferência Convencional o representante do CMDCA, informou que as discussões nas oficinas deveriam, em tese, seguir os cinco eixos sugeridos pelo CONANDA. No entanto, como havia poucos participantes inscritos em cada eixo, decidiram organizar três grupos, sendo que cada um trabalharia um conjunto de propostas tiradas na conferência lúdica, independentemente do eixo definido pelo CONANDA. A plenária concordou com essa proposta.

Antes de iniciarem os trabalhos em grupos foi formada uma grande roda onde algumas pessoas comentaram cada um dos cinco eixos para instigar a discussão nos grupos menores.

Grupo 1

Essa oficina foi composta por 13 pessoas (quatro homens e nove mulheres). Um oficineiro orientou o trabalho e um dos participantes se propôs a fazer a relatoria. Inicialmente o oficineiro fez uma explanação sobre o Eixo 1 e depois sugeriu algumas dinâmicas ao grupo:

Que cada um se apresentasse dizendo o nome e em seguida uma qualidade com a mesma inicial do nome, exemplo: "*Elaine-Estudiosa".* A intenção era, segundo ele, chamar a atenção para o fato de que geralmente temos dificuldade de encontrar uma qualidade nas pessoas. Vemos logo o que há de ruim e as qualidades muitas vezes são deixadas de lado.

Pegou uma folha de revista amassou um pedaço e pediu que passasse de mão em mão, cada um dando uma amassada. Depois de todos terem amassado, passa-se de novo para desamassar. A intenção era que todo percebessem que somos como a folha de papel, podemos nos 'recuperar', e se tivermos ajuda a recuperação será mais rápida, mas sempre carregaremos conosco marcas das experiências da vida.

Em seguida começaram a debater as propostas feitas na conferência lúdica procurando classificá-las quanto ao nível de prioridade.

Com relação à proposta de criar uma caixa de sugestões fizeram longo debate de como seria implementada, quem seria responsável e como seria feito o monitoramento, até que a uma pessoa observou que a caixa de sugestões não é uma questão que necessite de autorização maior, é algo que pode ser adotado pela própria diretora da escola e, portanto, não é uma proposta adequada.

Perdeu-se muito tempo discutindo a questão acima e tiveram de trabalhar com mais rapidez em relação às outras propostas. Apesar do pouco tempo, conseguiram conferir todas as propostas feitas pelas crianças e adolescentes na conferência lúdica e elaboraram outras propostas complementares.

Grupo 2

Este grupo teve a participação de nove pessoas e contou com um oficineiro, que colaborou bastante para o andamento das discussões. Os trabalhos foram iniciados com uma dinâmica de grupo e, então, discutiram propostas elaboradas pelas crianças e adolescentes nos eixos 1, 2 e 3 propostos pelo CONANDA. Discutiram sobre os diversos problemas enfrentados pelas crianças e adolescentes, como educação, disciplina, gravidez na adolescência, do "ter" que se opõe ao "ser", dos limites, dos abusos e etc. Esse grupo elaborou duas novas propostas relativas à necessidade de

cursos profissionalizantes para os jovens da região e a um clube esportivo que está sendo reivindicado para a região.

Grupo 3

Neste grupo estavam presentes cinco homens e dez mulheres, tendo um oficineiro e um relator. O oficineiro afirmou que o grupo teria como tarefa complementar as propostas tiradas por crianças e adolescentes na conferência lúdica e sugerir ao menos outras quatro propostas. As discussões foram produtivas e ao final o grupo completou o quadro de propostas com novas sugestões.

A respeito da criação de uma universidade pública na Cidade Tiradentes todos concordaram que essa demanda corresponde a uma necessidade real da região já que os médicos não querem trabalhar num local tão longe. Ainda sobre a saúde, comentaram a falta de médicos na região; sobre a existência de um CAPS recém inaugurado, mas que ninguém sabe que existe e já foi roubado mais de uma vez. Discutiram sobre o Conselho Tutelar e a necessidade de um para a Cidade Tiradentes. A construção da Vila Olímpica foi um dos assuntos que mais empolgou o grupo.

3 – PLENÁRIA

3.1 – LÚDICA

Em seguida aos trabalhos nas oficinas os grupos da Conferência Lúdica retornaram ao local onde havia sido realizada a abertura da conferência, para a realização da plenária final. A plenária não teve um caráter de votação e todas as propostas foram apenas apresentadas e aplaudidas, assim como os delgados tirados em cada oficina. As propostas não seguiram os Eixos definidos pelo CONANDA, mas foram fiéis aos temas apresentados às crianças e adolescentes nas oficinas.

A Conferência Lúdica teve seu encerramento às 16h.

3.2 – CONVENCIONAL

A plenária final foi iniciada às 15h:00min, após o almoço servido pela instituição que acolheu a Conferência. Os grupos foram convidados a lerem suas propostas. Ao final de cada leitura as propostas foram aplaudidas, havendo um entendimento de que estavam aprovadas. Ao final da leitura dos 3 grupos, foi solicitado que o prazo nas propostas fosse organizado em curto, médio e longo prazo, padronizando assim os prazos sugeridos em Cidade Tiradentes (alguns grupos trabalharam com prazos definidos em anos ou meses).

Sugeriu-se a construção de uma comissão de monitoramento do que estava sendo proposto naquele dia até as próximas conferências. Essa comissão deverá ser composta por várias instituições, que devem garantir a participação de um representante nos próximos dois anos. As instituições são as seguintes: Conselho Tutelar, Subprefeitura, CRAS, Novo Amanhecer, Santo Cristo, CEBECH e ACT.

Discutiu-se a respeito da existência de dez candidatados ao cargo de delegados, para ocuparem as sete vagas disponíveis em Cidade Tiradentes. Os candidatos entraram em acordo sobre quem deveria permanecer como candidato. O nome dos sete delegados foram lidos e aceitos pela plenária. Foi decidido então que não haveria suplentes de delegados e que se não fosse a desorganização das Conferências neste ano, a plenária seria maior, o que justificaria número maior de delegados para representar Cidade Tiradentes na Conferência Municipal. Foram escolhidas duas observadoras para acompanhar as atividades na Municipal.

Os participantes receberam a letra da música Navio Negreiro, de Caetano Veloso, e foram convidados a lerem em voz alta, cada um, uma estrofe.

O evento teve seu encerramento às 16h20min sem formalidades.

4 – PROPOSTAS

4.1 – LÚDICA

➢ Tema Educação

- Caixa de sugestões.
- Materiais educativos.
- Acessibilidade para os deficientes.
- ECA como disciplina.
- Menos violência dentro e fora das escolas.
- Banheiros limpos.
- Mais professores.
- Não ter brigas, discussões e comunicar os pais sobre as brigas.
- Respeitar os professores, funcionários e alunos.
- Chamar os pais para ajudarem no trabalho sobre *bullying.*
- Palestras de conscientização.
- Se a escola fosse igual ao CCA seria muito melhor.

➤ Tema Saúde

- Mais materiais hospitalares.
- Aumentar os salários dos profissionais de saúde.
- Mais faculdades públicas de medicina.
- Jornal sobre a saúde.
- Mais medicação.
- Mais CAPSs, UBSs, e unidades móveis.
- Violência e trabalho infantil
- Mais escolas em tempo integral.
- Mais CCAs.
- Mais abrigos.

➤ Tema Sexualidade, álcool, drogas e violência

- Mais informação e orientação nas escolas e nos CCAs.
- Mais palestras e centros informativos.
- Centro de reabilitação.
- Mais postos de saúde e palestras sobre álcool, drogas e violência.
- Mais clubes esportivos.
- Cursos para idosos (dança e cultura).
- Projeto para atendimento dependentes de álcool e drogas.
- Aumentar a segurança da comunidade com mais guardas e instituições onde jovens possam se tratar contra o álcool e as drogas.
- Criar grupos com palestras e informações para adolescentes e jovens com temas sobre DST e prevenção.

➤ Tema Cultura, esporte e lazer (crianças)

- Centro cultural.
- Áreas reservadas para o esporte e lazer, com piscinas e parquinhos.
- Salão de dança para jovens e crianças.
- Mais bibliotecas.
- Clube escola.
- Mais telecentros.
- Mais quadras poliesportivas.

- Mais casas de hip-hop.

➤ Tema Cultura, esporte e lazer (adolescentes)

- Centro de esportes olímpicos para a região.
- Quadras, campos e pistas de skate.
- Manutenção e preservação de todos os espaços.
- Acessibilidade dos deficientes junto a atividades esportivas.
- Praças, cinemas, parques e parques aquáticos na região.
- Transformar lixões em áreas de lazer.
- Mais telecentros que funcionem nos finais de semana.
- Mais lixeiras nas ruas e praças.
- Biblioteca e apresentações de dança e teatro.
- Cursos de arte, de dança e computação.
- Festas típicas para a comunidade.

4.2 – CONVENCIONAL

➤ Grupo 1

- Grupo de orientação sobre sexualidade e trabalho de prevenção a DST. Execução: Secretaria de Saúde; monitoramento: conselho gestor, dispositivo de controle social, jornal local; mobilização: ONGs, subprefeitura, folders e panfletos; implementação: parcerias com supervisão regional de saúde; prazo: curto.
- Hospitais Públicos, maternidades, escolas municipais e estaduais e UBS. Execução: Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação; monitoramento: conselhos gestores de saúde, sociedade civil e dispositivo de controle social, solicitando transparência na divulgação de dados dos serviços; mobilização: redes sociais, abaixo assinados, dados estatísticos, fórum DCA; implementação: criação de mais hospitais públicos, mais UBS, mais AMAs, mais maternidades, novas escolas de período integral, mais ONGs e ampliação dos serviços gerais; prazo: curto.
- Delegacias especializadas, CAS. Execução: Secretaria de Segurança Pública; monitoramento: dispositivo de controle social, MSE, MP; mobilização: dados estatísticos da demanda e abaixo assinado; implementação: controle social; prazo: curto.

➤ Grupo 2

- Clínica de tratamento antidrogas. Execução: Secretaria de Saúde; monitoramento: Ministério Público, Defensoria, sociedade civil organizada e conselhos de direito; mobilização: fóruns; implementação: poder público (executivo legislativo e judiciário); prazo: curto.
- Grupo de orientação e trabalho sobre abuso sexual. Execução: núcleos de assistência social e Secretaria de Saúde; monitoramento: através das ações dos centros de referencia, fóruns, Conselho Tutelar, redes sociais e ONGs; mobilização: todos os órgãos responsáveis pelo controle social e saúde; implementação: centro de referência de apoio a crianças vitimizadas; prazo: curto.
- Ampliação do CAPS. Execução: Secretaria de Saúde; monitoramento: Ministério Público, Defensoria, sociedade civil organizada e conselhos de direito; mobilização: fóruns; implementação: poder público (executivo legislativo e judiciário); prazo: curto.
- Centros profissionalizantes. Execução: Secretaria de Educação e Secretaria de Assistência Social; monitoramento: dispositivo de controle social; mobilização: dados estatísticos da demanda e abaixo assinado; implementação: criação de vários centros na região; prazo: curto.
- Clube Esportivo. Execução: Secretaria de Esporte e Meio Ambiente; Monitoramento: através de controle social, Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria de Esporte; mobilização: redes sociais, abaixo assinados, folders e promoções esportivas; implementação: Centro Olímpico.
- Criação de CCA e CJ. Execução: Secretaria Municipal de Educação; monitoramento: Ministério Público, Defensoria, sociedade civil organizada e conselhos de direito; mobilização: fóruns; implementação: poder público (executivo legislativo e judiciário); prazo: curto.

➤ Grupo 3

- Criação de Universidade Pública. Execução: poder público estadual e federal; monitoramento: sociedade civil organizada para fiscalização e divulgação; mobilização: atos públicos; implementação: levantamento de demanda de cursos e pessoas; prazo: curto.
- Contratação de médicos. Execução: Secretaria de Saúde; monitoramento: conselhos gestores locais; mobilização: divulgação e atos públicos; implementação: formação de médicos através de uma faculdade no bairro, contratação urgente na rede e denunciar a falta e médicos ao Ministério Público; prazo: imediato.

- CAPS. Execução: Secretarias Municipal e Estadual de Saúde; monitoramento: fiscalização da sociedade civil organizada e divulgação; mobilização: atos públicos; denúncia ao Ministério Público e ao Ministério da Saúde; implementação: levantamento da demanda; prazo: imediato.
- Melhoria nas ruas. Execução: Secretaria de Obras; monitoramento: movimentos sociais organizados; mobilização: atos públicos; divulgação e manifestação; implementação: exigir dos órgãos responsáveis; prazo: imediato.
- Mais um conselho tutelar. Execução: CMDCA; monitoramento: consultando o Conselho Tutelar atual; mobilização: atos públicos; implementação: demonstrando a demanda; prazo: curto.
- Cursos profissionalizantes para jovens e adolescentes. Execução: SMADS, SME e Secretaria do Trabalho; monitoramento: abaixo assinado; mobilização: criação de conselhos gestores em ONGs; implementação: criando parcerias entre ONGs e governo; prazo: curto.
- Vila Olímpica. Execução: Secretaria de Esporte e Lazer e Secretaria de Cultura; monitoramento: sociedade civil organizada; mobilização: escolas e clubes esportivos; implementação: cobrando projeto já existente; prazo: curto.
- Casa de passagens e abrigos. Execução: SMADS; monitoramento: movimentos sociais organizados; mobilização: manifestações e debates com poder público e sociedade civil; implementação: demonstrando demanda; prazo: curto.

5 – COMISSÃO REGIONAL

REPRESENTAÇÃO	NOME
Assistência Social	Renata Soraia de Paula
Educação	Sônia Regina Rocetto
Saúde	Maria Cristina dos Santos
Subprefeitura	Sanderli Aparecida de Brito
Conselho Tutelar	Josefa Lima de Mendonça
Conselho Tutelar	Edileuza Araújo Beserra Petelin
Fórum DDCA Regional/Municipal	Flávio de Andrade dos Santos Valéria Paganeli Neusa Maria Cavalcanti Latia Regina dos Santos
Adolescente	Matheus Aleixo Dandara Alane

6 – DELEGADOS

6.1 – LÚDICA

DELEGADOS	SUPLENTES
Greyce Fernanda Lima	Francisco Pereira da Silva Junior
Kauane da Costa	Andessa Manoel Xavier
Daniele Moreira de Carvalho	Dayane Soares Sena
David Robson da Silva Dalci	Anderson Arlindo de Oliveira Junior
Gabriele da Silva Costa	Rosangela Maria da Silva
José Roberto de Oliveira Neto	Gabriela Oliveira Elias
Daniel dos Santos Silva	Hector Francisco Alves da Silva
Iasmin da Silva Lopes	

6.2 – CONVENCIONAL

DELEGADOS
Flávio Andrade dos Santos
Osano Fernandes Abílio
Fernando Antonio dos Santos
Neusa Maria Cavalcante de Albuquerque
Ana Rita Eduardo
Lourdes Dias de Almeida
Thaysa Cristina de Almeida

ERMELINO MATARAZZO

INTRODUÇÃO

No dia 25 de novembro de 2011, das 8hs:00 às 17hs:00 foram realizadas na Paróquia São Francisco de Assis localizada à Rua Abel Tavares, 144C – Ermelino Matarazzo, as Conferências Lúdica e Convencional dos Direitos da Criança e Adolescente no distrito de Ermelino Matarazzo, com 285 participantes da lúdica e 25 da convencional.

O credenciamento foi realizado no salão de festas da paróquia, mesmo local onde ocorreu a abertura e a plenária final. Cada inscrito recebeu um crachá com a cor do grupo que participaria dividido por faixa etária e uma pasta com o regimento interno, a programação e um exemplar do ECA, além de três tickets que davam direito ao lanche matinal, almoço e lanche da tarde.

CONFERÊNCIAS LÚDICA E CONVENCIONAL

1 - ABERTURA

Compuseram a mesa para a solenidade de abertura os representantes: da crianças e adolescentes, Maria Aparecida, do Fórum Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Guarda Civil Metropolitana, do Conselho Tutelar, a Supervisora do CRAS, representante do CMDCA, da Supervisão Técnica de Saúde, a diretora Regional de Educação da Penha e o chefe de Gabinete da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo.

A representante das crianças e adolescentes apenas se apresentou e agradeceu a presença de todos, principalmente da orquestra. O representante do Fórum Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente lembrou a importância do dia para que a comunidade consiga atingir suas metas de melhoria. Nas palavras do Representante da Guarda Civil Metropolitana esta instituição (GCM) é amiga e está a serviço da comunidade para ajudar. Os jovens não devem esquecer que são o futuro e vieram ao mundo para deixar sua marca. O representante do Conselho Tutelar falou que para garantir o Direito das Crianças e Adolescentes é necessária a contribuição da sociedade e pediu que as pessoas denunciassem abusos e maus tratos contra crianças e adolescentes, pois só assim será possível modificar a situação.

A Supervisora do CRAS agradeceu a comissão organizadora que mesmo com diversos problemas não deixou de organizar o evento. Agradeceu também os serviços conveniados com SMADS que

discutiram previamente com os participantes os eixos da conferência para que chegassem preparados.

O representante do CMDCA lembrou a luta política pela construção de uma FATEC no lugar do cadeião, que só foi possível por meio da intervenção popular. *O que nós precisamos é de saúde, educação. Essa história de que vocês são o futuro do país eu ouvi quando era adolescente*. Ressaltou também a importância da ligação entre governo local e Sociedade Civil para implementação de políticas públicas.

O representante da Supervisão Técnica de Saúde parabenizou a comissão técnica organizadora e todos os que querem discutir os direitos das crianças e adolescentes.

A diretora Regional de Educação da Penha alegou que a Educação trabalha com o cidadão de direito do presente e afirmou que a conferência demonstrava que os diferentes setores estão organizados para estarem ao lado de crianças e adolescentes. Lembrou também que o evento não ocorre só com boa vontade, mas com muito trabalho.

O chefe de gabinete da Subprefeitura mencionou que o ECA só existe por que o adulto esqueceu que foi criança, pois se não, não haveria necessidade dele.

• Regimento Interno

O regimento interno foi projetado em um telão, lido por um membro da comissão organizadora e acompanhada por todos os presentes. Não houve alterações e o regimento foi aprovado.

• Apresentação Cultural

A execução do Hino Nacional foi realizada pelo Coral do Instituto Ricardo Izar.

Em seguida alguns grupos fizeram apresentações artísticas: a coreografia "Sentimento" do Prof. Diego Leandro do CCA Esperança, o Ballet da Sociedade Boturussu com a música "Narizinho", o Grupo de Hip Hop do CCA Keralux e o Makulelê do CCA Filadelfia.

Foi exibido o documentário "Ilha das Flores" do Diretor Jorge Furtado. A coordenadora afirmou que escolheu esse filme para mostrar o quanto a economia serve para distinguir os seres humanos.

Após as apresentações a coordenadora procurou explicar aos participantes o que é uma Conferência e a importância de se mobilizar, implementar e monitorar o plano decenal que incentivaria a defesa

de direitos de acesso à cultura, lazer, ressaltando que em muitos momentos as pessoas não têm noção da importância da participação.

2 – OFICINAS

2.1 - LÚDICA

Para a conferência lúdica os grupos das oficinas foram divididos por faixa etária da seguinte forma:

- Eixo 1 – 7 a 9 anos
- Eixo 2 – 10 a 12 anos
- Eixo 3 – 13 a 14 anos
- Eixo 4 e 5 – 15 a 17 anos

A divisão espacial ocorreu da seguinte forma:

Os grupos que discutiram os eixos 1 e 2 ficaram no salão inicial e os demais foram encaminhados para um salão no subsolo da igreja São Francisco de Assis, no outro lado da rua.

Os eixos 3, 4 e 5 da lúdica e os participantes da convencional se alocaram inicialmente no mesmo espaço físico, mas o debate foi muito prejudicado pela acústica local, o que levou ao reposicionamento dos participantes da convencional.

Eixo 1 – Faixa etária de 7 a 9 anos

Os responsáveis pela oficina foram quatro educadores funcionários do CCA Esperança.

Totalizaram 22 participantes, sendo 12 de sexo feminino e 17 de sexo masculino.

A atividade foi dividida basicamente em dois momentos. No primeiro, todas as crianças receberam uma folha com o esboço base de um rosto e deveriam completar com suas características físicas. Na mesma folha havia também um espaço para escreverem ou desenharem o que mais gostam de fazer.

Conforme as crianças concluíam seus desenhos, entregavam para o oficineiro que os misturou e de forma aleatória os mostrava para verificar se era possível identificar os colegas somente por suas características físicas como cabelo, olhos, cor da pele e etc.

Esta atividade mostrou que as crianças estavam bem envolvidas com o contrataste das diferenças e detalhes entre eles. Além disso, a atividade teve como propósito estimular a percepção a fim de prepará-los para a atividade seguinte.

As crianças foram divididas em 5 grupos para que cada um montasse um quebra-cabeças. Quando já estavam montados, se desenhavam problemas sociais como: pobreza; falta de áreas de lazer e deficiência de acesso a cultura. A atividade propiciou o desenvolvimento da construção coletiva. Os grupos com maior dificuldade em montar seus quebra cabeças foram auxiliados espontaneamente pelos que já haviam concluído a atividade.

Em seguida, todos transitaram pelo espaço observando as figuras formadas e, com base nas imagens, deu-se início a um bate papo sobre as questões levantadas e os temas abordados, na visão das crianças.

Eixo 2 – Faixa etária de 10 a 12 anos

Os responsáveis pela oficina foram dois educadores do CCA Jardim Keralux que contaram com apoio de dois funcionários do CCA Filadélfia.

Totalizaram 37 participantes, sendo 20 de sexo feminino e 17 de sexo masculino.

A metodologia da oficina consistiu basicamente na dinâmica denominada "Resta Um". Em um circulo foram dispostos diversos cartazes com temas relacionados aos Direitos da Criança e Adolescente e no centro havia um cartaz com a palavra "eliminado". Em duplas as crianças eram chamadas e ficavam em cima dos temas e uma outra criança (o juiz da brincadeira) fazia perguntas pertinentes ao tema em que a criança estava. Caso acertasse a resposta mudava de lugar e poderia responder outra pergunta, caso errasse era eliminada e se dirigia à cartolina com esse dizer.

Uma das características interessantes da atividade foi a dinâmica de participação, já que tanto o júri que avaliava a correção das respostas, como o juiz que realizava a mediação da gincana foram crianças escolhidas pelos próprios participantes.

Eixo 3 – Faixa etária 13 e 14 anos

Os responsáveis pela oficina foram dois oficineiros do Instituto de Ação Social Amigos da Cidade do CCA Keralux.

Totalizaram 65 participantes, sendo 61 crianças e adolescentes (40 de sexo feminino e 21 de sexo masculino) e 4 observadores.

Participaram da atividade adolescentes da: Associação O Refúgio, EMEF Otávio Mangabeira, EMEF Marechal Juarez Tavola, EMEF Wany Salgado Rocha, Casa Filadelfia, CCA Esperança, Academia Estudantes de Letras, EMEF Amadeu Amaral.

A atividade ocorreu de forma realmente lúdica, dividida em três etapas. Todos participantes receberam uma folha em branco onde escreveram problemas relacionados ao local em que vivem, à sexualidade, etnia, raça, religião, entre outros temas de relevância social. No mesmo papel também escreveram alguma solução para o problema que trataram e em bexigas, escreveram impedimentos para alcançarem este objetivo.

No centro da sala havia tatames de cores diferentes e bexigas das mesmas cores. Foram escolhidas pessoas que deveriam se agrupar nos diferentes tatames, que simbolizavam os bairros. Já as bexigas simbolizavam os problemas do bairro.

Conforme os participantes se deslocavam pelos "bairros" os "problemas" os acompanhavam. A conclusão do jogo ocorria quando um "bairro" contava com muito mais pessoas e "problemas" do que os outros.

Os problemas que surgiram nos bairros, utilizando figurativamente as bexigas foram: racismo, saneamento básico, poluição, esporte, educação sexual, religiosidade, segurança, política, educação, deficiência, pobreza, *bullying*, direito de ser feliz, direito de brincar, direito de estudar, direito a moradia e direito de ser respeitado. Ao final da oficina, os problemas das bexigas foram utilizados para elaborar as propostas do grupo.

Eixos 4 e 5 – Faixa etária de15 a 17 anos

Os responsáveis pela oficina foram três oficineiros da Casa de Juventude.

Totalizaram 28 participantes, sendo 15 de sexo masculino e 13 de sexo feminino.

Os participantes foram subdivididos em cinco grupos e a proposta da dinâmica foi que cada grupo agisse como um partido político defensor dos interesses das crianças e adolescentes. Para tanto deveriam (em dez minutos) criar uma sigla, desenvolver propostas e escolher um representante que as defendesse. As propostas geradas foram escritas em uma cartolina para serem apresentadas.

Os grupos discutiam rapidamente as propostas apresentadas por cada participante de maneira que os outros grupos não ouvissem suas ideias e por conta do pouco tempo as ideias criadas eram oficializadas como propostas do grupo.

2.2 - CONVENCIONAL

Para a realização da oficina convencional, não houve divisão de grupos e os 25 participantes discutiram todos os eixos. O debate foi iniciado no mesmo espaço dos grupos da lúdica. Em função dos problemas de acústica do local o grupo de adultos passou a se reunir no hall de entrada do salão.

O responsável pela oficina foi um funcionário do Instituto Ricardo Izar.

Totalizaram 25 participantes, sendo 19 do sexo feminino e 6 do sexo masculino. O grupo era composto basicamente por educadores e professores da rede pública de ensino, além de três jovens com 18 anos recém-completos.

Sentados em um grande círculo, a princípio utilizaram cinco cartolinas com os eixos escritos para visualizarem a discussão e logo surgiram os primeiros debates.

Um professor da rede pública de ensino afirmou não ser possível ensinar aos alunos apenas a serem educados na sala de aula. A educação básica tem que vir de casa e o professor deve apenas ajudar.

No complemento da ideia inicial um educador afirmou que é importante passar valores aos pais antes de tratar com as crianças e sugeriu que, juntamente com o material didático, fosse entregue um exemplar do ECA. Mesmo assim reconheceram que não adianta um grupo de adultos falar para os adolescentes, mas que os principais debates deveriam ocorrer entre os adolescentes. Deveria ser obrigatório que o jovem tivesse acesso a atividades socioculturais e todos os canais de televisão deveriam ser obrigados a exibir uma programação sociocultural educacional.

Outra questão discutida foi como tratar as drogas na escola. Segundo o oficineiro, o grande problema é a forma de abordagem do tema. Sempre “fazem a caveira” da droga e criam com um fantasma, contudo, os efeitos das drogas são sensorialmente saborosos e não há um debate sobre esse tema. Em geral o lugar onde os adolescentes usam drogas é o local em que foram acolhidos depois de serem discriminados em muitos ambientes.

Depois de breve discussão, por conta do curto espaço de tempo, foram elaboradas as redações de algumas propostas com temas sugeridos aleatoriamente.

3 - PLENÁRIA

Na plenária final um representante de cada grupo apresentou as propostas debatidas em seus eixos. Todas foram aprovadas sem modificação.

Os delegados foram apresentados e aclamados pela plenária.

Ao fim todos os presentes cantaram a música “Mais uma vez” do grupo Catedral.

4 - PROPOSTAS

4.1 - LÚDICA

- Lugares de área de lazer no próprio bairro em que moram com monitoramento e segurança
- Atendimento agilizado nas UBS e hospitais públicos para as crianças e adolescentes.
- Viaturas da GCM e PM nas entradas e saídas das escolas, garantindo assim a segurança das crianças e adolescentes.
- Espaço mais amplo no equipamento onde são atendidos paralelos a escola.
- Erradicação da fome.
- Direito de moradia para todas as crianças e adolescentes.
- Mais áreas de lazer para reduzir uso de drogas.
- Aumento das vagas no CAPS para crianças viciadas.
- Mais empregos para evitar que as crianças trabalhem.
- Campanha de conscientização da importância da adoção.
- Penas mais rígidas para pais que maltratam crianças.
- Acompanhamento de psicólogos e doutores para os vitimados de violência domestica ou sexual.
- Maior incentivo para a denúncia dos traficantes.
- Maior divulgação do ECA.
- Melhoria do saneamento básico, tratamentos de esgoto uma vez por mês.
- Orientação sexual com exames gratuitos, palestras com responsáveis e maior distribuição de preservativos.
- Lugares com mais acesso aos portadores de deficiência, mais rampas e elevadores, transporte eficiente e calçamento adequado.
- Palestras sobre o assunto Bullying, dinâmicas e sites de denúncia.
- Opção política, criação de um site com atualizações de informações relacionadas
- Palestras nas escolas contra preconceito étnico-racial.
- Fim da aprovação automática.
- Mais lazer nas escolas.
- Maior investimento na estrutura física das escolas.
- Maior acessibilidade para deficientes na escola como faixas de sinalização e rampas.
- Que a lei da inclusão seja valida de fato.

- Melhorar o atendimento médico.
- Construir mais hospitais.
- Capacitar os profissionais de saúde.
- Melhoria dos equipamentos médicos.
- Acabar com a fome.

4.2 - CONVENCIONAL

- Fazer divulgação do ECA em Redes Sociais com a linguagem dos jovens.
- Enviar uma cópia do ECA para os pais no ato da matrícula junto com o material didático.
- Que haja um número maior de conselheiros tutelares para que sejam possíveis visitas periódicas em escolas para explicar o papel do Conselho Tutelar.
- Criar cursos socioculturais optativos com profissionais qualificados.
- Dar acesso aos jovens, pelo menos uma vez por mês, para realizar uma atividade política, como ir à câmara dos vereadores para entender o funcionamento político e a conquista de direitos.
- Colocar na grade escolar uma matéria sobre políticas públicas.
- Criar curso de formação para empoderamento jovem como liderança comunitária facilitando o direcionamento de verbas para as políticas públicas de interesse dos jovens.

5 - COMISSÃO REGIONAL

REPRESENTANTES	NOMES
Educação	Sandra Aparecida F. Lira
Assistência Social	Surama Cattarina Bisceglia Pereira
Adolescente	Natalia da Costa
Apoio da Comissão	Luis Carlos do Nascimento

6 - DELEGADOS

6.1 - LÚDICA

DELEGADOS	SUPLENTES
Paloma Rodrigues Nascimento	Lucas Gabriel de Jesus Lima
Maria Aparecida Lemos da Silva	Nassarah de Cassia Statute Molina
Victor Guilherme de Oliveira	Bianca Sales Caraciola
Leonardo Barros Palmeira	Sheila Lemos da Silva
Vitória de Souza Santos	Emily Diniz de Souza
Alice da Silva Pinheiro	Samuel da silva Maia
Lucas Matias Ferreira Santos	Mayara da Silva Lima
Nayara da Silva Lima	Cícero Antônio da Silva

DELEGADOS	SUPLENTES
Giovani Silva	Caique Rodrigues Lipos
Rebeca de Araújo Lourenço	Gabriel Gonçalves
Renan Lopes Oliveira	Gabriel Dias Reis Roque
Pedro Augusto da Silva Rocha	Victória da Silva
Ellen Araújo Cosme dos Santos	Wellisgleverson Peterson da Silva
Gustavo Pereira da Costa	Antony Daniel Oliveira de Souza
João Vitor Moreira	Paloma de Lima Pereira
Camila Calixto Kanamoto	Gabrielle Tolentino Francisco
Paloma Lisse Magalhães	Gabriela Elisa Rufino Rodrigues
Bruno E. de Lima	Pedro Lucas Marques Everton
Rafael Pompeu da Silva	Nathana do Nascimento
Luana Rodrigues de Lima	

6.2 - CONVENCIONAL

DELEGADOS	SUPLENTES
Ledima Aparecida Silva Bispo	Sandra Alves Bastos
Eulália da Silva Barros Nascimento	Ivan Sabino Frasão

GUAIANASES

INTRODUÇÃO

As Conferências Lúdica e Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guaianases foram realizadas em dias e locais diferentes. A Lúdica, realizou-se no dia 5 de novembro de 2011, das 8h00 às 17h00, na Escola Madre Joana Angélica de Jesus, localizada à R. Ismael da Rocha, nº 79. A Convencional ocorreu no dia 11 de novembro de 2011, das 19h30min às 23h30min, na Supervisão de Cultura de Guaianases, localizada na Rua Professor Cosme Deodato Tadeu, nº136.

A Conferência Lúdica teve aproximadamente 150 crianças e adolescentes inscritas. O credenciamento foi realizado no salão de entrada da escola, mesmo local onde se realizou a abertura e a plenária da Conferência. Cada inscrito recebeu um crachá colorido e uma pasta com o regimento interno, a programação, um exemplar do ECA e um questionário para avaliação do evento. Em seguida receberam o lanche matinal.

A Conferência Convencional contou com a participação de 27 adultos (15 mulheres e 12 homens), sendo que muitos faziam parte de ONGs da região. Houve atraso para o início da conferência convencional, pois muitos participantes e organizadores não conseguiam chegar, dada as condições de chuva e trânsito intenso na cidade. A comissão regional viabilizou salgados, sucos e café como forma de complementar o lanche enviado pela Comissão Central do CMDCA.

CONFERÊNCIAS LÚDICA E CONVENCIONAL

1 – ABERTURA

1.1 – LÚDICA

• Composição da mesa

Após o lanche da manhã, teve início a solenidade de abertura. O mestre de cerimônia, um membro do Conselho Tutelar de Guaianases, chamou para compor a mesa representante da Subprefeitura de Guaianases, da Supervisão de Cultura, da Coordenadoria Regional de Assistência Social/ CRAS Guaianases e de um vereador. Foram chamados também a Conselheira Tutelar de Guaianases e um jornalista da Folha de Guaianases.

O representante da Subprefeitura de Guaianases destacou em sua fala a importância da participação das crianças e adolescentes nesta conferência, lembrando que foi entregue um volume do ECA a

todos os participantes. Ressaltou que o ECA foi criado para garantir esses direitos e que as gerações anteriores não tinham essas leis. Mencionou que em seu tempo dependia de pessoas e figuras públicas para a defesa, pois não tinham os direitos claros e definidos. Assim, enfatizou que abraça a causa e a defende: *fazer hoje é garantir amanhã. O ECA existe, leiam e tenham noção de seus direitos*. Exortou, por fim, os presentes a abraçarem essa causa realizando as atividades desse dia com muita atenção e empenho. Lembrou que a principal tarefa do dia era verificar o que foi feito sobre as propostas que vieram da conferência anterior.

A representante da supervisora de Saúde da região de Guaianases fez uma breve intervenção, destacando a importância da participação das crianças e adolescentes na discussão dos problemas que afetam a região e as condições de vida dos moradores. Assim, terminou desejando uma boa comunicação para que os trabalhos fossem desenvolvidos com tranquilidade.

O representante do CRAS de Guaianases ressaltou que aquele era um dia especial para crianças e adolescentes. Eles iriam discutir sobre as políticas sociais e os equipamentos que existem na região e que beneficiam a todos. Destacou que as políticas deveriam estar voltadas para cada um dos presentes e para seus familiares, moradores do território. Por fim, desejou um bom trabalho a todos.

O representante da Supervisão de Cultura expôs a importância do evento e que com esse trabalho estaria sendo plantada uma semente a ser cuidada por todos para que ela possa se desenvolver e gerar benefícios as crianças e adolescentes no futuro. Responsabilizando cada participante pelo sucesso da conferência, desejou um bom trabalho.

Nas palavras do jornalista representante da Folha de Guaianases a Conferência é uma oportunidade de discussão que contribui para abrir caminho e orientar crianças e adolescentes.. Apesar de reconhecer os profissionais da educação presentes, questionou a ausência de representantes da Delegacia Municipal de Ensino, do próprio Subprefeito, do CMDCA e das Delegacias Estaduais de Ensino.

Em seguida indicou que os presentes deveriam discutir o atendimento de seus direitos e propor soluções. Com base na sua experiência pessoal, afirmou que Guaianases está crescendo e que mais do que nunca a região precisa de planejamento e atendimento das políticas públicas. Destacou que as crianças e adolescentes precisavam cobrar a presença daquelas autoridades neste evento para que, em conjunto, pudessem discutir os problemas da região. Por fim, indicou que se trata de uma região

abandonada pelo poder público, com a ausência de serviços públicos de qualidade e de uma proposta de transporte público compatível.

A Conselheira Tutelar de Guaianases abordou em sua fala o objetivo desta Conferência, considerando que os presentes devem trabalhar em conjunto para discutir e conferir as propostas aprovadas na conferência de 2009. Desejou que esse trabalho fosse feito de forma lúdica, com grande diversão, mas ao mesmo tempo com muita responsabilidade.

O representante de vereador começou indicando que "as *atenções deverão estar voltadas a cada um de vocês, que são o futuro de amanhã, se não cuidarmos de vocês não garantimos este futuro*. Neste sentido, criticou o descaso e falta de compromisso da Prefeitura com as crianças e adolescentes, pois não se empenha na implantação de políticas de inclusão social. Lembrou que aquele era um momento de conferir, de verificar o que deixou de ser feito e cobrar o que já está previsto nas propostas anteriores. Relatou também que a estrutura da Conferência está ruim, considerando que as cadeiras em que as crianças e os adolescentes estavam sentados eram velhas e desconfortáveis: *O ECA prevê direitos e garantias, mas precisamos ter estrutura*. Por fim, pediu para que abrissem os olhos e defendessem a garantia total dos direitos das crianças e adolescentes.

Um membro da Comissão organizadora da Conferência Regional relatou as dificuldades encontradas para conseguir o espaço para a realização da conferência, sendo que o CEU Jambeiro foi negado pelo próprio CMDCA. Assim, agradeceu a escola que cedeu o espaço e destacou que a realização do evento era feito com a boa vontade de pessoas e não de instituições. Também esclareceu que foi uma batalha das organizações e do Conselho Tutelar da região para conseguir a oferta de alimentação no período do almoço, pois o CMDCA previa somente lanche. Finalizou indicando que *temos que mudar esta cultura*.

• Regimento Interno

O Mestre de Cerimônias solicitou que alguém fizesse a leitura do regimento interno. Uma adolescente espontaneamente dirigiu-se ao microfone e leu todos os itens. O Regimento Interno, composto por IV Capítulos e 15 artigos, foi aprovado por unanimidade sem qualquer alteração ou indagação.

• Apresentação cultural

Para completar a abertura da Conferência foi chamado o grupo de rap Arte Maloqueira. Iniciaram explicando a origem indígena da palavra maloqueira, vem de maloca, que por sua vez, tem origem na palavra oca. Falaram sobre a falta de espaços de lazer e cultura na região, tratando da alienação que promove a miséria. Daí a necessidade de trazer o desenvolvimento com a promoção de cultura. Em seguida apresentaram duas músicas, sendo que o principal tema era a reivindicação do direito da comunidade de usar todos os espaços da região, que ficam fechados e inacessíveis aos moradores. As crianças e adolescentes logo aprenderam os refrões, parte da letra e participaram com entusiasmo da apresentação.

1.2 – CONVENCIONAL

A abertura da Conferência Convencional foi feita às 19h30min e não houve composição formal da mesa. O Conselheiro Tutelar solicitou que os presentes se levantassem para o anuncio do Hino Nacional, cuja letra era exibida num vídeo junto a imagens alternadas da fauna, flora, atletas e grupos de várias modalidades esportivas, ícones simbólicos de representação nacional.

Nesse momento estavam presentes 21 pessoas, incluindo dois adolescentes da comissão regional e uma criança. Às 20h30min mais quatro adultos chegaram.

Estavam presentes representantes do CRAS Guaianases, profissionais de escolas municipais, e de um de Posto de Saúde da região, Conselheiros Tutelares em mandato e recém-eleitos, um representante da Subprefeitura e profissionais da rede conveniada de creches e de serviços socioassistenciais e representantes da sociedade civil. Não havia representantes do CMDCA.

• Regimento interno

O conselheiro tutelar realizou leitura do Regimento Interno e o representante do CRAS Guaianases fez a sugestão de alteração no Artigo 5º.

> Onde se lia: "O credenciamento dos participantes deverá ser realizado até às 19h do dia 05 de novembro de 2011". Passou a ser: **O credenciamento dos participantes deverá ser realizado até às 19h do dia 11 de novembro de 2011. Sendo aceita a alteração por todos os participantes o Regimento foi aprovado por aclamação da plenária**.

2 – OFICINAS

2.1 – LÚDICA

Para o trabalho nas oficinas as crianças e adolescentes foram agrupados de acordo com a cor de crachá, dando origem a seis grupos. As crianças a (de 07 a 11 anos) foram agrupadas em uma única oficina, que tinha, inicialmente, 32 participantes, chegando a 40 com a fusão de dois grupos. Nas demais oficinas, todas formadas por adolescentes, havia entre 20 a 25 participantes. Os grupos eram chamados conforme a cor do crachá e se dirigiam para a sala com seus oficineiros, geralmente professores ou educadores sociais.

As oficinas foram realizadas nas salas de aula da escola, cada uma com um tema pré-definido. De acordo com a metodologia adotada pelos organizadores da conferência, cada sala era entendida como um vagão de um trem e tinha uma cor e um tema, como: Educação, Esporte, Cultura, Saúde e Habitação. Esse trem tinha seus trilhos desenhados no piso da escola e iam do salão de entrada até as salas de aula, nos andares superiores. Durante as atividades, a cada 10 minutos, era soado um apito e os adolescentes deveriam trocar de "vagão". Dessa forma, todos os grupos tiveram oportunidade de discutir os vários temas propostos.

Oficina das crianças

Esta oficina era formada por 40 crianças na faixa etária de 7 a 10 anos e contou com a orientação de 4 oficineiros e 2 observadores da comunidade.

Cada um dos oficineiros se apresentou e falou de seu papel na condução e orientação das crianças nas discussões sobre vários aspectos da vida na região. Os oficineiros estavam com uma folha contendo as propostas aprovadas na conferência de 2009, que serviriam como base para o trabalho com as crianças.

Inicialmente foi desenvolvida uma dinâmica denominada "Sol, chuva e tempestade". A cada situação anunciada pelo oficineiro as crianças deveriam sair de seu lugar e procurar outro. O que não conseguia encontrar novo lugar tinha de se apresentar. Essa brincadeira foi desenvolvida até que todos se apresentassem.

Em seguida os oficineiros iniciaram uma discussão a respeito do ECA, procurando despertar o interesse das crianças, perguntando sua opinião sobre cada um dos temas. Na medida em que a

discussão ia avançando foram anotados na lousa os direitos e às vezes, deveres destacados, tais como:

- escola/educação/estudar
- lazer/cultura/esportes
- alimentação
- privacidade/família
- segurança/liberdade

Em seguida as crianças deveriam falar sobre o bairro e sua família, abordando todos os temas anotados na lousa, no enfoque do que foi criado ou melhorado nos últimos tempos e o que ainda falta para atender às necessidades dos moradores.

Nessa etapa a dinâmica utilizada foi a do barbante na qual cada criança vai pegando uma ponta na medida em que fala sobre um assunto em pauta, de modo que depois de um tempo forma-se uma "rede", ou uma teia trançada. Os oficineiros procuraram conduzir a discussão destacando que eles estavam conferindo as propostas da Conferência de 2009. Houve certa animação porque muitas das crianças queriam falar de sua experiência (e todos queriam participar da brincadeira do barbante).

Um dos oficineiros levou as crianças a comparar a teia de barbante com vida no bairro. Em seguida, passaram para a última etapa do período da manhã, que envolveu a discussão de como solucionar as dificuldades mencionadas. Foi destacado o papel do Conselho Tutelar, do governo municipal e das associações de moradores.

Oficina do tema Cultura

Nesta oficina o trabalho foi orientado por duas oficineiras. Iniciaram esclarecendo que eles iriam discutir vários temas procurando verificar se as propostas da Conferência de 2009 foram efetivamente implementadas na região. Se houve melhoras nos bairros como resultado daquelas propostas. Explicaram também que os temas selecionados para a discussão nas oficinas teve como base o ECA. Nesta oficina, o tema principal a ser discutido era a Cultura.

Nas paredes estavam expostas imagens de terrenos vazios da região e de equipamentos de cultura das áreas centrais da cidade, apontando o tempo de deslocamento para cada um deles partindo de Guaianases.

Os participantes receberam material didático como papel craft e canetas para que cada um colocasse uma frase, sentimento ou palavra a partir da observação das fotos.

A discussão levantou alguns problemas como:

- Há necessidade de se ocupar os terrenos vazios que atualmente só têm lixo, com equipamentos de cultura gratuitos para toda a população do bairro.

- O tempo e custo do deslocamento da população de Guaianases para os equipamentos culturais da cidade reduzem a acessibilidade.

- A ausência de equipamentos na região é resultado: do esquecimento do poder público das diferentes formas de entender a cultura; a carência por valorização do que existe na região.

- A importância de grêmios nas escolas, que podem ajudar na realização de atividades de cultura que mobilizem a pressão por espaços adequados;

Uma das oficineiras propôs a leitura do Artigo 59, do Capítulo IV do ECA, em que diz:

Art.59 – Os Municípios, com apoio dos Estados e da União estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Destaque de falas dos participantes:

- A cultura é um direito de todo mundo, porque está no centro da cidade, tão distante de nós?

-Penso que a prefeitura não faz investimentos em áreas para as crianças brincarem.

-Cultura é uma área livre, como um circo ou um teatro, onde a gente aprende alguma coisa pro resto da vida.

- Não apenas visitar, quero ser visitado, meu nome é Guaianases, venha me conhecer!

- É muito legal ir para o teatro, mas é muito longe e dá preguiça; chega a levar 3 horas.

Oficina do tema Educação

Oficina realizada por uma única oficineira. Com base na questão “O que não está legal na educação hoje e o que está bom?” as crianças e adolescentes escreveram em uma folha de papel suas impressões. Em seguida foram lidos pela oficineira todos os pensamentos e frases escritas nas folhas, que estavam espalhadas no chão da sala. Após a leitura a discussão coletiva era iniciada.

Os principais problemas levantados na oficina foram:

- Falta de estrutura e espaço nas escolas, como vidros quebrados, banheiros sem portas, etc.
- Ausência de profissionais mais qualificados e de material pedagógico, tais como carteiras, livros, etc.
- Falta de interesse dos governantes, diretores de escolas e professores, bem como de alunos e parentes.
- Falta de vaga na rede escolar.
- Necessidade de valorização da educação, que precisa estar em todos os lugares e permitir o acesso para todos.
- Necessidade de envolvimento da família no processo de aprendizagem.
- Se não temos educação não temos profissão; quanto mais estudamos mais chances teremos de arrumar uma profissão.

Destaque de falas dos participantes:

- *Se não temos educação não temos profissão, quanto mais estudamos mais chances teremos de arrumar uma profissão.*
- *A gente não aprende só a ler e escrever, mas a se relacionar.*
- *Tem aluno que xinga professor e sai sem ordem. Mas também tem professor que xinga aluno.*
- *Falta também atenção dos pais, eles nem sabem o que esta acontecendo na escola, leva o filho e joga lá, não pergunta, nem quer saber.*
- *Educação é tudo na vida e sem ela não somos nada*
- *Educação é aprender e não esquecer, esse é o papel da escola e dos nossos pais*
- *Precisa melhorar a merenda porque só tem macarrão*

<u>Oficina do tema Habitação</u>

A oficina contou com dois oficineiros. A primeira parte da oficina consistiu na apresentação dos participantes que deveriam dizer seu nome e fazer um gesto, acompanhado pela imitação de todos.

Em seguida teve início o trabalho com o tema Habitação a partir de uma maquete que representava conjuntos habitacionais de baixa renda, casas construídas apoiadas em outras, sem acesso à água, esgoto e energia elétrica formalizada, ou associação de moradores, etc.

Foi lido um trecho do ECA, Artigo 4º, onde habitação é destacada como um direito. A partir desta leitura coletiva a discussão teve início. Nesta oficina houve também a leitura de algumas propostas

de 2009, e os oficineiros perguntavam às crianças: *isso tem ou não tem em Guaianases?*. Com as respostas os oficineiros faziam uma discussão mais ampla.

Outra questão levantada foi: *O que falta em Guaianases?* As respostas foram diversas, como: escolas, saúde, delegacia, sala de computação, praças, bibliotecas, teatros, cinemas, museus, supermercados, farmácias, transporte, estrutura para receber pessoas de fora, como no caso da Copa do Mundo...

Os principais problemas levantados na oficina foram:

- *Necessidade de habitação adequada às rendas, sendo que foi observado um aumento dos valores dos imóveis.*
- *Quantidade de casas pequenas demais para a quantidade de pessoas morando.*
- *Aumento de pessoas em situação de rua em Guaianases.*
- *Ausência de preocupação com o local onde as crianças moram.*
- *Sem informação não há possibilidade de reivindicar.*
- *Existem preconceitos sociais que são definidos pelas moradias das pessoas.*
- *Serviços de proteção básica de assistência social devem ser instalados na região como CCA, CJ, Clube escola.*

Destaque de falas dos participantes:

- *Condições de moradia só podem ser alteradas com organização.*
- *Só existe clube-escola no Itaim, Itaquera e Jd. São Paulo, e nem todos têm piscina.*
- *A pavimentação em si foi feita, mas não tem calçada e nem organização. Tem vários terrenos vazios. Andamos pelo canteiro para poder não ser pego pela condução.*

O oficineiro finalizou ressaltando que: *não há por que ter vergonha de dizer o que falta na comunidade e que um pai que está desempregado pode não conseguir pagar a água, porque isso não é culpa do trabalhador*. Lembrou aos adolescentes que habitação é prioridade, pedindo que eles pensem no que viram nas oficinas quando elaborarem as propostas.

Oficina do tema Esporte

Esta oficina também foi conduzida por dois oficineiros. Eles pediram para as crianças olharem algumas fotos da região, quase todas relativas ao futebol, tanto de natureza pública quanto privada. Além deste material visual, foi montado um conjunto de mesas dispostas em "L" com diversos

materiais esportivos que variam desde camisas de futebol até bolas de rugby e basquete, passando por apitos, bolas autografadas e folhas que contam a história de cada esporte. É um espaço livre em que os participantes podem interagir e manusear os materiais. Rapidamente se formaram grupos de que jogavam a bola de vôlei, batiam a de basquete os arremessavam a de rugby. Em cada objeto exposto havia textos sobre a história da modalidade esportiva a que se referia.

Os oficineiros então perguntam que esportes eles jogam na escola. Como não houve resposta perguntaram se todos podiam jogar basquete. Muitos respondem positivamente. No caso do handball também muitos afirmam praticar. Já o rugby, ninguém conhecia.e. Os dois pontos chaves da oficina eram alertar os jovens para outras práticas esportivas além do futebol e pensar quais as possibilidades para se praticar esporte na região de Guaianases.

Algumas questões levantados na oficina foram:

- Apontaram a ausência de diversidade de modalidades de esporte nas escolas e no bairro.
- Mencionaram a falta de manutenção das quadras existentes.
- Reclamaram que o CEU Guaianases apresenta restrições para o uso pela comunidade, sendo de uso restrito aos alunos matriculados.
- Mencionaram que há uma quadra chamada São Caetano, porém esta é privada.
- Reclamaram da falta de espaços para a prática de atletismo, vôlei, etc.
- Discutiram que a grande maioria dos profissionais de educação física das escolas públicas da região não estimula a prática de outros esportes além do futebol.
- Reconheceram os esforços de alguns professores, mas eles enfrentam dificuldades para um trabalho melhor.
- Existe uma questão de gênero, pois muitos dos professores oferecem o futebol para os meninos e para as meninas sobra a torcida;
- Aulas de educação física ruins, em muitos casos o professor não incentiva os alunos a praticarem esportes e estes só ficam sentados conversando na quadra;

Destaque de algumas falas:

- *Educação Física não é só esporte, mas também o cuidado com a saúde, conhecer os limites do corpo. São poucos os que sabem das técnicas de condicionamento do corpo.*
- *A melhor quadra disponível é a do Parque Linear, mas falta o alambrado e a bola pode cair na linha do trem, buscá-la pode ser perigoso. Também não é possível jogar basquete ali, pois embora haja tabelas, não existe arco para cesta.*

Oficina do tema Saúde

A discussão desse tema contou com a orientação de dois oficineiros. A atividade proposta foi a abordagem pelo psicodrama, onde foram selecionados pedaços de papéis que descreviam uma cena.

Alguns jovens interpretaram as situações em que necessitavam do atendimento de saúde. A partir das cenas determinadas questões foram discutidas coletivamente. As cenas foram conduzidas da seguinte maneira: um dos oficineiros perguntava: *Quando vocês estão doentes para onde vão?* As respostas variavam entre: Hospital Geral, UBS ou AMA.

Em seguida, voluntários formavam uma fila na frente da sala, onde ocorria a simulação de um atendimento, no qual a pessoa chega ao hospital lotado e não pode ser atendido. Por fim, os participantes tinham de explicar os problemas ou ad dificuldade da situação vivida.

As questões mais discutidas foram:
- Sigilo necessário para o atendimento de questões ginecológicas e de situações pessoais.
- Necessidade de profissionais de diversas especialidades para atendimento de qualidade.
- Desumanização do atendimento, filas de espera, difícil acesso aos postos de atendimento.
- Identificaram que as equipes de agentes da saúde da família atendem bem, porém não tem respaldo de equipe médica.
- Qualidade do atendimento e disponibilidade do serviço.
- Falta de diversidade de profissionais.
- Atendimento impessoal e sem qualidade.
- Falta de acessibilidade aos postos de saúde, as ambulâncias demoram a chegar.

Destaque de algumas falas:
- *Tenho direito a saúde garantido pelo ECA.*
- *No bairro de Roseiras precisa de um Hospital e tem espaço.*
- *Acho que saúde é coisa séria e não estamos recebendo esse direito das autoridades em Guaianases.*
- *Outro dia tive que ir até a Santa Casa, lá no centro, e minha mãe não conseguiu marcar consulta porque não moramos lá, mas, aqui não tem o médico que ela precisa.*

Na parte da tarde, após o almoço, as crianças voltaram para a sala para a última etapa das atividades na oficina: tirar as propostas e escolher os delegados.

Na oficina das crianças essa etapa foi mais tumultuada. Elas demonstravam não entender a fala dos oficineiros sobre políticas públicas, sobre conferências municipais, estadual e nacional e sobre a eleição de delegados. Os oficineiros tiveram grande dificuldade de conseguir a atenção das crianças.

O grupo foi dividido em dois para facilitar a definição das propostas. Foram tiradas algumas propostas e as crianças passaram a trabalhar com recorte de revistas para a montagem de cartazes ilustrativos das propostas.

Na oficina do tema Esportes, os participantes foram divididos em dois grupos. Cada um formou uma roda e a oficineira procurou estimular o debate com base no que os adolescentes viram e discutiram na parte da manhã.

Na oficina do tema Cultura foi proposta uma atividade lúdica como estratégia de acalmar e integrar as crianças. Assim, com uma bola pequena deveriam passá-la de pessoa para pessoa sentada nas cadeiras sem encostar as mãos. Em seguida os participantes foram divididos em três grupos, e cada uma recebeu canetas coloridas e papel kraft para elaborarem suas propostas.

Na oficina do tema Educação, a oficineira que acompanhava a turma na primeira parte da conferência foi substituída por outra. A nova oficineira reviu o que havia ocorrido na oficina do período da manhã e notando que as propostas de 2009 não haviam sido conferidas, explicou a importância de fazê-lo. Em seguida ela explicou quais eram as propostas sobre o tema da educação. Os adolescentes ficaram inquietos, mas todos opinaram e acabaram por criar dezenove propostas, que foram condensadas após longa discussão junto a oficineira.

Na oficina sobre Saúde, o oficineiro leu todas as propostas de 2009 e debateu com a sala o que havia ou não sido realizado. Isso tomou quase todo o tempo e, por fim, as propostas foram criadas rapidamente, com ajuda do oficineiro. Quando um adolescente disse que não havia praças em Guaianases, o oficineiro induziu a ideia de que elas haviam sido construídas, mas que não eram frequentadas por conta da marginalidade. Mesmo sendo contrariado pelo adolescente, a proposta não foi incluída.

Na oficina sobre Habitação, os jovens foram divididos em três turmas para a elaboração das propostas, os oficineiros sugeriram temas a partir do que havia sido debatido na primeira parte da oficina. Após a elaboração, um representante de cada grupo foi à frente da sala e apresentou as propostas.

Em todas as salas os delegados e suplentes foram eleitos a partir da candidatura dos interessados e concordância do resto do grupo.

2.2 – CONVENCIONAL

Para o início dos trabalhos na oficina foi planejado o ato de conferir as propostas aprovadas na Conferência de 2009.

Não foram utilizados os instrumentais sugeridos pelo CONANDA e divulgados pelo CMDCA contendo os objetivos estratégicos e metas de cada eixo temático. No entanto, foram apresentadas as temáticas da conferência e as específicas de cada eixo. Interessante destacar que a Comissão Regional vem apresentando e protocolando os resultados das conferências lúdicas na Subprefeitura, como estratégia de reconhecimento e comprometimento da mesma para a defesa e efetivação dos direitos de crianças e adolescentes.

As propostas de 2009 começaram a ser lidas e discutidas pelos presentes. Uma síntese da discussão e da avaliação que os participantes fizeram a respeito da implementação das propostas segue abaixo:

Proposta: Construção de praças, calçadas pavimentadas para cadeirantes.
Resultado Conforme entendimento da plenária esta proposta foi parcialmente realizada.

Proposta: CCA's (Centro para Crianças e Adolescentes), CJ (Centro da Juventude), Centro educacional especializado para crianças com necessidades especiais; Cursos profissionalizantes para adolescentes.
Resultado: Segundo colocações dos participantes na região foi implantado somente um CCA. Também apontaram a inexistência de CJ e de curso profissionalizante. Debateram que faltam mais cursos profissionalizantes e que as vagas nas escolas técnicas são em sua maioria ocupadas por estudantes da rede privada, dado o processo de seleção e tendo em vista a maior preparação desses alunos para os vestibulinhos. É necessário ainda adequar os cursos profissionalizantes em função da demanda do mercado e criar mecanismos para que os alunos das escolas públicas consigam ingressar nas escolas técnicas. Defenderam a necessidade de garantir vaga para os alunos das escolas públicas.

Proposta: Moradia popular com preço acessível de acordo com a renda familiar
Resultado: Foi discutida necessidade de fortalecer os Conselhos de Habitação dada à mobilização muito fraca para esta causa na região. As políticas públicas de Guaianases devem focalizar as

pessoas que moram nessa região uma vez que apontaram a existência de projetos habitacionais para atender populações de outras regiões da cidade. Também identificaram que a corrupção e a especulação imobiliária são os grandes vilões deste processo.

Proposta: Formação, para entendimento pleno sobre abuso sexual contra criança e adolescente, para que saibam quando estão sendo abusadas. (Formação para todos os adultos, crianças e adolescentes da região)

Resultado: Um participante da plenária apontou que existe o "Ligue 100" mantido pela Secretaria de Direitos Humanos e que conta com o apoio das forças policiais e do Conselho Tutelar para identificar e atender as denúncias. Outro participante identificou que não há formação nas escolas para os estudantes. Um dos conferencistas tomou a palavra e falou sobre o Instituto Vida (Projeto de volta para o futuro) que se dedica a casos de violência e abuso contra a criança e o adolescente. Ainda foi problematizado nesse momento o fato de não terem sido construídos espaços apropriados para a criança nas delegacias levando às situações de exposição e violação de direitos tais como a privacidade e o sigilo do atendimento, falta de qualificação dos profissionais de segurança pública no trato e atendimento às crianças e adolescentes.

Proposta: Implantação do Programa Ação Família com aumento de recursos para melhor atender as famílias

Resultado: Foi apontado por um conferencista que teve início do SASF Jardim Soares para atendimento de 1000 famílias, sendo este o primeiro programa voltado para família da região de Guaianases. Assim a plenária compreendeu que houve avanço.

Proposta: CAPS (Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e Droga) e Centro de Atendimento Psicossocial Infantil

Resultado: Foi identificado pela plenária que não existe este tipo de serviço na região e que foi alugado um espaço, mas não tem prazo para começar o serviço.

Proposta: Capacitação e formação para entendimento pleno do ECA, para diretores, professores, coordenadores pedagógicos, inspetores de aluno, delegados, policiais, médicos, enfermeiros, assistente social, dentista, atendentes e todos os que trabalham direta ou indiretamente com crianças e adolescentes"

Resultado: o Conselheiro Tutelar informou ter tentado articular escolas para formação no ECA e que neste processo encontrou resistências. A plenária entendeu que não há formação, pois não há interesse dos profissionais.

Proposta: Melhor atendimento pelos profissionais da área de saúde.

Resultado: Os participantes identificaram que a causa do problema está no fato dos médicos não serem moradores de Guaianases. Também destacaram que os médicos teriam procedimentos diferentes em função de terem que dividir o tempo entre atendimentos na rede pública e em consultórios privados, caracterizando assim preconceito e descaso.

Proposta: Melhor atendimento dos policiais com relação a crianças e adolescentes.

Resultado: Foi comentado que o registro de mortes de crianças e adolescentes por ações policiais aumentou nas periferias nos últimos anos, assim reforça uma relação de conflito histórico. Além disso, retomaram que não estão treinados para atender com qualidade e respeito às crianças e adolescentes.

Proposta: Mais computadores e acesso à internet nas escolas.

Resultado: Os conferencistas destacaram que não há acesso para todos, além disso, identificaram que nas escolas ocorrem muitos roubos e depredações.

Proposta: Aumentar o número de Telecentros com profissionais capacitados

Resultado: Segundo a plenária estes espaços foram sendo fechados.

Proposta: Melhor gestão da verba destinada à criança e ao adolescente e transparência do orçamento regional.

Resultado: Foi discutido o escândalo das ONGs e os convênios com o Ministério dos Esportes e como poderia refletir negativamente no trabalho das organizações idôneas. O contraponto foi feito também com falas que caminhavam na direção de destacar que não se podem generalizar esses casos. Além disso, destacaram que deve haver aumento na arrecadação do Funcad.

Proposta: Prestação de contas anuais do subprefeito, com divulgação prévia de local, dia e horário.

Resultado: Identificaram que ainda não aconteceu e que prestação de contas virou palco para propaganda eleitoral.

Proposta: Fortalecimento do Conselho Tutelar com infraestrutura adequada para melhor atender (Computadores novos em rede com a internet, impressoras, aparelhos de xerox, aparelhos de fax, telefone sem fio, sede com sala individual, sistema de informação atualizado e completo, funcionários capacitados, 2 carros utilitários, materiais de divulgação do ECA para público diversificado) e capacitação dos conselheiros tutelares em diversas especialidades da garantia de direitos.

Resultado: Apesar de discutirem a ausência de recursos de infraestrutura adequados e para sua manutenção, focaram a ausência de ações de capacitação dos profissionais.

Proposta: Ciclos de encontros mensais entre Conselho Tutelar, Supervisão de Saúde, Diretoria Regional de Educação, Centro de Referência da Assistência Social, Segurança Pública, Vara da Infância e Juventude, Fórum Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Resultado: A plenária destacou as dificuldades em se constituir uma rede efetiva por falta de diálogo entre os órgãos. Assim concluíram não foram feitas reuniões.

Ao término da leitura das propostas da Conferência Lúdica de 2009 foi apresentada sistematização da pesquisa feita com as crianças e adolescentes participantes da V Conferência Lúdica de Guaianases em 2011. Segue abaixo os resultados apresentados:
Quanto à organização do evento: Ótima: 56%; Boa: 37%; Regular: 2%; Ruim: 5%.
Quanto à alimentação (providenciada pela comunidade local) do evento: Ótima: 48%; Boa: 32%; Regular: 15%; Ruim: 5%.
Quanto à qualidade das oficinas: Ótima: 54%; Boa: 40%; Regular: 3%; Ruim: 3%.
Quanto ao trabalho dos oficineiros: Ótimo: 75%; Bom: 18%; Regular: 2%, Ruim: 5%.
Quanto à Conferência como um todo: Ótima: 67%; Boa: 27%; Regular: 3%, Ruim: 3%.
Gostaria de participar da próxima conferência? Sim: 92%; Não: 8%."
A segunda parte do trabalho da oficina foi dedicada à discussão dos cinco Eixos e elaboração de propostas. Não houve distribuição de grupos em temas específicos, permanecendo todos os participantes juntos, numa grande roda. O mediador foi o representante do CRAS Guaianases, que traduzia a discussão em forma de propostas, submetendo depois à aprovação do grupo conforme a discussão avançava.

A elaboração de propostas não seguiu o instrumental sugerido pela organização das Conferências, o que acabou limitando a discussão à indicação de novas propostas. Não foram observados os aspectos como quem executa ou está executando, formas de monitoramento e como implementar as ações propostas nas conferências.

Dentro dos temas debatidos foi possível identificar algumas problemáticas transversais nas discussões de todos os eixos. Foi identificada a falta de diálogo entre secretarias e setores do poder público e principalmente entre a assistência social e a educação. Essa questão foi apontada por vários conferencistas e tem como exemplo emblemático a carta de repúdio tirada na Conferência contra as escolas que não participaram do evento e que impossibilitaram a realização da

Conferência no CEU, espaço mais adequado segundo avaliação da Comissão Regional e dos participantes da Conferência Convencional.

Também mereceram destaque questões relacionadas à inserção dos jovens no mercado de trabalho e questões relacionadas à violência contra a criança e o adolescente. Muitas foram as falas apontando o crescimento de crianças e adolescentes em situação de risco por falta de alternativas e por causa de violência doméstica que se soma ao despreparo para o atendimento dessas situações pelos profissionais da saúde, educação, segurança pública, entre outros.

3 – PLENÁRIA

3.1 - LÚDICA

Na plenária final, o representante de cada oficina, acompanhado pelo delegado, subiu ao palco e apresentou as propostas. Por fim, todos os de legados e suplentes foram ao palco onde foram aplaudidos e aclamados.

3.2 - CONVENCIONAL

Todos os participantes da conferência convencional acompanharam a elaboração e o encaminhamento de cada uma das propostas durante o trabalho na oficina. Assim, na plenária, não houve nenhum ponto discordante e as propostas foram aclamadas sem questionamentos.

A escolha dos delegados foi o momento final da conferência, já por volta das 23h10min horas. Não houve eleição, visto que os delegados e suplentes foram os únicos a se candidatarem e não contaram com discordância de nenhum dos conferencistas ainda presentes. O adiantado da hora fez com que a plenária fosse sendo esvaziada, ao final havia cerca de 20 participantes.

Na plenária final foi lida e aprovada a carta formal de repúdio tirada na Conferência de Guaianases, cujo conteúdo era “Queremos registrar um voto de repúdio à coordenação de educação de Guaianases (coordenadores, diretores, professores) por não participarem e sequer se interessarem pelas Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guaianases, espaço aberto para o debate e conferência de propostas que contemplem nossas crianças e adolescentes”

4 - PROPOSTAS

4.1 – LÚDICA

➢ Oficina das Crianças

- Cada escola tem de ter sua biblioteca.
- Garantir o acesso amplo a centros culturais, museus, pinacotecas, planetários.
- Salas de computação nas escolas, com acesso à internet.
- Escola com acessibilidade para pessoas com deficiências físicas.
- Ampliar a Ronda Escolar que deve passar mais vezes na escola, para combater as drogas.
- Construção de quadra poliesportiva.
- Toda escola deve ter atividades extracurriculares.
- Toda escola deve ter laboratório de ciências com aulas práticas.

➢ Oficina do tema Educação

- Mais cursos profissionalizantes na unidade pública ou mais próximo possível.
- Qualificação dos profissionais que atuam na área de educação.
- Melhor aproveitamento do espaço da escola, aumentando o quadro de funcionários, fazendo com que a escola seja um lugar aconchegante e acolhedor com espaços para palestras a respeitos de DST e de questões ligadas às drogas.
- Ampliação de passeios escolares gratuitos.
- Acesso para pessoas com deficiência, biblioteca com vários livros, mais segurança nas escolas.

➢ Oficina do tema Cultura

- Construção de Centros Culturais e Esportivos em suas diversas modalidades com aulas de dança, ginástica rítmica, atletismo, centro de natação, canto, teatro, instrumentos musicais, artesanato e lutas.
- Construção de quadras de futebol, basquete, voleibol, com a realização de campeonatos entre as escolas e frequentadores dos telecentros.
- Ações de conscientização da população quanto a necessidade e preservação de áreas de lazer.
- Melhorar as estruturas das escolas, reformando os prédios existentes, contratação de seguranças, capacitação de profissionais que possam elaborar aulas mais dinâmicas.
- Escolas com material de qualidade para os alunos, bem como materiais pedagógicos e brinquedotecas.
- Escolas devem promover ações de conscientização quanto ao uso de materiais recicláveis e quanto ao tratamento das questões de bullying.
- Construção de postos de saúde em lugares acessíveis e reforma de postos já existentes com o provimentos de todos os equipamentos necessários e qualificação dos profissionais. Além de

disponibilizar profissionais de todas as especialidades. Ampliar o sistema de Ambulância (SAMU) e do horário de funcionamento dos postos. Os postos devem promover ações de conscientização e prevenção com a população atendida e do entorno.

- Instalação de espaços acessíveis e adequados para coleta de lixo, ofertar palestras sobre coleta e separação de material reciclável.
- Asfaltamento e segurança nas calçadas, inclusive para pessoas com deficiências auditivas e físicas.

➢ Oficina do tema Esportes

- Construção de mais Clube Escola em Guaianases, com estrutura que possibilite aos usuários participação em aulas de música, dança, e que todos tenham piscinas.
- Reforma das quadras e campos já existentes na comunidade visando melhorias como iluminação, bebedouro, vestiários, gramado, banheiro, pintura, alambrado e que todos tenham manutenção constante.
- Construção de mais espaços de esporte como quadras, campos, piscinas, pistas de atletismo e que estes espaços forneçam, como empréstimos aos usuários, os equipamentos como bola, rede, raquete, entre outros artigos esportivos.
- Implantação de um Centro Esportivo em Guaianases, com espaços livres, quadras poliesportivas, que garantam à população diversas modalidades de esportes, sendo este um espaço bem equipado com grandes vestiários, muitos banheiros e bebedouros e acessibilidade.

➢ Oficina do tema Habitação

- Construção legalizada em terrenos baldios de moradias populares, albergues, abrigos e áreas de lazer (praças, parques, quadras, centros esportivos e clubes).
- Pavimentação das ruas, alargamento e regularização de calçadas.
- Criação de leis de proteção do meio ambiente e garantia de coleta de lixo em todas as ruas e favelas. Garantia de saneamento básico em todas as moradias.
- Instalação e manutenção de iluminação pública.

➢ Oficina do tema Saúde

- Divulgação dos serviços da área da saúde. Disponibilização de cartilha sobre os serviços.
- Melhoria da qualificação/capacitação dos profissionais da área da saúde.
- Campanhas de primeiros socorros nas escolas.

- Oficinas que visem os interesses dos adolescentes, tais como: sexualidade, mercado de trabalho e planejamento familiar.
- Melhor organização dos regimentos médicos em relação às escalas de horário, plantões e folgas para que o atendimento seja sempre cumprido.

4.2 – CONVENCIONAL

➢ Eixo I – Promoção dos Direitos de Crianças E Adolescentes

- Instalação de cursos profissionalizantes dentro dos CCA's e CJ's (que atentem para a demanda do mercado de trabalho).
- Implantação de Centro de Desenvolvimento Produtivo, respeitado a vocação de Guaianases.
- Expansão e garantia da educação infantil (creches) públicas.

➢ Eixo II – Proteção e Defesa dos Direitos

- Criação de Ouvidorias da criança e do adolescente em cada escola, ligado ao Conselho Tutelar, com profissional pronto a captar as denúncias dentro da secretaria de educação.
- Criação de uma delegacia especializada para a criança e o adolescente.
- Criação de serviço especializado a criança e adolescente vítima de violência ou Delegacia Especial.

➢ Eixo III – Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes

- Implantar e promover melhorias de grêmio estudantil nas escolas.
- Incentivo à participação de crianças e adolescentes, via grêmio estudantil, nos espaços do Conselho Escolar, Conselho de Saúde, Fórum de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

➢ Eixo IV – Controle Social da Efetivação dos Direitos

- Criação de um comitê regional de defesa da criança e do adolescente dentro do Fórum, com transparência nos investimentos.
- Fortalecimento do Fórum Regional de Defesa das Crianças e Adolescentes obrigando a participação do poder público.

➢ Eixo V – Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

- Expansão dos investimentos em política pública.
- Capacitação e qualificação dos profissionais da rede, inclusive em relação ao ECA.

- Criação de incentivos aos investidores da iniciativa privada para gestão da política pública voltada à criança e adolescente.
- Publicação do Orçamento da Política Pública na Área da Criança e do Adolescente.

5 – COMISSÃO REGIONAL

REPRESENTAÇÃO	NOME
Assistência Social	Decio Yoshikaso Hatakeiama
Educação	Sonia Regina Rocetto
Saúde	Maria Lucia Vieira de Almeida João Carlos dos Santos
Conselho Tutelar	Antônio Rodrigues do Nascimento Daniel Moraes Crepaldi
Fórum DDCA Regional/Municipal	Genauria Carlos de Farias Ana Claudia Pereira Francisca Aparecida Felix
Adolescente	Carla Dyane Xavier Thais Alves Ferreira Solange Agda da Cruz Diego Soares Maria Antonia F.

6 - DELEGADOS

6.1 – LÚDICA

TITULAR	SUPLENTE
Gabriel Luiz Soares de Macedo Lucas Marcelo Ricardo Pereira Silva Antonia Eunice Lima Fontes Stephanie Crsitina de Souza Dias Gabriela Ribeiro da Silva Hevelly Thaís Silva Batista de Araújo Júlia Silva Almeida	Sabrina Aparecida Carlos de Souza Hyan Barreto Souza Alan da Silva Kichismoto Jênnifer Taynara Souza Miranda Taís de Souza Santos

6.2 – CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTES
Marivanda Fernandes Silva Décio Yoshikazo Hatakeyama	Vânia Maria Ferreira de Freitas João Carlos dos Santos

IPIRANGA

INTRODUÇÃO

A realização das Conferências Lúdica e Convencional da região do Ipiranga estava prevista para o dia 29 de outubro. No entanto, a Conferência Lúdica ficou prejudicada porque os ônibus que haviam se comprometido a transportar as crianças e adolescentes para o local não apareceram, impedindo a participação de diversas escolas. A Comissão Organizadora optou por realizar mais dois dias de Conferência Lúdica, sendo uma no dia 18/11, no período da tarde e outro no dia 21/11 no período da manhã, para contemplar as escolas e instituições prejudicadas. As duas conferências ocorreram no Centro de Convivência de Heliópolis, na Estrada das Lágrimas, 2385. No primeiro dia estiveram presentes aproximadamente 50 crianças e adolescentes procedentes das escolas: EMEF Cassiano Ricardo, EMEF Ipiranga 1 e EMEF Eurico Gaspar. No dia 21/11 compareceram 60 participantes procedentes de: EMEF Luiz Gonzaga do Nascimento Jr. - Gonzaquinha, EMEF José Maria Lisboa, EMEF Olavo Fontoura, Associação Projeto Fenix.

A Conferência do dia 29 de outubro não consta deste relatório porque foi realizada antes da contratação da FIPE para acompanhamento, sistematização e relatoria das conferências.

CONFERÊNCIA LÚDICA

1 – ABERTURA

1.1 – LÚDICA (DIA 18/11)

Às 13sh50min começaram a chegar as primeiras crianças e adolescentes no Centro de Convivência de Heliópolis. Às 14h50, após terem recebido os lanches, os participantes foram encaminhados ao auditório do local.

- Composição da Mesa

Às 15h05, um sargento da PM deu início aos trabalhos, falando sobre o que são e qual importância das Conferências.

Compuseram a mesa de abertura: o representante da Subprefeitura do Ipiranga, da DRE Ipiranga, do CMDCA, da UNAS e os representantes das crianças e dos adolescentes: João Victor Melo dos Santos, 11 anos e Thaisy Lisboa Aguiar, 15 anos.

A representante da DRE Ipiranga coordenou os trabalhos e iniciou falou sobre a honra de *ter jovens presentes em uma missão importante em um exercício que se aprimora a cada dia*. Afirmou que todos os adultos ali presentes têm lutado para que as crianças e adolescentes sejam ouvidos e que sejam cidadãos atuantes e empreendedores. Disse também que o objetivo da atividade do dia era conferir as propostas da Conferência de 2009, saber se elas aconteceram ou não e trabalhar sobre o monitoramento, mobilização e implementação das propostas. Falou que as crianças e adolescentes presentes eram os que não puderam comparecer no dia 29 e que toda a equipe da organização tinha se esforçado muito para que eles pudessem ser contemplados e exercer o seu direito naquele dia 18. *Precisamos ouvir vocês que conhecem tudo no tête à tête aqui na comunidade porque o que sair daqui será levado pra Conferência Municipal e alguns de vocês estarão representando os jovens da comunidade na cidade.*

Explicou que os eixos trabalhados no dia seriam: saúde, educação, assistência social e família, segurança e formação profissional. Neles deveriam ser discutidos os direitos de crianças e adolescentes na sociedade: *eles têm acontecido? Seus direitos estão sendo garantidos? Como melhorar isso? As crianças e os adolescentes estão sendo ouvidos? Os adultos e o governo estão acompanhando isso?*

Em seguida foi cantado o Hino Nacional e lido e aprovado o Regimento Interno.

O representante do CMDCA se dirigiu aos participantes dizendo que, no dia 29, quando os ônibus não chegaram para buscar os participantes no local combinado, os presentes naquela ocasião escreveram uma moção de repúdio ao CMDCA. Fez a leitura da moção e explicou, de maneira clara para as crianças e adolescentes presentes, o funcionamento da mesma e a necessidade de assinaturas para aquele papel. Passou entre os presentes a moção, solicitando a assinatura daqueles que estivessem de acordo. Falou ainda da moção de apoio redigida e assinada no mesmo dia 29, sobre a necessidade de mais um conselho tutelar para a região. Passou o texto entre os presentes, novamente solicitando a assinatura daqueles que concordassem.

A representante da DRE pediu para que os participantes se dividissem em grupos nas salas do 1º andar tentando conhecer novos amigos e não permanecendo fechados nos mesmos grupos em que vieram. Informou que em cada sala deveria haver até 12 participantes.

O representante da Subprefeitura tomou a palavra e afirmou a importância daquele momento porque se tratava de deliberar sobre o futuro deles mesmos e que eles deveriam buscar resultados para si

próprios: *vocês serão sujeitos e objetos de suas ações aqui*. O sargento da PM finalizou dizendo que cada um dos participantes representava não apenas a sua escola de origem, mas todas as crianças e adolescentes da região do Ipiranga.

• Regimento Interno

A leitura do Regimento foi feita pela coordenadora. Os participantes não tinham cópia do Regimento e não acompanharam a leitura, dispersando-se. Ao término da leitura foi solicitada a aprovação do Regimento por aclamação dos participantes, que foi aprovado sem alterações.

• Apresentação Cultural

Não houve

1.2 - LÚDICA (DIA 21/11)

A abertura do evento atrasou em função da espera por uma das escolas, a EMEF José Maria Lisboa. Os alunos desta escola viriam em um ônibus que se perdeu e os levou para Freguesia do Ó. A comissão organizadora resolveu iniciar, sem esta escola, às 9h35.

• Composição da Mesa

A mesa estava composta por representantes de: Subprefeitura, Secretária Municipal de Educação, Comissão Organizadora, Polícia Militar e das crianças e dos adolescentes: Érica da Silva Costa e Alice Ramos Silvério. A representante da Educação foi quem tomou a palavra e começou lamentando a ausência da EMEF, uma vez que a conferência é um momento muito importante para que os jovens apareçam, proponham e critiquem. Lamentou mais uma vez a confusão dos ônibus contratados pelo CMDCA e explicou para as crianças as dificuldades que estavam tendo para promover as Conferências neste ano.

Depois da mesa formada, todos cantaram o Hino Nacional. Partiu-se então para a leitura do regimento Interno. Em seguida a coordenadora explicou o que era uma moção, e relatou que durante o primeiro dia de atividades foi aprovada uma moção de repúdio contra a falha dos ônibus que gerou a ausência das escolas no primeiro dia, e outra moção, de apoio, reafirmando a necessidade de mais um Conselho Tutelar para a região. Apresentou o documento em que a moções estavam escritas e pediu aos participantes que assinassem caso concordassem com os argumentos.

Aos participantes foi pedido que se dirigissem às salas do andar de cima para que iniciassem as oficinas. Seriam 3 grupos de debates. No momento em que o grupo saia do auditório, os alunos da EMEF José Maria Lisboa chegaram. A comissão resolveu se reunir com os alunos recém-chegados no auditório para explicar o evento, enquanto os outros participantes iniciariam suas atividades. Para o grupo recém-chegado foi explicada a importância do evento, descrevendo a solenidade de abertura que acabara de acontecer e com seriam as atividades do dia.

A Comissão organizou os grupos com os mesmos temas do dia anterior. Os inscritos tinham entre 12 e 17 anos e se dividiram espontaneamente em 3 salas que contemplavam os temas para discussão. Os recém-chegados formaram mais um grupo de discussão.

• Regimento Interno

Os participantes não tinham o documento impresso em seu material, acompanhando de modo disperso a leitura pela mesa. Não houve nenhuma sugestão de alteração do regimento, que foi aprovado pela plenária.

• Apresentação Cultural

Não houve

2 – OFICINAS

2.1 – LÚDICA (DIA 18/11)

Grupo 1: Formação Profissional e Educação

Como não havia oficineiros preparados anteriormente para a condução das atividades as professoras que acompanhavam os participantes foram convidadas a conduzir a oficina.

Participaram deste grupo 8 meninas e 5 meninos.

A coordenadora da Conferência introduziu a discussão no grupo explicando a atividade que seria realizada reforçando as questões apresentadas na abertura: *os direitos das crianças e dos adolescentes estão sendo garantidos?* Orientou o grupo para fazer propostas que melhorassem a situação deles mesmos, que seriam apresentadas para os amigos na plenária final. Exemplificou dizendo que ela costumava pensar o que faria como prefeita da cidade e que imaginava que criaria uma maratona para coletores de lixo para que eles pudessem se exercitar durante o ano e concorrer a esta maratona uma vez ao ano.

Uma das professoras que conduzia a oficina falou sobre as ideias a serem encaminhadas. Perguntou em que bairro os meninos moravam – todos do Parque Bristol – e sugeriu que eles pensassem a realidade e a necessidade de seu bairro nos quesitos educação e formação profissional. Foi sugerido que eles escolhessem um relator do grupo. A professora perguntou ainda qual o significado do termo protagonista ao que alguém respondeu *é ser o personagem principal*.

Durante o debate surgiram falas como: *seria importante um "GV" (ETEC) na região, o CEU poderia ser equipado com uma ETEC para dar oportunidade a todos de perto, porque muita gente prefere parar de estudar do que ir estudar longe. Estudante não deveria pagar passagem. Se fazendo ensino médio e faculdade já é difícil arrumar emprego, imagina sem estudar?*

Comentaram que ninguém mais quer ser professor hoje em dia *ele* (professor) *só é xingado, desrespeitado e ganha uma mixaria. A educação não é boa, o professor passa o tempo todo gritando porque os alunos não tem educação de casa. Deveria ter menos alunos em sala de aula. O ensino de uma escola pública não chega pro vestibulinho de uma ETEC, não dá pra passar. Falta interesse dos alunos e tem professores que não passam matéria e vira bagunça. Gostar da aula é pedir demais! Eu gosto dos meus amigos na escola!*

Após o debate, uma das professoras começou a ditar as propostas a serem escritas em um cartaz, sugerindo um texto que contivesse o que foi discutido no grupo. Quase todos participantes falaram bastante, provocados pelas professoras presentes e se sentiram contemplados com o texto de propostas produzido ao final.

Grupo 2: Assistência Social e Família

O grupo era composto por 11 crianças, 10 meninas e 1 menino.

O oficineiro fez uma explanação breve sobre o que era Assistência Social, levantando questões provocativas para as crianças, *as crianças sabem onde pedir ajuda? o lugar que elas pedem ajuda está capacitado para ajudá-las?* Os participantes pareceram não entender a proposta da oficina, permanecendo completamente calados, não fazendo comentários sobre a exposição do oficineiro, que explicou como se dá a estrutura das conferências: Conferências regionais, Municipais, Estaduais, Federal.

O oficineiro passou a contar uma historia sobre crianças que brincavam em um trem, acabaram dormindo e acordaram em outra cidade, sem saber onde moravam e sem ter o endereço e

informações básicas sobre eles mesmos. Após o término da historia, as crianças começaram a levantar questões referentes ao tema, *essas crianças deveriam ser cuidadas pelo conselho tutelar*.

O oficineiro então pediu para as crianças escreverem sobre "a moral da historia" em uma cartolina. O que foi escrito pelos participantes foi elaborado pelo oficineiro: "as crianças precisam de mais tempo com os pais", "a bolsa família deve ser universal.", "a obrigação do pai e da mãe trabalharem tantas horas por dia, impede o direito das crianças da convivência familiar".

No final da discussão os jovens voltaram para a plenária

Grupo 3: Saúde e Segurança

Todos os jovens do grupo eram procedentes da mesma escola, Eurico Gaspar Dutra. Eram 18 participantes, entre 11 a 17 anos, sendo 8 meninos e 10 meninas. O oficineiro foi um Sargento da PM que fazia parte da coordenação e uma professora.

O oficineiro apresentou pontos para serem tratados, como o caso da necessidade de hebiatras. As propostas, neste caso, não foram uma demanda lançada pelos jovens e sim uma construção a partir de perguntas apresentadas pelo oficineiro.

Sobre o tema saúde a participação do grupo foi muito pequena, limitando-se a responder às questões formuladas. Foi perguntado aos jovens o que há em seus bairros na área da saúde que receba e atenda crianças e adolescentes. Estes responderam que há AMAs, hospitais, postos de saúde. O oficineiro corrigiu dizendo que hospital não há, mas sim postos de saúde. Logo em seguida perguntou sobre o que há nestes postos, tendo como resposta *médicos, enfermeiras, injeções*. Em seguida, lançou uma sequência de perguntas para os jovens responderem: *vocês acham que o posto de saúde é suficiente para atender toda a população? não está faltando médicos e algumas pessoas são mal atendidas? os adultos são atendidos junto com os adolescentes? vocês tem pessoas que promovam a saúde do adolescente?*

A resolução tirada daí, pelo oficineiro, e apresentada aos jovens foi que seria preciso um *médico diferenciado'' já que estão passando por mudanças corporais e comportamentais*, este médico seria o hebiatra.

Ao abordar o tema segurança, os jovens foram mais ativos dando exemplos e contando histórias. Mesmo assim, algumas conclusões foram tiradas pelo oficineiro, sem muito debate.

A discussão sobre segurança foi iniciada com a pergunta *temos segurança? Não*. Uma garota contou que havia sido assediada na rua. Os jovens citaram motoqueiros, trânsito, sequestradores, estupradores como exemplos, o que os fazia sentirem-se inseguros.

O oficineiro perguntou se, pelo comportamento ‘’negativo’’ de alguns jovens, não seria necessário escolher bem as companhias. Os jovens concordaram. A professora acrescentou que muitas vezes são pessoas que não imaginamos que nos colocam em posições inseguras em relação a drogas.

Foi feita uma nova pergunta: *o que fazer para acabar com a insegurança?*

Os jovens começaram a imaginar um grande grupo seguro circulando pela cidade. Este não poderia ser formado apenas por mulheres e deveria ter um policial disfarçado.

O oficineiro perguntou se em seus bairros os jovens possuíam um espaço seguro para frequentarem, como o centro de convivência onde ocorria a Conferência. A resposta foi negativa.

2.2 – LÚDICA (DIA 21/11)

Foram criados inicialmente 3 grupos, entre os quais as crianças se dividiram espontaneamente. Em seguida, criou-se mais um grupo com alguns dos participantes que chegaram atrasados.

Grupo 1 – Profissionalização, Educação e Saúde

O grupo era formado por 15 crianças e adolescentes, 12 meninas e 3 meninos, entre 9 e 15 anos. Havia um oficineiro e duas educadoras, uma da EMEF Olavo Fontoura e a segunda do projeto Fenix.

O oficineiro começou a discussão perguntando como estava a saúde no bairro. Os adolescentes disseram que há postos de saúde perto das escolas, mas a educadora do Projeto Fenix ressaltou que não é assim em toda a comunidade. Faltam agentes de saúde para atender toda a região e por isso em alguns lugares não há visitas domiciliares. A educadora continuou sua fala relatando situações em que a falta de médicos especializados agravou o quadro dos pacientes da região.

O oficineiro tentou enriquecer a discussão dizendo que saúde não é só o hospital, mas também qualidade de vida e que os adolescentes deveriam pensar em como estava a situação do lixo e do meio ambiente na região, se as pessoas eram educadas para reciclar e manter a região livre de entulho.

Dito isto, perguntou *Para que serve a educação?* os jovens responderam prontamente: *para arrumar um emprego* e apontaram algumas queixas em relação às escolas que estudam. Disseram que na rede Municipal não há apostilas de todas as matérias e que isso prejudica a qualidade das aulas. Reclamaram do sistema que não permite a repetência e da falta de professores. O oficineiro finalizou a discussão e pediu aos alunos que fizessem um desenho sobre o que deveria ser melhorado na região.

As educadoras que estavam participando orientaram as crianças e adolescentes a também escrever nos cartazes algumas das suas ideias sobre o que poderia ser melhorado. Os desenhos continham representações dos problemas discutidos: uma escola rodeada por lixo, desenhos propositadamente sem cor para demonstrar os problemas da saúde e educação.

Grupo 2 - Segurança

O grupo era formado por 3 meninos e 7 meninas com 11 e 12 anos, todos da EMEF José Maria Lisboa e foi conduzido pelo sargento da PM e um auxiliar.

As crianças se mostraram curiosas com o material que receberam na pasta e o auxiliar explicou a elas o que era aquele "livrinho" que receberam, o ECA , discorrendo rapidamente sobre "direitos e deveres".

Assim que foi lançado o tema "segurança" para a discussão as crianças e adolescentes começaram imediatamente a falar sobre a falta de segurança em sua escola, deram exemplos sobre a abertura do portão, o interfone e que *ninguém olha pela câmera para abrir o portão*. Falaram sobre a sensação de insegurança. O sargento explicou que para o entendimento da noção de segurança um elemento muito importante era o sentimento, a sensação de se sentir seguro.

Os participantes foram provocados com perguntas do tipo: *o que a falta de segurança pode trazer? o que a ausência de segurança compromete?* As respostas foram: violência, tragédias, morte, assaltos, estupros, *só coisas ruins, que a gente perde a alegria, dá medo, você se sente inseguro*. Começaram um interessante debate sobre como a sensação de insegurança atrapalha o desenvolvimento. Diziam que por não poderem sair para as ruas tranquilamente acabam ficando muito tempo em casa sozinhos, com televisão e videogame e deixam de brincar, de se comunicar. O sargento ficou muito impressionado com a fala das crianças e seu discurso articulado, se dizendo, a todo momento, impressionado e que estava aprendendo muito ali, que era um momento importante

de poder ouvir as crianças, até porque, por coincidência, o trabalho dele é com segurança pública e ele levaria as ideias delas para seu trabalho.

Os participantes foram questionados sobre o que é preciso fazer para melhorar e sugeriram: aumento de policiamento, ter faróis e faixas de pedestres, mais radares para diminuir a velocidade dos carros nas ruas diminuindo assim os atropelamentos. Começaram a falar sobre respeito nas escolas e a discussão caminhou para o bullying. Falaram muito sobre exemplos de bullying e como isso os deixava inseguros.

A coordenadora entrou na sala dizendo que o tempo para debate estava se esgotando. Neste momento o sargento explicou que deveriam escrever propostas para apresentar ao grupo maior e acabou ditando o texto de propostas a uma das meninas, que foi escrevendo em um cartaz para ser apresentado na plenária.

Grupo 3 - Assistência Social e Família

O grupo era composto por crianças de 11 anos a adolescentes de até 14 anos. Todos se envolveram e participaram das discussões.

A professora de história que acompanhava os estudantes da escola Gonzaguinha foi quem acompanhou e mediou a discussão do grupo sobre o tema. A professora perguntou se haviam recebido as propostas de 2009 para poder conferir e começou explicando o que é assistência social.

Um dos jovens exemplificou que é quem consegue vagas em escolas e ela disse que geralmente esse papel é do conselheiro tutelar, mas disse que a Assistência Social tem o papel de incluir as pessoas na sociedade. Outro exemplo dado pelos jovens foi a campanha do agasalho ou a o auxílio *quando há enchentes*. A professora complementou que é a assistência social que trabalha com pessoas que precisam ser assistidas, como moradores de rua e os adolescentes.

Para trabalhar o conteúdo da discussão foram apresentadas ao grupo duas possibilidades: conferir as propostas feitas em 2009 ou discutir novas propostas. O grupo optou pela segunda. A professora pediu que os participantes consultassem o índice do ECA para encontrar referências à família e ao papel da assistência. Os jovens foram lendo o índice temático do ECA coletivamente e criando propostas sobre os problemas que identificavam. Os textos foram escritos por duas participantes enquanto o grupo ia ditando as propostas com a mediação da oficineira.

Grupo 4 - Saúde

O grupo estava composto por 16 crianças: 12meninas e 4 meninos e foi conduzido por 1 oficineiro e uma auxiliar.

Para tratar o tema o oficineiro formulou questões como *o que é Saúde?* e sugeriu buscar no ECA o que era definido como saúde. As crianças começaram a levantar a questão da higiene pessoal e aspectos de higiene nas escolas, reclamando de coisas do cotidiano nas escolas em que estudam: a falta frequente de papel higiênico, a falta de limpeza dos banheiros e a falta de cuidado das crianças para preservar o ambiente limpo.

O oficineiro perguntou se os participantes conheciam o AMA. Todos conheciam, achavam que o serviço é bem prestado, mas que há problemas que deveriam ser corrigidos, como higiene, redução das filas, mais médicos, etc.

No final das oficinas as crianças montaram dois cartazes com as propostas.

3 – PLENÁRIA

3.1 – LÚDICA (DIA 18/11)

Às 16h45 os grupos retornaram ao auditório para a plenária final. A coordenadora registrou a presença de um grupo de estudantes estrangeiros que estavam presentes. Eram estudantes da FGV que cursavam uma disciplina sobre comunidades. Estavam em Heliópolis para conhecer uma comunidade e fariam algum trabalho na faculdade sobre o que estavam observando.

Os grupos foram chamados um a um para apresentarem suas propostas que foram referendadas pela plenária. Os coordenadores conduziram a discussão perguntando sempre aos participantes se gostariam de comentar, acrescentar ou retirar alguma proposta. Foram acrescentadas algumas propostas, todas aprovadas por aclamação.

O grande ponto polêmico da plenária foi a apresentação do grupo do eixo Educação com um debate sobre acabar com a progressão continuada, exigindo que alunos não sejam reprovados apenas por sua ausência, mas também por notas. Muitos dos presentes foram a favor desta proposta e os que foram contrários pediram que este ponto fosse discutido. O coordenador sugeriu então três propostas para a votação: pela discussão da reprovação por nota, B. a favor da reprovação por nota, C. a favor da reprovação por nota, com critério. A proposta C foi aprovada.

Outro ponto importante foi o debate do eixo Segurança. Foi colocado que o problema não se resolve apenas com mais policiamento, mas sim com um policiamento participativo na comunidade, que, inclusive, reveja seus métodos de abordagem.

Ao final da leitura e aprovação das propostas a coordenadora explicou o papel dos delegados que representariam aquele grupo na Conferência Municipal. Pediu que os candidatos fossem até o palco. A escolha dos delegados foi feita por aclamação de palmas após cada um falar seu nome, sua escola e por qual motivo queria ser delegado. O evento foi encerrado às 18h20.

3.2 - LÚDICA (DIA 21/11)

A plenária final foi coordenada pelo sargento da PM que convidou os grupos a apresentarem suas conclusões por tema trabalhado.

Os grupos foram um a um, com vários representantes, lendo seus cartazes com propostas. Após a leitura, o coordenador perguntava se a plenária concordava ou não e se gostaria de fazer alguma alteração. As crianças não sugeriram alterações, mas alguns educadores pediram a palavra e iniciaram alguns debates.

Foi feita a eleição de delegados, após uma breve explicação da coordenadora sobre a função de um delegado. Ela solicitou que se voluntariassem crianças e adolescentes candidatos. Vários aceitaram o convite. Já no palco, cada um dizia seu nome, idade e escola e falava porque gostaria de ser delegado. Os delegados foram eleitos por aclamação.

O evento encerrou-se às 12h40.

4 – PROPOSTAS

4.1 - LÚDICA (DIA 18/11)

➢ Grupo 1 – Formação Profissional e Educação

- Mais oferta de ensino técnico como ETECs.
- Qualidade na educação: acompanhamento da família, menor número de alunos em sala de aula, aulas diferentes e interessantes, mais interesse dos alunos, melhor qualificação dos professores, valorização dos professores com melhores salários.
- Carteira de identificação de estudantes com passagem grátis.
- Escolas em parcerias com comunidades.
- Que exista reprovação com critérios nos cursos regulares.

➤ Grupo 2 – Assistência Social e Família

- Melhoria e capacitação dos conselheiros tutelares.
- Preparar e especializar os conselheiros tutelares na questão de educação.
- Abrigos e moradias para crianças e moradias para moradores de rua.

➤ Grupo 3 – Saúde e Segurança

- Hebiatra.
- Mais hospitais, profissionais e melhor atendimento.
- Mais consultas sobre orientação sexual.
- Orientação e prevenção ao uso de álcool e drogas.
- Mais leitos nos hospitais.
- Policiamento participativo nas comunidades.
- Mais iluminação nas ruas e praças públicas.
- Policiais que ajudem a atravessar as ruas nas portas das escolas.
- Sinalização nas ruas da comunidade
- Mais rondas escolares.

4.2 - LÚDICA (DIA 21/11)

➤ Grupo 1 – Profissionalização, Educação e Saúde

- ETEC's em lugares mais próximos.
- Cursos profissionalizantes gratuitos.
- Apostila de todas as matérias nas escolas públicas.
- Médicos especializados em adolescentes em postos de saúde próximos à região.
- Psicólogos na região.
- Palestras diversas nas escolas.

➤ Grupo 2 – Segurança

- Reforço da educação familiar.
- Reforço do policiamento nas comunidades.
- Segurança no trânsito.
- Que a falta de segurança prejudica o desenvolvimento da criança por não poderem brincar com outros amigos, desfavorecendo a comunicação em grupos. Necessitamos de espaços com garantia de segurança.

- Promover o respeito ao próximo.
- Reforçar o policiamento nas escolas

➤ Grupo 3 – Assistência Social e Família

- Visita de assistente social nas casas das famílias.
- Oferecer tratamento para jovens usuários de drogas.
- Disponibilizar mais vagas em abrigos para crianças.
- Garantir acessibilidade em toda região da comunidade.
- Incluir como matéria o conteúdo de educação sexual nas escolas.
- Mais moradias.
- Distribuição de camisinhas nas escolas.
- Oferecer auxílio para adolescentes grávidas.
- Cursos profissionalizantes.
- Visitas aos abrigos e incentivo a adoção de crianças maiores de 3 anos e adolescentes.

➤ Grupo 4 – Saúde

- Médicos devem dar mais atenção aos pacientes.
- Hospitais devem melhorar o atendimento.
- Mais pediatras.
- Melhorar a saúde pública.
- Ter mais especialistas em exames.
- Contratar mais médicos.
- Ter mais remédios gratuitos.
- Construir mais hospitais.
- Ter mais dentistas.
- Mais ortopedistas.

5 – COMISSÃO REGIONAL

REPRESENTANTES	NOMES
Assistência Social	José Carlos Storelli
Educação	Fernanda Eugênia A. Mendes
Saúde	Nair Takahashi de Alvarenga Mendes
Subprefeitura	Mauricio Tadeu Gomes da Silva
Conselho Tutelar	Claudiomara Costa Afonso Andréa Cristina Bezerra da Silva
Fórum DDCA Regional/Municipal	Dami Alves Paulo Sergio Rodrigues Cláudio Silvério de Carvalho Renato Libanio
Adolescente	Jean Carlos Edmilson de Lima Marcolino

6 - DELEGADOS

6.1 - LÚDICA (DIA18/11)

TITULARES	SUPLENTES
Andressa Yoko de Oliveira Shimabukuro	Fabio Murillo Chicareli da Cruz
Thauany Borges	Emerson Inacio de Sousa
Melissa Açucena Barbosa dos Santos	Letícia Damari Santos
Amanda do Carmo Silva	Henrique Mateus dos Santos
João Vitor Melo dos Santos	
Geovanna	Laira Thaislaine Tavares Barbosa
Evellyn Gomes Molina	
Thaisy Lisboa Aguiar	Maurício Pereira Gomes

6.2 - LÚDICA (DIA 21/11)

TITULARES	SUPLENTES
Ellen da Silva Costa	Andressa Cristina Souza de Oliveira
Gilberto Ribeiro de Lima Júnior	Andrielli Ferreira Monteiro
Joselito Miranda da Silva da Silva Filho	Giovanna Notari Cruz Monteiro
Luana Martins Andrade Andrade	Lucas Reis dos Santos
Natali Pereira Araújo	Regiane Peixoto de Paula
Natalia de Brito Brambilla Albertino	Reginaldo Neres da Silva

ITAIM PAULISTA

INTRODUÇÃO

Nos dias 22 e 23 de Novembro de 2012 foram realizadas, respectivamente, as Conferências Lúdica e Convencional dos Direitos de Crianças e Adolescentes do Itaim Paulista, que atende aos distritos do Itaim Paulista e Vila Curuçá. O evento ocorreu no espaço do Clube Escola José Ermírio de Moraes, localizado na Rua Grapira, nº170.

A Conferência Lúdica teve início às 10hs e término aproximadamente às 16hs e contou com a presença de 120 crianças e adolescentes e aproximadamente 25 adultos. A Conferência Convencional teve um total de 29 participantes, sendo 8 homens e 21 mulheres, com início as 10hs e término as 14hs. Vale destacar que segundo a Comissão Regional o número reduzido de participantes foi decorrência de a conferência ter sido reagendada três vezes, o que acabou por desmobilizar a participação.

CONFERÊNCIAS LÚDICA E CONVENCIONAL

1 – ABERTURA

1.1 - LÚDICA

Após o credenciamento as pessoas se dirigiam para o salão principal no segundo andar, que contava com lugares para 150 pessoas, tendo disponível um projetor e tela e um palco à frente. Todo o evento foi registrado em vídeo e foto. Após o café as atividades tiveram início com a composição da mesa e execução do Hino Nacional.

• Composição da Mesa

A mesa foi composta por representantes da CAS Leste, da Supervisão de Saúde, da Diretoria Regional de Ensino, bem como por adolescentes da Casa Chiquinho, da Casa Isabel e do Fórum dos Direitos da Criança e Adolescente. Também estavam presentes o Subprefeito de Itaim Paulista e o Coordenador do Fórum dos Direitos da Criança e Adolescente.

As falas tiveram início com a representante da CAS Leste, que destacou a conferência como um momento importante, onde as crianças e adolescentes têm um papel fundamental, pois *há a possibilidade de dizer o que querem*. Parabenizou a participação dos muitos usuários dos serviços da rede socioassistencial e terminou desejando que aproveitassem esse momento para *fazer a*

diferença. O representante da Diretoria Regional de Ensino cumprimentou os participantes e a Comissão regional por ter, segundo sua fala, *acompanhado a luta que foi organizar esta conferência*. Parabenizou também o Subprefeito por compreender e articular um evento desta magnitude.

O subprefeito iniciou dizendo que *todos têm de saber o que estão fazendo na conferência*. Alegou que quando tinha a idade da maioria dos presentes não havia o direito de participar e que é importante ter a consciência do que está ocorrendo hoje. Os adolescentes da Casa Chiquinho, Casa Isabel e do Fórum dos Direitos da Criança e Adolescentes apenas desejaram uma boa reunião para todos os presentes. Por fim, o mestre de cerimônia disse que esta era a oportunidade de mostrar o que os participantes querem para o futuro e anunciou a apresentação de teatro "Meninos de rua" do CCA Jaraguá.

• Regimento Interno

A leitura do Regimento Interno foi feita pelo adolescente representante do Fórum dos Direitos das Crianças e Adolescentes, após algumas apresentações culturais, sendo aprovado por aclamação pela plenária sem qualquer alteração.

• Apresentação Cultural

Na apresentação teatral foram apresentadas diversas situações vivenciadas pelos que se encontram em situação de rua: vendedor de bala nos faróis, malabares, engraxate, pedinte, dependente químico, catador de recicláveis, em situação de exploração sexual. Os adolescentes dançavam e interpretavam a mensagem acompanhando a música que tratava do mesmo tema da apresentação, intitulada "garoto de Rua" de Zezé de Camargo. Ao final, agradeceram e cantaram um grito de guerra do CCA Jaraguá.

Em seguida foram exibidos quatro vídeos. Um sob o título "Criança Vê, Criança Faz", onde eram apresentadas situações de adultos fumando, bebendo, xingando, agindo de forma racista e etc. Esses eram imitados por suas crianças. Outro era um vídeo clipe de música Funk, composta por MC Danilo, que vive no bairro e que abordava sua posição contrária ao "Toque de Recolher", adotado em algumas cidades para prevenir a criminalidade e a violência. O vídeo discorria rapidamente sobre o ECA, sobre a importância de estudar próximo de casa, sobre as questões da exploração e trabalho infantil e, por fim, sobre o direito à liberdade que é ferido pelo toque de recolher e sobre

violência sexual. Os outros dois vídeos trataram do ECA. Um, “Conhecendo o ECA”, abordava os principais direitos das crianças e adolescentes que geralmente são violados, acompanhado de uma apresentação de slides com fotos pertinentes ao tema e na maioria das vezes comoventes e fortes. Foi exibido também um vídeo que tratava da relação do pinguim com sua parceira e como trabalhavam unidos a fim de proteger os ovos e criar os filhotes. O desenho animado mostrava que os direitos e deveres devem ser iguais e o quanto é importante saber dividir as tarefas de cuidar e educar com os demais.

Para finalizar todas as pessoas que trabalharam para a realização da conferência foram chamadas ao palco para se apresentarem, inclusive os relatores da FIPE. O coordenador do Fórum DCA se despediu e passou a palavra para outra organizadora que convidou ao palco todos os facilitadores, oficineiros e relatores e anunciou a divisão de todos os participantes em quatro grupos por faixa etária, onde cada um discutiria um eixo temático, à exceção de um grupo que iria discutir os eixos 4 e 5.

Antes que fossem para as oficinas houve ainda uma apresentação de Circo, que, na verdade, foi uma oportunidade das crianças e adolescentes entrarem em contato com a Oficina que é oferecida pelo Clube Escola regularmente. Ali as crianças e adolescentes puderam experimentar os diversos equipamentos com atividades tais como cama elástica, salto, malabarismo e dança em tecido. Neste clima de descontração foram servidos lanches e liberados para atividades livres dentro do espaço do Clube Escola.

1.2 – CONVENCIONAL

O evento teve início com a execução do Hino Nacional, sendo em seguida composta a mesa por um (1) adolescente representante do Fórum dos Direitos da Criança e Adolescente, a representante do CRAS Itaim Paulista, o Subprefeito e o Coordenador do Fórum DCA e o Conselheiro Tutelar.

- Composição da Mesa

As falas tiveram início com a colocação do adolescente que ressaltou a importância da presença de todos, agradecendo por poder estar presente e desejando uma ótima conferência a todos. Em seguida falou a representante do CAS Leste que reforçou a necessidade de se ampliar as redes de atendimento a crianças e adolescentes, pois desta forma seria possível aumentar o atendimento às famílias. Finalizou dizendo que este era um momento importante onde propostas deveriam ser apreciadas para melhorar a comunidade.

Na sequencia um conselheiro tutelar destacou o papel dos defensores dos direitos das crianças e adolescentes e a busca por melhorias no bairro. A representante do CRAS Itaim Paulista ressaltou que *mesmo com poucos presentes, é uma vitória a realização do evento*. Além disso, disse estar grata pela *politização de crianças e adolescentes* e agradeceu o apoio e a colaboração de todos os serviços da rede socioassistencial.

O subprefeito ressaltou que houve muita dificuldade em realizar o evento, mas que, acreditando na possibilidade, foi possível levá-lo a cabo com importante participação de crianças e adolescentes da região. A última fala foi a do Coordenador do Fórum DCA, que pediu desculpas pelas vezes que a conferência foi desmarcada e informou que estava encerrando seu mandato de 4 anos como coordenador. Terminou informando que seriam exibidos filmes sobre pedofilia ressaltando a importância da denúncia, *pois só assim será possível combater esse crime*.

• Regimento Interno

A leitura do Regimento ocorreu após a exibição dos vídeos e foi feita pela representante da comissão regional. Foi feito destaque somente para o Artigo 22, sendo alterada a proporção de delegados de 10% para 20% dos participantes. A argumentação para a mudança foi que o evento foi prejudicado e o quórum reduzido, o que acabaria diminuindo muito o número de delegados e sua representação.

Também teve destaque o Capítulo V "Dos Trabalhos de Grupos". Devido ao número pequeno de participantes, não haveria a necessidade de se dividir em grupos. Assim, a alternativa seria fazer a discussão na plenária, pois a participação de todos os presentes daria maior qualidade às discussões.

Ambas as sugestões foram aprovadas por aclamação pela plenária. Assim, após a adesão às explanações o regimento foi votado e aprovado.

• Apresentação Cultural

Foram exibidos vídeos que tratavam de situações de abuso e exploração sexual, dando maior destaque para as situações de violência doméstica. O primeiro vídeo exibido tratava do tema agressão sexual contra crianças e adolescentes. O vídeo trazia frases e imagens em geral comoventes, procurando sensibilizar os espectadores com cenas tiradas de filmes. Outro vídeo, "Criança Vê, Crianças Faz" – exibido também na Conferência Lúdica - tratava do comportamento do adulto como modelo negativo para crianças. O terceiro e último, "Pedofilia você não pode ver,

mas ela está lá!" abordou o significado da pedofilia, seus tipos e meios de divulgação. Apresentou alguns dados do Disque 100 e fortes imagens de crianças em situação de risco. Também abordou a mudança de comportamento observada em crianças violentadas, mostrando que este tipo de abuso está em todas as classes sociais e que, na maioria das vezes, é cometido por alguém próximo ou por um familiar.

O representante do Fórum falou sobre os vídeos e citou um caso que ele estava acompanhando, onde uma jovem era abusada pelo pai, a mãe sabia e não aceitava como verdade, não tomava nenhuma atitude, até que um dia o agressor (o pai) matou a mãe. Com isto, alertou para a responsabilidade que todos temos enquanto cidadão de denunciar: *todos temos que participar dessa luta, se a gente sabe é de nossa responsabilidade, portanto temos que denunciar*.

Após a exibição dos vídeos, a Comissão Regional deu informações sobre a organização do dia.

2 – OFICINAS

2.1 - LÚDICA

Na volta do almoço as crianças foram conduzidas às salas para discussão dentro dos eixos temáticos estabelecidos por CMDCA/CONANDA, conforme faixa etária. Nas pastas entregues no credenciamento, além de uma cópia do ECA, estavam os instrumentais de Conferir, cujo conteúdo abordava o Plano Decenal.

Para os oficineiros foi entregue o instrumental de Propor, que visava estabelecer propostas especificando a forma de realização, os responsáveis, formas de monitoramento, prioridade e prazo de execução. Este instrumental preenchido deveria ser apresentado na plenária final. Nas oficinas deveriam ser também tirados os delegados.

As salas contavam com uma média de dois oficineiros voluntários, principalmente trabalhadores da rede socioassistencial. Tinham disponíveis cartolinas, papel Kraft, canetinhas, massinhas, colas, tesouras, bexigas, papel crepom, folhas sulfite e folhas de EVA.

As crianças foram divididas por faixa etária entre os eixos temáticos. Nas discussões, o processo de conferir e propor se deu de forma conjunta, sendo dada maior ênfase para o ato de propor. O ato de conferir foi feito a partir das indicações de problemáticas apontadas pelas crianças, sem nenhuma formalidade ou sequência previamente definida.

Eixo 1 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Foram direcionadas para este grupo crianças entre 7 e 9 anos. A princípio eram 11 crianças (4 meninos e 7 meninas) e posteriormente foram incluídas mais 14 do CCA Jaraguá que haviam sido redirecionadas do eixo 2 (conforme descrito abaixo no eixo 2). Durante todo o tempo observou-se crianças entrando e saindo da sala. Em alguns momentos a oficina chegou a ter 27 crianças. A sala em que ocorreu a oficina foi a brinquedoteca do Clube Escola. As crianças assim que chegaram começaram a brincar com os brinquedos disponíveis: carrinhos, bolas, pandeiros, jogo de banco imobiliário. Havia cinco oficineiros trabalhando com o grupo, que tentavam a todo o momento novas estratégias para conduzir as discussões, nem sempre com sucesso.

Para iniciar o processo de discussão os educadores dividiram a sala em dois grupos com a proposta de fazer peças de teatro para abordar os direitos das crianças e adolescentes. A primeira tinha como tema o fato de que as crianças não podem sofrer nenhum tipo de violência. A outra falava sobre o direito à alimentação. O grupo de 14 crianças menores de 6 anos não conseguiu avançar na construção de um enredo e ficaram brincando.

Em um segundo momento um educador perguntou para a sala se há espaços de lazer próximo a suas casas, depois de uma resposta negativa, indagou: *sabia que a rua de vocês pode ser uma rua de lazer?* Enquanto isso, outra educadora colava na parede folhas com as palavras lazer, habitação, educação e proibição da violência. Explicou que esses são direitos das crianças que todos devem saber. Com base nas discussões realizadas outra facilitadora redigiu seis propostas como resultado do debate na sala. Este grupo não tirou delegados para serem aprovados pela plenária.

Eixo 2 - Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Antes de iniciar os trabalhos os oficineiros constataram que o grupo estava muito grande e que havia muitas crianças não alfabetizadas. Em razão disso o grupo foi subdividido, sendo retiradas 14 crianças de até 6 anos de idade (10 meninas e 4 meninos), que foram então encaminhadas para a brinquedoteca, onde se reunia o eixo1.

O grupo contou com 3 oficineiros e 3 facilitadores voluntários dos serviços CCA Jaraguá e CCA Carolina. Foi composto por 16 meninos e 15 meninas entre 10 e 15 anos, totalizando 31 crianças e adolescentes.

A atividade teve início com a oficineira questionando se os participantes sabiam para quê estavam ali. Em seguida, explicou o papel deles na conferência e a necessidade de apontarem os problemas com base nas suas experiências. Falou também sobre o exemplar do ECA entregue no credenciamento, salientando que as crianças e adolescentes além de direitos possuem obrigações para cumprir. Destacou alguns dos principais direitos garantidos no ECA, sempre se atendo as diretrizes do Plano Decenal estabelecidas para o eixo 2. Somente então iniciou um debate com as crianças, estimulando-as a falar a respeito de suas necessidades relacionadas ao tema do eixo - proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

Em seguida foi proposta a elaboração de um cartaz em grupo, onde todos os jovens interessados em participar poderiam escrever qual o maior problema, na visão deles, não importando se os jovens quisessem repetir um problema já relacionado. Esta atividade teve duração de cerca de 10 minutos. Depois de terem definido os problemas, os participantes escolheram 5 prioridades para serem relatadas em uma folha sulfite, onde também redigiram possíveis soluções para cada problema apontado como prioridade.

Os principais pontos levantados foram: 1) Violência doméstica 2) Violência sexual 3) Bullying 4) mais policiamento e proteção dentro das dependências da escola, creches e centros de cultura, lazer e esportes 5) Assaltos 6) Discriminação 7) Violência policial. O tema da violência sexual foi o mais apontado pelas crianças do grupo. Questionados sobre as possíveis formas de solução desta problemática disseram: *leis mais firmes, pois tem gente que rouba comida e passa muito tempo* (na cadeia) *e gente que estupra e mata sai rápido e faz de novo, isso quando vai preso*. Outras crianças disseram evitar sair sozinhas ou deixar meninas sozinhas com homens em geral, da família ou não.

Em geral o grupo todo foi participativo e não houve divergências por conta da diferença de idade dos presentes. Os oficineiros procuraram guiar as crianças e adolescentes ao tema, mas sem interferir em suas opiniões. Discorreram sobre o papel dos delegados para a Conferência Municipal estimulando um grande número de interessados. Ao final os participantes foram liberados para brincar e para irem para a plenária final. Enquanto isso os facilitadores preencheram o instrumental de propostas com base nas discussões do grupo.

Eixo 3 – Protagonismo e participação de Crianças e Adolescentes

Participaram da oficina 12 meninos e 11 meninas de 4 Instituições, totalizando 23 crianças de 11 à 17 anos de idade. Estavam representadas crianças dos serviços socioassistenciais CCA Univida,

Abrigo Beija Flor, Abrigo Casa de Izabel e CCA Santa Rita. A atividade foi mediada por dois oficineiros, estagiários do CRAS e dois facilitadores voluntários da rede socioassistencial.

A atividade teve início com a distribuição do material pedagógico e divisão dos participantes em três subgrupos, seguido da explicação sobre o significado do termo "protagonismo". Apesar do ambiente tumultuado pela entrada e saída de crianças na sala, os oficineiros garantiram a participação, não interferiram na elaboração das propostas e respeitaram as necessidades apontadas pelas crianças e adolescentes.

Dentro de cada grupo foram levantadas questões que deram origem às propostas. As questões foram recorrentes nos subgrupos revelando sua significância. As principais foram: 1) Mais cursos profissionalizantes, 2) Mais centros esportivos, 3) Maiores investimentos na educação com professores qualificados, 4) Acesso à cultura, com o acesso às artes e literatura, 5) Construção de bibliotecas e acesso à internet, 6) Postos de saúde com maior acesso a informações pertinentes aos adolescentes como orientação sexual, DST, 7) Melhorar as sinalizações de trânsito incluindo acesso às pessoas portadoras de deficiências.

Durante a discussão as crianças e adolescentes puderam trocar informações sobre a sua região. Por exemplo, na discussão da proposta de construção de espaços para manifestações culturais, foi informado que há hoje na região duas Fábricas de Cultura que muitos não conheciam e sobre as quais não há divulgação para os habitantes da região. Outro ponto importante refere-se às dificuldades que os participantes enfrentam em acessar as informações básicas para seus estudos ou atividades escolares. Citaram como exemplo a *dificuldade de encontrar os livros que professores usam em sala de aula,* daí a necessidade de implantar bibliotecas com acesso à internet.

Por fim, os facilitadores não tiveram tempo de preencher o instrumental de propostas encaminhando os participantes para a plenária final. Somente um adolescente manifestou interesse em sair delegado.

Eixo 4 - Controle Social da Defesa dos Direitos

A oficina contou com 19 participantes, sendo 12 com idade entre 16 e 18 anos, 2 adultos e 5 crianças de 12 a 15 anos. Os adultos participaram como facilitadores, não tomando parte nas discussões. O espaço era compartilhado com o eixo 5, onde havia muitas crianças que tumultuaram o início das atividades.

O oficineiro deu início explicando a importância do dia com base no Regimento Interno aprovado. Logo em seguida, perguntando se todos conheciam o ECA pediu para que cada um escrevesse em um papel os problemas que enfrentavam na região. Conforme as crianças e adolescentes iam fazendo suas colocações ele as registrava em um papel Kraft colocado na parede agrupando-os por temas para orientar as discussões: Escola, Lazer, Família, Saúde, Alimentação, Liberdade, Religião, Segurança. O debate foi o tempo todo mediado pelo oficineiro, uma vez que no início o desejo de participação era pequeno. Conforme eram estimulados a discussão foi ganhando corpo.

No tema segurança, foram colocados problemas relacionados ao uso de drogas e ao número de homicídios e mortes de adolescentes, indicando-se a necessidade de mais policiamento nas ruas. Falou-se também sobre a desestruturação familiar, destacando-se o que decorre da fragilidade dos vínculos familiares: uso abusivo de drogas, abandono escolar, entre outros. Em relação ao tema educação forma identificados problemas como a carência de vagas e a falta de manutenção dos espaços das escolas existentes. Discutiu-se também sobre a necessidade de centros culturais, que deveriam ter mais atividades e mais profissionais trabalhando.

A partir de cada tema e com base nas discussões o oficineiro elaborou sugestões de propostas que foram apresentadas ao grupo para serem discutidas e comentadas. Em comum acordo, as propostas foram aprovadas.

No final o oficineiro explicou a finalidade da representação de delegados e perguntou sobre o interesse em participar. Apenas dois jovens se manifestaram não havendo necessidade de votação para a escolha. Com ajuda dos dois adolescentes foi feito o registro no instrumental de propor. Todas as propostas foram entendidas como prioridade 1. Em seguida o oficineiro encerrou dizendo que esperava ter contribuído para a realização do evento e do desenvolvimento dos presentes na oficina e liberou os participantes para irem para a plenária final.

Eixo 5 - Gestão da política nacional dos direitos humanos das crianças e adolescentes

A oficina contou com a participação de 17 crianças e adolescentes, sendo 4 meninos e 6 meninas entre 8 e 11 anos, 3 meninos e 2 meninas entre 12 e 15 anos e 2 adolescentes de 16 anos. As duas oficineiras eram educadoras de serviços socioassistenciais da região. Houve grande rotatividade de participantes, especialmente das crianças. A sala do Clube Escola é utilizada normalmente como oficina de artes marciais e possui um grande tatame de borracha que as crianças adoraram pular, rodar e brincar, o que retardou o início das atividades.

As oficineiras começaram a atividade apresentando o instrumental que continha os objetivos e diretrizes do Plano Decenal, quando havia somente adolescentes na sala. Com a entrada de um novo grupo de crianças e adolescentes, as facilitadoras tiveram que alterar a estratégia de discussão. Em roda contextualizaram a conferência e perguntaram o que faltava em suas regiões e o que poderiam fazer para superar essas carências. Todas as crianças em sequência indicaram os problemas de seus bairros. Os itens mais recorrentes foram destacados e foi solicitado que fossem sugeridas propostas para solução. Entre os problemas se destacaram: problemas de infraestrutura, acessibilidade, serviços socioassistenciais e saneamento. Três falas das crianças mais comunicativas refletem suas participações: 1) *acessibilidade nas escolas, pois a gente carrega os amigos nas escadas*, 2) *mais quadras, parques, arrumar as guias das calçadas, colocar árvores, fazer calçadas, fazer mais lazer para nós, limpar bueiros, limpar as ruas, limpar córrego*, 3) *quando tiver com 15 anos a gente sai da ONG e não tem o que fazer, a gente quer um serviço para ir quando fizer 15 anos, tipo CCA*.

Os participantes foram divididos em dois grupos. Um deles estabeleceu que faria um desenho dividindo o papel no meio. De um lado colocaram "como é a comunidade" e do outro "como gostariam que fosse". Foi escolhido pelo grupo para fazer o desenho um menino de 14 anos que tinha mais habilidade para desenhar. Ele ia desenhando com lápis os contornos que os outros em seguida pintavam. O cartaz era dividido em dois pelo córrego cheio de lixo, de um lado (esquerdo) as casas umas sobre as outras, crianças nas ruas, sem iluminação, sem calçada e etc, do outro lado da ponte sob o córrego (direito), desenharam postes de luz, calçadas, hospitais, CCA's, CJ's, escolas, quadras esportivas com banheiros, conjuntos habitacionais (CDHU), árvores e etc. Já o outro grupo de crianças e adolescentes definiu uma cor para cada tema tratado nas discussões e com bexigas, massinhas e recortes de EVA montaram cartazes. As cores utilizadas foram Amarelo, Azul, Verde, Rosa, Vermelho e Sortido representando respectivamente os temas Lazer, Limpeza do córrego e saneamento, Acessibilidade, Acesso de jovens a serviços socioassistenciais, Segurança pública e Curso profissionalizante.

As facilitadoras liberaram as crianças para brincadeiras enquanto preenchiam o instrumental de propostas com base nas colocações das crianças e dos adolescentes. Deve-se dizer que encontraram dificuldades em estimular os participantes a saírem delegados. Apenas um se candidatou.

2.2 – CONVENCIONAL

Devido ao número reduzido de participantes a plenária optou por não dividir o grupo de participantes dentro de oficinas temáticas, acreditando que assim dariam maior qualidade à discussão. Vale indicar que não utilizaram os instrumentais sugeridos pela Comissão Central.

A discussão pode ser dividida em duas partes: debate livre de questões e necessidades da comunidade, sem pautar-se nas diretrizes do Plano Decenal, e um debate coletivo para a elaboração das propostas. As discussões focaram os problemas da região dentro dos temas como segurança, educação, saúde e cultura tendo como base os eixos temáticos propostos pelo CMDCA/ CONANDA. No início das atividades foram eleitos o mediador do grupo (representante do Fórum CMDCA) e o relator (representante do serviço socioassistencial "Casa Isabel").

As discussões do grupo eram sistematizadas pelo mediador para a elaboração das propostas. Era feita a leitura da redação final para a plenária, que, por sua vez, tinha a oportunidade de sugerir novas redações.

As discussões tiveram início com a fala de alguns participantes sobre a necessidade de criação de uma comissão para fiscalizar o andamento das propostas tiradas nas conferências lúdica e convencional. Foi mencionada a ausência de envolvimento de alguns agentes públicos nas conferências, tais como a rede de educação. Falou-se também sobre a carência de serviços públicos, dando destaque para a Saúde, especialmente os serviços voltados para dependência química. Na Assistência Social foi apontada a insuficiência de serviços ligados à inserção de adolescentes e jovens no mercado de trabalho e às Repúblicas Jovens. Além disso, foi muito destacado o alto índice de violência sexual contra crianças e adolescentes da região.

Uma outra discussão do grupo foi sobre a necessidade de se capacitar crianças e adolescentes para participarem das conferências. Foi proposta a realização de conferências dentro das escolas e rede socioassistencial como forma de aprendizado. Nesta perspectiva se elegeriam delegados ainda nas escolas e serviços, que seriam enviados para a conferência regional para defesa de suas posições e propostas.

Também foi discutida a criação de resolução que normatiza a implantação do ECA na grade curricular. Esta proposta articulou-se com a anterior que objetivava o aprendizado prático sobre o que é, como se faz e o que se faz em uma Conferência dos Direitos de Crianças e Adolescentes. Surgiu a ideia de se criar um dia especial onde as escolas teriam atividades lúdicas para politizar e

conscientizar as crianças e adolescentes sobre eventos como a conferência e outros, para que possam participar mais ativamente. Destacou-se que este dia deveria fazer parte do calendário da Secretaria de Educação. Ressaltou-se o papel da Educação na divulgação dos resultados das conferências, na estimulação de uma maior participação e na divulgação adequada do ECA.

A discussão da questão da rede de acolhimento de crianças e adolescentes teve início com a identificação de casos de violência sexual atendidos nos abrigos da região, pois o tema também apareceu nas discussões da conferência Lúdica. O adolescente representante do Fórum DCA pediu um melhor preparo psicológico e financeiro dos adolescentes nos abrigos e apoio para sua inclusão no mercado de trabalho e em moradias. Outra questão levantada foi o despreparo dos serviços de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes para que os jovens tenham uma vida autônoma quando saem dos abrigos. *A criança já foi abandonada pela família não pode ser abandonada pelo abrigo também*. Foi colocada a necessidade do estabelecimento de parcerias com instituições que conseguem vagas de emprego para que priorizem crianças e adolescentes abrigados. Também foi colocado que a região não possui serviços para dar continuidade ao trabalho realizado no abrigo, como por exemplo, República Jovem. Conforme fala de um participante: *Se não fizer isso é como dizer* (para o jovem abrigado)*: te preparei para ir para a rua*.

Outra questão envolvendo a rede de serviços públicos foi a necessidade de implantação de Centros da Juventude nos bairros Cidade Kemel I e II, Vila Curuçá e Jardim Robru e a criação de 60 creches para atender a demanda reprimida já existente, que se encontra cadastrada nas creches. Também foi colocada a necessidade de criação de centros esportivos e contratação de profissionais para trabalhar e incentivar as crianças a praticar esportes.

No debate sobre drogadição não houve consenso entre os participantes, especialmente em relação à questão da internação compulsória. Para subsidiar o debate uma participante disse que para a internação não-voluntária é preciso diagnóstico de dependência química e que somente o médico psiquiatra pode afirmar isso. Além disso, é necessário fazer a diferenciação entre uso abusivo e dependência química. Lembrou ainda que é necessário haver o desejo de tratamento por parte do paciente e que o percentual de resolução de internações compulsórias é pouco significativo. Finalizou apontando que ao se tratar de tratamento público devem ser adotadas iniciativas que não contrariem a legislação existente e que sejam mais eficazes na aplicação dos recursos públicos. Outro conferencista informou ter muita dificuldade de encontrar vagas disponíveis para o tratamento de mulheres em situação de drogadição.

Outro debate do grupo foi sobre a divisão da cobertura do Conselho Tutelar e, portanto, da divisão do território para a realização da conferência uma na Vila Curuçá e outra no Itaim Paulista. Conforme indicação do conselheiro tutelar a região conta com aproximadamente 450 mil habitantes. Este adensamento populacional inviabiliza tanto o atendimento de todo o território pelo Conselho Tutelar, como a participação representativa na conferência, pois não existem espaços adequados na região para um público superior a 400 pessoas.

Por fim, foi discutida a questão das enchentes na subprefeitura do Itaim Paulista, principalmente nos córregos Itaim, Três Pontes e Tijuco Preto. Foi esclarecido que até o ano de 2018 serão canalizados os três córregos da região. Foi colocado que é necessário urbanizar os córregos com aduelas e despoluí-los, deixando claro que o serviço deve ser executado pela Sabesp, Siurb, Secretaria do Verde e Meio Ambiente, Departamento de Água e Energia Elétrica e a Prefeitura.

3 – PLENÁRIA

3.1 – LÚDICA

A grande quantidade de crianças e adolescentes e o barulho gerado por suas conversas e brincadeiras dificultaram a realização da plenária final. A maior parte dos participantes das oficinas estava presente na plenária final, mas com a participação comprometida pelo cansaço.

Foram lidas todas as propostas por eixo e solicitado aos presentes que votassem. Por contraste todas foram aprovadas. Todos os delegados foram apresentados subindo ao palco. Por aclamação da plenária as delegações e suas suplências foram aprovadas. Durante a plenária alguns grupos continuaram o processo de convencimento para a participação de crianças e adolescentes como delegados.

Após este processo, o representante do Conselho Tutelar agradeceu a presença de todos e o engajamento das crianças e adolescentes, que foram liberados para o lanche. A conferência foi encerrada.

3.2 - CONVENCIONAL

Conforme apontado anteriormente, o processo de discussão e elaboração das propostas se deu de forma conjunta em um único grupo e as propostas foram aprovadas na medida em que eram lidas. Em função disto não houve nenhuma ressalva na plenária.

Após redação e aprovação das propostas 2011, foram lidas as moções elaboradas e assinadas durante o processo de discussão.

Em seguida, o conselheiro tutelar agradeceu a participação de todos e sob aplausos deram por encerrada a conferência, reforçando a necessidade de levar cópia das propostas para o Subprefeito como forma de comprometê-lo na defesa dos direitos das crianças e adolescentes da região.

4 – PROPOSTAS

4.1 – LÚDICA

➢ Eixo 1 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

- Quadra de esportes com profissionais qualificados e materiais esportivos adequados, sendo de responsabilidade dos órgãos públicos competentes, com monitoramento da Secretaria de Esportes e população.
- Criação de Bibliotecas e Telecentros na região, cabendo ao órgão público competente sua implantação com participação pública.
- Garantir melhora da saúde com equipamentos adequados, sendo de responsabilidade do órgão público competente, considerando a participação civil. A Secretaria de Saúde e outros órgãos públicos competentes deverão monitorar sua realização.
- Criar áreas de lazer na região de acordo com o programa ruas de lazer, cuja responsabilidade recai sobre o órgão público competente, considerando a mobilização para a participação da população e coleta de assinaturas dos moradores da rua.

➢ Eixo 2 – Proteção e Defesa dos Direitos

- Construção de Unidades de Saúde para casos de urgência, cabendo ao CMDCA, ao Fórum, ao Conselho Tutelar mobilizar a sociedade civil e responsabilizar a Secretaria da Saúde. A prioridade é 1 devendo ser implantado em até 2 anos.
- Acessibilidade nas escolas para os cadeirantes (Inclusão e Acessibilidade). Cabe ao CMDCA, ao Fórum, ao Conselho Tutelar e sociedade civil fiscalizar a execução pela Secretaria da Educação. Prioridade 1 e prazo estipulado de até 1 ano para sua implantação.
- Construção de Centro de Juventude, com mobilização do CMDCA, em parceria com o Fórum, Conselho Tutelar e sociedade civil. É de responsabilidade de SMADS a implantação dentro do prazo de 1 ano, prioridade 1.

- Verba para o oficineiro esportivo para CCA e CJ. Cabe ao CMDCA, Fórum, Conselho Tutelar e sociedade civil a mobilização e fiscalização da realização pela SMADS, no prazo de 2 anos, prioridade 2.
- Verba para área esportiva com construção de quadras e professores especializados. O CMDCA, o Fórum, Conselho Tutelar e sociedade civil no seu papel de mobilizadores e fiscalizadores devem articular a execução com a Secretaria de Esportes no prazo de 2 anos, com prioridade 2.
- Palestra de orientação e conscientização à família quanto à segurança doméstica. O CMDCA, o Fórum, Conselho Tutelar e sociedade civil no seu papel de defensores dos direitos devem cobrar da SMADS a execução.
- Delegacias, Centros especializados e leis mais rígidas contra o abuso sexual. O CMDCA, o Fórum, Conselho Tutelar e sociedade civil no seu papel de defensores dos direitos devem implantá-los, em parceria com a Secretaria da Justiça.
- Maior policiamento em ruas, escolas e centros de lazer e cultura. Cabe a Prefeitura e Subprefeitura a implantação e aos órgãos de defesa como CMCDA, Fórum e Conselho Tutelar a fiscalização e mobilização.
- Mais hospitais e maior fiscalização dos funcionários. É de responsabilidade da Secretaria de Saúde, porém sob a fiscalização e mobilização do CMDCA, Fórum, Conselho Tutelar e sociedade civil.
- Conscientização de alunos e famílias sobre a discriminação e Bullying, sendo de responsabilidade da SMADS a sua implantação sob a mobilização do CMDCA, Fórum, Conselho Tutelar e sociedade civil.

➢ Eixo 3 – Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes

- Implantar clube esportivo localizado no Jd. Robru e Jd. Nazaré, pela Secretaria dos Esportes em até 2 anos. Sendo feita cobrança com maior ênfase aos órgãos competentes, prioridade 4.
- Os abrigos devem ter tolerância e alternativas para o jovem que completa dezoito anos e que não está ajustado à vida social autônoma. Cabe a Secretaria da Assistência Social sua execução sob a mobilização do Conselho Tutelar, CRAS, CREAS cumprindo o papel de cobrança e acompanhamento. A prioridade estabelecida foi 2 e o prazo para realização de no máximo 2 anos.
- Implantar CCAs e CJ na Vila Curuçá, sendo de responsabilidade do CRAS, CREAS e Prefeitura a sua implantação, bem como cabe ao CRAS acompanhar e cobrar os órgãos competentes, prioridade 1 e o prazo estabelecido 2 anos.

- Campanhas de orientação à saúde, antidrogas e sexualidade, realizadas pela Secretaria da Saúde e acompanhadas pela mesma, bem como cobrada pelos órgãos competentes. A prioridade estabelecida foi 1 e o prazo de realização de até 2 anos.
- Melhoria na educação, com professores mais qualificados e acesso a divulgação de estágios. Cabe a Secretaria de Educação implantar e também acompanhar e cobrar os órgãos competentes, prioridade 1 e o prazo de até 2 anos para sua execução.

➤ Eixo 4 – Controle Social da Efetivação dos Direitos

- Investir na qualificação dos professores e colocar pelo menos um fiscal na escola para garantir que o ensino seja feito da melhor forma.
- Mais cursos pré-vestibulares gratuitos.
- Centros esportivos e cursos profissionalizantes.
- Contratar mais profissionais da saúde.
- Implantar uma universidade com curso de medicina nas regiões mais carentes,
- Implantar bibliotecas comunitárias e mais teatro.

➤ Eixo 5 – Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

- Ampliar o acesso de jovens aos serviços públicos, por meio de parcerias com ONGs conforme editais da Secretaria de Justiça, Prefeitura e SMADS. Cabe a mobilização envolver a participação da Comunidade. Estes serviços devem ser implantados nas Escolas, nas ONGs e nos serviços socioassistenciais, prioridade 3 e um prazo de 1 ano para sua execução.
- Investir em segurança pública nas ruas da comunidade Itaim Paulista e Vila Curuçá, cabendo ao governo Estadual sua realização e à Sociedade sua fiscalização. A prioridade estabelecida foi 1 e o prazo de até um ano para a execução.
- Investir em cursos Profissionalizantes (ETEC), sendo de responsabilidade do governo Estadual em parceria com o Terceiro Setor. A mobilização deve dar-se pela participação Popular, sendo implantado nas Escolas e nos serviços socioassistenciais com prioridade 1 e no prazo de até 1 ano.
- Investir em saneamento na região do Itaim Paulista e Vila Curuçá e na canalização dos córregos, pavimentação e iluminação. Cabe à Prefeitura implantar e ao Conselho Tutelar, com participação da comunidade, fiscalizar, prioridade 1 e o prazo em até 2 anos.
- Investir em quadras de esporte e espaços de lazer, ou parques nos terrenos baldios, sendo implantado pela Prefeitura e Secretaria de Esporte, com transparência dos recursos para a mobilização. A prioridade é 1 e o prazo é de até 2 anos.

- Garantir acessibilidade é dever das 3 esferas de governo, dando transparência no orçamento e priorizando escolas, ruas e transporte público. A prioridade é 2 e o prazo é de até 2 anos para sua execução.

4.2 – CONVENCIONAL

➢ Eixo 1 – Promoção dos Direitos de Crianças E Adolescentes

- Realização de palestras de conscientização e ações de prevenção sobre os serviços e campanhas existentes com base nos direitos básicos de saúde, educação, assistência social, cultura e lazer. Cabendo ao CMDCA, ao FDCA e Secretarias competentes sua implantação, prioridade 1 e o prazo médio (de 1 a 2 anos).
- Realização de Palestras de conscientização e ações de prevenção de situações de gravidez na adolescência e de desenvolvimento da sexualidade e hábitos sexuais saudáveis. É de responsabilidade da Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e SMADS a execução, prioridade 1 e prazo de 1 a 2 anos.

➢ Eixo 2 – Proteção e Defesa dos Direitos

- Criação de serviços de acolhimento para jovens vindos de outros serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, onde estejam previstas ações de inserção no mercado de trabalho, bem como dar continuidade aos estudos e fortalecer habilidades de convívio social com atividades socioeducativas. Garantir a prioridade aos indivíduos em situação de acolhimento nas vagas de emprego (CAT) e outras fontes. É de responsabilidade de SMADS e Secretaria do Trabalho, prioridade 1 e prazo de 1 a 2 anos.
- Criação de serviço de atendimento público ambulatorial e hospitalar para dependentes químicos, especial atenção para a questão de gênero, garantindo igual atendimento às mulheres, sendo o critério médico o único capaz de decidir pela internação não voluntária. É responsabilidade da Secretaria de Saúde das 3 esferas de governo, no prazo de 1 a 2 anos, com prioridade 1.
- Garantir a execução da lei de acessibilidade em todos os espaços e serviços públicos diretos e conveniados, como por exemplo, escolas, serviços socioassistenciais, calçadas, entre outros. Cabe à Subprefeitura e Secretarias competentes sua implantação, prioridade 1 e o prazo de 1 a 2 anos.

➢ Eixo 3 – Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes

- Incluir no calendário escolar atividades práticas de conscientização sobre a conferência DCA com participação dos agentes do Sistema de Garantia de Direitos, instrumentalizando a participação

das crianças e adolescentes para as conferências regionais. É de responsabilidade da Secretaria de Educação (Estadual e Municipal) e Serviços Socioassistenciais em parceria com cada instituição de atendimento que poderá realizar exercícios de conferência a cada 6 meses. A prioridade é 1 e o prazo é de 1 a 2 anos.

- Elaboração de uma agenda esportiva e cultural para qualificar a ocupação dos espaços existentes, sendo responsabilidade da Secretaria de Esporte e Lazer em parceria com a Secretaria de Participação e Parcerias para contração de oficineiros. Foi estabelecida prioridade 1 e o prazo de 1 a 2 anos para realização.

➢ Eixo 4 – Controle Social da Efetivação dos Direitos

- Ampliar o número de serviços de CJ e CCA nos bairros da cidade Kemel, Vila Curuçá, Jardim Robru, Jardim Malvina/Vila 1o de Outubro, dando especial atenção para Vila Curuçá que possui grande demanda reprimida. O atendimento deve ser qualificado com oficineiros esportivos de artes plásticas, músicas entre outras. A implantação é de responsabilidade da SMADS/CAS Leste, respeitando a prioridade 1 e o prazo de 1 a 2 anos para execução.

➢ Eixo 5 – Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

- Realizar conferências por distrito, sendo uma no Itaim Paulista e outra na Vila Curuçá a partir de 2013, sendo responsabilidade do CMDCA acolher, prioridade 1 e o prazo de 1 a 2 anos.
- Criação da resolução que normatiza a implantação do ECA como grade curricular obrigatória da educação no Ensino Fundamental e Médio. É responsabilidade da Secretaria de Educação, CMDCA e Fórum DCA, respeitando a prioridade 1 e o prazo de 1 a 2 anos de execução.
- Garantir dotação orçamentária municipal específica para a realização das conferências regionais e municipais, sendo prevista verba para contração e formação de pessoal com 5 meses de antecedência garantindo assim unidade e qualidade metodológica. Cabe à Controladoria geral da União, Secretaria de Orçamento e Verba Pública, CMDCA e FDCA a implantação e fiscalização, prioridade 1 e o prazo de 1 a 2 anos para a execução.
- Construção de mais de 60 creches para atender a demanda existente cadastrada e não atendida na região do Itaim Paulista e Vila Curuçá. É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação atender a prioridade 1 e o prazo de 1 a 2 anos
- Implantar Centro Esportivo Olímpico com estrutura de banheiros, vestiários, equipamentos esportivos e educadores, especialmente nas regiões de Cidade Kemel e Costa Norte. Cabe à Secretaria de Esporte e Lazer a realização, prioridade 1 e o prazo de 1 a 2 anos para execução.

- Contratação de profissionais para os espaços e equipamentos esportivos existentes, incluindo parcerias para possibilidade de realização de estágio remunerado. Estes deverão ser responsáveis pela realização de oficinas e manutenção dos espaços existentes. É responsabilidade da Secretaria de Esporte e Lazer, dentro do prazo de 1 a 2 anos e prioridade 1.

5 – COMISSÃO REGIONAL

REPRESENTANTES	NOMES
Assistência Social	Linda Ferreira Alvim Gonçalves
Educação	Jair Sipioni
Saúde	Queli Roberta da Silva
Subprefeitura	Terezinha Theodoro
Conselho Tutelar	Jose Joaquim de Abreu
Fórum DDCA Regional/Municipal	Solange Cristina Castro Sampaio Anderson Migri da Cunha Thais Caroline Felix da Silva Felipe Cordeiro dos Santos

6 - DELEGADOS

6.1 – LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Gabriel Castro	Alan Henrique Pereira da Silva
Wilisson do Nascimento Campos Mariano	Bruno Henrique Dias dos Santos
Thais Santana da Silva	Erika Batista Souza
Karla Natasha F. Malta	Aline Damasceno Pereira
Stefanie Silva Costa	Igor Ribeiro de Sena
Tauany Emelly do Nascimento	Eleni Katherine Custódio da Silva
Rodrigo de lima Soares	Alexsander Pereira de Jesus filho
Ana Flavia de Sousa Procópio	Thiago dias da Costa
Weverson Jesus Silva	*não foi escolhido

6.2 – CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTES
Linda Ferreira Alvin Gonçalves	Cristiane Maria da Silva
Terezinha Theodoro	Anderson Migre da Cunha
Maria Amparo dos Santos	Marco Antonio Gonçalves
Frank de Souza Carvalho	Nathalia Maria Bento
Rogério Gonçalves dos Santos	Maria Paula Oliveira

MOÇÕES

Foram formuladas e aprovadas pela plenária três moções:

1 - Repúdio ao CMDCA pela falta de almoço nos dois dias de conferência regional, não garantindo alimentação digna prevista no ECA.

2 - Criação de espaço esportivo na região do Itaim Paulista para melhor atender as Crianças e Adolescentes da região.

3 - Reafirmar as propostas elaboradas e não executados de 2009.

JABAQUARA

INTRODUÇÃO

No dia 07 de Novembro de 2011, foi realizada a Conferência Lúdica e Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Jabaquara, no CEU Caminho do Mar, situado à Avenida Engenheiro Armando Arruda Pereira, 5.275, das 8h00 às 14h00.

As Conferências contaram com a presença de 180 crianças e 41 adultos, muitos dos quais ajudaram na organização do evento e atuaram como coordenadores dos grupos de crianças e adolescentes nas oficinas lúdicas.

O credenciamento dos participantes teve início às 8h00, quando eles recebiam o crachá e a pasta com o material da conferência: regimento interno e propostas aprovadas em 2009. Em seguida, recebiam o lanche da manhã.

CONFERÊNCIAS LÚDICA E CONVENCIONAL

1 - ABERTURA

A abertura da Conferência ocorreu no auditório sem solenidade e sem a composição da mesa de autoridades e representantes dos órgãos municipais e da sociedade civil e nem com representante do CMDCA. Ela foi toda conduzida e mediada de forma lúdica e informal pelo Professor Rogério que, logo no início, falou sobre a desorganização dessa conferência por parte dos órgãos responsáveis e aproveitou para chamar a atenção sobre aspectos referentes às responsabilidades de cada parte envolvida. Pelo microfone, as crianças foram provocadas pelo monitor a refletirem se eram portadoras de direitos. Imediatamente, as crianças manifestaram expressões que iam do desconforto ao desabafo, fala e grito, inquietação na poltrona. Algumas pareciam querer saltar no palco e pegar o microfone para expressar suas opiniões. Prontamente, entre algumas vozes, foram mencionados os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em resposta à provocação feita pelo mediador ao microfone. Para exemplificar a questão dos direitos, o mediador fazia perguntas sobre a existência e as condições da infraestrutura nas regiões de moradia das crianças presentes. Fez ainda um contraponto entre uma situação de ditadura, em que os direitos são negados, e um estado de direito, quando há liberdade de expressão e garantia de direitos.

Entre vários momentos de interação com as crianças, na forma de uma dinâmica com muitas cantigas infantis e cantos de capoeira, foram tratadas questões concernentes aos direitos previstos e

garantidos pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente): da conquista, da reivindicação, da garantia e da não efetividade concreta desses direitos – sempre pontuando essas questões com exemplos do cotidiano da região e conseguindo uma grande participação das crianças.

Entre os aspectos significativos da conferência, foi destacado que ela ocorre a cada 2 anos e que é a oportunidade dada às crianças e adolescentes, de participarem e apresentarem suas propostas. O mediador aproveitou para informar que ele participou das primeiras conferências, ainda criança, e que hoje percebe que aquilo que foi conquistado em todo esse período teve a participação dele. Daí explicou a importância de escolher os delegados que iriam representar e defender as propostas da região nas conferências municipais, estadual e federal, na luta para garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Depois da execução do hino nacional, foram lidas as propostas tiradas pela Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente realizada em 2009, sistematizadas nos cinco eixos temáticos, e que deveriam servir de base para as discussões.

Ainda participaram da abertura a representante da Diretoria de Ensino Regional e os Conselheiros Tutelares da região. Estes falaram brevemente, no sentido de apresentar o Conselho Tutelar como um órgão que visa proteger o bem estar da criança e do adolescente e garantir o cumprimento dos direitos previstos no ECA, e não como um órgão de repressão e punição, tentando mudar uma visão construída erroneamente sobre suas funções.

Antes do início das atividades nas oficinas foi dada a palavra a Tereza Martins, pessoa atuante nas conferências e que fez a abertura dos trabalhos, agradecendo a presença de todos. Falou da importância dessa conferência para avaliar e acompanhar as propostas levantadas na conferência de 2009.

Em seguida, foram apresentados slides sobre os cinco eixos temáticos. Em cada um deles o mediador consultava os presentes se as metas propostas na conferência anterior tinham ou não sido alcançadas.

• Regimento Interno

A leitura do Regimento Interno foi feita por uma Professora, juntamente com um dos adolescentes, na íntegra, tendo sido aprovado sem a apresentação de qualquer destaque.

• Apresentação Cultural

Logo após a leitura do regimento foi exibido o curta-metragem “Maria não vai com as outras”, produzido na própria comunidade, pela ONG AME, que atua na região da Vila Clara. O filme, produzido e filmado nas dependências do CEU Caminho do Mar por grupo de cineastas locais do Jabaquara, trata do duro cotidiano de uma trabalhadora-estudante negra, pobre, moradora da periferia, e dos obstáculos enfrentados por ela no trabalho e na faculdade, tais como o preconceito social e racial.

Ao fim da abertura foram realizadas as oficinas lúdicas para cada um dos eixos temáticos. Nesta conferência, os trabalhos dos grupos pautaram-se nos Eixos do CONANDA de 2009.

2 – OFICINAS

2.1- LÚDICA

A divisão das crianças em grupo para cada eixo teve como critério a série e a turma escolar à qual pertencem e para a escolha dos responsáveis pelas oficinas, cada professor presente escolhia um dos eixos e levava com ele um grupo de crianças. Mas em algumas oficinas foram reunidas mais de uma turma e série.

Como não havia equipe de metodologia contratada pelo CMDCA, cada um dos professores ficou inteiramente responsável pela realização das oficinas, sem que tivessem sido preparados para a condução das atividades. Apesar do grande esforço dos professores, o modo como foram realizadas as atividades demonstrou o improviso e o despreparo para a função, o que não quer dizer que não sejam capacitados enquanto profissionais, mas apenas que não receberam treinamento suficiente para atuar nas oficinas lúdicas.

Todas as cinco oficinas seguiram um mesmo procedimento para sua realização: os professores organizaram as crianças em uma ou mais rodas, com maior ou menor sucesso, sendo que as crianças pouco participavam efetivamente da discussão. A professora ou professor iniciava a leitura das propostas da Conferência de 2009 e questionava sobre o que foi feito ou não, qual órgão seria responsável pela execução de cada uma delas, de que forma deveriam ser monitoradas e como poderia ser feita a implementação daquelas propostas e de novas que surgissem.

De um modo geral, as crianças estavam muito inquietas, dispersas e querendo brincar, o que foi extremamente difícil para os professores conseguirem controlar as crianças e envolvê-las de alguma forma na discussão do tema.

Pode-se notar que nenhum dos professores, no papel de oficineiro, pautou-se pelo instrumental que continha tanto as propostas de 2009 quanto as questões acima relatadas. Com isso, até o final das oficinas, esse instrumental não tinha sido corretamente preenchido pelos professores responsáveis e o produto dos trabalhos não correspondeu à plenitude de informações esperadas.

Quanto à escolha dos delegados para a Conferência Lúdica Municipal, em todos os grupos houve um grande interesse por parte das crianças, em tornarem-se delegados. Nas oficinas correspondentes aos eixos IV e V ocorreu eleição para a escolha de quem ocuparia estes cargos. E nas oficinas dos eixos I, II e III, a escolha se deu por indicação da professora ou por escolha espontânea entre as crianças que mais participaram da oficina.

Deste modo, cada uma das oficinas apresentou suas conclusões e propostas que foram submetidas à aprovação ou alteração, na plenária final.

2.2 - CONVENCIONAL

A Conferência Convencional contou com um número reduzido de participantes, e o trabalho na oficina ficou com um número ainda menor de conferencistas. Isto porque muitos desses dedicaram-se à organização da Conferência Lúdica, inclusive trabalhando como oficineiros.

Logo depois da abertura do evento e do encaminhamento das oficinas da Conferência Lúdica, os adultos se dirigiram para a biblioteca do CEU Caminho do Mar e numa roda única iniciaram seus trabalhos. Entre os participantes estavam representadas as seguintes instituições: Projeto Coração Família, Projeto Vila Campestre, Centro Comunitário e Social do Jardim Lurdes, Movimento de Moradia do Jabaquara, subprefeitura do Jabaquara, Grêmio Social e Esportivo da SAB Jabaquara e da Tribuna da Cidade, representante do Projeto de Utilização de Reciclável, Conselheiro tutelar do Jabaquara reeleito e Conselheiro Tutelar em final de mandato, Secretaria Municipal da Saúde e Fórum DDCA Regional/Municipal.

Já de início comentou-se o atual contexto de desorganização das Conferências Regionais e os problemas decorrentes, como o cancelamento e a mudança de data de várias Conferências. Comentou-se também sobre a proposta do Fórum de adiar a realização das conferências para 2012 e propôs-se que fosse colocada em pauta uma discussão sobre a questão orçamentária.

Em seguida foi decidido como seria o encaminhamento dos trabalhos e ficou estabelecido que se faria uma discussão pontual dos problemas da região juntamente com a leitura das propostas de 2009, eixo a eixo, numa espécie de ato de conferir. E ainda antes do início deste trabalho foi manifestada, por um participante, a necessidade de se discutir e acompanhar a execução orçamentária da prefeitura porque, segundo o mesmo: *se algo não foi feito em 10 anos, é porque não houve ação de controle e fiscalização eficiente. Qual é o mecanismo de controle?*

Foi iniciada a discussão das propostas de 2009 que todos haviam recebido na pasta no ato do cadastramento, juntamente com o regimento. Mas verificou-se que eram as aprovadas na Conferência Lúdica daquele ano e não as da Convencional. Por fim, e antes da discussão das propostas de 2009 foi sugerida a criação de um Fórum permanente de fiscalização.

As propostas de cada eixo foram lidas e discutidas apontando o que havia sido realizado ou não, para depois apresentarem as propostas do grupo.

Em relação às propostas do Eixo 1, houve muita manifestação porque praticamente nenhuma foi realizada. Foi apontado que o governo pede a indicação de terrenos para construção de creches e outros equipamentos, mas não há melhorias. Quanto ao meio ambiente, não aconteceu a preservação das reservas ambientais porque está ocorrendo o desmatamento. Um dos participantes colocou o problema da operação urbana Água Espraiada informando que *quando foi idealizado, era de mais de um bilhão e só o túnel que estão pretendendo construir está em mais de 2 bilhões*. Tal projeto não combate a desigualdade e tira o direito de moradia das pessoas mais pobres. Uma liderança está brigando para manter a igualdade e não tirar os moradores do local onde já tem escola, posto de saúde, tudo lá perto e acrescentou que *poucas crianças da Rocinha participavam do Chuvisco, mas a prefeitura fechou.*

Não houve melhoria das merendas e nem das escolas. Com relação à melhoria do acesso de deficientes, foram construídas rampas, mas o grupo considera insignificante em relação às necessidades. Ainda falta acessibilidade nas ruas, avenidas, nos edifícios. E nos poucos ônibus com instalação para pessoas com deficiência falta o preparo dos motoristas.

Dentre as propostas do Eixo 2, concluíram que apenas foi criado o posto de recolhimento de armas, mas não houve na região campanha de conscientização contra uso de armas e drogas. As bases comunitárias também não foram construídas.

No Eixo 3, que consta como Eixo 4, na proposta do CONANDA para 2011, um dos participantes observou que ele se refere aos meios de fiscalização da garantia de direitos em vários âmbitos e que as propostas de 2009 não estão adequadas ao eixo III. Contudo, ponderaram o seguinte: dentre o que foi proposto, muito pouco foi realizado. Não houve ampliação de creches e as crianças estão mais tempo nas ruas porque não temos escolas em tempo integral.

Em relação à questão dos meios de fiscalização de garantias, grande parte da reunião tratou do papel e dos problemas que os Conselhos Tutelares enfrentam, porque muitas pessoas não compreendem a sua verdadeira função. Além de lidar com esses problemas, os conselheiros tutelares presentes levantaram a necessidade de estrutura no local de atendimento para garantir sigilo e privacidade às pessoas que procuram o Conselho Tutelar. Levantaram a questão da baixa remuneração e da falta de garantia de direitos trabalhistas aos conselheiros, além da diferença de salário dos que são funcionários públicos e exercem a função de conselheiro. Estes optam pelo salário do cargo público, que em geral é maior que a dos que não são funcionários.

As propostas do Eixo 4 também não foram atendidas. O CEU é o único centro de esporte, cultura e lazer para a população da região.

Em relação ao Eixo 5, foi apontada a necessidade de cursos profissionalizantes que atendam a demanda e a importância e necessidade de se acompanhar o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Uma das organizadoras desta conferência lembrou que uma funcionária do CEU Caminho do Mar foi quem providenciou para que o evento acontecesse, ainda que de forma bastante improvisada, porque além de faltar muito material e infraestrutura em geral, materiais como tinta, caneta e guache que foram enviados pela comissão central, estavam com a data de validade vencida há um ano. O ônibus que veio foi apenas um, do Coração Família. Não mandaram almoço, apenas o lanche do café, o que impedia de manter as crianças o dia todo na Conferência. Na falta de equipe de metodologia, o CEU ofereceu seus professores para cuidar das oficinas lúdicas. O CMDCA não enviou o relatório de 2009 do Jabaquara, nem as orientações necessárias. Esta Conferência já tinha sido adiada três vezes; por isso decidiram fazer da forma possível, apesar da desmobilização que houve.

Diante dos problemas apontados, foi acatada a sugestão de um dos participantes de encaminhar uma Moção de Repúdio ao CMDCA, pela desorganização da Conferência em função da falta de

infraestrutura, como material, almoço para as crianças, ônibus, além da não contratação de uma equipe de metodologia com oficineiros treinados. Contudo, até o final da Conferência, o texto da Moção não tinha sido apresentado para coleta de assinaturas.

3 - PLENÁRIA

Em seguida aos trabalhos de grupo da Conferência Lúdica todas as crianças e adolescentes retornaram ao auditório para a realização da plenária final para apresentação e aprovação das propostas e votação dos delegados e suplentes escolhidos nas oficinas.

Algumas modificações e ampliações das propostas foram feitas pelas próprias crianças, mas a maior parte pelos adultos presentes. A apresentação das propostas do Eixo 4 foi bastante conturbada pela dispersão das crianças, sendo que muitas dessas propostas foram apenas lidas e não chegaram a ser submetidas à aprovação, formalmente.

Os participantes da Conferência Convencional não realizaram uma plenária porque todos os eixos foram discutidos por um único grupo de trabalho que decidiu eleger as propostas e os delegados para a Conferência Municipal.

4 – PROPOSTAS

4.1 – LÚDICA

➢ Eixo 1 - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

- Lei que proíbe a população de jogar lixo nas ruas, rios e outros lugares impróprios.
- Melhorar e ampliar o já existente serviço de cata-bagulho na comunidade; Obrigar/incentivar todas as escolas a plantar árvores para melhorar o visual e o ar do ambiente em que vivemos.
- Melhorar a qualidade da merenda.

➢ Eixo 2 - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Implementar um programa de desarmamento da população a ser realizado pela polícia.
- Aumento do policiamento nas ruas.
- Maior rigor na fiscalização da Lei do PSIU.
- Criação de espaços de lazer.

➤ Eixo 3 - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos

- Construir mais escolas próximas à comunidade; a ser implementada pela Subprefeitura junto com a comunidade e monitorada com reuniões a cada três meses.
- Construir mais creches; a ser implementada pela Guarda Civil Metropolitana e por familiares e monitorada com visitas surpresas.
- Garantir qualidade de transporte para os idosos a ser implementada pela subprefeitura, CET e pela própria comunidade, e monitorada pela comunidade e pela imprensa.

➤ Eixo 4 - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Criar parques.
- Criar espaços para soltar pipas.
- Criar um campo de futebol.
- Criar um cinema.
- Criar um espaço para as artes marciais.
- Ampliação do CEU Caminho do Mar.

➤ Eixo 5 - Gestão da política

- Que as escolas incentivem a criação de grêmios estudantis.
- Construção de escolas com cursos profissionalizantes e criar oferta de bolsa de estudo nas escolas particulares.
- Que o projeto de contra turno (integral) se torne uma política pública sem quebra por conta do Edital e ampliá-lo para outras escolas.
- Realizar a manutenção dos espaços públicos.

4.2 – CONVENCIONAL

➤ Eixo 1 - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

- Reformar o Chuvisco para as crianças da Rocinha porque não existe nada de lazer na região.
- Adotar medidas para parar o desmatamento e preservar o meio ambiente.
- Garantir acessibilidade nas ruas, avenidas e edifícios e capacitar os condutores de ônibus com instalação para portadores de deficiência, no sentido de dar maior atenção a essas pessoas e aos idosos.

➤ Eixo 2 - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

Não foi apresentada proposta específica.

➤ Eixo 3 - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos

- Pensar formas de divulgar e levar a conhecer o papel dos Conselhos Tutelares.
- Criar um Fórum Permanente de Fiscalização.
- Reivindicar educação em tempo integral, não como opção, mas como regra.
- Enquanto não se criam escolas em tempo integral, ampliar as vagas dos CCAs em número compatível com o número de alunos das escolas, para complementar as atividades.
- Retomada e ampliação de ônibus gratuitos para as escolas.
- Conselho Tutelar deve apresentar seu papel nas escolas, de fiscalizador do cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes e dos serviços a eles destinados.
- Atender ao CONANDA no que se refere à proporção de 01(um) conselheiro tutelar a cada 100.000 habitantes.
- Garantir os direitos sociais e trabalhistas dos conselheiros tutelares.
- O papel das autoridades deve ser definido no sistema de garantia de direitos. O que faz a Defensoria Pública, o juiz, a polícia, etc.

➤ Eixo 4 - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Os abrigamentos para crianças e adolescentes devem ser apenas para uma fase provisória e de emergência.
- Garantir a meia entrada para estudantes em atividades culturais, esportivas e de lazer.

➤ Eixo 5 - Gestão da política

- Criar mecanismos e garantir o acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Construir escolas com cursos profissionalizantes para atender a demanda da região e criar oferta de bolsa de estudo nas faculdades particulares.

5 – COMISSÃO REGIONAL

REPRESENTAÇÃO	NOME
Assistência Social	Ligia Narcisa Pereira
Educação	Maria de Lurdes Ribeiro dos Santos
Saúde	Maria Lucia da Silva
Subprefeitura	José Ednaldo da Silva
Conselho Tutelar	José Carlos Antonio
Fórum DDCA Regional/Municipal	Teresa Cristina S Mateus Maria Lucia da Silva

6 – DELEGADOS

6.1 - LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Vivian Fernandes de Oliveira	Yasmin de Fátima Santos de Souza
Andressa dos Santos Silva	Maryane Antonella Valentim C. Ferreira
Camila Barbosa Ferreira	Breno dos Santos Rodrigues
Nathália Delduque	Mirella Alves de Oliveira
João Vitor Santos Silva	Jeferson dos Santos

6.2 – CONVENCIONAL

DELEGADOS	SUPLENTES
Maria de Lourdes Ribeiro dos Santos	Carlos Antonio Cavalcante Costa
José Carlos Antonio	Inês de Freitas Costa
Maria Lúcia da Silva	
Jeorge Leandro Alves Fonseca	

JAÇANÃ/TREMEMBÉ

INTRODUÇÃO

A Conferência Lúdica do Jaçanã ocorreu no dia 25 de Novembro de 2011 – no CCA Murialdo, à Rua Igarité, 338 – com 172 participantes, crianças e adolescentes de CCAs, CJs e CREAS. O credenciamento, abertura solene, leitura do Regimento Interno e apresentações culturais foram realizados no ginásio e, em seguida, formaram-se 9 grupos para as oficinas. A plenária final contou com a exposição dos trabalhos e a aclamação dos delegados, além de apresentações culturais.

A Conferência Convencional se realizou um dia antes, no dia 24 de Novembro, na sede do CRAS Jaçanã, à Av. Guapira, 2145 e contou com a participação de 52 pessoas com idades a partir de 16 anos, inscritas até às 10hs, quando teve início a abertura. O mestre de cerimônias foi um jovem de 18 anos, membro da Comissão Central de Organização das Conferências. Um dos pontos de maior destaque da Conferência Convencional foi o grande número de participantes jovens, alguns com camisetas do Centro para Juventude São Benedito e outros representantes da comunidade. Após as apresentações culturais ocorreu a leitura do Regimento Interno e a divisão dos grupos para oficina. Para fechar, todos se reuniram para a plenária final de aprovação das propostas e eleição dos delegados.

CONFERÊNCIAS LÚDICA E CONVENCIONAL

1 – ABERTURA

1.1 - LÚDICA

Compuseram a mesa de abertura da Conferência Lúdica: representante da Subprefeitura de Jaçanã, da Secretaria de Assistente Social, da Secretaria de Saúde, Padre Juarez, o representante do Conselho Tutelar/ Comissão Central de Organização das Conferências e o do Fórum Regional de Jaçanã/ Tremembé.

A representante da Subprefeitura disse ser muito importante a participação de crianças e adolescentes na construção da cidadania e referiu-se à importância do ECA na busca da justiça social.

A representante da Assistência Social falou sobre o serviço prestado pela Secretaria em que trabalha e disse que sua Pasta está sempre presente nos eventos sobre crianças e adolescentes. Referiu-se à

importância do dia de Conferência, como um momento para falar sobre os problemas do bairro e sobre política pública.

Lembrando a música "Comida" do grupo Titãs, a representante da Secretaria da Saúde referiu-se à conferência como um momento para reivindicar que não queremos *só comida*, mas um dia de *fazer política*.

O próximo a falar foi o Padre Juarez que desejou que o dia fosse iluminado pela atitude de amizade e de intercâmbio.

Em seguida, a conselheira tutelar e também representante da Comissão Central de Organização das Conferências mencionou que o ECA trouxe muitas coisas positivas e que em seus artigos há vários direitos sobre os quais as crianças e adolescentes devem debater e expor o que pensam: *só assim, será possível garantir que crianças e adolescentes vivam como cidadão de direitos*.

Por último falou o representante do Fórum Regional parabenizando todas as crianças e adolescentes pela participação.

• Regimento Interno

Chamado de "Cordel da V Conferência Lúdica da Regional do Jaçanã/ Tremembé", o documento continha 6 itens: (1º) sobre o tema da conferência, (2º) sobre os representantes de instituições presentes, (3º) sobre os participantes, (4º) sobre a porcentagem de delegados e suplentes, (5º) sobre a forma de eleição dos delegados e suplentes, (6º) sobre as moções e a porcentagem de assinaturas. O "Cordel" foi escrito em linguagem simples e lido por um jovem, membro da Comissão Central de Organização das Conferências. A cada item fazia uma breve explicação sobre o conteúdo aos participantes. O documento foi aprovado sem alterações.

• Apresentação cultural

Um grupo de capoeira infantil do CCA Fontales fez um alongamento chamando todos a participarem. O professor do grupo explicou que a capoeira é 100% brasileira e que é o esporte que mais divulga a cultura do nosso país. Apresentou também os instrumentos básicos para o jogo, como o berimbau, o pandeiro, o atabaque e o agogô. No final cada um dos participantes fez uma apresentação individual dos golpes e da ginga.

Houve uma segunda apresentação dos alunos de música do CJ Vila Nilo, que cantaram as músicas "Pescador de Ilusões" e "Hey Joe" do grupo O Rappa.

1.2 - CONVENCIONAL

Para a abertura solene compuseram a mesa: representante da Subprefeitura de Jaçanã/Tremembé, da Supervisão Técnica da Assistência Social, da Saúde, Conselheira Tutelar e membro da Comissão Central de Organização das Conferências, representante do Fórum Regional Jaçanã/Tremembé.

O representante da Supervisão Técnica da Assistência Social abriu as falas, dizendo estar feliz em ofertar o espaço para discutirem na região as questões das crianças e adolescentes: *essa é uma política de Estado e não de governo*. Continuou ressaltando que apesar dos problemas, hoje ainda temos a possibilidade de discutir e lembrou que em seu tempo de infância isso não existia, pois os *direitos civis* e *estados de direito* não eram garantidos.

A representante da Subprefeitura de Jaçanã/Tremembé reforçou que a oportunidade de debate é nova, tendo sido conquistada com muito esforço pela geração dos que estavam naquela mesa: *hoje colhemos frutos do passado, vamos plantar sementes hoje para colhermos no futuro e ele será promissor*.

Lembrando ser naquela data o dia de Ação de Graças, a representante da saúde, iniciou sua fala e questionou: *será que há motivos para dar graças e celebrar*?. Afirmou trabalhar na área da saúde desde a criação do ECA e que esta será sua última fala como *figura pública* pois se aposentará no próximo ano: *nestes vinte e poucos anos de atuação vejo que crescemos, vejo este espaço e a oportunidade de mudanças, vejo que tenho muito a agradecer*.

A conselheira tutelar e membro da Comissão Central de Organização das Conferências saudou a equipe de organização regional por todas as dificuldades que passou até aquele momento e agradeceu a presença dos adolescentes: *as pessoas que estão aqui querem fazer a diferença, e isso requer pensar no outro. Quem luta pelos direitos humanos das crianças e adolescentes luta por uma sociedade melhor.* Por fim, alegou que não gosta quando as pessoas dizem que ninguém faz nada: *e eu faço o quê? Eu vim fazer o quê aqui hoje?*.

Por fim falou o representante do Fórum Regional Jaçanã/Tremembé, fazendo referência à letra da música "Pescador de Ilusões" do grupo O Rappa, afirmando que *pode ser uma utopia, mas que todos os esforços valeram a pena*.

• Regimento interno

O mestre de cerimônias antes de fazer a leitura, alertou que seria possível fazer destaques sobre qualquer item. É interessante notar que este documento declarava que poderiam participar da Conferência Convencional qualquer pessoa, representante da sociedade civil ou instituição, devidamente cadastrada com no mínimo 16 anos.

• Apresentação cultural

Dois educadores do CJ Vila Nilo fizeram uma apresentação musical com repertório do grupo O Rappa. Em seguida chamaram alguns adolescentes do Instituto Dom Bosco para uma parceria com músicas dos grupos Charlie Brown Junior e Legião Urbana.

2. OFICINAS

2.1 - LÚDICA

A divisão dos grupos foi feita por faixa etária, formando 9 grupos:

- Eixo 1 Grupo de 6 a 8 anos;
  Grupo de 12 a 14 anos.
- Eixo 2 Grupo de 9 a 11 anos;
  Grupo de 12 a 14 anos.
- Eixo 3 Grupo de 12 a 14 anos;
  Grupo de 15 a 17 anos.
- Eixo 4 Grupo de 13 a 15 anos.
- Eixo 5 Grupo de 6 a 8 anos;
  Grupo de 12 a 14 anos.

<u>Eixo 1 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes</u>

<u>Grupo de 6 a 8 anos</u>

Desta oficina participaram 10 crianças, 6 meninas e 4 meninos, todas de CCAs. Havia dois oficineiros, um do Núcleo de Medidas Sócio Educativa do Tremembé e outro do CCA Mutirão Jardim Fontalis. A primeira dinâmica proposta iniciou-se com um dos oficineiros perguntando: *quem gosta de dinheiro?* enquanto distribuía um conjunto de 5 bolinhas de papel a cada criança. O

oficineiro explicou que cada bolinha representava mil reais e que, portanto, cada um possuía cinco mil reais. Em duplas as crianças deveriam olhar fixamente para seu parceiro, o primeiro a dar risada perdia mil reais e assim por diante, até um dos dois ficar sem dinheiro. As duplas eram trocadas; o ganhador foi aquele que conseguiu ficar mais tempo sem rir e, portanto, com mais dinheiro.

Em seguida cada criança se apresentou dizendo o nome, a idade, o bairro em que morava e a instituição que representava. Foi escolhido um relator, um menino de 8 anos que recebeu ajuda de um dos oficineiros para descrever a oficina. As crianças receberam papel e lápis colorido com a proposta de desenharem tudo aquilo que falta em seus bairros. De maneira geral, os participantes desenharam hospitais, escolas e delegacias de polícia – sempre instigados por um dos oficineiros de que os problemas do bairro estavam ligados à falta destes equipamentos. Uma das crianças fez um desenho e escreveu "cabeleireiro" e "farmácia", o oficineiro riscou o desenho dizendo *isso não é importante*. Todos os trabalhos foram colados em um cartaz formando o "mural de problemas do bairro".

Para a escolha de delegados o oficineiro pediu que cada uma das crianças dissesse por que era boa para representar a região. Algumas das respostas foram:

> *porque eu vou defender mais ônibus, mais escolas e mais peruas para a escola; porque eu pediria mais ônibus, mais polícia e menos drogados; quero mais CCA, escolas, praças e lugar de lazer; tudo o que a criança tem direito: mais hospitais, mais ônibus e mais transporte pra escola*.

Em seguida, a sala foi dividida em dois grupos: um deles formado pelos que falaram melhor e outro por aqueles que não conseguiram se expressar bem. Por fim, duas crianças do primeiro grupo candidataram-se ao cargo de delegado e o restante votou. O segundo lugar tornou-se suplente.

Grupo de 12 a 14 anos

Participaram 20 adolescentes, sendo 7 meninos e 13 meninas. A oficineira era educadora do CJ Vila Nílo. A metodologia utilizada foi a Dinâmica do "Olhar Sério", em que os participantes deveriam se encarar sem rir. Após a aplicação do jogo, iniciaram uma discussão sobre a reforma nas escolas, surgindo questões como: melhorar as merendas, melhorar o sistema didático. Em seguida, os jovens escreveram e desenharam o que havia sido debatido sobre os problemas do bairro. A oficineira pediu que o grupo escrevesse propostas para serem levadas à Plenária Final, mas apenas 4

adolescentes participaram do processo. Estes mesmo adolescentes elegeram delegados titulares e suplentes.

Eixo 2 – Proteção e Defesa dos Direitos

Grupo de 9 a 11 anos

Esta oficina foi realizada com 14 crianças, em número igual de meninos e meninas, além de duas oficineiras. O primeiro trabalho foi a apresentação de cada participante, que deveria dizer o nome e escolher um bicho com o qual se identificava. Em seguida foi proposta uma brincadeira, denominada pelas oficineiras de "Dinâmica do Sorriso", em que as crianças deveriam olhar para os olhos umas das outras sem rir, ganhando aquele que conseguisse segurar por mais tempo a risada.

Em seguida as crianças receberam tiras de papel com "problemas do bairro", que as oficineiras haviam previamente escrito; cada um deveria selecionar os problemas que descreviam melhor a realidade do Jaçanã e colar em um cartaz. Foi realizada uma votação dos dois problemas mais sérios, sendo eleitos "álcool" e "drogas". Divididos em dois grupos elaboram cartazes com as soluções para esse problema e os resultados foram:
Cartaz 1: mais policiamento.
Cartaz 2: mais policiamento; tratamento; venda proibida para menores; casa de internação.

Por fim, realizaram a votação dos delegados a partir da candidatura dos interessados.

Grupo de 12 a 14 anos

Participaram desta oficina 11 meninos e 5 meninas, com a mediação de dois oficineiros da Instituição Mutirão do Pobre. Primeiro realizaram a dinâmica denominada de "Olhar Sério", em que os participantes deveriam encarar uns aos outros detidamente sem dar risada. Segundo o oficineiro tratava-se de uma estratégia para "despir preconceitos". Os jovens participaram com interesse da dinâmica que serviu para descontrair o ambiente. Ao final da dinâmica, iniciou-se a leitura das diretrizes do Eixo 2. O oficineiro pontuou com observações cada um dos itens, ilustrando o que estava escrito com exemplos cotidianos e os jovens debateram as situações colocadas com suas experiências pessoais. Foram distribuídas folhas e proposto que cada um escrevesse ou desenhasse um "fantasma" presente em sua vida. O oficineiro esclareceu que *o fantasma é a precariedade da escola, a falta de médicos, a falta de atendimento médico*. Feitos e recolhidos os trabalhos individuais, o oficineiro fez uma análise do material entregue, sendo que alguns foram somente

desenhos de fantasmas. Os trabalhos foram separados em 4 temas: violência, drogas, educação e trabalho infantil e formadas duplas, cada uma responsável por um tema. Por fim, cada dupla leu os trabalhos referentes ao seu tema e escreveram 5 "causas" ou "soluções" para ele. As propostas deste grupo foram escritas durante o horário do lanche, pelo oficineiro e por dois adolescentes que haviam participado da oficina. Estes jovens foram escolhidos pelo oficineiro para serem delegado e suplente.

Eixo 3 - Protagonismo e participação de Crianças e Adolescentes

Grupo de 12 a 14 anos

O grupo era formado por 18 adolescentes. O oficineiro, do CJ Vila Nilo, propôs a primeira dinâmica: construir a cidade dos sonhos. Cada participante levantou algo que gostaria que houvesse nesta cidade, enquanto 4 voluntários faziam desenhos em um cartaz com os "desejos". Havia também uma relatora voluntária que durante toda a oficina descreveu o andamento dos trabalhos. Dentre as falas, apareceram: *uma fábrica de chocolate*; *quadra de futebol*; *estacionamento*... O oficineiro buscou instigar a imaginação dos jovens perguntando: *nesta cidade tem um lugar onde os jovens possam falar?* e um participante respondeu: *sim, o grêmio da escola*.

Para a segunda dinâmica foi pedido aos participantes que relatassem um "fantasma" que os incomodava. Após um levantamento extenso de "fantasmas", foram eleitos 5: drogas, violência, bullying, individualismo e problemas ambientais. Sobre isto, os voluntários produziram novos cartazes enquanto o oficineiro debatia com o restante sobre cada um dos "fantasmas", a partir de duas questões: *quem são estes fantasmas e como podem ser caçados?* Surgiram questões como:

> *quem faz bullying é quem sofre o mesmo em casa, o foco está na família... o bullying é a cultura que eles vivem; para salvar o planeta precisa de educação ambiental nas escolas e conscientização da responsabilidade ambienta"; as drogas estão nas ruas, por isso precisa de mais CJ para ocupar os jovens; os pais são individualistas, os professores também, que exemplo recebemos?*

Para fechar a oficina foi apresentada a candidatura dos delegados e a votação. O oficineiro decidiu eleger dois delegados e dois suplentes.

Grupo de 15 a 17 anos

Havia 11 adolescentes participando da oficina com a mediação de um oficineiro do Núcleo de Proteção Jurídica do CREAS Tremembé. A dinâmica proposta é chamada "Nó Humano". Formou-se um círculo e quando todos estavam de mãos dadas foi orientado para que prestassem muita atenção em quem estava ao lado, em seguida, todos soltaram as mãos e começaram a andar pela sala, cumprimentado os outros participantes. Em um dado momento o oficineiro pediu para que todos parassem onde estivessem e dessem as mãos novamente àqueles que estavam ao seu lado, formando uma grande teia de pessoas. Sem soltar as mãos, os participantes deveriam voltar a formar um círculo no centro da sala, igual ao do início. Após este momento, foi iniciada a discussão. O oficineiro explicou a importância da Conferência, falou de políticas públicas, leis e direitos garantidos, mas não cumpridos. Fez também um breve histórico sobre a construção do ECA, levantando questões como ditadura militar, direitos humanos e Constituição Federal.

O próximo passo foi ler o eixo 3, enquanto o oficineiro levantava questões como:

> *vocês tiveram oportunidade política de participar da construção democrática das regras nas escolas ou em outros espaços? (...) vocês acham possível construir um espaço onde vocês possam criar propostas e regras? (...) "existem espaços de protagonismo?.*

Os jovens responderam a estas questões pensando em seu cotidiano:

> *há algumas escolas que tem grêmios, deveria ser um espaço nosso, onde nós criamos as regras mas sabemos que não funciona assim; "acho que muitas vezes é falta de interesse dos próprios jovens; os pais e os professores não dão incentivo.*

As propostas foram criadas a partir desta discussão. A última etapa foi a candidatura dos delegados e a votação. O segundo mais votado foi eleito suplente.

Eixo 4 - Controle Social da Defesa dos Direitos

Grupo de 13 a 15 anos

Compuseram esta oficina 19 adolescentes, 10 meninos e 9 meninas, orientados por uma oficineira do Núcleo de Medida Socioeducativa. Iniciaram com a "Dinâmica do Fantasma", no qual cada um deveria descrever em poucas palavras quais os "fantasmas" que os incomoda. Em seguida,

iniciaram a leitura das diretrizes do Eixo 4, contudo, o grupo estava muito disperso e a discussão demorou para acontecer. Falaram sobre os problemas do bairro, em especial, drogas, álcool e violência contra crianças e adolescentes. O grupo não levantou propostas e foram eleitos delegados os únicos dois participantes que se interessaram.

Eixo 5 - Gestão da política nacional dos direitos humanos das crianças e adolescentes

Grupo de 6 a 8 anos

Formado por 15 meninas e 3 meninos, o grupo tinha 4 oficineiros se revezando na condução dos trabalhos. A princípio foram distribuídas folhas e canetinhas para desenho. Aconteceram duas dinâmicas ao mesmo tempo em grupos separados: "Dinâmica dos cinco milhões": consistiu em distribuir bolinhas de papel que simbolizavam milhões em dinheiro e que deviam ser gastos em equipamentos públicos; e a "Dinâmica do fantasma". Uma das educadoras identificou os "fantasmas" previamente com problemas da comunidade: *o fantasma é o professor mal pago, o fantasma é a falta de UBS*, etc. Ao mesmo tempo em que as dinâmicas aconteciam, as crianças preencheram as folhas com desenhos de ambulâncias, escolas, policiais, policiais detendo ladrões, etc. Paralelamente, os oficineiros discutiram propostas e acabaram por formalizá-las entre si, ainda que inspirados nos desenhos das crianças. Por fim, realizaram uma votação dos delegados e suplentes; os interessados se candidataram e os demais votaram. Foram eleitos um delegado titular e um suplente.

Grupo de 12 a 14 anos

Para a realização desta oficina participaram 36 adolescentes, sendo 11 meninos e 25 meninas. A oficineira, do Núcleo de Medida Socioeducativa, propôs a divisão da turma em quatro grupos para a "Dinâmica do Fantasma". Os grupos debateram os problemas do bairro como se fossem fantasmas que assombravam suas vidas e escreveram os resultados, lidos posteriormente para todo o grupo. Esta oficina terminou mais cedo do que as outras, pois os participantes – todos do CEU – precisavam ir embora. Um jovem portador de deficiência visual, disse ter se sentido excluído uma vez que não teve com participar escrevendo ou desenhando como os outros jovens. A resposta da oficineira foi que esta era a primeira conferência deste tipo e que eles estavam se esforçando para que na próxima todos fossem contemplados.

2.2 - CONVENCIONAL

Para as oficinas foram formados 5 grupos referentes aos eixos orientadores. Todos eles partiram da mesma proposta: criar a "Cidade dos sonhos".

Eixo 1 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Dois oficineiros do CJ São Benedito conduziram esta oficina, formada por 9 mulheres e 5 homens. Os participantes foram divididos em dois grupos e cada um ficou responsável pela leitura de uma das diretrizes do eixo 1. As leituras e os debates ficaram centrados na proposta inicial de construir a "cidade dos sonhos". Um dos grupos foi formado apenas por jovens que reclamaram muito das escolas que frequentam e de alguns professores. Criaram um cartaz sugerindo que o ECA deve estar associado à escolas mais modernas e informatizadas. Para isto desenharam um ECA em Tablet. O outro grupo adotou espontaneamente como estratégia colocar uma cartolina na parede e lançar as ideias. Em 10 minutos já tinham todo o conteúdo das propostas, passando então a cuidar da apresentação. Criaram dois cartazes, com as frases:

> *Divulgar serviços como CJ; Existência de mais espaços sociais; Mais cursos profissionalizantes; Funcionamento de CJ e cursos profissionalizantes aos finais de semana; Link CJ com empresas contratantes do primeiro emprego; Criação de uma temática (matéria escolar) com linguagem de sinais, interagindo com deficientes auditivos; Consolidação de atividades com pessoas com deficiência e pessoas normais; Facilitar acesso a aparelhos auditivos (divulgação TV, Internet, etc); Cursos profissionalizantes voltados à linguagem de sinais, indicando os próprios deficientes para tal ação.*

Não houve eleição de delegados durante a oficina; posteriormente, na Plenária Final, um interessado se prontificou e foi eleito.

Eixo 2 – Proteção e Defesa dos Direitos

Participaram 05 mulheres e 01 homem, sob a orientação de dois oficineiros. O grupo debateu ponto a ponto as diretrizes do eixo 2 a partir de sua leitura. Preocupados com o tempo, decidiram eleger três objetivos estratégicos e reformulá-los para que se tornassem propostas. Sendo eles:

Objetivo Estratégico 3.1 – Ampliar e articular políticas, programas, ações e serviços para a promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, com base na revisão e implementação do Plano nacional temático.

Objetivo Estratégico 3.5 – Definir diretrizes para as atividades de prevenção ao uso de drogas por crianças e adolescentes conforme a Lei 11.343/06, bem como ampliar, articular e qualificar as políticas sociais para prevenção e atenção a crianças e adolescentes usuários dependente de álcool e drogas.

Objetivo Estratégico 3.9 – Ampliar e articular políticas, programas, ações e serviços para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, com base no Plano Nacional temático.

Para a escolha de delegados, apenas um participante se interessou e foi eleito com a aprovação do grupo.

Eixo 3 - Protagonismo e participação de Crianças e Adolescentes

A oficina foi formada por um grupo de 6 jovens. Os oficineiros iniciaram a discussão problematizando como seria a "Cidade Ideal": "se você fosse prefeito, quais mudanças, leis e reformas faria?". O debate centrou-se na questão dos jovens terem ou não direito à fala e à mudanças na sociedade. O grupo concluiu que existem espaços destinados aos jovens, no entanto, não há muito interesse em participar, pois, segundo eles, muitos jovens não querem assumir responsabilidades. Os jovens também afirmaram que não sentem que a escola os prepare para o mundo do trabalho e que necessitam de mais estrutura para chegar no "mundo adulto" com um bom emprego e uma boa estrutura familiar.

Foi feita em seguida a leitura do eixo 3 e outros problemas foram levantados: falta de estrutura nas escolas par atender jovens portadores de necessidades especiais, falta de respeito dos jovens pela própria instituição de ensino, falta de discussão sobre sexualidade e deficiência nas escola. Uma jovem afirmou também que sofre preconceito na escola por ser evangélica: *Toda fé deve ser respeitada, e a escolha da fé deve ser livre para os jovens, que eles possam escolher independente dos pais e da escola onde estudam*. Por fim, foi proposta a criação de cartazes com o tema: "como os jovens podem ter mais voz no bairro" e assim o grupo formulou as propostas.

Eixo 4 - Controle Social da Defesa dos Direitos

Participaram três homens e duas mulheres, conduzidos por dois oficineiros do CJ Vila Nilo. Partindo da proposta de criar a "Cidade dos Sonhos", o oficineiro explicou que esta é "uma metodologia positiva e que mais do que apontar problemas, ela objetiva sugestões para a melhoria". Enquanto os participantes expunham como seria o funcionamento de uma "Cidade Ideal", os oficineiros elaboravam um cartaz com desenhos e frases que expressavam as falas. Discutiu-se a participação dos jovens nos Fóruns e nos conselhos gestores das instituições que lidam com as crianças e adolescentes; o grupo concordou que os jovens precisam, primeiro, organizarem-se nas escolas através de grêmios para depois participarem dos Fóruns. Outros temas abordados foram: necessidade de divulgação e esclarecimento sobre o ECA para crianças e jovens, criação de metodologia que insira os jovens na construção da democracia, problema da participação das crianças e adolescentes nas Conferências, que o grupo concordou ser a falta de recursos. Sobre isto propuseram a criação de um fundo específico que garanta a participação de todas as crianças e adolescentes e a eleição dos conselheiros tutelares que, segundo o grupo, não são capacitados e não possuem conhecimento do ECA. Há um entendimento de que a eleição para conselheiro tutelar é manipulada e este processo precisa ser revisto. A partir deste debate foram formuladas cinco propostas. Os delegados titulares e suplentes foram escolhidos dentro do grupo, sem necessidade de votação.

Eixo 5 - Gestão da política nacional dos direitos humanos das crianças e adolescentes

Havia neste grupo uma oficineira do CCA Mutirão e cinco participantes. Iniciaram lendo o eixo 5 individualmente e, em seguida, cada um escreveu os desejos e as propostas para uma "Cidade dos Sonhos". Após a leitura dos trabalhos, iniciou-se o debate e o grupo relatou a dificuldade de criar propostas considerando a quantidade de problemas existentes na região: abuso sexual, violência doméstica, péssima educação, descaso do poder público. Um dos participantes se remeteu à proposta metodológica inicial dizendo: *isto que falamos são os pesadelos, os sonhos seriam: pistas de skate, casas de cultura, cursos de formação profissional, cinemas, boa alimentação, escolas de qualidade e moradias dignas...*. Cada participante colocou em discussão os problemas que vivem cotidianamente com as crianças e adolescentes e decidiram criar um cartaz representando a passagem do mundo atual para um mundo melhor. Foi acordado que a solução estaria em um centro de cultura que englobaria todas as necessidades de uma criança e um adolescente. Assim, o cartaz possuía dois penhascos unidos por uma ponte, de um lado estava escrito "Vida" com várias flores

em volta, do outro “crianças e adolescentes”. Uma flecha saía do meio da ponte apontando para cima, onde se lia “Trabalho, moradia, educação, lazer, transporte, alimentação, saúde, estrutura familiar e religião”. Outro cartaz foi produzido por um adolescente que estava no local e representava o centro cultural que havia sido debatido, com igreja, hospital, quadra de esportes, lanchonete, ônibus. A proposta deste grupo foi redigida pela oficineira, com a ajuda de dois participantes após o término da oficina. A escolha do delegado se deu pelo interesse de um dos participantes, os demais não se opuseram.

3 – PLENÁRIA

3.1 - LÚDICA

Após o lanche, as crianças e adolescentes se reuniram no ginásio de esportes para a Plenária final. Antes do início dos trabalhos o grupo do CJ Vila Nilo fez outra apresentação musical, com músicas do grupo O Rappa e dos Paralamas do Sucesso.

Cada grupo apresentou os cartazes e leu as propostas para a plenária. Por fim, os delegados e suplentes foram chamados para serem aclamados. No total havia 10 titulares e 9 suplentes, contudo conforme declarava o Regimento Interno, a conferência poderia eleger 10% do total dos participantes. Decidiu-se, portanto, que todos seriam inscritos como titulares.

3.2 - CONVENCIONAL

Todos se reuniram para o início da apresentação das propostas. Cada grupo expôs seus cartazes, demonstrando o resultado dos trabalhos e leu suas propostas. Não houve aprovação ou votação das propostas, assim como não foram feitos destaques ou comentários. Os delegados foram aclamados pela plenária, terminando o dia de conferência.

4 – PROPOSTAS

4.1 - LÚDICA

➢ Eixo 1 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

- Construção de mais CCA.
- Problema: Escola-Pintura, Manutenção e Estrutura. Solução: Conversar com a diretora.
- Problema: Rio- Poluição. Solução: Mais Lixeira nas ruas.
- Problema: Falta de emprego. Solução: Qualificação profissional, mais vagas.

- Problema: Buracos nas ruas. Solução: Solicitação na prefeitura para resolver os problemas nos buracos.
- Problema: Rondas. Solução: Mais rondas policiais, denuncias.
- Problema: Violência. Solução: Denunciar, através da lei Maria da Penha.
- Problema: Falta de escola para deficientes. Solução: Cada escola deveria ter 3 ou mais elevadores para deficientes físicos, rampa de acesso a deficientes.
- Problema: Falta de conservação nas praças e parques. Solução: Guardas nas praças e parques, todos os parquinhos tem que ter brinquedos novos, indo na prefeitura.
- Problema: Falta de segurança. Solução: Mais policiais nas ruas, mais guardas a noite.
- Problema: Vandalismo na escola. Solução: Mais punição severa, mais direitos para os alunos.
- Problema: Falta de iluminação. Solução: Convocar a prefeitura sobre a falta de iluminação nas vielas.
- Problema: Falta de hospitais. Solução: Juntar a comunidade e ir até a prefeitura, fazer abaixo assinado

➢ Eixo 2 – Proteção e Defesa dos Direitos

- Trabalho Infantil e Violência: a maior violência é o trabalho infantil e trabalho infantil é uma exploração. Criança tem que ter infância e muitas vezes ele/ela não tem direito de escolher é obrigado a trabalhar. Muitas vezes tem que trazer sustento para a família. Existem fases na vida de uma criança e se pularmos a infância, com toda certeza vai interferir na idade adulta. Há mães que tem preguiça de trabalhar e colocam filhos para trabalhar. (É necessário) Políticas públicas direcionadas para programas infantis.
- Educação: Devemos cuidar das nossas escolas e ruas. Amizades falsas, más companhias, isso tem que acabar, parar de fazer violência, Bullying.
- Drogas: (Razões) Querer experimentar, aliviar a pressão, aliciamento (traficantes), amigos são facilitadores. Famílias, CJs, Igrejas, Clínicas, ajudam a afastar/largar o vício. Soluções: mais Policiamento, tratamento, venda proibida para menores de 18 anos, Casa de Internação.

➢ Eixo 3 – Protagonismo e participação de Crianças e Adolescentes Pessoas que respeitem umas às outras.

- Escolas, com professores capacitados.
- Grêmio estudantil nas escolas para discutirmos o que achamos.
- Mais hospitais.

- Menos violência e drogas.
- Mais áreas esportivas.
- Locais onde possamos nos reunir.
- Novos CCA para a comunidade.
- Todos os educadores têm que escutar a opinião dos jovens e adolescentes.
- Tem que ter grêmios em todas as escolas para saber o que pode melhorar nas escolas.
- Em cada escola Jaçanã/ Tremembé tem que ter representante falando o que precisa na escola para melhorar.
- Os adolescentes podem participar das discussões dos direitos dos Conselhos de Garantia de direito.

➢ Eixo 4 – Controle Social da Defesa dos Direitos

Não houve propostas

➢ Eixo 5 – Gestão da política nacional dos direitos humanos das crianças e adolescentes

- Falta investimento nas áreas de Segurança, Lazer, Educação e principalmente Saúde, não necessariamente por falta de investimento, mas pela má administração, necessitando assim de maior fiscalização, além de investimentos em escolas, hospitais e segurança pública, aplicando verbas principalmente em profissionais qualificados.
- Na área de Meio-Ambiente os supermercados devem ter sacolas em cores diferentes para que a separação e coleta seletiva seja facilitada, os catadores devem ser cadastrados e organizados por bairro e ter ponto por região para descarte do lixo que não pertença a este grupo: sofá, colchão, eletrodomésticos.
- Saúde, o desvio é metade por ausência de profissionais, que não tem metas e não são fiscalizados.
- Lazer, obras superfaturadas, todos querem ter uma fatia de dinheiro do governo.
- Segurança, policiais não são qualificados para contato com crianças e público em geral.

4.2 - CONVENCIONAL

➢ Eixo 1 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

- ECA na grade escolar.
- Divulgar serviços como Centro da Juventude (em escolas e locais públicos).
- Mais cursos profissionalizantes.
- Funcionamento de CJs e outros cursos profissionalizantes aos fins de semana.

- Link CJ com empresas contratantes do 1° emprego.

➢ Eixo 2 – Proteção e Defesa dos Direitos

- Ampliar e articular políticas, programas, ações e serviços para promoção, proteção e defesa de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, com base na revisão e implantação do plano nacional temático.
- Definir diretrizes para as atividades de prevenção ao uso de drogas por crianças e adolescentes conforme a lei 11.343/06, ampliar, articular, e qualificar as políticas sociais de prevenção e atenção as crianças e adolescentes usuários e dependentes de álcool e drogas, assim como, locais para tratamento dos já dependentes e familiares.
- Definir diretrizes para as atividades de prevenção ao uso de drogas por crianças e adolescentes conforme a lei 11.343/06, ampliar, articular, e qualificar as políticas sociais de prevenção e atenção as crianças e adolescentes usuários e dependentes de álcool e drogas, assim como, locais para tratamento dos já dependentes e familiares.

➢ Eixo 3 – Protagonismo e participação de Crianças e Adolescentes

- Liberdade de expressão (lugares para nos expressarmos).
- Participação no conselho de classe.
- Fórum para jovens debaterem ideias.
- Garantir a participação dos jovens no planejamento de atividades (ex. palestras, eventos, etc.).
- Mecanismos de incentivo para os adolescentes se envolverem nas atividades de discussão.

➢ Eixo 4 – Controle Social da Defesa dos Direitos

- O conselho tutelar deve passar por uma avaliação pública de competências e antecedentes.
- Obrigatoriedade da criação de cotas para adolescentes e jovens na participação/espaço nos conselhos gestores dos equipamentos públicos.
- O Estado deve garantir um fundo para divulgação dos órgãos de controle social dos direitos das crianças e dos adolescentes.
- Incentivar e garantir a participação das crianças e adolescentes nas decisões dos órgãos de educação (assembleias, grêmios, fóruns, conferências).
- Aumento do efetivo de conselheiros tutelares por subdistrito.

➤ Eixo 5 – Gestão da política nacional dos direitos humanos das crianças e adolescentes

• Criar Centros Culturais em que nestes espaços, tanto as crianças e adolescentes como as famílias, poderão (deverão) ter acesso, não apenas à educação, mas que seja um espaço onde se desenvolvam: estrutura familiar, acesso à cultura, qualificação profissional, transporte, saúde, trabalho, alimentação, vestimentas com profissionais especializados e qualificados e que possam junto com as famílias abordar os problemas sociais na tentativa de minimizar essas questões. Fazendo assim uma sociedade melhor!

5 – COMISSÃO REGIONAL

REPRESENTANTES	NOMES
Assistência Social	Josiane Aparecida Pereira
Subprefeitura	Márcia Espin
Apoio da Comissão	Aparecida T Gomes P Anizete A. Barbosa S. Rosa Silvia Lopes

6 - DELEGADOS

6.1 - LÚDICA

TITULARES	
Maria Eduarda Cardoso Silva e Chaves	Raquel Ribeiro Pimenta
Paulo Guilherme Reis Lima	Daniel Antonioli Assis Silva
Eduarda Ribeiro Pedro	Juliana da Conceição Souza da Silva
Letícia Andrade Martins	Maria Joana Conceição
Mateus Almeida Pinheiro	Ana Luisa Oliveira Orlandin
Felipe Ferreira de Oliveira	Wallacy Oliveira Prado
Kevin Felipe Dias Felix Vigno	Guilherme de Jesus
Fabrício Rodrigues dos Santos	Mateus de Souza Paiva
Mateus Tiago Freire Eduardo da Silva	Priscila Acsa Martins da Silva
Bruno Gonçalves de Costa	

6.2 - CONVENCIONAL

TITULAR	SUPLENTE
Roger Brandão	David dos Santos Leite
Mariane Morais Rabelo da Silva	Thamires Santos Gonçalves da Costa
Noemia Cardoso da Silva	Não Houve suplente
Priscila Naomi Watanabe	Juarez Martins de Oliveira Junior
Linncon da Silva Santos	Alline Mayara Lopes Bueno

LAJEADO

INTRODUÇÃO

A Conferência Lúdica da região do Lajeado ocorreu no dia 29 de outubro de 2011, data anterior à contratação da FIPE para acompanhamento, sistematização e relatoria das conferências. Por essa razão, não consta deste relatório.

A Conferência Convencional foi realizada no dia 16 de novembro de 2011, no Espaço Cultural Paulo Freire, localizado na Estrada Velha do Lajeado, nº120, com início do credenciamento às 18hs00 e término das atividades às 22hs00. Contou com a participação total de 42 pessoas, sendo 40 adultos (22 mulheres, 18 homens) e dois jovens sendo um adolescente e um menino de 12 anos de idade.

A organização e divisão dos participantes por eixo temático foram feitos já no ato do credenciamento garantindo um número equilibrado de pessoas nos grupos. Na pasta entregue estavam um exemplar do ECA, Programação do evento e Regimento Interno. O pequeno salão no subsolo pode acolher exatamente o número de participantes sendo o ambiente decorado com cartazes resultantes das atividades da Conferência Lúdica e com palavras penduradas, tais como respeito, família, sociedade, dignidade, vida, lazer, escola e saúde.

Estavam presentes representantes das seguintes instituições: saúde, CRAS Guaianases, Subprefeitura de Guaianases, Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lajeado, Casa de Cultura, Conselho Tutelar e um ex-vereador, trabalhadores da rede socioassistencial, artistas locais e lideranças comunitárias.

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

1 – ABERTURA

Encerrado o credenciamento, às 18h50min, sem nenhum ato solene ou execução do Hino Nacional a representante da Comissão Regional deu início à VI Conferência Convencional da região do Lajeado. Não houve a composição da mesa. Depois a facilitadora que conduziu os trabalhos, apresentou os conselheiros tutelares do Lajeado que terminavam seus mandatos e os conselheiros recém-eleitos. A apresentação da conferência foi feita pela também representante da Casa de Cultura Paulo Freire, que abriu os trabalhos refletindo sobre a desmobilização gerada com os

problemas de desorganização do CMDCA, que levaram as comissões de algumas regiões a cancelar as conferências.

Nas primeiras exposições, a oradora relatou que na Conferência Lúdica do Lajeado, mais de 80 pessoas estiveram envolvidas na organização e a participação das crianças foi bastante significativa, com propostas como: Prestação de contas do Conselho Tutelar e a criação de espaços de cultura e lazer para crianças.

• Regimento Interno

Em seguida, foi realizada leitura da Programação e do Regimento Interno. Durante este processo um participante perguntou se esta Conferência tinha caráter oficial, dada a desmobilização e cancelamento de algumas Conferências. Uma pessoa da comissão respondeu que entendia ser oficial, uma vez que a FIPE foi contratada para elaborar a sistematização e os Anais da Conferência e sua equipe de observadores estava presente.

Foi dada continuidade à leitura da proposta de regimento interno, abrindo espaço para eventuais alterações. Não tendo havido qualquer destaque, o regimento interno foi aprovado por unanimidade.

2 – OFICINAS

A distribuição das pessoas nos grupos de discussão foi feita conforme a numeração preestabelecida nos crachás do credenciamento. Os participantes foram divididos por eixos que deveriam ser discutidos com base em temas resultantes da Conferência Lúdica, utilizando o instrumental apresentado para indicação da proposta e a forma de mobilização, implantação, monitoramento e os agentes responsáveis.

A apresentadora destacou algumas das propostas que foram elaboradas na Conferência Lúdica, como melhoria do atendimento nos postos de saúde; acesso à cultura e educação sem práticas autoritárias por parte dos educadores, dentre outras.

Os temas selecionados para cada eixo foram: Eixo 1- Cultura; Eixo 2 - Educação; Eixo 3 - Conselho Tutelar; Eixo 4 - Saúde. Não foram estabelecidos grupos ou temas para o eixo 5.

O ato de conferir 2009 e de propor para 2011 ocorreu conjuntamente dentro de cada grupo de discussão.

Cada participante foi compor as rodas de discussão do seu grupo. No andar térreo ficaram os grupos do eixo 1 e eixo 2, no subsolo do salão da plenária ficaram os grupos do eixo 3 e eixo 4.

Eixo 1 - Cultura

Esta oficina foi composta por 9 (nove) participantes, 6 (seis) mulheres e (3) homens, sendo um destes, adolescente. O grupo se organizou em círculo e encontrou alguma dificuldade nos primeiros instantes, sentindo falta de um oficineiro ou educador social que iniciasse o diálogo, uma vez que o próprio grupo deveria decidir quem ocuparia o papel de oficineiro e de relator.

Com um grupo reduzido a participação foi intensa, com especial destaque para o adolescente de 16 anos, estudante da E.E. Elisa Rachel Macedo de Souza, delegado da Conferência Lúdica que apresentou diversas demandas extraídas daquele fórum. Vale destacar: *O parque Lajeado não tem muito lazer, não pode nada. Não pode andar de bike, não pode jogar bola, não pode andar de skate, é tudo não.*

Foram lidas algumas propostas elencadas na conferência lúdica sobre a temática da Cultura, que apontavam para a necessidade de mais áreas para a prática de esportes, bem como a manutenção das existentes; acesso à diversidade cultural e a ampliação da rede educacional integrando a escola e a comunidade. Para aprofundar a discussão um dos participantes propôs a leitura do artigo 4º do ECA. Muitos participantes apontaram a necessidade de uma agenda cultural para o Lajeado, uma vez que na interpretação de todos, o que existe não é reconhecido. T*udo é distante para as crianças daqui*, afirma um participante, destacando os bairros 1º de outubro e Jardim Lourdes como bastante vulneráveis.

O CEU Jambeiro foi bastante criticado, pelo fato de *nunca existir horário disponível para a comunidade*. Uma moradora inclusive afirmou que *achava que o CEU era privado, pois ninguém pode entrar lá*. Foi comentada a necessidade de ampliação do número de CEUS na região.

De uma forma geral, a carência de equipamentos e serviços públicos na região foi recorrentemente apontada como, por exemplo, a existência de um único CRAS para todo o bairro do Lajeado. Além da carência de espaços, falta a divulgação de informação das atividades culturais que ocorrem tanto na região como na cidade. Não foram eleitos delegados ao término da oficina, apenas a indicação de quem apresentaria as propostas na plenária.

Eixo 2 - Educação

Participaram deste grupo 7 adultos, sendo 4 homens e 3 mulheres. O grupo escolheu dois participantes para fazer a relatoria e para coordenar a discussão. O coordenador nomeado pelo

grupo propôs que se fizesse uma reflexão a partir do documento de sistematização da conferência lúdica sobre o eixo, cópia entregue pouco antes do início das atividades do grupo.

O envolvimento dos participantes deu-se de forma voluntária, o que levou a centralização da discussão entre três dos participantes. A utilização do tempo pelo grupo foi suficiente para elaboração e sistematização das propostas voltadas ao tema Educação.

De uma maneira geral a discussão focou a ineficiência do sistema centralizado de disponibilização de vagas nas escolas próximas às residências, a incapacidade do sistema de ensino de atender ao perfil das famílias de regiões de concentração de vulnerabilidade e risco sociais, a dificuldade de solicitação de inclusão de crianças afetando negativamente o trabalho do Conselho Tutelar, a ausência de mecanismos de diálogo dentro da escola, a falta de preparação profissional dos professores, a ausência de grêmios estudantis e a falta de envolvimento da escola nas questões do ECA.

Foi discutida a questão das limitações do acesso à escola fora do período de matrícula; destacando a burocratização do processo de inclusão, o que leva a sobrecarga do Conselho Tutelar e a morosidade de resposta do Ministério Público: *os problemas surgiram até metade do ano, como não há obrigatoriedade em garantir a vaga da criança, devido algumas não estarem ainda inclusas junto aos sistemas PRODESP/PRODAM a resolução destes casos torna-se muito morosa quando encaminhada via representação junto ao Ministério Público.* Também destacaram que estes problemas afetam as crianças beneficiárias de programas de transferência de renda. Outro ponto que merece destaque foi a discussão sobre a Vara da Infância que *atende a sete Conselhos, ou seja, sete regiões com cerca de meio milhão de habitantes aproximadamente.* Ainda dentro deste debate foi destacado que *o sistema não garante a vaga do perfil itinerante, migratório da nossa população, que é dado pelo crescimento desordenado no qual as famílias de Lajeado estão inseridas! O sistema de educação deveria acompanhar isso*. Outro conferencista complementou a colocação indicando que a *centralização da educação é o problema. Descentralização já! Cada localidade deve ser responsável pela sua realidade*.

Em seguida a discussão voltou-se para o ambiente escolar, sendo identificadas situações de violência, despreparo dos profissionais e os mecanismos de diálogo entre o professor e o aluno, entre a escola e a família e entre a escola e a comunidade. Neste sentido duas manifestações refletem esta discussão: *São criadas estratégias pelos professores, de como chamar a atenção do aluno ao conteúdo escolar. Professores são encurralados!* ou ainda :*Hoje não se houve falar mais*

em grêmio estudantil nem em conferências, de trinta e cinco escolas, poucas chamaram à mobilização do próprio ECA! Àquelas que fizeram, surtiu efeito positivo.

No meio da discussão a representante da comissão regional chama a atenção para o tempo e então, o relator eleito pelo grupo, o representante do CRAS, sistematiza a discussão dentro do instrumental proposto. Conforme redigia as propostas o grupo fazia sugestões. Assim, as propostas foram sendo aprovadas no processo de preenchimento do instrumental e em seguida o grupo se dirigiu à plenária final.

Eixo 3 – Conselho Tutelar

Este grupo reuniu-se na cozinha do centro cultural em que ocorria o evento. Em clima receptivo característico de vínculos de vizinhança, os 10 participantes (7 mulheres e 3 homens) sentaram-se ao redor de uma mesa e após terem em mãos as propostas da conferência lúdica iniciaram o debate.

A discussão começou com uma conversa sobre as demandas de diversificação cultural: *Sempre que falam de cultura na nossa realidade falam de rap* ou *as crianças querem mais do que capoeira e Rap*. O início do debate teve este enfoque, pois seguiram a sequência de elaboração da Conferência Lúdica. Depois os participantes direcionaram a leitura para as questões pertinentes ao conselho tutelar tais como *Na lúdica eles queriam que os professores entendessem seus direitos*.

Ao ser levantada a questão de que o governo deveria prestar contas dos gastos do Conselho Tutelar houve concordância entre os participantes. No entanto, estes ponderaram que é importante pensar na mobilização, em explicar o que é o ECA. Foi então que identificaram a dificuldade de atendimento de todo o território pelo conselho tutelar, pois *será impossível com apenas 5 conselheiros em uma região ampla como Lajeado*.

Focados na necessidade de mobilizar e monitorar a participação no Conselho Tutelar, eles perceberam que uma das formas poderia ser a participação obrigatória dos conselheiros tutelares no Fórum regional dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Destacaram também, que as organizações sociais devem participar intensamente do fórum, já que são elas que *indicam os conselheiros e só aparecem na época da eleição, em que todos dizem que são militantes*.

Neste sentido identificaram que precisaria haver uma maior simbiose entre conselho e Fórum, além de um contato mais permanente com as escolas, *algo que tornasse possível a mobilização, uma vez que a escola, muitas vezes, vê o ECA como impedimento de ação dos professores. Em outras*

ocasiões ameaçam os pais com o Conselho e, na verdade, é quem mais precisa e só solicita a presença do conselho quando as coisas já estão estouradas. Por fim destacaram a necessidade de mobilização do Ministério Público para inclusão do ECA na grade curricular de escolas e universidade.

Ao final do processo de discussão o relator do grupo preencheu o instrumental que foi então aprovado pelos participantes da oficina. Em seguida se dirigiram para compor a plenária final.

Eixo 4 – Saúde

O grupo era composto por 9 pessoas, sendo 4 homens e 5 mulheres. O oficineiro eleito pelo grupo era um jovem educador de serviço socioassistencial da região, que organizou as propostas e conduziu o trabalho da oficina que ficou responsável por focar a discussão no tema da saúde. Tratava-se de um grupo bem heterogêneo, composto por pais de família, artistas locais, membro do Conselho Gestor da Saúde, técnica do CRAS de Guaianases e oficineiros e trabalhadores da rede socioassistencial.

A colocação de um dos conferencistas destacou o papel das organizações e movimentos sociais para a efetivação dos atendimentos de saúde: *Precisa melhorar o tratamento da saúde e a chave seria a mobilização popular e o resgate dos movimentos sociais.* Neste momento a representante do Conselho Gestor de Saúde elucidou os participantes informando que *o Conselho Gestor de Saúde é formado por 25% dos membros do poder público, 25% dos trabalhadores e 50 % de usuários do serviço, então a possibilidade de interferir nos resultados é maior*. Na discussão o grupo também identificou que quase todos os serviços de saúde de atenção básica são prestados através de convênios, e com isso perceberam a necessidade de chamar as organizações sociais para o processo de mobilização.

Durante a discussão, a relatora do grupo fez o registro no instrumental, sendo então verificado e aprovado por todos os participantes da oficina. O interesse e envolvimento de todas as pessoas foi muito grande, valendo destacar as importantes contribuições do grupo de artistas que participavam dessa oficina e que demonstravam ser politicamente engajados.

3 – PLENÁRIA

A coordenadora das atividades recebeu os participantes que saíam dos grupos com a disponibilização de lanches e em seguida deu início à plenária final. A oradora coordenou a

participação de cada grupo abrindo a palavra para que cada um apresentasse o resultado de suas discussões para toda a plenária. As propostas elaboradas por eixo e tema em cada grupo não sofreram alteração pela plenária sendo aprovadas por aclamação e votação por contraste.

Após a apresentação das propostas, foi composta a mesa de encerramento, onde tiveram assento representantes dos seguintes órgãos: comissão organizadora, CRAS Guaianases, saúde, subprefeitura, Conselho Tutelar, Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente do Lajeado, Centro Cultural Paulo Freire e um ex- vereador.

A mestre de cerimônia iniciou a mesa dizendo que tudo esbarra na representação e ações da sociedade civil; *se não houver monitoramento, não há participação. Não tem como fazer fórum sem a participação do Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar precisa pensar nas políticas públicas da região e o fórum pode auxiliar no fortalecimento do Conselho*. Aproveitou a oportunidade para informar que as reuniões do Fórum ocorrem no terceiro sábado de cada mês; também informou o local e destacou que o Fórum está aberto para a participação de todos que trabalham na defesa dos direitos de crianças e adolescentes não sendo uma exclusividade do Conselho Tutelar. Logo depois o conselheiro tutelar assume a condução da mesa passando a palavra para a representante da saúde. Esta inicia seu discurso enfatizando a importância da participação, destacando o papel da comunidade na cobrança da execução de serviços e programas, pois os profissionais se esforçam, mas é necessário que haja participação nos conselhos gestores.

O representante da subprefeitura diz que sua participação é resultado de sua crença nos Direitos das crianças e adolescentes e encerra seu pronunciamento destacando que *o ECA já teve efeitos, mas não se muda uma realidade de 400, 500 anos em 20*. Depois falou o representante do CRAS que agradeceu a mesa e reconheceu que *muito mudou em Lajeado desde 1988*. Alegou que a conferência só foi marcada por que a lúdica e a convencional ocorreram fora do sistema público e, mesmo assim, teve muita qualidade. Por fim manifestou o desejo de participação da educação, pois *se a criança não foi matriculada a família é punida com a não participação nos programas de transferência de renda*. Posteriormente o ex-vereador convocou todos para estarem na posse dos conselheiros tutelares para *começar a pegar no pé deles desde o início*. Finalizou destacando os avanços decorrentes de um histórico engajamento político de membros da comunidade. A última fala foi a do coordenador da mesa, o conselheiro tutelar em fim de mandato. Este afirmou que conclui seu mandato com a sensação de missão cumprida. Alega que a população de Lajeado cresceu muito e, por isso, precisa criar dispositivos. *Precisa de uma Subprefeitura, abrigo,*

secretaria de educação. Nossa demanda é muito grande e de acordo com a política da cidade a cada 200 mil habitantes é necessário que haja uma série de dispositivos. Por fim, encerrou instigando que todos digam em voz alta, por duas vezes, *Precisamos de uma Subprefeitura!*

• Eleição de Delegados

A indicação para delegados se deu durante o processo de apresentação dos eixos e das falas da mesa. Neste sentido, é interessante destacar que os participantes se mobilizaram para garantir uma representação variada entre sociedade civil e poder público. Após a dissolução da mesa de encerramento a comissão regional chamou os delegados para subirem ao palco. Conforme foram verificando a representatividade estabelecida em Regimento Interno perceberam que precisavam garantir a participação dos conselheiros tutelares recém-eleitos e que ainda não são natos. Portanto, Foi manifestada pela plenária a solução de incluí-los como sociedade civil. A proposta foi acolhida e todos os delegados foram eleitos por aclamação geral da plateia.

A maior parte dos participantes dos grupos esteve presente na plenária final, com intensa participação, mas em nenhum momento ocorreu qualquer conflito. Tudo seguiu como uma grande conversa de construção. O envolvimento dos participantes na plenária foi constante. A partir da identificação pela participante, fez-se circular moção de repúdio em vista da ausência de representante da Educação na Conferência, sob a alegação de que esse fato impediu um aprofundamento maior das questões relacionadas ao tema. Com vinte e nove assinaturas, o texto da moção foi lido e aprovado pela plenária, por aclamação.

• Apresentação Cultural

Após as considerações dos representantes com agradecimentos pela participação e envolvimento houve uma apresentação cultural musical do grupo Arte Maloqueira. Iniciou explicando a origem da palavra maloqueira, informando que vem da palavra maloca, que por sua vez, tem origem na palavra Oca. Assim de origem indígena como a região, que era ocupada por índios Guaianaz, esses eram conhecidos por fazerem buracos no chão como forma de proteção a ataques, além de serem considerados nômades. Os dois RAP’s indicaram a necessidade de espaços de lazer e cultura na região, tratando da alienação que promove a miséria, por isso a necessidade de trazer o desenvolvimento com a promoção de cultura.

4 – PROPOSTAS

➤ Eixo 1 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

- Chamar Subprefeitura para a participação do Fórum Regional da Criança e do Adolescente e para a participação da Rede Social de Cultura. Ter um orçamento cultural permitiria o monitoramento e a mobilização das atividades de arte e disponibilidade de educadores culturais nos parques do Lajeado.
- Chamar Subprefeitura para a participação da Rede Social de Cultura para ampliar os parques ambientais. Com uma agenda cultural dos espaços existentes (CEU e demais espaços de cultura) e informação é possível monitorar e mobilizar.
- Implantar o Programa de Pontos de Cultura Federais que valorizem as culturas regionais (gênero, raça, etnia, etc.).

➤ Eixo 2 – Proteção e Defesa dos Direitos

- Organização de um Movimento pró-educação no Lajeado para organizar seminário regional e documentos, exigindo a descentralização do sistema atual de educação e sistema de matrícula. Cabe à Sociedade civil (Movimento da Infância em Geral, Fórum DCA, pais, alunos, Conselho Tutelar) e Governo (Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social) a partir da Subprefeitura do Lajeado, a descentralização do sistema de matrícula e garantia de vaga até fevereiro de cada ano letivo, pois isso impossibilita qualquer mobilização.
- Reorganização geral do sistema de ensino em todos os seus níveis, por meio da implementação da Subprefeitura e DRE municipal e estadual da região do Lajeado, garantindo autonomia do sistema educacional de cada região e consequentemente qualidade no atendimento em geral.

➤ Eixo 3 – Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes

- Implantar o estudo do ECA na grade curricular, sendo que o Fórum deve promover com o Conselho Tutelar uma capacitação sobre o ECA, mobilizando a escola a participar do Fórum DCA.

➤ Eixo 4 – Controle Social da Efetivação dos Direitos

- Poder Público por meio do convênio com organizações sociais deve investir na melhora do tratamento na saúde, sendo este processo monitorado pelos usuários no Conselho Gestor de saúde e pelo Fórum DCA.

- Resgate do movimento social pelo Poder Público que deve sensibilizar a educação e a sociedade civil que deve responsabilizar e cobrar parlamentares.
- Criação de um comitê regional de defesa da criança e do adolescente, dentro do Fórum DCA, e com transparência nos investimentos.
- Fortalecimento do Fórum Regional de Defesa das Crianças e Adolescentes obrigando a participação oficializada do poder público.

5 – COMISSÃO REGIONAL

REPRESENTAÇÃO	NOME
Assistência Social	Decio Yoshikaso Hatakeiama
Educação	Sônia Regina Rocetto
Saúde	Maria Lucia Vieira
Subprefeitura	João Carlos dos Santos
Conselho Tutelar	Vanderlei Felício Fábio Souza
Fórum DDCA Regional/Municipal	Patricia Kelly Ferreira Naides Nunes Ribeiro Josilene Pedro Gilvan da Silva Oliveira
Adolescente	Jackson Barbosa Custódio
Adolescente	Tatiane da Silva Quaresma

6- DELEGADOS

TITULARES	SUPLENTES
Julio César de Andrade	Marco Antônio Crispim
Cledioneide de Abreu Rodrigues Barba	Elza ribeiro de oliveira
Marinalva Aparecida da silva	Tiago Garcia Batista
Alessandro Luiz Moreira	José Correia Lima
Patrícia Kelly	Ingrid Marques de Souza
Rosenilda Cabral Ferreira Santos	Weslei do Nascimento Santos
Pedro Gilvan da Silva Oliveira	Vilma Goiana dos Santos
Ana Julia Oliveira do Nascimento	

MOÇÃO DE REPÚDIO

"A ausência de profissionais da área da educação aqui na Conferência, dificulta a ampliação das discussões relacionadas às principais demandas existentes nos equipamentos públicos educacionais. Por isso manifestamos nosso repúdio".

LAPA

INTRODUÇÃO

No dia 11 de Novembro de 2011, foram realizadas as Conferências Lúdica e Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente da Lapa que aconteceram nas dependências da Escola Estadual Mauro de Oliveira, situada na Rua Pedro Soares de Almeida, 234. As Conferências contaram com a presença de 200 crianças e 70 adultos.

O credenciamento e a entrega do material, bem como a distribuição do lanche ocorreram das 8hs até às 9hs40min. Após este horário, apenas um pessoa da comissão organizadora permaneceu no local para o cadastramento até seu encerramento às 12hs.

CONFERÊNCIAS LÚDICA E CONVENCIONAL

1 – ABERTURA

A abertura das Conferências ocorreu às 9hs30min em um espaço da escola semelhante a uma quadra com degraus de ambos os lados onde foram acomodados os participantes. A mesa de abertura foi composta por: representante dos adolescentes, Francisco Ramon, 14 anos, CCA Aprocima e das crianças, Maurício Gonçalves Pinheiro, 9 anos, CCA Jaguaré; e representantes da Subprefeitura Lapa, do CRAS Lapa, da DRE de Pirituba, da Secretaria da Educação, da Saúde, do Conselho Tutelar e do CMDCA. Todos os membros da mesa foram muito sucintos em sua fala, apenas desejando bons trabalhos para os participantes.

- Regimento Interno

Após a fala dos componentes da mesa, foi feita a leitura do regimento por Natália dos Santos Carvalho, 11 anos e Fernanda da Cruz Bento, 14 anos. Foram feitas pequenas alterações ao final da leitura sugeridas pela conselheira tutelar. Não foram solicitados destaques durante a leitura. Onde se lia “subprefeitura de Pinheiros”, alterou-se para “Subprefeitura da Lapa” (capítulo 2, artigo 3; capítulo 3, artigo 5; parágrafo 1); e foi alterada a data da entrega das moções para 11/11/11 onde se lia 04/11/11 (capítulo 6).

• Apresentação cultural

Foi apresentado ao público um conjunto de sete pequenas peças de música clássica por um grupo de crianças e adolescentes do projeto de extensão universitária do departamento de música da UNESP, "A Corda Toda".

Após a apresentação cultural, aconteceu uma palestra de Margarida Mota, da Coordenadoria de Assistência Social Centro Oeste (CAS-CO), sobre as Conferências dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Margarida trouxe informações sobre a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, fez um breve histórico das Conferências DCA e esclarecimentos sobre a VIII Conferência realizada em 2009 e sobre o Plano Decenal. Referiu-se também às diretrizes do CONANDA para a IX Conferência, que visa mobilizar, implementar e monitorar o Plano Decenal de direitos de crianças e adolescentes. A palestrante destacou a importância de ouvir o que as crianças e os adolescentes têm a dizer, de modo a garantir o respeito e os direitos dos mesmos. Destacou ainda a importância deste momento para se propor aquilo que se entende necessário para garantir a implementação das políticas que se referem aos DCA. Afirmou que todos os presentes estão "conquistando direitos" e "fazendo história" e que mais à frente poderão se reconhecer como agentes de um processo de consolidação dos direitos da criança e do adolescente. Devido à grande preocupação da Comissão Organizadora com a ocorrência de possíveis atrasos, bem como ao pouco envolvimento da plateia, em sua grande maioria composta por crianças e adolescentes, vários dos slides da apresentação em power-point foram pulados, e a apresentação que fora cuidadosamente planejada para ser interessante e esclarecedora ficou comprometida.

Ao final da palestra, os oficineiros foram convocados pela mesa para organizar sua distribuição pelos grupos. Os participantes da conferência Lúdica se encaminharam para as salas onde ocorreriam as oficinas.

Os participantes da Conferência Convencional estavam em número reduzido e menor que o esperado. Cogitou-se inclusive que eles fossem distribuídos nos grupos da Conferência Lúdica, mas a decisão foi que fariam a discussão dos adultos separadamente.

2 - OFICINAS

Foram realizadas 7 oficinas, sendo 5 da Conferência Lúdica e 2 da Conferência Convencional. As crianças se dividiram em 5 eixos, conforme o tema escolhido na inscrição. Os adultos se dividiram em 2 grupos, aleatoriamente, e ambos discutiram todos os eixos. Os eixos definidos pela região da

Lapa foram: 1. Educação e saúde de qualidade, 2. Violência doméstica, social e bullying; 3. Meio ambiente; 4. Uso e abuso de drogas; 5. Direitos humanos de crianças e adolescentes e responsabilidade governamental.

2.1 - LÚDICA

Eixo 1: Educação e Saúde com qualidade

O orientador deste grupo era um educador do Instituto Rogacionista. Participaram desta oficina, 15 meninas e 12 meninos.

Inicialmente as crianças estavam todas sentadas como se estivessem numa sala de aula aguardando a chegada do orientador. Este já era conhecido de muitos adolescentes que participam de atividades no Rogacionista. Ele se apresentou e explicou o que teriam que fazer no dia, falando um pouco sobre o tema. Discorreu apenas sobre a educação. Começou provocando o grupo com perguntas como por exemplo: *quem será que determinou que não se pode usar os livros na hora da prova? Há muitas coisas que determinaram e que não fomos nós*, concluiu. *Os alunos não escolhem as matérias da escola que querem, escolhem?* A partir de perguntas desse tipo, conduziu o diálogo colocando a importância da participação para mudar o que se quer mudar, o que não está bom. *E como se faz para reivindicar? Discutindo na conferência, fazendo propostas para que se transformem em lei*. As crianças reagiam participando e opinando.

Ao perguntar o que é democracia, uma criança definiu: *é quando todo mundo tem os mesmos direitos.*

Iniciou-se discussão apontando outras aulas que a escola não oferece, como natação, judô, informática, etc.

Em seguida foram formados quatro grupos de 7 componentes cada para discutir a escola ideal, com um relator em cada grupo. Os grupos receberam orientação de como trabalhar. Deveriam pensar no que é bom e no que é ruim na escola e, no caso da escola ser boa, sugerir melhorias. Depois um tempo de discussão, o grupo colocou em uma cartolina os aspectos positivos e os negativos da escola.

Quando não havia consenso o orientador colocava a questão em debate e depois de votar, prevalecia a proposta da maioria.

Ficaram como aspectos positivos:

1. Educação física
2. Matemática (embora alguns professores não sejam bons)
3. Artes
4. Português
5. Amigos
6. Livro didático (material)

E como aspectos negativos:

1) Metodologia
2) Comida da escola
3) Falta de laboratório
4) Falta de informática na grade curricular. Não tem professor para dar aula nem acesso à sala.
5) Falta de limpeza (manutenção dos espaços)
6) Falta de passeio cultural
7) Ausência de professor (falta)

Na segunda etapa do trabalho, as crianças foram chamadas para fazer em cartolina e com material diversificado, a escola ideal e ficaram trabalhando no palco do auditório.

Os participantes foram reagrupados em três grupos e deveriam pensar e escrever proposta de lei para resolver os problemas que apontaram como aspectos negativos. Cada grupo de adolescente ficou com 2 aspectos negativos: Gr.1 : falta de passeio e informática como matéria; Gr.2: metodologia e manutenção do espaço; Gr. 3: comida da escola e ausência de professor.

A atividade foi interrompida para o almoço e deveriam retornar depois da apresentação de hip hop e da palestra com animação de Eduardo Ruivo, da Sociedade Beneficente Jaguaré. Todos voltaram para os grupos para terminar a atividade, elaborar as propostas e eleger delegados. O orientador recebeu uma folha onde deveria preencher uma planilha em que constava: propostas, eixo, quem executa, formas de monitoramento, como implementar, nível de prioridade e prazo de execução.

As propostas foram transcritas na ficha pelo orientador e estabelecidas prioridades e prazos para serem apresentados na plenária.

Deu-se em seguida a eleição dos delegados e suplentes, porém uma pessoa da organização veio levantar apenas os nomes dos delegados.

Eixo 2: Violência doméstica, social e bullying

A maior parte do grupo era formada por adolescentes de 14 anos ou mais.

Neste eixo aconteceu uma discussão aberta com os participantes, que foram distribuídos em uma roda pelas carteiras. Os oficineiros se apresentaram e apresentaram o tema que seria trabalhado pelo grupo. Foram lançadas perguntas sobre o tema e lembrado aos participantes que estes teriam que se posicionar a respeito deles, embora não tenham deixado claro que teriam que formalizar propostas relativas aos temas.

No início os oficineiros estavam ansiosos para que os participantes começassem a tomar posições sobre os temas, mas estes estavam pouco situados. Aos poucos decidiram tratar um tema de cada vez (primeiro Bullying, depois Violência Doméstica) e passaram a sondar a percepção geral que os jovens tinham desses temas e definir "Bullying" e "Violência Doméstica", A partir daí alguns participantes começaram a se manifestar, mas a participação na discussão ficou restrita praticamente a um grupo de seis e ou setes adolescentes. Com o tempo esses jovens que participaram mais acabaram assumindo os temas e praticamente conduziram a discussão.

Foram citados muitos exemplos cotidianos de Bullying e nenhum de violência doméstica, sempre aludida de modo genérico. Foi bastante recorrente a ideia de que um apoio de psicólogos junto aos pais e professores seria a chave para evitar conflitos. A impressão é de que esse apoio psicológico poderia funcionar por ser ministrado por alguém de fora dos contextos escola/família/comunidade.

Todas as conclusões do grupo giraram em torno da ideia de um auxílio externo: pessoas de fora da escola para ajudar na questão do Bullying (os professores sempre foram referidos com pouca confiança), pessoas que visitem as comunidades para tratar da Violência. Esse auxílio externo era quase sempre encarnado na figura de um psicólogo e sua principal prática seria a de ministrar palestras. A ideia de punir autores de violência apareceu, mas como menos frequência, e sempre associada à ideia de ocorrências mais graves.

Por fim houve um impasse sobre a escolha ou não de delegados porque não estava claro quais seriam suas atribuições, o que só foi retomado depois, pouco antes da plenária em uma reunião informal. Os delegados foram indicados pelos oficineiros e aprovados por votação por todos.

Pode-se dizer que muitos participantes, especialmente os mais jovens, que não foram bem inseridos na dinâmica acabaram ficando alheios ao processo. Os adolescentes, porém, participaram mais e no final assumiram plenamente o debate.

Eixo 3: Meio ambiente

O grupo era formado principalmente por crianças havendo poucos adolescentes. No total eram 40 participantes sendo 22 meninas e 18 meninos procedentes principalmente dos CCAs Santa Cruz, Aprocima e Sociedade Benfeitora Jaguaré.

A oficineira iniciou a discussão com todo o grupo em um grande círculo, dizendo que iam falar sobre meio ambiente e perguntava: *quero saber o pensamento de vocês, o que vocês pensam do meio ambiente e quais as suas propostas*. Algumas crianças começaram a falar sobre problemas referentes à poluição por excesso de carros em circulação, uso de sacolas plásticas, desmatamento, etc. As intervenções da oficineira eram no sentido de fazer as crianças tomarem posição sobre a questão dizendo: *vocês devem propor sugestões, vocês têm que fazer proposta, quero que vocês falem, que vocês deem uma ideia: o que vocês querem que melhore, quero ouvir de vocês.*

Em seguida a oficineira recebeu um texto da organização do evento e passou a lê-lo para o grupo. O texto falava sobre a importância da participação de crianças e adolescentes (eixo III do CONANDA) e que deveriam encaminhar propostas sobre este eixo. Um outro adulto da organização entrou na sala dizendo que os participantes deveriam se dividir em grupos e fazer propostas por escrito.

Os participantes se dividiram por grupos espontâneos e começaram a trabalhar, aumentando a participação e discutindo animadamente. Havia um relator que anotava as propostas feitas. Foram abordados vários temas: reciclagem, preservação e plantação de árvores, poluição do ar e água, etc.

Surgiram inúmeras propostas:
- Divulgação por TV, internet, SMS sobre reciclagem e preservação do meio ambiente.
- Aumentar o número de lixeiras para recicláveis na cidade separadas por produto com placas para chamar atenção e também nas escolas.
- Recolher óleo usado para evitar a poluição dos rios.
- Não cortar árvores e não colocar fogo nelas, plantar mais árvores.
- Aumentar o número de ônibus elétricos.
- Dar ideia para os diretores das escolas sobre fazer palestra para os alunos no dia da água.
- Não maltratar os animais.
- Combater o tráfico de animais e auxiliar os animais feridos.
- Incentivar a produção de carros que utilizam biodiesel.

- Aumentar as aulas sobre sustentabilidade e meio ambiente nas escolas porque se nós somos o futuro temos que saber mais sobre o assunto.
- Incentivar a coleta de lixo reciclável nas escolas e nas ruas.
- Que cada lugar tenha aprendizagem sobre reciclagem.
- Jogar o lixo no lixo e não misturar o reciclável.
- O consumismo estraga o meio ambiente. Quando formos consumir: pare e pense antes de consumir exageradamente.
- Se você não cobrar do governo ele não vai agir então nós cidadãos temos que cobrar do governo pois temos o direito de votar e o dever de fiscalizar o trabalho que ele faz.
- Não queimar florestas e replantar árvores.
- Não jogar lixo no chão, no rio, não jogar lixo no mar quando formos à praia.
- Não gastar muita folha de papel, usar frente e verso, não apontar lápis sem necessidade.
- Ter ideias de campanhas e colocar multa para os poluidores.
- Não jogar comida no lixo. Usar resto de alimentos para adubos, óleo para fazer sabão.
- Tirar as sacolinhas plásticas de circulação.
- Fazer limpeza dos rios e das bocas de lobo.

Terminada a discussão de grupo os participantes saíram para o almoço. Retornaram após a palestra que o Professor Eduardo proferiu para a plenária. Foi perguntado quem queria ser delegado, 3 meninas se candidataram. Não foram escolhidos suplentes.

A oficineira preencheu uma planilha a partir do material dos relatórios dos grupos.

No final disse que todos deveriam fazer desenhos no quadro negro tendo como tema "O meu mundo". As crianças passaram a desenhar tendo como tema a poluição, com carros, fábricas e prédios, dando como título do desenho "como era" e um outro com árvores, casas, bicicletas, poucos carros com o título "o futuro". Outro título: "sem o planeta terra nós humanos não vivemos".

Eixo 4: Uso e abuso de drogas

O grupo era formado por 28 crianças e adolescentes, 18 meninas e 10 meninos em idades que variavam de 6 a 16 anos. Os oficineiros eram educadores do CCA do Coração de Maria. Não havia, aparentemente, nenhum tipo de organização anterior entre estes os jovens embora fosse nítido que o grupo se subdividia de acordo com as instituições de que vinham – CCA Aprocima, CCA Coração

de Maria, CCA Herculano de Freitas, EE Anhanguera, CCA do Instituto Rogacionisnta e CCA da Sociedade Benfeitora do Jaguaré.

A metodologia adotada pelos dois educadores responsáveis foi, no primeiro momento, uma conversa com o grupo inteiro sentado em círculo. Todos se apresentaram e deveriam dizer o que pensavam das drogas.

Os participantes todos se manifestaram no sentido de discutir o uso de drogas, com grande ênfase no cigarro, dentro do espaço escolar. Houve muitos relatos de situações na escola e da presença da Ronda Escolar. Outra característica da discussão foi a recorrência da maconha como droga relacionada à rua e a ausência do álcool na fala dos participantes.

O grupo, por orientação dos oficineiros, se subdividiu em grupos menores, e o critério novamente foi a escolha livre. A intenção era que o subgrupo discutisse e construísse propostas para reduzir o uso das drogas. Nos grupos apareceram as seguintes questões:
- Existem muitos fumantes entre os adolescentes e não há punições na escola, e por isso os diretores e a Ronda Escolar deveriam ser mais rígidos.
- Falta monitoramento e segurança.
- A compra de cigarros por menores é permitida.
- Faltam, na escola, trabalhos orientados sobre uso de drogas que envolvam as famílias, pois ela é muito importante na prevenção do uso.
- Falta conscientização nas comunidades sobre os efeitos das drogas.
- Faltam instituições de reabilitação para os usuários.
- Faltam projetos para trabalhar com adolescentes moradores de rua.

As propostas foram sendo pensadas pelos grupos, mas antes de discuti-las no grupo maior a oficina foi encerrada e foram todos para o almoço. Não tiraram o relator, não decidiram os delegados e não discutiram as propostas até o momento da plenária. Os adolescentes participaram da discussão, mas faltou uma organização das ideias que propuseram, até porque as propostas só foram escritas pelos educadores posteriormente, quando a discussão já estava esvaziada.

Eixo 5: Direitos humanos de crianças e adolescentes e responsabilidade governamental

Às 11hs:30min se iniciou a reunião do eixo 5, com um grupo composto por 43 jovens sendo 18 meninos e 25 meninas.

O trabalho foi coordenado por uma conselheira tutelar, que explicou a importância do trabalho que estava sendo realizado naquele dia, que seria uma oportunidade dos presentes lançarem novas propostas, na área da educação. Ela dividiu os jovens em grupos pelas faixas etárias: A- Menores de 12 anos: 12 meninas e 2 meninos; B- De 12 a 14 anos: 3 meninas e 2 meninos; C- De 15 a 18 anos: 9 meninas e 15 meninos.

O grupo A ficou meio perdido sem ter claro o que estava sendo pedido. Acabaram se dividindo em duplas e ficaram conversando enquanto as 2 meninas mais velhas elaboravam um cartaz com direitos e deveres das crianças.

O grupo B parecia se conhecer e ficaram conversando por uns 15 minutos até que todos foram embora.

O grupo C estava discutindo várias questões relacionadas à educação e aos problemas que enxergavam. Por exemplo, diziam coisas como *o problema é que os estudantes vão pra escola já querendo ir embora. Ninguém está a fim de estudar, só querem ficar zoando na sala, como podemos esperar por professores motivados se a escola não tem uma boa estrutura e eles não têm bons salários? como os alunos vão estar interessados em aprender quando estão com fome*" (referindo-se às escolas que não recebem merenda em todos os períodos). Depois de 30 minutos de conversa, todos foram informados que, na verdade, o tema do grupo era direitos humanos e não educação. Notava-se um descontentamento dos jovens, mas o grupo A se manteve fazendo seu cartaz e o grupo C mudou o tema da conversa sem grandes problemas.

A discussão voltou-se para o sistema público de saúde, falaram sobre os problemas como higiene nos Postos de Saúde, os animais que moram dentro destes estabelecimentos, a demora no atendimento. Fizeram uma crítica ao investimento no lazer, dizendo que este devia ser direcionado para a educação e a saúde.

Faltando apenas 10 minutos para acabar o tempo, os jovens foram apresentados ao instrumental e instruídos a propor coisas e preencher a folha com propostas.

2.2 - CONVENCIONAL

Vale lembrar que no momento do cadastramento os adultos não tinham opção de se inscreverem por assunto ou Eixo em oficinas, eram apenas informados pela comissão organizadora de que todos discutiriam e elaborariam propostas referentes aos 5 Eixos.

Os participantes não foram devidamente orientados quanto ao local das oficinas e com isso houve grande demora até que todos tomassem ciência das duas salas existentes para essa etapa, e se acomodassem, pois houve também falta de cadeiras.

A distribuição em duas salas ocorreu com um único critério: quando todas as cadeiras da primeira sala estavam ocupadas, os que chegavam se dirigiam à segunda sala.

Quando finalmente todos estavam devidamente acomodados em círculo, permaneceram aguardando a chegada do oficineiro.

Grupo 1

Estiveram presentes na roda de conversa 21 mulheres, mediadas por Margarida Mota que tinha sido a palestrante. A mediadora não tinha sido preparada previamente para a oficina, decidindo na última hora colaborar nesta atividade. Às 11hs20min, iniciou a oficina com o grupo, retomando o que era e para que servia uma Conferência. Após solicitar diversos esclarecimentos para a relatora da FIPE que participava da oficina, o grupo percebeu que os eixos sugeridos pela região eram diferentes dos eixos com os quais a mediadora estava trabalhando, que eram os que constavam do documento do CONANDA para a Conferência. O grupo decidiu passar por todos os eixos sugeridos pela região, relacionando-os com os eixos do CONANDA e buscou garantir ao menos uma proposta para cada um dos eixos.

A participação do grupo foi pequena e discreta, tendo a mediadora indicado os temas para debate e sugerido propostas. Foi comentado que o grupo era muito homogêneo, pois era composto praticamente por funcionários de uma única instituição da região. Houve muito desinteresse dos participantes em se candidatar e definir a relatoria.

Quanto às questões abordadas no grupo, foi discutida inicialmente a desorganização das Conferências deste ano, que dificultava a realização da mesma naquele dia. Falaram sobre o cancelamento das datas previstas e da escassez das verbas do orçamento. Foi sugerido que o grupo apresentasse uma moção indicando repúdio a esta situação. As outras questões que geraram brevíssimos debates se relacionaram aos 5 temas sugeridos pelo CONANDA e aos 5 temas estabelecidos pela região: promoção de direitos, liberdade de expressão, participação, saúde, bullying, gestão da política, política pública, mobilização.

Grupo 2

Na sala 2 haviam 12 homens e 14 mulheres. Às 11h20, uma participante comunicou a todos que não haveria oficineiro ou alguém que pudesse facilitar a discussão. Sugeriu que todos se apresentassem e seguissem com a discussão dos 5 Eixos e construíssem as propostas.

Em sua maioria os participantes tinham entre 30 a 40 anos. O grupo era basicamente composto por educadores de CCAs, 4 eram de serviços de apoio (cozinheiras e assistentes de cozinha) e apenas 2 eram usuários (pais de criança e adolescente).

Não houve envolvimento considerável nem tampouco discussão. Houve a leitura do Eixo 1 e 2 seguida da fala apenas de um educador de esporte, uma coordenadora de CCA e uma mãe, além das falas de uma participante, Milena, que elaborou as propostas praticamente sozinha, lendo-as em seguida.

Questões levantadas sobre o Eixo 1:
- Conscientizar os pais devido ao distanciamento entre o ambiente educacional e a família. *Não esquecer de reforçar as crianças e adolescentes sobre os seus deveres.*
- Inserir informações sobre o ECA nos eventos que fazem parte do Calendário Escolar.
- Exigir a contratação de profissionais capacitados para a realização das Conferências, garantindo assim, estrutura e divulgação.
- A importância de cada um ocupar o seu lugar de direito. *Que o outro não lhe diga o que é melhor para você, cada um sabe do que precisa.*
- Exigir a participação de todas as escolas públicas e profissionais de saúde.

Questões levantadas sobre o Eixo 2:
- Divulgação do Conselho Tutelar para a sociedade civil.
- Criar nas escolas uma semana para divulgação e capacitação aos pais sobre o ECA, utilizando a mídia para isso.

Houve a entrada de funcionário da escola, Sr. Cido, para a entrega de vale-lanche aos participantes. Nesse momento entrou na sala uma Conselheira Tutelar, que auxiliava na organização do evento, expondo toda dificuldade enfrentada para a realização da Conferência e sugerindo a criação de um documento que oficializasse essa falta de estrutura. *A Comissão organizadora merece parabéns por tudo que conseguiu fazer apesar das dificuldades.*

Devido ao horário avançado, 12h40min, os participantes foram saindo da sala, visto que o almoço estava previsto paras as 12hs30min com encerramento às 13hs30min.

3 - PLENÁRIA

Às 13hs30min iniciou-se a apresentação cultural de Hip Hop – música e dança - de representantes de duas instituições, primeiro do Instituto Rogacionista e depois da Sociedade Benfeitora Jaguaré.

Às 14hs foi iniciada a palestra de Eduardo Ruivo, coordenador geral da Sociedade Benfeitora Jaguaré, intitulada "Crianças e Adolescentes na Construção de Políticas Públicas". Ele realizou uma dinâmica a partir das palavras-chave: "Política" e "Público", conectou definições fornecidas pelo público (ou parte dele, sempre sub-dividido em três grupos: crianças, adolescentes, adultos), com outras que havia pesquisado (dicionário e autores como Aristóteles e Dalmo de Abreu Dallari). Depois passou a chamar os participantes para responder perguntas como "*Quem realiza uma ação social? Por que o governo somente deveria realizar ações sociais, Por que não podemos nós promover mudanças sociais?*, etc. O palestrante tinha o objetivo de mostrar que essa conferência se conecta com um processo político maior. Por fim, pediu que todos formassem uma roda na quadra e conduziu uma espécie de dança circular, utilizando uma dinâmica de ir adicionando movimentos e que simbolizou "participação." Embora a participação na dinâmica tenha sido intensa, a tendência a dispersão foi aumentando.

Após esta palestra, estava previsto o retorno dos grupos nos eixos para encerramento das oficinas, mas apenas parte dos participantes retornou às suas salas iniciais. Os demais permaneceram na própria quadra onde ocorreria a Plenária Final. Havia também certa indefinição com relação à nomeação dos delegados e com relação à formalização das propostas. Os adultos, em sua grande maioria, já haviam se dispersado e alguns ido embora, assim, não se reorganizaram em grupos novamente.

O levantamento dos indicados a delegados aconteceu na própria plenária, sendo feito informalmente "de boca a boca". Primeiramente foram eleitos os delegados da Conferência Convencional seguido da Lúdica e por fim os Suplentes.

A plenária final foi bastante desorganizada, não havendo votação das propostas, apenas leitura das mesmas pelos representantes dos 7 grupos de trabalho dos eixos. Os delegados foram apresentados sem votação da plenária geral, ainda que tenham sido aprovados pela mesma. Não houve debate na

plenária final, estando os participantes, em sua maioria crianças e adolescentes, bastante dispersos e desatentos ao que acontecia.

4 - PROPOSTAS

Obs: a escala do nível de prioridade teve variação de entendimento. Aqui apresentamos as propostas entendendo que o nível 1 é o de mais alta prioridade.

4.1 - LÚDICA

➢ Eixo 1 - Educação e Saúde com qualidade

- Propomos a implementação de uma metodologia que se aproxime da realidade vivida, exigindo cursos de qualificação e reciclagem para os professores.
- Eleição de responsáveis pela manutenção do espaço educativo
- Implementação de atividades externas, na quantidade de 8 por ano.
- Inserção da matéria de informática na grade, com professores e prova.
- Aumento do salário dos professores em 25%.

➢ Eixo 2 - Violência doméstica, social e bullying

Todas as propostas do eixo são prioridade 1.

- Palestra de conscientização das pessoas sobre violência doméstica. Executor: Prefeitura. Monitoramento: visitas mensais para saber como está o projeto. Implementação: divulgação em escolas de forma verbal.
- Palestra de conscientização das pessoas sobre bullying. Executor: Prefeitura e comunidade. Monitoramento: visita de psicólogo até a residência. Implementação: na comunidade, inclusive nas escolas.
- Penitenciário para quem praticou bullying, criando uma sociedade onde serão realizados trabalhos voluntários. Executor: Estado. Monitoramento: associação para ver se o trabalho está sendo desenvolvido ou não. Implementação: televisão, rádio, todo meio de comunicação.

➢ Eixo 3 - Meio ambiente

- Ter lixeiras ecologicamente corretas. Executor: Governo. Monitoramento: cobrança pelos meios de comunicação, cartas, SMS, telefone. Implementação: mais lixeiras nas ruas, parques e escolas. Prioridade 2, prazo: 2013.

- Que a frota de ônibus seja mudada para combustível biodiesel. Executor: Governo. Monitoramento: colocar fiscais e que os cidadãos verifiquem. Implementação: adotar biodiesel nos postos de gasolina. Prioridade 1, prazo 2015.
- Melhorias para ter o rio Tietê limpo. Executor: Governo. Monitoramento: cobrado e observado o andamento. Implementação: tendo mais rede nas bocas de lobo e limpando o rio frequentemente. Prioridade 1, prazo: 2015.
- Fiscalização da Mata Atlântica para melhor preservação da natureza. Executor: Governo. Monitoramento: tendo mais guardas florestais. Implementação: sempre plantar e não desmatar. Prioridade 2, prazo: 2014.
- Tirar as sacolinhas plásticas de circulação sendo obrigatório as sacolas reaproveitáveis. Executor: Governo. Monitoramento: acompanhar a retirada das sacolinhas. Implementação: nos locais. Prioridade 2, prazo: 2013.

➤ Eixo 4 - Uso e abuso de drogas

- Não vender cigarros. Executor: Poder público. Monitoramento: não encontrar mais cigarros para comprar. Implementação: Fiscalização. Prioridade 3, prazo: 3 anos.
- Palestras nas escolas. Executor: Poder público. Monitoramento: fiscalização. Implementação: chamando profissionais da saúde para a escola. Prioridade 1, prazo: imediato
- ONGs de assistência de usuários de drogas. Executor: Poder público. Monitoramento: diminuição de usuários de drogas. Implementação: buscar experiências de sucesso e replicá-las. Prioridade 1, prazo: 3 anos.
- Disque denúncia. Executor: Poder público e polícia.
- Fortalecimento da Ronda escolar e diretores capacitados na escola. Executor: Poder público e polícia.
- Trabalho de conscientização com famílias sobre o uso das drogas. Executor: Escola, Comunidade e Família. Monitoramento: envolvimento maior da família. Implementação: espalhando o conhecimento sobre as drogas para públicos diversos. Prioridade 1, prazo: imediato
- Punições severas a fabricantes de drogas. Executor: Governo. Monitoramento: Polícia. Prazo: imediato.
- Projetos de tempo integral para que crianças não tenham contato com as drogas. Executor: Poder público. Monitoramento: Poder público. Implementação: expandir a rede de CCA's. Prazo: 2 anos.

- Aumento do policiamento, mas com uma polícia honesta que não abuse do poder. Executor: Polícia. Implementação: cobrança dos cidadãos. Prazo: imediato.
- Leis severas. Executor: Poder público. Prazo: imediato.

➤ Eixo 5 - Direitos humanos de crianças e adolescentes e responsabilidade governamental

- Melhoria de todos os materiais escolares. Executor: Município e Estado. Monitoramento: encontros e conselhos. Implementação: melhorando os materiais. Prioridade 1, prazo: 1 ano.
- Melhorias na área de lazer. Executor: Município e Estado. Monitoramento: os conselhos. Implementação: mais verba. Prioridade 1, prazo:3 anos.
- Melhoramento na saúde. Executor: Município e Estado. Monitoramento: encontros. Implementação: mais verbas. Prioridade 1, prazo:1 mês.
- Reduzir o numero de alunos em sala. Executor: Estado. Monitoramento: encontros e conselhos. Implementação: fazendo mais salas de aula. Prioridade 1, prazo: 1 mês.
- Melhoramento da limpeza das ruas. Executor: Município. Monitoramento: pelas reuniões. Implementação: enviando mais verba. Prioridade 1, prazo: 2 meses.
- Melhorias para os pedestres. Monitoramento: encontros. Implementação: ganhando mais verba. Prioridade 2, prazo: 1 ano.
- Higiene nos hospitais, atendimento rápido, mais equipamentos e médicos qualificados. Executor: Governo Estadual. Monitoramento: fiscais e a própria população. Implementação: usar pelo menos 2% dos impostos. Prioridade 5, prazo: 3 meses.
- Enfermarias, atualização nos materiais didáticos, palestras sobre sexualidade. Executor: Governo Estadual. Monitoramento: fiscalização da população, fiscais do governo. Implementação: 4% dos impostos. Prioridade 4, prazo:1 ano.
- Melhorar na merenda, melhora nos salários dos professores. Executor: Governo Estadual. Implementação: 4% dos impostos. Prioridade 4, prazo: 1 ano.
- Preconceito contra ex-presidiários, racismo, deficientes, etc. Executor: Governo Federal. Monitoramento: fiscais. Implementação: colocar palestras nas escolas. Prioridade 4, prazo: no máximo 5 meses.

4.2 - CONVENCIONAL

Todas as propostas foram consideradas prioridade1.

➤ Eixo 1 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

- Capacitar todos os funcionários das escolas para tornarem-se agentes promotores do ECA. Executor: CMDCA e Fundo criança. Monitoramento: número de capacitados e capacitações e número de ações realizadas satisfatoriamente. Implementação: articulação com as Secretarias de Educação, Cultura, sociedade civil e profissionais. Prazo: imediato.
- Usar as Associações de bairro como ponto permanente de promoção e capacitação de pais e familiares. Executor: CMDCA. Monitoramento: numero de pais capacitados e número de Associações promotoras do ECA. Implementação: criar parcerias com Subprefeituras Conselhos e políticas públicas. Prazo: imediato.
- Inserir obrigatoriamente o ECA em eventos de grande participação familiar na escola. Ex: Festa Junina e Feira Cultural. Executor: CMDCA, Secretaria de Educação, CCA e direção escolar. Monitoramento: número de opções nesses eventos e número de procura dos pontos de aprofundamento. Implementação: criar uma política pública para obrigar a execução dessa. Prazo: imediato.
- Usar verbas do Fundo da Criança e adolescente para profissionalizar a divulgação e promoção dos Fóruns, Pré Conferências, Conferências, CMDCA e Conselhos Tutelares. Executor: CMDCA e Secretaria da Educação. Monitoramento: número de recursos investidos. Implementação: criar uma lei e obter patrocínio. Prazo: imediato.
- Ampliação da rede de serviços com qualidade no atendimento integral da saúde da criança e do adolescente com acesso a todas as especialidades. Executor: Secretaria de Saúde. Monitoramento: cobrança da Secretaria de Saúde. Implementação: atendimento unificado nos postos de saúde. Prazo: 2013.

➤ Eixo 2 – Proteção e Defesa dos Direitos

- Promover a divulgar através da Mídia em geral, quais são os direitos e que Conselhos Tutelares e Associações da Sociedade civil articulam estes direitos. Executor: CMDCA. Monitoramento: número de ações. Implementação: através e normas e leis. Prazo: imediato.
- Reenfrentamento da violência verbal com o fortalecimento da autoestima e dos vínculos familiares, fazendo parcerias com a mídia na reversão desse quadro. Executor: Sociedade Civil, Secretaria de Educação, Secretaria de Cultura e Secretaria de Assistência Social. Monitoramento: Conselho Tutelar, mídia falada e escrita. Implementação: por meio de palestras, mídia falada e escrita e escolas. Prazo: 2013.

- Mudanças no sistema de eleição dos Conselheiros Tutelares garantindo maior divulgação e debate na sociedade bem como a ampliação do direito a voto. Executor: Sociedade Civil; Secretaria de Educação, Secretaria de Cultura e Secretaria de Assistência Social. Monitoramento: Mídia; Sociedade Civil. Implementação: palestras, mídia e escolas. Prazo: 2013.

➢ Eixo 3 – Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes

- Garantir o direito de acesso à educação digital com profissionais capacitados para a orientação, incluindo esta atividade na grade curricular das escolas como disciplina. Executor: Secretaria da Educação. Monitoramento: APM, Rede social assistencial. Implementação: implantação e ampliação de laboratórios de informática com todas as redes municipais, estaduais, educação com assistência social. Prazo: 2013.

➢ Eixo 4 – Controle Social da Efetivação dos Direitos

- Não utilização do orçamento destinado às conferências para outros fins. Executor: CMDCA, Prefeitura. Monitoramento: prestação de contas. Reuniões pré-conferências. Prazo: 2013.

➢ Eixo 5 – Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

- Cobrar do governo a execução das propostas governamentais, programas, projetos e promessas. Executor: CMDCA, Prefeitura. Monitoramento: apresentação dos projetos. Implementação: através de reuniões de líderes. Prazo: 2013.

5 – COMISSÃO REGIONAL

REPRESENTANTES	NOMES
Assistência Social	Célia Regina Cesar Rojo
Educação	Lucinda Moutinho Sapuchi Lins
Saúde	Marilda Hermmann
Subprefeitura	Rafael Leite Ferreira

6 – DELEGADOS

6.1 – LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Bruna Mendes Gonzaga	Alisson Vinicius Marques Alves
Daiane Santos Araujo	Claudiane Domingues dos Santos
Denise do Amaral Santana	Débora Santos Conceição
Diogo Amorim Pereira	George Ferreira de Souza
Dylan Gomes Lourenço	Giovane Lima Brito

TITULARES	SUPLENTES
Evelyn Ellen Mariane da Silva	Ingridh Rayane de Oliveira
Fernanda da Cruz Bento	Jonas de Souza Tomas
Flaviany da Conceição da Conceição Batista	Lucas Matheus da Silva Santos
Francisco Ramon Lourenço de Andrada	Luis Henrique de Oliveira
Gustavo de Lima	Luiz Fabrício Souza Junior
José Ivanildo de Souza Jr	
Josianne Souza Araujo	
Lucas Ribeiro Lacerda	
Natalia Carneiro da Costa	
Stefani da Silva Sampaio	
Valdeci Sales de Souza Jr	

6.2 – CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTES
Camila Pinto da Silva	Adriana Matos da Silva
Carina Aires de Queiroz	Everton Rodrigues Santos
José Aparecido da Silva	Marcia Autuildes de Souza
Luanara Letícia	Miguel Novellino
Maria Cristina de Castro Costa Batista	Silvia Helena Alves
Roberta Guerino	Suemerson dos Santos
Vitor Almeida Silva	Vanusa Cristina de Lima

M´BOI MIRIM/JARDIM ÂNGELA

INTRODUÇÃO

No dia 24 de novembro de 2011 foram realizadas as Conferências Lúdica e Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente do M'Boi Mirim – Jardim Ângela, nas dependências da Organização Sociedade Amiga e Esportiva do Jardim Copacabana (SAEC), situada à Rua Antônio Victor de Oliveira, n° 6A. Teve início as 9hs00 com o credenciamento dos participantes e término por volta das 17h00, mas as conferências não ocorreram simultaneamente. A Lúdica foi realizada no período da manhã e a Convencional no período da tarde. Porém, quase a totalidade dos adultos esteve presente na Lúdica o que qualificou e alinhou as discussões. Por outro lado, 20 adolescentes que estiveram ausentes na Conferência Lúdica em função do horário de aula, participaram da Convencional, no período da tarde. Assim, as conferências contaram com um total de 370 crianças e adolescentes e cerca de 50 adultos.

Segundo a comissão regional, houve alteração da data inicial e mudança de local de realização. Mas a mobilização das organizações conveniadas com a assistência social viabilizou não somente a realização, mas também a refeição para o almoço das crianças e adolescentes. Em cerca de 3 dias conseguiram reunir um importante número de participantes, crianças e adolescentes dos serviços socioassistenciais.

CONFERÊNCIAS LÚDICA E CONVENCIONAL

1 – ABERTURA

1.1 - LÚDICA

Em ambiente de intensa participação, todos receberam já no credenciamento, cópias do regimento interno, instrumental com as propostas da região elaboradas em 2009 e também um exemplar do ECA e cópia do instrumental a ser utilizado durante os trabalhos nas oficinas.

Às 9h30min a educadora do CJ Copacabana deu início à conferência lúdica dando as boas vindas e compondo a mesa de abertura.

• COMPOSIÇÃO DA MESA

A mesa foi composta pela representante e fundadora da SAEC, adolescentes representantes do CJ Copacabana e CJ Horizonte Azul, assessoria de comunicação da subprefeitura, adolescentes

representantes do Fórum da Criança e do Adolescente, representante local do CMDCA, representante do Núcleo de Economia Solidária da USP (NESOL) e Conselheira Tutelar reeleita.

As falas tiveram início com a saudação da fundadora da SAEC que disse sentir-se honrada de acolher, neste dia, participantes com o propósito de discutir e colocar em prática os direitos das crianças. Destacou que *a conferência é de extrema importância para que as crianças e adolescentes possam tomar posse dos direitos do saber e do conhecimento* e disse tratar-se de um momento histórico porque pela primeira vez a Conferência é realizada na SAEC e espera que *seja o primeiro de muitos*. Em seguida falou a conselheira tutelar que agradeceu a presença de todos e apoiou o discurso anterior e disse que *o conselho tutelar está só para ajudar e se houver necessidade basta procurar o conselho*. Finalizou indicando a importância do conselho tutelar na defesa dos direitos de crianças e adolescentes da região colocando-se à disposição.

O adolescente do CJ Copacabana, ao tomar a palavra, foi aclamado pela plenária e afirmou: *Quero meus direitos e o de todos que vivem em abrigos*. Passando a palavra para o adolescente do CJ Horizonte Azul, este iniciou dizendo que se sentia feliz pela oportunidade *única, em que as autoridades vão ouvir as crianças e os adolescentes. Somos o futuro e devemos lutar pelo que queremos*. Sua fala se encerrou com grande comoção da plenária.

A representante da subprefeitura justificou a ausência do subprefeito. Disse que *a subprefeitura está de portas abertas para colaborar com a comunidade, e que é uma honra participar de um evento cujo propósito é garantir políticas mais igualitárias*. E desejou que todas as crianças e adolescentes de todas as regiões tenham *saúde de qualidade, educação digna e principalmente amor e carinho e que nunca percam as esperanças. Espero que a conferência gere muitos projetos e que consiga alcançar os objetivos*. Por fim, agradeceu e aproveitou a oportunidade para divulgar a agenda de evento cultural de entrada franca.

O adolescente representante do Fórum DCA e da comissão organizadora iniciou sua fala lembrando as dificuldades para a realização da conferência e a importância de participarem e opinarem. Finalizou com um grito de estímulo à plenária: *O futuro é hoje!* O representante do CMDCA apresentou-se como suplente do presidente do CMDCA, e informou que foi conselheiro da região e que esta é a quarta conferência da qual participa. Aproveitou para agradecer as crianças e as organizações sociais presentes e explicou brevemente como funciona o processo da conferência municipal, bem como o seu propósito e o papel dos delegados.

A pesquisadora do NESOL-USP pediu às crianças e adolescentes muita clareza nas atividades do dia; destacou que deveriam se questionar sobre o que foi ou não realizado pelo poder público e suas secretarias desde 2009. Além disso, destacou que deveriam *propor soluções para estes problemas e escolher bem os delegados que irão representá-los*. Assim finalizou explicando o papel dos delegados e pediu que *não deixassem de colocar o que veem, sentem e gostariam que acontecesse*.

A mesa foi desfeita após a técnica do CJ Jardim Capela cantar o Hino Nacional. Então a coordenadora das atividades, técnica do CJ Copacabana, iniciou a apresentação da programação do dia, dizendo *estar surpresa e emocionada com a quantidade de pessoas presentes*. Agradeceu a todas as ONGS presentes mencionando a SAEC; Movimento Comunitário Vila Remo; Instituto Rukha Santos Mártires; Serviço Social Bom Jesus, entre outras. Também destacou a presença da UBS da região e Conselho Tutelar M'Boi Mirim. Agradeceu a massiva participação dos conviventes dos serviços socioassistenciais tais como Clube da Turma Bom Jesus, CCA Monte Azul, CJ Ranieri, CJ Rivieira, CJ Jardim Capela, CCA Copacabana, CJ Copacabana, entre outros.

• Regimento Interno

O adolescente representante da comissão regional e do Fórum DCA iniciou a leitura do Regimento interno. Conforme lia cada capítulo, questionava a plenária se havia alguma ressalva a ser feita. Não sendo manifestado nenhum destaque o Regimento foi aprovado. Muitas crianças presentes não compreenderam claramente o propósito do documento.

• Apresentação Cultural

A apresentação cultural foi feita por um grupo de palhaços composto por três jovens do CJ Ranieri. Ao som de "Brasileirinho", entre outros chorinhos, interagiram com as crianças presentes criando um ambiente de risos e confraternização.

1.2 – CONVENCIONAL

A Conferência Convencional teve início logo após o encerramento da Lúdica. Todos os participantes receberam cópias do regimento interno e as atividades começaram às 13h30min. As crianças e adolescentes que foram eleitos delegados do período da manhã permaneceram durante todo o dia. Alguns adolescentes participaram das discussões enquanto as crianças ficaram brincando nas dependências da organização com auxilio de alguns educadores do espaço.

• Composição da Mesa

Após a finalização do credenciamento, onde foi feita a atribuição da participação nas oficinas, a técnica do CJ Copacabana inicia a conferência convencional apresentando-se e agradecendo a todos os participantes e aos componentes da mesa por acreditarem na melhoria da região.

A mesa foi composta pelo presidente da SAEC, conselheiras tutelares, representante de um vereador, representante do CRAS M'Boi Mirim e adolescente representante do CJ Copacabana e Abrigo Capela do Socorro. As falas tiveram início com o presidente da SAEC que contou a sua história e a importância da organização comunitária na realização da conferência. Em seguida, o representante do vereador afirmou a importância do encontro na defesa dos direitos da Criança e do Adolescente e falou do direito a ser colocado em prática e do exercício democrático. Finalizou afirmando que *o resultado da luta do jovem de hoje será desfrutado pelo jovem de amanhã; os jovens continuam sendo o futuro do país*.

A representante do CRAS agradeceu e salientou a importância e a necessidade da divulgação deste tipo de evento. Deu especial destaque para a participação e envolvimento dos oficineiros que estavam ali voluntariamente, e que trabalharam para a ativa participação das crianças e adolescentes. Uma das conselheiras tutelares falou da importância da conferência e que esta *deveria ter sido mais bem divulgada.*

A conselheira tutelar representante da executiva da conferência agradeceu pela conferência lúdica que ocorreu no período da manhã, agradeceu os conselheiros tutelares que estão saindo e os que estão chegando e a todas as pessoas que ajudaram na organização, na produção do dia, na condução das oficinas e na cessão do espaço. Por fim, falou o adolescente que contou suas experiências e suas pretensões em participar de encontros como a conferência: *Minha mãe é usuária de drogas e eu vou lutar para mudar essa realidade*. Concluiu dizendo *não tenho vergonha de ser de abrigo, pois o que desejo é mudar a minha realidade e de muitas outras pessoas para melhor.*

• Regimento Interno

O Regimento Interno não foi lido em razão do entendimento de que este já havia sido aprovado no período da manhã, não havendo a necessidade de nova leitura e aprovação. É importante ressaltar que a grande maioria dos participantes esteve presente na conferência lúdica, enquanto observadores.

Assim, ao final da apresentação teatral a coordenação agradeceu aos oficineiros presentes e passou para a divisão dos eixos apresentando os temas e os responsáveis pela mediação do debate. Cada participante foi conduzido às oficinas divididas por eixo.

• Apresentação Cultural

A apresentação do teatro dos adolescentes do CJ Copacabana com a peça intitulada Life of Life, mostrou com clareza o prejuízo que as relações de influências negativas podem causar. Tratou das situações de drogadição, de rua, de violência e preconceito. Abordou a dificuldade de mudar esta realidade e apontou a fé como uma possibilidade de resgate e a importância do fortalecimento de vínculos saudáveis de amizade e família como mecanismos que dão força para a mudança.

2 – OFICINAS

2.1 – LÚDICA

Os oficineiros voluntários dos serviços socioassistenciais da região foram chamados ao palco indicando o eixo temático que cada um representava, conforme estabelecido pelo CONANDA para 2011. Desta forma, foram chamando os participantes de cada eixo para acompanhá-los para as salas das oficinas no andar térreo. No credenciamento, cada criança e adolescente recebeu no crachá a indicação da oficina em que participaria, garantindo uma distribuição igualitária. Ao final das atividades nas oficinas, todos os participantes saíram para o almoço e depois se dirigiram para a plenária final da conferência lúdica. O almoço oferecido era uma refeição e não um lanche, o que foi possível, segundo informação da comissão regional, graças à colaboração das organizações sociais envolvidas e o apoio da subprefeitura, além da contribuição das funcionárias dos serviços socioassistenciais no preparo dessas refeições.

<u>Oficina do Eixo 1</u>

Esta oficina contou com a participação de 12 meninas e 22 meninos entre 11 e 15 anos de idade, totalizando 34 crianças e adolescentes. O oficineiro responsável era o adolescente representante do Fórum DCA e da comissão regional. Muito embora o oficineiro abordasse o tema numa linguagem bem apropriada para o entendimento das crianças e adolescentes, a grande maioria não se interessou e apenas 5 ou 6 realmente debateram e mostraram interesse. No entanto, a discussão foi bastante proveitosa. Os participantes foram distribuídos em mesas e cadeiras. O oficineiro iniciou a atividade apresentando-se como participante da organização da conferência e disse que *as dificuldades e*

barreiras impostas são para calar a voz deles, por isso destacou que teriam que *aproveitar e fazer valer seus direitos*.

O foco no protagonismo estimulou a participação, pois *a sociedade não promove os direitos das crianças e adolescentes*, assim, ressaltou a importância da união e do trabalho em conjunto. Sempre brincando e descontraído com as crianças propôs que uma delas abrisse o ECA, lesse uma parte e explicasse o que entendeu. O jovem de 16 anos do CJ Ranieri leu o artigo 141 e quando disse não ter entendido para poder explicar, o oficineiro ressaltou a importância do ECA numa linguagem acessível, dizendo: *Não adianta ter os direitos, se vocês não são capazes de entendê-los*. Destacou que direitos são violados e mostrou de quem se deve cobrar.

O grupo abordou a polêmica do toque de recolher e neste processo o oficineiro desenvolveu o tema da participação política. Destacou as *falsas promessas de campanha* e o desinteresse do poder publico. *Por isso devem prestar muita atenção quando chegar a hora de vocês escolherem os governantes*. Logo em seguida houve a conferência das propostas de 2009 e foi concluído que nenhuma foi atendida com exceção da proposta de construção de mais espaços educacionais e culturais na região. Concluíram que foi atendida parcialmente a proposta de "um novo CEU, Centros Culturais e uma faculdade pública", pois identificaram que houve a construção de 2 CEUs na região durante o período.

Antes de iniciar a atividade de indicar propostas de 2011, o oficineiro explicou sobre o plano decenal destacando que nele estão as propostas que serão discutidas pelo grupo. Alguns participantes iniciaram então o processo de propor, discutindo a necessidade dos serviços socioassistenciais de proteção básica terem estrutura adequada, com profissionais qualificados e alimentação também adequada. Eles levantaram a necessidade de articular espaços regionais como fóruns e ONGs para que se unam e discutam propostas: *só nós sabemos das nossas necessidades, não podemos deixar quem não conhece nossa realidade responder por nós*.

A discussão engajou a ideia de protagonismo. *Não devemos pensar que não fazemos a diferença, pois podemos ser uma parte da mudança para multiplicar*. A adolescente de 16 anos do CJ Ranieri destacou que t*em estrutura, mas faltam condições e fiscalização na saúde, educação e lazer. Mas precisamos de mais transportes coletivos*. Também tocaram na questão da preservação, conforme indica a fala da menina de 14 anos do CJ Jardim Capela *Não adianta oferecer se destroem*, referindo-se a colegas que quebram escolas e centros de lazer. O adolescente de 13 anos do CJ

Jardim Capela concluiu que devem *Cuidar do que têm, cobrar isso dos colegas e impedir (a destruição) quando possível*.

Devido ao foco no protagonismo houve grande interesse por participarem como delegados da conferência municipal. Durante toda a discussão o oficineiro fez o registro nos dois instrumentais disponibilizados. Assim, escolhidos os delegados, finalizaram as atividades da oficina.

Oficina do Eixo 2

A atividade começou com 29 crianças, mas a todo o momento chegavam mais, atingindo o total de 50 participantes: 26 meninas e 24 meninos. Sentados em roda, a oficineira voluntária da organização Instituto Rukha iniciou a atividade indagando as crianças sobre o motivo de estarem ali e rapidamente explicou o que é a conferência. Disse que a cada 2 anos acontece a conferência e são feitas propostas de melhoria para as crianças e adolescentes da região: além *de pedirmos temos também que conferir se o que foi pedido foi cumprido pelas autoridades competentes*. Em seguida a oficineira distribuiu folhas e canetas explicando que *todos vão colocar no papel as propostas que querem fazer*. Também apresentou o exemplar do ECA que todos receberam no credenciamento.

A planilha com as propostas 2009 foi apresentada, mas não foi preenchida pelas crianças.

A oficineira elaborou questões para as crianças, com base nas propostas feitas na Conferência 2009, como forma de conferir e ajudar a elaborar novas propostas. No debate sobre combate à violência uma criança de 11 anos colocou que *os policiais abordam as crianças com muita braveza, não conversam com as crianças*.

Enquanto a oficineira trazia informações sobre a região ela viabilizava a participação das crianças, sendo possível tanto traduzir o conteúdo das propostas 2009 como levantar novas. Neste sentido as principais questões levantadas foram: a proporcionalidade do número de habitantes e o número de conselhos tutelares; a necessidade de diminuir a média de 40 a 45 alunos por sala de aula; qualidade dos profissionais da educação e situações vividas de violência escolar.

Sobre a educação algumas crianças disseram que os profissionais da educação não respeitam os alunos. Disseram que *na escola a diretora falou comigo com palavras inadequadas, ela que deveria dar o exemplo,* ou ainda *quando a gente questiona algo tem professor que não responde*. O grupo identificou que hoje todos têm acesso â escola, porém a qualidade da educação é muito baixa. Na questão do desrespeito e violência por parte dos professores para com os alunos discutiram que

quando é o aluno que chega agressivo na escola com problemas pessoais, ninguém sabe como lidar com isso; por isso a importância de se ter profissionais de psicologia e sociologia nas escolas. Por fim, encerraram este tema destacando o processo de matrícula que não respeita a proximidade da residência e muitas vezes separam crianças e adolescentes de uma mesma família.

Ao final a oficineira leu as propostas que redigiu com base nas discussões e colocações, submetendo-as à aprovação do grupo que as considerou aprovadas por aclamação. A facilitadora explicou o papel dos delegados e informou que serão necessários 5 delegados. Apresentaram-se muitos candidatos e foram eleitos 10, sendo que os 5 primeiros mais votados foram delegados e os outros 5 seus suplentes.

Oficina do Eixo 3

Esta oficina contou com a participação de 46 crianças e adolescentes, sendo a grande maioria do sexo feminino (cerca de 30). Eram dois oficineiros educadores do CCA Copacabana. Houve uma intensa e ativa participação de todos.

Os oficineiros começaram explicando os eixos e o que seria feito, apresentando os instrumentais de elaboração de propostas. Assim, abriram o debate em roda com os adolescentes. Neste sentido, solicitaram que os participantes indicassem as necessidades do bairro.

Uma das crianças participantes conduziu a discussão para questões pessoais, a partir de suas experiências, tais como a frequência de ausência dos professores, alguns tratam os alunos sem respeito o que reflete na postura negativa à convivência por parte dos alunos. Outro adolescente focou a discussão no protagonismo colocando que *não deveriam ficar só criticando, mas deveriam agir*. Assim destacou o protagonismo como parte fundamental da superação das situações negativas da escola. A partir das análises sobre a relação com os professores, surgiu na discussão à proposta de qualificação desses profissionais.

Quando questionados sobre as necessidades da região, os participantes elencaram a falta de segurança e necessidade de melhorar a saúde pública, o que significa ampliar o número dos profissionais e de serviços e também mais investimento na área social, em geral, com ampliação da rede em parceria com as organizações sociais.

Conforme as discussões ocorriam os oficineiros escreviam as questões apontadas pelos adolescentes em uma cartolina. A partir desse registro eles preencheram o instrumental. A cartolina foi dividida

em problemas e soluções e a mesma foi apresentada na plenária. Com base nos temas das necessidades de atendimento psicossocial, mais espaços de lazer, melhorias na saúde e capacitação dos profissionais da educação, as discussões focaram as formas de assumir o papel de protagonista e participar nas políticas de crianças e adolescentes.

No final foram lidas e aprovadas as propostas discutidas pelos presentes. Foi também explicado o papel dos delegados de representar e defender as propostas tiradas na região, para que todos pudessem manifestar seu interesse. Os que se apresentaram foram eleitos por aclamação.

No final dos trabalhos, um dos oficineiros entoou uma canção capoeirista com o seu berimbau.

Oficina do Eixo 4

Participaram desta oficina, 36 crianças e adolescentes entre 8 e 14 anos de idade, sendo 22 meninas e 24 meninos. A oficineira pediu que os jovens se acomodassem em roda para desenvolver as atividades. Tratava-se de um grupo bastante diversificado em termos etários. Ela explicou os objetivos da oficina, a necessidade de se verificar quais direitos são respeitados e quais não são. Contou a experiência da conferência de 2009 e a importância de conferir se as propostas daquele ano foram respeitadas e implementadas.

Para facilitar a interação, a educadora propôs a divisão dos jovens em 4 grupos, 3 de crianças e 1 de adolescentes. Para as crianças pediu que desenhassem o que não existe em seus bairros e que desejariam que tivesse. Para os adolescentes perguntou quais direitos eles sentiam que não eram respeitados em seu cotidiano. A educadora sentiu que a proposta havia ficado abstrata demais para os menores e procurou traduzi-la. Produziu rapidamente cartazes com perguntas para as crianças: *Existe nos bairros de vocês um lugar para que as crianças conheçam quais são os seus direitos? Foi construído um lugar como esse?* e a resposta foi negativa. De grupo em grupo ela ia passando e perguntando se as propostas de 2009 haviam sido contempladas, tentando se aproximar da linguagem das crianças.

Os adolescentes ficaram muito concentrados na proposta, discutindo entre eles. As crianças tiveram mais dificuldade em se organizar. Com a mediação da educadora, elas ficaram mais envolvidas e conseguiram relacionar seus desenhos à proposta inicial.

Com a produção dos desenhos concluída, a educadora tentava traduzir o conteúdo das obras em temas. Surgiram: a necessidade de espaços de lazer, ausência de arborização, ruas não asfaltadas e

falta de espaço para a prática esportiva. Assim, juntando as colocações dos dois grupos chegaram às propostas de implantação de uma biblioteca, melhores escolas, mais áreas de lazer, mais espaços culturais, atendimento adequado em UBS, transporte escolar gratuito, parques gratuitos para todas as idades, árvores, praças, piscinas e ruas asfaltadas.

Ao final, as propostas foram lidas e aprovadas por todos os participantes. Após a explicação do papel e da importância dos delegados, os que manifestaram interesse foram eleitos por aclamação.

Oficina do Eixo 5

Este grupo teve a participação de 28 crianças e adolescentes, sendo 13 meninas e 15 meninos, e foi conduzido por 3 facilitadores (1 homem e 2 mulheres). Os participantes tinham entre 10 e 17 anos, sendo a maioria de adolescentes. Os oficineiros acomodaram os participantes em roda, deixando disponível um cartaz na parede. Primeiro perguntaram as razões de estarem ali presentes e em seguida apresentaram o eixo temático. A participação foi variada, os adolescentes foram mais ativos nas discussões, ficando o grupo de menor idade distanciado das colocações.

O instrumental de conferir e de propor foi lido e discutido em grupo. Os temas mais debatidos foram: a linguagem não apropriada do ECA, mecanismos de transparência do orçamento exclusivo a crianças e adolescentes e o protagonismo das crianças e adolescentes. De uma maneira geral, identificaram que das 9 propostas de 2009 para o eixo 5, somente 2 foram parcialmente realizadas, sendo estas a discussão do ECA realizada nos serviços socioassistenciais e não nas escolas, e a motivação de participação dos jovens também somente nesses espaços. Neste caso, perceberam que foi mais intenso este movimento quando se aproximou o período da conferência.

Nas discussões sobre violência nas escolas, os participantes identificaram que os profissionais não estão preparados e que *não tem policiamento nas ruas das escolas, só quando tem briga; saio da escola as 11h:00 e não tem ninguém, caminho sozinha, sem luz, no escuro.* Quando discutiram o acesso à cultura perceberam que não há acesso *a não ser por projetos do VAI que atuam de forma descentralizada e fragmentada*. Por fim, concluíram que o protagonismo é prejudicado na medida em que não existe incentivo à *participação no teatro, grêmio e jornal da escola*.

Conforme discutiam, os oficineiros registravam e sistematizavam as colocações no instrumental. Em seguida, iniciaram o processo de proposição e optaram por elaborar somente uma. Por isso, em grupo votaram os dois temas principais, sendo estes a linguagem adequada do ECA e a transparência do orçamento municipal destinado a crianças e adolescentes.

Uma das adolescentes do grupo foi eleita relatora e fez o registro das propostas no instrumental de propor 2011. O grupo aprovou a elaboração e em seguida, depois de explicada a função dos delegados, esses manifestaram o interesse em participar. Cada interessado manifestou as razões de se entenderem bons representantes do grupo. Neste momento, aqueles que não participaram ativamente foram questionados pelo grupo. No final, foram eleitos 3 delegados conforme maior proporção de votos.

2.2 – CONVENCIONAL

A divisão dos participantes foi alterada, porque foram diversas as manifestações para que todos estivessem num único espaço qualificando o debate. Conforme já mencionado, alguns dos adolescentes participantes no período da tarde não estiveram presentes no período da manhã por estarem em suas escolas. Assim, após certo tumulto, todos os participantes permaneceram em um único grupo de debate.

Todos se reuniram numa grande roda para debater e decidir as novas propostas referentes a todos os eixos. O adolescente representante do Fórum DCA e da comissão organizadora iniciou as atividades destacando a importância do conhecimento dos direitos no cotidiano. Em seguida, apresentou os mediadores e suas instituições: SAEC, Associação Monte Azul e Instituto Rukha. A educadora fez um discurso sobre os direitos de crianças e adolescentes e alertou sobre os serviços básicos oferecidos pelo governo que *são pagos por nós cidadãos pagadores de seus impostos e que nenhum desses serviços é favor e sim uma obrigação do governo nos proporcionar, nada mais é do que nossos direitos*. Falou sobre a importância de se conhecer o ECA e fazer dele *um livro de cabeceira*. Incentivando a todos, deu dicas de como tirar dúvidas sobre o ECA e colocou os educadores dos CCA's à disposição.

Outro educador começou a ler o ECA, escolhendo os seus primeiros artigos. Complementado pela fala de que *a cidade é aqui também; moramos aqui, então as coisas têm que acontecer aqui* a discussão passava a ter maior interação e então um dos participantes interferiu afirmando que *a televisão transmite uma imagem distorcida da periferia*. Uma participante afirmou: *A mídia vem na nossa região só para mostrar as coisas ruins; é ela que faz a imagem da periferia*. Neste momento, os debates propositivos surgiram de maneira espontânea. Toda participação levava a algum questionamento e formulação de propostas.

A participação foi intensa, tanto na problematização, quanto na redação das propostas, averiguação do responsável pela execução, organização por eixos e prioridades.

Diversas temáticas foram abordadas, destacando-se: a desmarginalização da periferia, melhoria da rede de seguridade social na região, incluindo abrigos, creches, clinicas para crianças com necessidades especiais, acesso à cultura, programas municipais de esclarecimento sobre a diversidade sexual, dentre outras.

Como todo o trabalho de discussão e elaboração de propostas foi feito de forma conjunta, o grupo entendeu não haver necessidade de votação e todas as propostas foram aprovadas por aclamação. Os que tinham interesse em ser delegado se inscreveram, mas ainda sobrou vagas, questão a ser solucionada na plenária final.

3 – PLENÁRIA

3.1 – LÚDICA

Após o almoço, algumas crianças e adolescentes tiveram que ir à escola e não puderam participar da plenária final, quando, as propostas de cada eixo foram lidas e aprovadas. Os delegados escolhidos nas oficinas eram chamados ao palco para que expusessem as razões de suas candidaturas como delegados da região. A cada apresentação do delegado e seu suplente a plenária era questionada sobre sua aprovação. Todos foram ovacionados pelos participantes e a plenária foi encerrada com uma apresentação musical. A Conferência foi encerrada às 13h30min.

3.2 - CONVENCIONAL

Após o encerramento dos debates teve a distribuição de lanches. No início da plenária os adolescentes que não puderam participar no período da manhã manifestaram interesse em sair delegados. A comissão organizadora notou que tanto no período da manhã como da tarde havia vagas sobrando, então acolheu o desejo dos adolescentes, que se organizaram pouco antes do início da plenária. Após a explicação desta solução quanto aos delegados, a coordenadora chamou a atenção para a aprovação das propostas, porém, a plenária se manifestou a favor de aprovação delas sem a leitura, uma vez que o processo de discussão e elaboração não ocorreu em grupos separados. A sugestão foi submetida à consulta e aprovada pela plenária. Em seguida, por aclamação, deram por aprovadas as propostas tiradas no grupo.

Para a ratificação dos delegados eleitos no grupo, cada um era solicitado a apresentar-se no palco e explicitar as razões e a capacidade de representar os interesses da região. Conforme cada um se apresentava juntamente com o suplente, a plenária ratificava a votação. Todos foram aprovados e a Conferência foi encerrada às 17h00. Depois da apresentação musical de um grupo de jovens de serviço socioassistencial da região.

4 – PROPOSTAS

4.1 – LÚDICA

➤ Eixo 1 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

- Respeitar o direito de ir e vir dos jovens. Não ao toque de recolher, mais segurança para as crianças e adolescentes poderem andar tranquilos nas ruas.
- Efetivação e divulgação de fóruns e espaços de discussão dos problemas sociais da comunidade, incentivando a participação e engajamento da comunidade na busca por soluções.
- Criação, reforma e ampliação de escolas, creches, centros de cultura, esportes, lazer, hospitais e postos de atendimento médico, com infraestrutura, equipamentos de qualidade, profissionais capacitados. Assim como limpeza e manutenção adequados e profissionais para garantir a qualidade nos serviços.
- Mais fiscalização destes espaços e profissionais.

➤ Eixo 2 – Proteção e Defesa dos Direitos

- Aumentar o número de professores em sala de aula.
- Oferecer capacitação aos professores.
- Providenciar psicólogo e assistente social nas escolas.
- Aumentar o número de conselheiros tutelares compatível com o número de habitantes da região.

➤ Eixo 3 – Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes

- Necessidade de Centros Psicossociais.
- Mais investimento na área social em geral (ex. ONGs).
- Mais espaços culturais (aumento no numero de vagas).
- Melhorar a saúde publica.
- Capacitação contínua de atualidades aos professores.

➤ Eixo 4 – Controle Social da Efetivação dos Direitos

- Bibliotecas.

- Melhores escolas
- Zoológico (Áreas de lazer).
- Teatro (Espaço Cultural).
- Atendimento adequado em UBS.
- Transporte escolar gratuito.
- Parques gratuitos para todas as idades.
- Parque de diversões.
- Parque da Sociedade.
- Quadras de futebol e vôlei.
- Árvores, praças e piscinas.
- Ruas asfaltadas.

➢ Eixo 5 – Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

Todas as propostas deste eixo foram consideradas de prioridade 1 com prazo médio (de 1 a 2 anos).

- Criar um departamento de promoção do ECA em linguagem dos adolescentes e crianças atuando nas escolas, ONGs e Associações. Cabe ao Conselho Tutelar realizar e ao CMCDA fiscalizar. É possível com a destinação de verba do FUNCAD.
- Mecanismo de transparência do orçamento por meio de relatório especificando os gastos com segmento de crianças e adolescentes, divulgando em jornais, TV's, rádios, escolas, ONGs, com linguagem acessível aos adolescentes e crianças. Cabe à Câmara Municipal realizar e ao CMCDA fiscalizar. É possível com a especificação dos gastos por segmento.

4.2 – CONVENCIONAL

➢ Eixo I – Promoção dos Direitos de Crianças E Adolescentes

Todas as propostas deste eixo foram consideradas de prioridade 1 com prazo médio (de 1 a 2 anos.)

- Criar espaços acolhedores da diversidade sexual e Centro de Referência da Diversidade Sexual em M'Boi Mirim. Responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e Secretaria Municipal de Educação.
- Criar meios educacionais para crianças terem ciência dos seus direitos, incluindo na grade curricular e articulando os agentes do sistema de garantia de direitos. Responsabilidade do Conselho Tutelar, Fórum DCA e Secretaria Municipal de Educação.

- Ações de prevenção e conscientização do consumo abusivo e dependência química. É responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal Educação e Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.
- Ampliar os serviços de capacitação profissional de jovens e adultos com foco na geração de renda e primeiro emprego. É de responsabilidade da Secretaria Municipal do Trabalho, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Educação.
- Professores e Médicos qualificados para atendimento de qualidade e humanizados. Os responsáveis são a Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde.

➢ Eixo 2 – Proteção e Defesa dos Direitos

Todas as propostas deste eixo foram consideradas de prioridade 1.

- Ampliar número de vagas e melhorar a didática em Instituições de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, promover o convívio familiar e comunitário. É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Prazo médio (1 a 2 anos).
- Ações de prevenção e combate ao preconceito com comunidades e indivíduos da periferia. A execução cabe à Secretaria Municipal da Educação e à Secretaria Estadual de Educação. Prazo médio (1 a 2 anos).
- Fomento para a constituição de ONGs ampliando o número de vagas e serviços socioassistenciais. Responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e da Secretaria de Participação e Parceria. Prazo médio (1 a 2 anos).
- Implantar unidades especiais de saúde. A responsabilidade é da Secretaria Municipal de Saúde. Curto prazo (menos de 1 ano).
- Diversidade sexual e sexualidade deveriam fazer parte dos parâmetros curriculares. Responsabilidade das Secretarias Municipal e Estadual de Educação. Curto prazo (menos de 1 ano).
- Implantação de CAPS, Leitos Hospitalares e Moradia Assistida em M'Boi Mirim. A responsabilidade é da Secretaria Municipal de Saúde. Curto prazo (menos de 1 ano).

➢ Eixo 3 – Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes

Todas as propostas deste eixo foram consideradas de prioridade 1.

- Espaços de lazer, esporte e cultura (entretenimento), com oferta de educadores e oficineiros. Responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Secretaria de Participação e Parcerias. Prazo médio (1 a 2 anos).

- Ampliar os serviços de capacitação profissional de jovens e adultos com foco na geração de renda e primeiro emprego. Responsabilidade da Secretaria Municipal do Trabalho, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e Secretaria Municipal de Educação. Prazo médio (1 a 2 anos).
- Oferta de Oficinas culturais pela Secretaria Municipal de Cultura e Lazer. Curto prazo (menos de 1 ano).

➢ Eixo 4 – Controle Social da Efetivação dos Direitos

Todas as propostas deste eixo foram consideradas de prioridade 1.

- Criar canais de comunicação para promover na comunidade rede e articulação. Responsabilidade da Subprefeitura e Terceiro Setor. Prazo médio (de 1 a 2 anos).
- Capacitação dos profissionais da Educação, Assistência Social, Saúde para promoção de conhecimento sobre o ECA com linguagem acessível. Responsabilidade do CMDCA; Conselho Tutelar e Fórum DCA. Prazo médio (de 1 a 2 anos).
- Constituir e fortalecer o Fórum dos Direitos de Crianças e Adolescentes que deve articular as ONGs e usuários da região para participar. Responsabilidade do CMDCA; Conselho Tutelar, Fórum DCA e Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Prazo médio (de 1 a 2 anos).
- Constituir Conselho Tutelar por bairro, começando com a divisão do atual entre distrito Jardim Ângela e Jardim São Luis. Responsabilidade da Secretaria Municipal de Participação e Parcerias. Curto prazo (menos de 1 ano).

➢ Eixo 5 – Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

Todas as propostas deste eixo foram consideradas de prioridade 1.

- Ampliar e monitorar Programa de Transferência de Renda. Responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde. Prazo médio (de 1 a 2 anos).
- Mecanismo de Prestação de Contas dos gastos públicos exclusivo com Crianças e Adolescentes, divulgando em TV, rádio, ONGs e Escolas. Responsabilidade da Câmara Municipal e Prefeitura. Curto prazo (menos de 1 ano).
- Fortalecer os conselhos gestores de Saúde, Educação, Assistência Social, divulgando em ONGs e escolas. Responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, da

Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Saúde. Prazo médio (de 1 a 2 anos).

5 - COMISSÃO REGIONAL

REPRESENTAÇÃO	NOME
Assistência Social	Alessandra Rosalino Martins
Subprefeitura	Izabel Magalhães
Conselho Tutelar	Maria Aparecida Barbosa Santos Paula Vanessa P S Dionísio
Fórum DDCA Regional/Municipal	Daiane Araújo dos Santos Carlos Alberto de Souza Junior
Adolescente	Tamyla Souza Santos
Apoio da Comissão	Claudinéia dos Santos Pedro

6 - DELEGADOS

6.1 – LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Monique Ellen Santos Lima	Pamela Martins das Neves
Marina Seara Barbeiro	Wellington da Silva Andrade
Vitória Carolina Costa da Silva	Larissa Vistoria de Assis
Mateus Lima da Costa	Joel da Silva Mendes Cabral
Flavia de Farias	Mikaella Santos Ferreira
Marcos Antonio Carmo dos Santos	Ingrid dos Santos Ferreira
Beatriz Santos Souza	Guilherme Fernandes
Willian Alan	Laura Victoria da Silva Santos
Cleidson Givaldo	Ericles Santiago
Thays de Oliveira Gelo silva	Fernanda Rodrigues Barbosa
Fiama Brenda Barbosa Santos	Thais Naira Rocha da Silva
Alison Cesar Batista	Victoria Silva Gonzaga
Damarys Santos Oliveira	Mileni Cabral Espudaro
Samuel Martins Dionízio	Jonathan Fabio Pereira Martins Silva
Leandro Pereira de Oliveira	Marcella Iris Gonçalves Terra
Kaique Maciel de França	Fernanda Dias Santos
Fernanda Marcolino da Silva	Lucas Mateus Santos da Conceição
Alexandre Marques Barbosa	John Peres Pereira
Roberto Moreira Barbosa	Anderson da Silva Almeida
Gustavo Mota de Farias	
Mariana Gomes Peixoto da Silva	

6.2 – CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTES
Glenavan Popim Alcazar	Patrícia Fernanda Moutinho
Wellington Liberato	Miroel José Santana Junior
Fabio Batista da Silva	Rosevania Gomes da Cruz
Gislaine Cristina Alves dos S. Oliveira	Isabel Cristina Nascimento Ciriaco
Rodrigo de lima Abreu	Alberto De oliveira Newton
Robson Albuquerque Pessoa	

M'BOI MIRIM/JARDIM SÃO LUÍS

INTRODUÇÃO

As Conferências Lúdica e Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente de M'Boi Mirim/Jardim São Luís foram realizadas no dia 25 de novembro de 2011, das 8:00h às 17:00h na EE Antonio Manoel Alves de Lima, situada na Rua Pietro Casella, nº 7, Jd. São João. Contou com a presença de 226 participantes, sendo que crianças, adolescentes e adultos foram contabilizados em uma única lista de presença sem identificação de faixa etária. No entanto, foi constatada a presença de 145 crianças e adolescentes e apenas 8 adultos participando das oficinas. Provavelmente a lista de presença incluiu convidados, observadores, acompanhantes e outros que não participaram das oficinas.

As Conferências Lúdica e Convencional foram realizadas em conjunto, devido à presença de poucos adultos. Os participantes eram, em sua maioria, alunos da EE que sediava o evento, além de crianças e adolescentes da EE General Degol, ONG CRESCER e CEI Jardim Klein. Quanto aos adultos, estavam presentes representantes do Lar Maria Albertina, do Projeto Pinderê, alguns professores da EE Antonio Manoel Alves de Lima, dois conselheiros tutelares recém-eleitos e membros da comissão organizadora.

O credenciamento iniciou com atraso de mais de uma hora, pois passou a ser organizado a partir da chegada do representante da sociedade civil no CMDCA. Após cada participante assinar a lista de presença, receber o crachá, pasta contendo caneta, uma folha de papel sulfite, programação do dia e cópia do Regimento Interno, todos seguiram para outra mesa a fim de efetuar a inscrição na oficina que iria participar. O lanche foi servido no refeitório.

CONFERÊNCIAS LÚDICA E CONVENCIONAL

1 – ABERTURA

A abertura teve início às 10h35 e o evento foi conduzido pelo representante do CMDCA. Não houve a solenidade com execução do Hino Nacional.

- Composição da Mesa

Compuseram a mesa, uma representante das crianças e uma representante dos adolescentes, uma conselheira tutelar do Jd. São Luís e membro da comissão organizadora, a representante da

Secretaria de Negócios Jurídicos no CMDCA, o Diretor da EE Antonio Manoel Alves Lima e o subprefeito de M'Boi Mirim.

Após todos se pronunciarem saudando os presentes, o subprefeito fez um discurso breve ressaltando a importância do exercício da cidadania na participação das Conferências e na eleição de representantes.

• Regimento Interno

O Regimento Interno da Conferência foi lido e a plenária, maciçamente composta de crianças e adolescentes, não apresentou destaques. Assim, o Regimento foi aprovado sem qualquer alteração.

• Apresentação Cultural

Houve apresentação de teatro realizada por grupo de adolescentes da ONG CRESCER, intitulada "O que há de errado neste mundo?" O drama retratava mazelas sociais expostas diariamente nos telejornais, como preconceito, assassinatos passionais, as conturbadas relações entre alunos/professores e pais/filhos, uso de drogas por adolescentes e a relação destes com o tráfico. O narrador e um dos protagonistas da peça manifestaram-se dizendo que o problema do jovem é individual, isto é, que qualquer jovem é capaz de mudar de hábitos e até de vida a partir de sua própria vontade. Também afirmaram: *Quem faz a escola são os alunos, se a escola é ruim, é culpa dos alunos!* Ao final dessa apresentação, o mesmo protagonista discursou pela evangelização, identificando-se como integrante da ONG Força Jovem, ligada à Igreja Universal.

Uma jovem de nome Geovana interpretou 3 peças musicais no teclado: "A Banda", "Como é grande o meu amor por você" e "Somewhere over the rainbow".

O representante do CMDCA ressaltou que o espaço da Conferência de 2011 deve ser aproveitado para conferir se os direitos das crianças e dos adolescentes da região do Jardim São Luis estão sendo garantidos. Expôs brevemente o histórico e a importância das Conferências e afirmou que a voz e a opinião das crianças e dos adolescentes são necessárias para a garantia dos seus direitos. Finalizou explicando que à tarde, todos estariam agrupados nas oficinas que haviam escolhido e mostrou as salas em cujas portas estavam os cartazes com a indicação dos Eixos. Terminada a cerimônia de abertura, o almoço preparado pelas merendeiras foi servido no refeitório.

2 – OFICINAS

Às 13h00 tiveram início os trabalhos das oficinas, sem a separação da Lúdica e da Convencional. Não houve restrição de faixa etária para inscrição dos participantes nos eixos propostos, os quais foram livremente escolhidos por crianças, adolescentes e adultos.

Eixo 1 – Promoção dos direitos de crianças e adolescentes

Participaram deste Eixo 26 pessoas, sendo 7 adultos e 19 crianças e adolescentes com idades variando de 10 a 17 anos, dos quais 8 meninas e 11 meninos. O mediador do grupo iniciou com uma introdução sobre a proteção especial às crianças e adolescentes e resumiu verbalizando: *As crianças e adolescentes são iguais aos adultos, portanto têm direitos iguais, mas as crianças e adolescentes precisam de mais proteção*. Esclareceu a importância do ECA e seus objetivos principais.

A metodologia foi a divisão em grupos para conferir as propostas de 2009 e sugerir novas para a Conferência Municipal. A divisão em grupo foi por proximidade das pessoas. Por coincidência, os adultos estavam juntos e assim foram formados dois grupos compostos por crianças e adolescentes e um só de adultos.

O mediador orientou a cada grupo, que elegesse um relator e um coordenador e em seguida iniciaram as discussões.

Em um dos grupos composto por crianças e adolescentes, as crianças tiveram dificuldades em trabalhar com o instrumental de conferência contendo as propostas de 2009, onde deveriam elencar os avanços e dificuldades, desafios, nível de prioridade e prazos de execução. Além disso, tinham que preencher outro instrumental, onde deveriam formular novas propostas, registrar quem executa ou está executando, formas de monitoramento, como implementar, nível de prioridade e prazo de execução. Sendo assim, houve necessidade do mediador esclarecer cada um dos tópicos, estimular a discussão e auxiliar no preenchimento.

Esse grupo sentiu também dificuldades em aprofundar as discussões, visto que havia entre eles, alguns meninos aparentando ter 09 ou 10 anos de idade que não conseguiam adequar-se às regras estipuladas pelo grupo e estavam mais interessados em transitar pela sala e falar sobre outros assuntos. Diante disso, o mediador separou-os do restante e eles permaneceram até o final da oficina brincando com massa de modelar.

Ainda permaneceram nesse grupo dois meninos com a idade aproximada de 10 anos, porém aparentemente mais maduros que os outros. Esses participaram ativamente da conversa com os adolescentes. Inclusive as propostas sugeridas pelo grupo foram elaboradas a partir de ideias de uma criança que entre outras coisas, disse: *Num lugar lá perto de casa tem uma fábrica abandonada, eles poderiam construir um parque, mas construíram uma Fundação Casa*. Outra preocupação apresentada por esse grupo foi a falta de cursos profissionalizantes realizados por profissionais especializados.

O outro grupo de crianças composto por meninas e meninos na faixa dos 12 anos trabalhou de forma quase silenciosa. Elaboraram várias propostas, quase todas sugeridas pelo mesmo menino que relatou e coordenou a discussão. Esse grupo confeccionou cartazes em cartolina.

O grupo de adultos era predominantemente formado por professores da própria escola em que acontecia a conferência, além da presença de uma participante que representava a União Brasileira de Mulheres. A discussão se deu inicialmente com os mais variados assuntos, abordando inclusive temas alheios à Conferência. Ao final do tempo programado para as discussões, viram-se obrigados a avaliar rápida e sucintamente as propostas de 2009 e preencheram o instrumental para propostas de 2011.

Já passado o horário previsto para o término da oficina, um representante da comissão organizadora informou que deveriam ser eleitos 05 delegados representando as crianças e os adolescentes, e 02 delegados representando os adultos. Tal informação não foi repassada à totalidade dos participantes, pois as crianças e adolescentes não foram devidamente informados.

A indicação dos delegados foi feita após a apresentação das propostas no grupo. O mediador escreveu os nomes dos candidatos em uma folha e os participantes marcaram com a letra "X" ao lado do nome escolhido. Todos os candidatos foram eleitos, mas não houve escolha de delegados suplentes, por esquecimento do mediador. A oficina foi encerrada sem a eleição dos delegados adultos.

Eixo 2 – Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Estavam presentes 34 participantes entre crianças e adolescentes, sendo 22 meninas e 12 meninos, com idade variando de 11 a 16 anos aproximadamente. A mediadora dividiu os participantes em seis grupos, devendo cada um deles discutir um tema já estabelecido: Escola, Moda, Infância, Música, Amizade e Preconceito. Após a discussão, cada grupo apresentou uma síntese e sugeriu que

houvesse intervenções dos demais. Outra pessoa chegou para auxiliar o grupo agindo como uma facilitadora nos debates. Houve grande participação e a maioria, expressou suas opiniões acerca dos temas propostos:

• Música: *Música é pra se divertir. É um jeito de o músico expressar seus sentimentos.*

• Infância: *Infância é tempo para aproveitar, bagunçar, espernear. É tempo de fazer coisas que lembrará quando crescer.*

• Amizade: *Ter alguém com quem se pode contar. Alguém com quem você possa ser você mesmo. Tem amizade falsa e verdadeira. A falsa te leva pro mau caminho.*

• Escola: *É um lugar chato, mas ao mesmo tempo legal, onde aprendemos coisas novas. A escola é importante para conseguirmos um emprego.*

Os participantes iniciam uma polêmica: Quem é ruim, os alunos ou os professores? Para a maioria, os alunos é que são ruins; uma menina defende que são ambos, porém sua ideia não é bem aceita pelos demais. A mediadora conclui o debate dizendo: *Se não fosse pela escola vocês estariam na rua*.

• Preconceito: *É um julgamento errado sobre uma pessoa, sem conhecer. Preconceito não é só uma questão de cor, mas também de dinheiro. Ele precisa acabar. Preconceito envolve muitas coisas. Sotaque, hábitos, jeitos de se vestir. Envolve bullying.*

Há intervenção da facilitadora: *Vocês acham que vale a pena para alguém que sofre preconceito ir atrás da pessoa que o cometeu para conversar?* Alguns respondem que sim e outros dizem que a pessoa não deve dar bola, nem procurar quem a ofende.

• Moda: *Moda é você se sentir bem consigo mesma, sem ligar para o que os outros pensam. É ter estilo próprio.*

Em seguida as crianças e adolescentes começaram a debater assuntos que traziam à tona aleatoriamente. O primeiro deles foi sobre educação.

- *Educação você traz de casa*

A facilitadora perguntou se a educação vinha apenas de pai e mãe.

- *Não*, respondeu uma menina. *Vem da sua convivência com outras pessoas também*.

Uma criança disse que *a educação vem da própria consciência. Educação é respeitar ao próximo assim como você mesmo quer ser respeitado*.

Novamente a facilitadora perguntou: “A falsidade tem a ver com caráter ou educação?” As crianças responderam, em aparente consenso, que a falsidade provém do (mau) caráter.

Discutiram gírias, dança e uma das crianças afirmou que falar gírias é *não respeitar a si mesmo*. Esta afirmação não foi bem aceita pelos demais, que viam no uso de gírias uma forma normal de expressão. Uma criança disse que *é coisa de favelado*, enquanto outra apontou como *uma forma coloquial de falar*.

Em seguida discutiram sobre dança, e um dos adolescentes, incentivado pelos colegas, dançou street-dance imitando movimentos de um robô, e foi aplaudido por todos.

Os participantes foram novamente divididos, desta vez, em quatro grupos para que discutissem sobre o tema do Eixo, avaliação dos últimos 2 anos e formulação de propostas. Devido ao fato da oficina ter estendido o horário muito além do previsto, fez-se uma rápida discussão, sem aprofundamento.

Ao final destas discussões, foram eleitos 6 delegados titulares e 6 suplentes.

Eixo 3 – Protagonismo e participação da Criança e do Adolescente

A mediadora do grupo propôs que o tema fosse "Fortalecimento dos sistemas de garantia de Direitos". Estavam presentes 40 participantes entre crianças e adolescentes, sendo 24 meninas e 16 meninos, com idade variando de 11 a 16 anos aproximadamente.

As crianças e adolescentes foram organizados em roda e no centro ficou uma mediadora.

Havia também uma segunda mediadora, que chegou quando as discussões já estavam adiantadas.

A oficina iniciou com o Ato de Conferir. A mediadora lia as propostas de 2009 e as comentava. Em seguida perguntava ao grupo se havia acontecido algo que garantisse os seus direitos nesses dois anos passados. Houve pouca participação, os presentes manifestaram suas opiniões apenas em momentos isolados.

O tema Violação dos direitos das Crianças e Adolescentes foi introduzido e após perguntar ao grupo o porquê da falta de denúncias, concluiu essa etapa da discussão, sem a participação ativa dos presentes, com a seguinte afirmação: "Não falam nada por medo de ameaças".

Na sequência comentou sobre o Disk 100 e a rede de Assistência Social, no entanto não houve aprofundamento nas discussões, pois a mediadora, apesar de sorridente e simpática, apresentava postura impositiva, dificultando a participação das crianças e adolescentes que aparentavam não estar suficientemente à vontade para se expressarem livremente.

Houve certa dispersão devido ao intenso fluxo de entrada e saída da sala por parte dos presentes, que diminuiu consideravelmente após repreensão aplicada por uma das mediadoras. A oficina seguiu tendo como principal preocupação o preenchimento do instrumental de propostas de 2011. A mediadora que iniciou a oficina possuía grande conhecimento de termos técnicos e siglas dos serviços sociais, entretanto por vezes foi possível notar que as crianças e os adolescentes não entendiam o significado do que estava sendo dito devido à utilização de vocabulário rebuscado.

Durante a formulação de propostas, com pouco tempo restando para o término da oficina, qualquer simples ideia compartilhada no grupo era prontamente transformada em proposta, mesmo sendo um tema polêmico. Foi o caso de uma participante que mencionou o "toque de recolher" como medida de precaução para que crianças e adolescentes não ficassem tão expostos à violência e drogas. Não houve discussão, aprofundamento ou esclarecimentos por parte das mediadoras.

A indicação dos delegados se deu de maneira simples, os interessados se candidataram e foram eleitos através de votação.

Eixo 4 – Controle Social da Efetivação dos Direitos

Estavam presentes 33 participantes entre crianças e adolescentes, sendo 17 meninas e 15 meninos, com idade variando de 09 a 17 anos aproximadamente. Não havia adultos presentes.

Devido à extensa variação de faixa etária e a grande quantidade de participantes a serem conduzidos por apenas um mediador, ele optou por manter postura bastante rígida, exigindo silêncio, disciplina, e que todos permanecessem sentados e encostados na parede ao redor da sala de aula.

Iniciou a oficina com uma introdução sobre os direitos das crianças e adolescentes afirmando que o ECA seria o principal responsável na garantia desses direitos. Mencionou a importância da participação no processo das Conferências, entretanto não obteve sucesso em sua explicação de como iniciou esse processo e sobre o histórico das Conferências. Quando questionado por uma adolescente que não havia compreendido o surgimento da primeira conferência, em meio à dispersão ocorrida nesse momento, respondeu não ter experiência nessa área, pois era a primeira vez que participava de uma Conferência e que havia sido convidado a ajudar.

Realizou leitura comentada, perguntando aos participantes, após a leitura de cada proposta se "havia ocorrido, se parcialmente, com dificuldades ou se estava em processo avançado" e assim prosseguiu, prestando esclarecimentos quando necessário.

Houve um momento em que todos estavam desatentos e com a intenção de retomar a concentração dos presentes, o mediador resolveu fazer um trabalho em grupos e para tanto, realizou uma divisão utilizando a metodologia da contagem, um, dois e três, um, dois, três, e assim por diante. Quando solicitado por alguns dos presentes que gostariam de estar reunidos em um mesmo grupo, esclareceu que a finalidade era justamente separar os amigos, colegas ou conhecidos para garantir a disciplina e a participação de todos.

Com os três grupos formados e localizados nos cantos da sala distribuíram os instrumentais que continham as propostas aprovadas na Conferência de 2009 e cada grupo realizou o Ato de Conferir da maneira que acreditou ser mais conveniente e eficaz. O mediador não propôs nenhuma metodologia e não sugeriu nenhuma forma de organização para facilitar a discussão. Realizou poucas intervenções e quando as fazia era sempre com a preocupação de garantir a ordem e manter o maior silêncio possível.

Após ter passado aproximadamente uma hora, percorreu os grupos recolhendo os instrumentais que, em sua maioria, não estavam completamente preenchidos e distribuiu outro. Dirigindo a palavra a todos os presentes, explicou sucintamente que este último deveria ser preenchido com o registro das propostas a serem elaboradas e esclareceu o que deveria conter nos campos seguintes. Comunicou a todos que teriam apenas 30 minutos para a realização desta tarefa, pois havia reservado os 30 minutos finais para a eleição dos delegados.

Um membro da comissão organizadora entrou na sala para entregar as fichas que deveriam ser preenchidas com os dados dos delegados eleitos e seus suplentes.

Seguindo orientação da comissão organizadora, perguntou quem gostaria de se candidatar e como poucos demonstraram interesse, entregou a fichas para os candidatos. Posicionaram-se lado a lado na frente da sala e foram aplaudidos pelos demais. Foram eleitos 06 titulares e 06 suplentes.

Eixo 5 – Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

Estavam presentes neste grupo, 19 participantes entre crianças e adolescentes, sendo 10 meninas e 09 meninos, com idades variando de 10 a 14 anos aproximadamente. Havia apenas um adulto, professora da escola que sediava a conferência.

A oficina foi conduzida por apenas um mediador que iniciou com detalhada explicação sobre o surgimento das Conferências, seu histórico realizando uma linha do tempo até chegar à Conferência

Nacional em 2011. Esclareceu também sobre todas as dificuldades encontradas nesse processo e ressaltou a importância de lutar por seus objetivos e não desistir, pois essa é a única maneira de se atingir as conquistas desejadas.

Optou por seguir com o grupo sentado em círculo e não realizou divisão em subgrupos, afirmou que desta maneira estaria garantindo a participação de todos em todo o processo de reflexão e discussão, pois assim, todas as ideias seriam compartilhadas por todos.

Para a realização do Ato de Conferir, utilizou como metodologia a leitura das propostas aprovadas em 2009, sempre solicitando a participação de todos, pedia que algum dos presentes fosse voluntário a realizar uma parte da leitura e em seguida ilustrava sua explicação com exemplos do cotidiano e fazia comentários pertinentes e relevantes ao assunto em questão.

Após a leitura de cada proposta o mediador esclarecia possíveis dúvidas, sempre utilizando linguagem de fácil entendimento para crianças e adolescentes, elaborando paralelos e fazendo comparações próximas à realidade dos presentes. Teve a preocupação de explicar o significado dos termos técnicos e do vocabulário que constavam no texto e no instrumental de conferência.

Com a mesma dinâmica desde o início, o mediador seguiu para a formulação conjunta das propostas. Em meio à reflexão acerca das dificuldades financeiras que enfrentam para custear o transporte mesmo para eles que possuem Bilhete Único com identificação de estudante e pagam meia passagem, uma criança lembrou que uma das propostas lidas no Ato de Conferir era sobre um projeto de lei que garantia o Passe Livre para todas as crianças e adolescentes. Uma adolescente respondeu um pouco irritada: *Não adianta querer isso, o governo vai perder dinheiro e ele não quer*. Aproveitando o debate, o mediador perguntou: *O que vocês acreditam ser necessário fazer para reivindicar esse direito?* Imediatamente outra adolescente disse: *Realizar uma passeata* e a primeira adolescente retrucou: *Eu acho que passeata não resolve!* Nesse momento o mediador interveio afirmando que muitas reivindicações já foram conquistadas através de passeatas e exemplificou contando resumidamente sobre a caminhada de 40 dias que culminou com a assinatura do ECA.

O debate seguiu com certa dispersão, foram mencionados assuntos não pertinentes ao tema, e diante disso, foram orientados pelo mediador em relação à abrangência do Eixo em pauta, dizendo que nas outras salas estavam discutindo tais questões.

De maneira coletiva, os presentes eram a todo o momento, estimulados a expor seus pensamentos sobre os temas que iam surgindo; no entanto, houve pouca participação dos presentes que permaneciam em silencio, limitando-se a sorrir e envergonhar-se quando solicitados a verbalizar suas opiniões. Tratava-se de grupo demasiado tímido, pois apesar da figura simpática e postura agitada do mediador, muitos permaneceram calados até o final da oficina.

Apesar da orientação da comissão organizadora ter sido de eleger 06 delegados titulares e seus respectivos suplentes, além de um adulto, não houve interessados em número suficiente para tanto. Foram eleitos ao todo 05 delegados representando crianças e adolescentes e a Professora, por ser o único adulto presente na oficina.

3 - PLENÁRIA

A plenária foi conduzida pelo mesmo representante da sociedade civil no CMDCA e foi iniciada antes do término da oficina que discutia o Eixo 1. A mediadora responsável pelo grupo do Eixo 3 foi chamada para a leitura das propostas elaboradas na oficina. Fez-se a leitura das sete propostas que em seguida foram colocadas em votação. Seis foram aprovadas, porém a 4ª proposta que sugeria a "Criação do toque de recolher" foi colocada em discussão.

Percebeu-se que as crianças e os adolescentes tinham muitas dúvidas sobre o funcionamento do possível toque de recolher. A explicação do coordenador da plenária, que deu o exemplo da cidade de Fernandópolis, de certa forma, deixou os presentes um tanto apreensivos, desencadeando numa avalanche de perguntas em tom de preocupação por parte das crianças e dos adolescentes. Uma criança que entendeu que seria presa se fosse pega pelo "toque de recolher", perguntou se a mãe necessitaria pagar para que ela fosse solta. É importante citar que a própria criança que sugeriu essa proposta estava confusa e também fez perguntas. Diante dessa situação, terminaram por decidir em votação unânime que essa proposta fosse excluída.

Em seguida foram apresentadas as propostas da oficina que discutiu o Eixo 2, que previamente havia escolhido um adolescente para realizar a apresentação. As propostas dessa oficina foram aprovadas por aclamação. Durante a apresentação destas propostas, o grupo que discutiu o Eixo 1 chegou à Plenária e mostrou a produção realizada na oficina. Eram cartazes confeccionados em cartolinas com algumas anotações das propostas a serem submetidas à aprovação da plenária. Não houve debate e as propostas foram referendadas.

As propostas, elaboradas na oficina que discutiu o Eixo 4, foram lidas por cinco adolescentes que representaram o grupo e foram aprovadas em conjunto por aclamação da plenária.

A apresentação das propostas do Eixo 5 foi a partir da leitura realizada pela adolescente que havia sido a relatora do grupo, com o auxílio de outra adolescente que segurava o microfone. Ao término da leitura, essas propostas não foram discutidas nem votadas, mas aprovadas em conjunto.

Em seguida, os delegados eleitos nos grupos foram apresentados à plenária e aprovados por aclamação, dando-se por encerrada a Conferência.

4 - PROPOSTAS

4.1 - LÚDICA E CONVENCIONAL

➤ Eixo I – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

- Armários nas escolas, nas salas de aula, para que as crianças não esqueçam o material escolar.
- Mais professores eventuais para os alunos não ficarem sem aulas.
- Melhorar os equipamentos escolares, mais computadores, livros e som.
- Melhorar a sinalização das ruas, principalmente nas proximidades da escola.
- A criação de Centros Culturais para crianças e adolescentes.
- Cursos Profissionalizantes nas escolas.
- Grupo de estudos e monitoramento de políticas públicas regionais
- Preparar os jovens para o mercado de trabalho.
- Contratação de psicólogos e enfermeiros para as escolas de educação básica.

➤ Eixo 2 – Proteção e Defesa dos Direitos

- Aulas diferenciadas, divertidas e produtivas.
- Mais monitoramento nas ruas e nas escolas.
- Dar mais oportunidade aos jovens para se expressarem, para mostrarem seus talentos.

➤ Eixo 3 – Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes

- Fortalecer a rede de ensino no tocante às oficinas e palestras sobre a gravidez na adolescência.
- Mais segurança nas escolas e ruas.
- Fortalecer a convivência familiar e comunitária com palestras.
- Criar novos espaços e oficinas para a diminuição e reincidência de drogas.
- Esporte

• Maior divulgação a respeito do trabalho na adolescência – 14 e 16 anos.

➤ Eixo 4 – Controle Social da Efetivação dos Direitos

• Ter uma organização apresentando os direitos do ECA.

• Uma rádio que fale sobre a adolescência em geral.

• Propostas de interesses, notícias, etc.

• Mais policiais no bairro.

• Uma aula de música.

➤ Eixo 5 – Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

• Fazer a manutenção das ruas e calçadas.

• Restaurar prédios públicos abandonados em centros de convivência para crianças e adolescentes.

• Projeto para atender jovens para prevenir a gravidez na adolescência.

5 – COMISSÃO REGIONAL

REPRESENTAÇÃO	NOME
Assistência Social	Alessandra Rosalino Martins
Subprefeitura	Izabel Magalhães
Conselho Tutelar	Maria Aparecida Barbosa Santos Paula Vanessa P S Dionísio
Fórum DDCA Regional/Municipal	Daiane Araújo dos Santos Carlos Alberto de Souza Junior
Adolescente	Tamyla Souza Santos
Apoio da Comissão	Claudinéia dos Santos Pedro

6 - DELEGADOS

6.1 - LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Mayra Farias	Kaiane Fidelis Pereira da Silva
Henrique Saldanha	Thiago Felipe dos Santos
Lucas Estevan	Emanoela Sarah Ferreira Bigi
Bruno Luan dos Santos	Raphael Duarte Rodrigues
Bruno Moura de Paula	Douglas Lopes Machado
Mike Gomes Ramos	Marcela Villela Castelão Monteiro
Thais Weiss Souza	Leonardo Henrique Pereira dos Santos
Amanda Santos farias	Amanda Rodrigues de Freitas

TITULARES	SUPLENTES
Débora de Barros Xavier	Thamires Paulino O. da Silva
Bruno Henrique Santos	Rosemary M. B. da Silva
Joyce da Silva Almeida	Larissa Gomes da Costa
Naiara Gomes de Oliveira	Júlia Santos Sedrim
Tatiana Paula Biglia	Alexia Freitas de Souza
Bianca Evangelista dos Santos	
Maria Deisiane dos Santos	
Maria Vitória Félix	
Camila de Oliveira Betzel	
Danilo Menezes dos Santos	
Taís Levenetz Mariano	
Danilo Matheus Ferreira Falcão	
Vitória Brasil Remusat Viana	

6.2 - CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTES
Tatiana Paulo da Silva	Marianne Cristina Gonçalves Trindade
Tamires da Conceição Oliveira	Gislaine Maria da Costa
Suzana Vasconcelos	Maria Cícera M. da Silva
Alex Ferreira de Carvalho	

MOÓCA

INTRODUÇÃO

No dia 25 de novembro de 2011 foi realizada a Conferência Lúdica e Convencional dos Direitos das Crianças e Adolescentes da Mooca, tendo início às 9hs:00min com o credenciamento dos participantes e término às 15hs:00min com o encerramento da plenária. As atividades foram realizadas nas dependências do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto, à Av. Álvaro Ramos, nº 366 e contou com a participação de 47 adultos e 78 crianças e adolescentes.

As duas conferências ocorreram simultaneamente. As crianças e adolescentes foram separadas dos adultos no momento de discussão (Ato de Conferir 2009) e da elaboração de propostas (Ato de Propor 2011). Vale indicar que, conforme informado pela Comissão organizadora, a participação ficou comprometida pelos reagendamentos, o que justificou a opção de realizar as duas conferências no mesmo período.

CONFERÊNCIAS LÚDICA E CONVENCIONAL

1 – ABERTURA

1.1 - LÚDICA E CONVENCIONAL

Enquanto esperavam a chegada dos participantes as crianças foram entretidas com apresentações de violão e músicas infantis. A animação era grande e todos se divertiram.

A coordenação da conferência foi feita pela técnica do CREAS Mooca, que iniciou as atividades com a execução do Hino nacional. Antes da composição da mesa a coordenadora manifestou-se sobre as situações difíceis e as omissões enfrentadas no processo de organização das Conferências. Destacou a ausência dos representantes da Subprefeitura, do Judiciário e do Ministério Público, informando que haviam feito os convites, mas que nem todos puderam estar presentes em função da maneira como o processo ocorreu.

As atividades do dia foram: credenciamento, mesa de abertura e leitura do Regimento Interno, atividade Lúdica/ Ato de Conferir e de Propor, lanche e Plenária final, com a aprovação das propostas e eleição dos Delegados. Foi manifestado descontentamento com a Comissão Central que havia enviado somente lanches e não um almoço como entendiam ser adequado às crianças e adolescentes para atividades de um dia todo.

• Composição da Mesa

A mesa foi composta pelas representantes da Diretoria Regional da Educação (DRE) Penha, da Coordenadoria de Assistência Social (CAS) Leste e da Supervisão de Saúde da Mooca/Aricanduva. A representante da DRE agradeceu aos estagiários, aos alunos da rede municipal e todas as instituições que participaram do processo. Em seguida apontou os cinco eixos que seriam tratados nas oficinas e desejou que o dia fosse proveitoso e que fossem elaboradas propostas de melhorias para as crianças e adolescentes e para o exercício da cidadania. A representante da CAS Leste agradeceu o espaço cedido para a Conferência, destacando o envolvimento dos serviços da rede socioassistencial Não podemos ficar deitados em berço esplêndido, queremos ouvir vocês, falamos a mesma língua, é importante que as crianças e adolescentes aproveitem esse espaço para dizerem aquilo que é de seu interesse. Por último, falou a representante da Supervisão de Saúde que cumprimentou os protagonistas da conferência dizendo: que hoje e sempre possamos defender nossos direitos, que vocês deem mais trabalho para nós gestores e que a inteligência dos adultos se junte com a energia e criatividade das crianças e adolescentes.

• Regimento interno

A leitura do regimento interno foi feita por uma adolescente representante do Fórum DCA.

A cada capítulo lido a plenária era questionada se havia algum destaque a ser feito. Houve alteração no artigo 6° referente ao horário de término do credenciamento de 08h30 para 10h30. Também houve destaque no artigo 7° que trata da composição da comissão organizadora. Efetivamente compuseram a mesa até o fim do processo 2 representantes da assistência social, 1 conselheiro tutelar, 2 representantes da educação, 1 representante da saúde. Destaque também para o artigo 9° que deveria explicar melhor para as crianças e adolescentes o processo das Conferências e oficinas. Houve alteração no artigo 10° referente à programação: Supressão da palestra sobre os eixos pois a palestrante não pôde comparecer, junção nas oficinas das atividades lúdicas e dos atos de conferir e propor. Na medida em que eram feitas as ressalvas havia votação e aprovação pela plenária. Ao término da leitura o regimento interno foi considerado aprovado.

• Apresentação Cultural

Não houve

2 – OFICINAS

No ato do credenciamento as crianças e adolescentes foram distribuídos entre os eixos de acordo com as faixas etárias. Ao término da abertura as crianças e adolescentes seguiram para os respectivos eixos no terceiro andar. Já os adultos entenderam não ser necessária a divisão em eixos para a discussão, permanecendo no espaço destinado à plenária.

2.1 - LÚDICA

Eixo 1 e 2

A discussão do eixo 1 e 2 foi feita por um único grupo composto por 40 crianças e adolescentes de até 13 e 14 anos – 24 meninas e 16 meninos - orientados por 2 oficineiras, 2 professoras facilitadoras e uma ajudante.

A atividade teve início com uma dinâmica de apresentação, onde todos sentados em roda falavam cantando o nome do colega ao lado (usando o crachá como instrumento). Em seguida, foram dados esclarecimentos quanto ao número de delegados que seriam indicados pelo grupo, no caso 4 para 40 crianças e adolescentes.

Foi montada pelas oficineiras uma linda maquete de uma floresta com casinhas de tijolo, madeira e palha, cenário da "história dos três porquinhos" por meio da qual se procurou trabalhar conceitos como: direitos e deveres, planejamento, atos e suas consequências, além de motivar, sensibilizar e aquecer a plateia para o desenvolvimento do tema.

Em seguida uma das oficineiras leu o artigo 1º do ECA e, todos juntos, cantaram a música vem vamos embora, que esperar não é saber, quem sabe faz a hora e não espera acontecer da canção Caminhando e Cantando de Geraldo Vandré.

Depois disto o grupo foi dividido em dois. Enquanto um trabalhava as novas propostas o outro conferia as de 2009.

Após este processo as crianças compartilharam os resultados dos grupos e aprovaram as propostas por aclamação. Os que se interessaram em ser delegados se manifestaram e foram aprovados.

Eixo 3

O grupo era composto por 13 adolescentes, com idade entre 13 a 15 anos, sendo 5 do sexo feminino e 8 do sexo masculino. Os participantes eram alunos da EMEF Artur Azevedo e do Projeto Unibes. A oficina foi ministrada por duas oficineiras.

Inicialmente uma delas contou, de forma resumida, a história do "Pequeno Príncipe" de Antoine de Saint-Exupéry focando na relação entre o Pequeno Príncipe e a Rosa que vivia em seu planeta. A saída do Príncipe de seu planeta por causa da "chatice" da Rosa, a posterior tomada de consciência de que a Rosa era única e que ele nunca ia se sentir em casa em outro lugar, e a volta ao seu planeta. O que ficou dessa descrição resumida do livro foi que mesmo que, por vezes, achemos que a nossa família nos atrapalha e ficamos com vontade de ir para longe, na verdade eles são os únicos no mundo que nos fazem sentir em casa. Depois disso, a oficineira abordou situações mais concretas dos adolescentes, como brigas entre pais e filhos, relação de professores e alunos. Passou pelo grupo uma foto em que dois adolescentes estavam caracterizados como bonecos, com fios amarrados em seus braços e pernas que outros dois adolescentes controlavam. As perguntas que desencadearam a discussão desse momento foram Vocês se sentem controlados? Quais são as formas e o que gostariam de fazer para mudar isso? A oficineira apontou uma série de situações nas quais as pessoas são controladas no cotidiano (televisão, revistas, pais, professores, políticos, amigos, etc.). Com essas duas formas de abordar o tema, as oficineiras quiseram expor que: 1 - dividir o mesmo espaço com outras pessoas (que gostamos ou não) é muitas vezes inevitável e temos que aprender a lidar com isso, ou seja, descobrir as melhores formas de lidar com as adversidades e não simplesmente abandonar a questão. 2 – as pessoas só são controladas (ou "fantoches" nas palavras de um adolescente) se não tomarem consciência do que está acontecendo e de quem está querendo controlar. Busquem segundas opiniões! foi a frase com que a oficineira finalizou a sua exposição.

Depois desse primeiro momento, os 13 adolescentes foram divididos em 3 grupos, para que cada um desenvolvesse os temas que achassem relevantes partindo da discussão inicial. Foram oferecidos cartolinas, canetinhas, lápis e tintas para que eles pudessem se expressar. As oficineiras ficaram acompanhando e orientando o trabalho.

Os adolescentes participaram intensamente da discussão inicial e da redação dos temas que iriam ser expostos em cartazes na plenária. Alguns se destacaram na hora de expor suas ideias e angústias a respeito de como se sentiam recebendo ordens de adultos (professores, pais e etc.).

Os temas abordados pelos adolescentes nos grupos foram: 1 – Poluição: Reciclagem de lixo. 2 – Drogas: Omissão dos pais e educadores. 3 – O controle do tráfico de drogas nas comunidades. O tema da poluição veio à tona quando um adolescente trouxe ao grupo o problema que existia perto da escola, pois a poucos metros existe um lugar que muitas pessoas da comunidade vão depositar lixos e entulhos. O que foi discutido pelos adolescentes é que todo mundo já sabe que não pode ficar jogando lixo assim, mas mesmo assim fazem. Tem que ter mais informação e fiscalização da prefeitura para não acontecer mais. Outra afirmação foi os jovens já sabem disso e não podem deixar os pais ou tios fazer mais, tem que brigar com eles, bater o pé, se não eles não aprendem.

O tema da omissão dos pais e educadores a respeito das drogas entre adolescentes surgiu com o relato de uma jovem dizendo que em sua escola tem uma colega que fuma cigarro todos os dias antes de entrar para aula e ninguém faz nada! Segundo essa mesma adolescente, os pais deveriam instruir os seus filhos e não deixar que eles façam o que querem, assim como os educadores das escolas. A comunicação intensa entre adolescentes e adultos é muito importante para que os jovens não se percam no mundo das drogas.

A questão do controle do tráfico em comunidades de baixa renda foi o tema que mais mobilizou os adolescentes. O fato que desencadeou a discussão foi a recente ocupação da Rocinha no Rio de Janeiro. Nenhum dos adolescentes contou alguma experiência pessoal a respeito do controle exercido pelo tráfico de drogas, mas todos do grupo apontaram a necessidade de que o Estado interferisse nessas comunidades. Chamou a atenção o fato de estar claro na cabeça desses jovens que o motivo pelo qual o “crime organizado” dita as regras nos morros e favelas, é o fato do poder público não ter estado presente durante muitos anos. As soluções propostas giraram em torno de uma ocupação efetiva dessas comunidades, com aparelhos governamentais e estruturas para os cidadãos viverem bem.

Ao final da discussão as oficineiras foram preenchendo o instrumental e fizeram uma breve explicação sobre o significado e o papel dos delegados na conferência municipal, destacando a importância de interagir com outros adolescentes de diversas regiões da cidade. Assim, depois de superada parte da resistência inicial houve manifestações de interesse. Por fim, o grupo votou nos seus delegados e seguiram para o lanche e plenária final.

Eixo 4

O grupo era formado por 10 crianças e adolescentes, sendo 6 meninas e 4 meninos, na faixa etária de 9 à 14 anos. Participaram do grupo como observadores adolescentes de 16 e 17 anos do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto, que permaneceram por um breve período nas atividades.

O grupo contou com dois oficineiros, estagiária de psicologia do CREAS Mooca e orientador socioeducativo do serviço Presença Social nas Ruas Mooca.

Nesta oficina os participantes ficaram dispostos em uma única roda e a metodologia adotada foi a de uma primeira sensibilização acerca da temática através da reflexão sobre a letra da música da cantora Mara Maravilha intitulada "Direito da Criança". Foi proposto que as crianças uma a uma se sentassem num banco no centro da roda e falassem o que acharam da música. A maioria parecia não se sentir muito à vontade para falar. A participação ficou restrita a poucos jovens. Apenas uma participante foi para o meio da roda.

Num segundo momento foi feita a leitura do poema de Carlos Drumond de Andrade intitulado "No meio do caminho". Em seguida foi feita a proposta de que as crianças e adolescentes refletissem e depois desenhassem ou escrevessem sobre as pedras que encontram em seus caminhos. Uma participação maior aconteceu nesta segunda atividade relacionada ao poema de Drummond quando os participantes realizaram trabalhos artísticos.

Depois disto foi efetuado o ato de conferir as propostas de 2009. Foi distribuída para os participantes uma tabela com as propostas de 2009 e estes deviam assinalar se consideravam que elas tinham sido totalmente, parcialmente efetivadas ou não efetivadas. Cada criança e adolescente preencheu sua tabela e a partir daí foi preenchida uma tabela com a opinião do grupo.

De um total de 31 propostas os adolescentes consideraram que 6 foram parcialmente efetivadas, 20 totalmente efetivadas e nenhuma não efetivadas. 5 não foram discutidas por dificuldade de compreensão dos instrumentais distribuídos.

Por fim foram discutidas novas propostas. Os oficineiros sistematizaram as propostas de acordo com o que havia aparecido na produção dos trabalhos realizados na oficina.

A indicação dos delegados se deu por votação.

Eixo 5

Participaram desta oficina 8 crianças e adolescentes, sendo 4 meninas e 4 meninos, na faixa etária de 9 a 14 anos, que foram orientados por três oficineiras, estagiárias de serviço social do CRAS Mooca. A oficina iniciou-se com a proposta de observar e comentar a letra da música dos Titãs intitulada "Comida". Esta foi a estratégia utilizada para que as crianças e os adolescentes destacassem seus direitos a partir da letra da música.

Em seguida foi feita a divisão dos participantes em dois subgrupos. O primeiro composto pelos meninos que deveria se deter sob a seguinte parte da música A gente não quer só comida, a gente quer bebida, diversão, balé, a gente não quer só comida, a gente quer a vida , como a vida quer. O segundo constituído pelas meninas se responsabilizou pela parte da música que diz: A gente não quer só comer, a gente quer comer e quer fazer amor, a gente não quer só comer, a gente quer prazer pra aliviar a dor. A ideia era pensar dentro dos direitos reconhecidos das crianças e adolescentes como estes se dão em relação à dimensão da arte, da diversão, do prazer, daquilo que eles mais querem. Em seguida foi proposto que desenvolvessem um desenho ou algum outro tipo de arte baseado nessa análise da música.

Depois dessa primeira atividade foi realizado o ato de conferir as propostas de 2009. A oficineira preencheu uma única tabela de acordo com as opiniões das crianças e adolescentes.

A maioria dos participantes não se manifestou, uma vez que já estavam bem dispersos, tendo as oficineiras preenchido a tabela muitas vezes com as suas próprias opiniões. Estas destacaram a dificuldade de entendimento por parte das crianças e adolescentes das propostas e do próprio processo do qual estavam participando. De um total de 31 propostas os adolescentes indicaram que 14 foram parcialmente efetivadas, 2 totalmente efetivadas (Investimentos em cursos de especialização pedagógica e Formação de um Núcleo/Centro de referencia para Crianças e Adolescentes) e 15 não efetivadas.

Por fim foi feita a elaboração de novas propostas pelas oficineiras de acordo com o que as crianças e adolescentes escreveram em seus cartazes.

A maioria das crianças participou ativamente, principalmente no momento dos subgrupos quando produziram desenhos e cartazes. Contudo, no momento de indicação dos delegados e dos representantes do grupo na plenária nenhuma criança e adolescente se disponibilizou, não havendo

indicação de delegados nesta oficina. A apresentação das propostas do grupo na plenária final foi feita pelas oficineiras.

2.2 – CONVENCIONAL

Os participantes (29 mulheres e 1 homem) distribuídos em carteiras propuseram a composição de um único grupo para as discussões, assim foi aprovada e dado início as atividades de conferência das propostas de 2009. Em um segundo momento dividiram-se em grupos menores para discutir as propostas de 2011.

Conforme eram projetadas em power point as propostas, os participantes faziam suas colocações e as informações eram sistematizadas, indicando se foram realizadas total ou parcialmente, se não foram efetivadas ou se não havia condições de análise pelo grupo. Procurou-se também identificar as áreas responsáveis pela execução, educação, saúde, etc.

Das 30 propostas de 2009 analisadas, 2 foram totalmente realizadas, 9 parcialmente efetivadas, 14 não efetivadas e 5 sem informações para análise. Das propostas, 12 foram atribuídas à educação, 6 à Assistência Social, 10 à Intersetorialidade, 1 à Saúde, 1 à Cultura. Vale destacar a intensa participação dos profissionais da educação, que colaboraram não só para a discussão como também para a difusão de informações sobre as políticas públicas voltadas para a educação. Já a participação dos representantes da rede socioassistencial foi pontual. Os representantes do poder público assumiram posturas mediadoras nos debates.

Depois deste processo teve início a atividade de propor 2011, que excedeu o tempo destinado para tal. Os participantes foram divididos em subgrupos por eixo conforme suas experiências profissionais e interesses pessoais. O eixo 1 contou com a participação de seis mulheres, o eixo 2 sete mulheres, eixo 3 seis mulheres, eixo 4, quatro mulheres e um homem e eixo 5 seis mulheres.

Os pontos destacados nas discussões dos subgrupos foram: 1) a não articulação dos vários sistemas como SUS, SUAS 2) a necessidade de ampliação de programas dentro da escola que visem a participação e o exercício democrático de crianças e adolescentes (“onda do Rádio”, Grêmio estudantil, etc.) 3) a necessidade de qualificação tanto do processo de eleição dos conselheiros tutelares como dos próprios no exercício de suas atividades 4) a necessidade de ampliação e fortalecimento da rede de abrigamento com a ampliação de programas de acolhimento que não somente a adoção (por exemplo, família substituta) e 5) a necessidade de ampliação das vagas de escola e, especialmente, de creches.

Após este processo foi feita a indicação dos delegados. Respeitando-se a proporcionalidade do poder público e sociedade civil todos os candidatos foram selecionados para aprovação na plenária final.

3 – PLENÁRIA

3.1 - LÚDICA E CONVENCIONAL

A plenária foi iniciada após o lanche. A coordenação foi chamando os representantes de cada grupo ou Eixo das oficinas lúdicas e convencionais para apresentarem suas propostas. A presença dos participantes era grande na plenária geral, embora o tempo previsto para o término da conferência já tivesse sido ultrapassado. Vale indicar que não houve debate, nem pontos polêmicos e discordantes. Por fim, foi feita aclamação dos delegados eleitos nas oficinas e a escolha de outros, uma vez que o número de delegados indicados nas oficinas foi insuficiente. Todos foram chamados ao palco para se apresentarem e serem aprovados pela plenária. Depois disso a coordenadora agradeceu a participação de todos encerrando as conferências.

4 – PROPOSTAS

4.1 – LÚDICA

➤ Eixo 1 – Promoção dos Direitos de Crianças E Adolescentes e Eixo 2 – Proteção e Defesa dos Direitos

- Melhorar as instalações físicas.
- Melhorar o tratamento com os alunos.
- Melhorar a merenda e a higiene com os alimentos.
- Melhor utilização dos espaços das escolas.
- Melhorar a segurança nas ruas para as crianças.
- Ampliar o transporte para todos os alunos abaixo de 14 anos.
- Segurança nas praças para proteger as crianças dos usuários de drogas.
- Deveria proteger mais as crianças e mulheres da violência.
- Papel higiênico e limpeza nos banheiros públicos das escolas.
- Qualificar os professores, os pisos melhores.
- Melhorar o tratamento dos alunos.
- Melhorar a refeição dos alunos.
- Garantir a limpeza.

- Melhorar a utilização dos espaços das escolas.
- Melhorar a segurança das crianças.
- Ampliar o transporte para todos os alunos menores de 14 anos.
- Segurança nas praças para proteger as crianças dos usuários de drogas.
- Crianças e mulheres devem ser protegidas dos homens.
- Segurança nos banheiros.

➢ Eixo 3 – Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes

- O governo deve, junto com a polícia federal, investir em melhorias e parcerias nas comunidades carentes oferecendo recursos básicos de proteção e sustento. O monitoramento se dá pela aplicação correta das leis. A prioridade é 1 e o prazo de 2 anos.
- Conscientizar a população através de palestras sobre poluição. A responsabilidade de todos, a • mobilização é tanto individual como do governo. A prioridade é 1 e o prazo de 1 ano. Implementa-se pela conscientização individual.
- Os pais devem ser exemplos e devem acompanhar melhor seus filhos. Cabe aos pais buscar palestras e projetos. Através de exemplos para os menores usuários de drogas. A prioridade é 1 e o prazo de 1 ano.

➢ Eixo 4 – Controle Social da Efetivação dos Direitos

- Melhor educação, educação de qualidade, cabendo ao estado e município. A prioridade 2.
- Melhorar a merenda nas escolas, sendo responsabilidade do estado e municípios. A prioridade é 1.
- Bem estar físico e ambiental, sendo responsabilidade do estado e município. Prioridade 2.
- Hospitais de qualidade. Sendo a responsabilidade do estado e do município. Prioridade 1.
- Manutenção das vias públicas. A responsabilidade do estado e município. Prioridade 2.
- Aprimoramento psicológico dos professores. Cabe ao estado e município. Prioridade 3.

➢ Eixo 5 – Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

- Direito ao lar (moradia para todos). Responsabilidade do município e do estado. Prioridade é 1. A condição é emergencial, então o prazo é 30 dias.
- Direito ao respeito (referente ao bullying). Cabe a família atender. Prioridade 1, a longo prazo (mais de 2 anos).
- Direito a saúde, médicos nas UBSs. Responsabilidade é do município e do estado atender. Prioridade 1 em prazo emergencial.

- Direito a educação, mais escolas públicas. A responsabilidade é do município e do estado. Prioridade 1 e o prazo é emergencial.
- Direito ao transporte público de qualidade. Cabe ao município e ao estado atender. Prioridade 1 em médio prazo (até 2 anos).
- Direito a segurança pública nas escolas. A responsabilidade é do estado e do município em atender. Prioridade 1 em prazo emergencial.

4.2 – CONVENCIONAL

➢ Eixo 1 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

- Parceria com empresas ONGs, cursos profissionalizantes, CCAs e abrigos. Execução: Educação e Assistência Social. Monitoramento: Assistência e educação em conjunto. Implantar: A partir da lei do Jovem Aprendiz. Prioridade: 1. Prazo: Curto prazo (menos de 1 ano).
- Acompanhamento familiar com formação e orientação. Execução: Assistência Social, Educação e Saúde. Monitoramento: Visitas domiciliares, encaminhamentos para órgãos competentes. Implantar: Espaços de discussão com a família em todos os núcleos: educação, saúde e assistência social. Prioridade: 1. Prazo: Médio prazo (de 1 a 2 anos).
- Ampliação de creches, vagas na rede pública (0 a 6 anos). Execução: Assistência Social e Educação. Monitoramento: Supervisão da educação CMDCA e Conselho Tutelar. Implantar: A partir da demanda de cada região e a criação de creches conforme a necessidade da região. Prioridade: 1. Prazo: Médio prazo (de 1 a 2 anos).

➢ Eixo 2 – Proteção e Defesa dos Direitos

- Aumento de conselheiros tutelares no estado de São Paulo e formação. Execução: CONDECA. Monitoramento: Divulgação pelo Diário Oficial. Implantar: Concurso Público. Prioridade: 1. Prazo: Médio prazo (de 1 a 2 anos).
- Aumento de vagas para educação Infantil. Execução: Secretaria Municipal de Educação. Monitoramento: Editais. Implantar: Aumento de unidades e salas nas unidades já existentes. Prioridade: 1. Prazo: Médio prazo (de 1 a 2 anos).
- Núcleos de Reabilitação para crianças e adolescentes que sofreram alguma negligência. Execução: Intersetorial. Monitoramento: Editais e Diário Oficial. Implantar: Incluir como abordagem lúdica, metodologia de atuação às crianças e adolescentes negligenciados, como por exemplo: CAPS e Centros de Referências e etc.. Prioridade: 1. Prazo: Médio prazo (de 1 a 2 anos).

➤ Eixo 3 – Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes

- Ampliar o programa nas "Ondas do Rádio". Execução: Professores Capacitados. Monitoramento: Professores e equipe gestora do programa. Implantar: Formação, conscientização, divulgação. Prioridade: 1. Prazo: Curto prazo (menos de 1 ano).
- Cursos profissionalizantes para os serviços de medidas socioeducativa em meio aberto e inseri-los no mercado de trabalho. Execução: Assistência Social e técnicos socioeducativos. Monitoramento: Técnicos socioeducativos. Implantar: Parceria com empresas e clubes. Prioridade: 1. Prazo: Curto prazo (menos de 1 ano).
- Ampliar o número de CCA e parceria com Clube Escola. Execução: Assistência social e esporte. Monitoramento: Professores de Educação Física. Implantar: Convênio com Secretaria de Esporte. Prioridade: 1. Prazo: Curto prazo (menos de 1 ano).

➤ Eixo 4 – Controle Social da Efetivação dos Direitos

- Formação continuada sobre o tema do controle social e cidadania para os diferentes atores do sistema de garantia de direitos e a população em geral. Execução: Intersetorial e CONANDA. Monitoramento: Criação de conversas por segmento garantindo a conexão entre eles; CMDCA; SMADS; órgão do sistema de garantia dos direitos. Implantar: Através de CRAS, CREAS, Conselhos Tutelares, Secretarias de Educação e Saúde e demais agentes do Sistema de Garantia de Direitos. Prioridade: 1. Prazo: Curto prazo (menos de 1 ano).
- Garantir o processo qualitativo das eleições municipais dos conselhos de direito, buscando o diálogo transparente com a comunidade. Execução: CONANDA, CMDCA, Cartório Eleitoral. Monitoramento: Rede do “Movimento Nossa São Paulo” e criação de órgão específico. Implantar: Garantir proposta em legislação. Prioridade: 1. Prazo: Curto prazo (menos de 1 ano).
- Criação do fórum regional de crianças e adolescentes na Mooca. Execução: Poder público e Sociedade Civil. Monitoramento: Fórum dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Implantar: Convocações; Articulando movimentos sociais e entidades. Prioridade: 1. Prazo: Curto prazo (menos de 1 ano).

➤ Eixo 5 – Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

- Estabelecer protocolos entre os diversos sistemas das políticas setoriais na perspectiva da complementaridade e universalização dos direitos. Execução: Intersetorial (diversas Secretarias). Monitoramento: Espaços de controle social, sistema de informação e monitoramento. Implantar:

Pactuação nas diferentes esferas do governo e do Sistema de Garantia dos Direitos. Prioridade: 1. Prazo: Médio prazo (de 1 a 2 anos).

- Capacitar e qualificar de forma permanente os atores do SGD, incentivando a aplicação do conhecimento adquirido no dia-a-dia do trabalho. Execução: Atores do Sistema de Garantia de Direitos. Monitoramento: Avaliação do usuário, incentivo às práticas exitosas. Implantar: Destinando recursos para concretização; Promovendo participação. Prioridade: 2. Prazo: Curto prazo (menos de 1 ano).
- Criar mecanismos de conscientização da população para que os conselhos de direitos cumpram efetivamente seu papel de defensor dos interesses difusos e coletivos. Execução: Os movimentos sociais organizados; Com estímulo governamental. Monitoramento: CMDCA. Implantar: Através de cursos de formação de base. Prioridade: 1. Prazo: Longo Prazo (mais de 2 anos).

5 – COMISSÃO REGIONAL

REPRESENTANTES	NOMES
Assistência Social	Maria Aparecida Saramabo
Educação	Janete Rodrigues Stocco
Conselho Tutelar	Liane Prado Brandet Djanira Texeira
Fórum DDCA Regional/Municipal	Silvana de Silva Ribeiro Claudia Cunha Barbosa Marcos Leite de Oliveira
Apoio da Comissão	Rosana Morelli Renata Martins Maria Isabel

6 – DELEGADOS

6.1 – LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Maria Eduarda Santana da Silva Fantins	Sabrina de Almeida
Rayce dos Santos Dantas	Alex Olímpio Nascimento de Santos
Beatriz Barros Riguetti	Thaís Rebeca Oliveira Cipriano
Yan César R. Oliveira	Messias dos Santos Lima
Marie Okabayashi de Castro Lemos	Giovana Casagrande de Oliveira
Anderson Moreira da Silva	
Ketelyn G. Ventura	Andre Moreira da Silva
Anita Fernandes Farias	

6.2 – CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTES
Maria da Conceição Feitosa Takenobu	Cristiane Pires
Alessandra do Nascimento	Flávia C. F. A. Salustiana
Gilson Aurélio dos Reis	
Rafael Vieira Pires do Nascimento	Fátima Figueiredo Gil
Simone Nazaré Moreira	Patrícia de Moura Silva
Gislene Félix da Silva	

PERUS

INTRODUÇÃO

Estava prevista para o dia 25 de Novembro de 2011, das 8hs às 15hs a realização das Conferências Convencional e Lúdica dos Direitos da Criança e do Adolescente de Perus, na Rua Ylidio Figueiredo, nº 349, em Perus. No entanto, apenas a Conferência Convencional aconteceu. Segundo os organizadores, a não realização da Conferência Lúdica, bem como o esvaziamento da Conferência Convencional, deu-se em função das sucessivas alterações na data do evento, o que impossibilitou a inclusão da atividade no cronograma das instituições que participariam do evento - tais como Escolas, CCAs, ONGs da região – e dificultou a reserva de espaço adequado à realização do evento tal qual estava previsto.

Estavam presentes na Conferência Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente de Perus 18 pessoas, das quais apenas 12 estavam devidamente inscritas, sendo 5 homens e 7 mulheres.

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

1 – ABERTURA

Os trabalhos foram iniciados por volta das 10h30, em uma última tentativa de esperar que algumas crianças ainda pudessem ali chegar e, desse modo, ser realizada a conferência Lúdica. No entanto, uma das conferencistas, ligada ao Conselho Tutelar da região, chegou ao local informando que foi impossível mobilizar instituições e crianças em tão pouco tempo para participar do evento.

A Conferência Convencional foi iniciada com os que ali estavam com a leitura dos cinco eixos temáticos e da programação do dia que havia sido feita anteriormente.

Os integrantes da comissão regional de organização da Conferência se apresentaram e foi feita a leitura das diretrizes de cada um dos cinco eixos temáticos do CONANDA.

Em função do reduzido número de participantes foi discutido com todos como se daria prosseguimento dos trabalhos. Decidiu-se que seria realizada a conferência das propostas de 2009 – impressa e entregue junto com o material dado a cada um dos conferencistas em pastas individuais.

- Composição da Mesa

Não se constituiu formalmente uma mesa de abertura. Os conferencistas formaram um círculo, se apresentaram e alguns fizeram breves explanações acerca do contexto da realização das

Conferências. Foram eles: o representante da Diretoria Regional da Educação, a representante do CRAS regional, a representante da Secretaria da Saúde, o representante do Conselho Tutelar regional e a representante da Subprefeitura de Perus/Anhanguera.

Todos os que tomaram a fala neste momento lamentaram a não realização da Conferência Lúdica e o esvaziamento da Conferência Convencional, mas atentaram para a importância de, mesmo naquelas condições desfavoráveis, estarem realizando a Conferência Convencional da Região.

O representante da Diretoria Regional da Educação destacou em sua fala que haviam sido convidadas mais de uma dezena de escolas e que estas não puderam estar presentes na data do evento em função de outros compromissos do calendário escolar, já marcados anteriormente, como a Prova Brasil e o SARESP. Lembrou também a dificuldade de se fazer saídas da escola a esta altura do ano letivo, afirmando que a primeira data marcada para a realização da Conferência de Perus teria sido a mais adequada. A representante do CRAS de Perus/Anhanguera destacou que haviam sido confirmadas as presenças de centenas de crianças atendidas pelo serviço social da região, mas que em função das sucessivas remarcações de data, as entidades não puderam se mobilizar, devido ao curto espaço de tempo entre a confirmação e a realização do evento. A representante da Secretaria da Saúde destacou a importância de garantir a saúde em sua plenitude enquanto um direito a toda criança e todo adolescente, tal qual consta do ECA. Por fim, o representante do Conselho Tutelar destacou a necessidade de se trabalhar de forma integrada junto a todos os agentes para a garantia dos direitos da criança e do adolescente e, como todos os outros, lamentou o atual contexto das Conferências de Perus.

Não esteve presente na Conferência nenhuma autoridade que representasse o CMDCA.

• Regimento Interno

O regimento da Conferência foi lido apenas parcialmente. Durante a leitura um dos conferencistas sugeriu que, devido ao avançado da hora, o regimento fosse aprovado e que quem quisesse tirar qualquer dúvida sobre o que constava no documento poderia consultá-lo ao longo da Conferência. O documento ficou disponível, mas até a escolha dos delegados ninguém o consultou.

Nenhum dos conferencistas foi contrário a esta proposta e apenas um se absteve.

• Apresentação cultural

Não houve

2 - OFICINAS

Não houve propriamente oficinas neste momento da Conferência, mas uma discussão envolvendo todos os presentes. Como havia sido definido no primeiro momento, o objetivo da atividade foi conferir as propostas de 2009. A discussão gerou debates entre os participantes e análises do contexto atual da Região de Perus/Anhanguera em relação à promoção, defesa dos direitos da criança e do adolescente, fortalecimento do sistema de garantia destes direitos, gestão da política que envolve todas essas questões ligadas às crianças e adolescentes.

Foram identificados avanços e problemas na área social da região e foram elaboradas propostas novas, que foram sistematizadas no final. Para tanto não se utilizou o instrumental sugerido pelo CMDCA.

As propostas de 2009 estavam organizadas pelos 5 eixos que orientaram aquela Conferência.

Eixo 1: Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

- Contratar profissionais da área, com vistas à realização de trabalho sócio assistencial.
Discussão: a proposta foi implementada. Segundo os conferencistas, desde 2009 ocorreu uma expansão significativa na rede de serviços, que passou a contar com mais assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, entre outros profissionais.

- Implantar novo CRAS na região.
Discussão: a proposta foi implementada. Segundo os conferencistas, foi implantado um novo CRAS na região. No entanto, observou-se que há necessidade de construção de mais um CRAS e ainda de um CREA, já que a região ainda não conta com um Centro Especializado.

- Promover canais de diálogos sistemáticos entre escola, família e comunidade.
Discussão: a proposta só foi parcialmente implementada. Segundo os conferencistas, ainda há muito para ser feito. Um dos participantes referiu-se ao trabalho do CEU, que se diferencia das outras escolas da região, em geral, muito fechadas e não dispostas ao diálogo com os outros agentes. O grupo decidiu manter esta proposta e fortalecê-la.

- Investir na formação de diferentes agentes de ensino de forma sistemática e contínua.
Discussão: a proposta só foi parcialmente implementada. Considerou-se que nas Escolas Estaduais a situação é muito pior do que nas Escolas Municipais, mas que mesmo nestas a formação pode melhorar. As discussões basearam-se nos programas de formação continuada das respectivas redes.

- Melhorar os equipamentos de saúde, pois são equipamentos carentes na região.

Discussão: a proposta não foi implementada. Foi informado por uma participante que será inaugurado no ano de 2012 um CAPS e que o AMA Anhanguera passará a contar com 24h de atendimento. No entanto, todos lembraram que o tempo de espera para a realização de consultas e exames ainda é muitíssimo longo. Outros apontaram o crescimento populacional da população da Região como uma das causas desta precariedade de serviços.

- Investir na qualificação profissional dos professores e adotar políticas de redução para 6 horas.

Discussão: Não houve entendimento do sentido desta proposta.

- Fomentar mais projetos culturais e criar espaços de lazer.

Discussão: a proposta não foi implementada. Segundo os conferencistas, nada foi feito quanto a isso, a exceção do CEU e alguns parquinhos pelos bairros, mas de pouca abrangência para a real demanda da Região. Falou-se bastante da necessidade de se implantar uma casa de cultura na Região e do tombamento da antiga fábrica de cimento. A construção de um projeto de casa de cultura no local não foi respeitado. Foi citado também o projeto para o parque linear que não se efetivou.

- Fomentar mais projetos culturais e criar espaços de lazer. Criar projetos pedagógicos atrativos para que não haja evasões.

Discussão: discutiu-se bastante aqui sobre qual seria a função do Projeto Pedagógico das escolas. Uns defenderam que as evasões não teriam relação com tal projeto. Outros defenderam que a proposta e as atividades da escola deveriam ser mais interessantes e estimulantes para prevenir as evasões. Outros ainda apontaram os problemas familiares como causa da evasão, e destacaram os casos de famílias que migravam constantemente, de bairro, de região, ou mesmo de cidade, todos à procura de emprego.

- Investir na formação dos profissionais.

Discussão: optou-se por manter esta proposta e destacar que este investimento deveria ser estendido para todos os segmentos que se ocupam de questões referentes à criança e ao adolescente.

- Ampliar o número de escolas e rever critérios e procedimentos quanto às matrículas.

Discussão: foi colocado pelo grupo que um grande problema da Região é o de falta de vagas para o Ensino Médio e também para o atendimento de crianças e adolescentes com algum tipo de

deficiência. O Conselho Tutelar tem sido muito procurado por mães e responsáveis de crianças com algum tipo de deficiência.

- Criar mais vagas para o ensino médio (suplência)

Discussão: discutiu-se em bloco juntamente com a proposta anterior e a proposta seguinte. Levantou-se a questão de se abrir mais vagas para o EJA e para a suplência, isto é, mais vagas para que os adultos e adolescentes possam cursar diferencialmente o ensino fundamental e médio.

- Viabilizar políticas de inclusão voltadas às pessoas com deficiência.

Discussão: Votou-se pela continuidade desta proposta e da ampliação da rede que já atende estas crianças e adolescentes.

Eixo 2: Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Ampliar o trabalho com as famílias, fortalecendo vínculos, proporcionando discussões e orientações sobre temas como: drogas, gravidez na adolescência, DST/AIDS.

Discussão: não se discutiu esta proposta.

Eixo 3: Fortalecimento do sistema de garantia de direitos

- Criar na região Fóruns locais com a participação da sociedade civil e diferentes secretarias.

Discussão: Votou-se pela continuidade desta proposta substituindo o "criar" da redação de 2009 por "fortalecer". Tal substituição se deu em função dos conferencistas entenderem que tais fóruns já existem e o que falta seria exatamente fortalecê-los, tomando posse destes, fazendo com que as entidades participem de fato.

- Promover ações de capacitação para os conselheiros tutelares visando uma melhor compreensão de seu papel.

Discussão: não se discutiu esta proposta exatamente neste momento. Mas a discussão sobre o papel do conselho tutelar e dos seus conselheiros, bem como de outros agentes ligados às crianças e adolescentes, permeou todo o debate.

Eixo 4: Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Investir em uma escola mais participativa com grêmios e conselho escolar

Discussão: atentou-se para o fato de que a presença do grêmio garantiria uma participação mais ativa dos estudantes e foi lembrado que, tanto o grêmio estudantil, quanto a presença de representantes dos alunos no conselho escolar, já é prevista em lei, e deve ser efetivada. Alguns dos conferencistas contaram raras experiências de efetivação destas leis.

Eixo 5: Gestão da política

Fomentar a participação na rede local e do diálogo intersecretarial entre as secretarias da Assistência Social, da Educação, da Saúde e da Habitação, conselho tutelar e sociedade civil.
Discussão: esta proposta foi reformulada já no final da Conferência e ganhou o sentido de um pequeno resumo das discussões do dia em relação às questões gerais ligadas ao direito da criança e do adolescente – vale destacar que tal proposta não constava do documento entregue a cada conferencista, estando presente apenas num outro documento baixado da Internet por uma das participantes.

3 – PLENÁRIA

Não houve uma plenária propriamente dita, mas sim a sistematização das novas propostas tiradas do ato de conferir e das discussões deste momento, tal como acima relatado. O produto final dos trabalhos reuniu novas propostas e a manutenção de algumas elaboradas em 2009.

Em relação aos delegados inicialmente os conferencistas pretendiam apontar vários delegados e suplentes. No entanto foi lembrada por um participante a proporcionalidade prevista no regimento (10:1). Em função disto elegeu-se apenas uma delegada titular e uma suplente. Às 13h30 foi encerrada a Conferência Convencional.

4 - PROPOSTAS

➢ Eixo 1 - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

- Implantação de um CRAS e de um CREAS na região.
- Fortalecer os canais de diálogo entre o Conselho Tutelar e a Escola.
- Promover a integração entre escola, família e comunidade. Fortalecer as relações entre as escolas e movimentos culturais da região, com a ação de oficineiros nas escolas.
- Investir na formação dos diferentes agentes de ensino de forma sistemática e contínua.
- Implantar mais um AMA especialidades e um hospital de referência para a região.

- Implantar: uma casa de cultura, um centro esportivo, um cinema, teatros, CCJs, escola de música e mais bibliotecas.
- Ampliar o horário de atendimento da biblioteca da região.
- Maior adesão e participação dos diferentes atores nas redes, para fortalecê-las e discutir a proteção integral das crianças e adolescentes.
- Ampliar o número de escolas de educação infantil.
- Criar mais vagas para EJA, suplência e ensino médio.
- Criação de mais ETECs com outras modalidades.
- Viabilizar políticas de inclusão voltadas às pessoas com deficiência e ampliar a rede de serviços.
- Investir na formação dos profissionais de todos os segmentos.

➤ Eixo 2 - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

Não foram feitas propostas para este eixo.

➤ Eixo 3 - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos

- Fortalecer, na região, fóruns locais com a participação da sociedade civil e diferentes secretarias.
- Diálogo mais sistemático entre as diferentes secretarias e o conselho tutelar.

➤ Eixo 4 - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Implantar grêmios estudantis em todas as unidades escolares.

➤ Eixo 5 - Gestão da política

- Fomentar a participação na rede local e do diálogo intersecretarial, entre as Secretarias da Assistência Social, da Educação, da Saúde e da Habitação, Conselho Tutelar e sociedade civil.

5 – COMISSÃO REGIONAL

REPRESENTANTES	NOMES
Assistência Social	Marcela Mônaco Janotti Porto
Educação	Francisco Acáio Pansutti
Saúde	Andréa Maria da Silva
Conselho Tutelar	Antonio Carlos Ferreira Luiz Claudio B Silva

6 – DELEGADOS

TITULAR	SUPLENTE
Maria Alice Fagundes	Nair Moraes

PIRITUBA

INTRODUÇÃO

As Conferências Lúdica e Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pirituba estavam previstas para serem realizadas no dia 23 de novembro de 2011, na Associação Comercial Distrital de Pirituba, à Rua Braile, nº 8, das 12hs:30min às 17hs:00min. No entanto, apenas a Conferência Lúdica foi realizada nessa data, sem qualquer explicação por parte da organização quanto ao cancelamento da Convencional. Apesar disso, durante a Conferência Lúdica, os adultos presentes garantiram os delegados que se auto-elegeram para a Conferência Convencional Municipal.

Estavam presentes no evento, 53 conferencistas sendo 42 crianças e adolescentes e 11 adultos. Dentre as crianças e adolescentes, havia 29 meninas e 13 meninos e entre os adultos, 8 mulheres e 3 homens.

Logo após o credenciamento, às 13h:30min teve início a abertura da Conferência.

CONFERÊNCIA LÚDICA

1 – ABERTURA

A Conferência foi iniciada as 13h30 com a solenidade de abertura, na qual a Comissão organizadora fez os agradecimentos à Associação Comercial Distrital de Pirituba, que cedeu o espaço para que o evento acontecesse e em seguida foram sendo anunciadas as pessoas para comporem a mesa de abertura.

• Composição da Mesa

A mesa foi composta pelos representantes dos seguintes órgãos: Subprefeitura de Pirituba (representante do subprefeito), Conselho Tutelar, Diretoria Regional de Educação, Supervisão Regional da Assistência Social e do CRAS e Supervisão Técnica de Saúde da Região de Pirituba. Foi observado que não havia representante do CMDCA.

Logo após a execução do Hino Nacional, os componentes da mesa se apresentaram e fizeram um breve pronunciamento no sentido de saudar a realização da conferência e desejar um bom trabalho. A supervisora técnica de saúde leu um trecho do Cap.1 do ECA, o art.7, que diz: *a criança e o adolescente têm o direito à proteção, à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas públicas*

que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

A representante da Diretoria Regional da Educação atentou para o máximo aproveitamento dos trabalhos do dia, para que se pudessem garantir os direitos democráticos de todos os indivíduos. As representantes do Conselho Tutelar e do CRAS apenas cumprimentaram os conferencistas.

O representante da Subprefeitura, chefe de gabinete do subprefeito, mostrou-se bastante descontente com o pouco ímpeto demonstrado durante a execução do Hino Nacional, e por fim lembrou que enquanto policial sentia no seu cotidiano de trabalho a fragilidade dos direitos da criança e do adolescente na cidade.

• Regimento Interno

O Regimento Interno da Conferência Lúdica dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pirituba foi lido pela representante da Diretoria Regional da Educação. Foi proposto e aceito que se não houvesse destaque ou qualquer outra manifestação na leitura de cada artigo, este estaria automaticamente aprovado.

Foram estabelecidas as seguintes alterações no Regimento: os dois parágrafos do artigo 8º foram substituídos por um parágrafo único, foi introduzido o artigo 11 e a palavra suplente foi suprimida dos artigos 5º e 10.

O texto original do artigo 8º tinha a seguinte redação:

> Art. 8º. Os(as) participantes das conferências regionais elegerão os(as) Delegados (as) para participarem da IX Conferência Municipal.
>
> §1º Eleger 1 (hum) Delegado(a) para cada 15 crianças e adolescentes da Conferência Lúdica sendo crianças de 7 a 12 anos incompletos e adolescentes de 12 a 18 anos incompletos.
>
> §2º Eleger 1 (hum) delegado para cada 10 adultos na Conferência Municipal.

Com a alteração, manteve-se o artigo 8º e os dois parágrafos foram substituídos pelo parágrafo único, com a seguinte redação:

> **Parágrafo único. Os participantes das Conferências Regionais Lúdica e Convencional, que se manifestarem para serem Delegados(as) para a IX**

Conferência Municipal serão considerados(as) eleitos(as) independente do número de participantes.

Foi acrescentado o seguinte artigo:

Art. 11. Havendo moções serão validadas e encaminhadas com, no mínimo, 10 (dez) assinaturas.

A palavra *suplente* foi suprimida nos artigos 5º e 10, visto que, segundo a aprovação do Regimento Interno, todos que manifestassem o desejo de ser delegado o seriam, sem haver necessidade de suplentes, no entendimento dos conferencistas.

Estas alterações se deram com muita discussão. Não somente se discutiu o Regimento Interno, como foi este o momento mais longo e de maior debate desta Conferência.

A proposta inicial da supressão e alteração do Art.8º e de seus parágrafos visava transformar todos os conferencistas em delegados. Segundo seu propositor, um adolescente da ONG AMORA e participante da comissão regional, todas as crianças e adolescentes da região de Pirituba teriam sido lesados em seus direitos assegurados pelo ECA na medida em que foram impedidos, em função da desorganização e do descaso do CMDCA, de participar da Conferência Regional.

A conferencista que fazia a leitura do Regimento foi contrária à proposta e questionou dizendo que não seria viável ou mesmo aconselhável alterar o Regimento. Imediatamente outra conferencista tomou a palavra afirmando que o regimento poderia sim ser alterado se a Conferência entendesse que deveria fazê-lo e se tal medida fosse ali aprovada. Esta manifestação foi apoiada pelos conferencistas e, de comum acordo entre todos, optou-se pela redação acima, isto é, os conferencistas que quiserem serão delegados e não todos os presentes.

Neste momento também se discutiu muito acerca da desorganização do CMDCA para com a realização das Conferências Regionais de toda a cidade. De acordo com alguns participantes, o CMDCA não garantiu a infraestrutura básica para a realização dos eventos, além de tê-los remarcado por diversas vezes, o que desmobilizou consideravelmente as instituições e a sociedade civil que se organizavam há tempos para participar dos eventos em diversas regiões da cidade de São Paulo.

Por fim, alguns participantes da comissão regional de organização da conferência reclamavam e denunciavam que não tinham sido consultados acerca da data de realização deste evento.

• Apresentação Cultural

Estava programa a exibição de um filme, mas, em função do avançado da hora e do pouco tempo disponível para os trabalhos, esta apresentação cultural foi cancelada dando início às atividades das oficinas.

2 – OFICINAS

Foram formados grupos para cinco oficinas, com menos de 10 crianças e adolescentes por oficina. A cada grupo coube discutir um dos cinco eixos temáticos do CONANDA, sob a coordenação de um mediador improvisado dentre os adultos presentes, uma vez que o CMDCA não havia providenciado a equipe de metodologia.

Desse modo, sentados em roda num mesmo saguão, ficaram os cinco pequenos grupos de crianças e adolescentes que passavam a discutir, orientadas pelo mediador, sobre questões pertinentes aos direitos da criança e do adolescente relacionados ao cotidiano da região. Para essa atividade usavam desenhos como forma de linguagem. Cada oficina contava com materiais como, cartolinas, papel marchê, giz de cera, lápis de cor, etc.

A organização do evento reservou apenas 15 minutos para os trabalhos da oficina.

Oficina do Eixo 1 - Promoção dos direitos de crianças e adolescentes

Esta oficina era composta por 5 crianças sendo 3 meninas e 2 meninos e contou com a organização e orientação de dois mediadores. Os trabalhos foram realizados artisticamente, com colagens, desenhos e pinturas. Com o auxílio dos dois orientadores, as crianças pintaram uma bandeira do Brasil, com a seguinte frase inscrita no centro: direitos iguais para todos. Ao redor desta bandeira foram coladas frases que versavam sobre o direito à igualdade, e foi nesta direção que esta oficina conduziu seus trabalhos e propostas. Não houve discussões, apenas algumas breves incitações por parte dos que conduziam o tema do Eixo no sentido de abordar questões ligadas à semelhança, à particularidade e ao respeito. Também foram abordadas questões sociais mais concretas, tal como a necessidade e o direito de um emprego digno para todos.

Oficina do Eixo 2 - Proteção e defesa dos direitos

A oficina do eixo II contou com 7 participantes, todos meninos e com cerca de 12 anos de idade. Três adultos conduziam o trabalho deste grupo. Um deles enquanto mediador e as outras duas atuavam como assistentes.

Os participantes desenharam e coloriram na cartolina, imagens de polícias e viaturas, com cenas de violência nas quais os policiais desempenhavam o papel de agressores, o que pode evidenciar a presença da violência policial no cotidiano destes jovens que questionavam: PMs podem abordar as crianças e agir com truculência?

Algumas crianças relataram que já foram impedidas de entrar em lotéricas e supermercados.

Além da interpretação dos desenhos, umas das assistentes que conhecia e atendia as crianças, falou sobre este cotidiano relatado em forma de desenho e afirmou que são de fato cenas reais e corriqueiras para muitas crianças atendidas pela AMORA, e que estavam participando desta oficina.

Além desta questão o mediador falou brevemente sobre o lazer e a informática, tema que gerou um breve debate levando a comparações entre uma lan house e um telecentro, identificadas pelas crianças por conta dos diferentes usos e regras destes espaços, bem como dos equipamentos que cada um dispõe.

Oficina do Eixo 3 - Protagonismo e participação de crianças e adolescentes

Participaram desta oficina 10 conferencistas, sendo 7 meninas e 3 meninos, de 10 a 17 anos. De inicio a responsável por orientar os trabalhos indicou o tema a ser discutido, a saber, protagonismo e participação de crianças e adolescentes, e logo em seguida os conferencistas já começavam a conversar e a desenhar sobre o tema.

Neste grupo teve-se a ideia de escrever em pequenos pedaços de papel variados problemas identificados a partir de uma breve discussão acerca do tema proposto. Estes papéis seriam postos dentro de balões que então seriam inflados. A ideia era que na apresentação alguns dos conferencistas estourassem esses balões, pegassem esses papeizinhos e lessem para a plenária os problemas por eles identificados.

Um dos conferencistas escreveu uma poesia a partir dos problemas diagnosticados durante a discussão e ao ler para o grupo foi aplaudido. Estabeleceu-se, em comum acordo, que o texto entraria na apresentação do grupo, e exatamente os seus versos é que foram escritos em pequenos pedaços de papel e colocados dentro dos balões.

A discussão que se deu no grupo teve uma pequena, mas decisiva influência da mediadora, que iniciou com a questão: “o que é ser protagonista?” E minutos depois, ela retornou com outra

pergunta: “que espaços de discussão vocês têm para se expressar e expor suas opiniões? Aliás, vocês têm algum espaço assim?”.

À primeira provocação alguns responderam que protagonista era quem fazia o papel principal, e que todos deveriam ter o direito de ser protagonista, e isto significava ter o papel principal em sua própria história. Quanto à segunda provocação os conferencistas encaminharam-se para discutir os grêmios escolares, sua existência ou inexistência, e sua importância. Foi a partir daí que se deu toda a discussão do grupo, inclusive a produção da poesia acima citada, com os seguintes versos:

Falta participação/ Faltam mecanismos/ Faltam Grêmios estudantis/
Falta estrutura/ Falta conhecimento/Falta comunicação/Falta família/ Falta presença/
Falta união/Falta um Estado onde posso ser escutado, possa me expressar/
Tenho vergonha do que possa me acontecer

Vale ainda destacar que, em função da grande diferença de idade dos conferencistas deste grupo, os mais novos pouco se manifestaram nas discussões, intervindo nos trabalhos pouquíssimas vezes.

Oficina do Eixo 4 - Controle social da efetivação dos direitos

Este grupo tinha 5 participantes, meninas com cerca de 10 anos de idade. Tal como nas demais oficinas, foi formado um pequeno círculo para discutirem muito brevemente sobre o tema e para produzirem alguma espécie de apresentação para a plenária. A mediadora do grupo abordou o tema do eixo a partir de questões relativas ao lazer, isto é, se as crianças achavam que faltava alguma coisa no bairro, se estavam satisfeitas com o lazer que tinham, ou não. A partir de então algumas meninas já começaram a desenhar cenas de crianças brincando em parques e a diagnosticar que o bairro precisaria de mais lugares assim.

Ainda que o foco fosse o lazer, houve quem apontasse para problemas relativos à saúde e à moradia, que também puderam ser ligados à questão da não efetivação dos direitos, já que as crianças diagnosticavam e reivindicavam mais hospitais e mais moradia na região.

Oficina do Eixo 5 - Gestão da política nacional dos direitos humanos de crianças e adolescentes

O grupo que discutiu este eixo contou com a presença de 10 conferencistas, sendo 6 meninos e 4 meninas. De início, houve certa demora em relação ao que seria feito. Os mediadores tentavam transformar o documento do CONANDA, que versava sobre o Eixo 5, em um texto mais palpável para as crianças, mas desde o inicio a maior preocupação era em relação à forma dos trabalhos, isto

é, o que seria apresentado na plenária. Passados alguns minutos uma das mediadoras coloca perguntas como, "o que é social?", "o que é política pública?", "de quais políticas públicas nosso bairro precisa?", e logo em seguida o outro responsável pelos trabalhos ligou o tema a questões de saúde pública. Aos poucos, os jovens diagnosticavam problemas referentes à falta de médicos e às grandes filas para o atendimento.

Quase ao fim da oficina o grupo ainda não tinha elaborado a apresentação, até que em conjunto se escreveu um texto bastante geral que englobava questões não só concernentes à saúde, mas também à educação, ao lazer, etc.

3 – PLENÁRIA

No final da Conferência, cada grupo apresentou aos demais os trabalhos realizados durante as oficinas. Todos na forma de cartazes e com os conferencistas de cada um dos grupos dividindo as falas durante a apresentação. Deste modo, a maioria das crianças participou deste momento lendo, cada qual, um trecho dos trabalhos internos da respectiva oficina.

Esses trabalhos dificilmente puderam ser discernidos enquanto propostas efetivas, provavelmente porque foi muito pouco o tempo destinado para as oficinas, além do fato de não ter havido um planejamento das atividades a serem realizadas. No entanto, há uma riqueza de depoimentos que se transformaram em texto em cartolina e que foram apresentados nas oficinas, revelando que as crianças aprofundaram as questões do seu cotidiano desenhado e descrito. Através dele, pode-se identificar, além dos desejos, as manifestações concretas de verdadeiras violações aos direitos da criança e do adolescente. Assim sendo, a apresentação dos trabalhos de cada grupo não foi submetido a votação. Todos foram referendados pela plenária.

Conforme mencionado na abertura, quando da aprovação do Regimento Interno, os delegados da Conferência Convencional e Lúdica dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pirituba se auto-indicaram. Todos os que manifestaram vontade, tornaram-se delegados.

É importante registrar o fato de que, mesmo sem ter sido realizada a Conferência Convencional, os delegados convencionais foram formalmente tirados, tal como constava no regimento.

4 - PROPOSTAS

➤ Eixo 1 - Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

• As pessoas têm que ter direitos iguais mesmo sendo diferentes.

- Empregos dignos a todas as pessoas do mundo. Tendo isso o país fica melhor. Um bom mecanismo também.
- As pessoas mesmo diferentes têm que ter direitos iguais.
- Respeito é bom e todo mundo gosta. Respeite os outros que você será respeitado.
- A vingança nunca é plena, mata a alma e a envenena. As pessoas boas devem amar seus inimigos.

➤ Eixo 2 - Proteção e defesa dos direitos

- Criança tem direito a brincar, à escola e à moradia.
- Direito para ir ao Pacaembu.
- Lan house: R$1,50/hora e bem equipada X telecentro.
- Contra a violência policial na abordagem de crianças.
- Contra o preconceito.

➤ Eixo 3 - Protagonismo e participação de crianças e adolescentes

Os versos da poesia elaborada por um dos conferencistas da oficina ganharam o status de proposta, mudando-se apenas o sentido do último verso do texto.

- Pelo direito de expor nossa opinião e nossos sentimentos. Liberdade de expressão.
- Falta de dinamismo.
- Falta de opinião.
- Faltam grêmios estudantis.
- Falta presença.
- Falta de participação.
- Falta conhecimento.
- Falta família.
- Falta de estrutura.
- Falta de comunicação.
- Falta onde eu possa me expressar. Pois eu não tenho vergonha para isso.

➤ Eixo 4 - Controle Social da Efetivação de Direitos

- Mais parques no nosso bairro.
- Mais praças no nosso bairro.
- Mais hospitais.
- Faltam médicos.

- Faltam casas.

➢ Eixo 5 - Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

- Todos temos direitos e deveres, direito à educação, lazer, saúde, família, moradia, mas infelizmente os políticos não cumprem com seus deveres com as crianças e adolescentes. Queremos que façam suas obrigações.

5 – COMISSÃO REGIONAL

REPRESENTAÇÃO	NOME
Assistência Social	Adiana Gomes de S Budim
Educação	Nanci Fêo
Subprefeitura	Maria Aparecida Morbideli Muza
Conselho Tutelar	Andréa Aparecida Cuellar Rodrigues Luiza N Carvalho Azabo
Fórum DDCA Regional/Municipal	Elaine Cristina Pinho da Silva Rosinaldo A Rodrigues Vistor Augusto Portela Santana
Apoio da Comissão	Adriana G S Ailda Kazem Matsumoto
Adolescente	Arthur Victor do Carmo

6 – DELEGADOS

6.1 - LÚDICA

TITULARES
Carlos Eduardo de Aquino Cabrero
Carlos Vinícius Minamoto Mirhib
Emerson Luna dos Santos
Everson Luna dos Santos
Giovanna Cunha de Oliveira
Jorge Luiz Duarte
Liliane Medeiros da Silva
Matheus Tomas Oliveira
Samuel Evangelista Soares
Willian Félix Fernando Soares

6.2 - CONVENCIONAL

TITULARES
Aida Kazuê Matsumoto
Andréa Aparecida Coelhar Rodrigues
Artur Victor do Carmo
Cláudia Rosa Batista
Luiza Nelcina Carvalho
Victor Augusto Portilla Santana

MOÇÃO

Moção de repúdio ao CMDCA em relação à desorganização com as Conferências Regionais, e principalmente em relação à Conferência de Pirituba. Exigimos a realização de outras conferências Regionais para Pirituba, mas desta vez, planejada, organizada e com qualidade.

SANTO AMARO

INTRODUÇÃO

A Conferência Lúdica e a Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santo Amaro estavam previstas para o mesmo dia 28 de novembro de 2011, a realizar-se no espaço da Companhia Paideia, à Rua Darwin nº 153, das 8hs:00 às 15hs:00. Contudo, por falta de quórum, a Conferência Convencional acabou não ocorrendo.

Estavam presentes 81 participantes sendo 77 crianças e adolescentes, e 04 acompanhantes, além de representantes do CRAS, CECCO, Subprefeitura de Santo Amaro, conselheiros tutelares e membros da Comissão Organizadora, que não assinaram a lista de presença, pois aguardavam a quórum para a realização da Conferência Convencional.

O credenciamento se deu de maneira simples. Todos assinavam a lista de presença e recebiam uma pasta contendo apenas uma caneta e folha de papel sulfite. A comissão organizadora não havia providenciado o Regimento Interno nem a programação das atividades do dia para distribuir aos participantes porque, de acordo com declaração do conselheiro tutelar e membro da comissão regional, ele havia entendido que o CMDCA seria o único responsável pela Conferência e enviaria esse material impresso, além de pessoal treinado para conduzir as atividades das oficinas.

Os professores que vieram acompanhando as crianças e adolescentes, por sua vez, não estavam preparados para coordenar as oficinas e não demonstraram interesse. Ao contrário, manifestavam sempre que possível, seu descontentamento quanto à desorganização que se refletiu inclusive, no atraso da entrega do lanche.

CONFERÊNCIA LÚDICA

1 – ABERTURA

Os presentes foram reunidos em um auditório da Companhia Paideia. A abertura do evento foi realizada por volta das 9h45min pelo conselheiro tutelar e membro da comissão organizadora que, após sua apresentação, passou a palavra ao representante da sociedade civil no CMDCA que foi o responsável por toda a condução da Conferência.

Não houve o ato solene da abertura com a execução do Hino Nacional e composição da mesa, assim como não houve a leitura e aprovação do Regimento Interno, palestra e apresentação cultural. Foi feita apenas uma breve introdução sobre o processo das Conferências, esclarecimentos quanto à

função dos Delegados Titulares e Suplentes e explicações referentes aos direitos das crianças e adolescentes garantidos pelo ECA.

2 – OFICINAS

Os participantes da Conferência na abertura eram em sua totalidade, alunos de escolas da região, que se encontravam dispersos e agitados devido à morosidade para o encaminhamento das atividades, uma vez que os organizadores não sabiam de que forma proceder com as oficinas e aplacar a curiosidade e a ansiedade das crianças e adolescentes que estavam aguardando a continuidade do evento.

As oficinas não tiveram uma divisão por eixo temático, faixa etária, ou qualquer outro critério com algum propósito metodológico. O coordenador do evento entendeu ser mais eficaz realizar a divisão dos grupos por escola e dirigindo a palavra a todos os presentes, sugeriu que os mesmos confeccionassem cartazes contendo mensagens escritas, desenhos e pinturas sobre quais as necessidades do seu bairro. Formaram-se 3 oficinas, cada qual com os alunos de uma das escolas.

Grupo I - EMEF Dona Chiquinha Rodrigues

Com um total de 26 participantes, 12 meninas e 14 meninos, entre adolescentes e crianças, a oficina iniciou com muita confusão. A professora que acompanhou o grupo até o local verbalizou sua indignação com a falta de estrutura adequada.

Alguns materiais foram disponibilizados para que as crianças e adolescentes pudessem compor suas propostas, (cartolinas, pincéis, canetas hidrocor, tinta guache, papel crepom e balões coloridos), tudo poderia servir para as crianças expressarem o resultado de seus debates.

Alguns subgrupos se formaram espontaneamente, por afinidade. Outros adolescentes e crianças, como não havia coordenador, ficaram de fora da atividade sugerida, por escolha, ou porque não se sentiram à vontade para integrar os subgrupos.

Aproveitando que o portão estava aberto, alguns adolescentes saíram da Conferência e foram ao Shopping Boa Vista localizado ao lado da Companhia Paideia. Após essa ocorrência, a professora disse às crianças que permaneceram no local, que iria telefonar para a escola, comunicar o ocorrido e pedir permissão para se retirar do evento. Mas isso não ocorreu, pois no momento que estava reclamando à comissão organizadora, os adolescentes retornaram à Companhia.

Apesar do trânsito constante dentro do auditório destinado à oficina, alguns participantes, alheios à confusão instalada no local, mantiveram-se concentrados na produção artística para apresentarem suas ideias na plenária. O ponto alto da oficina foi sem dúvida elaboração de cartazes com os mais variados dizeres: "Não ao Bullying", "Temos o direito de nos expressarmos", "Paz, Direito, Igualdade" e "Viver a vida com alegria", esse último é um lema de um grupo de adolescentes. Não houve discussões para a elaboração dessas frases, foi tudo muito espontâneo; alguém sugeria e outro escrevia.

Finalizado o prazo estipulado para essa atividade, a oficina foi encerrada.

Grupo II – EMEF Carlos de Andrade Rizzini

Com o total de 26 participantes, sendo 16 meninas e 10 meninos, o grupo era formado majoritariamente por adolescentes.

Com a ausência de mediador, os professores ficaram responsáveis pelo grupo. Neste caso, um professor se ausentou durante toda a atividade. O espaço destinado a esse grupo foi um pequeno tablado, provavelmente utilizado como palco, porém, estava localizado em área de passagem e muito próximo ao outro grupo composto por crianças.

Os alunos se mostraram dispersos durante a oficina. Uma das alunas tomou uma posição de liderança e foi para o meio da roda anotar propostas. Durante os primeiros 20 minutos apenas três meninas realizavam a atividade. A maioria dos participantes permaneceu alheia à atividade, jogando no celular, conversando ou brincando com as bexigas. Aos poucos alguns outros passaram a participar.

Desenharam e escreveram na cartolina algumas frases; "Festa de fim de ano!" dizia um dos cartazes, que retratava uma família numa grande festa. Outros fizeram colagem com papel crepom na cartolina e escreveram "Passeios culturais", "Mais cultura nas escolas" dizia outro. Uma das meninas desenhou uma cantina e argumentou com os colegas que era algo que faltava na escola deles.

Os cartazes foram feitos, em sua maioria, individualmente ou em duplas, sendo que não houve processo de discussão acerca do conteúdo dos trabalhos. Apenas metade do grupo participou ativamente. Esta oficina terminou às 10h40.

Grupo III – EMEF Laerte Ramos de Carvalho

Estavam presentes nesta oficina 25 crianças, sendo 13 meninas e 12 meninos, todos com 09 anos de idade.

A professora e a inspetora que acompanhavam esse grupo tomaram a frente da atividade, conduziram uma breve reflexão acerca de questões referentes à ausência de parques, praças, locais para lazer, cultura e práticas esportivas.

Quando as crianças verbalizavam a falta de algum serviço no próprio bairro, ou quando concordavam com a fala da professora e da inspetora, tudo o que expressavam era considerado como proposta e era registrado.

Foi preciso dar bastante ênfase quanto à importância da elaboração de propostas, pois devido à idade das crianças, elas tendiam a distrair-se com o fluxo de pessoas indo e vindo, pois estavam localizados em espaço amplo que era a passagem da entrada da Companhia para o auditório.

As crianças foram divididas em três subgrupos, foi distribuído o material pedagógico e cada qual desenhou em cartolinas, com canetas, pincéis e tinta, temas relacionados às propostas que haviam elaborado.

3 – PLENÁRIA

Aproximadamente às 10h50 teve início a plenária que foi mediada pelo Eduardo, que logo passou à apresentação das propostas das crianças e adolescentes na forma de cartazes.

O local da plenária final foi o mesmo auditório utilizado para a oficina da escola Dona Chiquinha Rodrigues. As crianças dessa escola municipal foram as primeiras a apresentar suas propostas de melhorias no bairro. As meninas mostraram os cartazes e falaram sobre a prática do bullying nas escolas: *Cada um tem seu jeito de ser e ninguém nasceu para agradar ninguém*. *Todos têm direito de viver a vida com alegria, isso é para todas as crianças e adolescentes*. Fizeram uma conversa com a plateia que alternava risos, gritos e aplausos. *Temos direito de alimentação boa, moradia, saúde. Tem muita gente jogada e muita gente morrendo de fome*. Encerraram a apresentação dizendo em coro: *Acima de tudo nós queremos PAZ*, enquanto três delas seguravam três cartazes com as letras P, A e Z.

Os alunos da EMEF Carlos de Andrade Rizzini, representados por três alunas, expuseram que sentem falta de passeios culturais na escola como, por exemplo: museus e zoológicos, argumentando que estavam cansadas de todo ano irem a parques como o Playcenter ou o Hopi Hari.

Criticaram a qualidade da merenda da escola, dizendo que sentem falta de uma cantina e propuseram uma grande festa de fim de ano, visto que não tiveram festa de formatura e estavam muito tristes com essa decisão tomada pela diretora.

Não apresentaram propostas a serem referendadas.

O último grupo a se apresentar foi o das crianças da EMEF Laerte Ramos de Carvalho. Alguns voluntários foram à frente e mostraram os cartazes elaborados com desenhos, pinturas e colagens ilustrando temas como educação, meio ambiente, lazer e esporte.

Não houve debate sobre o que foi apresentado, as frases escritas nos cartazes foram lidas como propostas e foram aprovadas por unanimidade, por aclamação.

No término da plenária, por volta das 11h15, todos foram convidados para o lanche, devendo retornar à plenária para escolha dos delegados.

As 11h45, com todos de volta à plenária, Eduardo, representante do CMDCA, falou sobre a importância e função dos delegados, comunicou que deveriam eleger 09 delegados ao todo, portanto cada escola deveria eleger 03 delegados titulares e 03 suplentes. Sugeriu então que se reunissem novamente nos grupos para realizarem as indicações e votação.

O retorno à plenária se deu as 12h15 e todos os delegados eleitos foram convidados a irem à frente do auditório para serem apresentados aos demais e foram referendados por aclamação.

Nesse momento todos ainda estavam à espera do pronunciamento do Juiz da Vara da Infância e da Juventude de Santo Amaro e a chegada do subprefeito de Santo Amaro. Como eles estavam atrasados, a comissão organizadora decidiu dar outro intervalo e nova distribuição de lanches.

Por volta das 13h00, o juiz da Vara da Infância fez uma breve explanação sobre a criação do ECA e seus princípios legais e em seguida abriu espaço para perguntas da plenária, que tinha várias dúvidas, principalmente sobre questões referentes a agressão por parte da família à integridade física das crianças e adolescentes, infração, punição, tráfico de drogas e violência em geral.

Em seguida o subprefeito fez uma breve fala parabenizando os delegados eleitos e desejou boa fortuna na Conferência Municipal.

Às 13h50 foi encerrada a Conferência Lúdica de Santo Amaro que neste ano não fez a Convencional, por falta de quórum.

4 - PROPOSTAS

- Criação de mais parques ecológicos.
- Criação de Tele-Centros de informática.
- Criação de bibliotecas públicas.
- Conscientizar as pessoas a preservar a natureza.
- Transporte público gratuito para estudantes até a 5ª série.
- Mais investimento em educação para crianças e adolescentes.
- Mais limpeza dos rios e esgoto nos bairros da região.
- Criação de mais quadras esportivas.
- Adesão a calças de moletom nas escolas municipais.

5 – COMISSÃO REGIONAL

REPRESENTAÇÃO	NOME
Assistência Social	Beatriz Aparecida Nogueira Giosa
Subprefeitura	Patricia Braga
Conselho Tutelar	Walter Roberto

6 – DELEGADOS

TITULARES	SUPLENTES
Amanda Lorrane Ferreira Gregório	Juliana Silva Villa do Conde
Rodrigo Santana	Camila Ilana da Silva
Williane Dias da Silva	Nathiely Batista de Souza
Aline Queiroz da Silva	Luana Roberta
Marcos Vinicius de Oliveira	Rodrigo Miguel dos Santos
Ana Olivia Souza Santos	Julia Caxambú de Melo
Diego Silva Gomes	Barbara Luana R. Dias
Samara Cristina Carneiro	Isaque Gomes Vasconcelos
Lucas Gabriel Mendes	Vivian de Lima Cardoso,

SÃO MATEUS

INTRODUÇÃO

A região de São Mateus não realizou neste ano, a Conferência Lúdica. A Conferência Convencional foi realizada no dia 12 de Novembro de 2011, das 8hs:30min as 14hs:00, no CEU Alto Alegre, situado à Rua Bento Guelfi, nº 1802, no Bairro Jardim Laranjeira. Até o momento da aprovação do regimento interno foram credenciados 63 participantes, sendo 11 homens e 52 mulheres.

Pouco antes do início dos trabalhos ocorreu uma queda da energia elétrica de todo o CEU Alto Alegre, que se estendeu por quase todo o dia. A comissão organizadora decidiu deslocar a abertura e a plenária final da Conferência, do anfiteatro para o espaço do refeitório. A Conferência transcorreu normalmente sem que fosse prejudicada a não ser por um pequeno atraso provocado pela falta de energia.

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

1 – ABERTURA

Os trabalhos foram abertos com um discurso de saudação elogiando os organizadores da região que se mobilizaram a fim de viabilizar a realização da IX Conferência Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Mateus, tanto na própria organização e divulgação da nova data da conferência, quanto na participação e também na recepção e preparo do café da manhã.

O Hino Nacional foi executado acompanhando as vozes dos jovens do Projeto Vocacional de Música do CEU Alto Alegre.

• Composição da Mesa

A mesa de abertura foi composta pelo representante do Subprefeito e representantes das seguintes instituições: CMDCA, Fórum da Criança e do Adolescente de São Mateus, Diretoria Regional de Educação, CRAS de São Mateus, Conselho Tutelar e a representante dos jovens da região de São Mateus.

O representante do Subprefeito saudou o público e elogiou a organização do evento. A representante do CMDCA parabenizou pela eleição dos conselheiros tutelares e ressaltou como fato negativo, a ausência de adolescentes nesta Conferência Convencional e a não realização da Conferência Lúdica. De acordo com ela, isso ocorreu em função do CMDCA não ter garantido

transporte e lanches e não ter comunicado a comissão regional em tempo dela poder avisar as entidades e crianças sobre a mudança. Esse incidente causou um grande constrangimento para a comissão regional porque muitas entidades e crianças ficaram esperando, em vão, os ônibus que deveriam levá-las ao local da conferência. A representante do CMDCA continuou seu pronunciamento dizendo que tentou, juntamente com um grupo em reunião do CMDCA, remarcar a data da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para Março de 2012, mas tal sugestão não foi acatada pelo órgão. Finalizando, afirmou que se responsabilizava, enquanto integrante do CMDCA, pelas atuais condições de realização das Conferências Regionais de 2011.

A representante do Fórum destacou o compromisso dos presentes com a luta pelos direitos da criança e do adolescente, pois mesmo após as seguidas remarcações do evento estavam ali dispostos para os trabalhos do dia. Sugeriu também que, de algum modo, ali fosse pensada uma estratégia para garantir que as crianças e adolescentes de São Mateus pudessem ir à Conferência Municipal.

A representante da Diretoria Regional da Educação apontou para a urgência do cumprimento do ECA. A representante do CRAS e do Conselho Tutelar também criticaram a organização do CMDCA. O representante do Conselho Tutelar aproveitou para apresentar os conselheiros tutelares recém eleitos e aqueles em final de mandato que estavam presentes na Conferência.

Por fim, a representante dos adolescentes fez uma manifestação de repúdio, em nome dos jovens da região, dizendo que foi lamentável a não realização da Conferência Lúdica, porque com isto, o próprio CMDCA tornou-se responsável pela violação dos direitos da criança e do adolescente.

• Regimento Interno

A Leitura do regimento interno da IX Conferência Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Mateus foi feita por três dos presentes, entre eles, a representante dos jovens. E, por votação, foram decididas as seguintes alterações:

> Capítulo II, Art. 4º, Item XII: "Eleger as delegadas e delegados da cidade de São Paulo para a Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (...)". Para: "Eleger as delegadas e delegados da região de São Mateus para a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (...)".
>
> Capítulo III, §2º: "O cadastramento dos participantes será encerrado às 10:00h". Para: "O cadastramento dos participantes será encerrado no momento da aprovação do Regimento Interno".

Esta última alteração venceu por votos no confronto com outra proposta que era a de estender o credenciamento dos participantes ao longo de toda a realização da Conferência. As duas propostas estavam preocupadas com a representatividade da região na Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Mas os conferencistas reunidos concluíram que de nada valia estender o prazo até o fim do dia, pois, quem não tivesse participado da maior parte dos trabalhos e não estivesse a par do que ali aconteceu, não poderia ser representante da região de São Mateus. E caso alguém estivesse ali apenas para somar número para que pudessem eleger mais delegados, era melhor que não participasse. Com estes argumentos, foi aprovada a proposta de encerrar o credenciamento no momento da aprovação do Regimento Interno. Em seguida, foi lida e aprovada a programação da Conferência.

• Apresentação cultural

Logo após a execução do Hino Nacional, no início da abertura, os mesmos jovens do Projeto Vocacional de Música do CEU Alto Alegre apresentaram um número musical de violão e voz neste primeiro momento da Conferência.

2 – OFICINAS

Todas as oficinas adotaram a mesma metodologia de trabalho, exceto a oficina correspondente ao Eixo 4. Todas as outras escolheram um relator e um coordenador para os trabalhos, pautaram-se primeiramente no ato de conferir as propostas elaboradas em 2009, para em seguida, elaborar as propostas de 2011.

O instrumental de trabalho utilizado nesta Conferência difere um pouco do instrumental proposto pelo CMDCA para o Ato de Conferir as propostas de 2009, pois inclui a coluna de observações e de realizado, não realizado e parcialmente realizado.

Oficina do Eixo 1: Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

Esta oficina contou com a participação de 8 pessoas sendo 7 mulheres e 1 homem na faixa etária de 25 a 40 anos. Todos disseram que trabalham em ONGs da região. Depois de conferidas as propostas de 2009, foram sistematizadas as propostas que surgiram das discussões do grupo em que vários problemas foram abordados. Os principais estavam ligados à violência urbana, ao déficit habitacional, à precariedade dos espaços públicos, à demanda não correspondida de vagas escolares, às parcerias público-privadas e ainda às questões relativas à saúde pública.

A partir da discussão específica sobre um homicídio que ocorreu no CDM local, foi proposto o estabelecimento de uma maior fiscalização do poder público. Foi mencionado ainda, que há pessoas morando clandestinamente nesse local em cujas dependências internas há um bar, além de ser conhecido com um ponto de prostituição.

Na educação, foi mencionado o problema de que as salas de aula estão superlotadas e de que é necessário que o Estado ofereça cursos profissionalizantes aos jovens da região, mas com base nas demandas do mercado de trabalho e que tais cursos possam enriquecer a formação dos jovens sob vários aspectos.

Foi ainda enfatizado que nas relações do Estado com o setor privado, no caso das ONGs, é preciso que o Estado acompanhe mais de perto os trabalhos, pois houve denúncias de que a maior parte dos trabalhos fica a cargo da ONG sem o controle e fiscalização por parte do poder público que se mantém um tanto distanciado. E quanto à saúde foi levantada a possibilidade de instalar um hospital para cada um dos bairros da região e aumentar a qualidade de todos os serviços médicos já disponíveis.

Oficina do Eixo 2: Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

Esta oficina contou com a participação de 11 conferencistas, 10 mulheres e um homem, e apesar de ter demorado para a escolha do coordenador e do relator, os trabalhos seguiram basicamente a mesma metodologia.

Antes de discutir e formular suas propostas, o grupo leu no texto base do CONANDA, as diretrizes do Eixo 2. O Ato de Conferir as propostas de 2009 gerou discussões que levaram à formulação de novas propostas. Os argumentos se fundamentavam na necessidade de se estabelecer, urgentemente, uma maior integração entre as instituições e todos os agentes responsáveis pelos direitos da criança e do adolescente, destacando ainda a importância da articulação dos serviços prestados pelas Secretarias da Prefeitura do Município de São Paulo. Foram apontados problemas estruturais em relação à moradia, ao uso de drogas, à miséria, e ao abandono de crianças e adolescentes por parte de pais e responsáveis e por parte do próprio Estado. Isto pode ser constatado pela incapacidade atual do poder público de encaminhar as questões relativas à não-garantia e violação dos direitos humanos da criança e do adolescente.

Em relação à proposta sobre criação de mais um Conselho Tutelar, foi comentado que o de São Rafael foi criado, o de Iguatemi foi prometido para a próxima eleição (2014) e nada se falou sobre o de São Mateus. O grupo específico de apoio ao ECA não foi implementado, mas a proposta não pareceu clara aos conferencistas e alguns disseram que quando uma proposta não é elaborada de forma clara, ela dificulta e até impossibilita a realização da conferência.

A proposta de implantação do CREAS não foi efetivada e houve apenas uma ampliação no Parque das Flores.

Oficina do Eixo 3: Fortalecimento do sistema de garantia de direitos

Esta oficina foi a mais numerosa em relação a participantes e também a que mais apresentou equilíbrio entre o número de homens e mulheres. Quase todos os conferencistas desta oficina informaram que trabalham na área da assistência, seja no setor privado ou no público, exceção feita a um professor. A metodologia foi a mesma das oficinas acima relatadas, com a especificidade de que, no momento em que as propostas eram conferidas, as novas propostas eram formuladas.

As discussões concentraram-se principalmente no sentido de estabelecer um maior diálogo entre os profissionais e setores envolvidos com os direitos da criança e do adolescente, emergindo mais uma vez a questão intersetorial, lembrando que os trabalhos por vezes ganham a dimensão de escola versus assistência. Houve problemas de entendimento de duas das propostas de 2009: uma que se referia à descentralização das eleições do CMDCA e outra em relação à percentagem da verba pública direcionada para as crianças e os adolescentes atendidos pela assistência social.

O primeiro problema girou em torno da inviabilidade de descentralizar as eleições do CMDCA e como não poderiam ignorar ou excluir a proposta, fizeram a discussão limitando-se a identificar possíveis agentes e apontando para a sua não efetivação no momento. O problema relacionado à segunda proposta estava no desconhecimento de tal percentagem. Foi esclarecido que se trata de um percentual de 1% da Assistência, destinado a crianças e adolescentes e que não se tem maior conhecimento do direcionamento e da aplicação deste dinheiro. Foi observado que não há uma especificação, por lei, de quanto da verba destinada à assistência deve ser destinada à criança e ao adolescente.

Oficina do Eixo 4: Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

O grupo foi composto por 6 pessoas, das quais, 5 mulheres, todas trabalhando na Assistência Social e uma delas no próprio CEU. Os trabalhos deste grupo foram iniciados com uma série de informes da conselheira tutelar que fazia parte destes trabalhos, a saber: sobre os acontecimentos no CMDCA no dia anterior, quando jovens ocuparam o referido órgão e a GCM foi acionada para retirá-los dali, e sobre o fato de haver uma reunião do Fórum Regional, dentro de poucos dias, para referendarem ou não a realização da Conferência.

Depois deste momento a maior parte dos trabalhos foi tomada por reclamações contra o modo como o CMDCA conduziu as conferências deste ano.

Apesar de o tema ser bastante pertinente à proposta do Eixo, não foram formalizadas propostas e o grupo não conseguiu se organizar para o ato de conferir as propostas de 2009.

Oficina do Eixo 5: Gestão da política

Este grupo foi o mais reduzido quanto ao número de participantes com apenas 5 mulheres. Em função desse número reduzido as próprias conferencistas sugeriram que os quatro relatores da FIPE se concentrassem nas outras oficinas com maior quantidade de participantes, pois certamente, demandariam um acompanhamento mais trabalhoso.

Foi explicado ao grupo que os relatores conseguiriam acompanhar e registrar as 5 oficinas para que nenhuma ficasse sem observador.

A metodologia do trabalho foi a mesma dos outros grupos e as discussões giraram em torno, principalmente, de retomar os serviços sociais interrompidos na região e fortalecer mecanismos que garantam o diálogo entre os agentes ligados aos direitos da criança e do adolescente. O grupo trabalhou na conferência das propostas de 2009 e elaborou as novas propostas.

3 – PLENÁRIA

Na plenária, cada oficina responsável pela discussão de um dos cinco eixos temáticos apresentou seus trabalhos através do representante de cada grupo. A apresentação era uma breve síntese das discussões e a leitura das propostas tiradas pelo grupo para serem submetidas à aprovação da plenária, que ratificava ou propunha a alteração de algum ponto.

Houve debate de alguns pontos das propostas apresentadas, mas não houve alteração total ou veto de alguma dessas. Apenas foi feito um adendo ao texto de uma das propostas do Eixo 3 que tratava

da divulgação do ECA nas entidades, através de oficinas para formação de educadores e (...). Foi acrescentada a implantação da audiência pública, o que pareceu incomodar os conselheiros tutelares e outros conferencistas mais próximos a este órgão. Isso os obrigaria a realizar mais um trabalho, além de todos os outros que já fazem. Inclusive questionaram se isto seria uma atribuição do Conselho Tutelar. De imediato, e pautando-se pelo conteúdo do ECA quanto às atribuições do conselheiro tutelar, os conferencistas que trabalharam na oficina deste eixo temático disseram que era sim, atribuição do conselho a tarefa de fiscalizar a garantia dos direitos da criança e do adolescente, e foram apoiados pela ampla maioria da plenária. A proposta foi considerada como tendo realização parcial, em função do ECA ter sido distribuído para as crianças e adolescentes, no entanto, ressaltou-se que foi apenas distribuído.

No caso da oficina do Eixo 4, depois de uma avaliação da mesa, foi acatado pela plenária que não houve uma sistematização das discussões conforme o instrumental e nem a conferência das propostas de 2009. Desse modo os trabalhos da oficina do Eixo 4 foram incluídos no campo de "Observações" do instrumental utilizado. Os participantes dessa oficina acataram e não se opuseram a esta decisão da plenária.

Foram propostas duas moções que circularam durante a plenária e foram aprovadas por votação. Uma delas criticava o CMDCA pelo fato dele próprio ter violado os direitos da criança e do adolescente ao não garantir a realização da Conferência Lúdica dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Mateus. A outra se opunha ao fechamento do CEDECA São Mateus e de programas de esporte e cultura da região. Não foi registrado o número de assinaturas colhidas.

Ao fim da apresentação e da votação das propostas deu-se início à escolha dos delegados de São Mateus para a Conferência Municipal. Os conferencistas não indicaram os nomes dos delegados nas oficinas. A escolha foi resolvida na Plenária, onde não houve votação de delegados, mas aclamação, porque o número de candidatos era menor do que as vagas previstas no regimento interno. Foram referendados 7 delegados e 4 suplentes.

4 - PROPOSTAS

➤ Eixo 1 - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

- Construir mais CDMs, assegurar a revitalização, manutenção e fiscalização dos CDMs. Execução: Prefeitura Municipal. Monitoramento: monitoramento da Subprefeitura. Implementação: construção de novas unidades. Prioridade: 1. Prazo: curto prazo.

- Melhorar a qualidade de ensino, diminuindo o número de alunos por professor e consequentemente aumentando o número de escolas porque precisaria de mais vagas. Execução: governo municipal e governo estadual. Monitoramento: SME e SEE (Secretaria Municipal e Secretaria Estadual da Educação).Implementação: por número de habitantes através de estudos estatísticos. Prioridade: 1. Prazo: curto prazo.
- Aumentar o número de professores concursados. Execução: governo municipal e governo estadual. Monitoramento: SME e SEE (Secretaria Municipal e Secretaria Estadual da Educação). Implementação: com concursos públicos anuais. Prioridade: 1. Prazo: anual.
- Voltar o ensino médio profissionalizante. Execução: governo estadual. Monitoramento: SEE (Secretaria Estadual da Educação). Implementação: por região, nas escolas, e Ensino Médio. Prioridade: 1. Prazo: médio prazo.
- Aumentar o número de hospitais infantis na região. Execução: governo municipal. Monitoramento: Secretaria da Saúde. Implementação: 1 por região. Prioridade: 1. Prazo: curto prazo.
- Vincular o orçamento destinado às políticas públicas sociais, a um percentual (1%) do PIB. Execução: governo federal. Monitoramento: SUAS. Implementação: aprovar no Senado e plebiscito. Prioridade: 1.Prazo: curto prazo

➢ Eixo 2 - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Criar um Conselho Tutelar para a região do Parque São Rafael e outro para o Distrito de Iguatemi, em curto prazo, e novo Conselho Tutelar em São Mateus. Execução: governo municipal. Efetuado: parcialmente. Monitoramento: governo federal. Prazo: curto prazo.
- Criar um grupo de apoio específico para divulgação do ECA e dos Direitos Humanos. Execução: governo municipal. Efetuado: não. Monitoramento: governo federal. Prazo: curto prazo.
- Implantar CREAS na região de São Mateus e ampliar os serviços da rede (creches, EMEI's, CCA's, etc.). Execução: governo municipal. Efetuado: não. Monitoramento: governo federal. Prazo: curto prazo.

➢ Eixo 3 - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos

- Divulgar o ECA nas entidades, através de oficinas para formação de educadores e distribuir o ECA nas escolas. Execução: SMADS/CRAS, DREs (Diretorias Regionais da Educação), CMDCA. Monitoramento: Conselho Tutelar. Implementação: com prestação de contas semestrais

do Conselho Tutelar à sociedade; tal órgão fiscalizaria, tal como é seu atributo legal, a efetivação, ou não, de tal proposta e produziria um relatório de diagnóstico que ficaria disponível no Conselho para o acesso de todos. E ainda: a implantação de uma audiência pública uma vez ao ano e monitoramento via SIPIA (banco de dados do Conselho Tutelar). Prazo: curto prazo. Efetuado: parcialmente.

- Introduzir o ECA como matéria específica nas escolas, inclusive para pais e responsáveis. Execução: governo federal, MEC. Monitoramento: MEC. Implementação: MEC. Prazo: longo prazo. Efetuado: não.
- Descentralizar a eleição do CMDCA para as Subprefeituras da cidade de São Paulo. Execução: Coordenadoria das Subprefeituras, Secretaria da Parceria e Participação, e CMDCA. Monitoramento: Coordenadoria das Subprefeituras, Secretaria da Parceria e Participação, e CMDCA. Implementação: Coordenadoria das Subprefeituras, Secretaria da Parceria e Participação, e CMDCA. Prazo: médio. Efetuado: não.
- Realizar conferências só para conferir em um ano e no seguinte ter um novo encontro para o lançamento de propostas. Execução: CMDCA e Subprefeituras. Monitoramento: Conselho Tutelar e fórum. Implementação: que o Encontro Lúdico seja inserido no calendário da região, e que tenha garantia de orçamento para sua realização. Prazo: curto. Efetuado: parcialmente considerando a realização do Encontro Municipal Lúdico.
- Adotar medidas de garantia dos direitos básicos através de prevenções que seriam apresentadas nas escolas e mesmo dentro das entidades. Execução: as 3 esferas: municipal, estadual e federal. Monitoramento: Fórum, sociedade civil, Ministério Público, Conselho Tutelar, CMDCA, CONDECA e CONANDA. Implementação: pelo Poder Executivo. Prazo: médio para as esferas estadual e municipal e longo para a esfera nacional. Efetuado: parcialmente.
- Ampliar a verba pública para as crianças e adolescentes que deixaria de ser apenas 1% (um por cento). Execução: as 3 esferas: municipal, estadual e federal. Monitoramento: FAS, Conselho Tutelar, CMDCA, CONDECA e CONANDA. Implementação: com o aumento do repasse de verbas – Tribunal de Contas. Prazo: longo. Efetuado: não.

➤ Eixo 4 - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Proposta: Garantir a participação democrática de jovens e crianças em espaços de decisão nas unidades de atendimento socioassistencial, saúde e educação. Observações: Execução é do poder público e sociedade civil. Implementação: com a garantia de uma comissão permanente, composta

pela sociedade civil e pelo poder público, a fim de preparar as Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- Garantir que jovens ocupem espaços de participação nos fóruns de garantia de direitos. Observações: ação para adotar métodos de controlar e contribuir.
- Em médio prazo, garantir a participação efetiva dos jovens nos Conselhos gestores (educação, saúde, segurança, etc.). Observações: eleições CMDCA. Puxar as discussões.
- Garantir a dotação orçamentária do FUNCAD para a promoção de encontros e oficinas que estimulem o protagonismo de crianças, jovens e adolescentes.
- Observações: Orçamentos e execuções. Encontro com os serviços (tirar duas datas) semestralmente.
- Realizar audiências públicas para ouvir crianças e adolescentes mobilizados pelo CMDCA.

➢ Eixo 5 - Gestão da política

- Retomar os serviços que foram extintos na região até que haja substituição específica (CEDECA ou equivalente, projeto com crianças em situação de rua, convênios para cultura e esporte). Execução: governo municipal. Monitoramento: Fórum DCA e governo municipal. Implementação: Vontade política na esfera municipal para a implantação dos serviços. Efetuado: não. Prazo: curto.
- Pautar a discussão e a capacitação da "Gestão de serviços e equipamentos públicos", a partir das diretrizes e princípios do ECA. Execução: governo municipal, Fórum DCA, ONGs e Conselho Tutelar. Monitoramento: governo municipal através do Conselho Tutelar. Implementação: articulação da rede. Efetuado: não. Prazo: curto.
- Implementar a Lei Federal que determina inclusão do ECA na grade curricular do ensino Fundamental e Médio. Execução: Ministério da Educação através do governo municipal. Monitoramento: CONANDA, CONDECA E CMDCA. Implementação: regulamentando a lei. Prazo: médio.
- Realizar conferências anualmente. Execução: governo municipal. Monitoramento: CONANDA, CONDECA e Fórum DCA. Implementação: vontade política. Efetuado: não. Prazo: médio.
- Criar órgão articulador de políticas, programas e projetos de garantia dos direitos nos níveis: estadual, municipal e regional, a exemplo da subsecretaria Nacional de Direitos Humanos. Execução e Monitoramento pelas 3 esferas: estadual, municipal e regional. Implementação: através de lei. Efetuado: não. Prazo: médio.

- Oficializar a rede de atores do sistema de garantia de direitos. Execução: Fórum DCA, ONGs e poder público. Monitoramento: Fórum DCA. Implementação: legitimar a rede e fortalecê-la. Prazo: curto.
- Fortalecer o CMDCA, Conselhos Tutelares e a Comissão da Criança e do Adolescente da Câmara Municipal. Execução: sociedade civil. Monitoramento: Fórum DCA. Implementação: mandando representação. Prazo: curto.
- Implementar o sistema Integrado de atenção à criança e adolescente, com diagnóstico vivo e dados do Orçamento Municipal. Execução: governo municipal. Monitoramento: CMDCA. Implementação: lei municipal. Prazo: curto.

5 - COMISSÃO REGIONAL

REPRESENTAÇÃO	NOME
Assistência Social	Ana Lucia de Julio Herreiro
Educação	Nelma Mende sda Silva
Saúde	Vanessa Aparecida da Silva Souza
Subprefeitura	Vera Lúcia Caravaggio
Conselho Tutelar	Eugidio Alves Carvalho Josivaldo Correia da Silva
Fórum DDCA Regional/Municipal	Silvia Maria de Lima Ana Cristina de Loredo Andréia Alves de Souza Juliana Kiihl Rodrigues dos Santos
Adolescente	Julie Lemes de Lima
Apoio da Comissão	Silvio Fernando Lopes
Adolescente	Cíntia Silva de Freitas

6 – DELEGADOS

Titulares	Suplentes
Ariana Aparecida da Silva dos Reis Danilo Scalambrini Luciano Diniz Marilene Caetano Raimundo Patricia Pereira Rodriguez Rafael Martins de Santos Valdison da Anunciação Pereira	Adriana da Conceição Antônio Daniele Tsuchida Bendazzoli Fabiana Nunes Machado Michele Custódio Pabst

MOÇÕES

1 – Moção de repúdio ao fato de que o próprio CMDCA violou os direitos da criança e do adolescente ao não garantir a realização da Conferência Lúdica dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Mateus.

2 – Moção de repúdio ao fechamento do CEDECA São Mateus e de programas de esporte e cultura da região.

SÃO MIGUEL PAULISTA

INTRODUÇÃO

As Conferências Lúdica e Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Miguel Paulista foram realizadas em dias e locais diferentes. A Lúdica realizou-se no dia 16 de novembro de 2011 nas dependências Clube da Comunidade Tide Setubal, na Rua Mario Dallari, 170. Participaram da conferência cerca de 200 crianças e adolescentes.

A Convencional ocorreu no dia 17 de novembro de 2011 na sede da Sub Prefeitura de São Miguel Paulista, à Rua Ana Flora Pinheiro de Souza, nº 76. Cerca de 80 adultos se inscreveram nessa conferência.

Alguns grupos marcaram presença na Conferência Convencional, identificados por camisetas, como é o caso da Associação Comunitária de Mulheres do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Nas duas conferências, ao se cadastrarem os participantes receberam uma pasta contendo a relação de propostas aprovadas na Conferência Regional de 2009 e os eixos orientadores da conferência de 2011. Em seguida, recebiam o lanche matinal.

CONFERÊNCIAS LÚDICA E CONVENCIONAL

1 – ABERTURA

1.1 – LÚDICA

• Composição da mesa

Às 10h foi aberta a Conferência Lúdica que contou com a participação da Coordenadora de Desenvolvimento Local, atuando como mediadora da abertura. Após a solenidade do Hino Nacional, foi composta a mesa de abertura com o Subprefeito de São Miguel Paulista, supervisora do CRAS, uma Conselheira Tutelar, um Conselheiro do CMDCA e morador da região, a coordenadora do Núcleo Mundo Jovem da Fundação Tide Setubal, Wellington dos Santos Silva, 17 anos, do Centro Educacional Nossa Senhora Aparecida, representando os adolescentes e Ana Vitória Souza Oliveira, 10 anos, representando as crianças.

A coordenadora do Núcleo Mundo Jovem da Fundação Tide Setubal falou da importância da presença das crianças e dos adolescentes neste evento em que eles serão ouvidos e que a conferência era um espaço de *falar com jovens e para jovens, e não apenas falar de jovens*.

Afirmou que aquele era o momento de eles falarem o que precisam, do que eles sentem necessidade e de articular propostas em comum. E também que era uma grande oportunidade de *influenciar políticas públicas e trabalhar coletivamente* e *que os jovens não podem transformar a luta por direitos em revolta, em uma rebeldia sem causa*. Desejou um bom dia de trabalho a todos e fez votos para que as crianças e adolescentes aproveitassem esse dia especial.

A conselheira tutelar reiterou a importância da presença daquelas crianças e adolescentes na conferência e que aquele era o momento deles *colocarem a vontade, os desejos e o que pensam* bem como de *dizer tudo o que até agora não pode ser dito*. Desejou bom trabalho a todos.

O adolescente Wellington disse que falaria na linguagem dos jovens e contaria um pouco de seu cotidiano. Contou que algum tempo atrás não tinha nada para fazer da vida até que sua mãe colocou seu nome, sem sua permissão, para participar do centro educacional e que desde então sua vida mudou. Afirmou que percebeu como vale a pena e que ele se percebe em transformação a cada dia. Agradeceu a seus educadores, pedindo inclusive para que um ficasse de pé, dizendo que são essas as pessoas que dão conselhos e acabam servindo como um pai. Afirmou que era *uma honra poder levar o nome dos educadores para a vida toda, desde a tia da faxina até o professor* e que os amava como a uma grande família, sendo este o tipo de trabalho que *transforma e fortalece o jovem*. Relatou ainda que aprendeu no centro educacional *que o computador e a informática são uma ferramenta que os jovens devem saber utilizar mas que não devem ser usados por ela.* Ele poderia ser outro garoto, e que especialmente os garotos não têm o que fazer da vida e que acabam jogando bola, ficando na rua, fazendo nada. E que ele tem outro pensamento, que ele pensa a sociedade, lê jornal todos os dias, e que todas as associações tem espaço para debates sobre a sociedade.

Ana Vitória relatou que tem uma experiência semelhante à do Wellington e que quando entrou no curso oferecido pelo centro socioeducativo, viu que foi uma forma dela poder se expressar. Disse que antes ficava em casa brigando com o irmão e agora vai para o centro, realiza atividades e se sente feliz por ter esta oportunidade.

O conselheiro do CMDCA iniciou sua fala comentando a dificuldade da realização das conferências DCA neste ano e afirmou que questões burocráticas atrapalharam muito o processo. Também enfatizou a falta de políticas públicas para obter verba para a concretização das propostas das Conferências passadas. Deu uma breve explicação a respeito do papel do ECA, e atribuiu o fato de ser tão completo e abrangente, devido a grande participação das comunidades na sua elaboração. Comentou ainda a importância do ECA como uma referência mundial atualmente. Agradeceu ao

Presidente do CMDCA. Divulgou o evento de posse dos Conselheiros Tutelares eleitos, que aconteceria no dia seguinte. Disse que uma das metas de seu mandato era priorizar as Conferências DCA e que estava trabalhando para isso. Insistiu na importância da participação de cada um dos presentes, e que eles, crianças e adolescentes, eram os atores principais do evento, estando os adultos ali para auxiliar. *Vocês não são espectadores, são atores principais*. Disse que os participantes deveriam aproveitar o momento para dizer o que pensam e o que querem.

A supervisora do CRAS falou do orgulho de perceber na fala de Wellington e Maria Vitória a importância e a diferença que os serviços socioassistenciais fazem na vida da comunidade. Agradeceu a presença e a participação dos componentes da mesa, bem como das organizações e trabalhadores sociais da Assistência Social presentes no evento e desejou bom trabalho a todos.

O Subprefeito cumprimentou cada integrante da mesa e parabenizou as crianças e os adolescentes presentes pelo *ato de cidadania* ao terem cantado todo o Hino Nacional corretamente. Disse que pensava que ninguém prestaria atenção na fala da mesa, mas que estava impressionado com a educação e silêncio dos participantes da Conferência. Dirigindo-se às crianças e adolescentes presentes comentou que na zona sul tem muito dinheiro, mas muita gente mal educada, e que eles estavam provando que são diferentes e que as pessoas poderiam até não acreditar, mas ele percebia que as crianças e adolescentes de São Miguel eram *limpinhas e educadinhas*, e que *o dinheiro não leva a nada, mas sim a educação*. Que apesar de serem muito humildes, a educação era muito importante. Citou o prefeito Gilberto Kassab diversas vezes, inclusive alegando que ele cobrou que cuidasse muito bem de São Miguel. Afirmou que era preciso que eles falassem o que pensam na Conferência. Finalizou agradecendo e pedindo uma salva de palmas para a funcionária da Subprefeitura que ficou responsável pela organização da Conferência.

Foram chamados os oficineiros para apresentarem um texto que haviam escrito. A oficineira chamou ao palco nove adolescentes que fizeram a leitura da peça “Sombras do homem de Neanderthal”. A leitura da peça levou alguns minutos e não gerou muito interesse da plateia. A leitura abordava o fato de ficarmos presos apenas no “nosso mundo” e que isso faz com que percamos a oportunidade de explorar novos horizontes e evoluir, pois quando participamos do conjunto a nossa volta, temos a chance de nos unir e fazer valer nossos direitos e necessidades. A intenção dos oficineiros, como afirmado ao final, era que as crianças e adolescentes mudassem seu olhar e pudessem pensar um mundo melhor onde quisessem viver.

• Regimento interno

Às 10h55 a mesa de abertura foi desfeita e a responsável pela organização do evento iniciou a leitura do regimento. Os participantes não tinham o regimento em mãos e acompanharam a leitura de modo muito disperso. Ao final da leitura, uma senhora presente na plateia pediu a palavra e questionou a falta do regimento no material entregue aos participantes e apontou que a plenária tinha autonomia para decidir se aprovavam ou não o regimento lido, mesmo sem tê-lo conseguido acompanhar. Seguiu-se uma votação confusa, conduzida pela organizadora, a fim de que fosse decidido se o regimento seria ou não aprovado e se deveria ou não ser debatido nas oficinas. Ao final, o regimento foi aprovado mesmo sem acompanhamento da leitura pelos participantes. Não houve nenhum destaque durante sua leitura, e por isso nenhuma alteração foi realizada.

1.2 - CONVENCIONAL

• Composição da mesa

A representante da Subprefeitura de São Miguel Paulista coordenou a mesa chamando os seguintes convidados: o Subprefeito de São Miguel, o Chefe de Gabinete, uma Conselheira Tutelar, um representante da sociedade civil no CMDCA, representante do Fórum DCA do Jd. Helena, representante de um vereador, representante do Coordenador de Educação da Região Leste, representante da Supervisora de Saúde e a Supervisora do CRAS São Miguel.

Antes do início das falas houve a execução do Hino Nacional, efetivando a abertura da Conferência.

A primeira a falar foi a representante do Conselho Tutelar que disse ter muito orgulho de morar na região desde que nasceu e que os problemas atuais são culpa da falta de atenção das políticas públicas.

Em seguida, a mediadora passou a palavra para o representante do CMDCA que falou da importância de São Miguel para a história da cidade, considerando que era um dos caminhos que Dom Pedro fazia para desbravar os arredores com os Bandeirantes. Destaca também que São Miguel é um dos bairros com maior número de árvores de Pau Brasil ainda plantadas, e afirma que *a história de São Miguel se confunde com a história de São Paulo*. Para encerrar ele destaca o fato de muitos nordestinos terem vindo para a região a fim trabalhar na construção da cidade e de agora serem renegados e esquecidos pelas políticas públicas, da mesma forma como São Miguel Paulista está sendo esquecida.

Falou também o representante do Fórum DCA Jardim Helena que parabenizou a comissão organizadora e comentou sobre a dificuldade das Conferências dado o desentendimento entre o Conselho Municipal e a sociedade civil. Para exemplificar disse que a região São Miguel é tratada como uma tribo, como se as pessoas não soubessem o que querem, sem posicionamento político, ou como se estivessem deslocadas do resto da cidade. Destacou que, ao contrário, a região foi palco de discussões importantes e que deve continuar ampliando debates e participando politicamente. Ressaltou ainda que *se pegarmos os anais do ECA veremos a importância de São Miguel Paulista*. Para finalizar, fez notar que é preciso conferir o positivo e o negativo, ou seja, o que foi e o que não foi cumprido nos dois anos desde a última conferência de 2009 e pensar novas possibilidades para os próximos dois anos.

O representante de um vereador agradeceu e parabenizou a participação de todos. Dizendo ter ficado emocionado com a Conferência Lúdica, lembrou a fala de um jovem que discursou sobre a importância da internet não apenas como um meio de divertimento, mas principalmente, como um instrumento de estudo e trabalho. Continuou sua fala mencionando o movimento de construção do Centro Cultural de São Miguel e a necessidade de construção de EMEI, EMEF, CEI. Entende que o aparelhamento público é essencial para o crescimento dos jovens, junto com envolvimento dos professores.

Na fala da representante da Diretoria Regional de Educação houve destaque para o Concurso Capa do Caderno em que três alunos de São Miguel Paulista concorrem neste ano com toda a cidade de São Paulo.

A representante da saúde agradeceu a oportunidade de participar e disse que a saúde tem papel importante na criação de políticas públicas.

Parabenizando a organização e a Conferência Lúdica, a representante da Assistência Social iniciou sua fala. Fez lembrar que em São Miguel Paulista ainda há muito trabalho a fazer, mas que a Conferência Lúdica foi um demonstrativo de que já há muitas pessoas empenhadas em promover a região e que, os adultos tomaram *um banho de cidadania* dos adolescentes.

O chefe de gabinete da Subprefeitura de São Miguel Paulista iniciou seu discurso afirmando que não existe cidadania sem participação: *é a participação que faz a cidadania*. Segundo ele, a conferência é o embrião da democracia que viveremos em breve, ressaltando que os jovens têm mais capacidade de conversar em grupo por estarem sempre fazendo parte de algum grupo. Por isso,

é preciso dar-lhes espaço e voz para a construção de um mundo melhor. N*ão podemos deixar esse sentimento de grupo morrer em nós adultos*. Lembrando o passado afirmou que o presente é bem melhor e que só quem viveu na região anos atrás sabe disso.

O Subprefeito de São Miguel Paulista foi o último a discursar. Em primeiro agradeceu todos que estavam na mesa e a comissão organizadora. Inicialmente ressaltou que encara São Miguel como um desafio que está sendo vencido, pois a subprefeitura é praticamente um serviço de zeladoria. Diz saber, por ter trabalhado 33 anos na Polícia Militar, que São Miguel é um dos lugares que dá mais trabalho, mas também é um dos lugares que mais dignifica aqueles que lutam por ele. Em seguida, fez um desabafo dizendo que ficou muito triste com alguns jovens que jogavam bola no momento em que o Hino Nacional estava sendo executado na Conferência Lúdica. Para ele, *é justamente por conta desses jovens desfocados* e *desgarrados que todos estão ali*, mas crê também que *as crianças que participaram da conferência ocuparão cargos de destaque num futuro próximo*. É por isso que considera importante que os adultos prestem muita atenção no exemplo que estão dando às crianças. V*ocê está fumando perto de crianças? Está falando palavrões? Por isso, hoje, antes de pensarmos nos problemas do bairro devemos pensar em nós mesmos. Será que estamos dando bons exemplos?*

• Regimento Interno

O Regimento Interno foi projetado em um telão para que todos pudessem acompanhar a leitura feita pela mediadora da mesa. Não houve alterações e o regimento foi aprovado dando início às atividades das oficinas.

2 - OFICINAS

2.1 - LÚDICA

A organizadora da conferência lúdica apresentou os cinco Eixos que seriam discutidos nas oficinas e indicou os locais onde as crianças e adolescentes trabalhariam até o horário do almoço:

Eixo 1 - Saúde e Segurança

Eixo 2 - Educação e Lazer

Eixo 3 - Cultura e Sociabilidade

Eixo 4 - Cidadania

Eixo 5 - Acessibilidade e Inclusão

As crianças e adolescentes puderam escolher livremente a oficina da qual gostariam de participar. Muitas crianças escolheram não ir para as oficinas e ficaram brincando nos espaços livres do clube.

Eixo 1: Saúde e Segurança

A oficina contou com 20 adolescentes em uma turma mista, com distribuição equilibrada entre os sexos. Havia dois oficineiros que contaram com a ajuda de mais duas pessoas ligadas a ONGs que atuam na região.

Um dos oficineiros iniciou falando sobre o significado da Conferência e do ECA. Para exemplificar leu um artigo do ECA e, a partir de algumas perguntas conseguiu envolver parte dos adolescentes numa discussão sobre os direitos e deveres dos jovens.

O outro oficineiro explicou que aquele era o momento em que todos poderiam expor suas opiniões sobre vários assuntos que diziam respeito às condições de vida no bairro e na escola. Procurou explicar como era importante que eles expressassem suas ideias para que o grupo pudesse, depois, formular propostas que a serem apresentadas na plenária.

O esforço dos oficineiros foi o de motivar os adolescentes mostrando que as propostas por eles formuladas poderão influenciar de algum modo as políticas públicas que deverão melhorar as condições do local onde vivem.

A primeira parte da oficina foi dedicada à discussão das questões ligadas à Saúde.

De acordo com a metodologia utilizada os oficineiros provocavam os adolescentes com perguntas sobre aspectos do tema da oficina. A partir das perguntas os adolescentes debateram sobre as dificuldades que os moradores de São Miguel enfrentam para ter acesso aos postos de saúde, a demora para marcar consultas e o descaso dos órgãos públicos e das autoridades. Debateram também a respeito das formas como lidam com essa situação.

Uma questão levantada por alguns adolescentes é a inexistência de médico hebiatra nas unidades de saúde da região. Nesse aspecto, a realidade está muito distante do que o ECA prevê.

Depois de certo tempo de debate os adolescentes receberam folhas de papel com a orientação de escrever as ideias que tinham discutido, já formulando propostas sobre as questões de saúde.

Terminada essa etapa do trabalho todo leram em voz alta o que haviam escrito. As propostas melhor elaboradas foram passadas para um quadro (cartolina) para ser levado à plenária.

O tema Segurança ocupou o restante do tempo dessa oficina. A metodologia utilizada foi a mesma da primeira parte.. Os oficineiros levantaram questões provocativas e os adolescentes tinham de responder. O debate era conduzido a partir das falas dos adolescentes.

Quanto a Segurança foi discutida principalmente a questão do tráfico de drogas e a insegurança que as pessoas vivem, principalmente em regiões da periferia da cidade. Os adolescentes relataram casos ocorridos nas ruas, nas escolas e com pessoas conhecidas.

O uso de drogas foi assunto que desencadeou animado debate. Esse tema foi tratado sempre associado à questão da segurança pública e apenas quando uma adolescente propôs a construção de clínicas de reabilitação o tema aproximou-se da saúde.

Mais policiamento na comunidade e o combate ao tráfico foram as questões mais frequentes nesse grupo.

Dentro deste tema, os oficineiros deram como exemplo de medidas de segurança as Unidades de Polícia Pacificadora – UPP – no Rio de Janeiro e o conflito que culminou na ocupação da reitoria da USP. Com relação a este último caso, um jovem afirmou que *lá eles querem afastar a polícia*.

Apesar de a grande maioria dos adolescentes ter participado da atividade escrita, apenas os mais velhos se destacaram nos debates.

Foi escolhido o relator da oficina com a função de apresentar as propostas na plenária e, em seguida, foram eleitos o delegado e o suplente.

Eixo 2: Educação e Lazer

Participaram dessa oficina 65 crianças e adolescentes entre 07 a 17 anos de idade, muitos ligados a entidades como Instituto Alana, Novo Olhar, ACAS, CCA Padre Ticão, CCA Vila Progresso, CCA Sítio da Casa Pintada, CCA Aprendendo a Viver e CCA Parque Paulistano.

O oficineiro explicou o propósito da conferência e da oficina. Não foram organizadas atividades mais elaboradas ou debate dos temas em questão. Os oficineiros pediram que as crianças escrevessem em uma folha se existem ou não pontos de lazer para crianças e jovens em sua região, o que está bom e o que precisa ser mudado ou melhorado na comunidade com relação a este aspecto.

Logo em seguida o oficineiro propôs que as crianças e adolescentes se manifestassem quanto às carências e necessidades nas escolas e o que eles achavam ser a necessário mudar. Houve uma

breve discussão a respeito do que deveria ser mudado na escola, porém não houve participação efetiva dos presentes. Os educadores responsáveis pelas crianças presentes não se empenharam em promover a participação de todos no tema.

Apesar do pouco interesse da maioria, foi observado que enquanto as crianças priorizaram a ampliação das atividades de lazer, os adolescentes buscaram melhorias nas condições de ensino desde a estrutura das instalações, a professores motivados e capacitados, mais segurança e medidas para combater o consumo e venda de drogas.

Um das adolescentes mais participativas afirmou que os *alunos têm que mudar primeiro para depois eles mesmos mudarem a escola*

Quando a discussão abordou as carências no ensino, os adolescentes apontaram problemas como merenda de baixa qualidade e pouca ou nenhuma higiene nas instalações, principalmente nos banheiros. As crianças reivindicaram mais oficinas, gincanas e campeonatos esportivos entre escolas da região. Também pediram mais espaço e liberdade para criarem projetos de cultura e lazer nos períodos em que as instalações das escolas não são utilizadas para aulas. *Queremos liberdade para criar projetos no espaço, como dança e teatro*, afirmou essa adolescente.

Algumas crianças não entendiam o que faziam ali. Um garoto 10 anos perguntou qual a finalidade da conferência, e o oficineiro explicou da seguinte forma: a conferência *serve para defender o interesse e entender a real necessidade das crianças e jovens nas escolas, de acordo com elas próprias.*

As propostas foram elaboradas após o final da oficina, sem qualquer acompanhamento do grupo de crianças e adolescentes participantes e foram divulgadas apenas durante a plenária.

A escolha dos delegados também foi feita após o término da oficina, e não foi possível ter acesso aos critérios utilizados nessa escolha. Não foram escolhidos suplentes.

Eixo 3: Cultura e Sociabilidade

O grupo desta oficina estava composto por 35 adolescentes, sendo 12 meninos (1 com necessidades especiais) e 23 meninas (3 com necessidades especiais) e 11 adultos, todos coordenados por 2 educadores/oficineiros.

A dinâmica da oficina teve dois momentos: o da discussão e formulação de propostas sobre cultura e o de discussão e formulação de propostas sobre sociabilidade.

O grupo trabalhou sentado em círculo, a cada um dos participantes recebeu papel e lápis para anotações. A proposta foi que escrevessem ou desenhassem formas de melhorar o acesso à cultura no bairro em que viviam. A maior parte dos adolescentes preferiu escrever.

Os participantes trabalharam individualmente, e os educadores iam caminhando entre eles e verificando o que escreviam. Com base no que os adolescentes escreveram, os oficineiros formularam propostas sobre o tema.

Uma vez concluída essa atividade os educadores as leram as propostas para o grupo e perguntaram se todos aprovavam.

A ideia, formulada por alguns adolescentes, de melhorar o bairro com o uso do grafite para que os jovens morassem em um "bairro arte", foi negligenciada. A participação ativa dos adultos e suas propostas melhor elaboradas deram a tônica da discussão.

Tendo sido aprovadas as propostas sobre cultura, os educadores distribuíram uma nova folha e repetiram o processo, agora com o tema da melhoria da sociabilidade entre crianças e adolescentes no bairro. Uma vez que havia no grupo pessoas portadoras de deficiência física, o tema mais discutido foi sobre as condições de acesso de deficientes às áreas de lazer e parques. A ampliação do acesso foi a primeira proposta dentro do tema sociabilidade.

Este segundo momento foi um pouco conturbado, pois os oficineiros não sabiam que deveriam eleger delegados, nem relatores e o tempo da oficina estava no fim. Os oficineiros também não tinham conhecimento da ficha de propostas do CMDCA, de forma que formularam propostas sem discutirem formas de execução, implementação, monitoramento e níveis de prioridade.

A necessidade de escolha de delegado foi apresentada aos adolescentes de maneira quase que individual – uma pessoa da organização do evento, que não era nenhum dos oficineiros, passou na roda explicando de um a um. Mas, nesse momento o grupo já estava disperso o que não permitiu a escolha do suplente.

Eixo 4: Cidadania

Nessa oficina estavam presentes 27 crianças e adolescentes: com idades variando de 8 a 14 anos (9 meninos e 19 meninas). Contaram com a participação de uma oficineira.

A oficineira propôs uma breve reflexão sobre o significado de cidadania seguida de esclarecimentos. Iniciou com a definição do dicionário, ilustrando com alguns exemplos. Orientou

que cada um deles se colocasse no lugar do Prefeito e propusesse melhorias para a região de São Miguel Paulista. As crianças e adolescentes poderiam optar por desenhar ou escrever as propostas. Ficou livre a opção por trabalho individual, em duplas ou em grupos. A grande maioria optou por realizar a atividade individualmente.

A oficineira passou por todos os participantes reforçando e novamente esclarecendo a atividade a ser realizada.

Não foi realizada discussão em grupo. Estavam presentes duas educadoras que acompanhavam adolescentes do SEPAS (Sociedade de Ensino Profissional e Assistência Social), mas não houve qualquer tipo de interferência delas durante toda a oficina. Houve considerável dispersão por parte de algumas crianças e adolescentes, mas de maneira geral foram atentas, dedicadas e caprichosas na realização da atividade.

Após aproximadamente uma hora de trabalho, o grupo foi reunido para apresentação individual. A oficineira deixou livre para quem quisesse mostrar o que havia escrito ou desenhado.

Seguem algumas falas dos participantes: *Mais cursos profissionalizantes***,** *Tirar o lixo das ruas*, *Mais comida nas escolas*, *Todos deviam estar na escola, mas muitos não vão*.

Após cada apresentação a oficineira perguntava se todos achavam a proposta importante, e então preenchia o instrumental das Conferências juntamente com a criança ou adolescente.

Eixo 5: Acessibilidade e Inclusão

Este grupo era composto por 11 crianças e adolescentes entre 10 e 18 anos (6 meninos e 5 meninas) e tiveram a participação de dois oficineiros. Todos pertenciam ao Centro Educacional Nossa Senhora Aparecida, inclusive um dos oficineiros. Por formarem um grupo pequeno e de pessoas que se conheciam, todos pareciam estar bem a vontade para participar

Um dos oficineiros iniciou apresentando o tema a ser discutido e informou que todos os assuntos que eram do interesse dos participantes deviam ser anotados na folha que receberam. No final eles deveriam montar um cartaz com as ideias e as propostas por eles elaboradas, que seriam apresentadas na plenária.

Uma jovem se manifestou dizendo deveriam dar mais atenção ao lazer, que em sua opinião era importante para a comunidade. Outro participante contou que a prefeitura construiu uma praça e que

mantém limpo o espaço, mas que as pessoas precisam se conscientizar da necessidade da manutenção dos equipamentos da praça.

Uma das questões mais discutidas referia-se à dificuldades de acesso à moradias. Outra jovem falou que não adiantava as pessoas cobrarem seus direitos, mas também era importante saber os seus deveres.

O oficineiro questionou se eles têm acessibilidade a equipamentos de cultura na região. Os jovens responderam que não, pois o único equipamento de cultura que existente é um telecentro.

Outro jovem falou que nem os professores incentivam o acesso a cultura.

Um dos jovens tem uma banda de rock e o oficineiro perguntou se ele tem um espaço para ensaiar e apresentar o trabalho da banda. O jovem respondeu que além da falta de espaço eles enfrentam os preconceitos contra sua banda.

Então outra jovem ressaltou a exclusão que sofrem por morar em uma comunidade da periferia e afirmou que ONGs teriam de fazer algo para mostrar o valor das pessoas que estão isoladas. Ela falou que *nos dias de hoje as pessoas da comunidade já são mal vistas pelo lugar onde vivem e se não lutam constantemente por seu espaço nunca são ouvidos. Na maioria das vezes só sabemos gritar por nossos direitos, mas temos que ter em mente que realmente devemos correr atrás do que queremos e ter consciência dos nossos deveres.*

Um participante falou da dificuldade de andar nas ruas esburacadas onde o asfalto já saiu e em outros onde tiraram o asfalto e colocaram o paralelepípedo de volta e, quando chove, eles se soltam e descem pela rua.

Um jovem sugeriu fazer um manifesto pacífico com as pessoas da comunidade e outros reclamaram das pessoas que não fazem nada para mudar essa situação.

O oficineiro destacou que é preciso fazer um trabalho com pais, estudantes e comunidade em geral para que seja preservado o espaço comum. Eles afirmaram que a maioria quer mudanças.

Na opinião de uma adolescente, *para não existirem os problemas de acessibilidade era preciso ter planejamento*.

Citaram também o problema da falta de educação de moradores de prédios no bairro que não jogam o lixo na caçamba, mas sim na rua em qualquer horário e quando chove o lixo vai parar nas casas.

A oficineira lembrou que eles teriam que elaborar algumas propostas a respeito dos problemas que discutiram e exemplificou dizendo que *sendo normal já é difícil andar imagina sendo deficiente?*

O oficineiro então sugeriu que começassem a fazer os cartazes com os tópicos analisados na oficina, para facilitar a apresentação.

2.2 - CONVENCIONAL

Para a realização das oficinas os participantes foram divididos no espaço do auditório, formando 3 grupos de discussão. Esta divisão se deu de maneira espontânea, ou seja, cada participante escolheu o eixo que gostaria de debater. Como o número de participantes era relativamente reduzido alguns grupos concordaram em discutir mais de um eixo, conforme segue abaixo:

Grupo 1 - Eixos 1 e 4,

Grupo 2 - Eixos 2 e 5;

Grupo 3 - Eixo 3.

A conferência não contou com oficineiros, portanto, a metodologia de trabalho foi discutida e estabelecida por cada um dos grupos. De maneira geral, os grupos iniciaram lendo o texto relativo aos eixos e em seguida debateram os problemas da região, construindo propostas

Oficina dos Eixos 1 e 4

Neste grupo participaram 19 pessoas (15 mulheres e 4 homens). Havia representantes de ONGs, do Fórum Regional DCA e da assistência social.

O grupo decidiu inicialmente fazer a conferência das propostas de 2009 (eixos 1 e 4) e, em seguida, a realização da leitura dos dois eixos na íntegra. Como não havia um oficineiro para orientar os trabalhos, decidiram escolher um mediador para acompanhar as inscrições daqueles que quisessem fazer destaques e de um relator para transcrever o debate. Aprovadas estas questões e escolhidos o mediador e o relator, o grupo começou a discutir as propostas de 2009 e em que medida foram implementadas. A discussão foi relativamente rápida e concluíram que muito pouco foi feito pelo governo municipal para atender a demandas da região. As conclusões do debate foram as seguintes:

- As propostas de políticas públicas elaboradas na última conferência não tiveram sua execução priorizada, principalmente nos direitos básicos de saúde, educação, habitação, esporte, cultura e lazer.

- Os Conselhos Tutelares não entendem o seu papel e não buscam usufruir os espaços de formação disponibilizados pelo CMDCA.
- A imprensa mostra as tragédias que envolvem crianças e adolescentes, responsabilizando Conselhos Tutelares e programas governamentais omissos, sem, contudo mostrar as ações proativas realizada na defesa do direito.
- A sociedade está sendo manipulada pela mídia sensacionalista, sendo conduzida a ser favorável na redução da maioridade penal
- Os programas de atendimento no município não se adequaram a garantia do direito das crianças e adolescentes portador de deficiência auditiva
- A população não sabe o papel do CMDCA, Conselho Tutelar e dos Fóruns.
- Falta divulgação da atuação do Fórum DCA para a comunidade, instituições governamentais e não governamentais.
- Os horários e datas que ocorrem as reuniões do Fórum DCA e do CMDCA não possibilitam a participação.
- Os Fóruns DCAs discutem questões pontuais e de interesse do momento, como a eleição de Conselho Tutelar e as conferências, não tendo uma sistemática de discussão do direito no contexto geral.

Terminada a conferência das propostas de 2009, deu-se início à leitura do Eixo 4 (escolheram iniciar por este eixo por ele ter apenas uma diretriz). Este eixo tomou a maior parte do tempo de discussão da oficina, sendo que as questões que envolvem os Fóruns foram o centro do debate. Algumas falas destacaram-se:

- *planejamento estratégico para os fóruns; reuniões fora do horário comercial; os organizadores dos fóruns precisam estar realmente envolvidos com a causa*.

- *A maioria das pessoas não tem preparo para discutir os assuntos abordados nos fóruns. Deve haver um melhor preparo para os participantes, bem como uma melhor divulgação das reuniões. É preciso adotar horários que facilitem a participação dos membros da comunidade bem como a participação destes na organização das reuniões e das ações dos fóruns, trazendo mais qualidade e veracidade às discussões*

- *O Fórum não se preocupa em integrar a sociedade civil nas discussões sobre as políticas publicas da região. Frequento o fórum há dois anos e está sempre vazio, e quando existe uma participação maior é sempre por algum motivo temático, como período eleitoral.*

- Os fóruns devem ter horários que atendam a necessidade do trabalhador, ou as instituições devem se adequar e permitir que os funcionários se ausentem neste período. Só assim teremos uma democracia real

Foi levantado por uma participante um debate sobre o Conselho Paritário de Direito e o grupo demonstrou desconhecê-lo. Conferem que não houve para a sociedade em geral divulgação do que é este conselho e qual o seu papel; por fim, evidenciaram a importância de legitimar o Conselho de Direito e a necessidade de cobrar resultados

Concluída a discussão sobre o Eixo 4, passou-se à leitura do Eixo 1. Para abrir este eixo debateram a falta de treinamento e capacitação dos conselheiros tutelares, sendo alegado que muitos parecem assumir o cargo sem nenhuma preparação e sem conhecer suas próprias funções. Um participante afirmou que a mídia acaba denegrindo o papel do conselheiro tutelar e que deveria haver divulgação de seu real papel nas diversas mídias. Alguns temas tratados sobre este eixo foram:
- Cobrar da mídia maior divulgação dos resultados obtidos pela sociedade, e não apenas a parte ruim das comunidades;
- Mais projetos que incentivem a capacitação dos jovens e que informem sobre os males da violência e drogadição das crianças e adolescentes;
– Maior divulgação do ECA nas escolas e comunidades;
– Garantir o ECA como disciplina na grade curricular das escolas e garantir a abordagem em grupos de discussão que envolva crianças e adolescentes.

Faltando poucos minutos para encerrar o tempo de discussão a única adolescente que estava neste grupo levantou a questão das drogas e as dificuldades de comunicação entre jovens e adultos, lembrando o direito dos jovens de se expressarem: *é preciso que haja um diálogo mais justo entre jovens e adultos, queremos direito a voz!* O grupo não debateu a questão levantada pela jovem e deliberou que já era muito tarde e que ainda precisavam redigir as propostas e escolher os delegados.

As propostas foram elaboradas quando muitos participantes já tinham deixado a oficina para fazer o horário de almoço, sendo redigidas exclusivamente por dois participantes. A eleição de delegados também se deu neste momento, quando a oficina já estava esvaziada e, portanto, decidiram pela escolha daqueles que estavam presentes.

Oficina Eixos 2 e 5

Este grupo foi formado por 24 participantes (14 mulheres e 8 homens). Como não havia um oficineiro, foram escolhidas uma mediadora e uma relatora. Cerca de 8 mulheres que participavam deste grupo vestiam camisetas da Associação Comunitária de Mulheres do Movimento dos Sem Terra (ACM MST); grupo no qual, conforme uma delas notou logo no início da oficina; todas participam e militam. Decidiram, logo de início, que seria realizada a leitura de cada um dos eixos e debatidos conforme houvesse necessidade. Pontuou-se também que todos deveriam se ater a questões relacionadas a região de São Miguel Paulista para que o trabalho não ficasse disperso. De maneira geral, a participação deste grupo foi muito ampla tendo, em muitos momentos, as mulheres do MST à frente da discussão. Durante a leitura dos eixos foram surgindo alguns temas e algumas propostas, conforme segue:

- Criação de CAPS infantil;
- Ação conjunta entre as secretarias;
-Integração entre os três poderes para que seja facilitado a consolidação do ECA;
- Ampliação o serviço do CMDCA, da vara da infância e do conselho tutelar para a defesa dos DCA;
- Fiscalização com transparência do conselho tutelar;
- Cursos de formação para conselheiros tutelares
- Criação de um CAPS-AD na região de São Miguel Paulista. Segundo uma participante *há uma verba de duzentos milhões de reais destinada aos CAPS.*
- Melhorar o acesso a serviços como o Poupatempo considerando que se trata de um serviço básico e muitas pessoas não tem dinheiro para condução;
- Ampliação do acesso a cultura e ao emprego, erradicação da fome;
- Disponibilizar carro aos conselheiros tutelares para que possam atender melhor as crianças e adolescentes;
- Ampliação do acesso a telefones de denúncia e à crianças que sofrem bullying.
- Criação de um programa para ex-internos da Fundação Casa garantindo acesso a emprego;

Questões relacionadas a educação também estiveram presentes no debate. Alguns participantes reclamaram que em muitos lugares não há vagas nas escolas e as crianças são encaminhadas para longe de suas casas, o que aumenta os índices de abandono escolar. Outro participante comentou que é necessário levar estes casos ao Ministério Público, onde, mesmo levando muito tempo, o

problema é sempre solucionado. Em meio ao debate ocorreu uma reclamação contra conselheiros tutelares e pelo mau funcionamento do CREAS. Ressaltaram que conselheiros tutelares deveriam ter conhecimento jurídico para conhecerem os meios legais de atuação.

Outro tema debatido foi a questão da abordagem, pelos conselheiros tutelares, das crianças que trabalham nos semáforos. Conforme relatou um participante, *estas crianças estão inseridas em movimentos de tráfico, tirá-las desta posição acarreta risco de vida ao conselheiro*,. Concluiu-se que esta é uma tarefa que deveria ser conjunta entre Conselho Tutelar, Polícia Militar e Poder Judiciário.

Ao mencionarem casos de crianças vítimas de abuso sexual, foi apontado que o Hospital Pérola Byington é a única referência que atende esses casos, notando-se a necessidade da construção de Hospitais com esta finalidade próximos das periferias.

As propostas foram redigidas durante o debate pela relatora. Para escolher os delegados, foi levantada a candidatura dos interessados – não foi necessário fazer votação, considerando que havia o mesmo número de vagas e de interessados.

Oficina Eixo 3

Este grupo foi formado por 11 participantes (9 mulheres e dois 2 homens). Durante toda a oficina houve pouco debate e alguns participantes deixaram clara a falta que fazia um oficineiro para conduzir o trabalho. Após longo debate sobre a metodologia a ser utilizada e sobre como criar propostas, foi sugerida e acatada a ideia de ler o Eixo 3, debater e em seguida pensar nas propostas. Assim a oficina foi conduzida até o final, debatendo ponto por ponto

Durante a leitura uma das participantes, representante da área da saúde, alegou ser "ilógico" e "patético" pensar que crianças e adolescentes têm capacidade de elaborar propostas para serem seguidas pela região. Como resposta a participante do Centro da Criança e Adolescente ressaltou que a maior importância das Conferências é justamente estimular a participação das crianças e adolescentes desde cedo. O conselheiro tutelar presente no grupo formulou uma proposta para findar esta discussão: criar um Programa Escola da Família Municipal para que a comunidade se aproprie da escola e para que os jovens comecem a serem politizados desde cedo, assim, estariam mais bem preparados no momento das Conferências.

Também sugeriu a promoção dos grêmios estudantis, pois com isso valoriza-se a fala dos jovens. A representante do CCA explicou o trabalho realizado pela instituição a partir do atendimento de jovens de 6 a 14 anos e 11 meses no contra turno escolar com alimentação e oficinas culturais. Nas oficinas, geralmente, os educadores do CCA elaboram artigos ligados a prevenção de doenças ou que perpassem temas ligados ao ECA. Outro tema apresentado foi a necessidade de criar uma equipe multidisciplinar de atendimento às crianças e aos adolescentes. Foi discutido também sobre a necessidade de uma lei que garanta que eles sejam atendidos por um profissional da saúde sem o acompanhamento de um responsável, pois muitas vezes eles não falam coisas importantes por medo dos pais.

O conselheiro tutelar propôs a leitura de algumas passagens do ECA para embasar a discussão. Foi lido o artigo 16 sobre protagonismo e participação de crianças e adolescentes; e o artigo 53 que trata do direito de participação em organizações estudantis. Neste momento, a representante da saúde afirmou que *se tudo já está posto no ECA, não precisa fazer Conferência, se já existe no ECA é só fazer valer*.

Por último, trataram dos problemas de discriminação de crianças e adolescentes com necessidades especiais. Uma das participantes contou um caso particular, exemplificando como é difícil assegurar os direitos destes jovens.

Para fechar a oficina concluíram a redação de seis propostas que foram encaminhadas para a plenária final. A escolha de delegados se deu após a dispersão do grupo. Como restaram na sala apenas 4 participantes, decidiu-se que dois seriam delegados e os outros dois, suplentes.

3 – PLENÁRIA

3.1 - LÚDICA

A organizadora da conferência anunciou que na plenária final seria feita a leitura das propostas de cada grupo de trabalho e em seguida, a votação dos delegados e suplentes.

A leitura das propostas de cada grupo foi feita por oficineiros acompanhados por crianças e adolescentes de cada oficina (alguns eram os delegados e/ou relatores do grupo).

Ao final da leitura de cada eixo, a organizadora conduzia a aprovação ou não das propostas. No geral as crianças estavam pouco atentas a apresentação dos eixos, mas ainda assim alguns adolescentes se posicionaram contra algumas propostas apresentadas. Um deles afirmou estar em

desacordo com as propostas do eixo que tratou do tema cultura porque de nada adiantaria que tudo aquilo proposto existisse se não houvesse segurança para os equipamentos e a comunidade. A mediadora alertou que o tema de segurança seria contemplado em outro eixo. Assim, todas as propostas lidas pelos grupos foram aprovadas sem alteração.

Ao final da leitura das propostas, foram convocados todos os delegados e suplentes eleitos nas oficinas. Após a apresentação dos candidatos foi perguntado aos presentes se aprovavam aquelas crianças e adolescentes como delegados. A plenária aprovou o grupo apresentado.

A mediadora encerrou a Conferência agradecendo a participação de todos.

Destacou os agradecimentos aos oficineiros que trabalharam voluntariamente, à FIPE que fazia a relatoria do evento, a SMADS que foi fundamental para a realização da Conferência, à Prefeitura, ao CDC Tide Setubal e à Secretaria de Saúde. Informou sobre o restante da programação do dia: o lanche seria servido e logo em seguida haveria um momento "divertido" com oficinas de dança, grafite e esportes.

3.2 - CONVENCIONAL

A plenária final da Conferência Convencional ocorreu com apenas 41 pessoas, após o almoço. Os representantes de cada um dos três grupos foram para a frente do auditório apresentar as propostas. Houve votação e todas as propostas foram aprovadas. Em seguida foi apresentada uma moção de repúdio sobre duas questões: (1) pela falta de estrutura para a realização das conferências, em especial ao oferecimento dos lanches; (2) pela falta de organização e planejamento por parte do CMDCA, especialmente a Secretaria de Participação e Parceria. A mediadora do evento falou sobre a dificuldade de realização das Conferências Lúdicas e Convencionais que contaram apenas com a boa vontade de algumas pessoas, faltando estrutura e suporte.

Por fim, os delegados titulares e suplentes foram aclamados, encerrando a de Conferência de São Miguel Paulista.

4 – PROPOSTAS

4.1 – LÚDICA

As oficinas que trabalharam com o Eixo 4 – Cidadania e o Eixo 5 - Acessibilidade e Inclusão foram as únicas que, além de elaborar as propostas, preencheram o quadro sugerido pelo CONANDA. No

Eixo 4 faltaram apenas os dados relativos a como implementar as propostas. No Eixo 5 as informações estão completas.

➤ Eixo 1 - Saúde e Segurança

- Mais segurança.
- Mais policiamento na região das escolas e comunidades para evitar o tráfico de drogas.
- Ampliar os postos de saúde com a instalação de no mínimo dois por bairro e aumentar o quadro de funcionários além dos especialistas. Aumentar o fornecimento de remédios e mais um hospital na região de São Miguel.
- Mais um corpo de bombeiros na região.
- Mais telefones públicos para a segurança da comunidade.
- Mais guaritas nas comunidades e palestras nas escolas.
- Clínicas para reabilitação
- Hebiatras nos postos de saúde

➤ Eixo 2 - Educação e Lazer

- Mais projetos socioeducativos para crianças e adolescentes, e programas de incentivo e capacitação para os profissionais da educação.
- Mais segurança e combate as drogas nas escolas.
- Mais funcionários na área de educação.
- Investir em bibliotecas com acervo atualizado priorizando o conteúdo para crianças e adolescentes, bem como acesso gratuito a internet.
- Investir em ETEC's e FATEC's na região.
- Promover o acesso gratuito a museus e eventos culturais.

➤ Eixo 3 - Cultura e Sociabilidade

- Aumentar investimento em atividades circenses.
- Criação de escolas de percussão e dança de rua.
- Criação de Teatros ou cinemas dentro do bairro, criando um museu contando a história do bairro
- Criação de escolas de ballet.
- Criação de atividades artísticas nos fins de semana em escolas.
- Acessibilidade dos deficientes na sociedade (acesso a parques e áreas de lazer).
- Trabalho em conjunto das empresas e ONGs para benefício da criança e adolescente.

- Aumento de palestras na áreas carentes para falar de inclusão social.
- Criação de palestras nas escolas para debater o preconceito na sociedade.
- Acesso a um estudo digno.

➤ Eixo 4 - Cidadania

- Melhorar a saúde e o meio de acesso. Quem executa: prefeito; formas de monitoramento: prefeitura; nível de prioridade: 1; prazo de execução: 2 anos.
- Aumentar propostas de grupos profissionalizantes. Quem executa: prefeito; formas de monitoramento: comunidade; nível de prioridade: 2; prazo de execução: 2 anos.
- Tirar jovens das ruas e criar escolas mais rígidas. Quem executa: prefeito; formas de monitoramento: prefeitura; nível de prioridade: 1; prazo de execução: 1 anos.
- Impor regras melhores para o combate do racismo. Quem executa: prefeito; formas de monitoramento: prefeitura; nível de prioridade: 1; prazo de execução: 2 anos.
- Criar leis mais regidas contra o bullying;
- Mais trabalhadores na área da reciclagem.
- Criar uma ONG que ajudaria pessoas pobres que não tem o que comer, vestir e se sustentar, e ajudar aquelas pessoas a fazer o seu futuro. Que daria um auxilio em dinheiro para aquela pessoa conseguir estudar e trabalhar e criar seus filhos.

➤ Eixo 5 - Acessibilidade e Inclusão

- Melhora do saneamento na comunidade como: lixo, asfalto, acesso e saneamento básico. Quem executa: prefeitura e comunidade; formas de monitoramento: prefeitura; como implementar: através de propostas e palestras; nível de prioridade: 1; prazo de execução: 1 ano.
- Parcerias e tardes culturais em ONGs.
- Melhorar os recursos da escola para o acesso de deficientes físicos.
- Ruas de difícil acesso.
- Pouco acesso a casas de cultura.
- Poucas escolas com recursos para pessoas com deficiência física.
- Exclusão social de: deficientes, negros, moradores de rua, religiosos, e pessoas que pensam em melhorar a comunidade.
- Organizar palestras para o esclarecimento do tema acessibilidade e inclusão envolvendo toda a comunidade.

4.2 - CONVENCIONAL

➤ Eixo 1 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

- Garantir a intersetorialidade na execução dos Planos Nacionais: Convivência Familiar Comunitária, SINASE, Violência Sexual contra a criança e adolescente, erradicação do trabalho infantil e plano de adoção no município.
- Investir e garantir a formação para Conselheiros Tutelares e ter controle sobre esta participação, afim de que não haja desperdício de recurso público.
- Propor junto ao poder público e CMDCA que ocorra a divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em toda mídia e do real papel do Conselho Tutelar.
- Propor ao CMDCA a edição de um ECA ilustrado que permita melhor leitura e compreensão da própria criança e adolescente, bem como da comunidade em geral.
- Garantir o direito da criança e adolescente, através de ações preventivas contra a violência, bem como contra o uso e consumo de álcool e drogas.
- Mobilizar e articular os Fóruns DCAs afim de que os mesmos proponham aos Conselhos Tutelares que subsidiem o CMDCA para elaboração de um diagnóstico da infância e adolescência no município de São Paulo, afim de que o diagnóstico instrumentalize o CMDCA para elaboração do Plano Municipal de Garantia dos Direitos Humanos da criança e adolescente conforme preconiza o Artigo 3º, 4º e 5º do ECA.

➤ Eixo 2 – Proteção e Defesa dos Direitos

- CAPS infantil e CAPS Álcool e Drogas para a região de São Miguel e Jardim Helena.
- Cobranças e transparências nos Conselhos Tutelares, Vara da Infância, órgão públicos e a família, para a retirada das crianças em situação de rua e risco. Além de mais transparência em relação a esses órgãos.
- Comunicação e informação sobre os serviços dos Conselhos Tutelares dando uma forma continuada e estruturada.
- Ampliação de redes dos serviços para crianças que sofrem com abusos sexuais e violência doméstica.
- Formação adequada e qualificação profissional com acesso a educação com qualidade, com suporte técnico para crianças que passaram por internação na Fundação Casa;

➤ Eixo 3 – Protagonismo e participação de Crianças e Adolescentes

- Criação de conselhos estudantis nas escolas municipais e estaduais, como espaço privilegiado às discussões pertinentes aos alunos em ambiente escolar, consoante o ECA no seu artigo 16, inciso II e artigo 53, "caput" e inciso II.
- Fomentar a discussão do ECA nos espaços públicos, implantar o estudo deste estatuto nas escolas, segundo princípios pautados nos artigos 58 e 90 do ECA
- Implantar o Programa Escola da Família nas escolas municipais
- Ampliar e divulgar serviço s e políticas sociais como CCA, CJ, PETI entre outras.
- Capacitar profissionais de todos os níveis para melhorar atendimento e escuta qualificada das crianças e adolescentes nos espaços de que fazem uso.
- Implementar grupos educativos destinados as crianças e adolescentes incentivando o respeito às diversidades.

➤ Eixo 4 – Controle Social da Efetivação dos Direitos

- Divulgação do Estatuto da Criança e do adolescente.
- Buscar espaço que facilite a participação das organizações e programas, com horário acessível para todos.
- Divulgar não só as reuniões, mas trocar experiências de ações realizadas pelas organizações e programas que deram certo.
- Garantir o protagonismo infanto-juvenil, ou seja: discutir com as crianças e adolescentes e não para eles.
- Fortalecer o papel dos Conselhos de Direito, legitimando e valorizando suas ações.
- Os Fóruns DCAs precisam se apoderar do seu papel de controlador de políticas públicas que propôs, acompanhando as ações na região e levando a demanda para o CMDCA.
- Estabelecer reuniões rotativas dos Fóruns nos diversos bairros e vilas no âmbito da sua atuação.
- Elaborar o planejamento estratégico, semestral ou anual do Fórum DCA, com divulgação nas organizações governamentais e não governamentais.

➤ Eixo 5 – Gestão da política nacional dos direitos humanos das crianças e adolescentes

- Ampliação de salas de aula nas próprias instituições escolares onde houve estrutura e ampliação dos espaços escolares

5 – COMISSÃO REGIONAL

REPRESENTAÇÃO	NOME
Assistência Social	Sueli de Andrade Santana
Educação	Valéria Paganeli
Saúde	Ana Vitória Pereira Costa Silva
Subprefeitura	Warny Moreira Santana
Conselho Tutelar	Maria dos Anjos Silva Eleni Santos
Fórum DDCA Regional/Municipal	Dorcas Henrique de Freitas Welligton Machado dos Santos Elaine Cristiana B Quintino Silva Renato Silveira Martins Sandra Regina A. Santos Manoel Costa Filho
Adolescente	Ester Rosendo dos Santos

6 – DELEGADOS

6.1 – LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Victoria B. Araujo	Tamires Ramos Matias
Michael da Conceição Ferreira	Lucas Santos
Bárbara Helen Rodrigues da Silva	Larissa Ferreira da Silva
Carlos Henrique Barbára	Bianca Furquim
Lucas Luiz Silva Santos	Wellington dos Santos Silva
Amanda Ferreira de Souza	
Jefferson de Oliveira	
Thiago Silva dos Santos	
Stefany de Lima	
Ana Carolina da Silva Cordeiro	
Ana Paula da Silva Cordeiro	
Taynara Elis Vilela	

6.2 – CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTES
Angela Maria R. Cavalcanti	Valdir Gugiel
Maria Iracema de Araujo	Ivonete da Silva
Mansimi Okumura Yoshei	Manoel Costa Filho
Elaine Cristina Batista Quintino Silva	Sonia Cristina Lopes de G Pinhoti
Ednei Nunes dos Santos	Gabriel Lisboa Silva
Eliane Alves da Silva	Alan de Melo Lima
Priscila Santos Costa	Graziela Rodrigues Bonci
Rosana Maria Nogueira de Oliveira Almeida Passos	Warny Moreira Santana

MOÇÃO DE REPÚDIO (35 ASSINATURAS)

Os participantes da Conferência Regional dos Direitos da Criança e Adolescente repudiam a falta de respeito na garantia dos direitos da criança e adolescente com relação a falta de estrutura para realização das Conferências Lúdicas e Convencionais; especialmente ao oferecimento do lanche precário e vergonhoso, aja visto que o kit continha apenas uma mini goiabada, um pão e uma caixinha de suco – nada saudável para as crianças e adolescentes em desenvolvimento peculiar, uma vez que sequer o kit continha água.

Repudiamos ainda a falta de organização e planejamento por parte do CMDCA, especialmente a Secretaria de Participação e Parceria, órgão responsável pela estrutura. A falta de planejamento e organização municipal fez com que a região de São Miguel Paulista adiasse por três (3) vezes a realização das conferências, o que motivou a realização mesmo sem estrutura adequada, afim de que não contribuíssemos para calar a voz das quase 300 crianças e adolescentes, educadores sociais e profissionais da rede; uma vez que ficou claro para nós que a intenção era que não houvesse a garantia do direito de conferir as violações das políticas públicas e propor mudanças.

SAPOPEMBA

INTRODUÇÃO

A 5ª Conferência Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sapopemba foi realizada no dia 08 de Novembro de 2011, das 8h:00 as 17h:00, no CEU Sapopemba, situado à Rua Manuel Quirino Matos, s/nº, no Bairro Jardim Sapopemba.

A Conferência Lúdica ocorreu no CEU Rosa da China, no dia 1º de novembro de 2011, data anterior à contratação da FIPE para os trabalhos de acompanhamento, sistematização e relatoria. Por essa razão, não consta deste relatório.

No momento da inscrição, o conferencista optava por um eixo temático do qual gostaria de participar e recebia em seu crachá, um selo colorido que permitia identificar a oficina escolhida.

Após o credenciamento que registrou a participação de 112 conferencistas, o evento teve início com a solenidade de abertura e contou com a participação de dois palestrantes.

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

1 – ABERTURA

Inicialmente a Diretora de Esportes do CEU e um dos membros da Comissão Organizadora Regional da Conferência e também membro da Associação União da Juta recepcionaram os conferencistas, apresentaram o espaço e deram início à 5ª Conferência Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sapopemba.

Antes da composição da mesa foi executado o Hino Nacional e houve uma apresentação de um número de dança regional misturando elementos do folclore brasileiro, com as crianças do Centro Nossa Senhora do Bom Parto e do Centro para Crianças e Adolescentes Emília Mendes.

- Composição da mesa

A mesa de abertura foi composta pelos representantes das seguintes instituições: Diretoria Regional da Educação de Sapopemba, CREAS e CRAS Vila Prudente I e II, Fórum da Criança e do Adolescente de Sapopemba, Instituto Daniel Comboni e representante dos adolescentes da região e participante da oficina de grafite de Sapopemba. Não foi registrada a presença de representante do CMDCA. Os integrantes da mesa fizeram uma saudação e um breve pronunciamento de apresentação.

• Regimento Interno

O Regimento Interno da Conferência Convencional foi lido tendo sido sugerido e acatado pelos participantes, as seguintes modificações:

> Art. 5º. §1º. "Tem direito a voz e voto os participantes devidamente cadastrados que resida (sic) na região do Distrito de Sapopemba". Para: "**Tem direito a voz e voto os participantes devidamente cadastrados que resida (sic) e ou trabalhem na região do Distrito de Sapopemba**".
>
> Art. 22. Parágrafo único. "O critério de número de delegados (as) será de 10% do total de participantes, sendo também 1 (um) suplente a cada delegado (a)". Para: "**O critério de número de delegados (as) será de 15% do total de participantes, sendo também 1 (um) suplente a cada delegado (a)**".

Apesar de não ter sido alterado, o item III do Art. 5º que trata dos participantes da Conferência, gerou grande polêmica e discussão porque, conforme consta no regimento, os Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente deveriam fazer parte do evento, o que não aconteceu.

Encerrando os trabalhos no período da manhã foram realizadas duas palestras: "O conceito de Conferência", ministrada pela professora Maria Stela Santos Graciani e "O papel do educador", ministrada por Maria Lisabete Santiago. A primeira palestra iniciou com uma exploração dos cinco eixos temáticos propostos pelo CONANDA e que constam no Plano Decenal, com o objetivo de situar os conferencistas no contexto desses grandes campos sobre os quais deveriam ocorrer as discussões do dia. Na sequência, a palestrante tratou da visibilidade e invisibilidade do ECA, acentuando o fato de que este é um dos documentos mais avançados do mundo, mas que ainda falta muito para ser efetivado em sua plenitude, além de recordar momentos importantes de sua experiência enquanto educadora. A primeira palestra foi encerrada com uma série de desafios e problemas, atentando para a necessidade do trabalho intersetorial entre todos os agentes envolvidos nas questões dos direitos da criança e do adolescente. A segunda palestra tratou de discutir sucintamente o que é a ética, e contextualizar esse conceito filosófico no plano do cotidiano do trabalho para a garantia e a promoção dos direitos da criança e do adolescente.

• Apresentação Cultural

Antes do encaminhamento dos participantes para as oficinas, um grupo de mulheres da Cooperativa Irmã Dorothy Stang e da Associação União da Juta, integrando portadoras de necessidades especiais, apresentou um número de dança do ventre.

2 – OFICINAS

Logo após o lanche e a segunda apresentação cultural do dia, ocorreu o encaminhamento dos trabalhos das oficinas, que tinham como objetivo conferir as propostas da Conferência Convencional de 2009 e trabalhar a partir delas.

Cada oficina ficou responsável por um dos eixos temáticos e a divisão dos conferencistas entre as oficinas já estava determinada desde o ato de inscrição. Foi dedicado cerca de 1h:30min para os trabalhos das oficinas que deveriam apresentar o produto de suas discussões na plenária.

Como esta conferência não contava com uma equipe de metodologia contratada pelo CMDCA, os próprios participantes desempenharam o papel de mediador nos grupos.

As cinco oficinas utilizaram a mesma metodologia: foram escolhidos um relator e um coordenador para o encaminhamento dos trabalhos que se deu a partir de uma roda de discussão. A partir do ato de conferir as propostas de 2009 o grupo diagnosticava problemas e avanços ligados às questões pertinentes ao direito da criança e do adolescente. Desse modo identificava as formas de monitoramento e de implementação daquelas propostas, conforme instrumental sugerido pelo CMDCA e utilizado por todas as oficinas.

Oficina Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

Esta oficina contou com a presença aproximada de 20 conferencistas, dos quais apenas dois eram homens. Todos os conferencistas desta oficina trabalham em instituições de educação não formal: ONG, CJ e CCA, e desempenham funções bem diversificadas como a de cozinheiro, arte-educadora, professor, trabalhador do CJ e do CCA da região, entre outros.

O coordenador que foi sugerido e aclamado iniciou os trabalhos do grupo alertando para a responsabilidade que todos os presentes assumiam quanto à fiscalização e aos possíveis melhoramentos ligados à efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Após esta introdução, houve uma conversa sobre os problemas da região em que os conferencistas falaram à vontade. O coordenador propôs que o grupo fizesse o ato de conferir, lendo cada uma das propostas aprovadas

em 2009 no Eixo 1 para identificar as instituições e órgãos responsáveis pela sua execução, as Monitoramento, de implementação, bem como o Prioridade da proposta e o prazo para a sua execução.

As discussões giraram principalmente em torno da implementação de novos CJs e centros profissionalizantes e da manutenção dos já existentes, oferta de novos cursos adequados à demanda do mercado e também que correspondam ao interesse profissional dos jovens. Ainda em relação aos centros, foi discutido como melhorar a divulgação dos cursos oferecidos, cuja divulgação é muito precária. Embora já exista o Fórum e a rede regionais, foi levantada a necessidade de uma melhor articulação entre as instituições da região.

Oficina do Eixo 2 - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

Esta oficina contou com a presença de 18 conferencistas, sendo 17 mulheres e um homem que é professor. A maioria das mulheres tinha mais de 30 anos e todas faziam parte das áreas de psicologia, pedagogia e serviço social. Das duas propostas do Eixo 2, apenas uma foi conferida, debatida e encaminhada: "Trabalhar com as famílias e ampliar as redes de proteção para crianças e adolescentes, para que haja suporte na sua formação". Isto porque o grupo havia entendido que a outra proposta: "Implantar cursos profissionalizantes na região, com recursos e estrutura suficientes para que as entidades tenham condição de mantê-los", fazia parte da discussão de outro Eixo.

Esta oficina trabalhou basicamente como todas as outras desta Conferência: foram escolhidos um coordenador e um relator, e dispostos numa roda de discussão os conferencistas realizaram o ato de conferir as propostas de 2009, donde surgiam encaminhamentos para a sua efetivação e estabelecimentos de prazos e prioridades, bem como novas propostas.

Desse modo, em relação à primeira e única proposta debatida, os conferencistas diagnosticaram e discutiram que teria se estabelecido um maior cuidado e uma melhoria nos serviços dirigidos às famílias atendidas pela Assistência, principalmente em relação à saúde. Apesar disto, os serviços relacionados à educação eram ainda muito precários. Indicaram como possibilidade de melhoria desta área a criação de um sistema em rede, integrando os órgãos competentes em relação aos direitos da criança e do adolescente. No entanto, apesar deste encaminhamento, foi mantida a proposta original, e a ideia de criação deste sistema foi encaminhada nos termos do instrumental sugerido pelo CONANDA, isto é, enquanto Monitoramento e implementação.

Oficina do Eixo 3 - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos

Participaram desta oficina 15 conferencistas de diversas faixas etárias, com predominância de mulheres. Inicialmente o grupo discutiria as propostas do Eixo 3, conforme programado. No entanto, no decorrer dos trabalhos a organização do evento transferiu algumas das propostas do Eixo 4 para serem discutidas nesta oficina, uma vez que o grupo desse Eixo contava inicialmente com 12 propostas. Assim, além das propostas do Eixo 3, este grupo assumiu as seguintes do Eixo 4: "Criar condições para a participação da criança e do adolescente no planejamento pedagógico das ações/atividades em que estão envolvidos". "Participação da criança e do adolescente no planejamento das ações/atividades das instituições". "Construir cartilha informativa sobre o poder do grêmio estudantil". "Criar grêmios estudantis". Estas propostas foram pouco discutidas, em função da maior parte do tempo ter sido tomada pelas discussões do Eixo 3.

Após a escolha do coordenador e do relator foi realizada a conferência e o encaminhamento das propostas de 2009.

Toda a discussão concentrou-se nos problemas de efetivação das políticas públicas para a criança e o adolescente, atentando para fatos como a divisão dos trabalhos nos órgãos públicos e a burocracia que impediria um maior diálogo entre os setores, além da necessidade de se transformar em política pública o voluntariado e a boa vontade de algumas pessoas e instituições. Segundo os conferencistas, grande parte da Assistência Social funciona mediante iniciativas próprias, o que demonstraria a fraqueza das políticas públicas e suas efetivações para este setor, bem como o descaso com a área por parte dos governantes.

Oficina do Eixo 4 - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

Participaram desta oficina 15 conferencistas que em sua maioria trabalham no Instituto Daniel Comboni. Conforme já relatado, 4 das 12 propostas deste eixo foram deslocadas para a oficina do eixo 3. Ainda assim não houve tempo hábil para a discussão de todas as propostas, nem mesmo para o preenchimento de todos os itens previstos no instrumental do CMDCA. Desse modo, algumas das propostas foram lidas e encaminhadas durante a plenária final.

Os trabalhos do grupo na oficina foram limitados em função da dificuldade dos conferencistas em preencher o instrumental e pelo fato de que houve certa confusão no entendimento de algumas propostas que seriam ali tratadas. Foi o caso da proposta que versava sobre o "Orçamento Participativo Criança". Nenhum dos conferencistas sabia do que se tratava com exceção de uma

delas que já havia participado de uma plenária a respeito desse orçamento, podendo, por essa razão, orientar o grupo. Fora isto, o trabalho pautou-se numa re-elaboração da redação das propostas de 2009, já que houve o entendimento geral de que estas não eram muito claras quanto aos seus objetivos.

Oficina do Eixo 5 - Gestão da política

A escolha do relator se deu de modo espontâneo e o próprio mediador do grupo foi também o coordenador. Assim como as outras oficinas, os trabalhos foram iniciados pelo ato de conferir as propostas de 2009 e a partir de então os trabalhos foram encaminhados nos termos do instrumental do CONANDA.

Neste grupo, foram várias as manifestações no sentido de que as duas propostas conferidas já deveriam ter sido implementadas, o que não aconteceu. E a solução comum encontrada pelo grupo, para implementação dessas propostas foi a de realizar um mapeamento da real demanda da população local, a fim de otimizar os recursos e de dar precisão no atendimento das necessidades mais urgentes.

Este grupo foi o único que contou com mais homens do que mulheres. E encerrou suas atividades com algumas destas mulheres redigindo as propostas finais. Conforme iam ganhando corpo, as propostas eram aprovadas pelo grupo.

3 – PLENÁRIA

Os resultados das discussões nas oficinas foram apresentados à plenária pelo representante de cada grupo. Cada um apresentava uma breve síntese das discussões e lia as propostas e os encaminhamentos aprovados pelos participantes da oficina, submetendo-os à decisão da plenária.

Apesar de algumas propostas terem gerado debate, poucas foram amplamente discutidas. A maior parte das discussões caminhou no sentido de completar ou especificar os trabalhos que não puderam ser concluídos nas oficinas.

A proposta da oficina do Eixo 2, de "trabalhar e ampliar a rede de proteção às famílias" gerou uma discussão sobre a necessidade de fortalecer o Fórum Regional, mas não resultou numa proposta específica. Na apresentação da oficina do Eixo 4, as propostas foram encaminhadas pelos integrantes do grupo e completadas juntamente com os demais conferencistas presentes na plenária. Na proposta: "Investir em "redes de organizações" que trabalham com crianças e adolescentes", a

redação foi reformulada na oficina, mudando para "Investir em "redes sociais" (...) e foi referendada pela plenária. Para os conferencistas a expressão "redes de organizações" não esclarecia o sentido da proposta e foi substituída. Em outra proposta: "Criar "canais" de acompanhamento das conferências (...)", o termo "canais" também gerou debate, mas a redação da proposta foi mantida.

A oficina do Eixo 5 apresentou duas propostas nas quais a plenária sugeriu e foi acatada a inclusão do CRAS na forma de Monitoramento.

Ao fim da apresentação, da votação, e dos últimos ajustes das propostas foram escolhidos os delegados de Sapopemba para a Conferência Municipal. Não houve uma votação, mas uma aclamação, já que o número de candidatos não superou o número de vagas previstas de acordo com o regimento interno. Inclusive, a tentativa de se alcançar tal número foi um dos motivos que conturbaram este momento da Conferência, visto que se revezaram delegados e suplentes, uns se candidataram e outros retiraram a candidatura, além do fato da plenária já estar bem mais esvaziada. Foram eleitos 16 delegados titulares e 16 suplentes.

4 - PROPOSTAS

➢ Eixo 1 - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

- Acesso à profissionalização com a ampliação de vagas em Centros de Juventude, centros profissionalizantes, cursos técnicos, SENAI e outros, visando não só a profissionalização, mas a inserção do jovem no mercado de trabalho, a partir de um mapeamento do perfil dos adolescentes da região do Sapopemba. Execução: Estado, Município e parceria das Secretarias de Assistência Social e do Trabalho. Monitoramento: Sociedade Civil, CMDCA, Conselhos tutelares, Comunidade. Implementação: Mapear o perfil dos adolescentes. Trabalhar com a demanda que estes apresentam – Conferência com os adolescentes. Parceria entre as secretarias. Prioridade: 1. Prazo de execução: 1 ano.
- Fortalecer a Rede Social com a integração dos Fóruns, Sociedade Civil e Organizações Sociais. Execução: Município, redes sociais e publicidade. Monitoramento: as próprias entidades, "Nós mesmos". Implementação: Publicidade e divulgação. Prioridade: 1. Prazo de execução: 1 ano.

➢ Eixo 2 - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Trabalhar e ampliar a rede de proteção às famílias. Execução: Poder público e sociedade civil. Monitoramento: Sociedade civil, conselho tutelar e um sistema de informação monitorado pelo

próprio conselho tutelar. Implementação: através de um sistema integrado de informações e de reuniões nas escolas e comunidades. Prioridade: 1.

➤ Eixo 3 - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos

- Realizar diagnósticos da situação da criança e do adolescente, para promover a transparência efetiva das ações realizadas pelos atores do sistema de garantia de direitos. Execução: FAZ, Conselho Tutelar e CMDCA. Monitoramento: Conselho tutelar (1 vez ao ano), sociedade civil e redes sociais. Implementação: CMDCA e apoio de alguma Secretaria. Prioridade 1. Prazo de execução: curto prazo.
- Promover a atuação integrada e articulada de todos os atores do sistema de garantia de direitos. Execução: Tecendo a Rede, Fórum e rede social. Monitoramento: fortalecer o fórum com representante do poder público, efetivamente. Implementação: legislação que oficialize a intersetorialidade junto ao Fórum. Prioridade: 1. Prazo de execução: 2 anos.
- Criar condições para a participação da criança e do adolescente no planejamento pedagógico das ações/atividades em que estão envolvidos. Execução: Há somente iniciativas individuais de pessoas e/ou entidades. Monitoramento: Fórum DCA, FAS, CMDCA. Implementação: com o oferecimento de um programa de formação continuada. Prazo de execução: curto prazo.
- Participação da criança e do adolescente no planejamento das ações/atividades das instituições. [não foi discutida]
- Construir cartilha informativa sobre o poder do grêmio estudantil.
- Execução: não se realizou. Monitoramento: Fórum, FAS, CMDCA.
- Criar grêmios estudantis. Execução: não existe um programa para tal proposta.
- Monitoramento: Fórum, FAS, CMDCA.

➤ Eixo 4 - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Reimplementar o Orçamento Participativo Criança. Execução: a Prefeitura é que deve executar. Monitoramento: Subprefeituras e CMDCA. Implementação: com assembleias do Fórum. Prioridade: 1. Prazo de execução: 1 ano.
- Garantir no calendário escolar a participação nas Conferências dos direitos da Criança e do Adolescente. Execução: governo municipal e governo estadual. Monitoramento: Diretoria de ensino, APM, Conselho Tutelar e Grêmio. Implementação: legislação. Prioridade: 1. Prazo de execução: 1 ano.

- Construir e reformar espaços de lazer na região de acordo com a necessidade. Execução: governo municipal e governo estadual. Monitoramento: centros comunitários. Implementação: verificação da necessidade e apresentação em audiência pública. Prioridade: 1. Prazo de execução: 2 anos.
- Criar centros de aperfeiçoamento para professores e educadores. Execução: governo municipal, governo estadual e universidades públicas. Monitoramento: SMADS. Implementação: Audiência pública. Prazo de execução: 6 meses.
- Criar centros de profissionalização para adolescentes e aperfeiçoar os já existentes.
- Execução: governo municipal e governo estadual. Monitoramento: Secretaria de Educação e Conselho Tutelar. Implementação: pesquisa territorial
- Prazo de execução: 1 ano e 6 meses.
- Implementar a discussão do ECA na grade escolar. Execução: todas as esferas públicas. Monitoramento: Ministério da Educação. Implementação: criar legislação. Prazo de execução: 3 anos.
- Investir em "redes sociais" que trabalham com crianças e adolescentes. Execução: Fórum Regional DCA, Secretaria da Educação, Secretaria da Assistência Social, organizações e Conselho Tutelar. Monitoramento: Fórum Regional DCA, Conselho Tutelar, organizações civis. Implementação: executiva. Prazo de execução: curto prazo.
- Criar canais de acompanhamento das conferências nos serviços, dando continuidade às discussões das conferências. Execução: organizações, Fórum DCA, Comissão Regional. Monitoramento: organizações, Fórum DCA, Comissão Regional. Prioridade: 3. Prazo de execução: médio prazo.

➢ Eixo 5 - Gestão da política

- Ampliar e fortalecer o plano de convivência familiar e comunitária através de programas de atendimento às famílias, aumentando os equipamentos de atendimento a crianças e adolescentes e ampliando as equipes multidisciplinares.
- Execução: poder público. Monitoramento: Assistência e organizações sociais; Fórum DCA, CRAS e o CMDCA. Implementação: Efetivar a proposta a partir da necessidade diagnosticada de cada local. Prioridade: 2.
- Aumentar os equipamentos específicos relacionados à saúde da criança e do adolescente com atendimento psicossocial, jurídico, ambulatorial, espaços de reabilitação para portadores de deficiência física e CAPS especializados para o atendimento de crianças e adolescentes. Execução: poder público. Monitoramento: Assistência e organizações sociais; Fórum DCA,

CRAS, CMDCA e Secretaria da Saúde. Implementação: Efetivar a proposta a partir da necessidade diagnosticada de cada local. Prioridade: 1.

5 - COMISSÃO REGIONAL

REPRESENTAÇÃO	NOME
Assistência Social	Vanessa Souza Ferreira
Educação	Caroline Regiane Sanches
Saúde	Doris Yoshida
Conselho Tutelar	Maria do Carmo do Nascimento
Fórum DDCA Regional/Municipal	Fabiana Tiburcio da Silva Bruno Ferreira da Silva
Adolescente	Carla Priscila dos Santos Macedo

6 - DELEGADOS

TITULARES	SUPLENTES
André Ferreira da Silva	Ana Paula Coutinho de Oliveira
André Gomes	Anauria Terezinha Bachião Paiva
Andressa Ferreira Gonçalves	Cláudia Regina Vieira
Bárbara Regina	Cláudia Rosa
Bruno Ferreira	Daniela Morellato Silva
Djair Costa da Silva	Everaldo Tomás
Fabiana Aparecida Fausto Silva	Ivonete Soares dos Santos
Fabiana Tiburcio	Lilian Roberta Almeida
José Alves Rocha	Maria Conceição
Karen Karoline	Maria José Costa de Souza
Luis Paschoal Marra	Maria Lucinei Alves Faustino
Mari Aparecida Soares	Maria Rosalice
Paula Theodoro Carlos	Renato Conceição Gomes
Sueli Aparecida Santiago dos Santos	Robson Arouca
Tânia Cristina Bianco	Sandra Pereira
Valéria Luiz Nogueira	Vivian Carla

SÉ

INTRODUÇÃO

A Conferência Lúdica da Sé foi realizada no dia 4 de novembro, antes da contratação da FIPE para acompanhamento, sistematização e relatoria das conferências. Por essa razão não consta deste relatório.

A Conferência Convencional ocorreu no dia 17 de novembro, na Rua Treze de Maio, no espaço da igreja da Achiropita. Participaram da Conferência 38 adultos.

Até às 9hs:30min havia poucos participantes presentes (menos de 10) e não estavam ainda no local as pastas e cadeiras necessárias para a realização da Conferência. Segundo a comissão organizadora era também insuficiente o material de consumo - papel higiênico, água sanitária, desinfetante e saco de lixo – enviado pela prefeitura.

Foi realizada também na região da Sé, no Vale do Anhangabaú, uma conferência que reuniu crianças e adolescentes em situação de rua, que foi acompanhada pela FIPE (ver relatório após descrição da Conferência Convencional).

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

1 - ABERTURA

Tendo em vista as precárias condições para a realização do evento e a ausência de autoridades, a Comissão Organizadora optou por realizar a Conferência com maior informalidade, sem constituição de mesa de abertura e solenidade do Hino Nacional. Por sugestão do representante do CREAS, por volta de 10h30 os participantes sentaram-se em círculo e foi iniciada a Conferência com a apresentação de todos os participantes. Estavam presentes representantes de: Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, do Centro de Referência Especial da Assistência Social, CRAS, Projeto Travessia, Pastoral da Moradia, Instituto Mensageiros, Fórum Regional da Assistência Social Sé, CCA Italianos, Casa da Menina Mãe, Casa Semeia, CCA Dom Orione, CCA Nossa Senhora do Carmo, Espaço Criança e Adolescente da Sé, Instituto Dom Bosco, Projeto Apoio. Foi ressaltada a ausência do Conselho Tutelar e que parte dos presentes era também integrante do Fórum DCA Sé.

• Regimento interno

Foi feita a leitura do regimento e um voluntário anotou os destaques feitos pelo grupo. A leitura foi organizada de parágrafo em parágrafo, os sem destaque ficavam automaticamente aprovados e não seria possível destacá-los e mudá-los depois de aprovados.

Alterações aprovadas:

> Capítulo I, artigo 2º - horário alterado para **a partir das 9:00.**
>
> Capítulo II, artigo 4º, item VI – ao invés de discutir políticas em cada região, **discutir a política regional.**
>
> Item XI – ao invés de Encaminhar e fiscalizar: **Caberá a Comissão Fiscalizadora composta por delegados da XI Conferência e membros do Fórum DCA Sé encaminhar e fiscalizar as resoluções das Conferências Convencionais e Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente para serem assumidas pelo Poder Executivo, Governo Local, Poder Legislativo, Poder Judiciário e sociedade civil.**
>
> Item XII – O texto era: Eleger as delegadas e delegados da cidade de São Paulo para a Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Conferência Lúdica Estadual(...) Passou a ser: **Eleger delegadas e delegados para a Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente e a IX Conferência Convencional da Região SÉ.**
>
> Capítulo III, artigo 5º, 2º§ - O cadastramento de participantes será encerrado ao invés das 11:00, **às 12:00.**
>
> Capítulo VI, artigo 16 - alteração da data de 04 de novembro, para **17.**
>
> Capítulo VIII, artigo 22, § 1º – alteração do critério de número de delegados de 10% para **20% do total dos presentes.**

Discussões encaminhadas nos destaques:

No artigo 4º, § 6 não houve sugestão para mudança, mas um apelo para que o grupo partisse das necessidades específicas da região da Sé. Este foi o mesmo motivo para o destaque ao parágrafo VIII do mesmo artigo. Ainda no artigo 4, foi destacado o parágrafo XI. Foi questionado quem seria responsável por fiscalizar e se seria possível fiscalizar as resoluções das Conferências, uma vez que não há um sujeito especificado na frase. Este destaque gerou uma extensa discussão. A primeira

proposta foi suprimir o termo "Fiscalizar", que não foi aprovada. Partiu-se então para a discussão dos possíveis fiscalizadores na região e chegou-se ao Fórum DCA Sé. O grupo concluiu que para fortalecê-lo seria importante envolvê-lo na função de monitorar e fiscalizar estas resoluções e que a melhor forma de fazê-lo era associá-lo aos delegados eleitos em uma comissão de monitoramento. Durante a discussão surgiram muitas queixas, a mais recorrente foi a ausência do Conselho Tutelar tanto na Conferência quanto nas reuniões do Fórum DCA Sé.

A formulação final do regimento tem um sujeito definido responsável pela fiscalização e monitoramento, uma Comissão Fiscalizadora formada pelos delegados e por representantes do Fórum DCA Sé. O texto aprovado ficou da seguinte forma:

> **"Caberá a Comissão Fiscalizadora composta por delegados da XI Conferência e membros do Fórum DCA Sé encaminhar e fiscalizar as resoluções das Conferências Convencionais e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para serem assumidas pelo Poder Executivo, Governo Local, Poder Legislativo, Poder Judiciário e sociedade civil".**

No § 13, ainda do artigo 4º, houve um novo destaque, mas não houve alteração do texto. Diante do conteúdo do parágrafo e da realidade da articulação na região, surgiu uma proposta de moção de repúdio a ausência do Conselho Tutelar e de representante do CMDCA.

Um participante alegou que o não cancelamento da Conferência Municipal aconteceu para cumprir a agenda do governo, independente da representatividade e da qualidade. Foi colocado também que o não cancelamento ocorreu porque já havia sido efetuado o pagamento de R$90.000,00 para locação do Centro de Convenções do Anhembi.

Em função da polêmica causada pela discussão do tema, houve tempo estipulado para três participantes darem sua opinião sobre a falta de estrutura oferecida pelo CMDCA e os vários adiamentos que ocorreram em várias regiões. Uma componente da Comissão Organizadora acrescentou que a sociedade civil que compõe o CMDCA também tem sua parcela de culpa, *não devemos culpar apenas o governo.*

A atividade da manhã restringiu-se à discussão do regimento. O grupo saiu para almoçar às 12h:00, com previsão de retorno às 13h:00 para continuação das atividades.

• Apresentação cultural

Nenhuma das apresentações culturais previstas foi realizada porque os convidados não puderam comparecer.

2 - OFICINAS

As atividades tiveram seu reinício às 13h:20min com algumas substituições de representantes de entidades e dois participantes que foram incluídos na roda.

O grupo discutiu brevemente se os participantes do período da tarde poderiam entrar na conta para se tirar delegados, a decisão foi que não, uma vez que haviam aprovado o regimento que previa inscrições até às 12h:00.

Na programação prevista o trabalho em grupo seria precedido por uma palestra com tema relacionado à criança e ao adolescente. O palestrante, Rafael Martins, bem como o grupo de violeiros da Achiropita, não puderam comparecer, justificando sua ausência.

Foi proposto que houvesse uma discussão aberta em substituição à fala do palestrante e, para iniciar, foi sugerido que a educadora do Instituto Mensageiros – Projeto Atenção do Bairro, Taís, comentasse o texto de sua autoria que trata de questões referentes às Políticas Públicas repressivas mundiais. Ela relacionou a crise econômica nos países desenvolvidos ao aumento significativo das políticas repressivas.

A autora iniciou fazendo referência à situação de desemprego na sociedade americana em 2008, fruto da transferência de grandes indústrias dos EUA para a China, atraídas pelo baixíssimo custo tanto de infraestrutura, como de mão de obra, que deu início à crise econômica mundial. Em função da crise houve corte de gastos nos investimentos públicos na Espanha, Grécia, Portugal e Itália, entre outros. Segundo ela, a permanência da crise fez com que, atualmente, estejam sendo tomadas atitudes mais drásticas, entre elas, as demissões em massa. Taís acrescentou que no Brasil, um dos exemplos de políticas repressivas, são as Unidades de Polícia Pacificadora, que estão formando um cordão de isolamento entre as favelas do Rio de Janeiro e os bairros vizinhos, evitando que a pobreza e a criminalidade atinjam os turistas que virão atraídos pelas Olimpíadas e pela Copa. Outro exemplo dado foi o fato de 73 estudantes da USP terem sido indiciados criminalmente durante os conflitos que vem ocorrendo na cidade Universitária. O terceiro exemplo foi a internação compulsória de usuários de crack, que seriam todos retirados das ruas para que os turistas que aqui estiverem para as Olimpíadas e para a Copa, não os vejam. Foi mencionada também a recente

orientação dos serviços de assistência de internação compulsória de usuários que também são moradores de rua. Este último tema gerou grandes discussões pela característica da região central de São Paulo.

Foi citado o aumento de crianças e adolescentes em situação de rua na região da Sé. Segundo um participante, nos meses de agosto e setembro há uma grande evasão da escola para a rua, *quando as crianças e adolescentes percebem que a escola não irá dar conta da fralda do seu irmãozinho, nem dos medicamentos da sua avó.*

Foram feitos comentários sobre a "cronificação" da "situação de rua", decorrente do fato da cracolândia da Luz, receber muito rapidamente as crianças e adolescentes para venderem seu corpo em troca de crack. *A TV executa bem esse papel mostrando "onde" e "como" se consegue adquirir drogas.*

Sobre a proposta de internação compulsória aos usuários de drogas, a supervisora técnica representante da Saúde afirmou ser *totalmente contra. Além de não resolver o problema, onde seriam despejados após o período de internação? novamente nas ruas?, Porque internar o usuário de crack e não o de álcool que a quantidade é muito maior e mata muito mais?*

Houve comentários sobre a violência policial na abordagem não só com crianças, mas também com educadores do Quixote, Travessia e Mensageiros: *quem de vocês ainda não teve os pertences da sua mochila despejadas na rua por policiais*?

Seguiu-se o debate: *há quem necessite de internação em Casas de Recuperação, porém deve ser obedecido o fluxo: encaminhar aos AMAS ou CAPS, onde seriam avaliados e analisada a necessidade para então solicitar a vaga. Infelizmente há casos de utilização das casas de recuperação como rota de fuga por adolescentes jurados de morte. O médico está saindo do consultório para as ruas, onde se vê que não há pessoas doentes, e sim frutos do meio. A UBS é modelo copiado mundialmente, porém o orçamento não permite tirar do papel e implantar. Tenho certeza de que a sociedade pode ser mais inteligente e tem dinheiro para projetos. Estou propondo a extinção da privação de liberdade e solicitando reparos aos danos causados, não só psicológicos e psiquiátricos, mas também social.*

Sobre fechamento dos CRECAs: *desde então falta um espaço, pois os serviços existentes não acolhem crianças e adolescentes em situação de rua, ficamos sem local para receber, conhecer, avaliar e encaminhar.*

Após este "aquecimento" da discussão, os participantes dividiram-se em grupos para discutir os 5 eixos propostos para o trabalho: 1. Promoção dos direitos de crianças e adolescentes; 2. Proteção e defesa de direitos; 3. Protagonismo e participação de crianças e adolescentes; 4. Controle social e efetivação dos direitos; 5. Gestão da política nacional dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Antes da divisão em grupos, houve questionamentos sobre trabalhar ou não em grupos menores por conta do tempo exíguo e do número de participantes. Foi decidido por 16 votos contra 15 (houve uma abstenção), depois de bastante discussão, que os cinco eixos seriam discutidos em um grupo só. Sobre a metodologia a ser utilizada, houve muita discussão e várias propostas de encaminhamento. Finalmente decidiu-se realizar a leitura dos Eixos, Objetivos e Diretrizes, quando os participantes apontariam "destaques" durante a leitura e retomariam o assunto no final.

Foi iniciada a leitura do documento "Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes", com pedidos de destaque. Embalados pela discussão mais ampla iniciada pela Thais, o grupo passou a discutir conceitos abstratos de capitalismo e cidadania, ainda que na parte da manhã o grupo tivesse assumido o compromisso de formular propostas específicas para a melhoria dos serviços na região central da cidade de São Paulo.

A leitura do Plano Decenal foi se tornando demorada e pouco propositiva. Em determinado momento a metodologia foi questionada novamente e decidiu-se ler apenas as diretrizes de cada eixo do Plano (pulando os objetivos estratégicos) apontando em cada uma delas problemas e propostas para a região.

3 - PLENÁRIA

Foram feitas propostas para cada eixo pelo grupo. Foi constituída uma mesa com três membros que redigiu as propostas a partir das falas dos participantes, sem leitura final para aprovação. O grupo concordou que a partir das discussões as propostas apresentadas já estavam sendo aprovadas.

4 - PROPOSTAS

O grupo não utilizou o instrumental do CMDCA, apenas redigindo propostas sem os complementos.

➤ Eixo 1 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

- Ampliar a implantação de CEIS para o atendimento em tempo integral de todas as crianças de 0 a 6 anos.
- Garantir a ampliação da cota de meia gratuidade e do trajeto no transporte público para crianças e adolescentes usuárias da rede de serviços socioassistenciais da cidade de São Paulo.

➤ Eixo 2 – Proteção e Defesa dos Direitos

- Implantação de vagas em casas para o acolhimento emergencial de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade.
- Ampliar as vagas em abrigos na região central.
- Imediata criação de plano local e implementação de PAIR.
- Que as instituições do sistema de garantia DCA se comprometam a participar do Fórum DCA enviando representantes dos trabalhadores e usuários (crianças e adolescentes).

➤ Propostas sem eixo específico

- Que as instituições do sistema de garantia DCA se comprometam a participar do Fórum DCA enviando representantes dos trabalhadores e usuários (crianças e adolescentes).

5 - COMISSÃO REGIONAL

REPRESENTAÇÃO	NOME
Assistência Social	Jorge Artur Canfield Floriani
Educação	Marcos Augusto F Marques
Saúde	Jeniffer Cancherini
Subprefeitura	Bruna Carolina Monteiro dos Santos
Conselho Tutelar	Fátima
Conselho Tutelar	Genaro
Fórum DDCA Regional/Municipal	Julia Daniella Zumbano Débora Soares Pressinotti Magalhães Joaquim Pereira dos Santos Neto Mariana da Silva Santos

6 - DELEGADOS

DELEGADOS	SUPLENTES
Gerson Mendes de Almeida	Liliana Priscila Ferreira
Rodrigo Monteiro	Débora Soares Pressinotti de Magalhães
Cacilda Modesto	Cristiane Fidelis de Sales
Edson José Mineiro	Joaquim Pereira Santos Neto
Maria Urcícia Neves	Douglas Elias Said
Alessandra Lemos Desigant	Rodrigo César da Sila
Evelise Lisboa Becerra	Paula Mariani Mendes dos Santos
Fátima Rocha	
Marcos Augusto Ferreira Marques	

VALE DO ANHANGABAÚ/CONFERÊNCIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA

INTRODUÇÃO

Foi realizada na região da Sé, no Vale do Anhangabaú, a primeira Conferência de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua. O evento ocorreu no dia 11 de novembro de 2011, das 14h:30min às 16h:30min e contou com a presença de aproximadamente 150 pessoas das quais a maioria eram profissionais das organizações sociais participantes. Havia, no máximo, 30 crianças e adolescentes, com predominância de meninos.

Esta conferência não seguiu as formalidades das demais por ser realizada em espaço aberto, onde os participantes podiam permanecer ou sair e voltar, circulando livremente. Não houve, portanto, credenciamento e dentre as crianças e adolescentes, apenas 10 permaneceram durante todo o evento. Os demais circulavam muito: chegavam, saíam, voltavam, ficavam um pouco, saiam novamente e muitos não retornavam. Esta movimentação dificultava a contagem exata de quantas crianças e adolescentes participaram do evento. Não houve composição da mesa, regimento interno e nem plenária para apresentação dos trabalhos das oficinas. Uma arquibancada em forma de círculo no Vale do Anhangabaú foi transformada em palco. Várias garrafas pet contendo líquidos coloridos, foram utilizadas para uma alegre decoração do palco.

Esta conferência teve como lema, os sonhos. No centro do Vale foi estendida uma faixa confeccionada em flores de papel onde se lia: “Conferência tem Sonhos”. Este mote, segundo os organizadores, foi pensado para propiciar uma participação mais efetiva das crianças, dando um tom informal e lúdico, pois o público de rua, e as crianças em geral, não são dados à formalidade de uma conferência nos moldes dos adultos.

CONFERÊNCIA LÚDICA

1 - ABERTURA

A abertura da Conferência coube a um funcionário do CREAS da Sé, que saudou o público dando as boas vindas a todos e anunciou a presença do representante da subprefeitura Sé e dos representantes das seguintes organizações que trabalham com crianças e adolescentes em situação de rua: CAPS - Centro de Atenção Psicossocial Infantil Sé, Instituto Mensageiros, Organização

Apoio, Quixote , Travessia, Medida Socioeducativa Bela Vista, CIEDS - Centro de Integração e Desenvolvimento Sustentável, Casa dos Meninos de Guaianases.

Nenhum desses representantes subiu ao palco porque não se tratava de uma solenidade de abertura como nas demais Conferências Lúdicas das regiões, mas de um evento realizado ao ar livre, sem formalidades.

Inicialmente, quatro adolescentes assumiram o palco cantando e dançando, acompanhados de música, caixas de som, microfone, apresentando-se de modo improvisado sob o som do rap.

2 – OFICINAS/ATIVIDADES

Os educadores chamavam atenção das crianças para o envolvimento delas nas atividades oferecidas.

Cada organização social presente fez uma proposta de atividade lúdica para atrair as crianças e adolescentes. Por exemplo, o jogo da trilha, no qual se apontava os principais pontos pelos quais as crianças e adolescentes em situação de rua percorrem na área central.

O CAPS Sé trouxe para o Vale travesseiros brancos, tintas coloridas e pincéis e sugeriu como atividade, que os participantes desenhassem seus sonhos nos travesseiros. Em outra atividade, grandes caixas de papelão foram utilizadas como se fossem paredes para serem grafitadas pelas crianças e adolescentes, com as dicas e orientações dos educadores.

A Fundação Travessia dispôs uma lona no chão e sobre ela, vários pratos vazios que foram preenchidos pelas crianças e adolescentes com dizeres e desenhos. Entre os pratos fixados na lona foram escritos alguns trechos da música “Comida” dos Titãs. Nesse painel as crianças e adolescentes expressavam sua fome através do desenho e/ou escrita. Alguns pediram para os educadores escreverem a sua fome, o César pediu a mãe Cecília, o Caio pediu uma bicicleta, outros pediram dinheiro, emprego, respeito, alegria, vida melhor, respeito. Dois deles desenharam suas casas.

As atividades no palco de canto e dança, os grafites e os travesseiros foram as preferidas pelos participantes. Durante todo evento sempre estavam presentes de 2 a 4 crianças e adolescentes. Mas eles participaram de forma “itinerante”, num movimento constante de entrada e saída de cena.

O menino João, conhecido dos organizadores da conferência, tomou conta do microfone, transformando-se em mestre de cerimônias, chamando as pessoas à participação. Ele dançou muito e cantou em ritmo de rap:

Eu sou MC João
Se liga aí moleque
Eu não tô é de gracinha
Quem tá do meu lado é as novinha.

Outra canção:

Tô mandando a minha rima,
Zona Leste, Zona Sul, Vale do Anhangabaú
Então preste atenção
Quem quiser me conhecer meu nome é João.

Houve apenas uma intervenção nas brincadeiras do palco, feita pelo representante da Casa dos Meninos de Guaianases, que usou o espaço para convidar os participantes para as atividades do dia 20 de novembro (dia da Consciência Negra) e propôs a discussão da maioridade penal.

O CPA – Centro de Profissões para Adolescentes de São Mateus apresentou uma peça teatral. Antes da apresentação, o grupo de jovens leu no palco o artigo 4º do ECA que trata do dever do Poder Público, da sociedade, da comunidade e da família de efetivar os direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, ao esporte, à cultura, dentre outros.

As atividades/oficinas não foram realizadas por eixo e os jovens participavam da atividade que quisesse.

Conforme já mencionado, não houve plenária e nem eleição de delegados e suplentes.

Próximo do final, um garoto anunciou a 'hora do lanche', e em seguida o evento foi finalizado.

VILA MARIA/VILA GUILHERME

INTRODUÇÃO

Estavam agendadas para o dia 5 de novembro de 2011, as conferências lúdica e convencional de Vila Maria/Vila Guilherme, a realizar-se no Centro Independente de Cultura Alternativa e Social – CICAS, à Avenida do Poeta, 749, das 9h:00 às 13h:00.

O Fórum de defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, espaço formativo e de denúncias aberto à comunidade, assumiu a proposta da Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente e a agendou para este dia, assumindo tanto a organização quanto a metodologia a ser adotada. No entanto, explicou aos participantes que aquele evento era uma **pré-conferência**, ou seja, uma preparação para a conferência propriamente, que pretendiam realizar em fevereiro de 2012.

Estavam presentes na reunião 26 adultos e 13 crianças e adolescentes.

PRÉ CONFERÊNCIA LÚDICA E CONVENCIONAL

1 - ABERTURA

Logo após o credenciamento, a Comissão Organizadora deu início à abertura do evento, com a apresentação do Hino Nacional. Não houve composição da mesa com a presença de representantes do poder público. Estavam presentes representantes do CRAS de Vila Maria, da Pastoral da Juventude e do Conselho Tutelar.

Foi explicado pela coordenação que as propostas e recursos para realização das conferências de 2011 na cidade não foram viabilizados conforme o previsto e que, até o momento, 7 (sete) regiões haviam cancelado as conferências agendadas. Outras regiões chegaram a realizar a conferência sem lanche suficiente e sem infraestrutura, ainda que a prefeitura tivesse se comprometido a fornecer. Em face desses acontecimentos, houve uma reunião dos representantes de vários Fóruns e Comissões Regionais na Câmara Municipal, onde decidiram pela suspensão das conferências enquanto pediriam explicações ao Secretário da Secretaria de Participação e Parceria. Informaram também que outra reunião já estava marcada na Câmara, para discutir os encaminhamentos.

Dando início aos trabalhos, os participantes adultos se apresentaram, registrando-se a presença de educadores do Núcleo Cristão, CJs e CCAs e pessoas da comunidade, além de estudantes de jornalismo e orientadores educacionais.

Um participante do Fórum fez uma breve exposição sobre o que estava acontecendo em todos os municípios do país em preparação à 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Enfatizou a importância da discussão das políticas públicas para crianças e adolescentes, tendo em vista que os direitos destes só serão materializados pelas ações do poder público, responsável pela implementação das políticas. Todos os estados e municípios têm o direito e o dever de avaliar as propostas. Todos os cidadãos têm o direito e o dever de participar das decisões públicas. Todas as pessoas devem discutir e participar da elaboração das políticas públicas em todas as áreas, conforme consta na Constituição de 1988.

Informou que na 8ª. Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente foram propostas 68 diretrizes que foram analisadas por um grupo de representantes de 13 ministérios e da sociedade civil e resultou numa lista de eixos, diretrizes e objetivos para implementação do Plano Decenal.

O objetivo desta reunião seria analisar esses eixos e objetivos e verificar se eles promovem os direitos da criança e do adolescente. Outras propostas também poderiam ser elaboradas lembrando que o grande objetivo da 9ª. Conferência é "mobilizar, implementar e monitorar as políticas públicas para crianças e adolescentes".

Mobilizar por todos os meios, cobrar as ações concretas de implementação junto ao poder público e exercer o monitoramento, ou seja, a fiscalização do poder público em relação à implementação das políticas públicas.

Os fóruns e os Conselhos Tutelares encaminham as denúncias. O Fórum desempenha a função de mobilização, cobrança da implementação e monitora os direitos da criança e do adolescente.

A Conferência Nacional será realizada entre 11 e 14 de julho de 2012. Antes dessa data são realizadas as Conferências Estaduais e as Municipais. A data limite para as estaduais é 15 de maio de 2012 e as municipais seriam até 13 de novembro de 2011, conforme previsão inicial, mas no município de São Paulo, esta data é inviável.

Em seguida à palestra, houve a formação de grupos de trabalho para as atividades de discussão e reflexão sobre temas específicos.

2 - OFICINAS

Tendo por objetivo fazer uma discussão prévia para a conferência que ainda seria realizada, foi proposta a formação de 5 grupos de adultos para discussão dos 5 eixos.

Os participantes receberam cópia de um documento do CONANDA para leitura e depois deveriam aprofundar a reflexão sobre as diretrizes e objetivos estratégicos do eixo correspondente ao grupo.

As crianças foram convidadas para atividades lúdicas e formaram grupos por faixas etárias. Foi distribuído material de desenho, cartolinas e massinhas de modelagem.

Enquanto os grupos se formavam foram colocadas cartolinas de cor branca e rosa nas duas paredes do salão, para a "atividade de raio X" da região. Todos foram convidados a escrever nas cartolinas brancas o que não está bom na região, em relação aos DCA e a escrever o que está bom, nas cartolinas cor de rosa. O resultado dessa radiografia foi o seguinte:

Aspectos Positivos

- Consolidação do SUAS no país
- Espaço do CICAS em prol dos direitos
- Conselho tutelar, quando atuante
- Poder acreditar
- Entidades comprometidas
- ONGs que se comprometem com a comunidade
- Posso dormir feliz, tem gente boa falando por mim. Conselho Tutelar
- Pessoas comprometidas com a causa das crianças e adolescentes
- ECA
- ONGs da comunidade
- Lazer na comunidade
- Alimentação adequada
- Eventos culturais
- Pessoas que fazem a diferença
- Praças, parques
- Fórum Regional de Defesa da Criança e do Adolescente
- Consciência da sociedade civil
- Início da cobrança dos direitos pela sociedade civil

Aspectos Negativos

- Grande número de alunos nas salas de aula das escolas públicas
- Poucos cursos profissionalizantes
- Poucas áreas/espaços de lazer

- Encaminhamento para o primeiro emprego para jovens
- Baile funk, drogas, violência policial
- Falta de vaga nas ONGs (CCA)
- Alimentação nas escolas públicas
- Oportunidade para jovens/crianças nas ruas e nos faróis
- Atividade cultural e esportiva
- Preconceito
- Falta de vaga na creche
- Professores qualificados- comprometimento com a educação da criança para o papel de cidadão
- Hospitais com melhor atendimento/respeito
- Bailes funk sem fiscalização
- Promessas de campanha em relação às vagas de creche não cumpridas
- Questão do cidadão de bem contra as crianças carentes
- Direito do consumidor é mais respeitado do que os direitos da criança
- Crianças falando palavrões e usando drogas
- Muita burocracia que sustenta as intrigas político-partidárias que atrasam e impedem a implementação de programas
- Mais casas de apoio (CDC mulher)
- Jovens e crianças nas drogas/alcoolismo
- Exploração sexual infantil
- Médicos especializados
- Descaso na educação
- Descaso em várias políticas públicas
- Falta de respeito com o cidadão
- Hospital Vermelhinho sem máquina de Raio X
- Muitas crianças na rua sem comida e passando frio. Abrigo para crianças de rua
- Falta de erradicação do trabalho infantil nos faróis
- Faltam serviços de CCA que cubram as demandas da população nas comunidades
- Exames médicos que nunca são agendados.

3 - PLENÁRIA

Após as discussões de grupo os representantes apresentaram suas conclusões para a plenária.

Grupo 1 - Eixo 1: Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

As diretrizes desse eixo são muito voltadas para a assistência. O grupo se reportou ao trabalho do CRAS e apontou a questão da vulnerabilidade social na situação de extrema pobreza e a necessidade de mudar a realidade do bairro. A rede de serviços precisa ser ampliada, mas isso só vai ocorrer com maior pressão da sociedade civil na região. Há um grande número de CCAs, mas mesmo assim não são suficientes para atender a demanda.

A universalização do acesso ao registro civil é um serviço realizado pelo CRAS. Foi discutido como está este trabalho hoje e constatou-se que existe um monitoramento da Secretaria e uma fiscalização porque os usuários também são ouvidos. Foi enfatizada a importância do controle social dos serviços pela população, mas observado que são sempre as mesmas organizações que atuam. Foi reforçada a necessidade de que outras entidades participem.

Foram citados os programas de transferência de renda e bolsa família do CRAS, além do programa de erradicação do trabalho infantil, mas observada a necessidade de expansão desse trabalho. Foi citado também o trabalho do CREAS – Centro de Referência Especial da Assistência Social - que atende crianças com quebra de vínculos familiares.

Este Grupo escolheu os objetivos estratégicos 2.12 e 2.13 para discutir e apresentar sugestões de mudança.

Objetivo estratégico 2.12: “Consolidar a oferta de ensino profissionalizante de qualidade, integrado ao ensino médio, com fomento à inserção no mercado de trabalho dos adolescentes a partir dos 16 anos, de acordo com a lei vigente”.

Neste item, sugerem acrescentar depois de ensino profissionalizante de qualidade: e também de qualificação profissional.

Foi colocada a situação de jovens de 17 anos que ainda estão na 5ª, 6ª ou 7ª série e não no ensino médico e que ficam excluídos.

Objetivo estratégico 2.13: “Ampliar o acesso de adolescentes a partir de 14 anos a programas de aprendizagem profissional de acordo com a lei nº 10.097/00”.

Hoje, o CJ atende a partir dos 15 anos e ao mesmo tempo o adolescente de 14 anos não pode estar no CCA. Estes adolescentes acabam ficando na rua. Há necessidade de rever esse objetivo estratégico porque estes jovens estão sendo excluídos dos programas por conta da idade. O grupo

apontou uma grande preocupação com os jovens de 14 anos e sugeriu, a partir dessa idade, a oferta de ensino profissionalizante.

Grupo 2 – Eixo 2: Proteção e Defesa dos Direitos

A discussão desse grupo foi abrangente e preocupou-se com a proteção especial a crianças e adolescentes, constatando que pouco tem sido feito e ampliado. *O poder público oferece, promete e depois não faz acontecer.*

Apontaram a necessidade de maior fiscalização da violência sexual de crianças e adolescentes, mais clínicas de atenção às vítimas de violência e de drogas. Os jovens colocaram que a família e eles próprios têm sido pouco ouvidos sobre estas questões e reafirmaram a necessidade do diálogo para a construção de políticas públicas relacionadas a estes problemas.

Grupo 3 – Eixo 3: Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes

A reflexão deste grupo foi centrada nos 3 pontos: mobilização, implementação e monitoramento.

Mobilização: considerou-se a importância de se utilizar pessoas da comunidade para a mobilização, independente de etnia, orientação sexual, etc, *alguém que fale sobre o que todos querem e precisam*, para que tudo seja levado *de todos para todos, no nível horizontal* e não de uma pessoa de um nível acima, *uma ordem de autoridade ou de um vereador.*

Implementação: o líder deve ser uma pessoa em condição de divulgar a informação para todos, em qualquer lugar da comunidade, sem ter uma posição de superioridade. *Não precisa ser político, ter cargo.*

Monitoramento: abrange todas as etapas porque é feito pelas próprias pessoas. É preciso monitorar tudo que está acontecendo, *trocar informações sobre aquilo que cada um sabe mais do que os demais.*

Grupo 4 – Eixo 4: Controle Social da Efetivação dos Direitos

Alguns direitos não são garantidos porque muitos educadores não conhecem o ECA.

Mobilizar: é difícil, porque falta o diálogo. A mobilização é deficiente porque as pessoas não se conversam por falta de tempo, mas pode ser feita em qualquer lugar. Na escola o aluno é cerceado. É necessário pensar em estratégias, *se o funk consegue se comunicar, porque nós não conseguimos?*

Implementação: surgiu a ideia do conselho de bairro, juntar as pessoas e se organizar para discutir os problemas do bairro.

Fiscalização: não se trata de montar um comitê, é obrigação de todos conscientizarem os que estão próximos. Não é preciso uma liderança para brigar pelo próprio filho.

Apropriação: no bairro de periferia os moradores não se apropriam do bairro e dos espaços que outros (políticos, traficantes, etc.) acabam se apropriando. *É preciso arregaçar as mangas e começar a se apropriar, não adianta esperar.*

Há necessidade de informação e largar a atitude opressora e olhar pelo olhar do oprimido.

Grupo 5 – Eixo 5: Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

No objetivo estratégico 8.1:"Estabelecer mecanismos e instâncias para articulação, coordenação e pactuação das responsabilidades de cada esfera do governo na gestão do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes", foi sugerida a inclusão do seguinte texto, depois de estabelecer: através dos Conselhos Tutelares e dos Fóruns e partindo do Conselho Tutelar que é o órgão que representa a população como um todo.

Os Fóruns têm pessoas que já participam da comunidade, mas o Conselheiro Tutelar é escolhido pelo voto e fala pela comunidade e sociedade civil como um todo. O Conselho Tutelar está na frente como um mecanismo para fiscalizar de fato o poder público em relação aos direitos da criança e do adolescente. *Há pessoas altamente comprometidas no Conselho Tutelar e vamos brigar pela moralização dos Conselhos*.

Diretriz 9: "Efetivação da prioridade absoluta no ciclo e na execução orçamentária das três esferas de governo para a Política Nacional e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, garantindo que não haja cortes orçamentários."

Foi considerado em relação a essa diretriz que a prioridade deve ser aplicada em toda reunião orçamentária porque quem se propõe a defender, não ficará calado. Nas três esferas de governo e nas cinco regiões da cidade de São Paulo devem ser realizadas audiências públicas para que haja monitoramento do orçamento.

Diretriz 10: "Qualificação permanente de profissionais para atuarem na rede de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes".

Há leis que permitem o financiamento da formação de profissionais de saúde, educação e da assistência social. Há divergência entre diretores de escola e das ONGs ainda que sejam as mesmas crianças que frequentam as diferentes instituições. Há necessidade de compartilhamento, diálogo e união dos diferentes órgãos para atender adequadamente crianças e adolescentes.

Diretriz 11: ”Aperfeiçoamento de mecanismos e instrumentos de monitoramento e avaliação da Política e do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, facilitados pela articulação de sistemas de informação”.

Há necessidade de mobilizar para cobrar, porque as verbas não são liberadas. Para o monitoramento é necessário que seja tornado público em sites oficiais o orçamento das políticas e a execução da peça orçamentária, nas três esferas de governo da área de criança e adolescente.

As crianças cobram e o educador tem dificuldade de mostrar para as crianças quais são seus deveres e obrigações. Seria bom ter um intercâmbio entre escolas e organizações porque o diálogo com instituições de ensino vai enriquecer o trabalho de todos.

Diretriz 13: “Cooperação internacional e relações multilaterais para implementação das normativas e acordos internacionais de promoção e proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente”.

Na Indonésia, crianças trabalham na fabricação de produtos importados pelos outros países. Nas relações internacionais, nosso governo deve ter a preocupação de cobrar o respeito às crianças e adolescentes.

Encerrada a apresentação dos grupos, ficou decidido que as demandas seriam encaminhadas ao Fórum de Defesa dos DCA de Vila Maria.

Como se tratava da realização de uma pré-conferência, não foram eleitos os delegados para a conferência municipal.

VILA MARIANA

INTRODUÇÃO

A IX Conferência Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente da Vila Mariana foi realizada no dia 24 de novembro de 2011 nas dependências do Projeto Quixote, à Avenida Engenheiro Luiz Gomes Sangirardi, 789. A Conferência Lúdica ocorreu na Faculdade Paulus de Comunicação, à Rua Major Maragliano, 190, no dia 4 de novembro de 2011, data anterior à contratação da FIPE para o acompanhamento, sistematização e relatoria dos Anais da Conferência. Por essa razão não consta deste relatório.

A Conferência Convencional contou com a participação de 37 pessoas e teve início às 9hs:40min, logo após o credenciamento, encerrando-se às 13hs:40min.

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

1 - ABERTURA

A coordenação da Conferência coube a um membro da Comissão Regional que é um dos representantes do Fórum DDCA Municipal/ Regional. Antes de iniciar a solenidade do Hino Nacional, ele reforçou que os atores sociais ali presentes atuam a favor dos direitos, e que mais do que cantar o hino no sentido de patriotismo, como nos esportes, reforçavam ali a vida e a garantia dos direitos de crianças a adolescentes como pessoas com dignidade.

- Composição da Mesa

A mesa de abertura teve a seguinte composição: Supervisora do CRAS Vila Mariana, representante do Clube Escola Ibirapuera (Mané Garrincha), representante do Observatório de Políticas Públicas de SMADS e representante da sociedade civil no Fórum Regional DCA Vila Mariana.

- Regimento Interno

Antes da leitura do regimento interno, o coordenador do evento perguntou à plenária sobre a necessidade de leitura integral do regimento. Após votação, optou-se por destacar apenas alguns pontos do regimento, sem a leitura na íntegra. Não houve qualquer alteração e o regimento foi aprovado. Ao final da leitura foi informado que havia 37 inscritos na conferência, o que permitiria eleger 4 delegados ao final da Conferência, para representação na Conferência Municipal.

A supervisora do CRAS tomou a palavra e disse que estava muito feliz e sentindo uma boa energia no ambiente e que imaginava ser por conta da causa que movia a todos, bem como da casa que os acolhia. Afirmou que *tem pessoas que movem o mundo, e o mundo precisa dessas pessoas*. Disse ainda que esta não deveria ser mais uma conferência, mas sim a conferência; e que deveriam discutir formas das políticas se tornarem exequíveis e não um sonho, mas uma realidade. Falou sobre o grande desafio e a árdua tarefa de trabalhar com as questões da criança e do adolescente. Afirmou que não existe apoio da saúde e de outros setores como deveria haver e que o desafio era enfrentado no dia a dia, na prática de cada um, e que o grande desafio da assistência social era concretizar os encaminhamentos, e que os casos complicados exigem acompanhamento profundo, um fazer sempre mais e mais. Desejou bom trabalho a todos.

O representante do Observatório de Políticas Públicas de SMADS agradeceu o convite e desejou bom trabalho a todos.

O representante do Clube Escola Ibirapuera disse que realiza um bom trabalho de lazer, esporte e recreação de crianças e adolescentes e que o Clube é uma extensão da escola, feito para a criança e o adolescente. Disse que se sentia contemplado em participar desta Conferência porque existe a necessidade de se falar sobre isso. Desejou bons trabalhos.

A representante do Fórum DCA de Vila Mariana agradeceu ao convite e falou sobre a presença de pessoas jovens na plenária, todas engajadas há muito tempo na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Afirmou que quem trabalha nesta área nunca é demovido de sua atuação de reivindicar e fiscalizar. Comentou que já conseguiram muitos avanços na área, mas que ainda existe muito a ser feito e que, sendo assim, é um alento ver tanta gente jovem atuando nesta luta que vale a pena. Agradeceu a presença de todos, desejou boas vindas e bons trabalhos.

A mesa de abertura foi desfeita para composição da mesa de palestrantes que fariam a apresentação dos eixos. Participaram: Erica, da APAE, Flávia, Conselheira Tutelar da Vila Mariana, Fernando, Conselheiro Tutelar da Vila Mariana, Rubens Augusto Filho, Observatório de Políticas Públicas de SMADS.

Antes da fala dos componentes da mesa, o coordenador do evento reforçou que os trabalhos do dia deveriam ser orientados por um trabalho mais técnico de redação das propostas, que já havia sido iniciado com a conferência lúdica, no sentido de compor políticas públicas pensando a realidade da Vila Mariana. Para isso, os palestrantes ajudariam a pensar os 5 eixos propostos pelo CONANDA.

Promoção de Direitos

Erica falou da Promoção dos Diretos. Leu as diretrizes e os objetivos estratégicos do Plano Decenal e foi destacando algumas questões que julgava pertinentes. A primeira delas foi que se deve superar a noção de promoção especial de direitos para a criança e o adolescente, pois estes devem ser entendidos como sujeitos de direito, e por isso devem participar ativamente das decisões como ator que dialoga com os gestores. E as crianças entendem e podem sim ser protagonistas neste processo. A segunda ressalva foi a respeito da necessidade de se fortalecer a família extensa, pois é o primeiro lugar de direito. A criança e o adolescente devem ser protegidos integralmente como sujeitos em situação peculiar de desenvolvimento, e a família é fundamental para a proteção. A palestrante ressaltou que tamanha é a importância da proteção integral, especialmente na primeira infância, que recentemente foi alocada na pasta de Assuntos Estratégicos em Brasília. A preservação da imagem e a construção da identidade também devem ser respeitadas e na escola, se faz urgente o ensino de direitos. Sobre os direitos à Saúde questionou o que o documento chama por saúde integral, considerando o atendimento atual falho às necessidades nutritivas específicas de crianças com diferentes quadros clínicos, como por exemplo, Diabetes. Sobre o ensino, além de reforçar o ECA na grade curricular, discutiu os problemas da inclusão de deficientes nas escolas. O equipamento dentro das escolas não atende a demanda. A inserção no mercado de trabalho e a profissionalização dos deficientes também são problemáticas e pedem políticas públicas direcionadas. Para concluir, reforçou algumas ideias: é preciso atenção à alimentação adequada das diferentes crianças, é necessário um fortalecimento familiar e da convivência comunitária, e por fim, as crianças entendem de seu cotidiano e podem sim ser protagonistas.

Proteção Social e defesa dos Direitos

Este tema foi desenvolvido por Flavia, Conselheira Tutelar. Ela começou sua fala com barreiras existentes na escola, à inclusão dos deficientes bem como aos adolescentes em liberdade assistida. Denunciou as péssimas condições a que são submetidos os jovens na Fundação Casa, o que impossibilitará que voltem regenerados. Segundo a palestrante, formam-se mais bandidos. Não há respeito à dignidade da pessoa humana na Fundação Casa. Ao mesmo tempo, quando os jovens conseguem diminuir a pena não encontram acolhida nas escolas. Denunciou também o recente projeto de internação compulsória de adolescentes usuários de drogas por violar muitos dos direitos da Criança e do Adolescente. Lamentou o fato de jovens da periferia não conseguirem empregos em fábricas e acabarem se dedicando a empregos informais ou mesmo ilegais. Concluiu dizendo que há

pais que só vão à igreja, ou só vão ao bar. E que mesmo os pais deveriam frequentar também o Conselho Tutelar, o Posto de Saúde e a Escola.

Controle Social

O sociólogo da SMADS, Rubens Serralheiro, foi o responsável por falar de Controle Social. Exibiu um powerpoint com o mesmo tema da Conferência, e conforme ia apresentando os slides comentava o conteúdo direcionado ao Controle Social das políticas para a Criança e Adolescente. Sua abordagem se inicia com o estabelecimento do modelo democrático, a partir da constituição de 88, em que surge a garantia de participação nas discussões de políticas públicas. Um dos órgãos que surge neste intuito, previsto pelo ECA, é o CONANDA. O primeiro passo para democratizar foi a municipalização dos atendimentos direcionados a crianças e adolescentes, e a criação de Conselhos Municipais e Estaduais, que são órgãos deliberativos e controladores, não somente consultivos. O ECA estabeleceu estes conselhos para garantir a promoção e a defesa dos direitos e o controle social. Com os Conselhos, "Inicia-se, então, um movimento amplo, envolvendo todos os atores sociais, no sentido de um trabalho em rede, de forma sistemática, integrada e em parceria, em prol dos interesses de crianças e adolescentes". (TEIXEIRA, Edna M. Criança e Adolescente e o Sistema de Garantia de Direitos, Fortaleza: PGE, 2010)".

O controle social das políticas públicas para a criança e o adolescente se dará via CONANDA, Conselhos Estaduais e os CMDCA's. "Os Conselhos são o grande espaço da Sociedade Civil organizada, e suas atribuições são acompanhar, avaliar e monitorar as ações de promoção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, bem como, dos demais eixos do sistema de garantia dos direitos.". Existem ainda os Conselhos setoriais, que integram o Controle Social das esferas da Educação, Saúde e Assistência Social.

Os Conselhos têm por atributo: promover ações articuladas com outros conselhos para elaborar planos integrados, articular os órgãos públicos e iniciativas particulares; deliberar, disciplinar e garantir a execução da política de atendimento às crianças e adolescentes; exercer o controle da execução das políticas de promoção e proteção da criança e do adolescente; administrar os Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente destinados a financiar a criação e Manutenção do Sistema Municipal de Atendimento; as atividades de capacitação dos conselheiros tutelares. Os conselheiros devem: estabelecer as diretrizes das políticas voltadas a crianças e adolescentes; acompanhar e avaliar programas socioeducativos e de proteção de meninos e meninas.

Os principais desafios ao controle Social na estrutura do Conselho são o embate de Políticas públicas e necessidades individuais dos componentes, e políticas públicas e questões administrativas e burocráticas. Já os desafios representados pela figura dos Conselheiros são o embate de questões pessoais e coletivas, questões do segmento de representação e questões político-partidárias.

Rubens apresentou 3 tempos de ação do Conselhos. O presente que é o tempo da construção e monitoramento, o passado que é o tempo da avaliação, e o futuro que é o tempo da transformação. Finalizou falando da importância e dos objetivos do trabalho em rede, e deixou um questionamento para o público: "De que maneira estamos construindo nossa sociedade?"

Gestão da Política Nacional de Direitos Humanos

Este tema ficou sob-responsabilidade do Fernando, Conselheiro Tutelar. Ele se utilizou de slides, e nesta apresentação abordou de forma ampla a gestão de política pública da Criança e do Adolescente. Afirmou que é necessário um aprimoramento das estratégias de gestão, mais mecanismos de articulação, coordenação e pactuação. A criança e o adolescente devem ter prioridade absoluta, e se deve garantir recursos suficientes para o pleno financiamento das políticas públicas direcionadas a estes sujeitos. Ressaltou ainda a necessária qualificação permanente de profissionais através da implementação de políticas de formação continuada, em que a diversidade regional, cultural e étnico-racial sejam contempladas. Seguiu falando dos problemas dos mecanismos e instrumentos de monitoramento e avaliação, da produção de conhecimento que nem sempre é aplicada a formulação de políticas públicas. Falou de relações multilaterais e da cooperação internacional que interferem na qualidade das políticas públicas. Concluiu sua palestra questionando o público da seguinte maneira: "E como anda a Política de direitos na comunidade ou no município? Em 2020, como estarão nossas crianças?". Sua ideia era que estes questionamentos fossem levados aos trabalhos em grupo.

2 - OFICINAS

Oficina do Eixo 1 – Promoção de Direitos

Participaram desta oficina 6 mulheres das quais 5 eram da APAE de São Paulo e uma do PSR de Vila Mariana. O grupo permaneceu no auditório organizado circularmente. Foi utilizada para registro a ficha/planilha sugerida pelo CMDCA.

Sobre a discussão acerca da dieta nutricional para as criança e adolescentes, foi observado que faltam alguns nutrientes na adaptação do cardápio nutricional em atendimento ao parâmetros adequados e especializados da segurança alimentar.

Sobre atenção a criança e adolescente portador (a) de necessidade especial, foram feitas as seguintes intervenções:

... estão focando a qualificação profissional no ensino médio. Tem que ampliar o acesso aos adolescentes a partir dos dezesseis anos. Lei de Cota no mercado de trabalho! Há ausência de qualificação para portadores de necessidades especiais com déficit intelectual e cognitivo, é pouco pensado em vista e decorrência das outras deficiências...

... pautamos as propostas à família, atrelando políticas públicas e programas sociais com enfoque direcionado para área da educação, saúde... precisamos da saúde mais presente também nas escolas.

É diferente o quadro de deficiência mental para ser confundido com drogadição...

Neste ponto o olhar mais especializado da saúde integral, deve desmembrar visando uma atenção aos quadros em que se exige atenção especial dos de drogadição.

Quanto a observações da política pública de saúde, emanadas na discussão pelo grupo, destacam-se as seguintes reflexões:

... observa-se só método 'curativo' na política pública de saúde, tem que se mudar a perspectiva para o método 'preventivo', não só tapar buraco!

O 'olhar' não está (é) visando o desenvolvimento do adolescente de liberdade assistida. A saúde ainda observa, com essa falta de olhar, olha como paciente, há ausência de 'escuta'..."

Entre os casos compartilhados pelas integrantes do grupo, destacam-se os seguintes:

... há casos de mulheres grávidas causarem alcoolismo fetal, quadros de drogadição com mulheres gestantes, não acolhimento de gestantes em condição de rua nos atendimentos da Saúde. Já foi identificado caso de leitura por parte de juízes em que recém nascidos de mães já com maioridade, o recém nascido permanecer no abrigo e a mãe não!

Fundação Casa! Automaticamente as meninas passam pelo exame ginecológico. Onde fica a questão do vínculo? Crianças prematuras decorrentes do uso do medicamento 'Citoteque', que atenção vem sendo dada a esses casos?

Concluída a discussão, definiram como delegada e suplente: Rita Antonia da Silva, e Juliana Leite de Oliveira.

Oficina do Eixo 2 – Proteção de Direitos

Não houve uma oficina propriamente dita, com o formato técnico de oficina e oficineiro, poucas pessoas participando, em sua grande maioria mulheres, profissionais da área, de alguns equipamentos da região, conveniados com SMADS, através do CRAS/CREAS x ONGs.

A conselheira tutelar de Vila Mariana conduziu o grupo de trabalho, que funcionou como uma conversa informal, onde era seguido um roteiro e cada item das 3 diretrizes do Plano Decenal era trabalhado individualmente, desencadeando falas e casos diversos, consumindo a maior parte do tempo.

Fizeram questionamentos em relação ao fechamento dos CRECAS e não suprimento da demanda desses serviços e o papel do CRAS e do CREAS. Falaram sobre não misturar crianças e adolescentes "da rua ou usuários de drogas" com os abrigados.

Os temas que foram abordados ou discutidos: educação, saúde, drogas, diretrizes, rede de equipamentos e falta de equipamento na região para trabalhar a questão da drogadição.

Oficina dos Eixos 3 e 4 – Protagonismo e Controle Social

O grupo estava composto por 6 mulheres e 3 homens. Um deles coordenou o grupo começando com uma retomada das diretrizes e objetivos dos eixos 3 e 4 propostos pelo CONANDA.

Perguntou para o grupo se haviam propostas elaboradas anteriormente e trazidas para debate, ao que apenas as funcionárias da APAE responderam que sim, pois realizaram um trabalho chamado "auto defensoria" com as crianças e adolescentes da APAE que sugeriram algumas coisas, mas que haviam deixado os textos com uma pessoa que estava em outro grupo. O coordenador comentou, então, algumas propostas surgidas na Conferência Lúdica e propôs algumas ideias para debate antes de formularem as propostas.

O grupo não se mobilizou para um debate, mas trabalhou a partir de alguns textos sugeridos pelo mediador, a formação de grêmios estudantis nas escolas; a participação de jovens (crianças e adolescentes) nas instâncias de participação (fóruns regional e municipal).

Um participante sugeriu *integrar escolas por meio de atividades com os alunos*.

Outra participante comentou que é preciso realizar um trabalho com famílias nas escolas porque não existe planejamento familiar e na região da Vila Mariana ela percebe um novo fluxo de migrantes que chegam para constituir família e chegam praticamente analfabetos, sem estrutura alguma. Reforçou ainda a necessidade de profissionais irem até aos cortiços e favelas porque seus moradores não vão até os serviços. Comentou a dura experiência de sair desses lugares e ir até os serviços, como sendo única no lugar onde vive. Não sugeriu nenhum texto de proposta.

O mediador comentou um pouco sobre uma cultura de participação que deve ser fomentada nos usuários dos equipamentos públicos.

Outro participante falou sobre realizar formação em escolas sobre alguns temas como: controle social, direitos humanos, mediação de conflitos. E que isso é muito complicado porque a diretora da escola não quer ninguém de fora dentro de sua instituição.

Uma participante reforçou que esse é um pensamento geral da sociedade e que não é apenas nas escolas que se teme a mobilização dos jovens como se tivessem medo de uma rebelião.

Quando começou a se pensar nos textos das propostas acima descritas uma participante disse que o grupo não deveria determinar verticalmente o que deve ser feito nas escolas ou nos espaços do jovens e que ela entendia que a proposta deveria ser algo em torno de formalizar um espaço onde eles mesmos pudessem dizer o que querem e o que pensam para protagonismo. Assim o grupo definiu a proposta a ser submetida à plenária.

O coordenador conduziu a discussão para a temática de controle social, sugerindo alguns temas como:

- fortalecer Conselhos Tutelares
- realizar conferência de políticas públicas
- trabalhar mais com as APMs

O grupo trabalhou na construção do texto dessas propostas que foram levadas à plenária e reforçaram o fato da escola ser um ponto importantíssimo para a atuação e acesso a crianças e adolescentes por ser um local comum de todos. *É preciso quebrar os muros das escolas.*

O tempo já estava no limite e o coordenador solicitou candidatos a delegados e convidados para a Conferência Municipal. Anna Beatriz Langue Peranovichi e André Marçal Andrade se candidataram a delegado, e Rafaelita Maria de Souza e Edson Gonçalves Silva como convidados.

Oficina do Eixo 5 - Gestão da Política Nacional de Direitos Humanos

Neste grupo havia um oficineiro e mais 4 mulheres participando. O grupo sentou em roda e começou a conversar livremente.

O primeiro tema levantado foi o das diferenças na divisão do atendimento regionalizado entre Saúde e Assistência Social e foi dito que isto atrapalha o acompanhamento de casos em conjunto. Uma participante se pronunciou a respeito da Política Pública da Saúde para deficientes mentais e para pessoas com problemas de drogadição. Disse que tais políticas estão equivocadas e causam problemas no atendimento da Assistência Social, e mesmo na implementação do ECA.

Neste momento, o conselheiro tutelar presente disse concordar com essa colocação e que sente o Conselho Tutelar como o *sufocamento de uma convulsão social* ou um "para-raio". Diariamente lida com demandas urgentíssimas e que não competem a seu cargo, como o de lidar com mães enfurecidas pela falta de creche, mas se não há vagas o Conselho não pode resolver este problema instantaneamente. Outra participante lamentou que as pessoas com maior vulnerabilidade social são justamente as que têm o acesso dificultado, pois não sabem a que instância se dirigir, por isso o trabalho em rede é muito importante.

Comentou-se que existe uma rede implantada, mas que não funciona por falta de equipamento e de vontade política. Foram mostrados alguns dados que relacionam capacidade de atendimento e população, e aí ficou evidente a falta de CAP's e CAP's Infantil na região.

Foi citada a luta manicomial, que há anos propõe novos formatos de instituição para a saúde e nunca foi ouvida, existiria por isso uma visão contaminada nas Políticas Públicas, a mesma visão que autorizará a internação compulsória. Em resposta, foi dito que realmente existe um déficit específico no atendimento a doenças mentais, porque este tipo de atendimento não atrai o interesse de OS por demandar tratamentos caros, um tempo de acompanhamento prolongado e de difícil manutenção, e como a prefeitura vem terceirizando o atendimento, a falta de OS interessada gera a falta de atendimento.

Depois desta conversa, o grupo tentou voltar à proposta do Eixo 5. A primeira questão que apareceu foi a necessidade de psicólogos na escola, mas foi lembrado que há 20 anos havia-se tentado colocar psicólogos na escola e que tinha sido um intento frustrado. Foi observado que trazer a família para a escola é algo mais simples e mais eficiente, e o melhor caminho para o melhoria no atendimento é o trabalho em rede. As áreas específicas, como Saúde e Educação, estão avançando em suas

discussões isoladamente e é necessário esforço para avançarem em rede. O caminho não deve ser a mistura dos diferentes profissionais na escola.

Mas outra pessoa se opôs e disse estar desacreditada do trabalho em rede, lamentou que a rede é muito eficiente na teoria mas não está funcionando. O autoritarismo ainda permeia as decisões.

A primeira proposta construída em grupo foi:

• Que se instalem os serviços com recursos humanos e materiais conforme preconizado pelo Ministério da Saúde, dentro do SUS, para a atenção à saúde mental e em álcool e drogas para crianças e adolescentes da região da Vila Mariana.

Depois desta proposta escrita, o oficineiro apresentou 6 propostas que havia escrito enquanto o grupo discutia. As seis propostas foram aprovadas, mas elas não foram todas frutos da discussão, foram propostas do oficineiro para o Grupo, a saber:

• Promover a divulgação das ações das Câmaras Municipais nas escolas. Tais como PPA, projetos de leis que mexam com a estrutura da cidade

• Institucionalizar como proposta pedagógica uma visita ao mês, ou de tempo em tempo, à Câmara dos vereadores

• Formular projeto em que o aluno de escola pública estude o território e identifique as instituições públicas, proporcionando seu uso, fortalecendo sua identidade e desenvolvendo seu grau de pertencimento

• Formular e instalar projetos de profissionais mediadores de conflito e Justiça Restaurativa nas escolas

• Educador cultural nas escolas, ampliação do currículo escolar através da cultura

• Levantamento do quadro de profissionais e abertura de concursos, seguindo a lei de proporção relacionada ao número de atendimento e número da população

Saiu como delegada neste grupo: Laura de Costa Boucinhas. E como suplente: Fernanda Maria Magalhães Casellos.

O grupo estava atrasado, aprovaram as propostas e delegados e foram para a plenária.

3 - PLENÁRIA

Os grupos retornaram para plenária às 12h50 e foram convidados um a um a fazer a leitura das propostas trabalhadas. Após a leitura de cada um houve aprovação da plenária, havendo apenas uma solicitação de acréscimo de proposta no Eixo 5.

Algumas propostas foram apresentadas de acordo com o instrumental e mencionaram a quem cabe a execução, o monitoramento e a implementação, definindo a prioridade e o prazo. Outras não apresentam nenhum desses itens.

Os nomes dos delegados tirados nos grupos foram lidos e aclamados pela plenária. E o evento teve seu encerramento às 13h10.

4 - PROPOSTAS

➤ Eixo 1 – Promoção dos Direitos de crianças e adolescentes

- Expandir, especificar e qualificar políticas de atenção integral à saúde desde a primeira infância até a adolescência e suas famílias. Execução: Saúde, Assistência Social, Educação, Secretarias Especializadas e Conselhos. Monitoramento: Através dos protocolos de atendimento e dos Planos Individuais de Atendimento. Implementação: Profissionais habilitados para o atendimento nas diferentes etapas de desenvolvimento, com enfoque multidisciplinar e preventivo. Prioridade 1. Prazo: 5 anos.
- Garantir o enfoque multidisciplinar no acolhimento, atenção e atendimento desde a primeira infância até a adolescência aos sintomas de transtornos comportamentais e deficiência intelectual. Execução: Educação, Saúde, Assistência Social, Secretarias Especializadas e Conselhos. Monitoramento: Através do cadastro único nacional. Criação de indicadores do atendimento das diferentes especialidades. Implementação: Elaboração de diagnóstico por equipe multidisciplinar; aproximação das equipes dos serviços com a família. Formação de profissionais de forma continuada e atualização das informações. Prioridade 1. Prazo: 5 anos.
- Consolidar e ampliar oferta de programas de aprendizagem profissional e produtivo para adolescente acima de 14 anos, independente do vínculo escolar e incluindo os adolescentes com deficiências (visual, física, auditiva, múltipla e intelectual). Execução: Secretaria do Trabalho, Sistema de Saúde, Educação, Assistência Social e Organizações. Monitoramento: Número de matrículas e vagas preenchidas. Implementação: Oferta diversificada, com foco ampliado para o mercado formal e não-formal. Prioridade 2. Prazo 5 anos.

- Inclusão no Objetivo. 2.3 - Assegurar alimentação adequada e especializada de crianças.
- Inclusão no Objetivo. 2.10 - Fomentar a interação social de crianças e adolescentes com deficiência, por meio da acessibilidade arquitetônica e de linguagem universal, ensino da linguagem de libras e braile, garantindo sua inclusão no currículo da educação.

➢ Eixo 2 – Proteção e defesa dos direitos

- Ampliar e qualificar a rede socioassistencial. Faltam profissionais e equipamentos.
- Garantir acessibilidade para portadores de deficiência física/intelectual.
- Definir diretrizes e implementar políticas específicas para atendimento 'a população de rua/fiscalizar.

➢ Eixo 3 – Protagonismo e participação de crianças e adolescentes

- Propiciar um grande encontro entre jovens para discutir protagonismo e participação. Execução: Fórum Regional DCA. Monitoramento: Planejamento estratégico com instrumental de avaliação. Implementação: Sensibilizar para a proposta, formar, executar e avaliar. Prioridade 1. Prazo: 2012.

➢ Eixo 4 – Controle Social da efetivação dos direitos

- Fortalecimento do Conselho Tutelar com recursos humanos e materiais. Execução: Subprefeituras. Monitoramento: Levantamento junto ao Conselho Tutelar sobre suas necessidades. Implementação: Capacitação continuada; alocar um auxiliar administrativo; criar serviço de apoio psicológico, jurídico e social para os conselheiros. Prioridade 1. Prazo: A partir de 2012, com continuidade.
- Realizar Conferência das Políticas Públicas. Execução: Fóruns de Defesa. Monitoramento: Convocação dos atores para planejamento e execução de ação conjunta. Implementação: Sensibilizar para a proposta, formar, executar e avaliar. Prioridade 2. Prazo: Maio de 2012, seguido de agendamento anual.
- Revitalizar as APMs. Execução: SME, SSE e sociedade civil. Monitoramento: Diagnóstico. Implementação: Estratégias de ação. Prioridade 1. Prazo: 2012.

➢ Eixo 5 – Gestão da política nacional dos direitos humanos de crianças e adolescentes

- Que se instalem os serviços com recursos humanos e materiais conforme preconizado pelo Ministério da Saúde, dentro do SUS, para a atenção à saúde mental e em álcool e drogas para crianças e adolescentes da região da Vila Mariana.

- Promover a divulgação das ações das Câmaras Municipais nas escolas. Tais como PPA, projetos de leis que mexam com a estrutura da cidade.
- Institucionalizar como proposta pedagógica uma visita ao mês, ou de tempo em tempo, a visita à Câmara dos vereadores.
- Formular projeto em que o aluno de escola pública estude o território e identifique as instituições públicas, proporcionando seu uso, fortalecendo sua identidade e desenvolvendo seu grau de pertencimento.
- Formular e instalar projetos de profissionais mediadores de conflito e Justiça Restaurativa nas escolas.
- Educador cultural nas escolas, ampliação do currículo escolar através da cultura.
- Levantamento do quadro de profissionais e abertura de concursos, seguindo a lei de proporção relacionada ao número de atendimento e número da população.

5 - COMISSÃO REGIONAL

REPRESENTAÇÃO	NOME
Assistência Social	Laura da Costa Boucinhas
Educação	Fernanda Eugênia A Mendes
Saúde	Elizabeth Akemi Nakayawa
Subprefeitura	Camila Santos de Oliveira
Conselho Tutelar	Flavia de Almeida Dias Sueli G Federichi
Fórum DDCA Regional/Municipal	Maria Auxiliadora Galhano Silva Lady Aparecida Batista Nascimento Edson Gonçalves Pelagalo Oliveira Silva
Colaborador na Região	Marcos Ferreira Marques

6 - DELEGADOS

TITULARES	SUPLENTES
Anna Beatriz Langue Peranovichi Leite	André Marçal de Andrade
Ana Cláudia Lima de Souza	Regina Laura de Morais S. Mariano de Faria
Laura da Costa Boucinhas	Fernanda Maria Magalhães Casellos
Rita Antonia da Silva	Juliana Leite de Oliveira

VILA PRUDENTE

INTRODUÇÃO

As Conferências Lúdica e Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vila Prudente foram realizadas no do dia 11 de Novembro de 2011, na sede da Subprefeitura de Vila Prudente, à Rua do Oratório nº 172. Participaram123 pessoas, sendo 80 crianças e adolescentes e 43 adultos.

O credenciamento foi feito na entrada do auditório e todos os participantes receberam uma pasta contendo a programação, o regimento interno, bem como a relação das diretrizes e objetivos estratégicos dos cinco eixos orientadores das Conferências definidos pelo CONANDA. Já no credenciamento, cada criança e adolescente recebeu um crachá colorido, sendo cada cor correspondente a um tema a ser discutido durante as oficinas.

Após o credenciamento e o lanche matinal deu-se início a solenidade de abertura, leitura e aprovação do regimento interno e apresentação cultural. Tanto na Conferência Lúdica como na Convencional as oficinas começaram com o ato de conferir as propostas aprovadas em 2009, que contou cada uma, com a ajuda de um mediador. As oficinas tiveram continuidade após o almoço. Na plenária da Conferência Lúdica foram apresentadas e aprovadas as propostas elaboradas com base nos temas discutidos e foram também referendados os delegados eleitos nas oficinas. Na Conferência Convencional não houve plenária, pois as propostas foram aprovadas durante a elaboração das mesmas, ainda na oficina. Por fim, crianças, adolescentes e adultos se reuniram novamente para assistir uma apresentação cultural que encerrou a Conferência.

CONFERÊNCIAS LÚDICA E CONVENCIONAL

1 – ABERTURA

As atividades tiveram início às 10h:00 com o ato solene de abertura das Conferências e a formação da mesa.

- Composição da Mesa

Foram chamados para compor a mesa: representantes da Subprefeitura de Vila Prudente, do CMDCA, do Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente, das crianças e dos adolescentes. Também foi chamado o Conselheiro Tutelar de Vila Prudente.

A representante do Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente, também membro da comissão organizadora, atuou como mediadora nesta etapa. Após o Hino Nacional, tiveram início as falas dos convidados.

O representante da Subprefeitura de Vila Prudente, agradeceu o convite e afirmou que a Conferência é uma missão cívica, pois é o fortalecimento da relação entre comunidade e poder público. Por isso, o dia de realização da Conferência é tão importante. Por fim, desejou o melhor desempenho a todos e desculpou-se pelas eventuais falhas que eventualmente ocorressem durante o dia.

O Conselheiro Tutelar fez considerações a respeito do significado da conferência e destacou a importância da participação de todos na criação de políticas públicas. Ele alertou também que ninguém deve ter medo do Conselho Tutelar, pois ele existe para garantir os direitos das crianças e dos adolescentes.

A representante do Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente desejou que todos os participantes dessem o melhor de si, ressaltou a importância do evento e afirmou estar muito feliz com a presença de todos.

O representante das crianças agradeceu o convite e disse estar muito feliz por participar. A representante dos adolescentes optou por não falar.

Por fim, a representante do CMDCA parabenizou o Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Subprefeitura, o Conselho Tutelar e todas as entidades que participaram na organização do evento. Declarou a Conferência oficialmente aberta.

• Regimento Interno

Os representantes das crianças e adolescentes que fizeram parte da mesa solene leram o Regimento Interno que contava com 9 Capítulos e 25 Artigos. Não houve alterações e o Regimento foi aprovado. No entanto, quando os participantes da Conferência Convencional estavam reunidos na oficina foi sugerida a alteração do número de delegados a serem eleitos, com a sugestão de mudança da proporção de 10% para 15% do total de participantes por delegado. A proposta foi contestada pelo fato do Regimento Interno já ter sido aprovado, mantendo-se os 10%.

• Apresentação Cultural

A primeira apresentação cultural foi realizada ao som de um violão, lembrou cantigas infantis clássicas como Alecrim Dourado e o Jipe do Padre. Esta última também contou com a participação de outro educador que fez uma coreografia e foi seguido pelos participantes.

Em seguida, foi exibido o filme de curta-metragem em animação "Vida Maria". Trata-se da história de uma personagem, Maria, que vive no Sertão Nordestino, tem cinco anos de idade e é levada a deixar os estudos para trabalhar. Ao mesmo tempo em que trabalha, ela cresce, tem filhos, envelhece e tem netos. No final, outra Maria, da mesma família é levada a deixar os estudos para trabalhar, deixando a entender que e a história se repete.

Antes de encaminhar os participantes às oficinas, a mediadora faz agradecimentos a algumas pessoas e entidades presentes: CCA Santa Clara e São Francisco, CCA Vila Alpina, CCA Albaione, CCA Paulo Ramos, CCA São Pedro, CCA Amigos em Cristo, CCA Vila Califórnia, CCA Zumbi dos Palmares, CCA Jardim Panorama, EMEF General Osório, CCA Legião Mirim, CCA Paulo Ramos, ETEC José Rocha Mendes, EMEF Cleomides Campos, EMEF Álvares de Azevedo, EMEF Francisco Silveira, EMEF Lineu Marinho, CRAS/CREA da Vila Prudente, Projeto Guri, Circulo de Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente, Conselho Tutelar, Diretoria Regional de Ensino do Ipiranga, Núcleo Paschoal Bianco e o CMDCA.

2 – OFICINAS

2.1 – LÚDICA

Na primeira parte das oficinas lúdicas ocorreu a atividade de conferir as propostas aprovadas na Conferência Lúdica de 2009. O mediador – membro do Núcleo de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto da Ação Social Padre Paschoal Bianco – fez a leitura de todas as propostas avaliando junto aos participantes se elas foram ou não implementadas e, se foram, de que maneira ocorreu esta implementação. O mediador do debate incentivou as crianças e adolescentes a pensarem se as necessidades da região foram supridas ou não.

Os resultados das discussões estão resumidos a seguir:

Proposta: Criação de mais vagas nas escolas em número adequado para atender a demanda e garantir escolas perto do local de moradia.
Resultados: Não houve melhoras.

Proposta: Melhorar a organização das escolas e promover a capacitação dos professores.
Resultados: Não houve melhoras.

Proposta: Garantir a efetiva implementação das políticas sociais de atendimento às necessidades das crianças e adolescentes.
Resultados: Foi relatado que dois CCAs foram construídos na região, um na Vila Ema e outro no Jardim Independência, mas não supriram todas as necessidades.

Proposta: Ampliar os investimentos nos setores sociais. Estimular as parcerias de redes para ampliar os programas sociais.
Resultados: Não foi cumprido.

Proposta: Construção de anfiteatros, campos de futebol, quadras de vôlei e outros espaços para a prática de esportes, atividades de cultura e lazer nas escolas e nos bairros.
Resultados: Alguns espaços foram construídos, mas poucos. Foi relatada a construção de um parque para atividades físicas construído pelo vereador Francisco Chagas na Vila Industrial e também de uma quadra na região da São Nicolau, também na Vila Industrial. Mas nesta última faltam estrutura e material para o adequando funcionamento.
Resultados: Regras são aplicadas, mas não fiscalizadas; por exemplo, a exigência de uniforme, que quase ninguém usa. Cerca de metade das crianças presentes relataram o aumento de policiamento em suas escolas.

Proposta: Ampliar a conscientização da população quanto aos perigos do uso de drogas pelos jovens.
Resultados: Relataram a realização de atividades em algumas entidades: divulgação dos perigos da droga na EMEF Lineu Marinho; projeto “driblando o crack“ na EE Borges Vieira; roda de conversa na CCA São Pedro; palestra na Legião Mirim. Contudo, a maioria achou que não houve uma conscientização maior, apenas atividades isoladas.

Proposta: Combater a corrupção na polícia.
Resultados: O apresentador pediu as crianças exemplos de corrupção na polícia, mas em seu entendimento, a maior parte dos exemplos tratam das falhas da polícia, e não exatamente corrupção. Por exemplo, casos de demora e péssimo atendimento da polícia. Com esse entendimento as das crianças afirmaram que não houve melhoras na ação policial.

A avaliação geral foi que cerca de 10% das propostas aprovadas em 2009 tiveram resultados positivos. Isso significa que, em dois anos, as melhoras foram poucas. No final do ato de conferir, o mediador criticou o fato dos eixos 3, 4 e 5 terem aparecido na relação de propostas aprovadas em 2009 como não elaborados. Segundo ele, esta foi uma falha dos relatores, pois esses eixos foram debatidos tiveram propostas formalizadas.

Foi explicado a todos que na segunda etapa das oficinas, após o almoço, eles teriam a oportunidade de elaborar propostas sobre os problemas que ainda estão presentes na Vila Prudente.

Encerrada a conferência das propostas de 2009, houve uma pausa para o almoço.

Após o almoço as oficinas foram retomadas. Antes de iniciar o trabalho nos grupos foi exibido o filme 'For the Birds', que aborda o tema da exclusão dos que são portadores de dificuldades especiais, os esforços e as dificuldades para que essas pessoas sejam incluídas e mostra que no final, quem agride também sai agredido. O oficineiro perguntou às crianças os tipos de discriminação existentes e as que elas próprias já sofreram. Crianças responderam que há discriminação contra os deficientes, os negros, os gays, nordestinos, estrangeiros, moradores de rua. E relataram que já passaram por discriminação pela cor da pele, pelo tamanho, por ser inteligente de mais, pelo estilo de se vestir, pela cor do cabelo. Em seguida o oficineiro perguntou se crianças se sentem excluídas. Algumas dizem que sim e que quando reclamam não são levadas a sério, que são vistas como irresponsáveis, sem capacidade. O oficineiro comparou a quantidade de crianças presentes no evento (cerca de 80 crianças) com o número de adultos participantes da conferência convencional (cerca de 40) e perguntou: *Quem está tendo mais responsabilidade? Onde estão os políticos que deveriam estar aqui ouvindo o que as crianças têm a dizer?*

Em seguida as crianças e adolescentes foram divididas em cinco grupos conforme a cor do crachá, correspondendo cada uma a um tema específico: Assistência Social; Educação e Profissionalização; Saúde; Esporte, lazer e cultura; Segurança. Todos os grupos contaram com dois oficineiros.

Oficina do tema Assistência Social

Na oficina sobre Assistência Social havia adolescentes de 12 a 16 anos de idade e a metodologia adotada procurou, inicialmente, sensibilizar os participantes para a importância desse tema. Em seguida, foi feita a leitura dos eixos do Plano Decenal sendo que as crianças e adolescentes foram estimulados a expressar suas ideias a respeito de como os eixos se relacionavam com suas realidades e quais propostas poderiam ser apresentadas para a resolução dos problemas

identificados. Por fim, as oficineiras sugeriram que a apresentação das propostas fosse feita de maneira lúdica. Os adolescentes optaram pela confecção de cartazes com desenhos e colagens. Da parte das oficineiras o foco foi mostrar o trabalho da assistência social no acolhimento temporário de crianças cuja família precisa se reorganizar, já que qualquer criança pode vir a precisar da assistência.

A discussão dos adolescentes tratou da questão do protagonismo juvenil, da necessidade que eles têm de serem ouvidos e dos mecanismos que podem utilizar nesse sentido, como por exemplo, as redes de relacionamento da internet.

A escolha da delegada se deu por indicação das oficineiras; mas para suplente houve eleição entre os participantes da oficina.

Oficina do tema Educação e Profissionalização

A oficina que trabalhou com o tema Educação e Profissionalização tinha participantes com idade entre nove e 15 anos, o que acabou prejudicando a participação dos mais novos, que desconheciam o tema da profissionalização. Por outro lado, os adolescentes discutiram diversas questões e a oficina caminhou para o esclarecimento de dúvidas a respeito do primeiro emprego e de cursos profissionalizantes.

Alguns jovens que representavam a Legião Mirim explicaram o funcionamento desta instituição, horário de funcionamento, localização e a importância que ela tem no desenvolvimento pessoal, aumentando a percepção dos jovens sobre responsabilidade e mercado de trabalho.

Os oficineiros explicaram sobre a diferença entre escolas municipais e estaduais e tiraram dúvidas sobre como procurar o primeiro emprego e sobre instituições voltadas para a profissionalização dos jovens. Debateram ainda sobre a questão de capacitação dos professores, a inclusão dos pais nas escolas, além da inclusão de cursos extra-curriculares como informáticas, línguas, preparo profissional.

O debate se estendeu para o tema do bullying, aumento de vagas nas escolas públicas, grêmios estudantis, construção de mais escolas e centros de profissionalização.

Outro tema foi como tornar as escolas mais acessíveis para os portadores de deficiência física, a criação de um site único para toda a rede de ensino a fim de divulgar propostas, projetos e eventos e

finalmente, a necessidade de fiscalização e segurança nas escolas para evitar desvios, saques e depredação das instalações.

Por fim, para a elaboração das propostas, o grupo decidiu trabalhar com as propostas de 2009 que não foram atendidas, melhorá-las e criar novas. Para a apresentação na plenária foram feitos cartazes contendo as propostas do grupo.

A escolha do delegado sofreu a influência das oficineiras, mas o suplente foi tirado por votação

Oficina do tema Cultura, Esporte e Lazer

O tema Esporte, lazer e cultura foi debatido por um grupo de faixa etária entre 10 e 14 anos. Para que todos se conhecessem, a oficineira utilizou a dinâmica do barbante: cada um deveria se apresentar e falar algo bom e algo ruim que existia em seu bairro e jogar o rolo de barbante para outro participante, sem soltar o fio que devia manter-se enrolado no dedo até o final da dinâmica. No final perceberam que uma grande teia havia se formado no círculo e a oficineira disse que um problema no bairro ou na escola é problema de todos, sugerindo que todos colaborassem para desfazer aquela teia. Assim, os participantes tinham que desenrolar a teia, em colaboração mútua, como se estivessem resolvendo um problema do bairro.

Ao final do processo, com a teia desfeita, todos continuavam ligados a uma parte do fio e a oficineira concluiu que a comunidade deve estar sempre unida e em casos de problemas devem desatar os nós coletivamente.

Em seguida, a oficineira leu o Eixo 4 do plano decenal e o grupo debateu, criando propostas.

Para concluir o trabalho, foi sugerida a elaboração de cartazes com desenhos e recortes de revistas relativos aos pontos levantados. Em um dos cartazes colaram figuras que consideravam estar ligadas a esporte, cultura e lazer. Em outro cartaz expuseram ideias sobre o que pode ser feito para garantir o direito de acesso aos recursos culturais e esportivos considerando que desse modo é possível reduzir a violência.

Nesta oficina houve eleição para delegado e suplente.

Oficina do tema Saúde

O grupo que discutiu o tema Saúde tinha participantes de 11 a 16 anos. As oficineiras sugeriram que todos sentassem em roda e pediu que as crianças e adolescentes relatassem casos que conheciam

sobre problemas relacionados à saúde e ao atendimento público em postos de hospitais. Elas incentivavam os mais tímidos a falar e escutavam atentamente os relatos de todos, pedindo que dessem exemplos de casos de omissão de atendimento na saúde.

Alguns panfletos sobre diferentes temas da área da saúde foram disponibilizados para o conhecimento dos participantes. Eram folhetos explicativos do grupo UNIMED que tratavam de estresse, tabagismo, depressão.

Por fim, foi pedido aos participantes que relatassem em cartazes os pontos abordados para apresentação na plenária final. As discussões não se concentraram apenas no tema da oficina, mas incluíram a questões relativas ao consumo de drogas.

O grupo foi muito participativo e concentrou-se em criar propostas e produzir cartazes. Os relatos surgidos no debate relacionavam-se às seguintes questões: demora no atendimento em hospitais e postos de saúde; falta de qualidade no atendimento médico; burocracia no atendimento no AMA da Vila Califórnia; problemas com diagnósticos errados; encaminhamentos psicológicos feitos nas escola sem maiores orientações aos pais; problema com o atendimento odontológico feito na escola onde apenas 3 alunos de cada classe são encaminhados.

Após o debate as oficineiras mostraram para o grupo fotos históricas de conquistas na região, como chegada da água encanada no bairro, uma visita do prefeito da cidade de São Paulo feita há 48 anos, a 1ª linha de ônibus e um título de honra concedido a um morador do bairro.

Para eleger o delegado titular e o suplente foi apresentada a candidaturas dos interessados e, em seguida foi realizada a votação.

Oficina do tema Segurança

O grupo que tratou do tema Segurança tinha entre 9 e 16 anos. Nesta oficina a sensibilização acerca da temática da segurança se deu através de charges e de dados sobre violência contra jovens, seguida de uma conversa com os oficineiros.

Todos estavam dispostos em uma única roda e os oficineiros optaram por se retirar para deixar os jovens debatendo e criando propostas para melhorar a questão da segurança na comunidade em que moram.

Quando os oficineiros retornaram, pediram para que os participantes elaborassem cartazes com palavras, desenhos e colagens figurando as propostas resultantes da oficina. De modo geral, houve

participação das crianças e adolescentes e várias falas sobre violência no cotidiano: *Tem policial que já chega matando, Polícia não vai lá para ver se está tudo certo, só vai para a repressão...*

Os oficineiros relacionam essas falas com alguns dados estatísticos que demonstram que os jovens são a parcela da população com mais probabilidade de morrer de forma violenta, ainda mais quando são negros e pobres; e que são estes também, juntamente com as mulheres, os que possuem a maior taxa de desemprego. Os jovens concluem a partir do debate e da análise dos dados fornecidos pelos oficineiros que os pobres estão mais próximos da violência do que os ricos.

Debateram também a respeito do que deveria ser feito para diminuir o número de mortes entre crianças e adolescentes e, criar oportunidades de trabalho para os jovens.

A preocupação com a má atuação da política e a falta de fiscalização sobre os políticos foi outro tema que ganhou destaque na oficina: *quem fiscaliza os fiscalizadores?.* Após troca de ideias e experiências concordou-se que são raros os policiais honestos, mas que um projeto como o que ocorreu no Rio de Janeiro, com uma maior relação entre policia e comunidade, pode ajudar a acabar com o tráfico de drogas e com a violência.

Alguns jovens pediram para que se fizesse uma reunião no próximo ano para que o delegado contasse como foi a Conferência Municipal e para que o debate pudesse ter um caráter contínuo. A escolha do delegado e do suplente se deu por votação nos candidatos; o segundo mais votado ficou como suplente.

2.2 – CONVENCIONAL

A atividade de conferir as propostas aprovadas na Conferência Regional Convencional de 2009 foi realizada no auditório da Subprefeitura, mediada por um representante da Diretoria Regional de Ensino do Ipiranga. Os resultados foram os seguintes:

Proposta: Investir em setores além da escola, criando centros culturais para toda a família, propiciando lazer e cultura.
Resultado: Não houve mudanças.

Proposta: Novas metodologias de ensino com conteúdos que visem a integrar o estudante à sociedade.
Resultado: Houve um longo debate sobre esta proposta, com foco nas metodologias que deveriam mudar. Algumas propostas foram:

- Mudar o tempo livre que os alunos têm fora da escola.
- Mudar o formato da sala de aula para turmas sentadas em roda.
- Melhorar a capacitação dos professores.

Por fim, concluem que não houve mudanças nestes aspectos desde 2009.

Proposta: Fazer estudo para modificação dos currículos do ensino para que os mesmos preparem seus alunos para a realidade do mercado de trabalho e melhorar a formação do professor.
Resultado: Foram oferecidos cursos de formação aos professores, porém são em horários em que o professor está em sala de aula e não tem o direito de ter seu ponto dispensado para participar dos cursos. Concluiu-se que houve mudança parcial, pois embora haja a oferta de cursos os professores não têm como desfrutar do 'benefício'. Outra questão levantada é que essa mudança depende da esfera federal, o que dificulta a intervenção regional nos currículos de base.

Proposta: Criar centros profissionalizantes.
Resultado: Parcialmente realizado. Foi aumentado o número de vagas nos centros existentes, porém não foram criados novos.

Proposta: Assegurar orientação religiosa, assistência social e campanhas igualitárias veiculadas pela mídia.
Resultado: O foco da discussão foi apenas a orientação religiosa avaliada como um debate que não deve ser realizado na escola, pois não é papel da escola pública doutrinar os alunos.

Proposta: Integrar psicólogos e assistentes sociais à vida escolar, fazer parcerias com a saúde.
Resultado: Não houve mudanças. Uma representante do CEI disse que realizou uma parceria com UBS e CAPS como aporte para os alunos de sua escola. Ressaltou que existem diversas demandas, mas é necessário promover essa assistência de modo contínuo.

Proposta: Criar centros de reabilitação.
Resultado: Não houve mudanças.

Proposta: Debater o problema das drogas no currículo escolar.
Resultado: Existe o PROERDE que tem a função de apresentar palestras sobre drogas nas escolas, mas que só o faz com convite da escola, o que geralmente não acontece. Há também o medo da represália do tráfico de drogas sobre a comunidade.

Proposta Integrar comunidade e família com a escola.

Resultado: Conclui-se que em algumas escolas existem integração, mas que ainda não é suficiente. Debateram sobre as melhores maneiras de se integrar a família no contexto escolar; chegando conclusão de que os programas 'Escola da Família' e 'Parceiros do Futuro' devem ser ampliados e/ou restabelecidos para que isso ocorra.

Proposta: Preparar escolas para receber alunos em vias de ressocialização e eliminar preconceitos em relação aos egressos de medidas socioeducativas.
Resultado: Alguns casos de exclusão de alunos egressos da Fundação Casa nas escolas foram relatados: *a diretora não aceitava ter um aluno com esse perfil em sua escola*. A conclusão é que se as escolas ainda não sabem lidar com jovens egressos, a proposta não foi efetivada. Uma das sugestões do grupo é a realização de eventos de integração sócio escolar, como torneios inter escolares de futebol ou outros esportes. Outro participante afirmou que *a proposta em si já é discriminatória, considerando que a escola deve ser um ambiente de aceitação de todas as crianças e adolescentes, independente de seu histórico*.

Proposta: Melhorar a formação dos profissionais que lidam com o ECA.
Resultado: Não houve mudanças. Chegaram à conclusão de que é necessário criar um programa de capacitação para professores, policiais e todos os setores que atuam com criança e adolescente.

Proposta: O Conselho Tutelar deve estar presente nas escolas.

Resultado: Um representante do Conselho Tutelar da região alegou que a demanda de trabalho é muito grande e que não há possibilidade de ficar nas escolas. Somente em casos específicos essa ação é possível. Um representante do CEI propôs que os conselheiros deveriam ao menos visitar as escolas para se apresentarem aos alunos. Ainda alega que é importante registrar a negligencia do órgão, uma vez que o Conselho Tutelar pouco faz pela região. Estimulou que todos denunciem a falta de participação do Conselho. Concluíram que é necessário propor o aumento de pelo menos mais um conselheiro tutelar na região do Parque São Lucas.

Proposta: Incentivar a formação de grêmios estudantis.
Resultado: Algumas escolas adotaram o sistema, porém ainda precisa melhorar.

Proposta: Mais investimento do Estado e dos órgãos públicos em educação, centros profissionalizantes e saúde.
Resultado: Não houve mudanças.

Proposta: Encaminhar propostas de orçamento participativo.

Resultado: Não houve mudanças.

Ao término da leitura e avaliação das propostas de 2009 fez-se uma pausa para o almoço. Neste momento os organizadores das Conferências notaram que as caixas de lanches tinham a data de vencimento em 04/11/2011. Por conta disso, ocorreu um grande desconforto e foi sugerida uma moção de repúdio contra este ocorrido.

Após o almoço, os adultos retornaram à oficina para darem continuidade aos trabalhos do dia referentes à discussão dos Eixos do CONANDA e elaboração de propostas.

A oficina dos adultos tinha cerca de 40 participantes no início da Conferência, mas após o almoço ficaram apenas 25. Foi sugerido inicialmente, que as propostas fossem elaboradas com base no que não foi realizado desde 2009. Contudo, vários participantes observaram que era importante seguir os cinco eixos orientadores para que as propostas pudessem ser levadas de maneira organizada para a Conferência Municipal.

Assim, decidiram, sem separar os participantes em grupos, fazer a leitura dos eixos e fazer propostas coletivamente, além de atualizarem as propostas não realizadas de 2009. Após a leitura de cada diretriz debatiam-se as necessidades locais, surgindo questões como: Escola da Família, modelos de ação para a promoção do direito das crianças e dos adolescentes, garantia de direitos para menores infratores, grêmios estudantis, artigo 4 do ECA e maneiras de fortalecer os Fóruns Regionais do Direito da Criança e do Adolescente.

Para a eleição de delegados, os interessados se candidataram e mesmo sem ter ocorrido votação ou o processo de eleição propriamente dito, foram considerados automaticamente eleitos pela comissão organizadora.

3 – PLENÁRIA

3.1 – LÚDICA

A plenária se iniciou com a apresentação de um grupo de dança formado por crianças do CCA Jardim Panorama. As crianças vestiam roupas coloridas e dançaram músicas populares brasileiras com coreografia montada por uma educadora do próprio CCA.

Cada grupo levou representantes para apresentar as propostas e os cartazes produzidos nas oficinas e não houve votação para aprovar as propostas ou pontos discordantes.

Em seguida foram chamados os delegados aclamação.

Após a apresentação dos grupos foi realizada a sistematização das propostas por um dos oficineiros. Também foi apresentada uma moção:

"Continuidade de trabalho e das propostas elaboradas na VI Conferência nos grupos e na comunidade."

Ao término dos trabalhos e para encerrar a Conferência a Escola de Samba Unidos de São Lucas apresentou-se trazendo enredos próprios. A bateria, o mestre sala e a porta-bandeiras eram compostos por crianças e adolescentes da comunidade.

3.2 – CONVENCIONAL

Não houve plenária final, considerando que o grupo não foi dividido em oficinas e as propostas e os delegados foram aprovados durante o próprio debate. Foi escrita uma Moção no intuito de reivindicar a implementação e criação de um CEU na Vila Prudente:

"Nós, participantes da VI Conferência Regional DCA da Região da Vila Prudente ordinariamente reunidos no dia 11 de Novembro de 2011, vimos manifestar apoio a criação do CEU- Centro de Educação Unificado com vistas ao serviço da demanda dos atendimentos DCA."

Os participantes da Conferência Convencional se juntaram aos participantes da Lúdica para assistir a apresentação final da Escola de Samba e encerrou-se o dia de Conferência.

4 – PROPOSTAS

4.1 – LÚDICA

➢ Tema Cultura, Esporte e Lazer.

- Direito a cultura, e esportes e lazer.
- Abrir as escolas nos finais de semana para atividades artísticas.
- Criação de quadras (CDC) nos bairros.
- Melhorias nas escolas.
- Drogadição: participação dos pais nas escolas.
- Melhoria nas quadras com mais materiais e local para armazenamento.
- Criação de Ciclovia na região.
- Pista de Skate.
- Divulgação dos trabalhos que acontecem nas escolas e equipamentos (cursos, mostras culturais).
- Incentivar a arte da Reciclagem na comunidade.

- Aumento da segurança nos parques da região.
- Falta de aulas de orientação sexual nas escolas e de educação física.

➤ Tema Educação e Profissionalização

- Maior capacitação dos professores.
- Mais escolas que incentivem a profissionalização.
- Escolas são bem elaboradas, mas mal aproveitadas em seus espaços.
- Mais acessibilidade.
- Criação de grêmio estudantil.
- Materiais de qualidade nas escolas.
- Mais vagas nos cursos profissionalizantes.
- Uniformes em todas as escolas para identificação.
- Distribuição de materiais didáticos para melhorar a inclusão aos alunos.
- Um site único para todas as escolas para tratar dos problemas comuns.
- Fiscalização e seguranças nas escolas.

➤ Tema Saúde

- Diminuir a demora no atendimento.
- Diminuir a falta de médicos nos hospitais.
- Investimentos nos hospitais existentes.
- Maior fiscalização nos hospitais em relação ao atendimento médico.
- Acompanhamento do médico juntamente com os agentes de saúde até as residências da comunidade.
- Retomar o funcionamento dos Amigos de Bairro.

➤ Tema Assistência Social

- Oportunidade para expressão de ideias.
- Fortalecer os grupos existentes (movimentos sociais).
- Maior facilidade de acesso a cursos de idiomas.
- Divulgação da rede de proteção Social.
- Fortalecer a organização de Grêmios Escolares.
- Divulgar o Fórum de Direito e Defesa das Crianças e Adolescentes na região.
- Participação do jovem no Fórum DCA.

- Dialogo entre família, filho, escola e comunidade.
- Prestação de contas das propostas - monitoramento anual em instituições e escolas.
- Criação de mais equipamentos como CCAs e Legião Mirim.
- A mídia (internet, radio, TV, blogs) para informarem sobre cursos profissionalizantes e cursos de interesse das crianças e adolescentes.

➢ Tema Segurança

- Envio de um documento para a corregedoria da PM solicitando maior fiscalização dos policiais.
- Comunidade avaliar os candidatos à PM.
- Realizar campanhas nas escolas públicas explicando sobre drogadição.
- Continuação da discussão além da Conferência.

4.2 – CONVENCIONAL

➢ Eixo 1 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

- Ampliar e implementar práticas formativas e informativas em todos os equipamentos quanto a promoção dos DCA.
- Incluir no quadro de funcionários das escolas os profissionais de psicologia, serviço social e fonoaudiologia.
- Retomar o programa Escola da Família em todas as escolas.
- Retomar Parceiros do Futuro.
- Oferecer capacitação continuada aos educadores, considerando as questões de diversidade sexual e de gênero, necessidades especiais, étnico racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política.

➢ Eixo 2 – Proteção e Defesa dos Direitos

- Divulgação, esclarecimentos e informações sobre os órgãos existentes que garantem os direitos DCA (Conselho Tutelar, CREAS, CRAS, PPCAM, CAPS, CAPS AD, CADS).
- Fortalecer os órgãos existentes e ampliar o número de serviço de proteção especial com base no números de habitantes por distrito.
- Criar mais um Conselho Tutelar para o distrito de São Lucas (urgente).
- Ser garantido o direito de defesa do adolescente acusado de ato infracional nas audiências feitas na Vara de Execução da Infância e Juventude assim como o direito da família em audiências.

➤ Eixo 3 – Protagonismo e participação de Crianças e Adolescentes

- Garantir os grêmios estudantis e sua autonomia
- Mobilizar encontros de crianças e adolescentes no Fórum DCA Regional para ter vez e voz por faixa etária.

➤ Eixo 4 – Controle Social da Defesa dos Direitos

- Fortalecer e legitimar os Fóruns Regionais DCA e Garantir que os órgãos públicos que atuam com crianças e adolescentes disponibilizem representantes para a participação efetiva nos fóruns. Dispensa de ponto para a participação de professores e agentes educacionais.

➤ Eixo 5 – Gestão da política nacional dos direitos humanos das crianças e adolescentes

- Garantir que o principio da prioridade absoluta (ECA art. 4) seja integralmente cumprido nas execuções orçamentárias (municipais, estaduais e federal).
- Garantir a transparência dos gastos orçamentários na área da criança e adolescente da municipalidade e do CMDCA, com sua divulgação na internet.
- Que o CMDCA convoque as comissões regionais de organização das Conferências para a apresentação dos gastos com as Conferências lúdicas e convencionais.

5 – COMISSÃO REGIONAL

REPRESENTAÇÃO	NOME
Assistência Social	Vanessa de Souza Ferreira
Educação	Sanderli Aparecida de Brito
Saúde	
Subprefeitura	José Aparecido Campos da Silva
Conselho Tutelar	Antonio Paulo Risso Roseni Xavier de Souza
Fórum DDCA Regional/Municipal	Willian de Melo Porto Gabriel Aparecido de Matos Maria de Fátima Giraldo Fabiana Tiburcio
Adolescente	

6 – DELEGADOS

6.1 – LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Antônio Victor da Silva Sousa	Gabriel Miato Novaes
Cícero Felipe Soares de Oliveira	Mariana de Jesus Kim
Ester de Barros	Samuel Henrique de Sousa
Jonas Vieira Fernandes da Silva	Pablo Pinheiro Bormotoff
Gabriel Araújo da Silva	Victor Lucca Bartulitti
Gabriel Augusto Martins de Abreu	Liliam Batista da Silva
Jesiele dos Santos Trindade	Bruna Raquel Moura dos Santos

6.2 – CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTES
Vanessa de Souza Ferreira	Admir Benedito Simplício
André dos Santos Girardo	Marlene Alves de Souza Brait
Marusa Fernandes da Silva	Márcia Mesquita Martinez
Izildinha Martins Rissi de Oliveira	Marcos Augusto Marques

2 – CONFERÊNCIAS LÚDICAS E CONVENCIONAIS SEM RELATORIA DA FIPE

Neste item são apresentados os relatórios das regiões que haviam realizado uma ou duas conferências antes da contratação da FIPE e que foram encaminhados ao CMDCA. Algumas regiões enviaram apenas as propostas. Outras, enviaram também os relatórios com documentação fotográfica e relação dos delegados. Para efeito desta publicação, foram excluídas as fotos e a relação de delegados, uma vez que a intenção foi a de incorporar as propostas na sistematização enviada para a Conferência Municipal.

A região de Pinheiros não está constando desta parte porque, embora tenha realizado a conferência lúdica, suas propostas não foram encaminhadas ao CMDCA.

FREGUESIA DO Ó/BRASILÂNDIA

VII CONFERÊNCIA LÚDICA REGIONAL FREGUESIA DO Ó / BRASILÂNDIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE SÃO PAULO

Distritos: Brasilândia e Freguesia do Ó

Data: 16 de Setembro de 2011

Horário: 8:00 às 17:00 horas

Local: Escola Municipal de Ensino Fundamental MORRO GRANDE, localizada na Rua Xavier da Silva Ferrão, 317.

1 - RELATÓRIO

A VII Conferência Lúdica Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente da Brasilândia e Freguesia Ó, contou com a participação de 370 pessoas, sendo 347 conferencistas e 30 pessoas (Oficineiros, Organizadores, Observadores e Convidados); os conferencistas foram divididos em 08 subgrupos (Oficinas) para a discussão dos problemas e das propostas. Iniciamos a abertura da Conferência Lúdica com a leitura do regimento interno e a fala da presidente do fórum DCA regional, sra. Hilda Carolina dos Santos, que durante a apresentação das autoridades e plenária, fez questão de enfatizar a importância do conferir ao fazer novas propostas para o poder público em suas ações políticas. Foram apresentadas 15 apresentações lúdicas durante a fala da mesa de

Palestrante (CMDCA, Conselho Tutelar, Policia Militar, Educação Estadual (Norte 1), Educação Municipal (Drem), saúde e CRAS).

Devido a mudança de datas das conferências pelo CMDCA, a nossa conferência foi realizada antes das datas oficiais, consequentemente ficamos sem a acessória de sistematização do CMDCA.

As listas dos Delegados, Suplentes e Observadores eleitos para VI Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo seguem em documentos separados e anexados.

Tiramos para conf. Lúdica Municipal:

Delegados: Titulares:24 Delegados Suplentes:19 Observadores: 2

Sendo assim, segue o Plano de Execução das propostas aprovadas nesta Conferência Lúdica Regional, bem como o relatório.

Ao término da Conferência, houve os agradecimentos a todos pela participação, colaboração e parceria para a execução do evento proposto.

Foi lamentável o atraso dos ônibus na chegada e a postura imposta de alguns motoristas no horário da saída (de qualquer forma, fica nossos agradecimentos pela parceria do CMDCA).

Tema: "Mobilizando, Implementando, e Monitorando as Políticas e o Plano Decenal de Direitos Humanos das Crianças e Adolescentes nos Estados, Distrito Federal e nos Municípios".

2 - EIXOS ORIENTADORES

- Eixo 1 - Promoção dos direitos de crianças e adolescentes
- Eixo 2 - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes.
- Eixo 3 - Protagonismo e participação de crianças e adolescentes.
- Eixo 4 - Controle social da efetivação dos direitos
- Eixo 5 - Gestão da Política nacional dos direitos humanos de crianças e adolescentes

Obs.: no final da conferência, foram entregues os estatutos e os certificados.

Hilda Carolina dos Santos 30/10/2011 (Presidente Executiva do FRDCA FO/ BRAS)

3 – PROPOSTAS POR EIXOS

Proposta	Eixo	Quem executa ou está executando? Sistema de Garantia	Formas de Monitoramento	Como Implementar	Nível de Prioridade					Prazo de Execução
					1	2	3	4	5	
Ampliar as atividades culturais nas escolas, como teatro, música, etc.	1	Secretaria da Educação	Conselho escolar, FRDCA e comunidade	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Médio
Ampliar as atividades extraclasse e ter ensino de música nas escolas	1	Secretaria da Educação	Conselho escolar, FRDCA e comunidade	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Médio
Aumentar a distribuição de medicamentos	1	Secretaria da Saúde	Conselho escolar, FRDCA e comunidade	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Médio
Aumentar a segurança nas escolas	1	Secretaria de Segurança Pública	Conselho escolar, FRDCA e comunidade	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Curto
Criação de vagas nas escolas	1	Secretaria da Educação	Conselho escolar, FRDCA e comunidade	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Curto
Formação e capacitação de profissionais da educação	1	ONGs e secretaria do trabalho	FRDCA e comunidade	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Médio
Construir rampa de acesso nas ruas e nos equipamentos públicos, de modo a garantir a inclusão social dos deficientes físicos	1	Secretaria da Urbanização	Conselho escolar, FRDCA e comunidade	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Médio

Proposta	Eixo	Quem executa ou está executando? Sistema de Garantia	Formas de Monitoramento	Como Implementar	Nível de Prioridade					Prazo de Execução
					1	2	3	4	5	
Contratação de mais profissionais na área da saúde, inclusive especialistas para atendimento de pessoas com deficiência física e mental	1	Secretaria da Saúde	Secretaria municipal e estadual de Saúde e Conselhos Tutelares	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Médio
Formação e capacitação de profissionais da educação	1	ONGs e secretaria do trabalho	FRDCA, ONGs e Comunidade	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Médio
Criar espaços culturais, esporte e lazer nos bairros	1	Secretaria da Urbanização, Secretaria da Cultura	FRDCA e Comunidade	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Médio
Criação de áreas e centros de lazer e cultura com construção de praças e quadras poliesportivas.	1	CRAS, SMADS	FRDCA e Comunidade	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Médio
Criação de serviços ligados a assistência social, mais esclarecimentos sobre os serviços com a família e comunidade	1	Secretaria da Urbanização	CRAS, FRDCA e Comunidade	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Curto
Diminuir o número de alunos por sala de aula para garantir maior qualidade de ensino	1	Secretaria da Educação	Conselho escolar, FRDCA e comunidade	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Curto
Garantir a humanização no atendimento a saúde	1	Secretaria da Saúde	Conselho escolar, FRDCA e comunidade	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Curto

Proposta	Eixo	Quem executa ou está executando? Sistema de Garantia	Formas de Monitoramento	Como Implementar	Nível de Prioridade					Prazo de Execução
					1	2	3	4	5	
Garantir manutenção para os equipamentos de informática já existentes nas escolas e criação de laboratórios de informática onde não houver	1	Secretaria da Educação	FRDCA e comunidade	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Curto
Implantação de projetos de desenvolvimento psico social contra a violência	1	CRAS e Secretaria da Educação	FRDCA, CRAS, Secretaria da Educação e comunidade	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Médio
Investir em políticas públicas na área de educação ambiental, tais como: - Promover e incentivar a coleta seletiva de lixo, arborização nas escolas, etc.	1	Secretaria da Urbanização	FRDCA e comunidade	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Médio
Investir em qualidade na sinalização, nas condições das ruas e calçadas e a iluminação pública dos bairros da periferia	1	Secretaria da Urbanização, Ilume e subprefeituras	FRDCA e comunidade	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Curto
Melhoria no transporte público, aumentar a frota de ônibus e subsidiar as tarifas	1	Secretaria de Transporte	FRDCA e comunidade	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Curto
Criação e efetivação de políticas voltadas para o tratamento, internação e desintoxicação de crianças e adolescentes Drogaditos	2	CAPS AD, Secretaria da Saúde	CAPS AD, CRAS	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Curto
Criar mecanismos de inclusão nas escolas	2	Governo Federal, Estadual e Municipal	CRAS, FRDCA e comunidade	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Curto

Proposta	Eixo	Quem executa ou está executando? Sistema de Garantia	Formas de Monitoramento	Como Implementar	Nível de Prioridade					Prazo de Execução
					1	2	3	4	5	
Garantir por meio de políticas públicas cursos de formação acerca das questões de dialogação nas escolas e comunidades, bem como a extensão dos mesmos aos pais (como os cursos de PROED).	2	Secretaria da Educação	Conselho escolar, FRDCA e comunidade	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Curto
Qualificar as creches existentes na região	2	Governo Federal, Estadual e Municipal	CRAS, FRDCA e comunidade	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Médio
Investir em mais CCAs na região	2	CRAS, SMADS	CRAS, FRDCA e comunidade	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Curto
Criar eixos específicos que deverão ser supervisionados e definidos pelos fóruns e que a partir dessas definições, o CONANDA possa filtrar, porém, dentro das realidades regionais	3	CMDCA, CONANDA	CMDCA, CONANDA	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Curto
Participação efetiva das escolas públicas nos fóruns regionais	3	DREM, NORTE 1	FRDCA, DREM e Norte 1	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Curto
Fiscalizar e supervisionar esses profissionais bem como o Conselho Tutelar, de modo que consigam comportar e atender plenamente as demandas que lhes são dirigidas	3	FRDCA, Conselho Tutelar	FRDCA e comunidade	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Curto

Proposta	Eixo	Quem executa ou está executando? Sistema de Garantia	Formas de Monitoramento	Como Implementar	Nível de Prioridade					Prazo de Execução
					1	2	3	4	5	
Montar um projeto de parceria entre os fóruns regionais e as Secretarias da Educação (estadual e municipal) para definição e participação da formação de professores no assunto ECA.	3	CMDCA, CONANDA	FRDCA, CMDCA e Comunidade	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Curto
Qualificar profissionais que atuem e atendam a questão dos maus tratos de crianças e adolescentes.	3	Secretaria da Educação, Secretaria da Segurança Pública	FRDCA, Conselho Municipal de Combate a Violência de Crianças e Adolescentes, Comunidade	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Curto
Inserção de mais Cursos Profissionalizantes na região	3	Secretaria Municipal e estadual	FRDCA e comunidade	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Curto
Supervisionar os serviços terceirizados de saneamento básico	5	Subprefeituras	Subprefeituras	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Curto
Inserção de vagas nas Escolas mais próximas para as crianças e adolescentes	5	Secretaria da Educação	Conselho escolar, FRDCA e comunidade	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Curto
Limpeza das calhas dos rios da região	5	Subprefeituras	Subprefeituras	Construção de projetos com a participação dos órgãos públicos, FRDCA, ONGs e a comunidade					X	Curto

fipe
Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

IX CONFERÊNCIA CONVENCIONAL REGIONAL FREGUESIA DO Ó / BRASILÂNDIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE SÃO PAULO

Distritos: Brasilândia e Freguesia do Ó

Data: 23 de Setembro de 2011

Horário: 8:00 às 17:00 horas

Local: CIEJA (Centro Educacional de Jovens e Adultos), localizada na Rua Jitaúna, 30 – Jardim Maracanã

1 - RELATÓRIO

A IX Conferência Convencional Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente da Brasilândia e Freguesia Ó, contou com a participação de 104 pessoas, sendo 83 conferencistas e 21 pessoas (Oficineiros, Organizadores, Crianças/adolescentes delegados e Convidados); os conferencistas foram divididos em 05 subgrupos (Oficinas) para a discussão dos problemas e das propostas. Iniciamos a abertura da Conferência Convencional com a leitura do regimento interno e a fala da presidente do fórum DCA regional, sra. Hilda Carolina dos Santos, que durante a apresentação das autoridades e plenária, fez questão de enfatizar a importância do conferir ao fazer novas propostas para o poder público em suas ações políticas. Houve um canto em forma de oração, em seguida a fala dos palestrantes da mesa (Conselho Tutelar, Polícia Militar e Metropolitana, Juiz da Vara da Infância, CRAS e um adolescente delegado).

O Dr. Rui Juiz da Vara, fala com muita propriedade que a criança hoje é sujeito de direito, e por isso temos que propor políticas públicas com prazos. Também a importância das instalações e aperfeiçoamento dos conselheiros tutelares em suas competências. Fala sobre os aspectos das políticas públicas da cidade para crianças/adolescentes, Faz uma observação sobre a alteração do artigo 153 do Eca.

Fala da policia militar, temos que fazer políticas públicas para trabalhar a prevenção em 1º lugar, em 2º lugar tratar as causas já existentes.

Devido à mudança de datas das conferências pelo CMDCA, a nossa conferência foi realizada antes das datas oficiais, consequentemente ficamos sem a acessória de sistematização do CMDCA.

As listas dos Delegados, Suplentes e Observadores eleitos para Conferência Convencional Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo seguem em documentos separados e anexados.

Tiramos para conferência Convencional Municipal:

Delegados: Titulares: 09 Delegados Suplentes: 06 Observadores: 2

Sendo assim, segue o Plano de Execução das propostas aprovadas nesta Conferência Convencional Regional, bem como o relatório.

Ao término da Conferência, houve os agradecimentos a todos pela participação, colaboração e parceria para a execução do evento proposto.

Nos cartazes apresentados nas oficinas teve alguns que chamaram a atenção com escritas pertinentes e preocupantes como:

Descaso público – improviso – descompromisso – urgência – incompetência – espaço digno.

Direito: Saúde, Respeito, Educação, Moradia, Família estruturada, Amigos, Médicos, Professores qualificados, Em fim Vida,

Deveres: Respeitar, Alimentação, Estudar, Cidadão digno, Ético, Consciente de como exercitar sua cidadania e ser respeitado politicamente.

Tema: "Mobilizando, Implementando e Monitorando as Políticas e o Plano Decenal de Direitos Humanos das Crianças e Adolescentes nos Estados, Distrito Federal e nos Municípios".

2 - EIXOS ORIENTADORES

➢ Eixo 1 - Promoção dos direitos de crianças e adolescentes

➢ Eixo 2 - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes.

➢ Eixo 3 - Protagonismo e participação de crianças e adolescentes.

➢ Eixo 4 - Controle social da efetivação dos direitos

➢ Eixo 5 - Gestão da Política nacional dos direitos humanos de crianças e adolescentes

Obs.: no final da conferência, foram entregues os estatutos e os certificados.

Hilda Carolina dos Santos 30/10/2011 (Presidente Executiva do FRDCA FO/ BRAS)

Proposta	Eixo	Quem executa ou está executando? Sistema de Garantia	Formas de Monitoramento	Como Implementar	Nível de Prioridade					Prazo de Execução
					1	2	3	4	5	
Fortalecimento de grêmios estudantis com a inserção do estudo do ECA nas escolas municipais, estaduais, particulares e ONGs, sendo inserido na grade curricular com a garantia de interlocução entre FRDCAs e conselhos Tutelares	1	Secretaria da educação estadual e Municipal (DREM)	FRDCA e Sociedade civil	Urgente					X	Curto
Atividades Lúdicas e Culturais como teatro, afim de trabalhar temas específicos da grade curricular	2	Estado e Município	Alunos, Pais, MPCT e FRDCA	2012					X	Curto
Criar mecanismo para que em cada troca de gestão dos conselheiros tutelares, estes disponibilizem os materiais utilizados para que os novos possam dar continuidade no trabalho	2	FRDCA, Civil e Município	Sociedade civil, FRDCA e Entidades da região	2012					X	Curto
Fortalecimentos dos conselhos tutelares por meio de qualificação dos profissionais objetivando sua atuação	2	Estado e Município	Alunos, Pais, MPCT e FRDCA	2012				X		Curto
Garantir por meio de políticas públicas a responsabilidade dos conselhos tutelares a elaboração e a criação dos cursos de orientação e conscientização sobre as funções exercidas pelos conselheiros e destinados a educadores e comunidade	2	Conselho tutelar	Conselho Escolar, FRDCA, ONGs e comunidade	FRDCA e CMDCA					X	Curto

Proposta	Eixo	Quem executa ou está executando? Sistema de Garantia	Formas de Monitoramento	Como Implementar	Nível de Prioridade					Prazo de Execução
					1	2	3	4	5	
Implantação de oficinas voltadas ao mercado de trabalho dentro das escolas públicas que não utilizam grau de escolarização e com idade mínima de 14 anos como critério de inclusão	2	Secretaria da educação e as delegacias regionais (DREM)	Sociedade civil, FRDCA e Entidades da região	Projeto piloto para ampliação e efetivação					X	Curto
Implantações de varas específicas da infância e juventude na região Freguesia do Ò e Brasilândia	2	Tribunal de Justiça Estadual	Tribunal de Justiça, Sociedade Civil e FRDCA	Projeto piloto para ampliação e efetivação					X	Médio
Inserção de atividades físicas corporais, com auxílio de profissional da Saúde, a fim de que os alunos possam trabalhar o condicionamento físico	2	Estado e Município	Alunos, Pais, MPCT e FRDCA	2012					X	Curto
Integração das escolas por meio de campeonato estudantis	2	Estado e Município	Alunos, Pais, MPCT e FRDCA	2012				X		Curto
Qualificação e capacitação do corpo de conselheiros tutelares, possibilitando atuação com maior eficácia	2	Município	FRDCA, Entidades que trabalham com a garantia de direitos	Esta proposta para a próxima eleição de conselheiros tutelares					X	Curto
Trabalhar nas escolas o tema Diversidade como política pública regional e estadual	2	Município e secretaria da educação municipal e estadual	Fiscalização sistemática pelo MPCT	Urgente				X		Médio

Proposta	Eixo	Quem executa ou está executando? Sistema de Garantia	Formas de Monitoramento	Como Implementar	Nível de Prioridade					Prazo de Execução
					1	2	3	4	5	
Garantir a realização das conferências lúdicas e convencionais a cada 2 anos	3	CMDCA , Poder Executivo	FRDCA, Entidades e Sociedade civil	Projeto piloto para ampliação e efetivação				X		Médio
Garantir as devolutivas das propostas feitas nas conferências regionais e municipais para os Fóruns regionais, no mínimo 6 meses antes da realização da próxima conferência	3	CMDCA	FRDCA e Sociedade civil	Urgente					X	Curto
Garantir que a secretaria da educação estadual e municipal, reserve em seu calendário escolar no ano das conferências, dois dias, para a realização das mesmas em uma de suas escolas da região	3	Secretaria da educação estadual e municipal (DREM)	FRDCA, conselho Escolares	Projeto piloto para ampliação e efetivação					X	Curto
Criar métodos de incentivos a comunicação, por meio de atividades lúdicas nas escolas, ex.: Confecção de um jornal, a fim de despertar o exercício de comunicação entre os alunos	4	Executar nas escolas	Fiscaliza os alunos, conselhos de pais e mestre	2012					X	Curto
Criar um projeto de parceria entre FRDCA e Conselho Tutelar, secretarias municipais e estaduais da educação, para a definição e participação da formação de professores no tema ECA	5	DREM, NORTE 1, FRDCA e Conselho Tutelar	FRDCA e secretarias	Projeto piloto para ampliação e efetivação					X	Curto

Proposta	Eixo	Quem executa ou está executando? Sistema de Garantia	Formas de Monitoramento	Como Implementar	Nível de Prioridade					Prazo de Execução
					1	2	3	4	5	
Garantir no orçamento do município, verba marcada para a realização das conferências bianual	5	Secretaria de finanças do município	FRDCA e municípios e CMDCA	Projeto piloto para ampliação e efetivação					X	Curto
Inserção do equipamentos sociais através de rede social, a fim de implementar as políticas públicas na região	5	FRDCA ONGs	FRDCA e equipamentos Sociais	Projeto piloto para ampliação e efetivação					X	Curto
Inserção dos adolescentes que cumprem medidas sócio educativas nos equipamentos de saúde da região, afim de participar de grupos de adolescentes e participação em atividades diversas (drogas , sexualidade) e outros temas pertinentes como prevenção	5	UBS , COR (unidades de medicas sócio educativas)	FRDCA CRAS	Projeto piloto para ampliação e efetivação					X	Curto

IPIRANGA

V CONFERÊNCIA LÚDICA E CONVENCIONAL REGIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – IPIRANGA 2011

1 - RELATÓRIO SÍNTESE DA ATIVIDADE DO DIA 29 OUTUBRO 2011

Inscrições das oficinas lúdicas e convencionais

Mesa de abertura para leitura e aprovação do regimento interno

Local: CEU Meninos – Horário: das 8h as 14h

Grupos temáticos em oficinas lúdicas e convencionais

2 - PROPOSTAS DELIBERADAS DOS GRUPOS

- Criação de conselhos tutelares onde a região é superior a 100 mil habitantes
- Acompanhamento psicológico nas escolas e creches da região
- Mais programas de incentivo social para adolescentes de 12 a 17 anos
- Melhoria de qualidade na saúde de crianças e adolescentes
- Projetos sociais voltados para a demanda de deficientes físicos na região
- Criação de um hospital infanto-juvenil voltado somente para as crianças e adolescentes
- Criação de espaços de cultura, lazer e esporte nas periferias das comunidades em nossa região
- Espaços de construção da cidadania dos direitos da criança e do adolescente
- Mais creches para a primeira infância (de 0 a 6 anos)
- Qualificação profissional para os atores envolvidos nos serviços com crianças e adolescentes da região
- Criação de galpões esportivos para crianças e adolescentes
- Tem que haver uma parceria com a assistência social e com a secretaria do trabalho com relação ao adolescente que esta em conflito com a lei para o encaminhamento para o mercado de trabalho lhe garantido cursos profissionalizantes
- Cancelamento da escola on line (eol) mantido pela secretaria municipal de educação, pois não dá garantia para vagas de crianças e adolescentes nas escolas e creches da região e também põe a criança longe de suas residências e não lhe da certeza de transporte gratuito aos mesmos

Tendo em vista o não comparecimento da empresa de ônibus contratada aos locais solicitados na data de 29/10/2011, que impossibilitou o deslocamento das crianças e adolescentes das escolas municipais, CCA e ONGS, a Comissão regional do Ipiranga deliberou que:

Para não causar prejuízo e não violar os Direitos da Criança e do Adolescente, os participantes na conferência, caso tenham interesse, poderão se candidatar a Delegados, devendo ser designados em plenária.

CONVENCIONAL

Contou com nº de participantes Adultos: 81

Eleitos nº (12) Delegados Convencional

E nº (00) de Delegados Suplentes.

LÚDICA

Com nº de participantes Crianças e adolescentes: 112

Eleitos nº 18 Delegados

E nº 18 de Delegados Suplentes.

LAJEADO

Sistematização de Proposta da conferência Lúdica da Criança e do Adolescente do Lajeado.

A comissão organizadora da Vi Conferência lúdica da Criança e do Adolescente do lajeado, inicia suas atividades com uma de acordo com a programação.

CONFERÊNCIA LÚDICA DO LAJEADO

1 - PROGRAMAÇÃO (29/10/2011)

Bom Dia!

07:30 Credenciamento e Café

08:00 Abertura do Evento

Apresentação Cultural

Introdução do que é a Conferência/ Fabio Pereira de Souza _ CT Lajeado

Composição da mesa- / 02 criança e 02 adolescente /

Crianças: Avib – (SASF) / Joilson - (casa 1)

Adolescente: kolping (cj) / IPJ - (Jovens Urbanos)

Hino Nacional_ CD

Leitura do Regimento Interno- adolescente – (Jovens Urbanos - Paulo Freire)

Apresentação de slides/ realidade do Lajeado – Patrícia Kelly

10:15 – Encaminhamento das crianças e adolescentes para as oficinas

12:00 – Parada das oficinas para o almoço

12:00 – oficinas - sol, estrela, lua

12:15 – oficinas - vento, terra, semente

12:30 – oficinas - fogo, ar, água , ceu

Obs: Musicas – CD e DVD / apresentação cultural

Boa Tarde!

13:00 Retorno para oficinas

Término dos trabalhos

Escolha dos Delegados

15:00 – Lanche da Tarde

Retorno para Plenária

Composição da mesa- Subprefeito, Fórum DCA, Educação, CRAS, Saúde, Cultura

Apresentação das Oficinas

Consideração da Mesa

Aclamação dos Delegados

16:30 – Encerramento

Apresentação cultural

17:00 - Saída das crianças

A Metodologia consistiu em momento de conferir, oficinas e apresentação de proposta com as linguagens variadas da arte sendo elas, teatro ,painel , desenho etc, respeitando a fase de desenvolvimento da criança e do adolescente e garantindo a participação social.

2 - PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA OFICINA

Bom Dia!

10:15- Inicio dos trabalhos na Oficina

Dinâmica de apresentação dos Participantes

Dinâmica de integração (anexa proposta)

10:45 - Desenvolvimento das Atividades

Os oficineiros realizaram um debate pautado nas seguintes questões

- O que são os direitos da criança e do adolescente?
- Os direitos estão garantidos?
- O que falta?
- O que temos de Política Publica?
- O que temos é suficiente?
- O que falta? E que quantidade?

Os oficineiros discutiram junto com os adolescentes escolher 4 eixos da política publica que falta ou que tem em numero que não é suficiente.

11:30- Trabalho em Grupo

Depois do debaterem dividiram os adolescentes em 4 grupos de no máximo 6 pessoas

Cada grupo discutiu especificamente uma política publica e apresentou para todo o grupo em forma de teatro, música paródia, poesia, rádio popular, colagem, desenho ou outros

Boa Tarde!

13:00- Retorno do almoço para as oficinas

13:20- Dinâmica de relaxamento (anexo proposta)

13:30- Fechamento dos trabalhos

Apresentação dos trabalhos do grupo

Encerramento do tema com os oficineiros com a sistematização das propostas, que foram entregues na pasta juntamente com a ficha preenchida com delegado e suplente.

14:30- Eleição dos delegados

Os oficineiros explicaram para as crianças a importância de ser delegado e de representar a nossa região na Conferência lúdica municipal.

O participante que quiser ser delegado na Conferência Lúdica Municipal deverá se apresentar na oficina dizendo: o que lhe motiva a querer ser delegado e assim se votado por todos.

Foi escolhido um delegado por oficina.

Os oficineiros deve repassar a delegação, a ficha com a inscrição deste delegado e do suplente com a quantidade de voto que cada um obteve.

Sendo assim os oficinerios trabalharam os eixos de acordo com apresentado acima, diante deste elemento segue abaixo a proposta e a avaliação dos oficineiros e das crianças.

OFICINA	Sol	nº de participantes: 12
Oficineiros	Roberto e Sara	
Propostas		
1	Lazer: maiores áreas destinadas ao lazer, tais como ruas de lazer, parques e quadras.	
2	Saúde: Melhores atendimentos nos serviços da área da saúde com qualificação adequadas para cada profissional respeitados as especificidades da área	
3	Educação: Profissionais mais qualificados melhores condições de infra estrutura e respeito nas relações professores e alunos	
Avaliação da Oficina A oficina ocorreu com efetiva participação dos integrantes, com pequena dificuldades para compreensão sob o delegado, porém com maiores esclarecimentos do educador		

OFICINA	Ar	nº de participantes 09
Oficineiros	Ivanildo e Etiene	
Propostas		
1	Educação: Ensino de Qualidade e rigor nos casos de maus tratos e bullying	
2	Formação Técnica profissional próxima às moradias	
3	Saúde: Número de médicos efetivos de acordo com a demanda, para que possam realizar o que já está previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente	
Avaliação da Oficina No inicio os jovens estavam um pouco envergonhados porem após a dinâmica de integração se sentiram a vontade, após a divisão do grupo conseguiram realizar os trabalhos e se iterte na defesa, na luta e proteção das crianças e adolescentes. Sendo assim, o trabalho foi proveitoso e levado muito á sério, gostamos de desenvolver a oficina com as crianças e adolescentes.		

OFICINA	Céu	nº de participantes
Oficineiros	Bruno Vinicius e Richard David	
Propostas		
1	Cultura: mais espaços culturais, mais divulga cão da programação cultural, oficinas de artes plásticas, teatro, música, dança, cinema, shows e mais bibliotecas na região.	
2	Educação: Bibliotecas, mais curso profissionalizantes, escolas adequadas, profissionais capacitados, escola ou prisão (modificar também as estruturas das escolas que se tenha menos chapas de ferro e menos cadeados e portões ou seja abertas para a comunidade.	
3	Lazer: parques, praças, campinhos, locais para atividade de natação e lazer.	
Avaliação da Oficina A oficina inicia com a galera vem animada interessada em discutir, com algumas provocações e perguntas discutimos e propomos o nosso trabalho conjuntamente trazendo a demanda da realidade do lajeado pensando coletivamente no produto final, com um texto falando da nossa realidade, os delegados e suplentes foi votado de. A oficina de modo Geral foi bastante produtiva o debate instigante e a realidade será combatida com a luta.		

OFICINA	Estrela	nº de participantes 15
Oficineiros	Ana Julia e Tiago Leandro	
Propostas		
1	Esporte: Mais áreas de lazer	
2	Lazer: não somente quadras mais outros espaço como quadras, parques.	
3	Cultura: Espaço de Música, aula de violino, natação	
Avaliação da Oficina A idade das crianças desta oficina era de 06 á 10 anos foi bastante produtivo conseguimos desenvolver com qualidade o nosso trabalho para alcançar o objetivo e um tema muito citado fia questão de moradia e a situação das pessoas em situação de rua.		

OFICINA	terra	nº de participantes 15
Oficineiros	Julio	
Propostas		
1	Saúde: melhores atendimentos, acesso de qualidade aos medicamentos, especialidades nas Ubs sendo cardiologia, psicologia, otorrinolaringologia, laboratório. Ortopedia raio x e farmácias de auto custo	
2	Lazer: parques com artes educadores, ruas de lazer, brinquedotecas comunitárias, quadras poliesportivas e clube escola com piscina.	
3	Habitação: reforma na estrutura urbana, e melhorias nas áreas de enchente.	
Avaliação da Oficina A oficina de modo geral foi bastante produtiva os adolescentes avaliam de forma qualitativa		

OFICINA	Vento	nº de participantes 15
Oficineiros	Thiago	
Propostas		
1	Educação: ampliação do programa Centro de Educação unificado, construção do centro de recreação, albergue para moradores em de rua.	
2	Lazer: Centros olímpicos para comunidade, praças ecologicamente corretas.	
3	Segurança pública: Formação para policias sobre a reurbanização pública	
Avaliação da Oficina		

OFICINA	semente	nº de participantes 15
Oficineiros	Thiago	
Propostas		
1	Segurança Pública: Formação de professores para discussão da violência e melhoria da violência na escola	
2	Saúde: melhoria na saúde, mais postos, capacitação profissional de médicos e funcionários de atendimento.	
3	Lazer: aumento do número de quadras e complexos poliesportivos.	
Avaliação da Oficina		

Diante dos expostos foram eleitos os delegados que serão encaminhados os dados de contato para comissão central do CMDCA.

SAPOPEMBA

1 - PROPOSTAS DA CONFERÊNCIA LÚDICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

➤ Eixo I - crianças

Proposta	Eixo	Quem executa ou está executando? Sistema de Garantia	Formas de Monitoramento	Como Implementar	Nível de Prioridade					Prazo de Execução
					1	2	3	4	5	
Ampliar a oferta de cursos profissionalizantes para os jovens com a criação de Novas Escolas Técnicas Estaduais e cursos diversificado (variados).	1	Geraldo Alckmin	SME e Conselho formado pela comunidade local	Fazer uma pesquisa na região para saber qual o curso colocar em cada escola	X					Curto
Promover programas nas escolas e na comunidade que eduquem os jovens para que aprendam a se expressar melhor e escolas abertas aos finais de semana com atividades e cursos diversificadas para todos os públicos	1	Geraldo Alckmin e Kassab	Conselhos de Escolar, Diretorias de Ensino, Secretaria de Cultura	Destinação de verbas prevista no orçamento estadual			X			Médio
Acabar com a prostituição infantil e dar oportunidade de emprego para as mulheres.	1	Dilma	MDS (Ministério do Desenvolvimento Social)	Ampliação de programas de transferência de renda	X					Curto

Propostas: 01

- Criar novas escolas técnicas com novos cursos.
- Ampliação de projetos sociais com cursos profissionalizantes

Propostas: 02

- Escolas abertas de finais de semana com cursos profissionalizantes, recreativos com profissionais qualificados, para atender a comunidade.
- Cursos com outros idiomas dentro das escolas.
- Ter profissional de saúde nas escolas para discussão de temas transversais

Propostas: 03

- Ampliação de vagas nos Programa de Jovens aprendiz e fortalecimento dos vinculos familiares.

➤ Eixo I - adolescentes

Proposta	Eixo	Quem executa ou está executando? Sistema de Garantia	Formas de Monitoramento	Como Implementar	Nível de Prioridade					Prazo de Execução
					1	2	3	4	5	
Ampliar a oferta de cursos profissionalizante para os jovens com a criação de escolas técnicas estaduais. Ampliar e incluir mais cursos técnicos em escolas técnicas, condizentes com a realidade da criança e do adolescente. Exemplos cursos de hotelarias e Idiomas	1	Estado	SME	Criando mais escolas técnicas		X				Curto prazo
Promover programas nas escolas e na comunidade que eduquem os jovens para que aprendam a se expressar melhor.promover programas culturais nas escolas e na comunidade com horário intermediário for a do horário de aula.	1	Município	SME	Criação de centro de culturas, cj, CCAS			X			Médio prazo
Acabar com a prostituição infantil e dar oportunidade de emprego para as mulheres. Ampliar os centros de apoio a famílias para efetivar a melhoria a convivência familiar e comunitária.	1	Município	SMADS	Criar espaços de convivência familiar e comunitária	X					Curto prazo

Proposta	Eixo	Quem executa ou está executando? Sistema de Garantia	Formas de Monitoramento	Como Implementar	Nível de Prioridade					Prazo de Execução
					1	2	3	4	5	
Promover o respeito às pessoas com deficiência, construir centros públicos de tratamento, fornecer cadeira de rodas grátis e transporte público adequado e de fácil acesso.	2	Dilma	Saúde	Pol. Orçament.		X				Curto
Aumentar o patrulhamento pela polícia, com a presença de Ronda Escolar dentro e fora da escola, além de instalação de circuito interno de câmaras de vigilância nas escolas.	2	Dilma	Segurança	Pol. Orçament.	X					Curto
Instalar mais iluminação nas ruas.	2	Geraldo	Prefeitura	Pol. Orçament.	X					Curto
Aumentar a diversidade de remédios, construir mais UBS's e Hospitais.	2									
Melhoria de qualidade no ensino público.	2									
Consultas médicas na escola (dentista, oftalmo, clínico)										
Qualificação dos professores										

➤ Eixo II – adolescentes

Proposta	Eixo	Quem executa ou está executando? Sistema de Garantia	Formas de Monitoramento	Como Implementar	Nível de Prioridade					Prazo de Execução
					1	2	3	4	5	
Promover o respeito às pessoas com deficiência, construir centros públicos de tratamento, fornecer cadeiras de rodas grátis e transporte público adequado e de fácil acesso.	2	Governo do Estado	Acessibilidade e monitoramento das ruas, calçadas, escolas e espaços públicos, por meio de redes sociais para ter uma maior repercussão, e chegar até o governo, assim como melhorias na capacitação de profissionais.	Política orçamentária significativa.	X					Curto
Aumentar o patrulhamento pela polícia, com a presença da ronda escolar, dentro e fora da escola, além de escalação de circuito interno de câmeras de vigilância nas escolas.	2	Prefeitura	Fazer vídeos de denuncia e fiscalização da ronda escolar, e apresentar para as instancias competentes, para acabar com casos de abusos e violências nas escolas.	Destinar verba e trabalhos preventivos		X				Curto
Instalar mais iluminação nas ruas para diminuir com os pontos de tráfico e aumentar a segurança da população.	2	Prefeitura	Através de ações comunitárias, incentivar a ação coletiva de cobrança de iluminação via denuncia por telefone e internet.	Destinar verba e ações comunitárias			X			Médio

➤ Eixo III – crianças

Proposta	Eixo	Quem executa ou está executando? Sistema de Garantia	Formas de Monitoramento	Como Implementar	Nível de Prioridade					Prazo de Execução
					1	2	3	4	5	
Criar escolas, creches, Etec's e pré -escolas próximas aos locais de moradia e garantir educação de melhor qualidade com capacitação dos professores.	3	Municipal e Estadual	DRE, Supervisão sem avisar. Agentes públicos	Campanhas, passeatas em lugares movimentados	X					Curto
Construção de hospitais e mais postos de saúde, bem equipados e bons profissionais que saibam atender as pessoas. Criar serviço público odontológico nos bairros.	3	Estadual	Secretaria da Saude, Vigilância Sanitária, agentes públicos da saúde.	Destinar maior orçamento para saúde.	X					Curto
Promover a consciência de que todos têm os mesmos direitos.	3	Todos os representantes do Governo	Através da união das pessoas: internet, meios de comunicação em geral e Secretária da Cultura	Implementar projetos sobre o assunto na escola e espaços culturais				X		Médio
			Secretaria da Cultura.	Reformar lugares abandonados para ocorrer essas reuniões						

➤ Eixo III – adolescentes

Proposta	Eixo	Quem executa ou está executando? Sistema de Garantia	Formas de Monitoramento	Como Implementar	Nível de Prioridade					Prazo de Execução
					1	2	3	4	5	
Criar mais escolas, creches, Etec's e pré-escolas próximas aos locais de moradia e garantir educação de melhor qualidade com capacitação dos professores.	3	Municipal e Estadual	Redes Sociais, TV, Jornal		X					Curto
Construção de hospitais e mais postos de saúde, bem equipados e com bons profissionais que saibam atender as pessoas. Criar serviço público odontológico nos bairros.	3	Federal	Passeatas, Assembleia de moradores e associações	Lideranças de comunidade, Fóruns	X					Curto
Promover a consciência de que todos têm os mesmos direitos.	3	Federal	Escolas, ECA, CMDCA, Conselho tutelar	ECA através de mídia e redes sociais, debates em comunidade	X					Curto

➤ Eixo IV – crianças e adolescentes

Proposta	Eixo	Quem executa ou está executando? Sistema de Garantia	Formas de Monitoramento	Como Implementar	Nível de Prioridade					Prazo de Execução
					1	2	3	4	5	
Promover a divulgação do ECA em linguagem acessível e metodologia lúdica (dinâmicas, desenhos animados) para que através desses recursos seja alcançada a conscientização como fruto da comunicação. Essa divulgação deve incluir palestras, ECA ilustrado, redes sociais, internet, folhetos e conferências institucionais a cada ano, tendo como tema principal o Estatuto da Criança e do Adolescente.	4	Governo Federal	Ação Família Conselho Tutelar SASF Escolas Relatórios	Conferências Liberação de Recursos	X					1 ano
Promover palestras e desenvolver trabalhos de conscientização das pessoas através de divulgação em meios de comunicação de massa, teatros, acessibilidade e convivência para acabar com os preconceitos contra os pobres, negros e pessoas com deficiências, mostrando que todos têm os mesmos direitos.	4	Governo Municipal	Divulgação na mídia, Conselho Tutelar, CRAS / CREAS, Centros Comunitários	Conferências DCA Pesquisa	X					1 ano
Criar aulas, cartilhas, palestras e fólhetos de orientação sexual. Incluir destas temáticas no planejamento escolar	4	Governo Federal	material na mídia, Grupo de Monitoramento das políticas para criança e	Profissionais preparados Recursos Específicos		X				2 anos
Expansão de formações e programas de conscientização para prevenir o consumo de drogas. Criação de serviços de abordagem social especifica para crianças e adolescentes em situação de drogadição.	4	Governo Federal, Estadual e Municipal	Criação de Sites para divulgação de dados. Ouvidoria Jovem Audiências Públicas	Repasse de verbas. Formar equipes para abordagem de crianças, adolescentes e jovens em situação de drogadição.	X					1 ano

➤ Eixo V – crianças e adolescentes

Proposta	Eixo	Quem executa ou está executando? Sistema de Garantia	Formas de Monitoramento	Como Implementar	Nível de Prioridade					Prazo de Execução
					1	2	3	4	5	
Instalação de quadras poli esportivas, cinemas, bibliotecas, CDMs e CEUs equipados com material de qualidade e com profissionais qualificados.	5	Federal e municipal	Entidades, usuários e órgãos governamentais	Destinação de mais verbas da secretaria de cultura e lazer	X					Curto prazo
Grupos de orientação para adolescentes nas escolas, UBSs e outros locais de atendimentos à população, com profissionais que falem a respeito de problemas junto às famílias (e que em cada escola tenha ouvidoria)	5	Federal	Conselho Gestor	Ministério da saúde, educação e município	X					Curto prazo
Urgência na implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)	5	Federal	Conselhos Gestores e Entidades	Ministério da Saúde e Município	X					Curto prazo
Investir mais dinheiro em equipamentos sociais e ter mais respeito e convicção para mudar as condições na região.	5	Municipal	Usuários e conselhos gestores	Destinação de 5% do orçamento para assistência social	X					Curto prazo
Idade eleitoral para 15 anos, exercendo a democracia.	5	Federal	Supremo Tribunal Eleitoral	Supremo Tribunal Eleitoral					X	Longo prazo

SÉ

Propostas da Conferência Lúdica da Sé realizada em 4/11/2011.

CONFERÊNCIA LÚDICA

➤ Eixo1 - Promoção dos direitos de CA

• Na escola:

Capacitação e qualificação dos professores

Higienização geral nos banheiros

Bibliotecas atualizadas

Respeito por parte dos professores

Programa de manutenção e reforma das escolas

Mais policiamento próximo às escolas

• No meu bairro:

Asfalto e calçadas adequadas com acessibilidade

Segurança com policiais treinados

Programas culturais para crianças e adolescentes com teatro, música, dança e circo.

Proposta tirada no grupo das crianças pequenas referente ao eixo 1.

Dentre outras palavras transcritas: “Direito de ter água potável” + assegurar

➤ Eixo 2 - Proteção e defesa dos direitos

• Na Saúde:

Maior divulgação e informação sobre os serviços de saúde

Programa de divulgação nas escolas e instituições da região que atendem crianças e adolescentes informando quanto aos serviços de saúde, principalmente aos menos conhecidos que são o CAPS álcool e drogas e o COE , Clinica Odontológica Especializada.

• Na M.S.E. Medidas Sócio Educativas:

Necessidade de ampliar possibilidades de inserção no trabalho para os egressos da Fundação Casa e para os que cumprem medida em meio aberto.

Maior inserção dos adolescentes oriundos da Fundação Casa nas escolas

Divulgação do serviço entre as instituições que trabalham na proteção e defesa dos direitos.

- Nos Conselhos Tutelares: considerando que a partir de 18 de novembro de 2011 a região conquistará mais um conselho tutelar da Bela Vista, e que diante disto há uma grande expectativa entre os usuários famílias e instituições de atendimento a crianças e adolescentes :
- Propomos:

Instalação do novo Conselho Bela Vista em sede apropriada ao trabalho de defesa dos direitos

Instalação do novo Conselho em local central da região da Bela Vista e de fácil acesso as famílias.

Instalação do novo Conselho com equipamentos e com estrutura para atendimento integral dos Direitos da criança e adolescente.

- Na Educação:

Ampliação da rede de CEIS/ Creches em razão da demanda da região.

Garantia da vaga em creche através da matricula em CEI Municipal ou de bolsa que o município venha a arcar para atender a criança pequena.

Ampliação das Escolas profissionalizantes ETECs.

➢ Eixo 3 - Protagonismo e participação DCA

- Na escola:

Melhorar a qualidade das escolas e contratar professores melhor preparados.

Que a escola tenha mais atividades culturais, e esportivas principalmente aos finais de semana com programas como a família na escola

- Na saúde:

Que os hospitais tenham melhor preparo e estrutura para atender os doentes com qualidade.

Transporte público gratuito e de qualidade

Mais espaços públicos de lazer

Ações preventivas para acabar com a violência dentro das escolas.

Que crianças trabalhem menos e brinquem mais.

➢ Eixo 4 - Controle Social da efetivação dos DCA

- Espaços abertos e comuns para todas as crianças
- Garantia do direito de brincar de lazer e divertimento
- Garantir vagas a todos os alunos sem escola.
- Prioridade para a educação e para as escolas.
- Prioridade absoluta para criança nos gastos do governo.
- Alternativas aonde possa se morar com dignidade.

- Criação do Conselho gestor para cada CCA, escola, ou instituição de atendimento.
- Criação dos representantes desses conselhos nos fóruns.

➤ Eixo 5 - Gestão da política nacional de Direitos humanos e direitos da Criança e adolescente.

- Mudanças das leis relacionadas a violência contra a criança e o adolescente leis mais severas.
- Ações e programas preventivos ao preconceito e ao bullying nas escolas.
- No PPCAM: Ampliação do Programa PPCAM para todas as regiões de SP

fipe
Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

VILA MARIANA

Propostas da Conferência Lúdica de Vila Mariana.

CONFERÊNCIA LÚDICA

Local: Faculdadade Paulus De Comunicação

Data: 04/11/2011

Horário: 8hs às 17hs

➤ Educação

- Mais escolas
- Melhoria na qualidade da educação
- Duas professoras na classe
- Mais atividades físicas
- Alimentação na escola /salas maiores
- Mais salas de robótica e salas de vídeo
- Incluir as pessoas com deficiência
- Ensino profissionalizante

➤ Saúde

- Mais hospitais próximos às nossas casas/mais leitos
- Postos de saúde/remédios /vacinas
- Melhorar o atendimento /mais médicos
- Sala para que as adolescentes possam ser atendidas

➤ Esporte/Lazer/Cultura

- Melhorar as quadras das escolas
- Ter mais campos de futebol e praças na comunidade
- Ter mais brinquedos nas áreas de lazer
- Ter museus e bibliotecas na comunidade
- Eventos para jovens

➤ Desenvolvimento Sustentável

- Mais áreas verdes – cuidar do meio ambiente
- Transporte público /custo alto da passagem
- Conscientização
- Falta de respeito em todos os sentidos

➤ Segurança

- Ter mais segurança nas vias

➤ PCD/APAE

- Dentista especialista nos postos de Saúde (visto que quando vão procurar dentistas eles não atendem porque falam que não tem especialidade em Deficiência Intelectual)
- Médicos especialistas como, por exemplo, Ginecologista (também não gostam de atender os DI)
- Mais vagas nas escolas EJA e CIEJA de preferência próximo das moradias
- Dar cursos de especialização em DI para os profissionais da Área da Educação
- Mais cursos de especialização para jovens aprendizes com deficiência (mesmo direito dos não deficientes)

Carteirinha de meia-entrada em cinemas, teatros, shows (porque como muitos de nos não estamos na escola não temos esse direito)

3 – PROPOSTAS DAS CONFERÊNCIAS REGIONAIS DE 2011 SISTEMATIZADAS POR EIXO TEMÁTICO

INTRODUÇÃO

As conferências deste ano não contaram com uma equipe de metodologia que pudesse coordenar e orientar os trabalhos de grupo e das oficinas para garantir alguns procedimentos comuns. Dessa forma, cada região realizou os trabalhos como entendeu que deveria ser. Algumas utilizaram um instrumental de conferência das propostas de 2009 para identificar em cada uma, quem executa ou está executando, formas de monitoramento, como implementar, nível de prioridade e prazo de execução. Outras discutiram e reelaboraram essas propostas. Mas praticamente nenhuma seguiu as orientações do CONANDA de escolher duas diretrizes de cada um dos Eixos Orientadores e propor uma ação de mobilização, de implementação e de monitoramento para cada uma dessas diretrizes.

A diversidade de material e de produtos dessas conferências exigiu da equipe de sistematização, um trabalho de classificação das propostas apresentadas por tema ou eixo, para identificar no documento do CONANDA, a diretriz e/ou objetivo estratégico que contemplasse cada proposta. Dessa forma foi possível apresentar uma sistematização que servisse de material para discussão nas conferências municipais, atendendo, ao mesmo tempo, à solicitação do CONANDA.

3.1 - CONFERÊNCIAS LÚDICAS

EIXO 1 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

• DIRETRIZ 01 - Promoção da cultura do respeito e da garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no âmbito da família, da sociedade e do Estado, considerada as condições de pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política.

PROPOSTAS

- Garantir a inclusão social às pessoas com deficiência e acessibilidade em todos os lugares e espaços públicos. (pessoas com deficiência).
- Promover palestras nas escolas para debater e combater todo tipo de racismo, de preconceito e de bullying. Garantir respeito às pessoas e consciência de cidadania. (respeito e cidadania).

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1.1 – Promover o respeito aos direitos da criança e do adolescente na sociedade, de modo a consolidar uma cultura de cidadania.

PROPOSTAS (DIREITOS)

- As pessoas têm que ter direitos iguais mesmo sendo diferentes.
- Todos têm direito e deveres, direito à educação, lazer, saúde, família, moradia, mas infelizmente os políticos não cumprem com seus deveres com as crianças e adolescentes. Queremos que façam suas obrigações.
- Respeitar o direito de ir e vir dos jovens. Não ao toque de recolher, mais segurança para as crianças e adolescentes poderem andar tranquilo nas ruas.
- Ações e programas preventivos ao preconceito e ao bullying nas escolas, à falta de respeito em todos os sentidos e ao vandalismo na escola.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1.3 – Fortalecer as competências familiares em relação à proteção integral e educação em direitos humanos de crianças e adolescentes no espaço de convivência familiar e Comunitária.

PROPOSTAS (FAMÍLIA E COMUNIDADE)

- Diálogo entre família, filho, escola e comunidade. Fortalecer a convivência familiar e comunitária com palestras e conscientização de famílias sobre a prática de violência e bullying na escola.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1.4 – Promover ações educativas de prevenção de violências e acidentes com crianças e adolescentes nas famílias e nas instituições de atendimento.

PROPOSTAS

- Palestra de orientação e conscientização à família quanto à segurança doméstica.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1.5 – Implementar o ensino dos direitos de crianças e adolescentes com base no ECA, ampliando as ações previstas na Lei 11.525/07, também para a educação infantil, ensino médio e superior.

PROPOSTAS (ECA)

- Criar um departamento de promoção do ECA em linguagem dos adolescentes e crianças atuando nas escolas, ONGs e Associações. Divulgar o ECA no maior número de serviços de atendimento como escolas, hospitais, postos de saúde e incluir o Eca como disciplina.

OBJETIVO ESTRATÉGICO - 1.6 - Fomentar a cultura da sustentabilidade socioambiental no processo de educação em direitos humanos com crianças e adolescentes.

PROPOSTAS (MEIO AMBIENTE)

- Instalação de espaços acessíveis e adequados para coleta de lixo, ofertar palestras sobre coleta e separação de material reciclável, asfaltamento e segurança nas calçadas, inclusive para pessoas com deficiências auditivas e físicas.
- Criação de leis de proteção do meio ambiente, garantia de coleta de lixo em todas as ruas e favelas. Garantia de saneamento básico em todas as moradias.
- Obrigar/incentivar todas as escolas a plantar árvores para melhorar o visual e o ar do ambiente em que vivemos. Fiscalização da mata Atlântica para preservação da natureza.
- Na área de Meio-Ambiente os supermercados terem sacolas em cores diferentes para que separação e coleta seletiva seja facilitada, os catadores serem cadastrados e organizados por bairro e um ponto por região para descarte do lixo. Ter lixeiras ecologicamente corretas e incentivar a arte da reciclagem na comunidade.
- Assegurar medidas de despoluição do ar e de saneamento básico, como limpeza de rios e córregos, mais áreas verdes, tratamento do esgoto.

• DIRETRIZ 02 - Universalização do acesso a políticas públicas de qualidade que garantam os direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias e contemplem a superação das desigualdades, afirmação da diversidade com promoção da equidade e inclusão social.

PROPOSTAS (DIREITOS DO CIDADÃO)

- Garantir serviços públicos de qualidade nas áreas de segurança, educação, lazer, saúde e manutenção dos equipamentos e dos espaços públicos. Garantir transporte público gratuito para estudantes com carteirinha de identificação. pavimentação das ruas, alargamento e regularização de calçadas. Manutenção e instalação de iluminação pública em praças e ruas.

- Mais segurança nas ruas, nas escolas, nos centros de cultura e lazer, no trânsito e melhoria dos faróis.
- Construção legalizada em terrenos baldios de moradias populares, albergues, abrigos e áreas de lazer (praças, parques, quadras, centros esportivos e clubes).
- Ter mais escolas e hospitais, mais CCAs e equipamentos como Legião Mirim.
- Capacitação de jovens para trabalharem diretamente com outros jovens nas próximas conferências
- Ampliar o acesso de jovens aos serviços públicos.
- Implantar uma universidade com curso de medicina nas regiões mais carentes.
- Direito de moradia para todas as crianças e adolescentes e garantia de vagas a todos os alunos sem escola.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2.1 - Priorizar a proteção integral de crianças e adolescentes nas políticas de desenvolvimento econômico sustentável, inclusive com clausulas de proteção nos contratos comerciais nacionais e internacionais.

PROPOSTAS (TRABALHO)

- Mais empregos para evitar que as crianças trabalhem.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2.3 – Erradicar a fome e assegurar a alimentação adequada de crianças, adolescentes, gestantes e lactantes, por meio da ampliação de políticas de segurança alimentar e nutricional.

PROPOSTAS (ALIMENTAÇÃO)

- Acabar com a fome. Melhorar a merenda e a higiene com os alimentos.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2.4 – Ampliar o acesso de crianças e adolescentes e suas famílias aos serviços de proteção social básica e especial por meio da expansão e qualificação da política de assistência social.

PROPOSTAS (ASSISTÊNCIA)

- Mais investimento na área social em geral (ex. ONGs) e divulgação da rede de proteção social.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2.6- Priorizar e articular as ações de atenção integral a crianças de 0 a 6 anos, com base no Plano Nacional pela Primeira Infância.

PROPOSTAS (CRECHE)

- Ampliação da rede de CEIS/ Creches em razão da demanda da região.
- Garantia da vaga em creche através da matricula em CEI Municipal ou de bolsa que o município venha a arcar para atender a criança pequena.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2.7 – Expandir e qualificar políticas de atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias.

PROPOSTAS (SAÚDE)

- Acompanhamento do médico juntamente com os agentes de saúde até as residências da comunidade.
- Construção de postos de saúde em lugares acessíveis, reforma de postos já existentes com a provisão de todos os equipamentos necessários e com profissionais qualificados de todas as especialidades. Ampliar o sistema de Ambulância (SAMU) e do horário de funcionamento dos postos de saúde. Os postos devem promover ações de conscientização e prevenção com a população atendida e do entorno e devem ter dentistas que atendam também crianças e adolescentes com DI (Deficiência Intelectual).
- Programa de divulgação nas escolas e instituições da região que atendem crianças e adolescentes informando quanto aos serviços de saúde, principalmente os menos conhecidos que são o CAPS álcool e drogas e o COE , Clinica Odontológica Especializada.
- Mais hospitais para ampliação de leitos e médicos especializados em adolescentes, além de equipamentos, materiais, medicamentos e profissionais capacitados. Mais CAPS e UBS e unidades móveis. Ampliar os postos de saúde em, no mínimo 2 por bairro.
- Criar grupos com palestras e informações para adolescentes e jovens em escolas e ONGs, hospitais e etc., com temas sobre DST e prevenção. Dar auxílio às adolescentes grávidas e palestras sobre orientação sexual com distribuição de camisinhas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2.8 - Universalizar o acesso e assegurar a permanência e o sucesso de crianças e adolescentes na educação básica, expandindo progressivamente a oferta de educação integral, com a ampliação da jornada escolar, dos espaços e das oportunidades educacionais.

PROPOSTAS (EDUCAÇÃO)

- Toda escola deve ter biblioteca, salas de computação com acesso à internet, laboratório de ciências para aula prática, material didático, brinquedoteca, merenda de qualidade, atividades extra curriculares e atividades externas. Maior facilidade de acesso a cursos de idiomas. Incluir como matéria o conteúdo de educação sexual nas escolas.
- Melhor aproveitamento do espaço da escola, melhorar as estruturas, reformando os prédios com garantia de acesso para crianças com deficiência, aumentando o quadro de funcionários e fazendo com que a escola seja um lugar aconchegante e acolhedor com espaços para palestras a respeito de DST, drogas entre outros. Deve também promover ações de conscientização quanto ao uso de material reciclável e quanto às questões de bullying.
- Criar mais projetos socioeducativos para crianças e adolescentes. Aula de música nas escolas e que as aulas sejam mais diferenciadas, divertidas e produtivas.
- Maior acessibilidade para deficientes e cadeirantes nas escolas como faixas de sinalização e rampas.
- Que o projeto de contra turno (integral) se torne uma política pública sem quebra por conta do Edital e amplia-lo para outras escolas. Mais escolas em tempo integral.
- Qualidade na educação: acompanhamento da família, menor número de alunos em sala de aula, aulas diferentes e interessantes, melhor qualificação e valorização dos professores com melhores salários e aprimoramento psicológico dos professores.
- Mais cursos pré-vestibulares gratuitos.
- Que exista reprovação com critérios nos cursos regulares e apostilas de todas as matérias nas escolas públicas. Mais professores por sala de aula e mais professores eventuais para os alunos não ficarem sem aula.
- Ampliar o transporte para todos os alunos abaixo de 14 anos e criar mais vagas nas escolas EJA e CIEJA e colocar um representante dos alunos em cada escola para falar o que está faltando.
- Fortalecer a rede de ensino no tocante à oficinas e palestras sobre a gravidez na adolescência.
- Inserção da matéria de informática na grade, com professores e prova e criação de mais telecentros.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2.12 - Consolidar a oferta de ensino profissionalizante de qualidade, integrado ao ensino médio, com fomento à inserção no mercado de trabalho dos adolescentes a partir dos 16 anos, de acordo com a legislação vigente.

PROPOSTAS (FORMAÇÃO PROFISSIONAL)

- Mais cursos profissionalizantes na unidade pública, Construção de escolas com cursos profissionalizantes e criar oferta de bolsa de estudos nas escolas particulares. Investir em ETECs e FATECs.
- Necessidade de ampliar possibilidades de inserção no trabalho para os egressos da Fundação Casa e para os que cumprem medida em meio aberto.
- Mais cursos de especialização para jovens aprendizes com deficiência (mesmo direito dos não deficientes).
- Projetos para preparar os jovens ao mercado de trabalho.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2.13 - Ampliar o acesso de adolescentes a partir de 14 anos a programas de aprendizagem profissional de acordo com a Lei nº 10.097/00.

PROPOSTAS (APRENDIZ)

- Políticas públicas que ofereçam projetos em instituições voltadas para qualificação profissional, mercado de trabalho e cursos de línguas, avançados e gratuitos. Dar maior divulgação a respeito do trabalho na adolescência (14 a 16 anos).

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2.14 – Universalizar o acesso de crianças e adolescentes a políticas culturais, que nas suas diversas expressões e manifestações considerem sua condição peculiar de desenvolvimento e potencial criativo.

PROPOSTAS (CULTURA)

- Garantir o acesso amplo e gratuito a centros culturais, museus, pinacotecas, planetários e eventos culturais. Criar cinema, centro cultural, teatro nos bairros e investir em bibliotecas com acervo atualizado priorizando o conteúdo para crianças e adolescentes.
- Aumentar investimento em atividades circenses, criar escolas de ballet, de percussão e dança de rua e promover atividades artísticas nas escolas em finais de semana. Divulgação dos trabalhos que acontecem nas escolas e equipamentos (cursos, mostras culturais etc).

- Dar mais oportunidade aos jovens para se expressarem, para mostrarem seus talentos. Criação de centros ou fábricas de cultura.
- Ter museus e bibliotecas atualizadas na comunidade.
- Criar lei para a escola abrir espaço para atividades culturais nos finais de semana. Isso inclui materiais e profissionais capacitados.
- Programas culturais para crianças e adolescentes com teatro, música, dança e circo.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2.15 – Universalizar o acesso de crianças e adolescentes a políticas e programas de esporte e lazer, de acordo com sua condição peculiar de desenvolvimento, assegurada a participação e a acessibilidade de pessoas com deficiência.

PROPOSTAS (ESPORTE E LAZER)

- Construção de Centros Culturais e Esportivos em suas diversas modalidades com aulas de dança (diversas), ginástica rítmica, atletismo, centro de natação, canto, teatro, instrumentos musicais, artesanato, lutas, etc. Além da construção de quadras de futebol, basquete, voleibol, com a realização de campeonatos entre as escolas e frequentadores dos telecentros. Assim devendo também ter ações de conscientização da população quanto a necessidade e preservação de áreas de lazer.
- Reforma das quadras e campos já existentes na comunidade visando melhorias como, iluminação, bebedouro, vestiários, gramado, banheiro, pintura, alambrado e que todos tenham manutenção constante.
- Construção de mais espaços de esporte como quadras, campos, piscinas, pistas de atletismo e que estes espaços forneçam, como empréstimo aos usuários, os equipamentos como bola, rede, raquete, entre outros artigos esportivos.
- Criação de espaços de lazer, parques, espaço para soltar pipas, para artes marciais, salão de dança para crianças e jovens, casa de hip hop, pista de skate, ciclovia na cidade e garantir acessibilidade em todas as regiões.
- Que a escola tenha mais atividades culturais , e esportivas principalmente aos finais de semana com programas como o família na escola.
- Mais espaços de lazer. Exemplo: clubes, parques com mais brinquedos, praças, museus, Shopping, nos bairros em que moram e que tenham monitoramento e segurança.

- Direito de ir ao Pacaembu. Destinar verba para oficineiro esportivo no CCA/CJ.

EIXO 2 - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS

• DIRETRIZ 03 - Proteção especial a crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados, consideradas as condições de pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política.

PROPOSTAS (SEGURANÇA)

- Ampliar os espaços na cidade com garantia de segurança para crianças e adolescentes. A falta de segurança prejudica o desenvolvimento da criança por não poder brincar com outros amigos, desfavorecendo a comunicação em grupos.
- Aumentar o policiamento, mas com uma polícia honesta que não abuse do poder e com policiais treinados, qualificados para o contato com crianças e público em geral.
- Reforçar o policiamento participativo nas comunidades, aumentar as rondas escolares, aumentar o policiamento nos parques e melhorar a segurança nas ruas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3.4 – Fomentar a criação de programas educativos de orientação e de atendimento a familiares, responsáveis, cuidadores ou demais envolvidos em situações de negligencia, violência psicológica, física e sexual.

PROPOSTAS (VIOLÊNCIA)

- Realizar palestras de conscientização das pessoas sobre violência doméstica e bullying.
- Proteger mais as crianças e mulheres da violência, denunciando situações de violência contra a mulher através da lei Maria da Penha.
- Propor penas mais rígidas para pais que maltratam crianças.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3.5 – Definir diretrizes para as atividades de prevenção ao uso de drogas por crianças e adolescentes conforme a Lei 11. 343/06, bem como ampliar, articular e qualificar as políticas sociais para prevenção e atenção a crianças e adolescentes usuários e dependente de álcool e drogas.

PROPOSTAS (USO DE DROGAS)

- Realizar palestras de orientação e prevenção sobre uso de álcool/drogas e sobre violência nas escolas, CCAs e outras instituições.
- Realizar campanhas nas escolas públicas explicando sobre drogadição, com participação dos pais e combater as drogas nas escolas.
- Cobrar da Secretaria da Educação o PROERD em todas as escolas.
- Fazer trabalho com famílias de conscientização sobre o uso das drogas.
- Criar projetos de tempo integral para que as crianças não tenham contato com as drogas e aumentar as áreas de lazer para reduzir seu consumo.
- Aumentar o policiamento na região das escolas e comunidades, ampliando a Ronda escolar para evitar o tráfico de drogas e aumentar a segurança nas praças para proteger as crianças dos usuários de drogas.
- Dar maior incentivo para a denúncia dos traficantes e punições severas a fabricantes de drogas.
- Oferecer tratamento para jovens usuários de drogas aumentando as vagas no CAPS para crianças viciadas e criando clínicas de reabilitação.
- Criar novos espaços e oficinas para diminuir a reincidência no uso de drogas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3.6 – Ampliar e articular políticas, programas, ações e serviços para a proteção e defesa de crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil, com base no Plano Nacional temático.

PROPOSTAS (TRABALHO INFANTIL)

- Que as crianças trabalhem menos e brinquem mais.
- A maior violência é o trabalho infantil. Trabalho Infantil é uma exploração. Criança tem que ter infância e muitas vezes ele/ela não tem direito de escolher e é obrigado a trabalhar. Muitas vezes tem que trazer sustento para a família. Existem fases na vida de uma criança e se pularmos a infância, com toda certeza vai interferir na idade adulta.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3.7 - Definir diretrizes e implementar políticas sociais articuladas que assegurem a proteção integral e o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de rua.

PROPOSTAS (SITUAÇÃO DE RUA)

- Criar abrigos e moradias para as crianças e moradores de rua.
- Tirar jovens das ruas e criar escolas mais rígidas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3.9 – Ampliar e articular políticas, programas, ações e serviços para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, com base no Plano Nacional temático.

PROPOSTAS (VIOLÊNCIA SEXUAL)

- Garantir que os vitimados pela violência doméstica ou sexual recebam acompanhamento de psicólogos e médicos.
- Criar delegacias, centros especializados e leis mais rígidas contra o abuso sexual.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3.11 – Formular diretrizes e parâmetros para estruturação de redes integradas de atenção a crianças e adolescentes em situação de violências, com base nos princípios de celeridade, humanização e continuidade no atendimento.

PROPOSTAS

- Divulgar os serviços existentes para as instituições que trabalham na proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3.13 - Formular diretrizes e parâmetros para estruturação e integração de redes de atenção a crianças e adolescentes em acolhimento, bem como de adolescentes em privação de liberdade cuja oferta de serviços considere as diversas fases de atendimento e desligamento institucional, com ações de reinserção familiar e comunitária.

PROPOSTAS (ACOLHIMENTO E ADOLESCENTES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE)

- Disponibilizar mais vagas em abrigos para crianças.
- Fazer visitas aos abrigos, incentivar a adoção de crianças maiores de 3 anos e adolescentes e fazer campanhas de conscientização sobre a importância da adoção.
- Garantir maior inserção dos adolescentes oriundos da Fundação Casa nas escolas.
- Os abrigos devem ter tolerância com o jovem que completa dezoito anos e que não está ajustado na vida.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3.14 – Implantar mecanismos de prevenção e controle da violência institucional no atendimento de crianças e adolescentes, com ênfase na erradicação da tortura.

PROPOSTAS

- Fazer mudanças nas leis relacionadas à violência contra a criança e o adolescente tornando-as mais severas.

• DIRETRIZ 04 – Universalização e fortalecimento dos conselhos tutelares, objetivando a sua atuação qualificada.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4.1– Implantar e aprimorar o funcionamento de conselhos tutelares em todos os municípios, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo CONANDA.

PROPOSTAS (CONSELHOS TUTELARES)

- Instalar Conselhos Tutelares com equipamentos e com estrutura para atendimento integral dos Direitos da criança e adolescente.
- Aumentar o número de conselheiros tutelares compatível com o número de habitantes da região.
- Capacitar os conselheiros tutelares, preparando-os especialmente nas questões relativas à educação.

EIXO 3 – PROTAGONISMO E PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

• DIRETRIZ 06 – Fomento de estratégias e mecanismos que facilitem a participação organizada e a expressão livre de crianças e adolescentes, em especial sobre os assuntos a eles relacionados, considerando sua condição peculiar de desenvolvimento, pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, nacionalidade e opção política.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 6.1 - Promover o protagonismo e a participação de crianças e adolescentes nos espaços de convivência e de construção da cidadania, inclusive nos processos de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

PROPOSTAS (PARTICIPAÇÃO)

- Que as crianças e adolescentes tenham o direito de expor sua opinião e sentimentos e que tenham oportunidade de expressar suas ideias.
- Que os jovens participem dos fóruns.

- Ter grêmios em todas as escolas para discutirmos o que achamos e para saber o que pode melhorar nas escolas.
- Que as escolas incentivem a criação de grêmios estudantis.
- Fortalecer a organização de Grêmios Escolares

OBJETIVO ESTRATÉGICO 6.2 - Promover oportunidades de escuta de crianças e adolescentes nos serviços de atenção e em todo processo judicial e administrativo que os envolva.

PROPOSTAS

- Todos os educadores têm que escutar a opinião dos jovens e adolescentes.

EIXO 4 – CONTROLE SOCIAL DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS

• DIRETRIZ 07 – Fortalecimento de espaços democráticos de participação e controle social, priorizando os conselhos de direitos da criança e do adolescente e assegurando seu caráter paritário, deliberativo, controlador e a natureza vinculante de suas decisões.

- Criação do Conselho gestor para cada CCA, escola, ou instituição de atendimento.
- Os representantes dos Conselhos Gestores dos CCAs devem ter a garantia de participação nos fóruns.
- Implantar um sistema de monitoramento anual em instituições que atendem crianças e adolescentes visando à prestação de contas das propostas relativas à defesa dos interesses dos DCAs.
- Dar continuidade de trabalho e de acompanhamento das propostas elaboradas nas Conferências Regionais, dentro dos grupos e na comunidade.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 7.1 – Universalizar os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, qualificando suas atribuições de formular, acompanhar e avaliar as políticas públicas para crianças e adolescentes e de mobilizar a sociedade.

- Garantir a participação dos adolescentes nas discussões dos direitos dos Conselhos de Garantia de Direitos.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 7.2 – Apoiar a participação da sociedade civil organizada em fóruns, movimentos, comitês e redes, bem como sua articulação nacional e internacional para a incidência e

controle social das políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes e dos compromissos multilaterais assumidos.

- Efetivação e divulgação de fóruns e espaços de discussões dos problemas sociais da comunidade, incentivando a participação e engajamento da comunidade na busca por soluções.
- Fortalecer os Grupos Existentes (movimentos sociais).
- Divulgar o fórum de direito e defesa das CCAS e adolescentes nas regiões.

EIXO 5 – GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

• DIRETRIZ 09 – Efetivação da prioridade absoluta no ciclo e na execução orçamentária das três esferas de governo para a Política Nacional e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, garantindo que não haja cortes orçamentários.

PROPOSTAS

- Prioridade absoluta para criança nos gastos do governo.

3.2 - CONFERÊNCIAS CONVENCIONAIS

EIXO 1 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

• DIRETRIZ 01 - Promoção da cultura do respeito e da garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no âmbito da família, da sociedade e do Estado, considerada as condições de pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política.

PROPOSTAS

- Garantir a execução da lei de acessibilidade em todos os espaços públicos e edificações e nos serviços públicos diretos e conveniados, como por exemplo, escolas, serviços sócio-assistenciais, transporte público com capacitação dos funcionários para dar maior atenção a pessoas com deficiência e aos idosos.
- Implementar grupos educativos destinados as crianças e adolescentes incentivando o respeito às diversidades e criar espaços acolhedores da diversidade sexual e Centro de Referência da Diversidade Sexual.

- Promover, através da Mídia em geral, a divulgação dos direitos básicos de saúde, educação, assistência, cultura e lazer e dos Conselhos Tutelares e Associações da Sociedade civil que articulam estes direitos, bem como divulgar serviços como CJ em escolas e locais públicos.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1.1 – Promover o respeito aos direitos da criança e do adolescente na sociedade, de modo a consolidar uma cultura de cidadania.

PROPOSTAS

- Ampliar e implementar em todos os equipamentos, práticas formativas e informativas quanto a promoção e garantia dos direitos básicos da criança e do adolescente.
- Formular projeto em que o aluno de escola pública estude o território e identifique as instituições públicas, proporcionando seu uso, fortalecendo sua identidade e desenvolvendo seu grau de pertencimento.
- Possibilitar aos jovens, ao menos uma vez por mês, uma atividade política, como ir a câmara dos vereadores para entender o funcionamento político e a conquista de direitos, garantindo espaços de construção da cidadania.
- Incluir no calendário escolar a realização das Conferências Lúdicas e convencionas e realizar, a partir de 2013, conferência por distrito sendo uma no Itaim Paulista e outra no Curuçá.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1.3 – Fortalecer as competências familiares em relação à proteção integral e educação em direitos humanos de crianças e adolescentes no espaço de convivência familiar e Comunitária.

PROPOSTAS

- Ampliar e fortalecer o plano de convivência familiar e comunitária através de programas de atendimento às famílias, com palestras de formação e orientação; implantando o programa Escola da Família na rede municipal e ampliar a rede de proteção às famílias, os equipamentos de atendimento a crianças e adolescentes, ampliando também, as equipes multidisciplinares.
- Fortalecimento dos líderes comunitários e criação dos agentes comunitários para fazer o trabalho de busca ativa e fortalecimento familiar perante os direitos das crianças e adolescentes e orientar sobre quais órgãos procurar para garantir esses direitos.
- Trabalhar com crianças e jovens da perspectiva da matricialidade familiar, responsabilizando o poder público em relação a política de proteção.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1.5 – Implementar o ensino dos direitos de crianças e adolescentes com base no ECA, ampliando as ações previstas na Lei 11.525/07, também para a educação infantil, ensino médio e superior.

PROPOSTAS

- Criação da resolução que normatiza a implantação do ECA como grade curricular obrigatória da educação no Ensino Fundamental e Médio; que o Fórum promova com o CT uma capacitação de todos os funcionários das escolas para que se tornem agentes promotores do ECA e que este seja inserido em grandes eventos com participação familiar nas escolas. Garantir ampla divulgação do ECA e propor ao CMDCA a edição ilustrada para crianças e adolescentes.

OBJETIVO ESTRATÉGICO - 1.6 - Fomentar a cultura da sustentabilidade socioambiental no processo de educação em direitos humanos com crianças e adolescentes.

PROPOSTAS

- Adotar medidas para parar o desmatamento e preservar o meio ambiente; implantar mais parques ambientais e urbanizar as vielas e despoluir os córregos da cidade, incluindo ações de conscientização da população para a questão do meio ambiente.

• DIRETRIZ 02 - Universalização do acesso a políticas públicas de qualidade que garantam os direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias e contemplem a superação das desigualdades, afirmação da diversidade com promoção da equidade e inclusão social.

PROPOSTAS

- Retomada e ampliação de ônibus gratuitos para as escolas e garantia da ampliação da cota de meia gratuidade no transporte público para crianças e adolescentes usuárias da rede de serviços socioassistenciais da cidade de São Paulo.
- Retomar os serviços que foram extintos na região até que haja substituição específica (CEDECA ou equivalente, projeto com crianças em situação de rua, convênios para cultura e esporte). Criar CCAS e CJS.
- Criar centros de aperfeiçoamento para professores e educadores
- Viabilizar políticas de inclusão voltadas às pessoas com deficiência e ampliar a rede de serviços e projetos sociais voltados para a demanda de deficientes físicos, bem como garantir a acessibilidade dessas pessoas.

- Ações de prevenção e combate ao preconceito com comunidades e indivíduos da periferia. Inclusão de diversidade sexual e sexualidade nos parâmetros curriculares.
- Mais policiamento e segurança no bairro, nas ruas e nas escolas, e melhoria no calçamento e na sinalização dos faróis.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2.3 – Erradicar a fome e assegurar a alimentação adequada de crianças, adolescentes, gestantes e lactantes, por meio da ampliação de políticas de segurança alimentar e nutricional.

PROPOSTAS

- Assegurar alimentação adequada e especializada de crianças.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2.4 – Ampliar o acesso de crianças e adolescentes e suas famílias aos serviços de proteção social básica e especial por meio da expansão e qualificação da política de assistência social.

PROPOSTAS

- Fomento para a constituição de ONGs ampliando o número de vagas e serviços socioassistenciais e qualificando a rede socioassistencial com profissionais e equipamentos. Implantar CRAS e CREAS onde for necessário e transformar prédios abandonados em centros de convivência para crianças e adolescentes.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2.6 - Priorizar e articular as ações de atenção integral a crianças de 0 a 6 anos, com base no Plano Nacional pela Primeira Infância.

PROPOSTAS

- Ampliar a implantação de CEIS públicas para o atendimento em tempo integral de todas as crianças de 0 a 6 anos com estrutura física adequada e fiscalização dos serviços prestados pelas terceirizadas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2.7 – Expandir e qualificar políticas de atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias.

PROPOSTAS

- Aumentar os equipamentos específicos relacionados à saúde da criança e do adolescente com atendimento psicossocial, jurídico, ambulatorial, espaços de reabilitação para portadores de deficiência física e CAPS especializados para o atendimento de crianças e adolescentes.
- Expandir, especificar e qualificar políticas de atenção integral à saúde da criança e do adolescente e suas famílias, garantindo o enfoque multidisciplinar no acolhimento, atenção e atendimento desde a primeira infância até a adolescência, aos sintomas de transtornos comportamentais e deficiência intelectual.
- Ampliação da rede de serviços e criação de hospital infanto-juvenil destinado exclusivamente a crianças e adolescentes, com qualidade no atendimento integral e acesso a todas as especialidades, para assegura a melhoria da saúde de crianças e adolescentes.
- Implantar mais AMAS especialidades, unidades especiais de saúde, CAPS, Moradia Assistida, UBS e ampliação de leitos hospitalares nas regiões periféricas.
- Realização de Palestras de conscientização e ações de prevenção de situações de gravidez na adolescência e de desenvolvimento da sexualidade e hábitos sexuais saudáveis para prevenção de DST.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2.8 - Universalizar o acesso e assegurar a permanência e o sucesso de crianças e adolescentes na educação básica, expandindo progressivamente a oferta de educação integral, com a ampliação da jornada escolar, dos espaços e das oportunidades educacionais.

PROPOSTAS

- Reivindicar educação em tempo integral, não como opção, mas como regra Enquanto não se criam escolas em tempo integral, ampliar as vagas dos CCAs em número compatível com o número de alunos das escolas, para complementar as atividades.
- Incluir no quadro de funcionários das escolas os profissionais de psicologia, serviço social e fonoaudiologia.
- Organização de um Movimento pró-educação para organizar seminário regional e documentos, exigindo a descentralização e autonomia do atual sistema de educação e sistema de matrícula, com garantia de vaga até fevereiro de cada ano letivo.

- Melhorar a qualidade de ensino, diminuindo o número de alunos por professor e consequentemente aumentando o número de escolas porque precisaria de mais vagas. Aumentar o número de professores concursados e ampliar salas de aula nas instituições escolares onde tiver estrutura e espaço.
- Educador cultural nas escolas, ampliação do currículo escolar através da cultura e inclusão de uma aula de música. Aulas diferenciadas, divertidas e produtivas.
- Institucionalizar como proposta pedagógica uma visita ao mês, ou de tempo em tempo, à Câmara dos vereadores e incluir na grade escolar uma matéria sobre políticas públicas.
- Fortalecer a rede de ensino no tocante à oficinas e palestras sobre a gravidez na adolescência. Incluir psicólogos e enfermeiros nas escolas de Ensino Básico, investir na formação dos diferentes agentes de ensino de forma sistemática e contínua e garantir mais professores eventuais para os alunos não ficarem sem aulas.
- Melhorar os equipamentos escolares como computadores, livros, aparelhos de som e armários nas salas de aula.
- Cancelamento da escola on line (eol) mantido pela secretaria municipal de educação, pois não dá garantias para vagas de crianças e adolescentes nas escolas e creches da região e também põe a criança longe de suas residências e não lhe da certeza de transporte gratuito aos mesmos.
- Criar mais vagas para EJA, suplência e ensino médio e universidade pública.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2.10 – Fomentar a interação social de crianças e adolescentes com deficiência auditiva, por meio do ensino da língua de sinais na comunidade escolar, garantido sua inclusão no currículo da educação básica.

PROPOSTAS

- Fomentar a interação social de crianças e adolescentes com deficiência, por meio da acessibilidade arquitetônica e de linguagem universal, ensino da linguagem de libras e braile, garantindo sua inclusão no currículo da educação.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2.11 – Promover o acesso de crianças e adolescentes às Tecnologias de Informação e Comunicação e à navegação segura na Internet, como formas de efetivar seu direito à comunicação, observando sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento.

PROPOSTAS

- Garantir o direito de acesso a educação digital com profissionais capacitados para a orientação, incluindo esta atividade na grade curricular das escolas como disciplina.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2.12 - Consolidar a oferta de ensino profissionalizante de qualidade, integrado ao ensino médio, com fomento à inserção no mercado de trabalho dos adolescentes a partir dos 16 anos, de acordo com a legislação vigente.

PROPOSTAS

- Acesso à profissionalização com a ampliação de vagas em Centros de Juventude, centros profissionalizantes, cursos técnicos, SENAI, ETECs e outros, visando também, a inserção do jovem no mercado de trabalho, a partir de um mapeamento do perfil e convênio com empresas contratantes do primeiro emprego. Implantar Centro de Desenvolvimento Produtivo que respeite a vocação de cada região

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2.13 - Ampliar o acesso de adolescentes a partir de 14 anos a programas de aprendizagem profissional de acordo com a Lei nº 10.097/00.

PROPOSTAS

- Consolidar e ampliar oferta de programas de aprendizagem profissional e produtivo para adolescente acima de 14 anos, independente do vínculo escolar e incluindo os adolescentes com deficiências (visual, física, auditiva, múltipla e intelectual). Maior divulgação a respeito do trabalho na adolescência – 14 e 16 anos.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2.14 – Universalizar o acesso de crianças e adolescentes a políticas culturais, que nas suas diversas expressões e manifestações considerem sua condição peculiar de desenvolvimento e potencial criativo.

PROPOSTAS

- Qualificar o atendimento dos CJ e CCAs com oficineiros esportivos, de artes plásticas, música, entre outras. Criar cursos socioculturais com profissionais qualificados. Aumentar a oferta de oficinas culturais, criar centros e/ou fábricas de cultura, implantar o programa federal Pontos de Cultura que valorizem as culturas regionais.

- Ter uma agenda cultural dos espaços existentes (CEU e demais espaços de cultura). Implantar oficinas de cunho cultural e profissionalizante nos espaços públicos destinados a crianças e adolescentes.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2.15 – Universalizar o acesso de crianças e adolescentes a políticas e programas de esporte e lazer, de acordo com sua condição peculiar de desenvolvimento, assegurada a participação e a acessibilidade de pessoas com deficiências.

PROPOSTAS

- Construir mais CDMs, assegurar a revitalização, manutenção e fiscalização dos CDMs, construir e reformar espaços de lazer nas regiões, de acordo com a necessidade e garantir acessibilidade para portadores de deficiência física/intelectual.
- Criar Centros Culturais onde neste espaço, tanto às crianças e adolescentes e também à família poderão (deverão) ter acesso a uma multiplicidade de atividades sociais e educativas com profissionais especializados e qualificados.
- Garantir a meia-entrada para estudantes em atividades culturais, esportivas e de lazer.
- Contratação de profissionais para os espaços e equipamentos esportivos existentes, incluindo parcerias para possibilidade de realização de estágio remunerado. Estes deverão ser responsáveis pela realização de oficinas e manutenção dos espaços existentes.
- Criação de espaços de cultura, lazer e esporte nas periferias das comunidades.
- Implantar Centro Esportivo Olímpico com estrutura de banheiros, vestiários, equipamentos esportivos e educadores, especialmente nas regiões de Cidade Kemel e Costa Norte.

EIXO 2 – PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS

• DIRETRIZ 03 - Proteção especial a crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados, consideradas as condições de pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política.

PROPOSTAS

- Ampliar e articular políticas, programas, ações e serviços para o enfrentamento da violência social contra crianças e adolescentes com base no plano nacional temático.

- Garantir a intersetorialidade na execução dos Planos Nacionais: Convivência Familiar Comunitária, SINASE, Violência Sexual contra a criança e adolescente, erradicação do trabalho infantil e plano de adoção no município.
- Fortalecer os órgãos existentes e ampliar o numero de serviços de proteção especial calculados com base no número de habitantes por distrito.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3.1 – Ampliar e articular políticas, programas, ações e serviços para a promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, com base na revisão e implementação do Plano nacional temático.

PROPOSTAS

- Ampliar e articular políticas, programas, ações e serviços para promoção, proteção e defesa de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, com base na revisão e implantação do plano nacional.
- Promover o reenfrentamento da violência verbal por meio do fortalecimento da autoestima e dos vínculos familiares.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3.4 – Fomentar a criação de programas educativos de orientação e de atendimento a familiares, responsáveis, cuidadores ou demais envolvidos em situações de negligência, violência psicológica, física e sexual.

PROPOSTAS

- Criar grupo de orientação e trabalho sobre abuso sexual e núcleos de reabilitação para crianças e adolescentes que sofreram algum tipo de negligência.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3.5 – Definir diretrizes para as atividades de prevenção ao uso de drogas por crianças e adolescentes conforme a Lei 11.343/06, bem como ampliar, articular e qualificar as políticas sociais para prevenção e atenção a crianças e adolescentes usuários dependente de álcool e drogas.

PROPOSTAS

- Definir diretrizes para as atividades de prevenção ao uso de drogas por crianças e adolescentes conforme a lei 11.343/06. Ampliar, articular, e qualificar as políticas sociais de prevenção e atenção as crianças e adolescentes usuários e dependentes de álcool e drogas, assim como criar locais para tratamento dos já dependentes e familiares.

- Criar serviço de atendimento público ambulatorial e hospitalar para dependentes químicos, com especial atenção para a questão de gênero, garantindo igual atendimento à mulheres, utilizando o critério médico como o único capaz de decidir pela internação não voluntária.
- Instalar serviços de atenção à saúde mental e a usuários e dependentes de álcool e drogas para crianças e adolescentes, com os recursos humanos e materiais preconizados pelo Ministério da Saúde, dentro do SUS, nas regiões que necessitem.
- Criar CAPS infantil e CAPS Álcool e Drogas nas regiões que necessitem.
- Promover ações de prevenção e conscientização do consumo abusivo e dependência química e criar novos espaços e oficinas para a diminuição e reincidência de drogas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3.7 - Definir diretrizes e implementar políticas sociais articuladas que assegurem a proteção integral e o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de rua.

PROPOSTAS

- Definir diretrizes e implementar políticas específicas para atendimento à população de rua e fiscalizar a execução.
- Cobrar transparência dos Conselhos Tutelares, Vara da Infância, órgão públicos e família nos processos de retirada das crianças em situação de rua e risco.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3.9 – Ampliar e articular políticas, programas, ações e serviços para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, com base no Plano Nacional temático.

PROPOSTAS

- Ampliar a rede dos serviços para crianças que sofrem com abusos sexuais e violência doméstica.
- Imediata criação de plano local e implementação de PAIR.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3.12 – Ampliar e articular políticas, programas, ações e serviços para atendimento a adolescentes autores de ato infracional, mediante a regulamentação e implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, observadas as responsabilidades do executivo e do sistema de justiça.

PROPOSTAS

- Estabelecer parceria da assistência social com a secretaria do trabalho para o encaminhamento de adolescentes que estão em conflito com a lei para o mercado de trabalho, garantido que eles tenham acesso a cursos profissionalizantes.
- Promover cursos profissionalizantes para os serviços de medidas socioeducativas em meio aberto, inserindo os jovens no mercado de trabalho.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3.13 - Formular diretrizes e parâmetros para estruturação e integração de redes de atenção a crianças e adolescentes em acolhimento, bem como de adolescentes em privação de liberdade cuja oferta de serviços considere as diversas fases de atendimento e desligamento institucional, com ações de reinserção familiar e comunitária.

PROPOSTAS

- Criar serviços para jovens procedentes de serviços de acolhimento institucional, com os seguintes objetivos: inserção no mercado de trabalho, continuidade dos estudos e fortalecimento das habilidades de convívio social com atividades socioeducativas.
- Fornecer suporte técnico para crianças que passaram por internação na Fundação Casa, com formação adequada e qualificação profissional, com acesso a educação com qualidade.
- Criar casas de passagem e abrigos.
- Ampliar número de vagas e aprimorar a didática adotada por Instituições de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade, promovendo o convívio familiar e comunitário.
- Estabelecer que o abrigamento de crianças e adolescentes deve ser apenas uma fase provisória e de emergência.

• DIRETRIZ 04 – Universalização e fortalecimento dos conselhos tutelares, objetivando a sua atuação qualificada.

PROPOSTAS

- Pensar formas de divulgar e levar a conhecer o papel dos Conselhos Tutelares, apresentando nas escolas seu papel de fiscalizador do cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes e dos serviços a eles destinados.

- Propor junto ao poder público e CMDCA que ocorra divulgação em toda mídia do Estatuto da Criança e do Adolescente e do real papel do Conselho Tutelar e seus serviços.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4.1 – Implantar e aprimorar o funcionamento de conselhos tutelares em todos os municípios, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo CONANDA.

PROPOSTAS

- Introduzir mudanças no sistema de eleição dos Conselheiros Tutelares garantindo maior divulgação e debate pela sociedade bem como a ampliação do direito a voto.
- O conselho tutelar deve passar por uma avaliação pública de competências e antecedentes.
- Criar Conselhos Tutelares com base no que estabelece o CONANDA: proporção de 01(um) conselheiro tutelar a cada 100.000 habitantes.
- Constituir Conselho Tutelar por bairro.
- Investir e garantir a capacitação continuada dos Conselheiros Tutelares e ter controle sobre seu desempenho, afim de que não haja desperdício de recurso público.
- Fortalecer o Conselho Tutelar com recursos humanos e materiais e garantir os direitos sociais e trabalhistas dos conselheiros tutelares.
- Fortalecer os canais de diálogo entre o Conselho Tutelar e a Escola e estabelecer um diálogo mais sistemático entre as diferentes secretarias e o conselho tutelar.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 5.1 – Articular e aprimorar os mecanismos de denúncia, notificação e investigação de violações dos direitos de crianças e adolescentes.

PROPOSTAS

- Criar Ouvidorias da criança e do adolescente em cada escola, ligado ao Conselho Tutelar, com profissional pronto a captar as denúncias dentro da secretaria de educação.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 5.2 – Incentivar processos de aprimoramento institucional, de especialização e de regionalização dos sistemas de segurança e justiça, para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

PROPOSTAS

- Garantir o direito de defesa do adolescente acusado de ato infracional nas audiências feitas na Vara de Execução da Infância e juventude (DEIJ), assim como o direito da família em audiências, canais de comunicação para promover a articulação e a formação de rede na comunidade.
- Criar uma delegacia especializada para a criança e o adolescente, vítima de violência.
- Formular e instalar projetos de profissionais mediadores de conflito e Justiça Restaurativa nas escolas.

EIXO 3 – PROTAGONISMO E PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

• DIRETRIZ 06 – Fomento de estratégias e mecanismos que facilitem a participação organizada e a expressão livre de crianças e adolescentes, em especial sobre os assuntos a eles relacionados, considerando sua condição peculiar de desenvolvimento, pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, nacionalidade e opção política.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 6.1 - Promover o protagonismo e a participação de crianças e adolescentes nos espaços de convivência e de construção da cidadania, inclusive nos processos de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

PROPOSTAS

- Garantir o protagonismo infanto-juvenil, ou seja: discutir com as crianças e adolescentes e não para eles.
- Criar mecanismos de incentivo para que os adolescentes se envolvam nas atividades de discussão e garantir que participem do planejamento de atividades (ex. palestras, eventos, etc.).
- Promover um grande encontro entre jovens para discutir protagonismo e participação.
- Criar uma rede social local com jovens.
- Estimular a participação comunitária dos jovens e crianças e garantir sua participação efetiva nos Fóruns e Conselhos gestores (educação, saúde, segurança, etc.). Assegurar também sua participação democrática em espaços de decisão nas unidades de atendimento socioassistencial, saúde e educação.

- Criar condições para a participação da criança e do adolescente no planejamento pedagógico das ações/atividades em que estão envolvidos e nas escolas e instituições que frequentam.
- Criar conselhos estudantis nas escolas municipais e estaduais, como espaço privilegiado para as discussões pertinentes aos alunos em ambiente escolar, consoante ao ECA no seu artigo 16, inciso II e artigo 53, "caput" e inciso II.
- Implantar grêmios estudantis em todas as unidades escolares, fortalecer e promover melhorias nos já existentes, garantindo sua autonomia.
- Construir cartilha informativa sobre o poder do grêmio estudantil.

EIXO 4 – CONTROLE SOCIAL DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS

• DIRETRIZ 07 – Fortalecimento de espaços democráticos de participação e controle social, priorizando os conselhos de direitos da criança e do adolescente e assegurando seu caráter paritário, deliberativo, controlador e a natureza vinculante de suas decisões.

PROPOSTAS

- Os Fóruns DCAs precisam se empoderar do seu papel de controlador de políticas públicas que propôs, acompanhando as ações nas regiões e levando a demanda para o CMDCA.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 7.1 - Universalizar os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, qualificando suas atribuições de formular, acompanhar e avaliar as políticas públicas para crianças e adolescentes e de mobilizar a sociedade.

PROPOSTAS

- Fortalecer o CMDCA, Conselhos Tutelares e da Comissão da Criança e Adolescente da Câmara Municipal.
- Elaborar o planejamento estratégico, semestral ou anual do Fórum DCA, com divulgação nas organizações governamentais e não governamentais.
- Criar "canais" de acompanhamento das conferências nos serviços, dando continuidade às discussões das conferências.
- Promover a atuação integrada e articulada de todos os atores do sistema de garantia de direitos. Oficializar a rede de atores participantes do sistema de garantia de direitos.

- Fortalecer e legitimar os fóruns regionais DCA e garantir que os órgãos públicos que atuam com C.A disponibilizem representantes para a participação efetiva dos fóruns. E especificamente para professores e demais agentes educacionais, que haja dispensa do ponto. Garantir a participação oficial do poder público nos fóruns.
- Realizar Conferência das Políticas Públicas
- Fortalecer o papel dos Conselhos de Direito, legitimando e valorizando suas ações.
- Divulgação, esclarecimentos e informações sobre os órgãos existentes que garantem os direitos DCA (Conselho Tutelar, CREAS, CRAS, PPCAM, CAPS, CAPS-AD, CADS)
- Constituir, articular e fortalecer o Fórum dos Direitos de Crianças e Adolescentes que deve articular as ONGs e usuários da região para garantir a participação.
- Reimplementar o Orçamento Participativo Criança

OBJETIVO ESTRATÉGICO 7.2 – Apoiar a participação da sociedade civil organizada em fóruns, movimentos, comitês e redes, bem como sua articulação nacional e internacional para a incidência e controle social das políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes e dos compromissos multilaterais assumidos.

PROPOSTAS

- Criar canais de comunicação para promover a articulação e a formação de rede na comunidade.
- Sociedade civil (Movimento da Infância em Geral, Fórum DCA, pais, alunos, Conselho Tutelar) e Governo (Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social e Subprefeitura do Lajeado) têm a responsabilidade de resgatar movimento social (mobilizar).
- Incentivar e garantir a participação das crianças e adolescentes nas decisões dos órgãos de educação (assembleias, grêmios, fóruns, conferências).
- Buscar espaço que facilite a participação das organizações e programas, com horário acessível para todos.
- Estabelecer reuniões rotativas dos Fóruns nos diversos bairros e vilas no âmbito da sua atuação.
- Garantir o processo qualitativo das eleições municipais dos conselhos de direito, buscando o diálogo transparente com a comunidade.
- Mobilizar a escola na participação do Fórum DCA (monitorar)

- Maior fiscalização dos órgãos competentes do sistema de garantia de direitos como educação saúde, assistência e conselhos, para a efetiva garantia dos direitos.
- Criar uma comissão de moradores para monitorar a efetivação das políticas públicas para crianças e adolescentes, considerando as propostas feitas nas conferências regionais.
- Criar um Fórum Permanente de Fiscalização
- Criar mecanismos de conscientização da população para que os conselhos de direitos cumpram efetivamente seu papel de defensor dos interesses difusos e coletivos
- Fortalecer, na região, fóruns locais com a participação da sociedade civil e diferentes secretarias.
- Maior adesão e participação dos diferentes atores nas redes, para fortalecê-las e discutir a proteção integral das crianças e adolescentes.
- Fomentar a participação na rede local e de diálogo intersecretarial, entre as secretarias da assistência social, da educação, da saúde e da habitação, conselho tutelar e sociedade civil.
- Fortalecer a Rede Social que trabalha com questões de crianças e adolescentes, mediante a integração dos Fóruns, Sociedade Civil e Organizações Sociais. Chamar a Subprefeitura para participar dos fóruns regionais.
- Sociedade civil deve cobrar do governo a execução das propostas governamentais, programas e projetos e promessas.

EIXO 5 – GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

• DIRETRIZ 08 - Fomento e aprimoramento de estratégias de gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes fundamentadas nos princípios da indivisibilidade dos direitos, descentralização, intersetorialidade, participação, continuidade e co-responsabilidade dos três níveis de governo.

PROPOSTAS

- Estabelecer protocolos entre os diversos sistemas das políticas setoriais na perspectiva da complementaridade e universalização dos direitos
- Descentralizar a eleição do CMDCA para as Subprefeituras da cidade de São Paulo

- Pautar a discussão e a capacitação da "Gestão de serviços e equipamentos públicos", a partir das diretrizes e princípios do ECA.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 8.1 - Estabelecer mecanismos e instâncias para a articulação, coordenação e pactuação das responsabilidades de cada esfera de governo na gestão do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

PROPOSTAS

- Criar órgão articulador de políticas, programas e projetos de garantia dos direitos nos níveis: estadual municipal e regional, a exemplo da subsecretaria Nacional de Direitos Humanos.
- O papel das autoridades deve ser definido no sistema de garantia de direitos. O que faz a Defensoria Pública, o juiz, a polícia, etc.
- Promover a atuação integrada e articulada de todos os atores do sistema de garantia de direitos.

• DIRETRIZ 09 – Efetivação da prioridade absoluta no ciclo e na execução orçamentária das três esferas de governo para a Política Nacional e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, garantindo que não haja cortes orçamentários.

PROPOSTAS

- Garantir que o principio da prioridade absoluta (ECA art. 4) seja integralmente cumprido nas execuções orçamentárias (municipais, estaduais e federal).
- Garantir a transparências dos gastos orçamentários do CMDCA e dos recursos destinados às áreas de interesse da Criança e do Adolescente e garantir a divulgação dos mesmos na internet. Que o CMDCA convoque as comissões regionais de organização das conferências para a apresentação dos gastos com as conferências lúdicas e convencionais.
- Mecanismo de Prestação de Contas dos gastos públicos exclusivos com Crianças e Adolescentes, divulgando em TV, rádio, ONGs e Escolas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 9.1 - Dotar a política dos direitos humanos de crianças e adolescentes de recursos suficientes e constantes para implementação das ações do Plano Decenal, com plena execução orçamentária.

PROPOSTAS

- O orçamento destinado às conferências não pode ser utilizado para outros fins.

- Ter um orçamento cultural e monitorar sua execução.
- Considerando que as propostas da Conferência regional de Cidade Ademar de 2009 não foram até o momento executadas totalmente que continuem a trabalhar com a responsabilidade do poder público em direção a sua implementação conforme plano decenal.
- Expansão dos investimentos em política pública.
- Criação de incentivos aos investidores da iniciativa privada, para gestão da política pública voltada à criança e adolescente.
- Garantir dotação orçamentária municipal específica para a realização das conferências regionais e municipais, sendo prevista verba para contração e formação de pessoal com 5 meses de antecedência garantindo assim unidade e qualidade metodológica.
- Usar verbas do Fundo da Criança e adolescente para profissionalizar a divulgação e promoção dos Fóruns, Pré Conferências, Conferências, CMDCA e Conselhos Tutelares.
- Vincular o orçamento destinado às políticas públicas sociais, a um percentual (1%) do PIB.
- Ampliar a verba pública para as crianças e adolescentes que deixaria de ser apenas 1% (um por cento).
- Publicação do Orçamento da Política Pública na Área da Criança e do Adolescente.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 9.2 – Estabelecer e implementar mecanismos de cofinanciamento e de repasse de recursos do Fundo da Infância e adolescência entre as três esferas de governo, na modalidade Fundo a Fundo, para as prioridades estabelecidas pelo plano decenal, de acordo com os parâmetros legais e normativos do CONANDA.

PROPOSTAS

- O Estado deve garantir um fundo para divulgação dos órgãos de controle social dos direitos das crianças e dos adolescentes.

• DIRETRIZ 10 – Qualificação permanente de profissionais para atuarem na rede de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 10.1 – Formular e Implementar uma política de formação continuada, segundo diretrizes estabelecidas pelo CONANDA, para atuação dos operadores do sistema de garantias de direitos, que leve em conta a diversidade regional, cultural e étnico-racial.

PROPOSTAS

- Capacitação e qualificação dos profissionais da rede e dos demais atores envolvidos nos serviços com crianças e adolescentes da região, focando os temas do ECA.
- Capacitar e qualificar de forma permanente os atores do SGD, incentivando a aplicação do conhecimento adquirido no dia-a-dia do trabalho.
- Formação continuada sobre o tema do controle social e cidadania para os diferentes atores do sistema de garantia de direitos e a população em geral.
- Capacitar profissionais de todos os níveis para melhorar atendimento e escuta qualificada das crianças e adolescentes nos espaços de que fazem uso.
- Oferecer capacitação continuada aos educadores, considerando as questões de diversidade sexual e de gênero, necessidades especiais, étnico racial, religiosa, geracional, territorial de nacionalidade e de opção política.
- Capacitação dos profissionais da Educação, Assistência Social, Saúde para promover o conhecimento sobre o ECA com linguagem acessível

• DIRETRIZ 11 – Aperfeiçoamento de mecanismos e instrumentos de monitoramento e avaliação da Política e do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, facilitado pela articulação de sistemas de informação.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 11.1 – Desenvolver metodologias e criar mecanismos institucionais de monitoramento e avaliação da política Nacional e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e do seu respectivo orçamento.

PROPOSTAS

- Realizar conferências só para conferir em um ano e no seguinte ter um novo encontro para o lançamento de propostas.
- Realizar conferências anualmente.
- Implementar o sistema Integrado de atenção à criança e adolescente, com diagnóstico vivo e dados do Orçamento Municipal.
- Criar mecanismos para garantir o acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

• DIRETRIZ 12 – Produção de conhecimentos sobre a infância e a adolescência, aplicada ao processo de formulação de políticas públicas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 12.1 – Fomentar pesquisas no campo da promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, com a difusão pública de seus resultados.

PROPOSTAS

- Mobilizar, articular os Fóruns DCAs afim de que os mesmos proponham aos Conselhos Tutelares que subsidiem o CMDCA para elaboração de um diagnóstico da infância e adolescência no município de São Paulo, afim de que o diagnóstico instrumentalize o CMDCA para elaboração do Plano Municipal de Garantia dos Direitos Humanos da criança e adolescente conforme preconiza o Artigo 3º, 4º e 5º do ECA.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 12.2 - Identificar, apoiar e difundir práticas inovadoras no campo da promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, visando o intercâmbio de experiências para o aperfeiçoamento de políticas públicas.

PROPOSTAS

- Divulgar não só as reuniões, mas trocar experiências de ações realizadas pelas organizações e programas que deram certo.

SEGUNDA PARTE: CONFERÊNCIA MUNICIPAL

INTRODUÇÃO

A segunda parte destes Anais é dedicada à Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São Paulo, que foi realizada durante quatro dias, no Anhembi em dois grandes eventos: a Conferência Municipal Lúdica e a Conferência Municipal Convencional. Trata-se da etapa final das Conferências, na qual os delegados eleitos nas conferências regionais são os principais protagonistas, com direito a voz e voto, dedicando-se a um trabalho de reflexão coletiva para buscar soluções aos problemas que afligem crianças e adolescentes do município como um todo. A consolidação das propostas das conferências lúdicas e das convencionais produzidas nas regiões permite aos conferencistas municipais ampliar seu olhar para além de sua região e incorporar os problemas comuns à cidade.

A solenidade de abertura, as apresentações culturais e as plenárias foram realizadas no espaço do auditório Celso Furtado e as oficinas se desenvolveram em várias salas ao longo dos corredores que ladeiam o auditório. Apenas duas instituições fizeram as apresentações culturais e durante os quatro dias, o evento contou com um intérprete de língua de sinais.

Não estiveram presentes autoridades ou representantes do poder executivo municipal, da Defensoria Pública, do legislativo e nem de outras instituições voltadas às questões dos direitos de crianças e adolescentes. Apenas o CONDECA e o CONANDA estavam representados nas conferências municipais. Não houve também, nenhum palestrante para falar sobre cada um dos eixos depois da formulação do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

A Conferência Municipal Lúdica, realizada nos dias 29 e 30 de novembro, contou com a presença de 467 pessoas, sendo 238 delegados, 3 suplentes, 35 convidados e 191 observadores. Foi marcada desde o início por discursos de protesto que geraram ao longo da conferência um ambiente bastante tumultuado, mas onde foi garantida a palavra a todos. No segundo dia dessa conferência, foi presenciada a destituição dos adultos que compunham a mesa e conduziam os trabalhos. Os adolescentes, após um intervalo para compor a nova mesa, assumiram a direção da plenária.

Nas oficinas, a forma de trabalho de cada grupo ficou por conta de um adulto que assumiu a coordenação, pois não havia nenhum mediador para conduzir e orientar a metodologia a ser adotada. Durante os trabalhos nas oficinas, um grupo de adolescentes percorreu as salas para

informar sobre a possibilidade de uma nova Conferência em março do ano seguinte e que por isso era mais importante a escolha dos delegados do que a discussão das propostas. Apesar dessa intervenção que em algumas oficinas gerou discussão e confronto de posições, os grupos continuaram as discussões, elaboraram as propostas e escolheram os delegados para serem referendados em plenária.

As propostas aprovadas na Conferência Municipal Lúdica foram classificadas pelo conteúdo dentro das diretrizes correspondentes dos Eixos orientadores do CONANDA e foram arroladas nas colunas respectivas às ações de mobilização, implementação e monitoramento, de acordo com o teor e natureza de cada proposta.

A Conferência Convencional ocorreu nos dias 1 e 2 de dezembro e contou com a presença de 159 participantes sendo 103 delegados, 1 suplente, 45 observadores e 10 convidados.[5]

A leitura e discussão do regimento interno ocupou grande parte do tempo, propiciou muita discussão e protesto inclusive sobre o que havia ocorrido na conferência lúdica municipal, na falta de respeito e consideração para com as crianças e adolescentes, o que levou a alterar a programação prevista. No dia seguinte seriam iniciados os trabalhos em grupo, com a conferência das propostas aprovadas em 2009 e a discussão e apresentação das propostas de 2011. Os participantes foram divididos em 5 grupos ficando cada um com um eixo. Houve atraso no início das oficinas, em função da necessidade de reproduzir os textos básicos para discussão que o CMDCA não havia providenciado.

O ato de conferir foi prejudicado em muitos aspectos pela ausência das autoridades ou de seus representantes responsáveis pela implementação das propostas aprovadas em 2009. A conferência com base nas informações dos próprios participantes, ainda que válida, tinha o viés de um olhar apenas local. De um modo geral os grupos escolheram alguns temas para debater e apresentar propostas, seja ratificando ou complementando algumas já elaboradas nas regiões, seja apresentando novas. Os delegados de cada região reuniram-se para eleger seus delegados municipais garantindo, dessa forma, a representação proporcional de todas as regiões na Conferência Estadual.

[5] Os dados sobre o número de pessoas presentes na Conferência Municipal Lúdica e na Conferência Municipal Convencional foram obtidos junto ao responsável pelo serviço de credenciamento, ao final de cada dia, tendo-se excluído os nomes dos que se inscreveram em mais de um dia.

As propostas aprovadas nesta Conferência Convencional foram sistematizadas por Eixo, da mesma forma e com os mesmos critérios adotados para as propostas da Conferência Lúdica, seguindo a orientação e o instrumental próprio do CONANDA.

As propostas da Conferência Municipal Lúdica e da Conferência Municipal Convencional sistematizadas por Eixo constam no item 3 da segunda parte deste relatório. Os delegados e suplentes eleitos para representar São Paulo na Conferência Estadual, constam no item 4 e as Moções constam no item 5, completando assim os Anais da IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São Paulo.

1 - CONFERÊNCIA MUNICIPAL LÚDICA

INTRODUÇÃO

Nos dias 29 e 30 de novembro de 2011, foi realizada a VII Conferência Municipal Lúdica dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Centro de Convenções do Anhembi, auditório Celso Furtado. Trata-se de um auditório amplo e confortável, contendo toda a infraestrutura necessária a um evento desse porte. Houve a presença de um intérprete de libras durante o evento.

No primeiro dia da Conferência, o credenciamento foi realizado a partir das 14h e não houve espera em filas, na medida em que algumas delegações sofreram atraso em sua chegada. Havia neste dia 306 presentes, sendo 177 entre crianças e adolescentes, delegados em sua maioria. Além de 26 convidados e 103 observadores.

De acordo com a programação, seriam realizadas a abertura da Conferência, as atividades culturais, a leitura, votação e aprovação do Regimento Interno. No segundo dia da Conferência os trabalhos ocorreram das 10h:30min até 18h:10min, no mesmo auditório, com 248 participantes.

1.1 - ABERTURA

A solenidade de abertura se deu às 15h conforme programação e foi conduzida por Suzana Vasconcelos da Secretaria de Negócios Jurídicos e representante do CMDCA, que fez a leitura da programação e mencionou que a proposta para o primeiro dia era a abertura oficial do Evento e a leitura, votação e aprovação do Regimento Interno.

• Composição da Mesa

Foram chamados para compor a mesa Arthur Vitor do Carmo, representante das crianças e adolescentes da cidade na comissão central, membro de uma organização social de Pirituba, AMORA, e faz parte da Pandemia; Edson Santana e Tiago ambos representando o CONDECA; Victor Benez Pegler, presidente da ACTESP (Associação dos Conselheiros e Ex Conselheiros Tutelares do Estado de São Paulo) e representante do CMDCA e João Santos Catan, presidente do CMDCA.

Composta a mesa, foi executado o Hino Nacional acompanhado da projeção de um vídeo em dois telões com a legenda e imagens diversas de paisagens e da população brasileira.

• Apresentação Cultural

Foi chamado ao palco o grupo de percussão AFROMIX, do CCA Carmo/Bela Vista. Formado por adolescentes, o grupo apresentou composições próprias como "África, sede de viver" e um rap composto por vários CCAs, durante a oficina da Conferência Lúdica Regional da Sé.

• Pronunciamentos dos Componentes da Mesa

A palavra de abertura foi dada ao Edson, do CONDECA, que cumprimentou os participantes da mesa, deu boas vindas a todos os presentes e elogiou a participação do Arthur e dos delegados.

Em seguida, Tiago, também do CONDECA, cumprimentou a mesa e os demais participantes. Desejou um bom dia de trabalho e disse que *criança não é o futuro, é o presente e por isso espero que nesta conferência sejam elaboradas grandes propostas para o Plano Decenal*.

O adolescente Arthur Vítor, em seu pronunciamento, afirmou que ao longo deste ano esteve no CMDCA organizando a conferência com os amigos adolescentes Lucas, Pedro, Carlos e outros que se juntavam. Receberam muito apoio, mas foi difícil organizar, do ponto de vista físico e mental. Em reunião do CMDCA, *coloquei minhas posições e não estou contente de estar aqui nesta mesa, sinto um desconforto porque a expectativa que tinha quando começou era outra, completamente diferente. Não saiu nada do que esperávamos. A Conferência está sendo realizada com uma estrutura que não havia em 2009. Esta é bem legal, mas o que importa hoje, não me contempla.*

Discutindo o processo de como deveria ser, disse que *as conferências regionais não aconteceram com a qualidade que esperávamos. Quase todas as regiões foram obrigadas a fazer essas conferências na semana passada. A Municipal deveria ser feita depois que todas as regionais fizessem e muitas não realizaram. E agora devemos entrar no por quê não realizaram.* Disse que não tiveram a devida estrutura e depois de mobilizar e desmobilizar várias vezes, algumas resolveram cancelar e outras foram obrigas a realizar. *Fizemos em Pirituba e não legitimamos esta Conferência. No Fórum Municipal tiramos que não queremos legitimar e vamos organizar outra em março de 2012, na segunda quinzena, com indicação de um lugar central e o intuito é discutir como deve ser a conferência que queremos. É inadmissível que tenha a Municipal sem que realizassem todas as regionais.*

Numa reunião do CMDCA foi ignorado nosso pedido e os conselheiros de Direito do Governo, votaram a favor de que esta data se mantivesse e 4 da sociedade civil se abstiveram. Eu questiono a legitimidade desses conselheiros que se abstiveram e 4 da sociedade civil nos apoiaram.

Informou que não satisfeitos com esse resultado, os adolescentes ocuparam o CMDCA e protocolaram um pedido de adiamento da data. Ontem receberam do presidente do CMDCA e do secretário de SPP, uma resposta sem lógica, inadmissível e questionamos o presidente do CMDCA, o João sobre aquela resposta.

Finalizando, disse: *Conclamo a todos para participar dessa conferência municipal de março de 2012, para assim ser legitimada. A organização começa neste sábado, dia 3/12, na Câmara Municipal às 9h:00. Não considero esta uma Conferência Municipal, mas um encontro de crianças e adolescentes para fazer o debate. Estamos dispostos a conversar com todos, pessoal da FÓ e do Butantã que estão no processo. Procurem a gente para conversarmos.*

João Santos, presidente do CMDCA, disse que falar depois do Artur era difícil, mas informou que na reunião do CMDCA citada pelo Arthur, 1 conselheiro da sociedade civil foi favorável à manutenção da data e 3 se abstiveram de votar.

Para responder aos adolescentes e, em especial, ao Arthur iniciou relatando sua trajetória de militante. *O fundamental para se construir alguma coisa é a participação popular. Estava comentando com o Artur que, além de ter pego parte da ditadura militar, ainda pegamos alguns prefeitos como o Janio Quadros. Em 1987, estávamos garantindo direito de creche que o Janio tinha fechado. Fui demitido do serviço público, mas conquistamos a creche.*

Este presidente já luta pelos direitos da Criança e da sociedade em geral há muito tempo, numa época em que isso gerava suspensão de salário e demissão.

Não esqueçam que metade do CMDCA é eleita pela sociedade civil e está garantindo os direitos da criança e do adolescente. (...) É no contraditório que se avança e se busca justiça para esse país Afirmou ainda que cabe à sociedade cobrar dos Conselheiros: *vivemos num país no qual falta muito para chegar onde queremos e neste caminho os jovens são importantíssimos*.

Em resposta a acusação de falta de qualidade das Regionais, o presidente do CMDCA disse que uma amiga íntima havia se impressionado com a qualidade das propostas construídas em uma dada região. Sobre as remarcações das Conferências, ele isentou o CMDCA de culpa dizendo que passou às comissões o material de sistematização assim que o recebeu do CONANDA no dia 5 (não citou o

mês), e que se as regiões não realizaram foi porque não se sentiam confortáveis, e ele não poderia fazer nada a respeito.

Nessa hora citou como exemplo de Comissão que escolheu não realizar a Conferência, o Butantã. Essa observação gerou polêmica entre os participantes e nesse momento a representante da região do Butantã pediu direito de resposta, que lhe foi negado com alegação de que estavam em uma Mesa e não num debate.

Vitor concluiu afirmando: *Espero que o debate seja feito na forma de conferência de propostas e que seja encaminhado ao CONDECA.*

Victor Benez Pegler, coordenador do CMDCA, iniciou sua fala dizendo que aquela era a 5ª conferência da qual participava e que São Paulo sempre foi exemplo para o Brasil, *tanto que temos hoje, membros no CONDECA que saíram daqui*. Disse que a participação ativa dos jovens neste dia só reforçava esta ideia. Mas ponderou que numa batalha não há vencedores ou perdedores, e que o Arthur deveria perceber que as falhas sempre acontecem e sempre acontecerão, mas que não houve má fé por parte do CMDCA. Se o ônibus não veio ou se o lanche não estava a contento, não foi por falta de esforços do CMDCA, visto que existem outras questões como, por exemplo, as licitações e a burocracia que muito interferem nesse processo de organização. Lamentou que os que mais sofrem com as falhas são os únicos que não são culpados, justamente as crianças e os adolescentes.

A plenária é soberana e algumas regiões não realizaram as conferências. Aqui é espaço para discutir o que foi discutido nas regiões e tirar as propostas para encaminhar ao CONDECA.

Ele propôs a criação de uma comissão permanente das conferências dos DCA para que durante todo ano se discuta o problema das crianças e adolescentes e não só a cada dois anos. E finalizou pedindo desculpas em nome do CMDCA e reafirmou que nunca houve ato de má fé da Comissão.

Depois da fala do Vitor, a mesa de abertura se desfez.

1.2 - REGIMENTO INTERNO

Para conduzir a leitura, votação e aprovação do Regimento Interno, participaram da mesa Vitor, como membro do CMDCA na coordenação e o adolescente Arthur.

O coordenador explicou que seria feita a leitura da minuta do regimento, seriam anotados os pedidos de destaque e os inscritos teriam direito a fala após o término da leitura. Os itens que não apresentassem destaque seriam automaticamente aprovados.

Logo no início da leitura houve um novo pedido de fala por parte de uma representante da região do Butantã para responder ao comentário do presidente do CMDCA. No entanto, o pedido foi novamente negado.

Arthur solicitou que o Vitor fizesse um esclarecimento, com linguagem de fácil entendimento para crianças e adolescentes, da importância e a função do Regimento Interno. Atendendo a solicitação, o representante do CMDCA explicou resumidamente o objetivo do presente regimento e como se deu sua elaboração.

A leitura do Regimento foi completada, sendo apontados destaques nos seguintes artigos: 2º; 4º incisos I e III; 7º; 8º; 10; 11; 12, inciso III; 13 e 14. O processo de discussão dos destaques foi longo e conturbado por sucessivas interrupções e intervenções exaltadas de adolescentes e de alguns adultos que questionavam a organização das conferências regionais e municipais. No segundo dia da Conferência Lúdica, a parte da manhã e o início da tarde foram ocupados com a discussão do Regimento, que só foi aprovado no início da Plenária final. O relato dessas discussões está incluído neste relatório.

Foram aprovadas as seguintes modificações:

> Artigo 2º
>
> Foi aprovada a alteração do texto, substituindo "Construir Diretrizes da Política e do Plano Decenal" por "**Mobilizando, Implementando e Monitorando a Política e o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes no Estado de São Paulo**"
>
> Artigo 4º, inciso III:
>
> Foi aprovada a alteração do texto, incluindo no inciso III o trecho **"instituições de ensino público e particular e organizações da sociedade civil"** no leque de convidados pelo CMDCA para participar da conferência.
>
> Artigo 8º (caput)
>
> Aprovada a composição dos delegados para a participação da Conferência Estadual, consolidando-se a seguinte formação:

1. 34 delegadas (os) adolescentes de acordo com o número de Conferências Regionais realizadas;

2. 4 vagas para delegadas (os) crianças;

Artigo 10

Aprovada a alteração do horário de credenciamento das(os) delegadas(os) de **"até as 14h do dia 29 de Novembro de 2011"** para "**até as 15h do dia 29 de Novembro de 2011"** e de **"até as 10h do dia 30 de novembro de 2011"** para **"até as 11h do dia 30 de novembro de 2011"**.

Artigo 13

Aprovada a correção da data do segundo dia de Conferência Lúdica, de "**29 de Novembro de 2011 (Terça-feira)**" para "**30 de Novembro de 2011 (Terça-feira)**"

Artigo 14 (caput)

Aprovada a alteração do texto, incluindo no caput, o trecho: "**As moções serão lidas na plenária antes da votação**".

Durante a discussão das propostas de modificação do Regimento Interno um adolescente levantou uma questão de ordem pedindo esclarecimento sobre a discussão anterior entre os participantes da mesa de abertura e a representante da região do Butantã.

Vítor respondeu explicando algumas questões envolvidas no processo de organização do evento, das licitações e das contratações necessárias para a realização das conferências regionais e municipais. Afirmou que até o dia 24 de outubro tinham o contrato do espaço e do transporte, no entanto, o espaço só foi reservado para o dia 25 o que prejudicou as conferências dos dias 26 e 27. No dia 28 a estrutura também falhou. Houve nova publicação no Diário Oficial estabelecendo que a estrutura do dia 29 já estava regularizada e que a equipe de sistematização seria contratada no dia 4 de novembro. Prosseguiu afirmando que algumas regiões resolveram não realizar as conferências até o dia da reunião do CMDCA em 07 de novembro. Nessa reunião foi sugerido, por representantes de algumas regiões, o adiamento das conferências. Disse ainda que foram consultados os contratos e verificou-se que não seria possível alterar a data das Conferências Municipais, pois os serviços já haviam sido pagos. Finalizou mencionando que no dia 11 de novembro foi decidida a manutenção da data das Conferências Municipais, mas que algumas regiões optaram por não realizar suas conferências.

A discussão e votação dos destaques foram novamente interrompidas para atender ao pedido de fala de representante do Butantã. Essa representante regional iniciou demonstrando sua indignação pela falta de planejamento do CMDCA, alegando que a eleição do Conselho Tutelar, que também fora adiada, atropelou o cronograma das Conferências DCA. Comentou que havia um primeiro edital chamando para a realização das conferências em julho/agosto, mas como houve o atraso da eleição dos conselheiros tutelares e esta precisava ocorrer antes das Conferências, saiu novo edital chamando as Conferências para outubro/novembro. Desse modo, as Conferências que se realizassem fora do período estipulado pelo CMDCA não seriam legitimadas. Afirmou que a região do Butantã, devido a essa confusão, teve que remarcar três vezes a sua Conferência Regional e não conseguiu mais o espaço e a estrutura de antes, tendo inclusive prejuízo financeiro. Destacou finalmente, a falta de planejamento do CMDCA ficou evidente, pois a Conferência Lúdica Municipal foi marcada para o mesmo dia em que o SARESP[6] está sendo aplicado nas escolas, prejudicando a participação de grande número de crianças e adolescentes.

Nesse momento ocorreram manifestações e pedidos de mais esclarecimentos. A confusão estava se instalando quando alguém da plenária reclamou que uma criança estava passando mal e não teve o atendimento adequado, por não haver suporte de saúde. Nesse momento Vitor fez uso da palavra e defendeu a organização, afirmando que havia ambulância de plantão no local e que o procedimento correto seria o de levar a criança até o Pronto Socorro mais próximo, pois não se pode medicar sem prescrição médica.

Em meio a pedidos de esclarecimento e questões de ordem, a plenária se esvaziou. O horário estipulado para término da votação do regimento havia se esgotado e algumas delegações se retiraram inteiramente, pois os ônibus fretados tinham horários a cumprir.

Arthur sugeriu que a aprovação do Regimento Interno fosse adiada para o dia seguinte, uma vez que o horário previsto para o término das atividades já havia sido ultrapassado. O representante do CMDCA defendeu o cumprimento do cronograma que estabelecia a aprovação do regimento naquele dia, apesar das dificuldades decorrentes de horário.

Novamente os ânimos se exaltaram, muitos adolescentes falaram ao microfone. Alguns diziam que atrasando a programação haveria menos tempo para discutirem as propostas e que tornaria o

[6] Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP é uma avaliação externa em larga escala da Educação Básica, aplicada a cada ano desde 1996 pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

trabalho deste dia incompleto, outros diziam que o quorum no dia seguinte deveria ser maior e, portanto, seria mais justo deixar para aprovar o Regimento Interno no dia seguinte.

Os participantes estavam dispersos e divididos em suas opiniões. Finalmente foi decidido, através de votação apurada pelo contraste de votos da plenária, deixar a aprovação do Regimento Interno para o segundo dia da Conferência Lúdica Municipal.

O Regimento Interno aprovado com as devidas alterações é o que segue:

REGIMENTO INTERNO DA VII CONFERÊNCIA LÚDICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CAPÍTULO I - Da realização e da Coordenação da VII Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo.

Artigo 1º A VII Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São Paulo, resumidamente de VII Conferência Lúdica, será realizada nos dias 29 e 30 de Novembro de 2011, das 8h00min às 17h30min, no Palácio de Convenções do Anhembi: Avenida Olavo Fontoura, nº1209 – São Paulo – SP.

Artigo 2º - O tema da VII Conferência Lúdica da Cidade de São Paulo é "Mobilizando, Implementando e Monitorando a Política e o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes no Estado de São Paulo"

Artigo 3º - São organizadores da VII Conferência Lúdica, a Comissão Central de Organização do CMDCA e o CMDCA/SP que deverá garantir:

I – Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos dos grupos, bem como o da Plenária soberana;

II – A infraestrutura para a realização plena da VII Conferência Lúdica.

Artigo 4º - São participantes da VII Conferência Lúdica Municipal:

I – Crianças de 07 a 12 anos incompletos e adolescentes de 12 á 17 anos 11 meses e 29 dias, que participaram e foram eleitos como delegados (as) nas Conferências Lúdicas Regionais;

II – A Comissão Central de Organização do CMDCA;

III – Convidadas (os) pela Comissão Central Organizadora do CMDCA;

a) Prefeito, Secretárias (os) Municipais, Subprefeitos (as), Juízas (es) das Varas da Infância e da Juventude, Promotoras (es) e da Infância e da Juventude do Ministério Público, Delegados de Polícia, Guarda Civil metropolitana, Parlamentares, Universidades, Institutos de Estudo e Pesquisa na área da infância e juventude, Órgãos e organismos nacionais e internacionais, Imprensa, instituições de ensino público e particular e organizações da sociedade civil".

CAPÍTULO II – Da Conferência, Deliberações e Moções

Artigo 5º - a VII Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, convocada pelo CMDCA São Paulo, é um espaço de construção e deliberação das diretrizes da política pública para a infância e adolescência, observando o tema Base do CONANDA para as conferências.

Artigo 6º - A VII Conferência terá como órgão deliberativo e soberano sua Plenária, que decidirá por casos de mudança deste Regimento Interno, das diretrizes adotadas como propostas pelos grupos temáticos e/ou oficinas, moções e casos que a Comissão Central decidir como decisão autônoma da Plenária Final.

Artigo 7º - As moções apresentadas á Comissão Central de Organização deverão ser subscritas por no mínimo 40 Delegados presentes da VII Conferência Lúdica para ser submetidas á deliberação da Plenária Final.

CAPÍTULO III – Das (os) delegadas (os)

Artigo 8º - O critério para escolha de delegadas (os) que as Conferências Regionais terão para a VII Conferência Lúdica Municipal, seguirá a seguinte normativa.

1. 34 delegadas (os) adolescentes de acordo com o número de Conferências Regionais realizadas;

2. 4 vagas para delegadas (os) crianças;

CAPÍTULO IV– Da escolha dos delegados para a Conferência Lúdica Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

Artigo 9º - As (os) delegadas (os) da VII Conferência Lúdica Municipal elegerão _____ delegadas (os) por meio de mini-plenárias regionais, para a Conferência Lúdica Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

1§ - Terão que ser eleitas (os) suplentes em número igual as (aos) delegadas (os).

2§ - As (os) delegadas (os) eleitas (os) na VII Conferência Lúdica Municipal para a V Conferência Lúdica Estadual poderão participar da IX Conferência Municipal Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente com direito a voz.

CAPÍTULO V – Do Credenciamento

Artigo 10º - O credenciamento das (os) delegadas (os) deverá ser realizado até as 15h do dia 29 de Novembro de 2011 até as 11h do dia 30 de novembro de 2011.

Parágrafo Único – As (os) observadores e as (os) convidadas (os) poderão se credenciar durante todo o período de realização da VI Conferência Lúdica Municipal.

CAPÍTULO VI – Dos Objetivos

Artigo 11º - É objetivo geral: deliberar sobre a construção da diretriz da política e do plano decenal de defesa aos direitos da criança e do adolescente. Bem como emitir parecer, depois de conferir, sobre as medidas tomadas pela Prefeitura Municipal diante do que foi deliberado na VII Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Artigo 12º - São objetivos específicos:

I. Fortalecer a relação entre Governo e a sociedade civil para uma maior efetividade na formulação, execução e controle da política para a criança e adolescente.

II. Definir eixos e estratégias que promovam a devida execução do Estatuto da Criança e do Adolescente, em consonância com o tema desta conferência;

III. Promover, qualificar e garantir a participação de adolescentes na formulação e no controle das políticas públicas.

CAPÍTULO VII – Da Programação

Artigo 13º - A VII Conferência Lúdica terá a seguinte programação:
VII CONFERÊNCIA LÚDICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PROGRAMAÇÃO
29 de Novembro de 2011 (Terça-feira)
14:00 – Recepção, credenciamento
15:00 – Término do credenciamento e Aprovação do Regimento Interno
17:00 – Encerramento

30 de Novembro de 2011 (Quarta-feira)

9:00 – Abertura dos Trabalhos e credenciamento

9:10 - Café da Manhã

9:30 - Separação dos Grupos nas salas

9:40 - Oficinas

11:00 - Término do credenciamento

12:00 - Retorno a plenária

12:30 - Almoço

13:30 - Plenária

13:40 - Aprovação das Propostas e Delegados para a Estadual

16:30 - Café da tarde

17:00 - Encerramento

CAPÍTULO VIII – Das Conclusões da VII Conferência Lúdica Municipal

Artigo 14º - O CMDCA/SP encaminhará para o CONDECA/SP o relatório Final com as conclusões da VII Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da cidade de São Paulo, a lista de participantes e a ficha das (os) delegadas (os) eleitas (os), dentro do prazo previsto em sua deliberação.

As moções tiradas na VII Conferência Lúdica que tiverem 30% das assinaturas dos delegados serão encaminhadas para aprovação da plenária final. As moções serão lidas na plenária antes da votação.

CAPÍTULO IX – Das disposições finais

Artigo 15º - Os casos não previstos neste Regimento Interno serão encaminhados para a Comissão Central de Organização das Conferências, que tomará as devidas alterações em acordo com a Plenária da IX Conferência Municipal.

DIA 30/11

A abertura do segundo dia da VII Conferência Municipal Lúdica ocorreu às 10h30min, no mesmo auditório do Anhembi, com 248 participantes.

A mesa foi composta pelos mesmos participantes do dia anterior: Arthur, adolescente membro da Comissão Central e dois adultos membros CMDCA, entre os quais Vitor Benez Pegler como coordenador. Dando início aos trabalhos do dia, Vitor fez um esclarecimento da mesa em relação a

uma dúvida do dia anterior e declarou que *a mesa não é responsável pela apresentação de propostas.*

Em seguida houve uma apresentação musical do Grupo Percussivo Bando do Sossego, da APAE. Tocaram algumas músicas da "Ópera do Malandro" de Chico Buarque com diversos instrumentos de percussão enquanto alguns casais de dançarinos bailavam no palco.

Após a apresentação cultural, muito aplaudida pelos presentes, foi retomada a atividade de aprovação do Regimento Interno, não concluída no dia anterior. Foram apresentados para discussão os destaques já assinalados.

O debate foi retomado no Artigo 4º, inciso I com a proposta de retirar a parte do texto que definia os participantes da conferência como as crianças e adolescentes que haviam sido eleitos delegados nas conferências regionais. Com essa alteração pretendia-se que todas as crianças e adolescentes presentes fossem considerados participantes da Conferência Municipal, ainda que não fossem delegados. Foi encaminhada a votação, tendo sido aprovada a manutenção do texto.

Em seguida, foi colocado em votação o destaque relativo ao Artigo 7º. A proposta era reduzir de 40 para 20, o número de assinaturas de delegados para que uma moção fosse levada aa plenária. Foi aprovada a manutenção do texto.

Neste momento, um dos adolescentes pediu a palavra alegando questão de ordem. Propôs a interrupção dos trabalhos e uma nova votação dos últimos artigos do regimento interno, uma vez que existiam muitos delegados na fila do credenciamento. A plenária decidiu pelo sim, e a votação dos artigos anteriores ficou anulada.

Quando a discussão foi retomada, entrou novamente em pauta o destaque do Artigo 4º, inciso I. Um adolescente sustentou que a redação limitava a participação das pessoas ao garantir esse direito apenas aos delegados regionais. Como várias regiões não puderam realizar as suas conferências e, portanto, não tinham delegados muitos dos adolescentes ficariam com seus direitos limitados. Defendeu a modificação da redação dando poder de voto a todos os presentes.

Uma adolescente questionou o atraso das pessoas em chegar à conferência e não concordou com a retomada da votação: *Se tinha horário, por que você não estava aqui?* Outra adolescente questionou a proposta de ampliar o poder de voto a todos os presentes, uma vez que, em sua opinião, era necessário respeitar a legitimidade dos delegados eleitos nas conferências regionais. O

Artigo 4º foi colocado, mais uma vez em votação e a plenária novamente decidiu pela manutenção do texto.

O Artigo 7º também foi novamente colocado em discussão, com a proposta de reduzir de 40 para 20, o número de assinaturas para aprovação de moções. Alguns adolescentes da plenária alegaram que na primeira vez em que fora votado, não houve abertura para explicação das propostas, o que gerou certa confusão. Não estava claro para eles que quanto menos assinaturas, mais fácil seria aprovar a moção. Alegaram ainda que muitos participantes pensavam que esta mudança referia-se a alteração do número de delegados em geral. O artigo 7º foi colocado em votação e a plenária decidiu pela manutenção do texto.

Uma criança questionou o fato de que não havia representante das crianças compondo a mesa de trabalho.

Neste instante, alguns adolescentes transitavam pelo auditório usando nariz de palhaço. Um adolescente pediu a destituição da mesa. Então, o coordenador interrompeu os trabalhos e pediu para que os membros da comissão organizadora se reunissem atrás do palco. A essa altura muitos jovens estavam de pé, outros foram para perto do palco, todos falando ao mesmo tempo e demonstrando inquietação.

Artur voltou à mesa e expôs a conversa de bastidores e, segundo ele, o CMDCA se retiraria da Conferência e anularia as votações. Perguntou: p*or que eles não falam isso aqui, na frente de todos?* Acrescentou ainda que *o Conselho Municipal nunca quis que este evento ocorresse devido a todas as falhas presenciadas nas regionais*.

Em seguida, outro adolescente representante do Fórum DCA que estava na mesa, voltou a este assunto afirmando que *várias regionais não fizeram suas conferências e muitas outras foram feitas de modo apressado, sem estrutura, para inglês ver*. A plenária se manifestou entoando o seguinte grito: *Queremos mais respeito, criança tem direito*

Vitor retornou afirmando que não participaria mais dos trabalhos de coordenar a mesa da conferência. Pediu desculpas por algum equivoco e se retirou.

A mesa então foi ocupada por adolescentes. Foi apresentada a proposta de chamar representantes crianças e adolescentes de cada região para compor a nova mesa. Esta passou a ser composta por adolescentes membros da Comissão Central, representantes do Fórum DCA e por duas conselheiras do CMDCA.

Os adolescentes esclareceram que foram eleitos no Encontro Lúdico Estadual passado e que tiveram muitas dificuldades este ano, o que fez com que outros jovens que compunham a comissão acabassem saindo. Neste momento houve tumulto na frente do palco com vários participantes em pé, todos falando ao mesmo tempo.

Um dos adolescentes da mesa pediu ordem, decência e respeito para mostrarem que eles eram capazes de conduzir esse processo.

A aprovação do regimento foi retomada, mas com dificuldade de ganhar ritmo ou continuidade. No prosseguimento do trabalho havia dois destaques nos artigos 11 e 12, mas a pessoa que os havia apontado no dia anterior não estava presente para defender a proposta. Antes que se pudesse concluir o trabalho um jovem propôs a interrupção para o almoço. Foi avisado no microfone, que *já tem gente almoçando.* A plenária se esvaziou rapidamente e os trabalhos foram suspensos.

A plenária voltou a se reunir às 14h10min e na mesa ficaram apenas as duas representantes do CDMCA. Os adolescentes da comissão central sentaram-se a beira do palco, com a justificativa de que *todos somos iguais e a mesa é uma imposição dos adultos; nós não queremos mesa; queremos uma conferência legal, diferente, nós da comissão central lutamos por isso o ano todo*.

Com a retomada do trabalho, foram feitas algumas votações, mas não se chegava a um acordo. Havia acusações de manipulação que resultaram em alteração dos ânimos. Vários jovens se dirigiram ao pé do palco, para manifestações de desacordo com os rumos da conferência. Havia um descontentamento geral. Em um dado momento o microfone foi desligado. Todos se manifestavam e ninguém era ouvido.

Logo em seguida o microfone se normalizou e o trabalho teve continuidade, faltando apenas a discussão do destaque do caput do Artigo 14.

Nesse momento, um adolescente do Fórum DCA propôs que os participantes formassem os grupos para o trabalho das oficinas, mesmo sem encerrar o regimento interno. Este adolescente propôs o seguinte encaminhamento: iniciar a organização dos grupos para as oficinas, enquanto um grupo paralelo seria formado por um delegado de cada região além dos membros da comissão central com o objetivo de discutir o processo de construção da conferência. A proposta foi aprovada pela plenária por contraste. A aprovação final do regimento não foi completada.

1.3 – OFICINAS

As oficinas foram organizadas por eixo temático e por faixa etária, de modo que cada eixo contava com duas salas, uma para crianças e outras para adolescentes. Mas em alguns casos as oficinas foram unidas em um único espaço, dado reduzido o número de participantes.

No início das oficinas alguns adolescentes percorreram as salas para fazer a escolha de representante de cada região para compor o grupo que iria discutir a proposta de nova conferência a ser realizada em março de 2012, sem a participação do CMDCA. Esse grupo se reuniu nos bastidores do palco durante o período das atividades nas oficinas.

Abaixo segue o relato do trabalho desenvolvido nas oficinas.

EIXO 1 - OFICINA DE CRIANÇAS

Inicialmente a oficina contou com a participação de 5 meninos e 15 meninas. Alguns desses participantes já tinham 12 anos completos e foram incentivados, pela oficineira, para que mudassem de turma e integrassem a oficina do mesmo eixo destinada aos adolescentes. Caso contrário, não poderiam candidatar-se a delegados. Com a saída desses adolescentes a oficina passou a ter 2 meninos e 13 meninas A coordenação ficou a cargo de uma técnica da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Havia observadores do Conselho Tutelar de Perus, Lapa, Ipiranga, uma professora da regional de Pirituba e um inspetor de alunos da EMEF Amadeu Amaral.

A elaboração de propostas do Eixo 1 teve como base o documento sistematizado pela FIPE com as propostas aprovadas nas Conferências regionais deste ano, tanto as lúdicas como as, convencionais. A oficineira propôs a leitura em voz alta por cada criança dos objetivos estratégicos referentes ao eixo. Havia apenas uma cópia do documento que circulava ficando nas mãos de quem estava lendo.

Ao final da leitura das propostas do documento cada criança escolheu dois temas desse eixo tais como educação, saúde, lazer, esporte, etc. Os dois mais votados foram Educação e Saúde, sendo eleitos como os temas que seriam discutidos nessa oficina.

A oficineira encontrou dificuldade para a participação das crianças na discussão dos temas escolhidos. A leitura das propostas sem adaptação de linguagem ou esclarecimentos dificultou a compreensão e não conseguiu despertar o interesse.

Em um determinado momento da leitura, houve a intervenção de um grupo de adolescentes reunidos com o intuito de formar uma delegação provisória com representantes das regionais para esclarecer os ocorridos naquela conferência, marcar debates e organizar outra Conferência para o início do próximo ano.

As principais questões tratadas neste grupo foram: bullying, garantia de direitos contra preconceito, acesso de deficientes físicos aos equipamentos, inclusão da diversidade, *"dos diferentes"*, *"direitos iguais para todos os diferentes, mesmo que sejam diferentes"*, na fala da oficineira. Sobre o trabalho infantil, uma criança comentou: "*há crianças trabalhando, algumas porque querem, mas não pode?*"

No final da oficina foram eleitos como delegados dois meninos que manifestaram interesse, sendo aprovados pelo grupo por aclamação.

EIXO 1 – OFICINA DE ADOLESCENTES

A outra oficina do Eixo 1 contou com a participação de 28 adolescentes (8 meninos e 20 meninas). Antes de iniciar os trabalhos alguns jovens da região do Butantã entraram na sala para convidar os presentes para participarem da reunião de sábado na câmara municipal para discutir a organização da conferência municipal independente do CMDCA.

Uma representante da organização central veio informar que esse grupo não teria oficineiro para conduzir os trabalhos. Deveriam escolher entre eles uma pessoa para conduzir a discussão e outra para fazer as anotações. Neste momento os jovens se revoltaram porque essa representante da organização central escolheu um adulto que estava na sala como observador, para coordenar a oficina. Eles se colocaram contrários, alegando que essa decisão deveria ser deles. Depois de alguma discussão acabaram aceitando a coordenação desse adulto.

Como não tinham orientação metodológica, os adolescentes ficaram longo tempo discutindo as formas de conduzir o trabalho. Decidiram por ler as temáticas enquadradas no Eixo 1, escolher quais seriam as principais propostas já elaboradas, priorizando as de abrangência municipal e não as estritamente regionais, visando contemplar a maior quantidade possível de adolescentes.

Escolheram dois temas para a discussão e elaboração de propostas: educação e pessoas com deficiências.

Após a fala de um deficiente visual sobre o desrespeito que ele sente nas escolas, nas instituições públicas e privadas, todas as propostas sobre deficientes que constavam do documento da FIPE foram aprovadas para seguirem para a conferência estadual. Além dessas, todas as propostas relativas a educação também foram aprovadas.

Esse grupo formulou uma única proposta e referendou as já elaboradas nas conferências regionais sobre os temas ali analisados. A escolha dos delegados se deu de forma simples, pois todos os que tinham interesse em se candidatar foram contemplados.

EIXOS 2 E 3 – OFICINA DE CRIANÇAS

As oficinas dos eixos 2 e 3 formadas por crianças se juntaram em uma única sala. Assim o grupo contou com a participação de 39 crianças e 10 adultos observadores. A oficineira pediu que todos sentassem em "U", com fileiras duplas de cadeiras. Cada jovem recebeu uma pasta com um caderno de desenhos para escrever as propostas ou desenhar sobre os temas que iriam discutir. A oficineira explicou o papel da conferência como "*exercício da democracia*", e explicou o significado de democracia restrito ao processo eleitoral. Afirmou que *a conferência é uma forma de juntar as ideias para concretizar mudanças*.

A oficineira leu alguns trechos do ECA para falar de direitos das crianças. Uma das observadoras presente interrompeu e afirmou que a criança pode perder seus direitos se não tiver conduta, dando ênfase ao argumento do "dever". Ela foi prontamente rebatida por três crianças. Um menino afirmou: *Mas olha como trataram a gente hoje.* Outra completou: *eles dizem lá [na plenária] que as crianças não têm voz. Isso é respeito?* Outro adulto interrompeu e citou a bandeira nacional: *ordem e progresso; sem ordem não há progresso*, dando a entender que as crianças eram responsáveis pela desorganização da plenária. O menino então questionou: *quando íamos falar desligavam o nosso microfone, fomos desrespeitados*. Uma menina completou: *subimos no palco e disseram que não era a nossa hora, fomos enrolados*. Outro menino observou: *Eles dizem que querem mais participação das crianças, mas olha quantos delegados, só 4*? A observadora que havia começado a discussão, tentando contornar as críticas, afirmou que era necessário transformar as queixas em propostas.

Em seguida a oficineira solicitou que as crianças se dividissem em 3 grupos. Assim, o grupo 1 foi formado por 13 crianças e os grupos 2 e 3, por 11 crianças cada um. Os adultos se dividiram entre os grupos e tentaram conduzir as conversas.

Nos grupos 1 e 3, os adultos usavam palavras difíceis que as crianças não entendiam e poucas se envolveram na discussão. No grupo 2, a mesma observadora que destacou o aspecto do "dever" dentre as diretrizes do ECA, falou bastante, mas o grupo de crianças se opôs e continuou reclamando do tratamento. Em um dado momento, uma menina observou que *esse dia aqui é nosso, as crianças têm o direito de falar, o adulto sempre quer mandar, ele não quer ouvir*. Depois disso, essa observadora se retirou do grupo e as crianças desenvolveram sozinhas o seu trabalho.

Num certo momento dois adolescentes entraram na sala e de grupo em grupo explicaram que iriam propor a organização de uma nova conferência no próximo ano, uma vez que a atual não contemplou as expectativas. Logo em seguida se retiraram.

Os principais temas tratados por cada grupo foram:

- Grupo 1 - Identificaram que a realidade deles possui: violência, agressão, bullying, desrespeito, atendimento médico ruim, pedofilia, sequestro, roubo, racismo, poluição e poucas árvores. Seu desejo é que tenham: respeito, segurança, confiança nas crianças, compreensão, amizade, honestidade, mais médicos (saúde) e mais praças.

- Grupo 2 - A criança tem direito de pensar e falar sem ser manipulada por adultos, querem que haja palestras de conscientização das pessoas sobre violência doméstica, que todas as escolas devem ter direitos iguais.

-,Grupo 3 - patrimônio público, segurança, câmeras (conscientização da comunidade), escolas abertas aos finais de semana (aluno monitor), professor monitor e mais áreas verdes na comunidade

Em seguida organizaram a votação dos delegados conforme manifestação de interesse. Os candidatos chegaram a 7, sendo necessário realizar uma votação para a seleção de 5 delegados.

EIXO 2 – OFICINA DE ADOLESCENTES

A oficina do Eixo 2 formada por adolescentes contou com a presença de 12 delegados adolescentes, 9 observadores (crianças e adolescentes) e 5 observadores (adultos acompanhantes), num total de 21 participantes (13 meninos e 08 meninas).

Não havia facilitador nem oficineiro nesta sala. Um membro da comissão organizadora entregou duas cópias das propostas das Conferências Lúdicas Regionais sistematizadas pela FIPE. Disse que por serem adolescentes não haveria necessidade de um oficineiro para conduzir a discussão e sugeriu que eles entrassem em acordo com relação à metodologia que utilizariam. Orientou quanto à

necessidade de escolherem um relator e um coordenador para realizar a apresentação das propostas na plenária. Assim foram escolhidos dois meninos, um como relator e o outro como coordenador das atividades.

Conforme iam realizando a leitura das propostas das conferências regionais, também iam fazendo comentários sobre as questões sugeridas no texto. Quando falaram sobre a violência policial, um sargento da Polícia Militar presente fez esclarecimentos sobre a ação da polícia. Segundo ele, falta treinamento especializado para que os policiais possam saber qual a maneira correta de abordar crianças e adolescentes. Afirmou que *a polícia só corre atrás do prejuízo, não está preparada para fazer a prevenção nem dialogar*. Ainda completou dizendo que *os policiais que realizam a Ronda Escolar não têm perfil para essa tarefa*. Citou o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) dizendo que contam apenas com um policial para uma média de 50 a 60 escolas. Finalizou sua fala desabafando *fazemos um serviço que não é nosso. Somos assistentes sociais quando separamos brigas de casal, realizamos partos que é serviço da saúde e ainda aconselhamos como se fôssemos psicólogos*.

Entre os temas discutidos nessa oficina destacaram-se: a presença de policiais para esclarecer seu papel nas escolas, a necessidade de mudar a linguagem do ECA e a falta de divulgação das conferências. Uma observadora comentou sobre a necessidade de divulgação dos direitos e observou que nessa conferência municipal deveriam estar participando cerca de 1.200 crianças e adolescentes, mas vieram apenas cerca de 300. Essa questão da falta de divulgação das conferências transpareceu na fala dos adolescentes: *Minha escola pegou os alunos do Grêmio e mandou pra cá*; *Minha escola também não divulgou, perguntou quem queria vir*; *Alguns vêm brincar, muitos nem sabem o que estão fazendo aqui*.

Neste momento, entrou uma comissão de crianças e adolescentes para dar um recado sobre a falta de organização desta conferência e a proposta de se realizar outra Conferência no próximo ano. O Sargento tomou a palavra para dizer que não era possível inventar outra Conferência. Uma das adolescentes respondeu que *não é inventar, teve regiões que não aconteceram as conferências*.

Um representante do CMDCA ali presente, se defendeu alegando que haviam garantido toda a estrutura necessária e que algumas regiões mesmo assim optaram por não realizar a conferência. Uma conselheira tutelar da região do M Boi Mirim - Jardim Ângela, afirmou que apesar das dificuldades iniciais e de um cancelamento, empenharam-se na realização e valeu a pena.

Um observador acompanhante da região do M Boi Mirim, oficineiro do CCA Copacabana falou sobre os interesses de alguns adultos e referindo-se à política afirmou que *ainda há muita gente contra o ECA.*

Foi retomada a leitura do documento das propostas, e no tema sobre violência na família, a proposta de "penas mais rígidas para pais que maltratam crianças" despertou o interesse dos participantes. Logo veio a manifestação contrária de uma adolescente (17 anos, reside em Acolhimento Institucional há vários anos) que disse *Sou contra. Quero que tenha atendimento e acompanhamento, ninguém quer saber nem cuidar da família.* Uma observadora se interessou e afirmou: *Isso é até agora o assunto mais importante que estamos discutindo.* Solicitou que a adolescente esclarecesse ainda mais, inclusive sobre para onde ela iria quando completasse 18 anos. Em resposta a adolescente manifestou seu descontentamento com a rede atual: *se eu tiver trabalho vou pra uma república, mas o pior é que não cuidam de mim nem da minha mãe, não deixam a gente ter contato porque ela é usuária de drogas*.

Preocupado com o horário o relator solicitou que fossem pensadas as propostas e o coordenador colocou em votação os três temas abordados: Segurança e ação policial; Esclarecimentos e divulgação do ECA e Acolhimento Institucional. Decidiram por unanimidade que deixariam a questão da polícia em detrimento da questão do abrigamento por entenderem e acreditarem ser muito mais importante.

O coordenador e o relator se dedicaram a elaborar as propostas e enquanto isso eram passados os nomes dos delegados interessados em participar da Conferência Estadual.

EIXO 3 – OFICINA DE ADOLESCENTES

A oficina do Eixo 3 formada por adolescentes teve a participação de 29 jovens, de 5 adultos observadores e uma digitadora de propostas. A relatora de propostas sentada de frente para o computador não se identificou e por cerca de 10 minutos ninguém assumiu o papel de articulador da oficina.

Depois de algum tempo entrou na sala um representante da organização, distribuiu pastas brancas com material para escrever ou desenhar. Em seguida entrou um sargento da Polícia Militar, fardado, e disse que os próprios adolescentes deveriam fazer a mediação do debate. Duas adolescentes, uma de Sapopemba e outra do M'Boi Mirim - Jardim São Luis, se apresentaram para serem mediadoras

das discussões na oficina. Um dos adultos presentes era uma educadora e se ofereceu para ajudar na condução dos trabalhos, como mediadora.

Primeiramente foi sugerida a divisão em subgrupos, mas os participantes não se motivaram com a ideia. Decidiram ler o documento do CONANDA com explicação de cada eixo. Um dos participantes suscitou o debate acerca dos grêmios estudantis.

A mediadora educadora indagou se na escola deles há grêmio estudantil e poucos respondem positivamente. A adolescente coordenadora da atividade disse que é importante que os alunos se organizem para participar da escola. *O aluno que está no grêmio não pode ser rebelde, debater com o professor. Temos que tirar essa ideia de que o grêmio é só para fazer festa*. *O importante é participar da vida escolar, tem que entrar no grêmio para tentar mudar a escola. Se o adolescente quer entrar no grêmio só para aparecer, ter moral na escola, é melhor que não entre*. Outro jovem comentou que o grêmio não é obrigatório e isso leva à dependência de interesses e motivações individuais dos diretores das escolas. Em suas palavras, *o grêmio não pode ser obrigatório, mas tem de ser promovido, o diretor não pode não querer o grêmio*.

Um observador informou que nos sites da UNE, UBES e UPES existem explicação sobre como montar um grêmio e qual sua importância. Sugeriu que os adolescentes conheçam esses sites para explicar aos colegas e tirar o medo dos diretores. Por volta das 15h10min chegou um oficineiro que não se identificou apenas se sentou à mesa e observou a reunião dos jovens.

Quando a discussão começava a tomar mais corpo, ocorreu uma intensa movimentação na porta da sala. Depois de algum tempo um grupo articulado pelo jovem que mais se destacou na plenária durante a discussão do regimento, entrou na sala e pediu autorização para explicar o que estava acontecendo na conferência. Disse que ocorreu uma reunião e que decidiram passar em todas as salas. Os observadores disseram que não, mas os participantes jovens votaram de forma favorável.

Todos sentaram no chão, em círculo, e o jovem falou que como São Paulo é muito grande é necessário que haja conferências regionais e que em 2010 houve uma formação de jovens, na qual ele e outros dois foram eleitos como representantes. Neste instante a mediadora da oficina disse que estava nessa formação e que eles não foram eleitos. O jovem não respondeu a acusação.

Durante essa discussão, uma representante do CMDCA entrou na sala gritando com o jovem, dizendo que os adolescentes deveriam voltar à discussão anterior e não ficar sob o comando de um grupo. Pediu que o jovem se retirasse da sala, e este disse que foi autorizado pelos presentes a fazer

aquela discussão. Uma adolescente reagiu à atitude da conselheira do CMDCA e muito alteradas, as duas se retiraram da sala.

A mediadora sugeriu que voltassem a discussão sobre os grêmios estudantis, mas uma outra observadora dessa oficina disse que estava se sentindo desrespeitada. Acusando o grupo deste jovem afirmou que eles querem *fazer uma guerra de adolescentes versus adultos*.

Uma professora que conhecia esse jovem intercedeu a seu favor e destacou sobre a seriedade do mesmo e reconheceu que facilitou a entrada dele na sala da oficina. Mostrou-se inconformada, pois segundo ela, o fotógrafo do evento lhe perguntou *por que ela estava querendo tumultuar o evento*. Ela disse que *ele está apenas fotografando as pessoas que são contrárias ao formato da conferência, é como um agente do CMDCA.*

Os demais adultos reagiram dizendo que ela estava atrapalhando a oficina.

O jovem ainda tentou continuar e pediu que avaliassem a ação da conselheira que entrou gritando e desqualificando a discussão que estava ocorrendo. Disse que as conferências regionais foram desmarcadas três vezes. Então uma representante da Cidade Ademar disse que o fórum municipal quer fazer uma conferência em março, mas não há garantia de que o CONDECA reconheça os delegados, por isso, é importante que façam a eleição ali, para tirar os delegados que os representarão na conferência estadual. Assim, a adolescente que estava na coordenação da oficina propôs que a votação dos delegados ocorresse antes da continuidade da discussão. Entre os participantes da oficina, 17 aprovaram essa proposta e 1 reprovou. A adolescente coordenadora da oficina ressaltou que o jovem *está desqualificando todas as regionais em que ocorreram conferências por conta das que não ocorreram*.

O jovem então finalizou e antes de sair da sala disse que *estão articulando uma moção de repúdio e um processo judicial para que a conferência municipal seja anulada. Queremos fazer uma conferência como quisermos e isso só será possível se nos unirmos e expandirmos as informações.*

Após este debate os participantes da oficina deram sequência à eleição dos delegados. Havia poucos interessados, e os que se candidataram tiveram de explicar porque queriam ser representantes, quais suas intenções como delegado na conferência estadual.

Por fim, as articuladoras entregaram as folhas com as propostas do grupo, de acordo com as discussões que ali ocorreram. Ao fim todos os delegados passaram seus dados para a digitadora e voltaram para o auditório.

EIXO 4 – OFICINA DOS ADOLESCENTES.

A oficina do Eixo 4 formada por adolescentes teve 17 participantes (01 menino e 16 meninas), e 06 adultos observadores. O grupo não contou com oficineiro, mas um técnico do CREAS Sé se ofereceu para ser mediador além de um adolescente do próprio grupo que atuou como relator.

O debate teve início com fala de uma adolescente que manifestou o seu descontentamento dizendo que o *primeiro ponto é que nosso direito foi novamente violado, pois não há oficineiro nem ninguém do CMDCA para explicar o Eixo*. Os adolescentes se manifestaram contra as condições precárias de realização das conferências regionais, como ausência de almoço e de transporte. Uma adolescente observadora do Butantã, assim como alguns outros, disseram que as crianças da plenária não estavam compreendendo o que estava escrito no regimento, faltando uma linguagem adequada. Muitas reclamações foram feitas em relação à interferência de adultos nas conferências regionais e na municipal. *Eles têm a conferência deles, porque eles têm que interferir tanto na nossa? O evento seria bem melhor se o Vitor (do CMDCA) observasse mais e falasse menos*. Muitos disseram, entretanto, que o que aconteceu em relação à retirada do coordenador da mesa foi desrespeitoso.

Os participantes avaliaram que faltou divulgação para a realização das conferências e que há necessidade de discussões mais frequentes nas escolas que preparem crianças e adolescentes para 2013. Um adolescente questionou: *se o poder público investir nas redes sociais, rola?* Uma menina respondeu que devem ser os próprios alunos a controlar a divulgação. *Toda escola tem que ter um grêmio, nós temos que impor isso à diretoria*, disse a adolescente. *Diretor só pensa que nós devemos ficar em sala de aula escutando os professores*. *Nós temos direito de expressão*, disse uma menina. Os presentes concordaram que é papel dos grêmios escolares divulgarem a conferência e o ECA. Era posição da maioria que a divulgação do ECA deve ser feita por meio de palestras e de oficinas lúdicas, e não de uma disciplina específica para o estatuto. O mediador informou os adolescentes que a promoção do ECA já foi proposta na conferência de 2009, mas que o problema é que não havia sido cumprida.

Ao serem questionados pelo mediador sobre como estavam os conselhos tutelares da região de cada um, um dos adolescentes respondeu que somente durante a conferência municipal havia descoberto o que era o conselho. *Eu nunca vi o conselho tutelar na escola, a não ser quando eles precisavam sentar numa mesa e pisar num tapete vermelho* disse uma das delegadas. Os adolescentes questionaram: *onde foi parar a verba das conferências regionais não realizadas?*

A eleição de delegados foi feito na própria oficina. Nesse momento um adolescente da comissão central entrou na sala para dar um recado do grupo de trabalho paralelo composto por membros da comissão organizadora e delegados das regiões. Disse que eles decidiram começar a organizar a nova conferência para o início do próximo ano, pois consideram ilegítima a atual conferência. Os jovens dessa oficina se irritaram com a colocação, dizendo que eles é que estavam trabalhando legitimamente no eixo.

Foram eleitos 7 delegados e 7 suplentes para a conferência estadual, respeitando as regiões: Cidade Ademar, Vila Prudente, Jaçanã, M' Boi Mirim, Casa Verde, Cidade Tiradentes e Sapopemba. Após o processo de eleição dos delegados os participantes se dirigiram à plenária final.

EIXOS 4 E 5 – OFICINA DE CRIANÇAS

As oficinas dos Eixos 4 e 5 formadas por crianças foram realizadas em conjunto, totalizando 18 participantes (8 meninos e 10 meninas), além de 4 observadores adultos.

Nesta oficina o facilitador da DRE Ipiranga contou uma história infantil e a partir desta incentivava os participantes a pensarem em propostas para melhorar a situação das crianças. Após o levantamento das propostas foi contada mais uma história. Por fim, os grupos foram divididos de acordo com as duas temáticas da oficina e foi feita a indicação dos delegados. As propostas foram levantadas durante toda a oficina sem a separação entre os eixos 4 e 5. Contudo, para levá-las para a plenária final o próprio facilitador dividiu as propostas deixando metade para um eixo e metade para outro.

Os participantes do Eixo 5 sentiram-se prejudicados com a junção das duas oficinas. Ficaram calados durante a maior parte do tempo e um pouco afastados dos participantes do outro eixo. Uma garota desse grupo reclamou e o facilitador pediu para que todos se aproximassem dizendo que eles já estavam participando. A partir desse momento essas crianças se integraram mais na discussão.

Foram levantadas questões acerca dos transportes para as crianças irem para a escola, sobre a criação de serviços de atendimento à crianças perdidas e desaparecidas, o alcance do trabalho do Conselho Tutelar, o trabalho infantil, o uso de drogas. As crianças discutiram também questões referentes à qualidade da merenda escolar e da higiene dos banheiros, e também dos maus-tratos que sofrem por parte dos adultos.

Na segunda história contada pelo oficineiro uma tartaruga fazia um acordo com uma águia que se esta a levasse para voar ela lhe daria peixes que somente ela conseguia pescar no fundo do mar.

Contudo, após a águia cumprir o acordado a tartaruga esquivou-se de cumprir a sua parte sendo então derrubada pela águia. O oficineiro relacionou esta história com a participação das crianças na plenária, destacando que quando lá estiverem, deviam pensar nos outros. Disse que ali teriam de levar em conta o interesse de todos, que são muito variados e essa é uma tarefa difícil.

As crianças questionaram o porquê do número tão reduzido de delegados crianças em comparação aos adolescentes e solicitaram que esse número fosse aumentado. O facilitador disse que naquele momento só poderia se inscrever um delegado titular e um suplente e caso as crianças estivessem insatisfeitas deviam colocar essa questão na plenária final. Em seguida sentou-se com a com a relatora e organizou o documento que seria apresentado na plenária final.

EIXO 5 –OFICINA DE ADOLESCENTES

A oficina do Eixo 5 formada por adolescentes, teve 35 participantes. A oficineira era da Secretaria Municipal da Saúde e conselheira do CMDCA.

No início cada um teve de se apresentar, dizendo seu nome, idade e a região que estava representando na conferência. Foi possível notar a presença das seguintes regiões: Vila Mariana, Cidade Tiradentes, Jaçanã, Ipiranga, Sé, Vila Prudente, Sapopemba, e Campo Limpo.

Em seguida, a oficineira leu o título do Eixo 5 na tentativa de iniciar um debate. Mas percebendo a dificuldade de compreensão dos participantes propôs que dissessem o que entendiam pelo termo "gestão". Assim, a oficineira organizou três rodadas de falas: os participantes deveriam erguer o braço e se inscrever quando quisessem falar. De modo geral, a participação foi ampla, o sistema de inscrição funcionou bem e todos tiveram a oportunidade de expor sua opinião sobre o assunto.

Os temas debatidos giraram em torno da gestão dos recursos para políticas voltadas à criança e ao adolescente. A oficineira explicou o significado do Sistema de Garantia de Direitos e o modo como o orçamento participativo pode ser gerenciado pela sociedade, lembrando que todos tinham o direito de participar das assembleias que decidiam a distribuição deste orçamento. Este debate serviu como gancho para que fossem explicadas as funções e atribuições dos delegados tirados na Conferência Municipal. Explicou que na Conferência Estadual, os delegados deverão defender os direitos de todo o município e não apenas de seu bairro. Alguns participantes disseram que, por isso, os delegados deveriam ter uma visão ampla da cidade de São Paulo e não ser egoísta pensando apenas nos problemas que os afetavam diretamente.

Continuando no debate, a oficineira lançou a pergunta: *Dinheiro supre todas as necessidades para o bom funcionamento de um Município?*. As respostas foram das mais variadas, tais como: *Ampliação cultural e educacional não depende apenas de dinheiro; Se a ideia é pensar em dinheiro e distribuição de orçamento isso precisa ser feito por faixa etária, pois cada uma precisa de uma necessidade específica, por exemplo, as crianças precisam de parquinho e os adolescentes precisam de centros profissionalizantes; Acho que uma boa forma de melhorar a educação é criar ouvidorias para escutar os problemas dos alunos, isso não depende de dinheiro, pode até ser realizado com voluntários ou com os próprios pais; Precisa ter grêmios estudantis; na minha escola já existe, mas ele não é escutado pela direção. Acho que é difícil um município grande como São Paulo distribuir a renda de maneira adequada (...) é preciso criar uma secretaria que divida esse orçamento entre educação, saúde, controle de drogas.*

A oficineira continuou falando sobre a descentralização do orçamento e sobre a diferença entre as esferas federal, estadual e municipal: *o orçamento participativo deve ser feito nas escolas, na Delegacia Regional de Educação até Junho de 2012, indo depois para a Câmara Municipal onde teremos a votação do orçamento e que sempre há cortes. Por isso, é preciso exigir mais do que imaginamos possível, pois sempre cortarão muito*.

Neste momento ocorreu uma pausa no debate para um recado do grupo de jovens que estavam questionando a legitimidade da conferência: *Viemos avisar que conseguimos nos reunir com a maioria das regiões e conversamos sobre o tumulto que ocorreu durante todo o ano. Não vamos deixar que esse tumulto atrapalhe nossos direitos: vocês estão aqui para fazer as propostas e tirar delegados. Lembramos que numa Conferência Lúdica não é obrigatório ter um Regimento Interno aprovado, pois isto é só para a Convencional. Por tudo isso, decidimos tirar uma delegação hoje para organizar outra conferência no início do próximo ano.*

Após o recado, o debate continuou e mais pontos foram levantados, tais como: *Porque o país não tem dinheiro para investir em educação e saúde, mas tem para sediar uma Copa do Mundo de futebol; Porque há escolas fechando por falta de alunos e outras com mais de cinquenta alunos por sala; Os jovens precisam aprender que eles podem e devem controlar os órgãos públicos e, acima de tudo fiscalizá-los; inclusive o CMDCA e o Conselho Tutelar.*

Por fim, a oficineira deixou o recado de que agora os participantes tinham conhecimento suficientes para correr atrás dos direitos garantidos pelo ECA e pela Constituição. Não houve a elaboração de

propostas durante a oficina, o debate foi sistematizado em sete pontos pela relatora responsável pela digitação.

Havia 8 candidatos a delegados para 7 vagas. Decidiu-se que aquele que tivesse participado de Conferências nos anos anteriores daria oportunidade aos que nunca tinham participado.

1.4 – PLENÁRIA

A plenária final foi bastante tumultuada, as crianças e adolescentes estavam irrequietos, falando alto ao mesmo tempo, o que prejudicou a apresentação dos trabalhos elaborados nas oficinas. Quase todas as oficinas realizaram a leitura de suas propostas e os delegados foram aclamados, porém com uma plenária completamente esvaziada e dispersa devido ao horário de saída do transporte das delegações para o retorno às respectivas regiões.

No início da plenária foi retomada a aprovação do Regimento Interno, pois não havia sido votado o destaque do Artigo 14, que propunha a alteração do texto para incluir que as moções deveriam ser lidas na plenária. Feita a votação, a plenária aprovou a alteração e o Regimento Interno foi aprovado.

Em seguida teve início a apresentação das propostas elaboradas nas oficinas, seguindo a ordem crescente dos eixos. A sequência de apresentação foi: Eixo 1 -adolescentes, Eixo 1 - crianças, Eixo 2 - adolescentes, Eixo 3 – adolescentes, Eixo 4 - adolescentes, Eixos 4 e 5 - crianças e Eixo 5 - adolescentes.

As propostas da oficina de crianças dos Eixos 2 e 3, não foram apresentadas por terem sido extraviadas. Essas propostas foram recuperadas ao final, a partir das anotações dos relatores da FIPE. Não houve tempo para serem lidas em plenária e, portanto, não foram referendadas. A oficina de crianças que trabalhou com os Eixos 4 e 5 não estabeleceu separação das propostas por cada eixo. Como não havia sido definida a representação do grupo para a plenária final, um delegado e um suplente do grupo se apresentaram e leram somente uma parte das propostas, conforme definição do oficineiro. As propostas lidas foram referendadas por palmas da plenária.

Os adolescentes da oficina que tratou do Eixo 1 não tinham conhecimento que deveriam escolher um representante para ler as propostas na plenária. Mas se organizaram rapidamente e escolheram uma adolescente do Butantã. Em sua fala, essa jovem destacou que *tivemos problemas na organização da oficina, porém todos concordaram que seria impossível escolher quais propostas*

eram mais importantes na área da educação e da assistência a deficientes físicos, desta forma mantivemos todas as propostas. As propostas não foram lidas na íntegra, mas foram aprovadas por aclamação.

As propostas dos demais grupos foram lidas e aprovadas sem qualquer alteração.

Em seguida os delegados eleitos foram chamados ao palco para a aprovação da plenária. Dois delegados escolhidos na oficina dos Eixos 4 e 5 de crianças foram apresentados na plenária como suplentes, porque não preencheram a ficha cadastral que comprovava sua eleição.

Foi realizada a leitura de uma moção de repúdio ao conselheiro do CMDCA que coordenou a mesa durante parte da Conferência. A principal crítica foi a maneira de condução da abertura e discussão do regimento interno, não dando espaço para a manifestação das crianças e adolescentes.

Ao final a plenária encontrava-se bem esvaziada, sendo que muitas regiões já haviam se retirado. O encerramento ocorreu às 18h10min, após a leitura do nome de todos delegados eleitos.

1.5 – PROPOSTAS APROVADAS NA CONFERÊNCIA MUNICIPAL POR EIXO TEMÁTICO

➢ EIXO I – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

- Acompanhamento do médico juntamente com os agentes de saúde até as residências da comunidade.
- Construção de postos de saúde em lugares acessíveis e reforma de postos já existentes com a provisão de todos os equipamentos necessários e com profissionais qualificados de todas as especialidades. Ampliar o sistema de Ambulância (SAMU) e do horário de funcionamento dos postos de saúde. Os postos devem promover ações de conscientização e prevenção com a população atendida e do entorno e devem ter dentistas que atendam também crianças e adolescentes com DI (Deficiência Intelectual).
- Programa de divulgação nas escolas e instituições da região que atendem crianças e adolescentes, informando quanto aos serviços de saúde, principalmente os menos conhecidos que são o CAPS álcool e drogas e o COE, clinica odontológica e clínica especializada em atendimento oftalmológico.
- Mais hospitais para ampliação de leitos e médicos especializados em adolescentes, além de equipamentos, materiais, medicamentos e profissionais capacitados especializados em condições

adequadas para o atendimento do paciente. Mais CAPS, UBS e unidades móveis. Ampliar os postos de saúde em, no mínimo 02 por bairro.

- Criar grupos com palestras e informações para adolescentes e jovens em escolas e ONGs, hospitais etc., com temas sobre DST e prevenção. Dar auxílio às adolescentes grávidas e palestras sobre orientação sexual com distribuição de camisinhas.
- Toda escola deve ter biblioteca, salas de computação com acesso à internet, laboratório de ciências para aula prática, material didático, brinquedoteca, merenda de qualidade, atividades extracurriculares e atividades externas. Maior facilidade de acesso a cursos de idiomas. Incluir como matéria o conteúdo de educação sexual nas escolas.
- Melhor aproveitamento do espaço da escola, melhorar as estruturas, reformando os prédios com garantia de acesso para crianças com deficiência, aumentando o quadro de funcionários e fazendo com que a escola seja um lugar aconchegante e acolhedor com espaços para palestras a respeito de DST, drogas entre outros. Deve também promover ações de conscientização quanto ao uso de material reciclável e quanto às questões de bullying.
- Criar mais projetos socioeducativos para crianças e adolescentes. Aula de música nas escolas e que as aulas sejam mais diferenciadas, divertidas e produtivas.
- Maior acessibilidade para deficientes e cadeirantes nas escolas, com faixas de sinalização rampas e elevadores.
- Que o projeto de contra turno (integral) se torne uma política pública sem quebra por conta do Edital e ampliá-lo para outras escolas. Mais escolas em tempo integral.
- Qualidade na educação: acompanhamento da família, menor número de alunos em sala de aula, aulas diferentes e interessantes, melhor qualificação e valorização dos professores com melhores salários e aprimoramento psicológico dos professores.
- Mais cursos pré-vestibulares gratuitos.
- Que exista reprovação com critérios nos cursos regulares e apostilas de todas as matérias nas escolas públicas. Mais professores por sala de aula e mais professores eventuais para os alunos não ficarem sem aula e garantir reforço escolar para as crianças e adolescentes de acordo com a demanda apresentada.
- Ampliar o transporte para todos os alunos abaixo de 14 anos e criar mais vagas nas escolas EJA e CIEJA e colocar um representante dos alunos em cada escola para falar o que está faltando.
- Fortalecer a rede de ensino no tocante a oficinas e palestras sobre a gravidez na adolescência.

- Inserção da matéria de informática na grade, com professores e provas e criação de mais telecentros.
- Garantir segurança física a todas as crianças, adolescentes, professores e demais profissionais da escola.

➢ EIXO II – PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS

- Respeito.
- Confiança nas crianças.
- Compreensão.
- Amizade.
- Honestidade.
- Mais médicos (saúde).
- Mais praças.
- Segurança e ação policial.
- Esclarecimentos e divulgação do ECA.
- Acolhimento Institucional.

➢ EIXO III – PROTAGONISMO E PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

- Que as crianças e adolescentes tenham o direito de expor sua opinião e sentimentos e que tenham oportunidade de expressar suas ideias.
- Ações de divulgação dos Direitos das Crianças e Adolescentes que visem uma maior participação das crianças e adolescentes nos fóruns.
- Ações informativas para a divulgação do que é e como funciona o grêmio estudantil, ações de articulação do grêmio estudantil junto as uniões de estudantes e diretrizes e normativas que visem a implementação do grêmio em todas as escolas.
- A criança tem direito de pensar e falar sem ser manipulada por adultos.
- Realizar palestras de conscientização das pessoas sobre violência doméstica.
- Todas as escolas devem ter direitos iguais. Exemplo: Se uma escola tem piscina, a outra pública tem direito de ter, já que são direitos iguais.
- Patrimônio Público.
- Câmeras (conscientização da comunidade).
- Escolas abertas aos finais de semana (aluno monitor).
- Professor monitor.
- Mais áreas verdes na comunidade.

- Segurança.
- Maior autonomia na participação e condução da conferência.
- A prejudicial participação nas discussões pelos adultos na conferência lúdica.
- A ausência de experiências práticas e capacitação sobre a conferência e o ECA nas escolas.
- Mais espaços de participação e conscientização (ex.: Grêmios estudantis, Fórum DCA, etc.).
- Falta de conhecimento e diversificação de estratégias políticas de manifestação de contradição e descontentamento.

➢ EIXO IV – CONTROLE SOCIAL DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS

- Palestras de incentivo e divulgação do ECA nas escolas de maneira lúdica, isto é, com uma linguagem adequada a crianças e adolescentes.
- Garantir a realização dos processos preparatórios para as próximas conferências.
- Assegurar o transporte escolar para crianças e adolescentes da zona rural.
- Que seja garantida a contratação de assistentes sociais em todas as escolas para atendimento as crianças e adolescentes.
- Criar centro de atendimento para crianças desaparecidas e perdidas.
- Que os trabalhos do conselho tutelar sejam garantidos na zona rural.
- Fiscalizar a exploração do trabalho infantil.
- Ampliação do programa da erradicação do trabalho infantil - PETI, para todas as famílias especialmente as que colocam as crianças nos faróis.
- Ampliação dos programas socioeducativos de atendimento às crianças e aos adolescentes (CCA / ECJ)
- Que sejam atendidas as deliberações do CONANDA, para criação de um conselho tutelar a cada 200 mil habitantes (ex. na região do Ipiranga são mais de 500 mil para um conselho só)
- Ampliação das escolas para período integral. Com mais atividades artísticas, culturais e esportivas.
- Fim da aprovação automática nas escolas publicas.
- Que os serviços de saúde disponibilizem e garantam o atendimento aos adolescentes com médicos especialistas (hebiatras).
- Garantir que as escolas mantenham programas de atendimento artístico, cultural, esportivo e social nos finais de semanas (família na escola).
- Que em todos os órgãos, principalmente nas escolas seja garantido tratamento com igualdade e dignidade às crianças e aos adolescentes.

➤ EIXO V – GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

- Que os programas de prevenção ao uso das drogas sejam ampliados.
- Maior apoio dos órgãos públicos para ampliação dos programas de tratamento de usuários de drogas já existentes.
- Ampliação, nas comunidades, da rede de atendimento dos programas de reabilitação e tratamento de usuários de drogas.
- Que seja garantida a contratação de psicólogos em todas as escolas para atendimento às crianças e adolescentes.
- Que no orçamento municipal seja garantida a prioridade absoluta dos recursos direcionados as áreas de atendimento da criança e adolescente.
- Que seja garantido um percentual do orçamento municipal, estadual e federal para uso e destinação exclusiva na área de atendimento da criança e adolescente.
- Criação dos conselhos gestores em todas as instituições e órgãos de atendimento da criança e adolescente.
- Criação de um programa de higienização nos banheiros escolares.
- Que o programa de alimentação escolar seja garantido com qualidade dos alimentos tanto nos produtos, quanto no preparo.
- Ampliação do policiamento nas redondezas e nos entorno das escolas.
- Que os cuidadores e babás tratem as crianças com respeito.
- Ampliação da rede de república jovem.
- Que sejam garantidos os atendimentos no CRECAS.
- Orçamento, planejamentos, olhar a região, as instituições e para quem deve fazer.
- Infraestrutura e qualidade de saúde de vida, possibilidade de crescer com qualidade. Ter prédios e profissionais de qualidade para o atendimento.
- Que a sociedade civil esteja mais presente nos espaços de controle social; podemos melhorar tendo: ouvidoria nas escolas, diálogo e vigilância dos conselhos tutelares e criação de rede entre os setores.

2 - CONFERÊNCIA MUNICIPAL CONVENCIONAL

INTRODUÇÃO

No dia 01 de Dezembro de 2011, no Grande Auditório do Anhembi, teve início a IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo. O primeiro dia de evento iniciou-se às 11hs com a composição da mesa solene, leitura e aprovação do Regimento Interno, quando ficou decidido em plenária que os trabalhos das oficinas seriam realizados no dia posterior. Havia 136 participantes, sendo 100 delegados, 31 observadores e 5 convidados.

No dia 2 de dezembro às 10hs:30min, os participantes reunidos no auditório, foram divididos em 5 grupos para a realização das oficinas, com o objetivo de conferir as propostas de 2009 e formular novas, tendo como referência os eixos do CONANDA.

Após o almoço, às 14hs:20min foi iniciada a Plenária final quando foram apresentadas e aprovadas as propostas produzidas pelos grupos nas oficinas. Em seguida foram encaminhadas e votadas moções pela plenária e escolhidos os delegados que participarão da Conferência estadual. A Conferência foi encerrada às 18hs:45min.

2.1 - ABERTURA

A solenidade de abertura contou com a presença de representantes do CONANDA, do CONDECA e do CMDCA. Antes do início das falas, já com a mesa composta, entoou-se o Hino Nacional. Após o almoço, às 13h30min, iniciou-se a leitura do Regimento Interno.

• Composição da mesa

Compuseram a mesa: Adriano de Brito, representante do CONANDA, Edson Santana, representante do CONDECA e Vitor Benez Begler, representante do CMDCA.

O representante do CONANDA inaugurou os trabalhos destacando a importância da Conferência Municipal como um desdobramento do texto constitucional de 1988, citando o artigo 227:

> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de

> toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Ressaltou também a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente e de um trabalho de *sensibilização da sociedade brasileira sobre essas leis que devem ser cumpridas*. Problematizou a questão do trabalho infantil ao afirmar que *quando uma criança de classe média trabalha, é um absurdo. Quando uma criança pobre trabalha, é bom para que ela não siga um caminho errado*. Sobre o processo de defesa dos direitos das crianças e adolescentes, citou o autor uruguaio Eduardo Galeano: "A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar". Destacou a importância do tema da presente conferência, "Mobilizar, Implementar e Monitorar", citando o protagonismo das crianças e dos adolescentes como algo que deve ser bastante incentivado. Afirmou que *não devemos fazer as conferências para as crianças e adolescentes, mas com eles, garantindo trabalhos sem vínculos partidários como prevê o ECA*. Encerrou sua fala citando o autor Thiago de Melo: "Não tenho um caminho novo. O que tenho de novo é um jeito de caminhar".

Em seguida falou o representante do CONDECA. Cumprimentou a mesa e ressaltou que apesar de poucas pessoas estarem presente na Conferência, o importante era a qualidade das que compareceram e encerrou suas considerações.

Por fim, foi dada a palavra ao representante do CMDCA. Em nome da Comissão Central de Organização das Conferências, esclareceu que houve um erro de informação quando foi dito que a Conferência Convencional se iniciaria no período da tarde e que, por isso, muitos delegados só chegariam após as 13 horas. Defendeu que o processo de Conferência Lúdica *extrapolou todas as expectativas* com a presença de mais de 200 delegados, sendo eleitos 40 representantes adolescentes e 4 crianças para a Conferência Estadual. Lembrou que no final da Conferência Lúdica as propostas foram lidas e aprovadas e os delegados foram referendados, destacando que os jovens conseguiram se organizar e encerrar a conferência. Argumentou que há duas semanas foram iniciados os trabalhos na Comissão Central de Organização das Conferências e que, apesar de todas as dificuldades, foi possível chegar até aquele ponto. Sobre o processo de conferências, sustentou que vale uma reflexão: na cidade de São Paulo mais de 75% das regiões foram contempladas com

conferências, defendendo a legitimidade do processo. Encerrou agradecendo ao CONANDA e CONDECA.

2.2 - REGIMENTO INTERNO

Antes de iniciar a leitura do Regimento Interno foi colocada pela plenária a ausência dos delegados que tinham sido notificados sobre o início dos trabalhos na parte da tarde e que, por isso, não deveria ser iniciada a leitura do Regimento Interno a fim de garantir a participação de todos. A proposta foi colocada em votação e, por 17 votos a 13, decidiu-se interromper os trabalhos até as 13:30.

O representante do CMDCA, Vitor Benez Begler, coordenou a leitura do Regimento Interno, alertando que todos que desejassem fazer destaques deveriam se inscrever e após o término da leitura, teriam direito a fala. Foram realizados os seguintes destaques:

> Artigo 4º, inciso III:
>
> Foi aprovada a alteração do texto, incluindo no inciso III o trecho **"organizações da sociedade civil"** no leque de convidados pelo CMDCA para participar da conferência.
>
> Artigo 5º (caput):
>
> Aprovadas a alteração do termo **"ampla"** para o termo **"aberta"**. Inclusão de **"crianças**" na última linha do caput: "Sendo que sua participação será **aberta** a todas as **crianças e adolescentes** da cidade."
>
> Artigo 7º (caput)
>
> Aprovada a alteração para **"10%"** de assinaturas dos delegados para as moções serem submetidas à deliberação na plenária final, considerando que o texto original previa a assinatura de 20 delegados.
>
> Artigo 8º (caput)
>
> Aprovada a correção do texto incluindo os termos **"Municipal" e "Estadual": "O critério para escolha de delegadas (os) que a Conferência Municipal terá para a IX Conferência Estadual (...)"**

Aprovada também a alteração da composição dos delegados para a participação da Conferência Estadual, consolidando-se a seguinte formação:

1) 38 delegados regionais: 26 de cada distrito da cidade somados à 4 delegados da Zona Leste, 4 delegados da Zona Sul, 2 delegados da Zona Oeste e 2 delegados da Zona Norte.
2) 4 (quatro) conselheiros de direito do CMDCA
3) 7 (sete) representantes do Conselho tutelar
4) 6 (seis) representantes do Poder Público
5) 10 convidados (5 para observadores e 5 para o CMDCA)

CAPÍTULO IV

Alteração no título do Capítulo IV, suprimindo o termo **"Lúdica"** da redação.

Artigo 10º (caput)

Aprovada a correção da data para "**01 de dezembro de 2011**"; Aprovada a alteração do horário de término do credenciamento para às "**16 horas**"

Artigo 13º

Foi aprovada a alteração da programação da conferência, para:
01 DE DEZEMBRO DE 2011 (quinta-feira)
11:00 – Recepção, credenciamento e entrega de pastas
11:30 – Abertura – Composição da mesa
12:30 – Almoço
13:30 – Leitura e Aprovação do Regimento Interno
16:30 – Encerramento e Lanche da tarde
02 DE DEZEMBRO DE 2011 (sexta-feira)
08:30 às 09:30 – Café da manhã
09:30 às 12:30 – Grupos de trabalho
12:30 – Almoço
13:30 – Retorno para a apresentação de propostas e delegados
17:00 – Leitura de moções
Artigo 14º (caput)

Aprovada a alteração da proporção de signatários das moções de **"30%"** para **"10%".**

O Regimento Interno aprovado com as devidas alterações é o que segue:

REGIMENTO INTERNO DA IX CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CAPÍTULO I – Da Realização e da Coordenação da IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo

Artigo 1º A IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São Paulo, resumidamente de IX Conferência, será realizada no dia 01 das 11:00 às 16:00 horas e 02 de dezembro de 2011, das 8h30min às 11:30, no Palácio de Convenções do Anhembi Avenida Olavo Fontoura, nº1209 – São Paulo – SP.

Artigo 2º - O tema da IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade de São Paulo é "Mobilizando, Implementando e Monitorando a política e o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes no Estado de São Paulo.

Artigo 3º - São organizadores da IX Conferência Municipal, a Comissão Central de Organização do CMDCA e o CMDCA/SP que deverá garantir:

I – Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos dos grupos, bem como o da Plenária soberana;

II – A infraestrutura para a realização plena da IX Conferência Municipal.

Artigo 4º - São participantes da IX Conferência:

I – Adultos a partir dos 18 anos de idade, eleitos delegados pelas Conferências Regionais Convencionais;

II – A Comissão Central de Organização do CMDCA;

III – Convidadas (os) pela Comissão Central Organizadora do CMDCA;

a) Prefeito, Secretárias (os) Municipais, Subprefeitos (as), Juízas (es) das Varas da Infância e da Juventude, Promotoras (es) e da Infância e da Juventude do Ministério Público, Delegados de Polícia, Guarda Civil Metropolitana, Parlamentares, Universidades, Institutos de Estudo e Pesquisa na área da infância e juventude, Órgãos e organismos nacionais e internacionais, organizações da sociedade civil e Imprensa.

CAPÍTULO II – Da Conferência, Deliberações e Moções

Artigo 5º - A IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, convocada pelo CMDCA São Paulo, é um espaço de construção e deliberação das diretrizes da política pública para a infância e adolescência, observando o tema da conferência. Sendo que sua participação será aberta a todas as crianças e adolescentes da cidade.

Artigo 6º - A IX Conferência terá como órgão deliberativo e soberano sua Plenária, que decidirá por casos de mudança deste Regimento Interno, das diretrizes adotadas como propostas pelos grupos temáticos e/ou oficinas, moções e casos que a Comissão Central decidir como decisão autônoma da Plenária Final.

Artigo 7º - As moções apresentadas à Comissão Central de Organização deverão ser subscritas por no mínimo 10% de delegados da IX Conferência municipal para serem submetidas à deliberação da Plenária Final.

CAPÍTULO III – Da (os) Delegadas(os)

Artigo 8º - O critério para escolha de delegadas (os) que a Conferência Municipal terá para a IX Conferência Estadual, seguirá a seguinte normativa:

1. 38 delegados regionais: 26 de cada distrito da cidade somados à 4 delegados da Zona Leste, 4 delegados da Zona Sul, 2 delegados da Zona Oeste e 2 delegados da Zona Norte.
2. 4 (quatro) conselheiros de direito do CMDCA
3. 7 (sete) representantes do Conselho tutelar
4. 6 (seis) representantes do Poder Público
5. 10 convidados (5 para observadores e 5 para o CMDCA)

CAPÍTULO IV– Da Escolha dos Delgados para a Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

Artigo 9º - As (os) delegadas (os) da IX Conferência Municipal elegerão 100 delegados(os) e 10 convidadas (os) por meio de mini-plenárias regionais, para a Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

1§ - Terão que ser eleitas (os) suplentes em número igual as (aos) delegadas (os).

CAPÍTULO V – Do Credenciamento

Artigo 10º - O credenciamento das (os) delegadas (os) deverá ser realizado até as 16hs do dia 01 de Dezembro de 2011.

Parágrafo Único – As (os) observadores e as (os) convidadas (os) poderão se credenciar durante todo o período de realização da IX Conferência.

CAPÍTULO VI – Dos Objetivos

Artigo 11º - É objetivo geral: deliberar sobre a construção da diretriz da política e do plano decenal de defesa aos direitos da criança e do adolescente. Bem como emitir parecer, depois de conferir, sobre as medidas tomadas pela Prefeitura Municipal diante do que foi deliberado na IX Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Artigo 12º - São objetivos específicos:

I. Fortalecer a relação entre Governo e a sociedade civil para uma maior efetividade na formulação, execução e controle da política para a criança e adolescente.

II. Definir eixos e estratégias que promovam a devida execução do Estatuto da Criança e do Adolescente, em consonância com o tema desta conferência;

III. Promover, qualificar e garantir a participação de adolescentes na formulação e no controle das políticas públicas.

CAPÍTULO VII – Da Programação

Artigo 13º - A IX Conferência Municipal terá a seguinte programação:

IX CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PROGRAMAÇÃO
01 DE DEZEMBRO DE 2011 (quinta-feira)
11:00 – Recepção, credenciamento e entrega de pastas
11:30 – Abertura – Composição da mesa
12:30 – Almoço
13:30 – Leitura e Aprovação do Regimento Interno
16:30 – Encerramento e Lanche da tarde

02 DE DEZEMBRO DE 2011 (sexta-feira)

08:30 às 09:30 – Café da manhã

09:30 às 12:30 – Grupos de trabalho

12:30 – Almoço

13:30 – Retorno para a apresentação de propostas e delegados

17:00 – Leitura de moções

CAPÍTULO VIII – Das conclusões da IX Conferência Municipal

Artigo 14º - O CMDCA/SP encaminhará para o CONDECA/SP o relatório Final com as conclusões da IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da cidade de São Paulo, a lista de participantes e a ficha das (os) delegadas (os) eleitas (os), dentro do prazo previsto em sua deliberação.

As moções tiradas na IX Conferência Municipal que tiverem 10% das assinaturas dos delegados serão encaminhadas para aprovação da plenária final.

CAPÍTULO IX – Das disposições finais

Artigo 15º - Os casos não previstos neste Regimento Interno o encaminhados para a Comissão Central de Organização das Conferências, que tomará as devidas alterações em acordo com a Plenária da IX Conferência Municipal.

DIA 02/12

Conforme estabelecido no dia anterior, o segundo dia da Conferência Municipal - Convencional começaria com os trabalhos em grupo pela manhã. Às 10hs:30min, os participantes reunidos no auditório, foram divididos em 5 grupos para a realização das oficinas, com o objetivo de conferir as propostas de 2009 e formular novas, tendo como referência os eixos do CONANDA. Foi sugerido que os participantes das regiões se distribuíssem pelos diferentes eixos, de modo a garantir representação em cada um deles. Os grupos se reuniriam das 10h30 às 12h30, o almoço seria das 12h30 às 13h30, quando retornariam ao auditório para dar continuidade aos trabalhos.

2.3 - OFICINAS

EIXO 1 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O grupo era composto por 11 mulheres e 2 homens. Como não foi definida uma metodologia para os trabalhos nem oficineiros, um conselheiro de direito do CMDCA, passou a coordenar os trabalhos. Os anais das Conferências de 2009 não estavam disponíveis e não havia cópias suficientes da síntese das propostas regionais de 2011 para que o grupo pudesse realizar a discussão. O coordenador saiu em busca dos documentos e o grupo ficou aguardando seu retorno para início dos trabalhos. Com o atraso da discussão, que começou às 11h20, o coordenador sugeriu que a reunião se estendesse até às 14hs (com intervalo para o almoço). A sugestão foi aceita pelo grupo que escolheu uma relatora e um expositor.

Para o Ato de Conferir, o coordenador sugeriu que fossem lidas todas as propostas de 2009 e que os representantes de cada área avaliassem se elas foram cumpridas ou não. Os participantes consideraram que nenhuma proposta de 2009 foi executada.

Propostas de 2009:

• Ampliar o orçamento destinado à cultura, esporte, lazer, de 0,5 para 5% e destinar 1% para execução de projetos que visam a efetivação dos direitos da criança e do adolescente em regiões de alta vulnerabilidade social. Criar áreas de lazer, cultura e esporte com implantação de centros culturais, casas de cultura, parques aquáticos, clube - escola e garantir o pleno funcionamento dos equipamentos já existentes no município.

• Garantir a qualidade da educação construindo novas escolas para reduzir o número de alunos por sala de aula e assegurar vagas para toda demanda. Instituir equipes multidisciplinares nas escolas (psicólogos, assistentes sociais e psicopedagogos) garantindo a capacitação continuada de professores e demais agentes educacionais, no que se refere ao conhecimento dos direitos das crianças e adolescentes e do seu processo de desenvolvimento. Ampliar o conhecimento dos educadores sobre o mercado de trabalho, a realidade brasileira, alunos com necessidades especiais, trabalhos com jovens que cumprem medidas sócio educativas, novas metodologias de ensino e aprendizagem e utilização dos meios de comunicação como fonte educadora. Tudo de acordo com os artigos 4º, 7º e 54 do ECA. Equiparação salarial (creches diretas e conveniadas). Fornecer formação continuada aos educadores conveniados.

• Fortalecimento e implementação efetiva do Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando em todos os níveis de atenção, trabalhadores com capacitação permanente na atenção à saúde da criança e do adolescente. Ampliação dos serviços de prevenção e promoção da saúde da saúde da criança e dos adolescentes com deficiência física e mental e a dependentes químicos. Criação de mais centros de referência da saúde da criança e do adolescente e ampliação do quadro de profissionais especializados em crianças e adolescentes, através de concursos públicos; maior valorização dos trabalhadores da saúde a fim de garantir a qualidade no atendimento. Efetivação da educação em saúde entendendo saúde não apenas como combate a doença, mas como lazer, educação, habitação, transporte, saneamento básico, cultura, esporte alimentação, entre outros, que garantam cidadania plena à criança ao adolescente em sua dignidade humana, conforme preconiza o SUS.

• Implementação de políticas públicas nas regiões de moradia de crianças e adolescentes com as mais diversas deficiências, visando garantir sua inclusão social, sem qualquer forma de preconceito ou discriminação e assegurar a capacitação dos profissionais da rede pública para atendê-los.

• Promover e articular as ações entre todas as secretarias para garantir o sistema de direitos da criança e do adolescente. Capacitar profissionais da rede sócio assistencial para atendimento das diversidades sexuais, bem como criar centros de referência e de apoio.

O grupo passou a discutir as dificuldades e os desafios para a implementação de tais propostas. Destacaram:

• Dificuldades: Ausência do poder público (legislativo, executivo e judiciário) nas conferências para prestar contas de suas ações e levar as novas propostas para execução. Descrédito da sociedade civil pela não efetivação das propostas sobre a importância da realização das Conferências.

• Desafios: que o CMDCA possa realizar juntamente com as demais secretarias uma prestação de contas das conferências até a realização da Conferência Estadual, através de audiência pública. Acompanhamento e monitoramento das propostas referendadas nas conferências através da Comissão Permanente das Conferências e comissões regionais de monitoramento das mesmas.

Foi colocado que o fato das conferências ocorrerem a cada dois anos, não permite saber se elas interferem ou não nos encaminhamentos realizados pelo poder público. Foi questionado se o Poder Público se apropria do que é decidido nas conferências ou se realiza ações independentemente do que é deliberado nelas. Não havia como responder a esta pergunta já que os interlocutores do poder

público não estavam presentes. Afirmou-se também que deve haver uma prestação de contas financeira e política, para que além de mostrar as contas se expliquem os direcionamentos e escolhas do CMDCA, por exemplo. Foi questionado ainda como penalizar e responsabilizar o Estado pelas propostas feitas, aprovadas e não executadas.

Algumas falas: *Se não houve nenhuma mudança está na hora do Poder Público se manifestar e dizer o que foi feito ou não. Que sentido faz se não tem o governo para dar satisfação e isso vira um evento e não uma conferência? As pessoas participam, aplaudem, mas não tem como verificar as demandas por ausência do Poder Público.*

Em seguida, o grupo fez a leitura do documento síntese das propostas tiradas nas Conferências Regionais de 2011. Foram criticadas algumas propostas que eram mais descrições metodológicas do que propostas propriamente ditas. Foi estabelecido que no texto da proposta não deveria conter metodologia de ação, mas sim a proposição de uma ação.

O grupo formulou 7 propostas, todas com participação ativa dos integrantes. Após sua formulação, o grupo saiu para almoço às 13h. Às 13h30 voltaram para discutir formas de implementação, mobilização, monitoramento e prazos de cada proposta.

As propostas foram apresentadas na Plenária.

EIXO 2 – PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS

Estavam presentes no grupo 29 pessoas, sendo 18 mulheres e 11 homens. Um assistente social, recém eleito Conselheiro Tutelar, iniciou os trabalhos atuando como coordenador. Pediu que todos se apresentassem (nome, formação, atuação e histórico de participação nas conferências). Após a rodada de apresentação explicou que já havia sido solicitado o documento com os anais da conferência de 2009, mas que esse material ainda não havia chegado e que tinha à disposição apenas a sistematização por eixos das conferências das regionais de 2011 elaborada pela FIPE. Informou que não havia uma metodologia pré-estabelecida e questionou o grupo sobre como organizar os trabalhos, quantas propostas deveriam elaborar, etc. Duas pessoas se prontificam para relatar a discussão.

O coordenador distribuiu as propostas sistematizadas das conferências regionais de 2011 do eixo 2 que começaram a ser lidas. Os participantes foram fazendo os destaques para discussão posterior.

Durante a leitura chegaram os anais da conferência de 2009. O coordenador pediu a palavra e disse: *que fique bem claro que o material atrasou ... e que a organização tem que ser responsabilizada.* Foi feito um encaminhamento sugerindo que se passasse para a discussão dos anais de 2009, mas trabalhando especificamente os itens "avanços e dificuldades". A estratégia foi aprovada por todos.

A grande maioria das propostas foi avaliada como "não cumprida".

Propostas de 2009

• Publicar e implementar o Plano Municipal de Enfrentamento à violência , ao tráfico de drogas, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, sob responsabilidade do Poder Público e com participação da sociedade, tendo como foco o fortalecimento da família, através da articulação de políticas públicas e trabalho intersecretarial, com a garantia da proteção integral à criança e ao adolescente preconizada pelo ECA.

• Rever a política da Fundação Casa por meio da criação do Plano Estadual de Atendimento socioeducativo, conforme diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), contemplando os seguintes tópicos: renovação e ampliação dos recursos humanos; capacitação profissional continuada; reformulação de estrutura física e revisão do sistema.

• Criar um centro psicossocial especializado em cada subprefeitura para acompanhamento e atendimento terapêutico especializado em crianças, adolescentes e famílias em situação de alta e altíssima vulnerabilidade social, com uma equipe multiprofissional de no mínimo: 1 coordenador, 2 psiquiatras, 4 psicólogos, 4 psicopedagogos, 4 assistentes sociais, 4 enfermeiros, 4 educadores sociais.

• Efetivação e ampliação de políticas públicas de caráter preventivo já existentes, de desintoxicação (clínica ou comunidade terapêutica) e centros de apoio psicossocial por bairro, com profissionais capacitados, em consonância com o artigo 101, inciso V e VI do ECA.

• Inserir no planejamento escolar o tema orientação sexual em salas de aula, e fazer campanhas de conscientização da população quanto à forma de fazer denúncia, com o intuito de garantir a redução do numero de crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual.

• Efetivar políticas públicas voltadas para as famílias em situação de risco social, com garantia dos direitos fundamentais; capacitação e acompanhamento para a formação profissional com garantia de renda para os adultos e inserção no mercado de trabalho formal. Abertura de espaço público, com

profissionais capacitados (mediador de conflitos, psicólogos) e aptos a trabalhar com as famílias as questões de políticas públicas e o ECA. Esses profissionais podem ser bolsistas ou estagiários que participam do programa Escola da Família e de serviços voluntários.

• Garantir o atendimento de crianças e adolescentes de/em situação de rua através da ampliação e revisão dos CRECAs, implantando um em cada subprefeitura (existem 17 na cidade de São Paulo e são insuficientes para atender a demanda), além de melhorar o atendimento nos abrigos, visando a preparação dos adolescentes para a inserção no mercado de trabalho, para a vida independente e para a saída da instituição.

O grupo retomou as propostas das Conferências Regionais de 2011 ao mesmo tempo em que tentava avaliar os Avanços e Dificuldades encontrados nas propostas de 2009. Em um determinado momento os participantes se dividiram em dois ou três grupos para escrever as propostas que foram lidas, debatidas e aprovadas por todo o grupo.

Discutiu-se ainda a efetivação de um grupo de trabalho para fiscalizar a realização destas propostas na prática. Foi apresentado por uma representante do CMDCA a existência de um grupo em questão com tarefas semelhantes. O anúncio foi considerado uma novidade para os presentes que desconheciam este trabalho.

As propostas foram apresentadas para aprovação da plenária, sem que fosse detalhado o responsável pela execução, monitoramento, mobilização e implementação, bem como os prazos e âmbitos de cada uma delas.

EIXO 3 - PROTAGONISMO E PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Formaram o grupo 15 participantes sendo 8 homens e 7 mulheres das seguintes regiões: Cidade Tiradentes, Ipiranga, Jardim Ângela, Jardim São Luiz, Lajeado, M' Boi Mirim, Mooca, São Mateus, São Miguel e Sapopemba.

Um policial militar entrou na sala e explicou aos participantes que estes deveriam escolher uma pessoa para coordenar e outra para relatar as discussões das oficinas. A coordenadora foi uma representante do Jardim Ângela e a relatora de Sapopemba.

No início da oficina, devido à ausência do material impresso com as propostas de 2009, alguns participantes resolveram proceder à elaboração das novas propostas para a plenária final. No entanto, outros argumentaram que não era possível elaborar novas propostas sem avaliar as de 2009

e se estas foram implementadas ou não. Por isso os trabalhos não foram iniciados até chegar o material.

Quando foi iniciada a leitura das propostas de 2009, os participantes notaram que elas não pareciam muito próximas do assunto que esperavam para o Eixo 3, que tratava do Protagonismo e Participação das Crianças e Adolescentes. Uma pessoa da FIPE esclareceu que na Conferência de 2009 o eixo 3 era Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos e o eixo 4 Participação de Crianças e Adolescentes em espaços de construção da Cidadania e que em 20011 o CONANDA inverteu estes dois eixos Após esse aviso foi efetuada a troca das propostas de 2009 entre os grupos que discutiam os eixos 3 e 4.

Depois disso foi iniciada a conferência das propostas de 2009. A coordenadora da oficina demonstrava constantemente preocupação com o tempo. Os outros participantes rebatiam que eles estavam ali para discutir e se estavam atrasados a culpa não era deles. Questionaram a explicação dada pela organização de que as propostas de 2009 não teriam chegado no horário porque quem as trazia estava preso em um congestionamento. Consideraram que, se eles que estavam ali presentes conseguiram chegar no horário, a pessoa com as propostas também deveria chegar, isto seria *mais uma falha da organização, refletindo o que foi todo o processo de realização das conferências neste ano*. Um participante solicitou que fosse destacado no relatório o descontentamento dos participantes com o atraso da chegada dos documentos para as oficinas.

Apesar dos protestos a maioria dos presentes participou ativamente da oficina debatendo as questões e levantando propostas.

Por fim, foram elaboradas duas propostas para plenária final a partir da leitura das propostas regionais sistematizadas.

EIXO 4: PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA

Os participantes receberam um instrumental no qual deveriam analisar as propostas elaboradas na Conferência convencional de 2009 e preencher os seguintes campos: Realizado: sim, não ou parcialmente; Avanços e Dificuldades, Desafios, Nível de Prioridade, Prazo.

Propostas de 2009

• Apoiando a proposta feita na conferência lúdica, de criar programas governamentais que incentivem a organização de grêmios estudantis, propomos que simultaneamente haja eleição direta da direção escolar (ensino fundamental e médio) e que o candidato apresente, durante as eleições, um plano de trabalho em que conste: planejamento das aulas com enfoque em educação em Direitos Humanos; plano de estímulo e apoio à criação de grêmios estudantis; plano de fomento à organização popular; participação dos estudantes, inclusive do grêmio, no planejamento pedagógico escolar. O plano deve ter ligação direta com a dinâmica da região em que a escola está inserida, e deve ser submetido à votação e ao questionamento da comunidade local. Após a eleição, o plano será monitorado e avaliado por todos os estudantes e toda a comunidade, bem como pela rede de serviços que atendem diretamente crianças e adolescentes.
Realizado: Não
Avanços e Dificuldades: Dificuldade é o diálogo entre as secretarias.
Desafios: Que as propostas deliberadas pela Conferência DCA sejam encaminhadas às secretarias de competência para a efetivação de tais direitos, garantir que a proposta seja efetivada numa execução entre os três poderes, criação de um formulário avaliativo.
Nível de Prioridade: 1
Prazo: Curto

Em relação à eleição direta para diretor nas escolas, um participante colocou a questão de que o cargo de diretor não é um cargo de confiança, mas que é necessário passar por uma prova para obtê-lo. Ficou entendido, portanto, que as eleições para o cargo de diretor deveriam ocorrer entre àqueles que fossem aprovados nessa prova.

Outra questão levantada foi a dificuldade de diálogo entre as diferentes Secretarias. Um participante disse que isto estaria mudando e um exemplo seria a proposta de colocar assistentes sociais e psicólogos nas escolas. Contudo, discutiu-se que isso por si só não garante a integração, uma vez que esses profissionais podem não fazer parte da rede de proteção. Concluiu-se que não foi possível estabelecer intersetorialidade ainda.

Outro participante levantou que abertura solene não tem importância nenhuma para a Conferência. Seria muito mais interessante se as autoridades ali presentes falassem sobre as propostas das conferências anteriores, se estão executando-as ou não.

• Orçamento Participativo Criança e Adolescente – "OP Criança" com o objetivo de promover a participação da criança, do adolescente e dos gestores na elaboração e fiscalização do orçamento municipal destinado às políticas públicas de proteção e defesa da criança e do adolescente. O processo deve se dar em duas fases, sendo a primeira de encontros preparatórios nas subprefeituras para capacitação das crianças, adolescentes, gestores, profissionais e sociedade civil em geral, de forma lúdica e pedagógica, a fim de destacar o funcionamento do orçamento; e a segunda, de audiências públicas nas subprefeituras e uma audiência pública municipal para discussão da peça orçamentária com poder de inclusão e alteração de recursos. A primeira fase deve ser no período de abril a agosto de cada ano e a segunda, de setembro a novembro de cada ano.

Realizado: Não

Avanços e Dificuldades: Dificuldade é a falta de vontade política.

Desafios: Criação de uma nova Secretaria Municipal DCA, independente da educação e da assistência social.

Nível de Prioridade: 1

Prazo: Curto

Alguns participantes afirmaram que no governo de Marta Suplicy o "OP Criança" ocorria. Já na realidade atual *nem mesmo dentro do orçamento da cidade conseguimos colocar crianças e adolescentes imagina ter um "OP Criança"*. Foi considerado que atualmente há dificuldade para elaborar políticas para crianças e adolescentes.

• Implementar conferências DCA permanentes, ocorrendo anualmente nas escolas, em todos os níveis de ensino (fundamental e médio), com inclusão no calendário escolar para avaliação e acompanhamento das propostas tiradas nas conferências lúdicas e convencionais DCA, com a participação dos Fóruns Regionais e demais atores do sistema de garantia de direitos.

Realizado: Não

Avanços e Dificuldades: Dificuldade é a falta de vontade política.

Desafios: garantir os profissionais da área de educação nesta participação, implementação do ECA na formação dos profissionais da educação.

Nível de Prioridade: 1

Prazo: Curto

Os participantes disseram que esta proposta deveria *ter sido tratada como uma piada, basta ver o modo como as conferências regionais e municipais aconteceram neste ano*.

No que se refere ao ECA, foi argumentado que tanto as crianças quanto os adultos não têm o domínio do Estatuto. Se muitas crianças não sabem nem ler e escrever quem dirá ler o ECA. Foi mencionada a existência de uma Lei que obriga as escolas a entregarem um exemplar do ECA para cada aluno que efetue matrícula. É algo que não se efetiva na prática, mas nos raros casos em que isso acontece ainda não é suficiente, o ideal seria que a entrega ocorresse junto com uma discussão sobre o Estatuto. O ECA está muito ausente nas escolas, quando se pergunta às crianças onde eles vêm alguma discussão sobre o Estatuto elas respondem que é nos CCAS, nunca na escola. É preciso incluir o ECA na grade escolar e também no próprio planejamento da escola. O ECA tem de estar não só na formação dos alunos, mas também na própria formação dos professores. É necessário encontrar formas de trabalhar ludicamente o ECA nas escolas.

Foi colocado também que um desafio a ser superado é uma efetiva participação da Educação nas Conferências DCA. Atualmente a participação de um professor é uma opção dele. É preciso criar algum mecanismo legal que determine a sua presença. Foi sugerido que é preciso criar também uma cultura de que a Educação se apodere dos documentos resultantes das Conferências, para que o ECA seja implementado de verdade nas escolas. Hoje a participação da Educação se dá no nível da representação e não da interlocução. Considerou-se também que é preciso que os documentos das conferências sejam apropriados pela diferentes Secretarias.

Na leitura das propostas que saíram das conferências regionais convencionais de 2011, os participantes entenderam que maioria delas eram muito parecidas e estariam contempladas na proposta 1 de 2009, cabendo então buscar que aquela proposta se efetivasse e não que fosse elaborada a mesma proposta de novo.

No que se refere às propostas 3 e 4 vindas das regionais em 2011:

8) • Promover um grande encontro entre jovens para discutir protagonismo e participação.

9) • Criar uma rede social local com jovens.

Foi consenso no grupo o entendimento de que não cabe aos adultos efetivá-las. O que se deve fazer é estimular a participação de crianças e adolescentes em toda a rede e deixar que eles criem fóruns, encontros e redes próprias, pois senão não estaria ocorrendo o protagonismo juvenil.

Em relação a proposta 9 das regionais de 2011:

• Construir cartilha informativa sobre o poder do grêmio estudantil.

Foi levantado que já existe um Estatuto dos grêmios escolares, o que é necessário é que ele seja divulgado.

Houve o entendimento de que a proposta 5 das regionais não estava contemplada nas propostas de 2009.

• Estimular a participação comunitária dos jovens e crianças e garantir sua participação efetiva nos Fóruns e Conselhos gestores (educação, saúde, segurança etc.). Assegurar também sua participação democrática em espaços de decisão nas unidades de atendimento sócio assistencial, saúde e educação.

A ela foram acrescentadas algumas informações para ser incluída como proposta do eixo.

O grupo não detalhou a execução, monitoramento, implementação, mobilização e prazo das propostas.

EIXO 4 – CONTROLE SOCIAL DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS

O eixo 4 contou com a presença de 8 mulheres e 4 homens. Na discussão havia representantes de fóruns e ONGs. Houve participação ativa de praticamente todos os membros do grupo. O grupo não escolheu um relator.

Os participantes começaram com a leitura do relatório da FIPE com a sistematização das propostas regionais de 2011, enquanto esperavam as propostas de 2009, que ainda não haviam chegado ao grupo. Em determinado momento foram notificados que estavam trabalhando as propostas de outro eixo (3). A discussão foi retomada seguindo as diretrizes do eixo correto, quando as propostas de 2009 foram entregues na sala. O grupo passou então a fazer a conferência delas.

A primeira proposta deste eixo em 2009 era relativa ao avanço dos grêmios estudantis nas escolas e à votação e questionamento do projeto pedagógico das escolas por parte das comunidades.

30% dos grêmios caminharam desde 2009, disse representante da Cidade Tiradentes. *Não existe votação e questionamento do projeto pedagógico das escolas por parte das comunidades. Isto não acontece em nenhuma escola que eu conheça*, falou um delegado, com quem todos concordaram. *Eu fui barrada outro dia de entrar da escola onde estudei*, relatou uma delegada.

Logo em seguida foi entregue na sala outra folha com as propostas de 2009, pois as propostas que eles discutiam não eram relacionadas ao eixo 4. Enquanto se preparavam para começar a trabalhar

com as propostas, foi lida uma moção de repúdio à possibilidade de aprovação da política de internação compulsória de jovens moradores de rua usuários de drogas na cidade de São Paulo.

Propostas de 2009

Retomando a leitura das propostas de 2009, da primeira proposta constava:

• Efetivar e consolidar mecanismos de controle da efetivação de direitos das crianças e do adolescente através de: dados sistematizados sobre equipamentos, programas, todo e qualquer serviço público relacionado à criança e ao adolescente; elaboração de Balanço Municipal pelo Poder Executivo que, inclusive, apresente com clareza, planilhas orçamentárias com gastos e investimento público exclusivo e indireto nos setores de criança e adolescente; criação de protocolos de elegibilidade da implementação das propostas do CMDCA e eventuais responsabilizações; realização de Audiências Públicas com atores do Sistema de Garantia dos Direitos e responsáveis pela implementação da política e pelo seu monitoramento; implementação de um Sistema de Informação que retrate as garantias e violações de direito no âmbito regional e disponibilização dos dados.

Os delegados consideraram que a proposta não foi realizada. Dentre os avanços e dificuldades listaram: enfraquecimento do CMDCA e dos Fóruns, retrocesso na ação e nas políticas e retrocesso na utilização dos dados coletados sobre os equipamentos. Colocaram como maior desafio a implementação do SIPIA nos Conselhos Tutelares. Marcaram o nível de prioridade 1 e consideraram que a execução deveria ser concluída a curto prazo. Foi sugerido que se retirasse a palavra “eventuais” da redação da proposta.

• Que o Fórum regional da criança e do adolescente tenha condições de promover na região, a capacitação de todos os atores que desenvolvem o trabalho com a criança e o adolescente, sobre o sistema de garantia de direitos (educação, saúde, seguranças, esporte, assistência social, conselho tutelar, cultura, outros), com programa de formação contínua a respeito do ECA.

Os delegados preferiram não discutir essa proposta, pois discordavam dela: *isto é papel do governo, não do Fórum*.

• Fortalecer, ampliar e capacitar os Conselhos Tutelares, divulgando o trabalho nas escolas, ONGs e Fóruns Locais, formando equipes multidisciplinares conforme lei 11.123, visando a consolidação do sistema de garantia de direitos.

Após a leitura os delegados manifestaram insatisfação com os conselheiros tutelares de suas regiões, dizendo que *muitas vezes se esquivam de seus deveres* e que *20% dos conselheiros tutelares está por amor, o resto está por dinheiro*. Um dos participantes afirmou que *mesmo só amor não resolve, eles precisam de formação*. Foi relatado que na Sé, *os conselheiros não participaram de uma só reunião do Fórum e do processo de conferência no ano de 2011*.

Os delegados consideraram que a proposta não foi realizada. Dentre os avanços e dificuldades listaram: quatro conselhos não tiveram capacitação, nem foram criadas as equipes multidisciplinares. Colocaram como maiores desafios a fiscalização dos conselheiros tutelares pelo CMDCA e a questão da acessibilidade. Consideraram a proposta com nível de prioridade 1 e que sua execução deveria ser concluída em curto prazo.

A proposta 4, que tratava da "criação de mais conselhos tutelares", não foi discutida pelos delegados, pois eles consideraram que esta estava contemplada na proposta 3.

Em seguida passaram para a formulação das propostas de 2011.

Uma participante propôs que o grupo trocasse e-mails para que continuassem debatendo as políticas de controle social até 2013. Os participantes efetivaram a troca de e-mails.

Finalmente, propuseram uma moção de repúdio à internação compulsória de crianças e adolescentes em situação de rua, já aplicada no Rio de Janeiro, segundo eles de modo nebuloso com guardas civis e policiais militares os retirando das ruas algemados e de forma violenta: *Não adianta tratar a quem não quer, já que os problemas que o levaram ao uso/dependência continuarão ali quando forem reintegrados a sociedade.*

A discussão terminou às 12h30min e o grupo de trabalho saiu para o almoço.

EIXO 5 - GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Os trabalhos foram iniciados com 19 participantes presentes, representantes do Conselho Tutelar, da área da Assistência Social, de Fóruns e ONGs, de várias regiões. A coordenação dos trabalhos foi assumida por uma conselheira Tutelar.

Antes de iniciar a discussão propriamente dita, um participante pediu a palavra para sugerir a tirada de uma moção reivindicatória, que solicitava que na Declaração de Nascido Vivo, expedida pelas maternidades no momento do nascimento do bebê, constasse, além do nome da mãe, o nome do pai. O documento é emitido pelo Ministério da Saúde e pretende ser um registro da situação da mãe e do

bebê na hora do parto. Ocorre que já existe um processo em trâmite no judiciário e também já existem outras quatro moções reivindicatórias do mesmo teor anexadas ao processo. Até 1998, os cartórios tinham um documento para registrar as crianças: eram seis vias, uma para cada órgão (IBGE, ministérios, etc...). A partir de 2000, o Ministério da Saúde mudou o documento e tirou o espaço para nome do pai. O participante defendeu que é necessário retornar ao protocolo com nome do pai. Mostrou vários documentos e moções de outras conferências que não tem conseguido fazer a modificação, entre outros fatores, segundo ele, devido ao lobby dos cartórios em Brasília. Segundo o apresentador da moção, as crianças têm o direito de saber sua origem, e esse documento pode ser determinante em alguns casos. Foi feito o recolhimento de assinaturas para a Moção Reivindicatória endereçada ao Ministério da Saúde, pela Inclusão do nome do pai na guia de declaração de nascimento – vivo.

Após o debate acerca da Moção, o grupo passou a verificar a execução das propostas do eixo 5 apresentadas na Conferência de 2009.

Propostas 2009

• Implementar o Sistema Integrado de Atenção à Criança e Adolescente a partir do SIPIA, através da Resolução 13/1999 do CONDECA em sua reedição, com realização de audiências públicas nas regiões como base de uma política de proteção integral que incorpore as deliberações das Conferências, criando comitês de monitoramento e avaliação compostos majoritariamente pela sociedade civil, inclusive com a participação das crianças e adolescentes através de seus fóruns, com audiências públicas semestrais de prestação de contas, garantindo a efetivação da articulação inter-setorial – prazo de 45 dias.

Todos concordaram que houve alguns avanços, que em algumas regiões o sistema integrado foi implantado, mas não operacionalizado. Em algumas regiões existem computadores, mas o sistema é deficiente. Todos foram unânimes em afirmar que ter ou não esse sistema integrado depende da participação comunitária. Em algumas regiões, onde a participação da comunidade é mais organizada e mais intensa as coisas funcionam melhor, bem como em regiões mais centrais, que têm mais recursos e conscientização social. Concluiu-se que o SIPIA foi implantado, mas não foi operacionalizado na totalidade.

Comentou-se que os Fóruns são articulados quando há eleições ou conferências, fora disso nada acontece e que as pessoas só participam mesmo nas eleições do Conselho Tutelar. *Encher o Fórum*

por conta de candidatura ou para preparar a conferência, isso não é correto. Na eleição fica lotado, na conferência esvaziado.

Dentre os avanços e dificuldades elencados destacou-se a necessidade de articulação das estruturas dos Fóruns e como desafio a promoção da participação comunitária partindo da identificação das necessidades de cada região. O prazo de execução proposto: 12 a 18 meses.

• Elaborar legislação nos níveis de governo municipal, estadual e federal, que defina sanções políticas e administrativas aos gestores que não cumprirem as deliberações dos Conselhos de Direitos e das Conferências de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

Afirmou-se que não houve lei punitiva alguma para quem não cumpre o que foi decidido em conferência e foi perguntado quantos dos participantes participavam de reivindicações junto ao legislativo.

O que estamos vivendo nesta conferência não foi fácil. Não existe essa legislação, estão brincando um pouquinho com as crianças. Eu não aceito descaso com as crianças. Eles ficaram um tempão, esperaram o lanchinho da tarde, que não apareceu.

Será que a situação desta conferência não é resultado da falta de mobilização da sociedade civil? Temos que refletir, talvez precisemos que na legislação sejamos responsabilizados pelo ocorrido também.

Houve a proposição de que a sociedade civil se empodere do espaço legislativo para que a criança e o adolescente garantam seus direitos. Foi lembrado o que foi dito pelos adolescentes: *Só estrutura não é suficiente*.

Concluiu-se que a proposta não foi realizada e que não houve avanços. Não se debateu sobre dificuldades. O desafio colocado foi: se apropriar dos espaços legislativos para a Criação de Comissões Permanentes. Nível de prioridade máxima e prazo de execução até 12 meses.

• Criação de Plano Decenal de Proteção Integral nos níveis municipal, estadual e nacional como base para o Orçamento Criança (PPA, LDO, LOA), considerando o diagnóstico com Sistema Integrado de Informações, dados do SIPIA e deliberações das Conferências.

Reiterou-se que o plano do SIPIA já existe na cidade de São Paulo, mas que sua implementação não ocorreu, *está patinando*.

Todos concordam que o plano existe? E o estadual e o Municipal? Existem? Nós conseguimos criar o plano decenal municipal? Nós, nas áreas regionais, estávamos com os planos criados?...conseguimos construir a nível regional até o municipal o exercício para construir o plano? Nós não criamos. Não conseguimos criar um plano. Não temos essa dinâmica interna instalada. Ainda apagamos incêndio.

O CONANDA não determina, indica. Quem deve executar é o município.

Foi dito que existe documentação do CONANDA que aponta para um plano de ação. Alegou-se que é necessário criar espaços para se construir um plano municipal, adequado às circunstâncias locais. Um desafio é garantir espaço para esta discussão.

Devemos nos apropriar do plano do CONANDA para criar o estadual e o municipal.

Foi levantada a necessidade de criação de um observatório que verifique a implementação dos projetos. Comentou-se que houve um encontro intersecretarial que tinha sido encerrado no dia anterior, com as indicações para o executivo de como deve ser construído este observatório.

Concordou-se então que não houve criação do Plano Decenal e a proposta foi que se promovam ações em todos os níveis – que se apropriem das diretrizes do CONANDA para a criação dos planos municipais e estadual. Prioridade máxima, execução em até 12 meses.

• Monitoramento e controle da implementação das deliberações das Conferências, através da criação de Comissões Regionais e Central (paritárias), compostas pelo CMDCA, Conselhos Tutelares, Fórum DCA, poder público, crianças e adolescentes e outros atores do sistema de garantia de direitos, com previsão de realização de pré-conferências no ano que antecede a Conferência oficial.

Nesta proposta, o debate foi brevíssimo, partindo diretamente para a verificação.

Afirmou-se que as reuniões do CMDCA são abertas e devem ser apropriadas. Foram criadas as comissões permanentes das conferências que também devem ser apropriadas.

Não houve pré-conferências, a discussão foi iniciada no final de julho/11. Na questão de monitoramento e controle nada aconteceu. Alguém lembrou que foi instalada a Comissão Permanente das conferências, as reuniões são abertas e todos são responsáveis pelos resultados e deliberações. Foi estabelecido que é necessário articular, mobilizar e fazer funcionar a Comissão Permanente, acompanhada e monitorada. Nível de prioridade médio, execução em 24 meses.

Após a conferência das propostas de 2009, ressaltou-se que o objetivo da Conferência de 2011 era conferir o plano decenal. Decidiu-se então fazer a leitura do texto das propostas regionais do eixo 5 sistematizadas pela FIPE.

Uma participante sugeriu que ao invés de se tirar novas propostas fossem referendadas as propostas dos adolescentes para o eixo 5 que foram bem objetivos: *Os meninos que vieram aqui estavam muito bem articulados.* Foi feita a leitura do que as crianças tiraram na Conferência Lúdica para o eixo 5.

Propostas da Conferência Lúdica:

• Orçamento de criança e adolescente com planejamento e olhar para o território.

• A criança do orçamento precisa de questões pontuais e o adolescente também. Deve ser analisado as necessidades.

• Infraestrutura e qualidade de saúde e de vida (Qualidade está nos espaços bem aproveitados)

• Que a sociedade civil esteja mais presente nos espaços de controle social. Propostas de ouvidorias nas escolas. Fortalecimento dos grêmios.

• Rede entre os setores.

A representante da regional da Mooca comentou que na sistematização da FIPE percebeu a ausência de uma das três propostas tiradas na sua região e a expôs para o grupo. A proposta foi aceita como a primeira do eixo:

"Estabelecer protocolos entre os diversos sistemas das políticas setoriais na perspectivas da complementaridade e universalização dos direitos. Formas de monitoramento: o espaço de controle social e o sistema de informação e monitoramento. Forma de implementação: pactuação nas diferentes esferas do governo e do SGD."

Como segunda proposta se fez uma junção da primeira proposta da diretriz 9 da sistematização da FIPE com uma preocupação dos participantes da oficina, resultando no seguinte texto:

"Garantir que o princípio da prioridade absoluta (ECA art. 4º) seja integralmente cumprido nas execuções orçamentárias (municipais, estaduais e federal) e que tenha transparência e divulgação em todos os setores."

A terceira proposta foi a que se refere a capacitação continuada, da diretriz 10 do documento da FIPE, com um acréscimo. O texto ficou dessa forma:

"Oferecer capacitação continuada aos profissionais e demais atores, considerando as questões de diversidade sexual e de gênero, necessidades especiais, étnico racial, religiosa, geracional, territorial de nacionalidade e de opção política."

A oficina foi encerrada e foram escolhidos os representantes que apresentariam as propostas na plenária. Os trabalhos foram interrompidos para o almoço às 13h:30min.

Após o término da discussão um participante fez uma última proposta que foi incluída.

- "Um trabalho conjunto internacional contra o tráfico de crianças e adolescentes".

2.4 - PLENÁRIA

O início das atividades ocorreu logo após o intervalo do almoço, às 14h:20min. Um participante, membro da sociedade civil organizada, reclamou do curto tempo de discussão planejado para o debate. Segundo ele, o tema do debate era muito rico e amplo e propôs que na próxima conferência houvesse um dia inteiro para a discussão em grupos com elaboração de propostas. Outra participante alegou que ocorreram perdas significativas pela falta de uma metodologia de discussão e ressaltou que não houve garantias mínimas que viabilizassem o debate, o que marcou um retrocesso na realização das conferências da capital paulista. *"Precisa fazer uma discussão qualificada e não pró-forma"*

Após as primeiras falas foi sugerida uma metodologia para a apresentação das propostas. Com base nas discussões das oficinas cada eixo deveria apresentar as propostas tiradas e submetê-las a possíveis alterações da plenária. A apresentação passou a ser conduzida por Vitor Benez Begler, representante do CMDCA.

EIXO 2 – PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS

O primeiro grupo a apresentar propostas foi o Eixo 2. Iniciaram com uma moção de repúdio contra a forma de organização das conferências. Consideraram que houve um retrocesso na sua realização, não havendo uma metodologia que norteasse sua construção. Observaram também que o material para a conferência das propostas de 2009 só chegou às oficinas após o início dos trabalhos.

As três propostas apresentadas pelo grupo foram aprovadas por contraste.

EIXO 1 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O representante do grupo iniciou dizendo que na oficina os participantes se dispuseram a apontar problemas, mas também a propor políticas públicas. Repetiu a crítica do primeiro grupo sobre a falta de metodologia planejada para as oficinas. Relatou que o grupo dividiu o trabalho em duas etapas, o Ato de Conferir as propostas de 2009 e a leitura e avaliação das propostas das conferências regionais de 2011.

Disse à plenária que o grupo passou por algumas dificuldades em realizar a tarefa de conferir 2009 e que identificou grandes desafios para a implementação das propostas. O grupo escreveu um texto sobre a realização da Conferência que foi apresentado para a plenária:

"Avanços e dificuldades"

Dificuldades:

- ausência do poder público (legislativo, executivo e judiciário) nas conferências para prestar contas de suas ações e levar as novas propostas para execução.

- descrédito da sociedade civil pela não efetivação das propostas e sobre a importância da realização das Conferências.

Desafios:

- que o CMDCA possa realizar, juntamente com as demais Secretarias, uma prestação de contas das conferências até a realização da Conferência Estadual, através de audiência pública.

- acompanhamento e monitoramento das propostas referendadas nas conferências, através da Comissão Permanente das Conferências e comissões regionais de monitoramento das mesmas.

Enquanto lia o texto, ia relatando as discussões do grupo e perguntou se os outros grupos passaram pelos mesmos problemas. Não houve nenhuma manifestação formal. Foram em seguida apresentadas sete propostas construídas em grupo.

A maioria foi aprovada sem mudança de texto, mas algumas suscitaram debates. Em uma delas o texto original propunha:

"Elaboração de políticas públicas voltadas para o atendimento à crianças e adolescentes dependentes químicos, sendo uma por subprefeitura".

Foi observado por alguém da plateia que o termo "dependente químico" é restritivo. Não são todos os adolescentes usuários de drogas que são dependentes químicos. Sugeriu-se que o texto fosse modificado para usuários de drogas. Foi dito também que antes de serem feitas solicitações de novas políticas públicas seria preciso cobrar a implementação das que já estão referendadas. Falou sobre o Plano Nacional de Enfrentamento de Crack e outras Drogas, que já está garantido em lei, mas que ainda não tem seus equipamentos funcionando adequadamente. Uma participante esclareceu que a ideia do grupo não era que novas leis fossem elaboradas, mas que houvesse um Centro de atendimento específico para os jovens com problemas com drogas.

Uma outra pessoa sugeriu que o atendimento não fosse por subprefeituras, mas distrital para que a demanda fosse melhor atendida, propôs também a melhoria do atendimentos nos CAPS. O grupo alertou que desta forma se estaria modificando a essência da proposta trabalhada.

A redação final aprovada foi a seguinte:

- Criação de núcleos de atendimento específico voltados para o atendimento às crianças e adolescentes usuários de drogas, sendo um por subprefeitura.

As demais propostas todas foram aprovadas sem modificação de conteúdo.

EIXO 3 - PROTAGONISMO E PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Em seguida foi a vez da oficina que discutiu o Eixo 3 apresentar suas propostas. O expositor ressaltou que a dinâmica foi muito prejudicada, pois o instrumental com as propostas de 2009 para o "Ato de Conferir" chegou muito atrasado, muito tempo depois das atividades do grupo terem sido iniciadas e quando chegaram, o tema do Eixo 3 de 2009 não correspondia ao Eixo 3 de 2011, gastando-se um bom tempo para tentar trocar com o atual Eixo 4. Somente depois de todo esse desencontro foi possível iniciar o Ato de Conferir, com horário adiantado e muita inquietude por parte dos participantes.

O representante do grupo disse que o título do Eixo - Protagonismo e Participação - foi violado pela organização da conferência municipal e das regionais, já que é impossível discutir participação e protagonismo sem que o CMDCA consiga garantir o mínimo para que esse protagonismo ocorra. Havia apenas dois documentos da FIPE para um grupo de mais de vinte participantes analisarem e criarem propostas.

Disse ainda que foram muitas as regiões sem representação e que é necessário pensar que o importante é fazer *com* e não *para* as crianças e adolescentes.

O grupo apresentou duas propostas Na segunda houve sugestão de alteração no texto. A proposta original previa a criação de uma Secretaria da Criança e Adolescente que deveria ser controlada pelos Fóruns e pelo CMDCA. Foi levantada a preocupação sobre a função da sociedade civil que deve ser de monitoramento.

A redação definitiva passou a ser

"Criação de uma secretaria municipal DCA, vinculada ao gabinete do prefeito onde o CMDCA seja vinculado a essa secretaria, garantindo a presença de uma equipe de adolescentes no Gabinete da secretaria".

EIXO 4 - CONTROLE SOCIAL DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS

O eixo 4 apresentou suas propostas. A terceira, que abordava a capacitação continuada para conselheiros tutelares, despertou o debate sobre a atuação deste grupo. Foi sugerida uma modificação na proposta: que os cursos para os conselheiros deveriam ser ofertados apenas para os que estavam em exercício, não incluindo os que eram candidatos.

Na proposta "Capacitação Continuada dos Conselheiros Tutelares e de Direitos" foi acrescentado em exercício com convocação.

EIXO 5 – GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Mais uma vez foi ressaltada a indignação sobre a conferência *desorganizada e esvaziada.* Foi lembrado que uma proposta aprovada em 2009 previa a preparação da Conferência por meio de comissões locais e regionais, inclusive com a realização de pré-conferências em 2010, mas que, na prática, os trabalhos foram iniciados apenas em julho de 2011. Apontou-se também a falta de articulação e a dificuldade para a instalação da comissão permanente da conferência.

Não houve muita discussão das propostas pela plenária. A única alteração foi a inclusão do trecho "e a exploração sexual" na proposta 4:

"Trabalho conjunto internacional contra o tráfico e a exploração sexual de crianças e adolescentes".

Após a aprovação das propostas, a mesa apresentou quatro moções entregues e legitimadas pelo número de signatários previstos em regimento. A mesa preparava o encerramento das atividades,

mas a plenária pediu que as moções fossem lidas. Feita a leitura em plenária as moções foram aprovadas.

Finalmente foi realizada a eleição dos delegados.

Os diferentes grupos (Poder Público, Conselheiros Tutelares, etc) se reuniram para decidir quem seriam seus representantes. Após saírem os nomes dos delegados titulares foram escolhidos os que ocupariam o que foi chamado de "vagas remanescentes", ou vagas para representantes das macrorregiões da cidade. Esta foi uma forma utilizada para ampliar as possibilidades de representação regional.

Não houve apresentação ou aclamação dos delegados, mas preenchimento das fichas de inscrição que eram entregues na mesa pelos delegados.

Com o término da escolha dos delegados, às 18hs:45min, as atividades da Conferência Convencional foram encerradas.

2.5 - PROPOSTAS APROVADAS NA CONFERÊNCIA MUNICIPAL POR EIXO TEMÁTICO

➢ EIXO 1 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

• Implementar grupos educativos destinados às crianças e adolescentes incentivando o respeito às diversidades e criar núcleos de direitos humanos um por subprefeitura.

Mobilização: seminário de divulgação para socialização da proposta.

Monitoramento: conselho gestor.

Responsável pela execução: Secretaria Municipal de Direitos Humanos.

Prazo: curto.

Âmbito: Municipal.

• Incluir no calendário escolar a realização das conferências Lúdicas e Convencionais e, a partir de 2012, realizarmos Pré-conferências nas unidades de ensino e demais espaços públicos de atendimento, a fim de garantir a participação da sociedade como um todo.

Implementação: Resolução CMDCA e CONDECA.

Mobilização: Divulgação na mídia e articulação com Estado e Município.

Monitoramento: fóruns DCA.

Responsável pela execução: CMDCA e CONDECA.

Prazo: Curto.

Âmbito: Municipal e Estadual.

• Criação de lei que estabeleça a obrigatoriedade dos Planos (municipais, estaduais e federais), nos espaços de atendimento direto, bem como da lei 11.525/07 e do sistema de garantias dos direitos da criança e do adolescente.

Implementação: Legislativo e Executivo.

Mobilização: Audiência Pública promovida pelos Fóruns.

Monitoramento: Fórum Municipal, Conselho Municipal de Educação e CMDCA.

Execução: Câmara.

Prazo: Curto.

Âmbito: Municipal.

• Criação de núcleos de atendimento específico voltados para o atendimento às crianças e adolescentes usuários de drogas, sendo um por subprefeitura.

Implementação: um por subprefeitura.

Mobilização: Secretaria Municipal de Saúde.

Monitoramento: Conselho Gestor.

Execução: Secretaria Municipal da Saúde.

Prazo: curto.

Âmbito: Municipal.

• Criação de Políticas Públicas voltadas para crianças e adolescentes em situação de sofrimento mental, transtorno de comportamento e deficiência (intelectual, visual, auditiva e física) havendo a instalação de centros de atendimento, um por subprefeitura.

Implementação: um por subprefeitura.

Mobilização: Secretaria da Saúde, CMDCA e CT.

Monitoramento: Conselho Gestor.

Execução: Secretaria da Saúde.

Prazo: Médio.

Âmbito: Municipal.

• Criação de delegacias especializadas para o atendimento de crianças e adolescentes, se propondo a reduzir os danos causados pela repetição da situação ocorrida. Sendo que a mesma deverá contar com equipe técnica especializada (psicólogo, assistente social, advogado, pedagogo) e com atendimento ininterrupto.

Implementação: um por subprefeitura.

Mobilização: Judiciário, Defensoria, Conseg, CT e CMDCA.

Monitoramento: Conselho Gestor.

Execução: SSP e SMDH

Prazo: Médio.

Âmbito: Municipal.

• Implantação dos CEDECAS, na região de abrangência de cada subprefeitura.

Implementação: um por subprefeitura.

Mobilização: Fóruns (Direitos humanos, DCA), Comissão Municipal de Direitos Humanos da Câmara.

Monitoramento: CT, Comissão Municipal de Direitos Humanos, CMDCA.

Execução: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e SMADS.

Prazo: curto.

Âmbito: Municipal.

➤ EIXO 2 – PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS

• Ampliar os CAPS Adulto, CAPS Ad e CAPS Infantil, garantindo, a sua implantação por distrito, como também equipe multidisciplinar (com psicólogo, assistente social, assegurando a obrigatoriedade da presença do psiquiatra respeitando a fase de desenvolvimento da criança e do

adolescente). A internação não deve ter caráter de política pública higienista, massificando a questão da drogadição, deve permanecer enquanto procedimento clínico/terapêutico.

• Ampliar e garantir a efetivação dos serviços de atendimento especializado às crianças e adolescentes, respeitando a diversidade humana, às várias situações de violência: física, psicológica, negligência, sexual, preconceito e discriminação, nos Serviços de Saúde, Assistência e Educação, com destaque à inclusão da criança e do adolescente com deficiência.

• Formar e divulgar amplamente grupo de trabalho constituído pelo Poder Público, Sociedade Civil, Famílias, Universidades objetivando a criação e reformulação de diretrizes de atendimento específicas das medidas sócio educativas para cada área profissional com base no SINASE.

➤ EIXO 3 - PROTAGONISMO E PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

• Estimular a participação comunitária dos jovens e crianças e garantir sua participação efetiva nos Fóruns e Conselhos Gestores (Educação, Saúde, Segurança e CMDCA (2 cadeiras,1 Fórum municipal e 1 Coordenadoria da Juventude). CONDECA (2 cadeiras, 2 Fórum estadual). Assegurar também sua participação democrática em espaços de decisão nas unidades de atendimento socioassistencial, saúde e educação.

• Criação de uma secretaria municipal DCA, vinculada ao gabinete do prefeito onde o CMDCA seja vinculado a essa secretaria, garantindo a presença de uma equipe de adolescentes no Gabinete da secretaria.

Responsável pela execução: Prefeito

Monitoramento: CMDCA e Fórum Municipal DCA.

➤ EIXO 4 - CONTROLE SOCIAL DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS

• Criação dos Conselhos Gestores nos serviços de atendimento DCA.

Implementação: resolução do CMDCA

Mobilização: através dos Fóruns e Secretarias Municipais.

Monitoramento: CMDCA, Secretarias Municipais e Fóruns Regionais DCA.

Responsável pela execução: CMDCA

• Fiscalização dos serviços ofertados sem o convênio com a prefeitura.

Implementação: resolução do CMDCA.

Mobilização: através dos Fóruns e Secretarias Municipais.

Monitoramento: CMDCA, Secretarias Municipais e Fóruns Regionais DCA.

Responsável pela execução: CMDCA

• Capacitação Continuada dos Conselheiros Tutelares e de Direitos em exercício com convocação.

Implementação: CMDCA

Mobilização: CMDCA

Monitoramento: Fóruns Municipal DCA e CMDCA

Responsável pela execução à curto prazo: CMDCA

➢ EIXO 5 – GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

• Estabelecer protocolos entre os diversos sistemas das políticas setoriais na perspectiva da complementaridade e universalização dos direitos.

• Garantir que o principio da prioridade absoluta (ECA art. 4) seja integralmente cumprido nas execuções orçamentárias (municipais, estaduais e federal) e que tenha transparência e divulgação em todos os setores.

• Oferecer capacitação continuada aos profissionais e demais atores, considerando as questões de diversidade sexual e de gênero, necessidades especiais, étnico racial, religiosa, geracional, territorial de nacionalidade e de opção política.

• Trabalho conjunto internacional contra o tráfico e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

3 - PROPOSTAS DA CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE 2011 SISTEMATIZADAS POR EIXO TEMÁTICO

INTRODUÇÃO

As propostas aprovadas na Conferência Municipal Lúdica e na Conferência Municipal Convencional, apresentadas por Eixo, foram sistematizadas de acordo com o instrumental do CONANDA (Anexo VI Quadro das Deliberações da Conferência Municipal/Regional), ainda que não tenham sido trabalhadas nas oficinas, com essa perspectiva. O procedimento adotado pela equipe de sistematização pautou-se na análise do conteúdo das propostas para identificar no documento do CONANDA, as diretrizes de cada Eixo orientador correspondente. Em seguida, pelo teor e natureza das ações, elas foram classificadas nas categorias de mobilização, implementação e monitoramento, e transcritas nas respectivas colunas do instrumental de sistematização utilizado. Algumas diretrizes que não foram contempladas com propostas de ações para as três etapas, apresentam a coluna correspondente em branco. Esta situação foi verificada com maior frequência na sistematização das propostas da Conferência Municipal Lúdica.

As propostas formuladas de modo amplo, contendo ações referentes a mais de uma diretriz e de mais de uma natureza, foram desmembradas sem qualquer prejuízo do conteúdo original e suas partes foram devidamente transcritas nas colunas correspondentes do instrumental.

3.1 – PROPOSTAS DA VII CONFERÊNCIA LÚDICA MUNICIPAL DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - 2011

➤ EIXO 1 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

DIRETRIZ	AÇÕES		
	MOBILIZAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	MONITORAMENTO
• DIRETRIZ 01 – Promoção da cultura do respeito e da garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no âmbito da família, da sociedade e do Estado, considerada as condições de pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política.	"Palestras" de incentivo e divulgação do ECA nas escolas de maneira lúdica, isto é, com uma linguagem adequada a crianças e adolescentes.		
		Mais áreas verdes na comunidade	

DIRETRIZ	AÇÕES		
	MOBILIZAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	MONITORAMENTO
• DIRETRIZ 02 – Universalização do acesso a políticas públicas de qualidade que garantam os direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias e contemplem a superação das desigualdades, afirmação da diversidade com promoção da equidade e inclusão social.		Acompanhamento do médico juntamente com os agentes de saúde até as residências da comunidade.	
		Construção de postos de saúde em lugares acessíveis, sendo no mínimo dois por bairro, reforma dos já existentes com a provisão de todos os equipamentos necessários e com profissionais qualificados de todas as especialidades, inclusive dentistas que atendam também crianças e adolescentes com DI (Deficiência Intelectual). Ampliar o sistema de Ambulância (SAMU) e o horário de funcionamento dos postos de saúde, os quais devem promover ações de conscientização e prevenção com a população atendida e do entorno.	
	Divulgação nas escolas e instituições da região que atendem crianças e adolescentes informando quanto aos serviços de saúde, principalmente os menos conhecidos que são o CAPS álcool e drogas e o COE , Clinica Odontológica Especializada e atendimento oftalmológico.		

DIRETRIZ	AÇÕES		
	MOBILIZAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	MONITORAMENTO
• DIRETRIZ 02 – Universalização do acesso a políticas públicas de qualidade que garantam os direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias e contemplem a superação das desigualdades, afirmação da diversidade com promoção da equidade e inclusão social.		Mais hospitais para ampliação de leitos e médicos especializados em adolescentes (hebiatras), além de equipamentos, materiais, medicamentos e profissionais capacitados especializados em condições adequadas para o atendimento do paciente. Mais CAPS e UBS e unidades móveis.	
	Promover palestras e informações para grupos de adolescentes e jovens em escolas e ONGs, hospitais etc., com temas sobre DST e prevenção.	Dar auxílio às adolescentes grávidas e palestras sobre orientação sexual com distribuição de camisinhas.	
		Toda escola deve ter biblioteca, salas de computação com acesso à internet, laboratório de ciências para aula prática, material didático, brinquedoteca, merenda de qualidade, atividades extracurriculares e atividades externas. Maior facilidade de acesso a cursos de idiomas. Incluir como matéria escolar, o conteúdo de educação sexual, de música e que as aulas sejam diferenciadas, divertidas e produtivas.	

DIRETRIZ	AÇÕES		
	MOBILIZAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	MONITORAMENTO
• DIRETRIZ 02 – Universalização do acesso a políticas públicas de qualidade que garantam os direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias e contemplem a superação das desigualdades, afirmação da diversidade com promoção da equidade e inclusão social.	Criar nas escolas, espaços para palestras a respeito de DST, drogas entre outros. Deve também promover ações de conscientização quanto ao uso de material reciclável e quanto às questões de bullying.	Melhor aproveitamento do espaço da escola, melhorar as estruturas, reformando os prédios com garantia de acesso para crianças com deficiência, aumentando o quadro de funcionários e fazendo com que a escola seja um lugar aconchegante e acolhedor com espaços para palestras.	
		Criação e ampliação de projetos socioeducativos para crianças e adolescentes (CCA/ECJ) e garantia de atendimento nos CRECAs.	
		Maior acessibilidade para deficientes e cadeirantes nas escolas como faixas de sinalização rampas e elevadores.	
		Que o projeto de contra turno (integral) se torne uma política pública sem quebra por conta do Edital e ampliá-lo para outras escolas. Mais escolas em tempo integral.	
		Qualidade na educação: acompanhamento da família, menor número de alunos em sala de aula, aulas diferentes e interessantes, melhor qualificação e valorização dos professores com melhores salários e aprimoramento psicológico dos professores.	

DIRETRIZ	AÇÕES		
	MOBILIZAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	MONITORAMENTO
• DIRETRIZ 02 – Universalização do acesso a políticas públicas de qualidade que garantam os direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias e contemplem a superação das desigualdades, afirmação da diversidade com promoção da equidade e inclusão social.		Que exista reprovação com critérios nos cursos regulares e apostilas de todas as matérias nas escolas públicas. Mais professores por sala de aula e mais professores eventuais para os alunos não ficarem sem aula e garantir reforço escolar para as crianças e adolescentes de acordo com a demanda apresentada.	
		Ampliar o transporte para todos os alunos abaixo de 14 anos e assegurar o transporte escolar para crianças e adolescentes da zona rural.	
		Criar mais vagas nas escolas EJA e CIEJA e colocar um representante dos alunos em cada escola para falar o que está faltando.	
		Inserção da matéria de informática na grade, com professores, prova e criação de mais telecentros e mais cursos pré-vestibulares gratuitos.	
		Garantir segurança física a todas as crianças, adolescentes, professores e demais profissionais da escola.	
		Todas as escolas devem ter direitos iguais. Exemplo: Se uma escola tem piscina, a outra pública tem direito de ter, já que são direitos iguais.	
		Que seja garantida a contratação de psicólogos e assistentes sociais em todas as escolas para atendimento das crianças e adolescentes.	
		Garantir que as escolas mantenham os programas de atendimento artístico, cultural, esportivo e social nos finais de semanas. (família na escola).	

➤ EIXO 2 – PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS

DIRETRIZ	AÇÕES		
	MOBILIZAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	MONITORAMENTO
• DIRETRIZ 03 - Proteção especial a crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados, consideradas as condições de pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política.	Realizar palestras de conscientização das pessoas sobre violência doméstica e da importância do respeito às crianças por parte dos cuidadores.		
		Criar centro de atendimento para crianças desaparecidas e perdidas.	
		Ampliar o programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, para todas as famílias especialmente as que colocam as crianças nos faróis	Fiscalizar a exploração do trabalho infantil
		Maior apoio dos órgãos públicos para ampliação da rede de atendimento e dos programas de reabilitação e tratamento de usuários de drogas, bem como dos programas de prevenção.	
		Ampliação do policiamento nas redondezas e no entorno das escolas.	
• DIRETRIZ 04 – Universalização e fortalecimento dos conselhos tutelares, objetivando a sua atuação qualificada.		Criação de um conselho tutelar a cada 200 mil habitantes, de acordo com as deliberações do CONANDA e que os trabalhos do conselho tutelar sejam garantidos também na zona rural.	

➤ EIXO 3 – PROTAGONISMO E PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

DIRETRIZ	AÇÕES		
	MOBILIZAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	MONITORAMENTO
• DIRETRIZ 06 – Fomento de estratégias e mecanismos que facilitem a participação organizada e a expressão livre de crianças e adolescentes, em especial sobre os assuntos a eles relacionados, considerando sua condição peculiar de desenvolvimento, pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, nacionalidade e opção política.	Que as crianças e adolescentes tenham o direito de expor sua opinião e sentimentos e que tenham oportunidade de expressar suas ideias sem que sejam manipuladas por adultos. (liberdade de expressão).		
	Ações de divulgação do fórum de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes que visem uma maior participação das crianças e dos adolescentes nos fóruns.		
	Ações informativas para divulgação do que é e como funciona o grêmio estudantil, ações de articulação junto às uniões de estudantes e formulação de diretrizes e normas que visem a implementação do grêmio em todas as escolas.		
		Ampliação da rede de república jovem.	

➤ EIXO 4 – CONTROLE SOCIAL E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS

DIRETRIZ	AÇÕES		
	MOBILIZAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	MONITORAMENTO
• DIRETRIZ 07 – Fortalecimento de espaços democráticos de participação e controle social, priorizando os conselhos de direitos da criança e do adolescente e assegurando seu caráter paritário, deliberativo, controlador e a natureza vinculante de suas decisões.	Garantir a realização dos processos preparatórios para as próximas conferências		
		Criar ouvidorias nas escolas e rede entre os setores	Maior presença da sociedade civil nos espaços de controle social. Podemos melhorar tendo diálogo e vigilância dos conselhos tutelares.
		Criar conselhos gestores em todas as instituições/órgãos de atendimento da criança e adolescente.	

➤ EIXO 5 – GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

DIRETRIZ	AÇÕES		
	MOBILIZAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	MONITORAMENTO
• DIRETRIZ 09 – Efetivação da prioridade absoluta no ciclo e na execução orçamentária das três esferas de governo para a Política Nacional e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, garantindo que não haja cortes orçamentários.		Planejar o orçamento olhando a região, as instituições e os beneficiários	
		Garantir no orçamento municipal a prioridade absoluta dos recursos direcionados às áreas de atendimento da criança e adolescente	
		Garantir um percentual do orçamento municipal/ estadual/ federal para uso e destinação exclusiva na área de atendimento da criança e adolescente	

3.2 – PROPOSTAS DA IX CONFERÊNCIA CONVENCIONAL MUNICIPAL DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - 2011

➤ EIXO 1 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

DIRETRIZ	AÇÕES		
	MOBILIZAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	MONITORAMENTO
• DIRETRIZ 01 - Promoção da cultura do respeito e da garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no âmbito da família, da sociedade e do Estado, considerada as condições de pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política.	Seminário de divulgação para socialização da proposta.	Implementar grupos educativos destinados a crianças e adolescentes, incentivando o respeito às diversidades e criar um núcleo de direitos humanos por subprefeitura.	Conselho gestor.
	Audiência Pública promovida pelos Fóruns	Criação de lei que estabeleça a obrigatoriedade dos Planos (municipais, estaduais e federais), nos espaços de atendimento direto, bem como da lei 11.525/07 e do sistema de garantias dos direitos da criança e do adolescente, cabendo respectivamente ao Legislativo e ao Executivo, a adoção dessas medidas.	Fórum Municipal, Conselho Municipal de Educação e CMDCA.
	Fóruns (Direitos humanos, DCA), Comissão Municipal de Direitos Humanos da Câmara.	Implantação de CEDECAS na região de abrangência de cada subprefeitura, garantindo um em cada subprefeitura.	Conselho Tutelar, Comissão Municipal de Direitos Humanos, CMDCA

DIRETRIZ	AÇÕES		
	MOBILIZAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	MONITORAMENTO
• DIRETRIZ 02 – Universalização do acesso a políticas públicas de qualidade que garantam os direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias e contemplem a superação das desigualdades, afirmação da diversidade com promoção da equidade e inclusão social.	Secretaria da Saúde, CMDCA e Conselho Tutelar	Criação de Políticas Públicas voltadas para crianças e adolescentes em situação de sofrimento mental, transtorno de comportamento e deficiência (intelectual, visual, auditiva e física) com a instalação de um centro de atendimento por subprefeitura.	Conselho Gestor.
	Divulgação na mídia e articulação com Estado e Município, da inclusão das conferências no calendário escolar e, da realização de pré-conferências a partir de 2012, a fim de garantir a participação da sociedade como um todo.	Incluir no calendário escolar a realização das conferências Lúdicas e Convencionais, por resolução do CMDCA e CONDECA. Realizar pré-conferências nas unidades de ensino e demais espaços públicos de atendimento, a partir de 2012.	Fóruns DCA.
	Secretaria Municipal de Saúde.	Criação de núcleos de atendimento específico voltados para o atendimento às crianças e adolescentes usuários de drogas, sendo um por subprefeitura.	Conselho Gestor.

➤ EIXO 2 – PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS

DIRETRIZ	AÇÕES		
	MOBILIZAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	MONITORAMENTO
• DIRETRIZ 03 – Proteção especial a crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados, consideradas as condições de pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política.		Ampliar e garantir a efetivação dos serviços de atendimento especializado às crianças e adolescentes, respeitando a diversidade humana, às várias situações de violência: física, psicológica, negligência, sexual, preconceito e discriminação, nos Serviços de Saúde, Assistência e Educação, com destaque à inclusão da criança e do adolescente com deficiência.	
	Divulgar e esclarecer que a internação não deve ter caráter de política pública higienista, massificando a questão da drogadição e que a internação deve permanecer enquanto procedimento clínico/terapêutico.	Ampliar os, CAPS Adulto, CAPS Ad e CAPS Infantil, garantindo, a sua implantação por distrito, com equipe multidisciplinar (Psicólogo, assistente social, assegurando a obrigatoriedade da presença do Psiquiatra) e respeitando a fase de desenvolvimento da criança e do adolescente.	
	Divulgar amplamente o objetivo do grupo de trabalho.	Formar grupo de trabalho constituído pelo poder público, sociedade civil, famílias, universidades, para criação e reformulação de diretrizes de atendimento específico das medidas sócio educativas para cada área profissional, com base no SINASE.	

DIRETRIZ	AÇÕES		
	MOBILIZAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	MONITORAMENTO
• DIRETRIZ 04 – Universalização e fortalecimento dos conselhos tutelares, objetivando a sua atuação qualificada.	Divulgação e convocação pelo CMDCA	Capacitação Continuada dos Conselheiros Tutelares e de Direitos em exercício.	Fóruns Municipais, DCA e CMDCA
• DIRETRIZ 05 – Universalização, em igualdade de condições, do acesso de crianças e adolescentes aos sistemas de justiça e segurança pública para a efetivação dos seus direitos.	Judiciário, Defensoria, Conseg, Conselho Tutelar e CMDCA	Criação de uma delegacia especializada por subprefeitura, para o atendimento de crianças e adolescentes, com vistas a reduzir os danos causados pela repetição da situação ocorrida. Cada delegacia deverá contar com equipe técnica especializada (psicólogo, assistente social, advogado, pedagogo) e prestar atendimento ininterrupto.	Conselho Gestor.

➤ EIXO 3 – PROTAGONISMO E PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

DIRETRIZ	AÇÕES		
	MOBILIZAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	MONITORAMENTO
• DIRETRIZ 06 – Fomento de estratégias e mecanismos que facilitem a participação organizada e a expressão livre de crianças e adolescentes, em especial sobre os assuntos a eles relacionados, considerando sua condição peculiar de desenvolvimento, pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, nacionalidade e opção política.	Estimular a participação comunitária de jovens e crianças em fóruns e conselhos gestores e e assegurar também sua participação democrática em espaços de decisão nas unidades de atendimento sócio-assistencial, saúde e educação.	Garantir a participação efetiva de jovens e crianças nos fóruns e conselhos gestores (educação, saúde, segurança, etc.), no CMDCA (duas cadeiras, sendo uma da sociedade civil pelo Fórum Municipal e uma pela Coordenadoria da Juventude) e CONDECA (duas cadeiras do Fórum Estadual DCA).	
		Criar uma secretaria municipal da Criança e do Adolescente, vinculada ao gabinete do prefeito, e monitorada pelo CMDCA, Fórum Municipal e Estadual, garantindo a presença de uma equipe de adolescentes no Gabinete da secretaria. Vincular também o CMDCA a essa secretaria.	CMDCA e Fórum Municipal DCA

➤ EIXO 4 – CONTROLE SOCIAL E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS

DIRETRIZ	AÇÕES		
	MOBILIZAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	MONITORAMENTO
• DIRETRIZ 07 – Fortalecimento de espaços democráticos de participação e controle social, priorizando os conselhos de direitos da criança e do adolescente e assegurando seu caráter paritário, deliberativo, controlador e a natureza vinculante de suas decisões.	Através dos Fóruns e Secretarias Municipais	Criação dos conselhos gestores nos serviços de atendimento DCA. Resolução do CMDCA	CMDCA, Secretarias Municipais e Fóruns Regionais DCA
	Através dos Fóruns e Secretarias Municipais.	Implementar, por Resolução do CMDCA, medidas de controle e fiscalização dos serviços ofertados sem convênio com a prefeitura.	Fiscalização dos serviços pelo CMDCA, Secretarias Municipais e Fóruns Regionais DCA.

➤ EIXO 5 – GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

DIRETRIZ	AÇÕES		
	MOBILIZAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	MONITORAMENTO
• DIRETRIZ 08 – Fomento e aprimoramento de estratégias de gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes fundamentadas nos princípios da indivisibilidade dos direitos, descentralização, intersetorialidade, participação, continuidade e corresponsabilidade dos três níveis de governo.		Estabelecer protocolos entre os diversos sistemas das políticas setoriais na perspectiva da complementaridade e universalização dos direitos.	
• DIRETRIZ 09 – Efetivação da prioridade absoluta no ciclo e na execução orçamentária das três esferas de governo para a Política Nacional e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, garantindo que não haja cortes orçamentários		Garantir que o principio da prioridade absoluta (ECA art. 4) seja integralmente cumprido nas execuções orçamentárias (municipais, estaduais e federal) e que tenha transparência e divulgação em todos os setores.	
• DIRETRIZ 10 – Qualificação permanente de profissionais para atuarem na rede de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.		Oferecer capacitação continuada aos profissionais e demais atores, considerando as questões de diversidade sexual e de gênero, necessidades especiais, étnico racial, religiosa, geracional, territorial de nacionalidade e de opção política.	
• DIRETRIZ 13 – Cooperação internacional e relações multilaterais para implementação das normativas e acordos internacionais de promoção e proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.		Trabalho conjunto internacional contra o tráfico e a exploração sexual de crianças e adolescentes.	

4 - DELEGADOS E SUPLENTES ELEITOS PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL

4.1 – LÚDICA

ADOLESCENTES

TITULARES	
Amanda do Carmo Silva	Henrique Saldanha Cesar
Ana Katia Martiniano	Igor Raimundo de Barros
Andressa Manoel (Andressa Xavier Manoel)	Ingrid dos Santos Ferreira
Antonia Eunice Lima Fontes	Kelly dos Santos Silva
Antônio Victor da Silva Sousa	Larissa de Souza lima
Barbara Gomes da Silva Santos	Leandro Pereira de Oliveira
Bruna Keitiane Rise Ferreira	Leticia Andrade Martins
Cleitton Raian Batista Pereira	Luana Martins Andrade
Daniel Rodrigues Passimoser	Lucas da Fonseca Estevam
Dayane Soares Sena	Lucas Ferreira dos Santos
Diana Valdez Lima	Luiza Kathlyn O. Ferreira
Douglas dos Santos	Manoel Denis Milo Maciel
Ermeson Inácio de Souza	Marcella Iris Gonçalves Terra
Fabricio Rodrigues dos Santos	Mariana Gomes Peixoto da Silva
Fiama Brenda Barbosa Santos	Matheus Leonardo Araujo de Souza
Gabriela Ribeiro da Silva	Mayra Farias da Silveira
Gabriel Menezes da Silva	Paloma Cristine Abreu dos Santos
Gabrielle Ortega Fernandes	Rubens Silva Lino
Giovana Notari Cruz Monteiro	Victor L. Bartulitti de Souza
Guilherme Barbosa Peixoto	

SUPLENTES	
Alexandre de Oliveira Correa	Juliano Gerson Bonfim de Jesus
Andressa Mercurio Wasileski	Larissa Gomes da Costa
Andressa Yoko de Oliveira Shimabukuro	Laúcia Maria Costa Almeida
Bruna Raquel Moura dos Santos	Marcella Vilela Castelão Monteiro
Bruno Luan dos Santos Carneiro	Nicolas Tawan De Barros
Caroline Viana Guimarães	Orlando Gomes Mariano
Daniel dos Santos Silva	Pablo Pinheiro Bormotoff
David Moreira Santos	Rayra de Quadros da Silva
Deidid da Silva Dalcin	Taynan Cristina de Abreu Xavier
Ester de Barros Cortês Araujo	Thalia Leticia Nascimento
Evellyn Ferreira Ribeiro	Thalia Araujo Freitas
Giovana Angelin Ribeiro	Vitoria Muniz da Silva
Jaqueline B. Nascimento	Wellington Ávalos
Jesiele dos Santos Trindade	William Alan Mota Ribeiro da Costa
Jose Wedson Oliveira Rufino	

CRIANÇAS

TITULARES	SUPLENTES
Lorayne Santos	Milene Cabral Espudaro
Ellen da Silva Costa	
João Vitor Melo dos Santos	
Ilana Gabrielle Silva	

4.2 – CONVENCIONAL

PODER PÚBLICO

DELEGADOS	REGIÃO	SEGMENTO
Jorge Arthur Floriani	CREAS – SÉ	Poder público
Marcos Augusto Ferreira Marques	DRE – Ipiranga	Poder público
Janaina Cristina Souza	Secretaria de Governo – Ipiranga	Poder público
Linda Gonçalves	SMADS – Itaim Paulista	Poder público
Décio Yoshikano Hatakama	SMADS – Guaianases	Poder público
Simone Nazaré Moreira	CREAS – Moóca	Poder público

SUPLENTES	REGIÃO	SEGMENTO
Laura da Costa Boucinhas	CREAS – Vila Mariana	Poder público

CONSELHO TUTELAR

DELEGADOS	REGIÃO	SEGMENTO
Rudnéia Alves Arantes	Santo Amaro	Conselho Tutelar
Maria José Martins da Silveira	Jardim São Luis	Conselho Tutelar
Maria Aparecida Barbosa Santos	M'Boi Mirim	Conselho Tutelar
Valdison da Anunciação Pereira	São Mateus	Conselho Tutelar
Andrea Aparecida Cuelhar Rodrigues	Pirituba	Conselho Tutelar
Josefa Lima de Mendonça	Cidade Tiradentes	Conselho Tutelar
Julio César de Andrade	Lajeado	Conselho Tutelar

SUPLENTES	REGIÃO	SEGMENTO
Silvana Farias	M'Boi Mirim	Conselho Tutelar
Luiza Neocina de Carvalho Szabo	Pirituba	Conselho Tutelar
Katia Regina dos Santos	Cidade Tiradentes	Conselho Tutelar

CMDCA

DELEGADOS	REGIÃO/ ÓRGÃO	SEGMENTO
Carolina Mendonça Groba	Secretaria de esportes	CMDCA
Eduardo Pedro de Carvalho	Sociedade Civil	CMDCA
Solange Agda de Cruz de Paula Pinto	Sociedade Civil	CMDCA
Adelheid Monar Passetti	Secretaria da saúde	CMDCA
Vera Lúcia de Oliveira Salvatori	convidado	CMDCA – Secretaria Municipal de Educação
Vitor Benez Pegler	convidado	CMDCA – Secretaria de Esportes
Armando José Husside	convidado	CMDCA – Secretaria de Finanças

CONVIDADOS

DELEGADOS	REGIÃO	SEGMENTO
Regina Pereira de Andrade	Centro	Convidado
Rafaelita Mário de Souza	Vila Mariana	Convidado
Maria do Céu Oliveira	Penha	Convidado
Fabiana de Gouveia Pereira	Poder Público	Convidado
Antônio Pereira	Lajeado	Convidado

fipe
Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

SOCIEDADE CIVIL (REGIÕES)

DELEGADOS	SUPLENTES	REGIÃO
Cacilda Santana Modesto	Fátima Rocha	Centro
Alessandra Lemos Desigant		Centro
Rafael Martins dos Santos		São Mateus
Patrícia Kelly Ferreira		Lajeado
Fernando Antônio dos Santos		Cidade Tiradentes
Flávio Andrade dos Santos	Osano Fernandes Abilio	Cidade Tiradentes
Gilson Aurélio dos Reis		Moóca
Terezinha Theodoro	Dorcas Henriques de Freitas	Itaim Paulista
Rafael Vieira Pires do Nascimento		Moóca
Vitor Augusto Portillo Santana	Ainda Kasue Matsumoto	Pirituba
Alessandro Luis Moreira		Lajeado
Ana Claudia Lima de Souza	Anna Beatriz Langue Peranovichi Leite	Vila Mariana
Valquiria Maria Garcêz Carvalho		Jardim São Luis
Thaysa Cristina de Almeida		Cidade Tiradentes
Ellen Ricarte Dauerbach		Brasilândia
Priscila Naomi Watanabe		Jaçanã
Maria Aparecida Soares Silva	Tânia Cristina Bianco	Sapopemba
Jadisson Gomes Carvalho		Ipiranga
Valter Roberto Logeto		Santo Amaro
Geraldo Henrique		Cidade Ademar
Robson Albuquerque Pessoa	Glenovan pogrim Alcaziar	M BOI Mirim
Elaine Cristina Batista Quintino Silva	Ednei Nunes dos Santos	São Miguel
Danilo Scalambrini		São Mateus
Hilda Carolina		Brasilândia
Maria Conceição Feitosa Takenoba		Mooca
Lucas Antonio		Oeste
Valdir Gurgiel	Sônia Cristina Lopes de O. Pinhati	Leste
Rodrigo Monteiro		Sé
Ivelise Lisboa Bezerra		Sé
Fátima Rocha	Rodrigo César da Silva	Sé
Gisleine Cristina A. S. Oliveira		Sul
Rodrigo de Lima Abreu	Welington Liberato de Menezes	Sul
Carlos Alberto de Souza Junior		Sul
Rita Antônia da Silva	Juliana Leite de Oliveira	Sul
Arthur Victor do Carmo		Oeste
Fernando Antônio dos Santos Junior		Cidade Tiradentes – Sociedade Civil
Rosemeire Santana Modesto		

5 - MOÇÕES APRESENTADAS NA CONFERÊNCIA MUNICIPAL

As Moções apresentadas na Conferência Municipal estão transcritas em sua forma original com indicação do número de assinaturas dos delegados. Foram apresentadas 7 moções de repúdio, uma de Protesto e uma Reivindicatória.

Nº 1 - MOÇÃO DE REPÚDIO (37 ASSINATURAS)

Viemos através desta para declarar nosso repúdio ao processo das Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente, Lúdicas e Convencionais, por acharmos que o modo como as mesmas se realizaram as torna ilegítimas. Em primeiro lugar, não consideramos que as Conferências Municipais de São Paulo realizadas nos dias 29 e 30 de Novembro e 1 e 2 de Dezembro sejam representativas do município por conta do seu quórum extremamente reduzido, menor inclusive do que o de muitas regionais de anos anteriores. Isto ocorreu por uma falha da Prefeitura de São Paulo e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), que não garantiram a estrutura que por direito e por lei deveria ser direcionada a esse evento. A falta de transporte, alimentação, sistematização e material pedagógico, mudança de datas por três vezes, entre outras deficiências estruturais foram decisivas para a desmobilização e esvaziamento desta.

Em segundo lugar, o regimento interno aprovado na Conferência Lúdica não teve seus artigos respeitados na prática. Estão estes listados abaixo:

"CAPÍTULO I - Da realização e *da Coordenação da VII Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança* e *do Adolescente de São Paulo.*

Artigo 3º - *São organizadores da VII Conferência Lúdica, a Comissão Central de Organização do CMDCA que deverá garantir:*

I - Acompanhar o *desenvolvimento dos trabalhos dos grupos, bem como o da Plenária soberana;*

II - A infraestrutura para a realização plena da VII Conferência Lúdica."

- O CMDCA não acompanhou todos os grupos de trabalho e a infraestrutura não foi plenamente garantida.

"CAPÍTULO II - Da Conferência, Deliberações e *Moções.*

Artigo 59 - *a VII Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança* e *do Adolescente, convocada pelo CMDCA São Paulo, é* um *espaço de construção* e *deliberação das diretrizes da*

política pública para a infância e *adolescência, observando* o *tema da conferência."*

- Por todo o processo os grupos de trabalho não elaboraram propostas para serem enviadas à Conferência Estadual.

"Artigo 7º - As moções apresentadas á Comissão Central de Organização deverão ser subscritas por no mínimo 30 *participantes da VII Conferência Lúdica para ser submetidas á deliberação da Plenária Final."*

- As moções não foram submetidas à plenária final.

"CAPÍTULO III - Dos (os) delegados (os)

Artigo 8º - O *critério poro escolho de delegados (os) que os Conferências Regionais terão para a VII Conferência Lúdica Municipal seguirá a seguinte normativa.*

1. 34 *delegadas (os) adolescentes de acordo* com o *número de Conferências Regionais realizadas;*
2. 02 *vagas poro delegadas (os) crianças;"*

- Acabaram sendo eleitos mais delegados do que o previsto.

"CAPÍTULO IV- Da escolha dos delgados paro a Conferência Lúdica Estadual dos Direitos da Criança e *do Adolescente*

Artigo 9º - *As (os) delegadas (os) da VII Conferência Lúdica Municipal elegerão* 34 *delegadas (os) por meio de mini plenárias regionais, poro o Conferência Lúdica Estadual dos Direitos do Criança e do Adolescente.*

1§ - *Terão que ser eleitas (os) suplentes em número igual as (aos) delegadas (os).*

2§ - *As (os) delegadas (os) eleitas (os) na VII Conferência Lúdica Municipal para a V Conferência Lúdica Estadual poderão participar da IX Conferência Municipal Convencional dos Direitos do Criança e do Adolescente* com *direito a voz."*

- A eleição dos delegados da Conferência Lúdica foi feita nas oficinas.

Todos nós sabemos que os direitos descritos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não se confirmam na prática, e as Conferências são um importante mecanismo para se lutar por esses direitos e assim mudar essa realidade.

Entendemos que, por conta de todos os elementos já apresentados, as Conferências de 2011 não estão desempenhando essa função, servindo muito mais a interesses políticos de grupos específicos.

Portanto, os signatários desta moção não se sentem contemplados pelo processo e assim o julgamos ilegítimos.

Nº 2 – MOÇÃO DE REPÚDIO AO MODELO DE INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA (40 ASSINATURAS)

A VII Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente vem, por seus delegados que abaixo subscreve, apresentar esta moção em razão da possibilidade de haver a "internação compulsória" para crianças e adolescentes da cidade de São Paulo sem a devida preocupação de ter equipe qualificada na triagem comprovando a real necessidade da internação, como também, os profissionais, médicos, psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, espaço adequado para onde devam levar as crianças e adolescentes uma vez que essa tarefa necessita de conhecimento para tratar um dependente químico, que antes de qualquer situação, eles são seres humanos, pessoas em desenvolvimento. É necessário que haja entre outros cuidados, a "Clínica para Internação" especializada, equipada com equipe de profissionais especializados em saber lidar com esse ramo da saúde. Percebemos que são necessárias ações de prevenção para os adolescentes. Para tanto esta conferência requer:

- Clínica equipada e especializada para o tratamento dos viciados e suas famílias, pleiteando espaços de cultura, lazer e entretenimento, desviando assim os pacientes do olhar para a drogadição.

- Fiscalização do atendimento pelos órgãos componentes, poder judiciário, ministério público e o monitoramento pela sociedade civil.

- Por tudo isso, apresentamos a presente moção, para que não haja a Internação Compulsória na cidade de São Paulo, sem a clínica acima citada.

São Paulo, 30/11/2011, Delegados da VII Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Nº 3 – MOÇÃO DE PROTESTO (60 ASSINATURAS)

Não consideramos esta Conferência Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes legítima, já que não estão presentes representantes de todas as regiões de São Paulo e os delegados das regiões presentes em alguns casos, não são verdadeiros representantes delas, pois não participaram todos os jovens interessados nas conferências regionais.

Nº 4 – MOÇÃO DE REPÚDIO (40 ASSINATURAS)

Nós, crianças e adolescentes delegados eleitos na Conferência Regional Lúdica dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sapopemba, repudiamos a organização da VII Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que colocou adultos para conduzir e direcionar as discussões em assembleia. Não havendo esclarecimentos e linguagem inacessível aos participantes da conferência, pois o fundamental que é o fator 'LÚDICO" não foi contemplado.

Nº 5 – MOÇÃO DE REPÚDIO (40 ASSINATURAS)

Repudio a abordagem do fotógrafo desta conferência lúdica me cobrando responsabilidade por estar tumultuando a conferência. Se colocou como observador, que desde a manhã de hoje, percebeu que fico agitando o Arthur, representante das crianças e adolescentes na comissão central organizadora do evento. Este profissional está sendo remunerado pelos seus serviços?

Nº 6 – MOÇÃO DE REPÚDIO (58 ASSINATURAS)

Nós delegados eleitos na região de Sapopemba repudiamos a falta de respeito da plenária referente à presença de Vitor (CMDCA), ressaltando que a participação se dá por meio do direito a voz, sendo mediada pelos representantes que compõem a mesa. Nós colocamos que havia falta de didática na condução das discussões, porém não justifica o ato de revolta da plenária, ocasionando o impedimento da condução das atividades do dia.

Nº 7 – MOÇÃO DE REPÚDIO (54 ASSINATURAS)

Nós conferencistas da IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente , repudiamos:

1 – O adiamento das datas das conferências regionais;

2 – A realização da Conferência Municipal sem terem garantido a realização de todas as conferências regionais;

3 – Falta de estrutura na realização das conferências regionais, faltando transporte e alimentação em algumas conferências;

4 – A não contratação de uma equipe de metodologia para a Conferência Municipal;

5 – A ausência do poder público na Conferência Municipal;

6 – A ausência dos Conselheiros Tutelares e de Direitos nas Conferências Regionais;

7 – A ausência dos representantes do governo na Comissão Central, resultando na desmobilização dos participantes;

8 – A falta de assistência e acompanhamento adequado por parte dos organizadores em relação à Conferência Lúdica, violando o artigo 18 do ECA;
9 – A suspensão no dia 30/11/11, do lanche nos términos das atividades que foram estendidas até as 18h:00, descumprindo com o que estava na programação e aprovado no Regimento Interno.

Nº 8 – MOÇÃO REIVINDICATÓRIA PARA O MINISTÉRIO DA SAÚDE (94 ASSINATURAS)

Nós, delegados da IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade de São Paulo, vimos através do presente, nos manifestar quanto à substituição da guia de nascidos vivos, hoje utilizada em todas as maternidades do país.

Considerando que tal formulário fornecido pelo Ministério da Saúde suprimiu o campo que possibilitava identificar o genitor, e considerando que tal fato vem gerando a inexistência de informações quanto à paternidade de milhares de brasileiros, o que certamente trará prejuízos ao processo de desenvolvimento destes cidadãos, para tanto reafirmamos a necessidade imediata da mudança de tal impresso sob pena de permitirmos a continuidade desta violência institucional contra nossas futuras gerações.

Pela garantia da cidadania e da dignidade de crianças e adolescentes!!!

Nº 9 – MOÇÃO DE REPÚDIO (68 ASSINATURAS)

Os participantes da IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São Paulo manifestam seu repúdio e, portanto, se colocam contra a aplicação da política de internação compulsória de usuários de drogas em situação de rua. A política, já aplicada no Rio de Janeiro, está colocada de modo nebuloso enquanto processo e a única certeza que temos é que pessoas em situação de rua estão sendo retiradas forçadamente por Policiais Militares e da Guarda Civil Metropolitana do único local que lhes restou para viver. A parte da política que trata desta retirada violenta é muito clara e por isso este parece ser seu único objetivo, revelando assim sua incoerência. Entendemos que a construção de políticas públicas sérias de combate à drogadição devem necessariamente questionar as principais bases que a sustentam: a miséria material e social.

Em recente audiência pública na câmara municipal, setores importantes como a saúde e a psiquiatria também já se posicionaram contra a política de internação compulsória. Foi reconhecido por profissionais de ambas as áreas que tratamentos forçados apresentam margem de eficácia insignificante e que uma internação não se aplica a usuários, somente a dependentes

químicos, que são uma parcela minoritária da população que vive hoje nas ruas. Para além desta questão, questionamos igualmente qual a validade de uma política que busca "tratar" forçadamente crianças e adolescentes e depois do período de internação, despejá-las novamente nas mesmas realidades sociais de antes, onde a violência, as carências materiais, os preconceitos de toda ordem e as drogas de todo tipo formam sua realidade cotidiana. Mas mesmo com todas estas contradições o risco de sua aprovação ainda existe. Desta forma, entendemos que a aprovação deste projeto representa algo colocado de cima para baixo e é expressão de uma vontade unilateral que atende apenas as necessidades políticas de seus executores.

A drogadição de crianças e adolescentes em situação de rua pressupõe antes de qualquer coisa a existência de pessoas em situação de rua. Pessoas que são majoritariamente oriundas de regiões extremamente pobres, com carências sociais de toda ordem; em sua maioria vítimas de exploração sexual, violência doméstica, violência policial, trabalho infantil e, sobretudo exclusão social, vivendo, portanto, diariamente a violação de seus direitos. Não podemos considerar válidas políticas sociais que busquem saídas imediatas e que usem a repressão como ferramenta para supostamente resolver um problema histórico de tal magnitude. Não concordamos com políticas públicas coercitivas, ainda mais vindas de um Estado que não garantiu e não garante os direitos básicos (saúde, educação, moradia, etc.), que, se garantidos, muito contribuiriam para a não existência da miséria social geradora do problema em questão.